



FAZER VISÍVEL

A contribuição do *Forensic Architecture* para uma percepção compartilhada e poli-perspectiva dos conflitos contemporâneos e a experiência latino-americana

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação
Mestrado na área de concentração
Projeto, Espaço e Cultura

Paula Marujo Ibrahim

Orientador

Guilherme Teixeira Wisnik

São Paulo, 2023



Fazer visível: A contribuição do *Forensic Architecture* para uma percepção compartilhada e poli-perspectiva dos conflitos contemporâneos e a experiência latino-americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Paula Marujo Ibrahim

Orientador
Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

São Paulo, 2023

FAZER
VISÍVEL

Capa Frame do vídeo *Cloud Studies*, estudo do Forensic Architecture sobre formas de violência gasosa, como explosões, incêndios, gás lacrimogêneo, e outras substâncias utilizadas em conflitos e guerras, que possuem a forma de nuvem. A imagem em questão se refere à investigação “Tear Gas in Plaza de La Dignidad”, que investiga o uso deste tipo de munição pela polícia chilena, para a repressão de manifestações contra o governo, em Santiago, no Chile, em 2019. Fonte: forensic-architecture.org

Catálogo na Publicação

Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo

Ibrahim, Paula Marujo
Fazer-visível: a contribuição do Forensic Architecture para uma percepção compartilhada e poli-perspectiva dos conflitos contemporâneos e a experiência latino-americana / Paula Marujo Ibrahim; orientador Guilherme Teixeira Wisnik. – São Paulo, 2023. 423 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

1. Arquitetura Forense. 2. Estética. 3. Imagem
4. Nevoeiro. 5. Vigilância. 6. Violência. I. Wisnik, Guilherme Teixeira, orient. II. Título

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<https://fichacatalografica.fau.usp.br/>>

APROVADA EM 05/03/2024

Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik
FAUUSP

Profa. Dra. Fernanda Bruno
UFRJ/Tecnologias da Comunicação e Estéticas

Prof. Dr. David Moreno Sperling
USP/NEC-IAU

Profa. Dra. Giselle Beiguelman
FAUUSP

A BANCA RECOMENDOU QUE O TRABALHO REPRESENTA A FAUUSP EM CONCURSOS DE DISSERTAÇÕES E TESES

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Ao longo dos anos de pesquisa, foram muitas as pessoas que participaram do processo de realização deste trabalho, que teve início em meio à pandemia, durante muitas mudanças e transformações. Essa participação me apareceu de diversas formas, conversas, risadas, um amparo, muitas vezes de forma sutil e despretensiosa. Outras vezes, a ajuda veio em forma de oportunidades, leituras, revisões e ensinamentos. É difícil conseguir trazer aqui todos esses nomes, mas farei uma tentativa na intenção de demonstrar minha imensa gratidão e a importância fundamental do apoio e incentivo e, principalmente, do compartilhamento de ideias e afetos, em suas diversas formas, para minha trajetória até a conclusão desta pesquisa.

Antes de tudo, gostaria de dedicar essa pesquisa a Maria Cristina Quirino Portugal, que me ensinou sobre a força de uma mãe política. Obrigada por seu trabalho fundamental e por não deixar nunca de lutar, mesmo nos momentos mais impossíveis. Pelos compartilhamentos de conhecimento, pela confiança, pelas conversas, pelo fazer-junto, serei sempre muito grata e carregarei isso comigo. *Justiça para Os 9 Que Perdemos.*

Aos meus pais, Delma e Roberto, que me ensinaram sempre a acreditar em mim, por me ajudarem e motivarem a atravessar momentos difíceis, e por não medirem esforços para me apoiar. Sem o privilégio desse suporte e carinho essa pesquisa não teria sido possível.

Aos meus irmãos, Luisa e Victor, por dividirem a vida comigo, pelo olhar constante, os bilhetes, ligações, viagens, encontros, despedidas, choros e risadas, e com quem sempre aprendo algo novo sobre mim.

Este trabalho só foi possível porque meus colegas da Goma Oficina me incentivaram a testar caminhos e experimentar ideias, e me acolheram em uma área ainda desconhecida para mim. Obrigada por dividirem comigo a curiosidade pelo mundo e por caminhar junto, mesmo que às vezes longe.

Ao Galpão Comum, espaço que recebe e ressoa meus projetos, e principalmente a Maria Cau Levy, minha parceira de aventuras nessa empreitada e na vida. Pelo incentivo fundamental e constante, motivação, acolhimento, carinho, conversas, e pelo nosso encontro que se transforma e permanece sempre forte e verdadeiro. E, mesmo em meio a mil projetos e funções, por ter me dado de presente a identidade visual lindíssima deste trabalho.

Gostaria de agradecer especialmente meu orientador Guilherme Wisnik, cuja extensa pesquisa sobre o Nevoeiro e as aulas ministradas durante a pandemia me fizeram olhar para questões que estavam adormecidas. Pelo grande incentivo desde o início do projeto de pesquisa, por sua generosidade nas trocas e aprendizados, e por me fazer acreditar em mim. Obrigada por deixar a névoa menos densa.

Agradeço imensamente a Paulo Tavares, presença fundamental desde o início da pesquisa até sua conclusão, e os desdobramentos em colaborações e trabalhos. Pela oportunidade de aproximação à metodologia e à área de Arquitetura Forense no Brasil e no mundo, pelo compartilhamento de conhecimentos, pela generosidade e parceria, e, acima de tudo, pela enorme contribuição em meu processo de formação. Sem seu apoio essa pesquisa não teria sido possível. Obrigada por, no melhor espírito autônoma, acolher e potencializar minhas ideias.

Sem o apoio do CAAF e de todas as pessoas que compõem a equipe do Grupo de apoio técnico-científico à atuação da Defensoria Pública no Caso do Massacre de Paraisópolis, principalmente Desirée Lemos de Azevedo, Cássia Aranha, Carol Gachido e Lorrane Campos, não seria possível ter chegado até aqui. Obrigada por me acolherem, me fazerem colega e amiga, e me ensinarem sobre luta, sobre política, e sobre as dores e alegrias dessa caminhada.

Giselle Beiguelman e Vera Telles, pelos comentários na banca de qualificação, que me fizeram amadurecer questões importantes para a pesquisa, obrigada.

Ana David, por enxergar o que nem sempre vejo em mim. Sem sua amizade, seu olhar, cuidado e incentivo, minha trajetória até aqui não seria possível. Fabiano Benetton, amigo de longa data, por tornar tudo mais leve e divertido, mesmo nos momentos mais difíceis, e por me dar espaço para ser quem eu sou.

Rafael Kruchin, pela amizade, ataques de riso e olhar atento. Sem seu incentivo e suas revisões, principalmente no começo do projeto de pesquisa, esse trabalho teria sido muito mais difícil.

Tom Hamburger e Fefa Bilenky, que junto com Rafa foram as primeiras pessoas que procurei para contar que havia passado no processo seletivo (depois dos meus pais, claro), e que sempre vibraram por mim.

Sofia Costa, por me fazer família e por me trazer outras perspectivas da vida, quando tudo às vezes parece ter um caminho só. E por junto com Diogo Faggiano me dar duas novas amigas, Gia e Mira, quatro corações.

Bel Gaia, Beatriz Ricca, Gabi Nassar e Bia Matuck, por dividirem comigo a vida, por todos os aprendizados juntas, e por continuarem sempre caminhando comigo, perto ou longe.

Ana Luiza Pellicer e Alex Gyurkovicz, amigos queridos que me receberam tão bem durante a viagem de campo, obrigada por toda a ajuda e por me fazerem sentir em casa e parte da família de vocês. Vou sempre lembrar com muito carinho dessas semanas tão importantes pra mim.

Daniel Escorel, pelas risadas, e por dividir comigo sonhos e ideias. Raíssa Negromonte e Clarissa Ximenes, por todo o apoio durante o processo seletivo, por me acalmarem nas minhas aflições, e por entenderem minhas motivações, que são suas também.

Guilherme Tanaka, pela sinceridade das trocas e parceria infinita. Por crescer junto comigo e trazer sentido e afeto para aquilo que faço. Christian Salmeron, pela parceria, ajuda, conversas, desabafos e risadas tão essenciais ao longo do processo. Fernando Gallo, pelo interesse em ouvir o que eu tenho para falar, por seu apoio e amizade, obrigada.

Paula Monroy, por acreditar sempre. Pelas leituras, conversas e por sempre acalmar minhas aflições. Aluízio Marino, por me ajudar a fazer o mapeamento no QGIS, pelos ensinamentos e parceria. Helena Cavalheiro, pela amizade, longas conversas, risadas e choros. Amanda Klajner, por dividir comigo a paixão por esse tema, pelas indicações, revisões e apoio ao longo do processo.

À Lorena Vilela, que sempre me apoiou. Sem sua parceria (e seus abraços) não teria conseguido me dedicar tanto a essa pesquisa.

Kathlin Moraes, Franciele Garces e Karime Zaher, pelas leituras, revisões, trocas, e diagramação impecáveis da pesquisa. Obrigada por sua dedicação.

A todas as pessoas que compartilharam seu conhecimento através das entrevistas realizadas, e que continuam trabalhando para a defesa dos direitos humanos, agradeço profundamente por seu trabalho fundamental, seu tempo e dedicação em *fazer-visível* e fazer-junto.

Resumo

Esta pesquisa pretende analisar a área de conhecimento da Arquitetura Forense, com foco na atuação da agência *Forensic Architecture* (FA), para entender como a arquitetura pode ser uma ferramenta importante para a leitura dos eventos contemporâneos, e como a prática se insere no território latino-americano. Para isso, traz o pano de fundo teórico a partir do qual a agência se forma, suportado pela tese do Nevoeiro de Guilherme Wisnik, e pela questão da verdade, da imagem e da vigilância na contemporaneidade. Através de análise teórica, de estudos de caso e experiências investigativas práticas, busca definir a Arquitetura Forense como uma metodologia que é capaz de navegar pelo nevoeiro contemporâneo e ter uma ação efetiva, através da criação de uma nova epistemologia que interconecta diversas áreas de conhecimento para combater a violência de Estado. Finalmente, analisa as novas linguagens da Arquitetura Forense na América Latina, com a abertura de novas agências que situam a prática a partir de outras temáticas, necessidades e perspectivas.

Palavras-chave

Arquitetura Forense, Estética, Imagem, Nevoeiro, Vigilância, Violência.

Abstract

This research proposes to analyze the field of Forensic Architecture, focusing on the work of the agency Forensic Architecture (FA), in order to understand how architecture can be a valuable tool for interpreting contemporary events and how this practice emerges within the Latin American context. The research studies the framework that supports the agency's development, including Guilherme Wisnik's concept of Mist, as well as concepts of truth, image, and surveillance in contemporary society. Through theoretical analysis, case studies, and practical investigative experiences, the research seeks to define Forensic Architecture as a methodology capable of navigating the contemporary mist with effective impact through the creation of a new epistemology that interconnects different fields of knowledge to address state violence. Finally, the study examines the new languages of Forensic Architecture's practice and theory in Latin America, with the establishment of new agencies that approach the practice from different perspectives.

Key-words

Forensic Architecture, Aesthetics, Image, Mist, Vigilance, Violence.

Lista de figuras

Figura 1

CLOUD #135. A obra mostra mecanismos de vigilância tentando ler uma imagem de nuvens. Podemos observar as linhas tentando fazer a leitura da imagem. Fonte: Hough Lines, 2019. Disponível em: <https://paglen.studio/2020/05/22/clouds/>. **40**

Figura 2

Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal. **50**

Figura 3

Entrada do estúdio do FA na Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal. **52**

Figura 4

Estúdio do FA na Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal. **54**

Figura 5

Reconstrução da prisão de Saydnaya (Síria) em modelo 3D. Fonte: (Forensic Architecture, 2016). **60**

Figura 6

Vídeo-instalação 77sqm_9:26min, exibida na Documenta 14, em Kassel, Alemanha. Fonte: (Forensic Architecture, 2017). **63**

Figura 7

Imagens e vídeos *crowdsourced* coletados para análise do caso The Bombing of Rafah. Fonte: (Forensic Architecture, 2015). **64**

Figura 8

Imagens sintéticas (A, B) produzidas pelo FA para uso da metodologia de *machine learning*. Fonte: (Forensic Architecture, 2019). **66**

Figura 9

Exemplo da técnica de regressão cartográfica do caso “Racismo Ambiental em Death Alley, Louisiana”. Fonte: (Forensic Architecture, 2023c). **67**

Figura 10

Frames do vídeo indicando a posição da sombra, a colagem das imagens mostrando as ruas, e a imagem de satélite que corresponde às vias localizadas. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **72**

Figura 11

Modelagem 3D do prédio e da rua, mostrando o caminho do míssil até a explosão na sala do prédio. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **73**

Figura 12

Imagem mostrando o tamanho de um pixel, na resolução das imagens comerciais de satélite, indicando que o corpo de uma pessoa é aproximadamente do mesmo tamanho, e, por isso, não é possível identificá-lo nas fotos, assim como os buracos deixados por um ataque com drone. **74**

Figura 13

Imagem mostrando a colagem panorâmica com a identificação dos buracos e a sugestão da posição dos corpos das vítimas. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **75**

Figura 14

Modelo da sala e reprodução do ponto de explosão do míssil. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **76**

Figura 15

Modelo mostrando o corte de camadas até a explosão do drone na sala. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **76**

Figura 16

Modelo real 1:1 na Bienal de Veneza de 2016. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a). **77**

Figura 17

ns e vídeos *crowdsourced* de bombas e ataques em um modelo 3D da cidade de Rafah. Fonte: (Forensic Architecture, 2015) **79**

Figura 18

Exemplo da geolocalização de uma imagem. A imagem coletada via OSINT, à direita (imagem A), foi a primeira imagem postada nas redes sociais mostrando uma nuvem de fumaça saindo do armazém do porto, indicando um incêndio, às 17h54. Para geolocalizar essa imagem, o FA a compara com uma imagem de satélite da região portuária, à esquerda (imagem B), e identifica os edifícios presentes em ambas as imagens. Desta forma, eles conseguem calcular o cone de visão da imagem A e determinar sua localização. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **86**

Figura 19

Zoom da imagem A mostrando a nuvem de fumaça e a localização do armazém em relação a ela. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **86**

Figura 20

Imagem A mostrando a nuvem de fumaça e a localização do armazém em relação a ela, agora transformada em um modelo 3D. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **87**

Figura 21

Outra peça de evidência (vídeo C), que mostra o incêndio de outro ângulo e alguns minutos depois (17h56), inserida no modelo espacial construído. **87**

Figura 22

Este vídeo (D), mostra a mudança de cor da fumaça do incêndio. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **88**

Figura 23

Vídeo D mostrando a segunda nuvem de fumaça e as faíscas indicando fogos de artifício. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **89**

Figura 24

Sequência de frames do vídeo D mostrando a evolução da explosão de ponto único, a modelagem 3D da cena, e a localização do ponto dentro do armazém, de acordo com as medidas da nuvem formada pela explosão, e das orientações do especialista em explosivos da ONU. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **89**

Figura 25

Vídeo G mostra a explosão vista de outra perspectiva. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **90**

Figura 26

A sequência de frames a seguir (vídeo G) mostra a explosão e a modelagem da nuvem de fumaça. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **90**

Figura 27

Outra peça de evidência (vídeo H), filmado durante o início do incêndio, mostrando os portões e janelas, e indicando que muitas delas estavam fechadas. A segunda imagem mostra a modelagem do armazém indicando os portões. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **91**

Figura 28

Reportagem do NY Times mostrando as imagens vazadas e os sacos rasgados e contaminados, e as imagens que permitiram a realização da modelagem. Com outros vídeos obtidos de dentro do armazém, o FA pôde construir um modelo mais completo. **91**

Figura 29

Modelo do armazém mostrando o posicionamento dos sacos de nitrato de amônia, ocupando pelo menos 2000 m² do espaço. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **92**

Figura 30

Modelo do armazém mostrando o posicionamento dos sacos de nitrato de amônia, pneus e fogos de artifício. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b). **92**

Figura 31

Modelo do armazém, mostrando os cones de visão dos vídeos analisados pelo FA neste aprofundamento da investigação, 3 anos depois da realização da primeira análise, indicando que eles contêm os portões D3, D9 E D11, locais trabalhados pelos serralheiro. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e). **93**

Figura 32

Modelo da análise de fluidos, indicando o movimento da nuvem de fumaça dentro do armazém, tomando como ponto de partida a análise dos vídeos realizada pelo FA em 2020, ou seja, considerando o foco do incêndio inicial na extremidade leste do armazém, da realização da primeira análise, indicando que eles contêm os portões D3, D9 E D11, locais trabalhados pelos serralheiro. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e). **93**

Figura 33

A análise do FA sugere que o incêndio teve início, ao contrário do que o Estado alega, nos portões D5 e D6, como indicado no modelo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e). **93**

Figura 34

site do FA dispõe de todas as investigações e os resultados encontrados. Na imagem, as investigações estão separadas por localização. Fonte: (Forensic Architecture, 2020c). **96**

Figura 35

Estrutura temporária construída para os encontros do fórum Ground Truth, no deserto de Naqab. **97**

Figura 36

Mural produzido pelo FA que representa a linha do tempo do caso e as narrativas estatais e civis, obra parte do acervo permanente do MUAC, no México. Fonte: (Forensic Architecture, 2014b). **98**

Figura 37

Vistas da exposição “Hacia Una Estética Investigativa” realizada no MUAC, em 2017. Fonte: (Forensic Architecture, 2017c). **99**

Figura 38

Modelagem 3D da cena do crime com base nos testemunhos, mostrando a operação policial, o momento do primeiro e segundo tiro, e o local onde a arma foi encontrada. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **102**

Figura 39

Foto de uma das manifestações que seguiram a morte de Duggan. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **103**

Figura 40

Dois policiais foram diretamente envolvidos nos disparos, denominados como v53, o agente que atirou, e w42, que foi ferido pelo primeiro disparo de v53. O FA analisou plantas desenhadas pelas testemunhas para estabelecer a posição de cada um, vistas pelas cores laranja e azul da primeira imagem. Com isso, conseguiram estimar também a posição de Duggan em relação a eles, estipulada na segunda imagem. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **107**

Figura 41

Base de dados e espacialização da cena E, o momento do segundo disparo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **108**

Figura 42

Modelagem do corpo de Duggan mostrando as feridas e a posição em cada momento do disparo e a espacialização dessas informações no modelo 3D, levando em conta a linha do tempo dos acontecimentos. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **109**

Figura 43

A equipe então consultou um especialista em biomecânica, que determinou o ângulo do braço e a velocidade que Duggan teria que ter arremessado a arma para ela ter caído no local em que foi encontrada, no gramado. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **110**

Figura 44

Modelo transformado em realidade virtual e a visão em primeira pessoa do v53. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **110**

Figura 45

Quatro policiais identificados dentro do campo de visão da arma sendo arremessada, e a perspectiva de cada um deles dentro do modelo, respectivamente: v53, w70, w56 e w42. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **111**

Figura 46

Campo de visão da testemunha (*Witness*) B. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **112**

Figura 47

Modelagem da arma e aplicação de filtros para se aproximar à resolução do vídeo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **112**

Figura 48

Modelo mostrando as áreas não visíveis no vídeo, e linha do tempo com os movimentos de cada agente identificado. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **113**

Figura 49

Vistas da exposição War Inna Babylon: The Community 's Struggle for Truths and Rights, no ICA, em Londres. Fonte: *site* ICA. **114**

Figura 50

Stafford Scott, diretor da organização Tottenham Rights, em apresentação pública da investigação feita pelo FA, em Tottenham, 2019. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d). **116**

Figura 51

imagens dos registros do uso de herbicidas nas folhagens das plantações em Gaza. Fonte: (Forensic Architecture, 2019b). **120**

Figura 52

Escritório da FORENSIS em Berlim. Fonte: Arquivo pessoal. **138**

Figura 53

Imagem da investigação “Ataque racista em Hanau: o Bar Arena” mostra o material de vídeo utilizado (direita), e a localização do cone de visão de cada câmera (esquerda). **139**

Figura 54

Imagens da investigação “Territórios da Exceção” mostram a identificação e localização de tiros feitos por helicópteros no chão do Complexo da Maré, o processo de modelagem 3D do local dos eventos, e análise de vídeo feito por uma testemunha, que demonstra a proximidade ilegal do helicóptero em relação à favela. Fonte: (Medialab.UFRJ; Agência Autônoma, 2023). **144**

Figura 55

Infográfico que explica as formas de operação do Border Forensics: realização de pesquisas, através de publicações, seminários, aulas e disseminação de newsletters e press releases; desenvolvimento de novas tecnologias de sensoriamento remoto e métodos de investigação de fonte aberta, e formação de ONGs e comunidades no uso dessas técnicas; trabalho de base com direitos humanos, atuando em benefício e conjuntamente com as comunidades afetadas e ativistas, e realizando treinamentos e processos educativos; e através da arquitetura, realizando apresentações espaciais e audiovisuais, apresentadas nas investigações, relatórios e exposições. Fonte: (Border Forensics, 2023). **146**

Figura 56
Imagem do caso “A morte de Adamá Traoré”, que usou modelagem 3D para reconstruir a cena do crime, através de dados contidos em evidências audiovisuais. Fonte: (Forensic Architecture, 2016b). **148**

Figura 57
Imagens do caso “Ecocídio em Papua Ocidental”, publicado em 2016. Fonte: (Interprt, 2014). **150**

Figura 58
Estúdio do INTERPRT em Trondheim. Fonte: Arquivo pessoal. **151**

Figura 59
Imagens do caso “A desapareção forçada dos estudantes de Ayotzinapa”. Fonte: (Forensic Architecture, 2014b). **153**

Figura 60
Mapeamento produzido pela autora mostrando as novas agências de Arquitetura Forense, satélites ao FA, e independentes, e seus casos investigados até o momento da escrita desta dissertação. Fonte: Aluizio Marino e Paula Marujo Ibrahim. **157**

Figura 61
Imagens de matéria do Jornal Hoje, na Globo, circulada no dia 15 de outubro de 2020, mostrando o modelo 3D da comunidade de Paraisópolis, reconstruído através de tecnologia de escaneamento a laser pelo Instituto de Criminalística e o DHPP, e o posicionamento dos agentes e demais elementos da narrativa estatal sobre o caso. Fonte: (Galvão, 2020). **171**

Figura 62
Charge “Infernópolis” da cartunista Laerte Coutinho. Fonte: Jornal Folha de S. Paulo. **180**

Figura 63
Mapeamento mostrando o Complexo de Paraisópolis e dois pontos que indicam a localização de duas ocorrências de MDIP registradas em 2019. Fonte: Paula Marujo Ibrahim. **187**

Figura 64
Mapeamento mostrando o Complexo de Paraisópolis e dois pontos que indicam a localização de duas ocorrências de MDIP registradas em 2019. Fonte: Paula Marujo Ibrahim. **188**

Figura 65
Fotos das câmeras de segurança da Ultragaz e da loja Foto Flash, duas das principais fontes de evidência da investigação. Fonte: Acervo CAAF. **194**

Figura 66
Espacialização dos pontos de filmagem das evidências audiovisuais (exceto rádio), com destaque para o epicentro do Baile da DZ7. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **196**

Figura 67
Viaturas, motos e agentes envolvidos na ação, encadeados em ordem de comando. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **197**

Figura 68
Primeiro momento analisado pela cronologia (02h07). Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **198**

Figura 69
Frame da gravação da câmera da Ultragaz no momento em que os frequentadores começavam a se movimentar para o lado oposto ao epicentro do baile, na Rua Ernest Renan. Fonte: Acervo CAAF. **200**

Figura 70
Recorte da cronologia. Análise do minuto 49 das 3h da manhã. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **201**

Figura 71
Sequência de frames do vídeo 09 mostrando agressões dos policiais aos frequentadores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **203**

Figura 72
Vídeo 1, filmado por duas testemunhas, mostrando agressões dos policiais aos frequentadores que saíam da Viela do Louro. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **204**

Figura 73
Dinâmica do cerco conforme as evidências analisadas pelo CAAF. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **206**

Figura 74
Reconstrução da possível rota da motocicleta com os atiradores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **208**

Figura 75
Reconstrução da possível rota da motocicleta com os atiradores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). **208**

Figura 76
Trecho da Rua Ernest Renan e detalhe mostrando a entrada para a Viela do Louro. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística. **210**

Figura 77
Interior da Viela do Louro mostrando um dos estreitamentos. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística. **211**

Figura 78
Interior da Viela do Louro mostrando um dos estreitamentos. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística. **211**

Figura 79
Mapa mostrando o território ancestral Xavante e seus acampamentos. Fonte: (Tavares, 2022). **222**

Figura 80
Mapa mostrando a migração do povo A'uwe-Xavante para as margens do Rio das Mortes, se afastando do avanço da fronteira colonial. Entende-se que este processo ocorreu entre o século XVIII e XIX. Fonte: (Tavares, 2022). **223**

Figura 81
Mapa mostrando as T.I. Xavante reconhecidas até 2022. Fonte: (Tavares, 2022). **224**

Figura 82
Reportagem da revista O Cruzeiro sobre as campanhas de pacificação do SP, 1946. Fonte: (Tavares, 2022). **225**

Figura 83
Mapa produzido pelo SPI na década de 1950, mostrando os postos indígenas controlados por eles. Fonte: (Tavares, 2022). **226**

Figura 84
Processo de reconstrução de uma aldeia Xavante em modelagem 3D com base nas fotografias aéreas da década de 1940. Fonte: (Tavares, 2022). **230**

Figura 85
Imagem mostrando aldeia colocada em escala, com a identificação dos elementos arquitetônicos. Fonte: (Tavares, 2022). **232**

Figura 86. Composição das imagens de satélite do projeto Hexagon, de forma a retratar todo o território Xavante. O mapa mostra também as antigas aldeias identificadas. Algumas com fortes indícios que revelam seu formato e localização, outras mostram sinais mais fracos. Fonte: (Tavares, 2022). **233**

Figura 87
Imagens de satélite mostrando o local de identificação dos geoglifos e alguns exemplos dos registros encontrados. **234**

Figura 88
Imagens de satélite da década de 1970 e de 2019, respectivamente, mostrando a antiga aldeia Tsorepré, fora de T.I. demarcada, preservada pelo fazendeiro em meio a uma plantação de soja. Fonte: (Tavares, 2022). **236**

Figura 89
Imagens de satélite mostrando a evolução da destruição da antiga aldeia de Tsorepré. Fonte: (Tavares, 2022). **237**

Figura 90
Realização de oficina de mapeamento em Marãiwatsédé, 2016. Fonte: (Tavares, 2022). **240**

Figura 91
Mapeamento de reconstituição histórica do território feito pelos anciãos Xavante, 2016. Fonte: (Tavares, 2022). **240**

Figura 92
Mapeamento das antigas aldeias em pesquisa de campo com os anciãos do povo Xavante, 2016. Fonte: (Tavares, 2022). **241**

Sumário

23	INTRODUÇÃO	124	CAPÍTULO II
30	CAPÍTULO I		O CAMPO ARTICULADO DA ARQUITETURA
	FORENSIC ARCHITECTURE: A VERDADE		FORENSE E O COMUM INVESTIGATIVO
	COMO PRÁTICA COLETIVA	127	Abertura do campo
32	A crise contemporânea da verdade	132	O Comum Investigativo
33	A imagem na contemporaneidade: o que vemos?	137	Novas agências
35	A cultura da vigilância: o que nos olha?	138	FA FORENSIS (Berlim)
36	Neopanóptico?	140	Plano Negativo (Colômbia)
38	Desaprender a ver como humanos, aprender a ver como máquinas	141	Unidades FA Ramallah e Beirute
41	Verificação aberta	142	Agências independentes
45	A Arquitetura Forense: origem e formação	143	Autonoma (Brasil)
48	Virada Forense	145	Border Forensics (Suíça)
49	Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA)	147	INDEX (França)
56	Teoria para uma nova prática	149	INTERPRT (Noruega)
57	A prática forense e contra-forense	152	Re/presentare (México)
59	O trabalho investigativo: o ingresso no caso	160	CAPÍTULO III
61	Interrogações materiais e espaciais: o papel da arquitetura		A ARQUITETURA FORENSE NO CONTEXTO
64	<i>O campo: a arquitetura como sensor político</i>	175	BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO
69	<i>Investigação: Ataque com drone em Miranshah</i>		O Massacre de Paraisópolis
78	<i>O trabalho no estúdio: o Complexo Arquitetônico-Imagético</i>	178	Contextualização
83	<i>Investigação: A explosão do porto de Beirute</i>	185	O campo e a produção de dados
95	<i>Múltiplos fóruns</i>	189	A metodologia
101	<i>Investigação: O assassinato de Mark Duggan</i>	191	A análise e processamento das evidências
118	Sensibilidades e fazer-sentido: a Estética Investigativa	214	Múltiplos Fóruns
121	Hiperestética e Hiperestesia	219	Memória da Terra
		222	Contextualização
		228	O campo e o estúdio
		239	Múltiplos fóruns
		242	Uma nova linguagem
		250	CONSIDERAÇÕES FINAIS
		254	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
		263	APÊNDICES

Esta pesquisa pretende analisar a área de conhecimento e prática da Arquitetura Forense, com foco na formação e atuação da agência *Forensic Architecture* (FA), para entender como a arquitetura pode ser uma ferramenta importante para a leitura e compreensão comum dos eventos contemporâneos, assim como um instrumento para a luta por justiça em casos de violações de direitos humanos e ambientais. Também procura demonstrar a pertinência de sua aplicação em casos de violência sistêmica no contexto brasileiro e como a prática se insere no território latino-americano, através da análise de dois casos de investigação em que a autora contribuiu ativamente ao longo dos anos de pesquisa.

A Arquitetura Forense (AF) é uma área de conhecimento da qual decorre FA, agência de pesquisa baseada na Universidade de Goldsmiths em Londres, fundada em 2010 por um grupo de doutorandos, pesquisadores e artistas, coordenados pelo arquiteto e professor israelense Eyal Weizman, diretor e principal investigador da agência. Através do uso da arquitetura como metodologia, o grupo investiga casos de crimes estatais e corporativos, violência política e violação de direitos humanos, no contexto urbano e ambiental, em favor e conjuntamente com a comunidade afetada.

A agência é formada por arquitetos, *designers*, artistas visuais, fotógrafos, cineastas, e também trabalha com diversos profissionais como antropólogos, psicólogos, oceanógrafos, arqueólogos, entre outras especialidades da área forense e de tecnologia, a depender do caso de investigação. Através da criação de uma estética investigativa e de métodos de análise espacial, procura demonstrar como linguagens visuais de poder e violência são construídas – tecnológica, arquitetônica e esteticamente – e como podem ser quebradas, gerando modos de resistência e contraposição às várias formas de autoridade. Seu objetivo é inverter a lógica forense tradicional como ciência estatal e utilizá-la para a investigação do próprio Estado, e por isso definem sua prática como contra-forense (Weizman, 2017).

Para a Arquitetura Forense, a arquitetura é, alternadamente, o objeto de investigação, o método de pesquisa, e a forma de apresentação dos resultados encontrados (Weizman, 2017). O foco está em tornar visíveis elementos difusos ou dificilmente detectáveis pelo olho humano, e investigar o ambiente construído e o meio ambiente e seus elementos como sensores, que podem capturar eventos e registrá-los em sua superfície. O FA analisa esses registros e apresenta os resultados em modelos digitais 3D navegáveis que funcionam como dispositivos ópticos e interpretativos, examinando as relações entre evidências através da sincronização entre elas.

Neste processo, a agência borra os limites entre arquitetura, arte e ciência forense, e cria novas técnicas e práticas que permitem a leitura de imagens e dados na contemporaneidade, e o surgimento de novos espaços possíveis de atuação. Gera, assim, novos diagnósticos para novas patologias, e novos espaços para apresentar seus resultados. Dada a sua grande relevância e impacto, seu trabalho já foi indicado ao *Turner Prize*,¹ recebeu um *Emmy* na categoria notícias e documentários junto ao *The New York Times*, e foi exposto em diversos museus e galerias ao redor do mundo, como a Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2023, 2021 e 2016, na Bienal de

¹ Mais informações em: FORENSIC ARCHITECTURE. **Turner Prize 2018**. London, 2018. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/programme/events/turner-prize-2018> Acesso em: 15 set. 2022.

Arte do *Whitney Museum*, em Nova York, em 2019, e na *Documenta 14* de Kassel, em 2017.

Em uma sociedade permeada pelo avanço de tecnologias de vigilância, pela proliferação midiática, pela problemática das *fake news*, e pelo surgimento de novas formas de poder e controle que atuam de forma sistêmica, a verdade é um campo de batalhas, e a visibilização espacial da violência se torna cada vez mais importante para a compreensão de sua dimensão e consequências. Por isso, os métodos do FA se mostram pertinentes para a investigação de conflitos contemporâneos, contribuindo para a construção de um novo formato analítico que transita entre diferentes áreas de conhecimento, tensionando e entrecruzando seus limites de atuação, e permitindo a expansão e transformação do uso da arquitetura como mecanismo de investigação, em defesa dos direitos humanos e ambientais.

Após 13 anos de formação, aprofundamento da teoria, desenvolvimento da prática e de novas metodologias, e formação de profissionais e pesquisadores, a Arquitetura Forense passa hoje por um processo de difusão da metodologia e expansão da prática, representado principalmente pela disseminação dos métodos de análise e abertura dos processos investigativos, e pelo surgimento de novas agências de investigação ao redor do mundo. Estas se dividem entre unidades satélites ao FA, chamadas de “agências-irmãs”, e agências independentes, formadas em grande parte por ex-colaboradores do grupo.

Neste processo de “atomização” do FA, a teoria e prática da agência se expande para outros territórios, comunidades, contextos políticos, sociais e econômicos, e, assim, se transforma, criando novas linguagens, abordagens investigativas, formas de atuação e de socialização e apresentação das pesquisas, em novos fóruns, desde o contexto, necessidades e recursos locais.

A origem deste projeto de pesquisa está relacionada à minha experiência pessoal e profissional nas áreas de arte, direitos humanos e arquitetura. A aproximação com o campo da arquitetura se intensificou a partir do envolvimento com o coletivo de arquitetos, fotógrafos e designers Goma Oficina, da qual sou integrante. Desde 2010, o grupo vem praticando a experimentação de novas metodologias, visando a abertura dos processos projetuais e buscando democratizar ferramentas técnicas comuns à arquitetura. Através da exploração de relações sociais e territoriais, questiona papéis formais atribuídos à área e à atuação do arquiteto, e traz a interdisciplinaridade como fator importante para a realização de seus trabalhos. Foi no contexto do debate do coletivo Goma Oficina sobre estas metodologias experimentais que adquiri conhecimento do trabalho do laboratório de pesquisa FA.

Quando entrei em contato com a leitura da tese do arquiteto, professor, curador e crítico de arte Guilherme Wisnik, *Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas*² e a literatura envolvida, entendi a necessidade de estudar o modelo do laboratório londrino à luz desta discussão, e avaliar a pertinência de sua metodologia e a importância da criação de novas narrativas visuais a partir da arquitetura, para analisar conflitos contemporâneos. Ao finalizar a disciplina, ficou evidente para mim que os métodos e técnicas do FA, assim como as discussões e a forma de construção de

² WISNIK, Guilherme. *Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

conhecimento propostas por eles poderiam ser ferramentas capazes de nos fazer enxergar e caminhar através do nevoeiro contemporâneo.

Desde a elaboração do projeto desta pesquisa, havia um desejo de aproximação à agência e seus colaboradores e motivação na criação de laços acadêmicos, institucionais e profissionais, tanto por acreditar verdadeiramente que o método de pesquisa é de grande colaboração para o estudo casos de violência sistêmica e colonial no mundo e no Brasil para o entendimento comum sobre este tipo de violência, e para a criação de recursos para poder se contrapor à ela – sentimento exacerbado pela pandemia, pelo projeto de governo de Jair Bolsonaro e desdobramentos de suas ações nos últimos anos, principalmente em relação à formação de um ambiente de insegurança, à problemática das *fake news*, aos desmontes institucionais e ameaças de golpe militar –, quanto por uma certa dificuldade em encontrar outras análises aprofundadas, pesquisas acadêmicas ou críticas ao trabalho do FA, talvez por conta da formação relativamente jovem da agência, e também por sua chegada recente ao Brasil e América Latina.

Desta forma, este trabalho possui, além da dimensão teórica e do caráter histórico e de mapeamento das ações e expansão da AF ao longo dos anos, uma dimensão prática, para compreender a aplicação da metodologia, suas potencialidades, benefícios, habilidades, dificuldades e desafios, dentro do contexto da luta por direitos no Brasil. Neste sentido, logo no início da pesquisa, foram estabelecidas relações de colaboração com o professor Paulo Tavares, agente chave para a fundação e desenvolvimento do FA, atualmente diretor da agência independente de investigação e *advocacy* Autônoma, cuja generosidade permitiu tanto a realização da pesquisa de campo e entrevistas com membros do grupo, quanto o trabalho efetivo em projetos de investigação, como aquele que será analisado nesta dissertação. Hoje, como colaboradora da Autônoma, participo de casos de investigação, assim como da rede latino-americana de agências de Arquitetura Forense, *Autonomías Contraforenses*, que será analisada no terceiro capítulo desta dissertação.

Na mesma época em que se iniciaram as conversas com Tavares, tive conhecimento sobre a investigação do caso “Massacre de Paraisópolis” por parte do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (CAAF) – órgão que já estava no radar da pesquisa por conta dos trabalhos de Arqueologia Forense na identificação dos corpos da vala comum de Perus. Por conta das características do caso de Paraisópolis, a Coordenadora de Pesquisa do Grupo de Trabalho de Paraisópolis do CAAF, Desirée de Lemos Azevedo, se inspirou em metodologias da Arquitetura Forense para a condução da assessoria técnica prestada em acordo com a Defensoria do Estado, em conjunto com as famílias das vítimas. Ao entrar em contato com Desirée pude ser incluída na equipe de investigação como colaboradora voluntária, produzindo mapeamentos, espacialização de dados e visualizações, entre outras atribuições. O importante trabalho realizado pelo CAAF, o acolhimento recebido durante os anos de pesquisa, e os ensinamentos sobre o trabalho de base e de produção de dados sobre violência, feito de forma colaborativa com as famílias das vítimas e principalmente com Maria Cristina Quirino Portugal, foram essenciais para que esta pudesse ser realizada.

À luz deste contexto, esta é uma pesquisa que se propõe a estabelecer relações entre arquitetura, estética, violência e direitos humanos, buscando demonstrar o potencial investigativo da arquitetura, e sua contribuição para a retratação de processos violentos históricos e elaboração de outras formas de conhecimento. Desta forma, buscará trazer um panorama histórico da formação e atuação do FA, assim como estudos de casos emblemáticos e análise das novas iniciativas, com foco no território latino-americano, como forma de sistematizar suas metodologias e direcionamentos e compreender como a arquitetura, em colaboração com outras áreas de conhecimento, pode contribuir para a desconstrução de discursos de poder e construção de novas linguagens e narrativas visuais, fortalecendo um campo de práticas investigativas que permite um entendimento comum e contra-hegemônico sobre casos de violência sistêmica exercida pelo Estado e corporações na contemporaneidade, para fins de *advocacy* e reparação.

A pesquisa busca compreender a forma de funcionamento do FA a partir de suas três fases de desenvolvimento: I – criação do campo conceitual; II – prática e desenvolvimento das tecnologias e métodos de análise; e III – abertura do campo e formação do Comum Investigativo, marcada pela disseminação dos métodos e surgimento de novas iniciativas. A partir da análise do funcionamento do FA e das novas agências, a pesquisa então se volta para a aplicação e transposição da Arquitetura Forense no contexto brasileiro de violência e violação de direitos, através do estudo de dois casos de investigação.

A metodologia de pesquisa se divide em três frentes complementares. A primeira se resume na leitura e revisão da bibliografia proposta, dividida em “Sociedade contemporânea”, contendo ideias e preceitos que direcionam a base teórica da pesquisa, e “Forensic Architecture”, contendo a bibliografia específica e de produção da agência, com títulos em sua maioria de autoria de seu diretor, teórico e professor, Eyal Weizman, entre outros autores relacionados.

A segunda frente se desenvolve a partir da pesquisa de campo e realização de entrevistas com colaboradores e membros do Forensic Architecture e diretores das novas agências que se formam a partir da experiência do grupo, desde o contexto europeu e latino-americano. Por meio desta abordagem, a autora pôde conhecer alguns dos principais investigadores e colaboradores do FA, assim como a agência em Londres e em Berlim, mapear as novas iniciativas que estão estabelecidas ou em processo de formação, e compreender a dimensão e desenvolvimento do campo de conhecimento e atuação da Arquitetura Forense, para discutir questões e problemáticas específicas enfrentadas na atual fase de desenvolvimento.

As entrevistas permitiram o entendimento sobre questões para além dos livros e artigos, de forma exclusiva e direcionada, principalmente em relação ao percurso do FA e direcionamentos e desejos futuros da agência. Também possibilitaram a realização de um panorama preliminar das intenções, temáticas e formas de organização das novas agências, mapeamento este que se mostrou inédito e desejado por parte dos próprios colaboradores. Ao todo, foram realizadas entrevistas com as seguintes agências e pesquisadores:

- | | |
|----------|--|
| I | Agência Autônoma, Universidade de Brasília, Brasil. Entrevista concedida por Paulo Tavares, arquiteto, professor, pesquisador, curador, colaborador do FA e diretor da agência; |
| II | <i>Forensic Architecture</i> , Universidade de Goldsmiths, Londres, Reino Unido. Entrevista concedida por Samaneh Moafi, Diretora Assistente de Pesquisa e Coordenadora de Investigação do FA; |
| III | Agência FORENSIS, Berlim, Alemanha. Entrevista concedida por Robert Trafford, Diretor Assistente de Pesquisa e Coordenador de Investigação e Comunicação do FA e à época coordenador da operação para o estabelecimento da agência FORENSIS em Berlim; |
| IV | Agência INTERPRT, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, Noruega. Entrevista concedida por Nabil Ahmed, professor, pesquisador, colaborador do FA e diretor da agência; |
| V | Agência INDEX, Paris, França. Entrevista concedida por Francesco Sebregondi, arquiteto, pesquisador, colaborador do FA e diretor da agência; |
| VI e VII | Centro de pesquisa e agência Re/presentare, Cidade do México, México. Entrevistas concedidas por Elis Mendoza, arquiteta, pesquisadora e codiretora da agência, e Sergio Beltrán-García, arquiteto, pesquisador, colaborador do FA e codiretor da agência. |
| VIII | Agência Plano Negativo, Bogotá, Colômbia. Entrevista concedida por Hannah Meszaros Martín, cineasta, pesquisadora, colaboradora do FA e codiretora da agência, e Oscar Pedraza, pesquisador, professor e codiretor da agência. |

A terceira frente da metodologia parte tanto da experiência ativa da autora no caso de investigação “Massacre de Paraisópolis”, que investiga a ação policial que resultou nas nove mortes do Baile da DZ7, em Paraisópolis, São Paulo, em 2019, junto ao CAAF, quanto da experiência de trabalho na campanha de *advocacy* do caso “Memória da Terra”, que estuda a violência histórica e sistêmica aferida ao povo A’uwe Xavante desde os tempos coloniais, realizado pelo professor e arquiteto Paulo Tavares no âmbito da agência Autônoma, comissionado pelo Ministério Público Federal. Nesta frente, também foram realizadas entrevistas com alguns dos agentes chave envolvidos no caso de Paraisópolis, relacionados a seguir:

- IX Desirée de Lemos Azevedo, antropóloga e pesquisadora do CAAF/Unifesp. Coordenadora do Grupo de apoio técnico-científico à atuação da Defensoria Pública no Caso “Massacre de Paraisópolis”;
- X Maria Cristina Quirino Portugal, colaboradora CAAF/Unifesp no Grupo de apoio técnico-científico à atuação da Defensoria Pública no Caso “Massacre de Paraisópolis”. Mãe de Denys Henrique Quirino da Silva, uma das vítimas do massacre;
- XI Davi Quintanilha, Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/SP) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à época do “Massacre de Paraisópolis” (dezembro de 2019).

A partir disso, a estruturação do trabalho se divide em três capítulos: I – *Forensic Architecture*: a verdade como prática coletiva; II – O campo articulado da Arquitetura Forense e o Comum Investigativo e III – A Arquitetura Forense no contexto brasileiro e latino-americano.

O primeiro capítulo apresenta o objeto de estudo da pesquisa, o laboratório *Forensic Architecture*, assim como o campo de conhecimento da Arquitetura Forense, e explica o que são, o que fazem e como trabalham. Busca elucidar como o laboratório se formou, à luz de quais questões, e o que possibilitou seu desenvolvimento. Para isso, traz o pano de fundo teórico no qual o grupo se insere, suportada pela tese do Nevoeiro de Guilherme Wisnik, a questão da verdade e da imagem, vigilância e visibilidade, e a complexificação de formas de violência e opressão na contemporaneidade. A partir disso, irá analisar os conceitos teóricos que embasam a atuação do grupo e a ação prática, metodologias e formas de apresentação dos resultados em diferentes fóruns, através da análise de alguns casos de investigação emblemáticos da agência.

O segundo capítulo aborda o momento presente da agência e da Arquitetura Forense em geral, com a disseminação da teoria e prática e dissolução das fronteiras do FA, e apresenta o conceito de *Investigative Commons*, ou Comum Investigativo, aprofundada recentemente por Eyal Weizman. Neste capítulo, será realizada uma sistematização e mapeamento das novas agências que surgem desde o contexto da Europa e América Latina.

O terceiro capítulo se debruça sobre a aplicação dos métodos da Arquitetura Forense no Brasil e na América Latina, e busca compreender quais são os desafios na transposição de linguagens e abordagens para o contexto latino-americano de violações de direitos e luta por justiça, que situa a prática a partir de outras temáticas, necessidades e perspectivas. Para isso, serão analisados dois estudos de caso de investigação anteriormente mencionados, “O Massacre de Paraisópolis” (CAAF) e “Memória da Terra” (Autonoma).

Este é um trabalho que entende a arquitetura como linguagem e ferramenta de investigação na luta por justiça, e ressalta-se que se trata de uma pesquisa pioneira a respeito do tema da Arquitetura Forense no âmbito da FAUUSP. Assim, busca apresentar esta área de conhecimento e levantar dados para o reconhecimento da importância da assimilação da AF como disciplina e prática que permite não só a referência e o entendimento compartilhado

sobre os acontecimentos violentos contemporâneos, mas propõe a capacitação da sociedade para o uso dessa metodologia no contexto de defesa civil e contração às formas de opressão, como forma não só de enxergar, mas de atuar contra formas nebulosas, sistêmicas, históricas e contemporâneas de violência.

Espero que os resultados aqui trazidos, as análises realizadas e as questões levantadas possam vir a contribuir para outras pesquisas, investigações e atuações práticas na intersecção entre arquitetura, estética, ciência e direitos humanos, que interroguem práticas violentas na América Latina e no Brasil.

Forensic

A
prática

verdade

Architecture:

como
coletiva

CAP.

I

A crise contemporânea da verdade

A mediação da relação humana por imagens é uma temática amplamente explorada por diversos teóricos desde o advento da fotografia no século XIX³, e ganha novas perspectivas frente ao avanço de tecnologias de informação e vigilância. O aumento do campo visual contemporâneo resultante desses avanços engendra hoje uma série de transformações sociais importantes e cria novas políticas da imagem e do olhar que regem grande parte das interações e relações humanas (Beiguelman, 2021).

Na obra *O que vemos, o que nos olha*, o filósofo e historiador de arte francês Georges Didi-Huberman traz conceitos para elucidar nossos modos de ver as imagens. Ele defende que ver é uma operação do indivíduo que estabelece uma relação entre aquele que olha e aquilo que é olhado (Didi-Huberman, 1998). Quase trinta anos depois da publicação da obra, é possível perceber que essa relação se dá de forma cada vez mais assimétrica, pois há um verdadeiro abismo entre os mecanismos pelos quais vemos e somos vistos (Beiguelman, 2021).

Para a professora e artista visual Giselle Beiguelman, em sua obra *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*, “as imagens tornaram-se as principais interfaces de mediação do cotidiano” (Beiguelman, 2021, p. 10), na medida em que se torna não somente mais fácil, mas necessário produzi-las e disseminá-las, para a realização de atividades diárias. Atualmente, mais da metade da população possui um *smartphone* (Strategic Analytics, 2021), aparelho que passou por contínuos avanços tecnológicos desde que começou a ser comercializado na década de 1990. Com câmeras cada vez mais robustas e acesso à internet, o celular passa a ser o principal protagonista do modo de vida contemporâneo, e permite a proliferação de imagens e dados em velocidade, qualidade e quantidade nunca antes vistas.

Sob essa perspectiva, o arquiteto, curador e crítico de arte Guilherme Wisnik argumenta que a passagem do moderno para o contemporâneo é marcada pelo adensamento de um grande nevoeiro, permeado pelas nuvens de informação da internet, e por um progressismo não mais linear, mas difuso e descontrolado, no qual estamos todos imersos e sob constante ameaça de formas de violência menos perceptíveis, de maneira sistêmica e imanente (Wisnik, 2018).

Wisnik entende que a sociedade da informação hipervisível⁴ nos oferece uma promessa de nitidez através de um fluxo ininterrupto de dados, imagens e notícias que permite penetrar fundo naquilo que olhamos, tão fundo que acabamos por perder nosso senso de referenciamento. Imersos nessa névoa produzida pelo excesso de estímulos gerados pela aparelhagem contemporânea, e constantemente vigiados por câmeras, celulares e algoritmos, nossa capacidade cognitiva de referenciação em relação ao entorno e de distanciamento crítico é

3 Dentre os teóricos que abordam essa temática, destacam-se principalmente Jacques Lacan – psicanalista francês que explorou a natureza da imagem e sua relação com a psique humana –, Walter Benjamin – filósofo alemão que se debruçou sobre a relação entre a reprodução em massa da imagem e suas promessas e consequências –, e Marshall McLuhan – teórico da comunicação que desenvolveu a ideia de que a tecnologia da imagem e dos meios de comunicação tem o poder de moldar e distorcer a percepção humana.

4 Jean Baudrillard (1991), em sua obra *Simulacros e simulação*, define a hipervisibilidade como uma condição imposta pela saturação do espaço de visão pela hegemonia das imagens, e pela consequente perda de uma capacidade cognitiva do reconhecimento de referenciais.

embotada, facilitando assim a perda da capacidade de leitura, posicionamento e resposta frente àquilo que vemos (Wisnik, 2018).

Vemo-nos, portanto, diante de uma situação dual. De um lado, uma opacidade em relação à compreensão geral das coisas, à nossa capacidade de nos situarmos individual e coletivamente em um sistema-mundo globalizado que se tornou impalpável e especializado demais. De outro, uma nitidez excessiva no trato mais objetivo e cotidiano com as informações, promovida pelo aumento da acessibilidade, da proximidade e da ubiquidade. (Wisnik, 2018, p. 89).

Essa condição contemporânea da hiperconectividade (Wisnik, 2018) pode ser pensada a partir do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), uma somatória de fatores e estímulos positivos que se sobrepõem constantemente em lógica de rede, como as superposições complexas de camadas de um quadro cubista, ou pelo hiperespaço de Fredric Jameson (1997), que parte do pressuposto de que as mudanças ocorridas no espaço pós-moderno do capitalismo tardio refletem na criação de um território que não pode mais ser habitado fisicamente, provocando um “achatamento perceptivo” (Wisnik, 2018, p. 203) do sujeito em relação ao seu entorno. Assim, perde-se a capacidade de mapear-se cognitivamente (Jameson, 1997), pois nos vemos diante de uma mudança espacial que não é acompanhada na mesma velocidade por mudanças subjetivas (Wisnik, 2018).

Desta forma, se antes existia uma ideia de ampliação democrática e de emancipação humana através da popularização da internet e de dispositivos tecnológicos (Benjamin, 2013), o que ocorre hoje é justamente o contrário. De encontro a esta ideia, o professor e arquiteto Paulo Tavares, associado ao Forensic Architecture, argumenta que a multiplicação de informações e imagens às quais temos acesso não proporciona uma aproximação à verdade, mas sua própria desfiguração (Bentes; Bruno; Faltay, 2018). Para Tavares, não só se torna mais difícil referenciar-se frente ao fluxo informacional intenso, mas os dados e imagens “são passíveis de ser utilizados para legitimar formas de poder, dominação e opressão” (Bentes; Bruno; Faltay, 2018, p. 326).

Eyal Weizman, arquiteto, professor, e fundador e diretor do FA, entende que vivemos em um mundo *hiperestetizado*,⁵ no qual a questão estética se tornou demasiada intensa à condição humana. Há muitos dados, imagens e informações difundidos por infinitos canais, de forma que não é mais possível registrar e organizar os sentidos para captar o que está sendo transmitido. O cérebro humano não consegue compreender a imensidão de material midiático em circulação, e, por consequência, não consegue fazer sentido dela. Weizman chama essa condição de *Hiperestesia*, definida por um distúrbio neurológico que provoca o excesso de sensibilidade de um sentido ou órgão a qualquer estímulo (Fuller; Weizman, 2021).

Como um filme fotográfico que, se exposto à luz, ao invés de registrar a informação acaba por apagá-la, a *Hiperestesia*, em diálogo com o *Nevoeiro* de Wisnik, é uma condição que traduz o *blur* contemporâneo (Wisnik, 2018). Advindo das ruínas da

⁵ O conceito de *Hiperestética* é definido por Eyal Weizman e Matthew Fuller em *Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth* como um estado de sentido estético e capacidade sensorial aguçados, resultado da disseminação de práticas e mecanismos de vigilância e monitoramento, que ampliam as formas de sensibilização e registro dos eventos e relações que ocorrem no mundo, e será analisado em maior profundidade ao longo deste capítulo (Fuller; Weizman, 2021).

percepção, a *Hiperestesia* é um momento de crise, permeado por forças políticas que usam a falta de referenciação como oportunidade para captar discursos, inflamar discussões, e disseminar notícias falsas, problematizando ainda mais a questão da verdade na contemporaneidade.

A CULTURA DA VIGILÂNCIA: O QUE NOS OLHA?

Para além da imagem que vemos, existe também a imagem que nos vê. Vivemos em um mundo constantemente mapeado e vigiado. Ferramentas digitais, hoje indissociáveis da rotina pública e privada de qualquer indivíduo, ao mesmo tempo em que facilitam muitas de nossas atividades diárias, também vigiam dados e movimentações de seus usuários. Radares, drones, câmeras de segurança ligadas a aplicativos, sistemas de monitoramento e reconhecimento facial, algoritmos de redes sociais que identificam comportamentos, aplicativos de relacionamentos que se utilizam da sua localização para dar *match*. Na pandemia do coronavírus, o *big data* foi uma ferramenta muito utilizada para conter a disseminação da doença através de aplicativos de rastreamento, sensoriamento remoto, câmeras térmicas e outras tecnologias de controle fisiológico (Han, 2020).

Tavares acredita que estes instrumentos de monitoramento, verdadeiros dispositivos de vigilância, também são ferramentas de dominação e estão tão disseminados nas operações sociais e cotidianas que se naturalizam e se tornam parte do ambiente em que vivemos, dando forma às cidades e aos territórios contemporâneos. “Em certo sentido, os meios de produção do capitalismo contemporâneo são cada vez mais socializados, mas não de maneira a levar à libertação do trabalho ante o capital, e sim expandindo o alcance do capital para novos domínios e tornando o controle ainda mais incisivo.” (Bentes; Bruno; Faltay, 2018, p. 327).

Essa expansão do controle do capital é definida por Shoshana Zuboff como *capitalismo da vigilância* (Zuboff, 2018). Filósofa e professora emérita da *Harvard Business School*, ela argumenta que a sociedade está hoje sob o domínio de uma nova lógica de acumulação hegemônica que opera pela capitalização de informações, dados e imagens de usuários em um novo e desregulado mercado de anunciantes, não só através da vigilância, mas também de práticas de modificação do comportamento humano, que servem para controlar este mercado.

Para Zuboff (2018), os arranjos econômicos e políticos do uso e vigilância de dados configuram a arquitetura do *Big Other*, um regime institucional em rede “que suplanta a necessidade de contratos, de governança e o dinamismo de uma democracia de mercado” (Zuboff, 2018, p. 44). Em oposição à figura do *Big Brother* de George Orwell, defende que o poder e o controle não podem mais ser resumidos por um símbolo totalitário de controle centralizado. O que ocorre hoje é justamente o contrário. A nova arquitetura da vigilância rompe com as barreiras físicas do Panóptico, infiltrando-se e criando caminhos manipulados e não-conscientes de comportamento humano:

Os *habitats* dentro e fora do corpo humano estão saturados de dados e produzem oportunidades radicalmente distribuídas para observação, interpretação, comunicação, influência, predição, e em última instância,

modificação da totalidade da ação. Ao contrário do poder centralizado da sociedade de massa, não existe escapatória em relação ao *Big Other*. Não há lugar para estar em que o Outro também não está. (Zuboff, 2018, p. 44).

Dessa maneira, Zuboff elabora uma definição sobre outra configuração de formas de controle e vigilância na contemporaneidade que vai além do projeto do Panóptico do filósofo inglês Jeremy Bentham – o modelo arquitetônico para o conceito de *sociedade disciplinar* do filósofo francês Michel Foucault –, que existe não na presença, mas na ausência de uma autoridade legítima reguladora.

NEOPANÓPTICO?

Na década de 1970, no contexto das demandas da economia industrial e do nascimento do urbanismo moderno, o filósofo francês Michel Foucault define a *sociedade disciplinar* como uma sociedade na qual o poder opera pela visibilidade total dos corpos. Esse controle pela vigilância, visível, mas inverificável, assegura o funcionamento automático do poder e organiza a distribuição de corpos dóceis no espaço, multiplicando a eficiência e velocidade da produção e do consumo (Foucault, 2014).

Foucault baseia seu pensamento no modelo do Panóptico de Jeremy Bentham, que no século XVIII cria um sistema arquitetônico de funcionamento de instituições como prisões, hospitais, escolas e fábricas, baseado na visibilidade e vigilância dos indivíduos. Seu projeto de prisão, por exemplo, consiste em uma torre central cujo interior não é visível desde o exterior, rodeada por um anel periférico no qual estão localizadas as celas. Uma vez que os detentos não conseguem ver o interior da torre, não sabem se o vigia está presente ou não, estimulando, desta forma, uma autorregulação das condutas, pois, ao não saber em que momento está sendo vigiado, o sujeito tenderia a manter um padrão de bom comportamento contínuo:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir o detento a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce. [...] Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. (Foucault, 2014, p. 195).

Hoje, a questão não é sobre exercer o poder através da vigilância, mas a própria vigilância é a chave do poder. A capitalização do uso de dados e imagens, vendidos pelo Google para anunciantes, a configuração de comportamentos através de algoritmos que leem hábitos de consumo, tecnologias de rastreamento e equipamentos militares como *smart drones* que adentram lares e miram alvos específicos, são exemplos de como a vigilância agora se torna produto essencial

à vida humana, e também a transforma em seu próprio produto de consumo. Há uma dimensão sistêmica e difusa desse poder de controle, pois as ferramentas pelas quais ele opera estão intrinsecamente conectadas às necessidades humanas e atividades cotidianas. Não é mais um espaço vigiado do qual se pode simplesmente sair. Neste sentido, o professor, crítico e acadêmico Jonathan Crary argumenta que o “panoptismo modernizado se expandiu muito além das ondas visíveis de luz, em direção a outras regiões do espectro, para não mencionar os diversos tipos de escâneres não ópticos e sensores térmicos biológicos” (Crary, 2016, p. 25).

Já Giselle Beiguelman não entende apenas que estamos inseridos em um novo formato de sociedade disciplinar do *neopanóptico*, definida pela grande assimetria de poder entre os mecanismos de vigilância e as grandes corporações que capitalizam e dominam a *datificação* do social,⁶ e pela incapacidade cognitiva dos indivíduos para compreender esses mecanismos e proteger-se deles. Para além dessas características, ela defende que, hoje, estamos imersos em um novo modelo de vigilância algorítmico que opera mais pela relação *entre* os indivíduos do que por uma forma de controle panóptico *sobre* a sociedade: “nessa situação, todos controlam todos, a partir das interações pessoais, e o rastreamento passa a depender da extroversão da intimidade pessoal do sujeito em rede” (Beiguelman, 2021, p. 65). Para ela, a naturalização da vigilância é um dos mais desconcertantes paradoxos da política da imagem na contemporaneidade, pois, nesta lógica, nós produzimos as próprias imagens que nos vigiam:

Somos vistos (supervisionados) a partir daquilo que vemos (as imagens que produzimos e os lugares em que estamos). Ou seja, os grandes olhos que nos monitoram vêm pelos nossos olhos. É isso que diferencia a vigilância atual do sistema panóptico, que foi sua metáfora mais contundente até a explosão da sociedade de controle em que vivemos hoje. (Beiguelman, 2021, p. 64).

Sob outro aspecto, Eyal Weizman, fundador e diretor do FA, fala sobre um modelo anti-panóptico para pensar como se dão as relações de poder e controle no espaço. Para ele, o modelo do Panóptico considera o espaço como entidade estática, no qual relações de poder habitam de maneiras particulares, fazendo uso das características formais existentes na cidade. Ao contrário desse pensamento, Weizman acredita que o poder atua como um campo de forças constantemente articulado, que transforma o espaço sobre o qual opera. Para ele, o ato de governar o espaço é o ato de modificá-lo, através de construções e destruições, e por isso o espaço deve ser pensado em movimento, sob influência de uma dinâmica que altera a diagramação espacial e, conseqüentemente, o diagrama de poder e controle. Neste sentido, a cidade e o ambiente construído funcionam como um aparato do governo, e a forma da cidade – suas praças, viadutos, fronteiras, sistemas de circulação conectados, edifícios –, ou seja, a organização formal da matéria sobre a superfície, e a reorganização dos elementos no espaço, são evidências das relações de poder que se dão dentro dele (Weizman, 2017b).

Voltando ao modelo da sociedade disciplinar de Foucault, observamos características pertinentes e definições importantes para o modo de

⁶ O conceito de *datificação* do social pode ser encontrado em Beiguelman (2021).

pensar as relações de poder e controle que atuam historicamente sobre os corpos no espaço, mas é possível identificar que na sociedade contemporânea essas relações se multiplicam de forma imanente, sistêmica, dinâmicas, e se afastam de um modelo binário de poder e controle. Como ele mesmo coloca: “a visibilidade é uma armadilha” (Foucault, 2014, p. 194), e a luz que permite tudo ver agora nos atravessa, e seu clarão ofusca nossa visão (Wisnik, 2018).

Se em séculos passados se criaram regras para dominar os corpos dóceis, Beiguelman acredita que os regimes imagéticos da sociedade contemporânea criam as regras dos “olhares dóceis” (Beiguelman, 2021, p. 46). Porém, ao mesmo tempo em que os mecanismos de controle se tornam cada vez mais infiltrados e sistêmicos, também permitem o surgimento de novos formatos de cálculo e análise. Sendo assim, é importante aprender a ver sob orientação de outra lógica que não é humana, porque esta lógica de máquina já nos enxerga, e penetra fundo naquilo que observa (Beiguelman, 2021).

DESAPRENDER A VER COMO HUMANOS, APRENDER A VER COMO MÁQUINAS

Nessa nova dimensão estética e cognitiva, a imagem se tornou um campo de batalha. Ela é ao mesmo tempo um dispositivo de vigilância, uma mercadoria, forma de produção e comunicação, e um meio pelo qual se exerce o poder e o controle. As políticas da imagem hoje definem o que pode ser visto, representado e conhecido (Beiguelman, 2021).

Em *O que vem depois da farsa?*, o crítico de arte Hal Foster entende que “atualmente, muitas imagens não se prestam nem a documentar nem a desrealizar o mundo; pelo contrário, as imagens virais modelam as próprias realidades, não raro de forma independente de nossa agência e contra nossos interesses” (Foster, 2021, p. 137). Essas “imagens virais”, de vigilância e rastreamento, são produzidas por máquinas, e para máquinas. São imagens que não conseguimos ver e que não servem à representação, mas são imagens ativas, que agem e intervêm sobre a vida cotidiana:

Em geral, somos levados a acreditar que dispositivos visuais melhoraram nossa capacidade de enxergar, ... que esses dispositivos são capazes de expandir nossa visão de maneira artificial. Nos dias de hoje, no entanto, muitas máquinas não só fazem todo o esforço de enxergar por nós, como também agem com base em padrões detectados por elas mesmas. (Foster, 2021, p. 153).

Esse sistema máquina-máquina, já antecipado e muito explorado pela ficção científica, produz um cenário em que nossas relações com o mundo são mediadas por imagens invisíveis. Satélites, leitores automatizados de reconhecimento de rostos e objetos por registros eletromagnéticos, codificação por softwares, e outras imagens que permeiam nossas interações, são definidas pelo artista e documentarista Harum Farocki como *operacionais*, que não tem mais fins de representação, mas de intervenção e ativação (Foster, 2021). Neste sentido, mundo em que vivemos não é somente produzido por máquinas, mas também

“operado por redes que estão muito distantes de nossa percepção – e mais ainda de nosso controle” (Foster, 2021, p. 151).

Herdeira de Farocki, a artista e teórica Hito Steyerl defende que precisamos aceitar essa condição amorfa e nos capacitar para ver e pensar como máquinas, para “escanear, decodificar e conectar” (Foster, 2021, p. 138), no sentido de se apropriar da lógica maquínica como aprimoramento das formas de ver:

A informação é transmitida como um conjunto de signos que não podem mais ser captados pelos sentidos humanos. A percepção humana contemporânea é maquínica em um grau ainda mais intenso. Apenas uma minúscula parte dela está inserida no espectro de luz visível para os humanos. As cargas elétricas, as ondas de rádio, os pulsos de luz codificados por máquinas e para máquinas cruzam o ar em velocidades quase subliminares. A visão perde sua importância e é substituída pela filtragem, pela deciptação e pelo reconhecimento de padrões. (Steyerl, 2017, p. 47).

À luz desta discussão, o artista Trevor Paglen (2016), também influenciado por Farocki, tem sua produção marcada pela questão da vigilância e por formas de visão maquínica, e acredita que é necessário ampliar nosso vocabulário visual sobre o campo de forças, arranjos políticos e normas que atuam ao nosso redor, para conseguir enxergar essas infraestruturas invisíveis que permeiam o tecido social e urbano.

Portanto, relendo Didi-Hubberman (1998; 2011), se não podemos mais ver as imagens, e não somos capazes de entender e muito menos controlar o que nos olha, como nos reposicionar frente a esse domínio estético opressor contemporâneo das imagens que se apresentam a nós? Como podemos desvelar as camadas e regular o brilho das telas (Wisnik, 2018)? Como aprender a ver e pensar como máquinas nessa nova ordem digital?

Preocupado com as consequências da questão da visão de máquina e inteligência artificial como infraestruturas progressivamente automatizadas, Paglen trabalha com ferramentas que permitem enxergar o mundo pelas lentes de sistemas de visão operados por máquinas. Em *Clouds*,⁷ o artista produz uma série de fotografias de nuvens nas quais aplica algoritmos de visão computacional, explicitando o ponto de vista da máquina e deflagrando uma estética de vigilância e monitoramento (Figura 1).

Paglen busca indicar uma direção e aproximar-se de uma linguagem que nos atravessa – não como estratégia para “vencer” os algoritmos, ou como forma de criar imagens “adversárias”, que ao final acabam apenas sendo incorporadas ao mesmo sistema a que se opõem, fortalecendo processos de reconhecimento de padrões –, mas, como possibilidade de encontrar frestas, espaços possíveis de expressão, ou “espaços seguros na esfera digital invisível” (Paglen, 2016).

Junto ao FA, Eyal Weizman acredita no poder de quebrar as imagens como forma de desestruturar linguagens visuais de poder e assume um caminho político. Da mesma forma que Paglen, não acredita em vencer esses mecanismos de vigilância e controle, mas, ao contrário, busca se apropriar deles para atuar em defesa dos direitos humanos. Weizman (2017a) entende que, em

⁷ Ver: PAGLEN, Trevor. **Clouds**. Blog Trevor Paglen, [s.l.], may 22, 2020. Disponível em: <https://paglen.studio/2020/05/22/clouds/>. Acesso em: 20 jun. 2022.



Fig. 1 CLOUD #135. A obra mostra mecanismos de vigilância tentando ler uma imagem de nuvens. Podemos observar as linhas tentando fazer a leitura da imagem. Fonte: Hough Lines, 2019. Disponível em: <https://paglen.studio/2020/05/22/clouds/>.

com o domínio espesso e estético das imagens, e compreender que nosso habitar o domínio das imagens é por navegação. E é por isso que pensamos que o FA desempenha um importante papel na investigação lógica do presente. Nós pensamos especialmente e entendemos que para interrogar um caso precisamos construir relações espaciais entre as imagens. A arquitetura é um tipo de *milieu* para a compreensão das imagens, a arquitetura é um dispositivo óptico. (Weizman, 2020a, n.p.).

No trabalho realizado pelo FA, a arquitetura funciona como uma ferramenta contemporânea de *fazer-visível*, de possibilitar enxergar as imagens e através das imagens, como forma de interpretar e agir sobre os conflitos contemporâneos. Se o avanço de tecnologias e o volume de informações, dados e imagens cria outros regimes políticos e meios de opressão, também permite surgir um novo contexto investigativo de contestação e resistência.

A necessidade do Forensic Architecture como prática surge do fato de que os conflitos contemporâneos ocorrem cada vez mais em áreas urbanas, onde lares e bairros se tornam alvos e a maioria das mortes de civis ocorre dentro de cidades e edifícios. Provas cruciais agora são geradas em uma escala sem precedentes tanto por civis quanto por aqueles envolvidos no incidente, e são compartilhadas amplamente em redes sociais. Embora tais desenvolvimentos tenham contribuído para a complexidade de formas de conflito e controle, também permitiram novos meios de monitoramento. À medida que os campos de batalha urbanos se tornam cada vez mais densos e mais complexos em termos de dados e ambientes de mídia, o FA acredita que o trabalho dos direitos humanos deve se engajar com os desafios das novas mídias e das evidências *open source*, geradas pela sociedade civil. (Weizman, 2020, n.p.)

Assim, com a cidade como palco principal dos conflitos contemporâneos, e como um ambiente midiático cada vez mais denso, emerge o potencial investigativo da arquitetura dentro do contexto de defesa civil e luta contra a violação de direitos humanos. Engajada com outras formas de conhecimento, as habilidades espaciais

conflitos contemporâneos, tanto a violência quanto sua investigação são práticas imagéticas. Por isso, defende a ideia de que precisamos “habitar as imagens”, e o faz através da arquitetura:

Não podemos ver o nosso ambiente, o ambiente físico e a arquitetura das coisas como a superfície rígida contra a qual nos chocamos. É preciso vê-los como integralmente interligados

da arquitetura podem contribuir, desta maneira, para a organização das formas de enxergar e se posicionar na contemporaneidade.

VERIFICAÇÃO ABERTA

Desde o novo regime das imagens surge o fenômeno da *pós-verdade*, operado pelo bombardeamento de *fake news*,⁸ o uso de redes sociais para disseminar verdades estabelecidas, afirmações e negações, em uma lógica frenética e contraditória, que busca dificultar a capacidade humana de raciocinar, contestar e avaliar fatos. Esta estratégia política se fez presente principalmente nas primeiras duas décadas do século XXI, e se tornou marca registrada de governos autoritários de direita, como o de Jair Bolsonaro e Donald Trump.

Durante a pandemia da Covid-19, este sentimento de falta de referência e incerteza foi adensado pelas inúmeras crises que se tornaram mais visíveis: sanitária, ambiental, econômica, política e social. O que parece um profundo regresso ao passado, se desdobra na presente crise sistêmica do capitalismo, se retroalimentando de suas próprias catástrofes. Neste cenário, no qual se torna ainda mais urgente a busca por respostas e verdades, aumenta-se a vulnerabilidade a tipos de discursos que estabelecem verdades simples, fáceis e quase religiosas: “O objetivo é que, quando as pessoas não souberem mais o que pensar, como estabelecer fatos ou quando confiar neles, os que estão no poder possam preencher esse vazio com o que quiserem” (Weizman, 2019, n.p.).

Essa tática de poder não é nova. Aqueles que trabalham com a defesa dos direitos humanos e combate à violência colonial sempre se depararam com a disputa pela produção de conhecimento e verdade e a negação como formas de controle e progresso, processos de opressão históricos enfrentados por minorias e comunidades racializadas. Neste sentido, a violência colonial se define não somente pela aferição da violência física em si, mas pelo apagamento de seus próprios rastros e evidências ou sua naturalização em prol do desenvolvimento nacional. Ou seja, a violência colonial é uma violência contra a verdade (Weizman, 2019).

Técnicas de gerenciamento de percepção, ofuscação de violência e desapropriação, destruição de evidências e evasões megalomaniacas apenas recentemente migraram da fronteira dos conflitos coloniais para a praça como uma carcaça nas margens da política ocidental dominante. [...] O colonialismo e o Império podem ter tido a ciência e a tecnologia do seu lado, mas sempre foram e ainda são bolas de demolição epistemológica, destruindo uma plenitude de diferentes formas de conhecimento e percepção. (Fuller; Weizman, 2021, p. 21).

Para além das distorções e manipulações da verdade, sempre presentes na história da política, a questão, hoje, é o fato de o poder operar de forma a suprimir e deslegitimar as próprias instituições que produzem conhecimento ou estabelecem, questionam e interrogam fatos e verdades – a academia, a ciência, o

⁸ O termo *pós-verdade* se tornou protagonista no cenário político recente para descrever uma situação contemporânea em que informações sem fonte ou embasamento – as chamadas *fake news*, ou “notícias falsas” – são disseminadas em rede como fatos consistentes que rapidamente ganham status de verdade, influenciando e manipulando a opinião pública.

museu, a escola – em uma verdadeira guerra antiepistemológica e anti-instituição (Weizman; Fuller, 2021). É, de fato, uma negação ao debate. A condição imposta pela combinação de fenômenos como a nova política das imagens, tecnologias da vigilância e volume de produção e disseminação de informação, retroalimentados, leva esta situação a se adensar de forma difusa e gasosa – apesar de proferir os mais físicos e destruidores resultados – e, por isso, exige novas estratégias de monitoramento e contraposição.

Se, no passado, olhávamos para os modos como a sociedade era destruída e os genocídios eram empreendidos e encobertos, estamos agora em um mundo onde as imagens fazem o que a paisagem fazia, a cobertura dos traços. Nós precisamos “desler” as imagens, ir contra os modos como os governos desenvolvem certas linguagens visuais. Precisamos analisá-las e quebrá-las. (Weizman, 2020a, p. 65).

O duplo caráter da violência colonial e a forma como os dados são gerados e produzidos pelo Estado são questões centrais que Weizman, à frente do FA, busca analisar e enfrentar. Pois, não se trata apenas de desqualificar ou negar discursos narrativos de violência, mas sim de desvelar a forma como os dados e informações que embasam esse discurso são produzidos. Para além de uma disputa de narrativas, o FA está envolvido em uma disputa cognitiva, ou seja, um embate que ocorre na própria codificação da informação, na construção do conhecimento e da verdade, essencialmente, na economia política do dado.⁹

Portanto, para combater uma era antiepistemológica *infoacelerada*, não basta apenas questionar e desconstruir discursos, ou, por outro lado, exaltar instituições que produzem conhecimento e verdades, estas também problemáticas. Deve-se combinar estratégias. Além da desconstrução de linguagens, narrativas e de verdades estabelecidas, também é fundamental reconstruir a verdade do que aconteceu como forma de produção de conhecimento não-hegemônico. E essa construção deve ser coletiva (Weizman, 2019).

O que Eyal Weizman propõe é que toda a ideia de verdade, hoje, deve se reconfigurar para um significado e processo que é intrínseco à própria construção de conhecimento: a verificação. “A verificação diz respeito à verdade não como substantivo ou como essência, mas como prática, contingente, coletiva e *poli-perspectiva*” (Weizman, 2019, n.p.).

O que o FA busca fazer é que o próprio processo investigativo ocorra de forma a reunir diferentes perspectivas, conhecimentos, e processos metodológicos, que contenha em si relações políticas engajadas entre os agentes que participam desta construção – desde o especialista a quem sofre a violência –, que juntos constroem um modelo complexo e navegável de evidências e fatos verificados e verificáveis. Essa forma de produção de conhecimento, dados e informações, que podemos definir como “epistemologia colaborativa”, também é uma forma de autenticação do próprio processo de investigação, que deve ser socializado.

O processo de verificação aberta estabelece um contrato social que inclui todos os seus participantes em uma complexa montagem de produção e

⁹ Problematização colocada pela socióloga Vera Telles na qualificação de mestrado da pesquisadora.

divulgação. Todo caso produzido pela Verificação Aberta é, portanto, não apenas evidência do que aconteceu, mas também evidência das relações sociais que o tornaram possível. (Weizman, 2019, n.p.).

Quando o valor da verdade se torna instável, se faz urgente estabelecer outro significado a ela (Weizman, 2020b). Weizman prefere falar em uma *verificação aberta de fatos* e propõe processos de investigação complexos dos fatos e acontecimentos, de forma que possam ser testados e contestados no domínio público. Porém, é importante ressaltar que não se trata de entender a verdade como inexistente ou relativa, ou, por outro lado, de forma positivista, como um conhecimento científico, mas entender que fatos se formam na convergência de múltiplas perspectivas, e a verificação é uma construção, uma montagem que depende de diferentes análises conscientes das dificuldades da representação, que sempre permanecerá suspeita de termos como “fatos”, “evidências”, “verdades” e “conhecimento”, e que comporta, em sua composição, contradições e ambiguidades (Weizman, 2017).

A Verificação Aberta é uma prática de verdade que não depende da autoridade institucional do orador para explicá-la. A verdade do Estado está sempre por trás da fachada de alguma organização. Um think tank, uma universidade, ou um centro de pesquisa em mudanças climáticas. Elas dão autoridade ao que é falado. Muitas vezes, por trás delas, você tem uma caixa preta e não consegue visualizar o processo e verificá-lo por conta própria. Então, isso é verdade, ou em latim, *veritas*. Preferimos a palavra *verificação*, porque é uma prática e está sempre mudando. A verificação é uma prática imanente, e, ao contrário da credibilidade, envolve a interconexão de diferentes conhecimentos e habilidades: artistas, cientistas e jornalistas, trabalhando junto com as comunidades. Nós socializamos a evidência, e trazemos ao processo pessoas que não são especialistas, mas cuja perspectiva é importante para nós. E, de fato, essas pessoas diferentes acabam formando um grupo, uma comunidade, uma infraestrutura (Weizman, 2020c, n.p.).

A partir das colocações trazidas por esta introdução ao capítulo, pode-se argumentar que, na contemporaneidade, existe uma imensa dificuldade de referenciação e posicionamento frente a relações de poder e processos políticos. Também se torna ainda mais complexo desconstruir discursos de negação, imagens e verdades, pois fica cada vez mais nebuloso detectar como estes foram construídos. O métodos investigativos do FA, objeto de estudo desta pesquisa, abrem caminho para um novo campo de conhecimento e ação política, e demonstram como a arquitetura, hoje, pode contribuir para a leitura dos conflitos contemporâneos e ser um meio de construção de outros conhecimentos e narrativas, em defesa dos direitos humanos e ambientais.

Se a cidade é um aparato de vigilância e governança, e, ao mesmo tempo, um sensor político, emerge o potencial investigativo da arquitetura dentro do contexto de defesa civil e luta contra a violação de direitos humanos. Engajada com outras formas de conhecimento, as habilidades espaciais da arquitetura podem contribuir para a organização das formas de enxergar e se posicionar na contemporaneidade. Portanto, através do trabalho do grupo, é

possível entender como a arquitetura pode ser um instrumento potente para enxergar através do nevoeiro, e uma ferramenta para que outros possam, juntos, dissipar a névoa e combater regimes de violência e opressão.

Como mencionado na introdução desta dissertação, esta pesquisa busca apresentar o trabalho do FA tomando como partido uma nova atribuição e uso da arquitetura como metodologia de pesquisa e investigação, que se aplica através da articulação de diversos conhecimentos, agentes e práticas, resultando em uma epistemologia colaborativa que tem por objetivo analisar, quebrar, desler imagens de poder e violência de Estado, em suma, fazer visíveis os fatos e acontecimentos para uma construção comum da verdade, através da leitura espacial e estética das relações de poder que permeiam o ambiente construído, e demonstrar a importância do grupo na elaboração de uma nova forma de construção de conhecimento que permite a compreensão, referenciamento, contraposição e defesa civil frente a eventos violentos que permeiam a sociedade contemporânea.

A Arquitetura Forense: origem e formação

Eyal Weizman é arquiteto, diretor-fundador da agência *Forensic Architecture* e professor de Culturas Espaciais e Visuais na Universidade de Goldsmiths em Londres. Ele é membro do Conselho Consultivo de Tecnologia do Tribunal Penal Internacional e do Centro de Jornalismo Investigativo. Em 2019, foi eleito membro vitalício da Academia Britânica e nomeado Membro da Ordem do Império Britânico, por serviços prestados à arquitetura.

Weizman nasceu e cresceu na cidade de Haifa, em Israel, uma das poucas cidades na qual israelenses e comunidades palestinas convivem no espaço urbano. Desde a infância, sempre teve um interesse em arquitetura e design, e pode observar de perto as problematizações advindas da questão Israel-Palestina e sua materialização inscrita na forma arquitetônica da cidade – a separação, a organização dos bairros, as áreas de fronteiras entre judeus e palestinos –, revelando a importância política da arquitetura. Em 1992, iniciou seus estudos na *Architectural Association*¹⁰ em Londres, uma escola de arquitetura de caráter experimental, com tradição em trazer outros significados para a arquitetura e expandir suas barreiras pedagógicas, da qual se formou em 1998. Realizou seu doutorado pelo *London Consortium* em Birbeck, em Londres, formando-se em 2006. Para ele, a arquitetura é, em si, uma prática multidisciplinar, que esbarra em diferentes áreas de conhecimento e vai muito além da construção (Weizman, 2022b). “Para mim, a arquitetura parecia ser uma porta de entrada para entender o mundo ao meu redor, por meio de sua espacialização e materialização” (Weizman, 2020c).

Weizman entende que a arquitetura diz sobre a interação entre a materialidade estática e o evento dinâmico e efêmero, entre os fatos materiais e a sintaxe de um prédio ou uma cidade, e as associações que se dão a partir disso. Neste sentido, a arquitetura é “o movimento e as relações que são possibilitadas pela forma com que você abre, fecha e cria canais entre funções, pessoas, movimentos, [...] pela forma com que a matéria é organizada no espaço” (Weizman, 2022b, n.p.).

Em outras palavras, Weizman reconhece a arquitetura como a relação entre a fisicalidade e o evento, e defende que é possível entender essa relação de ambos os pontos de vista: partir de um evento para entender que tipo de materialidade e arquitetura ele necessita, ou olhar para o ambiente construído para compreender que tipo de evento se deu ou poderia ser permitido por este espaço. Nesta concepção, a arquitetura se torna uma forma de perceber eventos e relações sociais, políticas e econômicas que se são produzidas no espaço e pelo espaço. A arquitetura se transforma em um sistema de conhecimento que nos permite enxergar e interrogar o mundo através de uma óptica espacial (Weizman, 2022b, n.p.).

A história do trabalho do FA tem início a partir do conflito Israel-Palestina, e a origem da agência está relacionada a um projeto realizado por Weizman, à época recém-formado em arquitetura, junto à B’Tselem – a maior organização de direitos humanos de Israel/Palestina em defesa do fim da ocupação israelense em territórios árabes –, que buscava investigar a atuação de arquitetos e urbanistas envolvidos no desenho e construção de assentamentos na Cisjordânia por violação de direitos humanos e da lei internacional.

¹⁰ Ver: ARCHITECTURAL ASSOCIATION SCHOOL OF ARCHITECTURE. **Home.** London, 2020. Disponível em: <https://www.aaschool.ac.uk/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Ao separar comunidades, isolando vilas e bairros, e ao privar as cidades de suas áreas abertas, de suas fontes de água e paisagens, o planejamento urbano dos assentamentos, desenhados por estes arquitetos, buscava limitar o uso e mobilidade do povo palestino no espaço, incentivando sua migração. Neste sentido, foi uma verdadeira tentativa de limpeza étnica. Para Weizman, “foi na prancheta [...] que os crimes foram cometidos no mais básico gesto da arquitetura – linhas desenhadas sobre um papel. A violência performada no desenho foi depois transferida para o território.” (Weizman, 2017a, p. 137).

Para ele, esse projeto foi essencial para a compreensão do processo “elástico” e “viscoso” pelo qual os territórios são continuamente transformados pelos campos de força ao seu redor. A análise do ambiente construído realizada no caso expôs as mudanças físicas sofridas na Cisjordânia, através do constante movimento de desapropriação e resistência entre o Estado de Israel e comunidades Palestinas.

Os mapeamentos e as evidências arquitetônicas produzidas por Weizman junto à B’Tselem – que seriam depois aprofundados em *Hollow Land*, obra de sua autoria publicada em 2007, que analisa o papel da arquitetura como instrumento de poder na construção do Estado de Israel – foram apresentados em comissões das Nações Unidas, tribunais, e no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, e demonstraram, à época, tanto a violência perpetrada pela arquitetura, quanto o potencial investigativo e a produção de evidências a partir da arquitetura, para combater a própria violência aferida por ela. Neste contexto, Weizman dava início a uma nova forma de aproximação à arquitetura, expandindo a área para um novo possível contexto de atuação que se baseia na investigação do ambiente construído – hoje, a maior parte do mundo –, como ponto de entrada para interrogar, analisar e contrapor processos contemporâneos.

Assim, temos a dupla premissa da arquitetura forense: se a forma é produto de forças, algo da história dessas forças pode ser lido em uma análise da forma. Por outro lado, isso também demonstra que a forma arquitetônica é uma forma ativa, capaz de mobilizar forças e rebater violentamente. (Weizman, 2017a, p. 138).

A primeira vez que ele menciona explicitamente o termo “Arquitetura Forense” foi no artigo intitulado “Arquitetura Forense: somente o criminoso pode solucionar o crime” (Weizman, 2010), publicado pela revista *Radical Philosophy* em 2010, que aborda a análise forense do ataque de Israel a Gaza, entre 2008 e 2009, realizada por Marc Galasco, especialista em balística do *Human Rights Watch* e ex-funcionário do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Pentágono),¹¹ responsável por assassinatos direcionados. Além de problemáticas sobre uso de ferramentas militares para a investigação de crimes estatais, neste artigo, Weizman define a “Arquitetura Forense” como a análise forense do ambiente construído, e discorre sobre a emergência de metodologias de análise materiais em investigação de direitos humanos, que será abordada no subcapítulo seguinte.

¹¹ O Pentágono é a sede central das operações militares e administrativas das Forças Armadas dos Estados Unidos, incluindo o Exército, a Marinha, a Força Aérea e os Fuzileiros Navais.

A emergência do FA está intrinsecamente ligada a um movimento que teve início por volta da década de 1980, principalmente no contexto de justiça de transição após o fim dos regimes ditatoriais latino-americanos, entendido por Weizman como “Virada Forense”. Este movimento define o início da utilização e desenvolvimento de metodologias forenses na documentação e investigação de violações de direitos humanos, e a transposição da importância do testemunho para o objeto material como evidência no processo da luta por justiça.

A mobilização pelo testemunho individual da vítima é uma forma de sensibilização muito utilizada por movimentos de direitos humanos. A memória é uma forma de desafiar histórias oficiais, através de narrativas que são excluídas dela, e a capacidade de falar frente a processos de violência é em si uma forma de resistência importante (Weizman, 2017). O julgamento de Eichmann em Jerusalém, na década de 1960, trouxe, pela primeira vez, a vítima como testemunha legal, e inaugurou uma cultura de direitos humanos com foco na narrativa das vítimas, central para a formação, nas décadas seguintes, de grandes organizações como a Anistia Internacional¹² e o *Human Rights Watch*.¹³ Ainda hoje, a voz das vítimas e sobreviventes de violações exerce grande influência estética e política na cultura visual deste campo. Por outro lado, a individualização do sofrimento também pode produzir focos demasiado específicos, despolitizando histórias coletivas e dando ênfase a episódios pontuais que pertencem a processos históricos e sistêmicos (Weizman, 2017).

Na década de 1980, no contexto das exumações e reconhecimento de corpos de valas comuns, e do desenvolvimento de técnicas de *osteobiografia*¹⁴ de leitura dos traços e registros deixados na superfície dos ossos – e mais tarde, da análise de DNA –, a antropologia forense ganha notoriedade e se torna uma área cada vez mais profissionalizada e institucionalizada. A prática, que tem grande importância na Argentina, Chile e Guatemala, se prolifera mundialmente, provocando uma mobilização e atenção à evidência material em processos de violação de direitos. Além disso, traz também questionamentos em relação à posicionamentos políticos e epistemologias de movimentos de direitos humanos com foco nos testemunhos.

Para Eyal Weizman, contudo, a nova atenção para a importância do objeto material como evidência não deve ser entendida como uma virada positivista. Testemunho e objetos materiais são ambos evidências importantes em casos de violações humanitárias e devem se complementar no

12 A Anistia Internacional é uma organização não governamental (ONG) global que trabalha na defesa dos direitos humanos. Fundada em 1961, sua missão é investigar e denunciar violações de direitos humanos, mobilizar ações em prol da justiça e proteger as vítimas dessas violações. A Anistia Internacional se empenha em promover os direitos fundamentais, como liberdade de expressão, igualdade, justiça, proteção contra tortura e tratamentos cruéis, abolicionismo da pena de morte, entre outros. A organização atua através de pesquisas, campanhas de conscientização, mobilização da opinião pública e advocacia em nível nacional e internacional. Seu trabalho é baseado nos princípios de imparcialidade, independência e respeito aos direitos humanos universais. Mais em: <https://anistia.org.br/>.

13 A Human Rights Watch (HRW) é uma organização não governamental internacional dedicada à defesa e proteção dos direitos humanos. Fundada em 1978, a HRW trabalha para monitorar e documentar abusos de direitos humanos em todo o mundo, denunciando violações e pressionando governos e atores não estatais a respeitar e proteger os direitos fundamentais. A organização realiza pesquisas aprofundadas, investigações de campo, relatórios detalhados e advocacia para promover a justiça e a responsabilização. A HRW concentra-se em diversas questões, incluindo direitos das mulheres, direitos LGBT, direitos das crianças, liberdade de expressão, abusos policiais, conflitos armados e justiça internacional. Seu objetivo é garantir que os direitos humanos sejam respeitados em todas as partes do mundo e que aqueles que violam esses direitos sejam responsabilizados por suas ações. Mais em: <https://www.hrw.org/>.

14 A *osteobiografia* é uma disciplina que analisa a “biografia dos ossos”, ou seja, analisa a superfície material dos ossos para compreender sobre a vida e morte de um ser vivo.

processo de investigação. Além disso, a evidência material não é exonerada de contestação, pois também há contradições, margens de erro e indeterminações que devem ser levadas em conta.

A Virada Forense abre, portanto, um novo campo de possibilidades para a luta por justiça e articulação de movimentos de direitos humanos, e cria solo fértil para a emergência de um grupo como o FA, que une a prática ativista e em defesa das vítimas de violência de Estado à prática forense e análise formal da materialidade dos acontecimentos violentos. Da mesma forma que a *osteobiografia* analisa a superfície dos ossos para entender os eventos que se passaram com aquele corpo humano e sua história, a Arquitetura Forense realiza um processo análogo na investigação da matéria e textura do ambiente construído e da superfície terrestre em geral, para identificar e narrar eventos que ocorreram ali, e que ficaram registrados e impressos em sua materialidade.

CENTRO DE PESQUISA EM ARQUITETURA (CRA)

No início dos anos 2000, no contexto europeu, a disciplina de arquitetura começa a se aproximar cada vez mais de outras práticas e campos de conhecimento, principalmente em relação às linguagens visuais. O escopo do ensino, em geral, também começa a se afastar de processos de urbanização, e é perceptível uma virada para a compreensão de fenômenos como a securitização, no contexto das guerras neocoloniais na Palestina, Iraque, e Afeganistão, por exemplo (CRA, *site*).

Com a intenção de expandir a forma de ensino da arquitetura para além dos limites impostos pela estrutura tradicional da universidade, e entender seu potencial como uma prática investigativa em conflitos políticos, em 2005, Weizman funda, no contexto da Universidade de Goldsmiths (Figura 2), o *Centre for Research Architecture* (CRA), ou Centro para Pesquisa em Arquitetura, em tradução livre. O CRA surge como um projeto de pesquisa orientado para a prática, para explorar a capacidade da arquitetura como um dispositivo óptico, para a visibilização de questões políticas urgentes:

Seu objetivo é capacitar aqueles que trabalham com a espacialidade a pensar suas habilidades e sensibilidades como um campo de conhecimento: considerar a arquitetura como forma estruturante de ver e usar a inteligência espacial como um modo de compreensão que poderia intervir no mundo de várias maneiras. (CRA, 2022, n.p.)

A estrutura organizacional do CRA é baseada em mesas-redondas realizadas no encontro de diversos profissionais e acadêmicos de diferentes áreas de conhecimento, que se reúnem para compartilhar suas pesquisas de forma não-hierárquica. As mesas contam com a participação de professores, pesquisadores, estudantes e convidados externos, cujas apresentações constroem um terreno conceitual comum para as discussões e ideias geradas no contexto do centro de pesquisa.

A primeira geração de pesquisadores ligados ao CRA compôs a Primeira Mesa-Redonda, uma série de encontros e seminários realizados entre 2005 e 2010, que definiu o escopo geral, interesses e as técnicas fundamentais a serem investigadas pelo grupo e que continuam definindo seu escopo de pesquisa até hoje:



arquitetura, práticas documentais, conflito, territorialidade, fronteiras, transformações ambientais, e crítica e práticas de direitos humanos e ativismo.

Neste período, o CRA definiu sua “teoria operativa” (CRA, 2022, n.p.) a partir da interrogação da prática da arquitetura e sua articulação com outros conhecimentos: “procurávamos potencializar a teoria crítica com práticas técnicas e estéticas necessárias para a construção dos fatos” (CRA, 2022, n.p.). Ou seja, a pesquisa do CRA estava orientada não somente para denunciar as políticas em volta dos temas discutidos e “descascar” suas verdades estabelecidas, mas também para o desenvolvimento de outras práticas que pudessem, de forma dinâmica, investigar as camadas de representação que as estabelecem.

Cinco anos depois, em 2010, inicia-se uma segunda fase da pesquisa dentro do CRA, através do estudo de práticas investigativas e da ciência forense. Podemos chamar essa fase de Segunda Mesa-Redonda. Uma nova geração de estudantes, muitos deles doutorandos orientados por Weizman, dá início a pesquisas inovadoras que exploravam práticas espaciais em novas direções, em relação à mídia, som, ecologia, entre outros temas. Este grupo de alunos, coordenados por Weizman e dedicados ao desenvolvimento da teoria e prática de novos formatos investigativos a partir da arquitetura deu origem, em 2010, ao projeto de uma agência forense de investigação baseada em práticas espaciais, chamada *Forensic Architecture*. A primeira fase de desenvolvimento da agência, portanto, está intimamente relacionada às pesquisas de doutorado dos estudantes à época, e à formação do vocabulário teórico que daria suporte à prática investigativa da Arquitetura Forense. Esta pesquisa teve a oportunidade de entrevistar alguns dos participantes da Segunda Mesa-Redonda, entre eles Francesco Sebregondi, Nabil Ahmed e Paulo Tavares.

Para Francesco Sebregondi, arquiteto e hoje diretor da agência de investigação francesa INDEX,¹⁵ a formação do FA está ligada a uma intuição de Weizman sobre o papel da arquitetura em decifrar, ler e difundir informações registradas no ambiente construído. A partir daí, cria-se uma hipótese, um projeto de pesquisa, para entender como essas ideias poderiam ser articuladas e colocadas em prática:

A hipótese [de Eyal] estava certa, foi uma boa intuição. Pudemos fazer muitas coisas com essa extraordinária articulação de saberes e habilidades provenientes da arquitetura e análise espacial, usando-a para escavar, montar e encontrar novas formas de contar histórias jurídicas e politicamente sensíveis e contestadas. Isso nos deu – e não apenas como pesquisadores, mas também como um campo de ativismo que tenta desafiar as estruturas de poder existentes – uma maneira de encontrar uma nova linguagem para intervir na arena pública. (Sebregondi, 2022, n.p.).

Nabil Ahmed, arquiteto, professor, e hoje diretor da agência investigativa INTERPRT,¹⁶ entende que, apesar da Segunda Mesa-Redonda contar com

¹⁵ Francesco Sebregondi coordena a INDEX, agência independente que investiga casos de violência estatal através de tecnologias de imagem e informacionais. Mais informações em: INDEX is an independent expertise agency... [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.index.ngo/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

¹⁶ Nabil Ahmed é o fundador da INTERPRT, que junto a um grupo de pesquisadores, arquitetos e designers espaciais, se dedica à defesa da justiça ambiental. Mais informações em: INTERPRT is run by a group of researchers... [s.l.], 2022. Disponível em: <https://www.interprt.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Fig. 2 Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal.



pesquisadores de outras áreas além da arquitetura, como arte e mídia, o denominador comum da pesquisa era o envolvimento com políticas espaciais. Havia, de acordo com ele, duas situações em curso: o desenvolvimento das pesquisas de doutorado de cada pesquisador e o estabelecimento, dentro da pesquisa da Arquitetura Forense, dos termos de referência, conceitos operacionais e direções para as quais poderiam apontar, a partir dos quais se formam alguns projetos de investigação e práticas ativas; e outra ambição, muito maior, da criação de uma agência de investigação e achar maneiras de lidar com problemas mais complexos de direitos humanos e violência (Ahmed, 2022).

O projeto de pesquisa da Arquitetura Forense, desenvolvido pelos participantes da Segunda Mesa-Redonda, e do qual Weizman era o principal pesquisador, foi submetido a uma bolsa de pesquisa do *European Research Council*, e, através deste apoio, foi possível dar início à agência *Forensic Architecture*, dentro do contexto do CRA.

Acho que o CRA se tornou uma espécie de receptáculo, no qual podíamos nos unir em torno do termo “Arquitetura Forense” e construir um conjunto de teorias, práticas e muito mais. E institucionalmente, também, em torno do que viria a se tornar essa agência de investigação reconhecida. (Ahmed, 2022, n.p.).

Ao longo dos anos seguintes, O CRA mantém um diálogo próximo com o FA na colaboração para a investigação da prática e aprofundamento teórico sobre a Arquitetura Forense como uma área de conhecimento e campo acadêmico emergente dentro da arquitetura que se dedica à produção de evidências através do uso de ferramentas e tecnologias espaciais. Hoje, o CRA oferece programas de mestrado e doutorado em “Research Architecture”, ou seja, a Arquitetura como Pesquisa, nos quais os alunos aprendem a metodologia de investigação e pesquisa da Arquitetura Forense, e desenvolvem seus próprios projetos investigativos, sempre priorizando métodos de análise inovadores e articulações com outras áreas de conhecimento. Todos os alunos de mestrado e doutorado têm a possibilidade de realizar trabalho prático dentro da agência, o que mantém o compromisso teórico-prático entre o FA e o CRA ativo.

A formação e primeira fase do FA, portanto, está relacionada ao surgimento da agência e criação do vocabulário teórico que dá suporte à prática investigativa da Arquitetura Forense. A partir disso, o grupo volta sua atenção para a prática e aplicação da teoria em casos de investigação para ação efetiva da agência. Neste sentido, na segunda fase, irão desenvolver novas tecnologias, métodos combinados de análise, e atuação em diferentes fóruns, nos quais apresentam os resultados obtidos. A articulação com diferentes agentes e os efeitos gerados pelo trabalho investigativo do FA chama atenção e expande o alcance da agência, levando-os à terceira e atual fase de desenvolvimento, que se refere à abertura do campo e disseminação da prática e teoria – representada principalmente pelo surgimento de novas agências e esforços para democratizar o acesso à metodologia – e ao aprofundamento teórico, pelo desenho de novas configurações possíveis do FA.

Fig. 3 Entrada do estúdio do FA na Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal.



Fig. 4 Estúdio do FA na Universidade de Goldsmiths, em Londres, abril de 2022. Fonte: Arquivo pessoal.

Nos primeiros 5 anos, o FA era como um curso de doutorado. O objetivo dessa fase era descobrir o que era o FA, elaborar um vocabulário e entender qual era a abordagem, como falamos sobre violência ambiental, violência policial? Quais são os diferentes tipos de evidências que podemos reunir? Um pensamento conceitual lento e profundo sobre casos específicos. Depois, na segunda fase, a ideia era entender como fazemos investigações como prática, com uma comissão de uma organização e com um conjunto claro de resultados. Eu acho que agora estamos definitivamente na terceira fase, na qual o projeto tem um escopo um pouco diferente. A primeira fase foi pensar sobre o que o FA poderia ser como prática, a segunda foi sobre ser a prática, e a terceira fase é abrir o campo, trabalhar nas franquias [agências-irmãs] do FA, construir capacidade dentro de outras organizações, treinar pessoas e compartilhar nossas habilidades. (Moafi, 2022, n.p.).

Nas próximas páginas, a pesquisa irá se debruçar sobre as duas primeiras fases de desenvolvimento da agência, apresentando os conceitos fundamentais para a teoria da Arquitetura Forense e do FA, e exemplificando sua atuação com a análise de alguns casos de investigação representativos do trabalho da agência, como forma de sistematizar algumas das metodologias desenvolvidas por eles e as principais questões que embasam sua prática e sustentam seus conceitos teóricos.

O termo *forense* em latim significa “pertencente ao fórum” e sua origem data da oratória romana dos séculos I e II d.C. O fórum era um espaço e instrumento multidisciplinar de justiça, que envolvia dimensões sociais, políticas e econômicas, e no qual tanto pessoas quanto objetos tinham participação. Objetos menores, como armas ou peças de vestuário, eram passíveis de representação física, mas objetos maiores ou abstratos, como guerras ou cidades, para serem representados no fórum, precisavam do auxílio da *prosopopeia*, ou seja, o ato de dar voz a objetos inanimados. Hoje em dia, as formas contemporâneas da *prosopopeia* e os métodos para dar voz a objetos envolvem convertê-los em dados ou imagens, e situá-los dentro de uma narrativa (Weizman, 2017a).

A dimensão política do termo *forense*, porém, foi perdendo seu significado, e se tornou, hoje, a arte da polícia. A ciência forense é um conjunto de técnicas e práticas científicas interdisciplinares aplicadas pelo Estado para a resolução de crimes cometidos por cidadãos, e parte do princípio de que, para resolver um crime, é necessário que o investigador tenha acesso à instrumentos que ampliem sua visão sobre o ocorrido, que permita que olhe com profundidade e nitidez para o fato investigado, e que tenha melhores recursos do que o criminoso a quem está investigando.

A partir do século XIX, técnicas fotográficas, químicas, de reconhecimento de impressões digitais, análise de padrões e outras práticas forenses começaram a ser introduzidas no trabalho policial, para a investigação de crimes cometidos por cidadãos (Weizman, 2017a). Desde então, a prática forense vem se desenvolvendo dentro do aparato estatal – polícia, serviços secretos, serviço militar – e atua como uma autoridade institucional e aparato de monitoramento, investigação e regulação da população. O FA parte de um exercício que inverte a lógica da prática forense como hoje é utilizada pelos serviços de Estado, e exerce o que define de *contra-forense*; uma prática civil que visa monitorar e interrogar as próprias agências de Estado, e muitas vezes também empresas e corporações, desafiando suas ações e posicionamentos políticos em casos de violações de direitos.

O termo *contra-forense* foi proposto pela primeira vez em 1993 por Allan Sekula, fotógrafo, escritor e crítico americano, ao se referir aos processos de exumação e identificação de corpos de desaparecidos, vítimas de violência estatal, como um processo político de luto e resistência. Para ele, métodos forenses podem ser tanto uma ferramenta de regimes opressores, quanto uma ferramenta de oposição (Sekula, 2014). Se o Estado detém o monopólio da prática forense, e se muitas vezes é o agente que comete o crime, quem produz evidências e julga seus próprios atos, o FA busca tomar os meios de produção destas evidências e transformar a prática forense em uma prática de defesa civil. Assim, se propõe a utilizar os mesmos meios do Estado para investigar a violência produzida por ele.

É inquestionável o fato de que agentes de Estado possuem melhor ou total acesso a recursos, tecnologia, imagem e informação (Weizman, 2017). Quando um crime acontece, o Estado é o responsável por investigá-lo. Neste sentido, isola a área para proteger as evidências, para que outras pessoas

não possam acessá-la. As informações obtidas são confidenciais, sigilosas. Eles detêm prioridade sobre o conhecimento e recursos para o processo investigativo, as tecnologias necessárias, e os profissionais especializados. Uma análise forense independente, que desafia essa lógica, possui recursos mais limitados, porém, mudanças na natureza do conflito contemporâneo mostram um ponto de entrada possível para o *hacking* de táticas de monitoramento e investigação estatais pela sociedade civil:

Um ambiente informacional e midiático em evolução permite que Estados autoritários manipulem e distorçam fatos sobre seus crimes, mas também oferece novas técnicas com as quais grupos da sociedade civil podem inverter o olhar forense e monitorá-los. Isso é o que chamamos de *contra-forense*. (Weizman, 2019, n.p.).

Portanto, a prática *contra-forense* parte de um desafio e uma condição de desigualdade óptica estrutural no acesso a recursos, técnicas, quantidade e qualidade de dados e informações, imagens, equipamentos, programas e equipes especializadas, que acabam por estreitar sua visão. Mas, a partir de um campo visual contemporâneo, é possível encontrar pontos de partida.

Weizman define essa característica do trabalho *contra-forense* do FA de *limiar da detectabilidade* (Weizman, 2017a), ou seja, uma condição limite entre algo ser identificável ou não. Para superar este desafio, é necessário buscar rastros e ruínas, pequenos pontos de entrada em potencial, pois, às vezes, uma mancha em uma fotografia, uma sombra em uma imagem de satélite, ou um eco de um som presente em um vídeo, podem ser determinantes para uma conexão que desenrola o fio e estabelece relações entre um acontecimento e outro, entre um objeto específico e a história de violência da qual ele faz parte. Por isso, no trabalho *contra-forense*, é necessário encontrar formas de operar no *limiar da detectabilidade*.

Outra característica fundamental do trabalho do grupo é o posicionamento político frente aos casos de violência com os quais trabalham. A ideia de uma agência de investigação “objetiva”, ou de especialistas com visões positivistas e deterministas não faz parte da convicção do FA. Os especialistas do Estado com quem o grupo trabalha – advogados, pesquisadores, cientistas – estão pautados e condicionados política e ideologicamente. Assim, para eles, não faz sentido trabalhar com a ideia de “neutralidade”, e as motivações políticas não devem ser um obstáculo, mas uma potência para a formação de conhecimento e condução das investigações. Para Paulo Tavares, diferente do “distanciamento crítico” defendido no contexto institucional como condição de uma autonomia epistemológica, o FA parte de uma prática de “proximidade crítica”:

Queremos estar junto do objeto, misturado no meio, parte dele, mesmo sabendo que dessa forma não temos por dizer uma certa “segurança epistemológica”, mas no meu entender, é algo muito mais efetivo e que de fato gera conhecimento. (Tavares, 2021, n.p.).

Neste sentido, Robert Trafford, um dos primeiros jornalistas e “pesquisador não-técnico” a compor a equipe do FA, e atual coordenador de pesquisa no escri-

tório do FA em Londres, entende que o papel do jornalista investigativo objetivo e independente, em busca da verdade, já teve seu tempo. O fato da agência se posicionar politicamente e orientar suas metodologias de acordo com suas escolhas políticas não deixa de ser um desafio ao trabalho da agência, e por isso é preciso pensar estratégica e criticamente para poder atuar de forma prática, mas isso não faz com que o processo não seja cientificamente rigoroso.

Continuamos a mostrar que ser partidário em questões políticas, posicionar-se dentro de uma luta e ser explícito sobre isso, tomar partido junto às vítimas da violência e falha do Estado, não compromete as constatações rigorosas ou a capacidade de operar em qualquer espaço. (Trafford, 2022, n.p.).

Em entrevista, Nabil Ahmed conta que a orientação do FA em tomar partido político na condução das investigações tem influência da agência humanitária Médicos Sem Fronteiras, que rejeita a ideia de neutralidade e defende que, ao trabalhar com direitos humanos, é necessário se posicionar politicamente e ser ativo no campo. Assim, o FA se apoia na ideia de *objetividade engajada* (Weizman, 2017a) como forma de operar na realidade, e não apenas criticá-la.

O TRABALHO INVESTIGATIVO: O INGRESSO NO CASO

Desta forma, ao adentrar um caso, o FA parte sempre de um posicionamento político evidente, ao lado da comunidade afetada. Geralmente, o caso chega a eles por meio dessas comunidades; por organizações de direitos humanos ou de mídia e jornalismo investigativo que lutam contra violações do Estado; ou mesmo pelos advogados que defendem as vítimas e seus familiares em processos no foro legal. O FA, portanto, não costuma iniciar investigações sem um convite de uma organização local ou de uma instituição já familiarizada com o caso. É preciso ter consentimento para investigar:

Não gostamos de entrar em um caso sem sermos convidados. Sentimos que precisamos ser convidados a este espaço de trauma por amigos, familiares das vítimas, ativistas no território, a comunidade ou colegas. [...] A partir disso, entendemos qual é o aparato. O que podemos fazer, qual é o argumento, a contra-argumentação e onde podemos intervir. Então, começamos a construir uma equipe, e a construir a questão. (Weizman, 2020, n.p.)

Além disso, existem outras características fundamentais que determinam se um caso poderá ser investigado através do trabalho do FA. É preciso que haja uma dimensão espacial ou arquitetônica com a qual os métodos de análise do grupo possam trabalhar. Além disso, deve necessariamente ser um caso de violação de direitos humanos ou ambientais, causada pelo Estado ou por empresas ou corporações. Outro ponto importante considerado pelo grupo é o fato do caso exigir o desenvolvimento de novas metodologias para ser investigado. Hoje, a agência não investiga casos em que não exista algum desafio metodológico, ou que demande uma nova aproximação analítica, outros tipos de conhecimento não explorados

por eles antes. Isso faz com que o FA esteja sempre aprimorando sua técnica e teoria, ao se depararem com questões que nunca haviam antes enfrentado no desenvolver da prática. Assim, cada caso lida com tipos de evidências diferentes. Às vezes, a evidência é o material audiovisual produzido por civis que testemunharam o incidente, outras vezes, não há evidências de imagem suficientes, e elas precisam ser complementadas com testemunhos. Em outros casos, só o que existe é o depoimento, e a cena do crime precisa ser reconstruída espacialmente com base nisso.

O tipo de evidência também irá determinar o tempo da investigação. Às vezes, a depender do material disponível, será mais fácil encontrar evidências e relacioná-las, outros casos exigem um trabalho mais lento. Ao trabalhar de forma ativista e independente contra as forças estatais, é preciso saber usar as evidências disponíveis, e conseguir extrair delas a maior quantidade de informações possíveis. Por isso, a criatividade e a combinação entre conhecimentos específicos diferentes são tão importantes no trabalho da agência.

Um exemplo de desafio evidenciário e técnicas inovadoras desenvolvidas pelo FA pode ser demonstrado através do caso “Reconstrução da prisão de Saydnaya” (Síria) em modelo 3D. Sem nenhuma evidência visual, o FA usou as memórias sonoras dos sobreviventes refugiados que haviam sido presos e torturados – vendados o tempo todo na prisão, portanto sem



Fig. 5 Reconstrução da prisão de Saydnaya (Síria) em modelo 3D. Fonte: (Forensic Architecture, 2016).

qualquer memória visual do espaço – para dimensionar e espacializar as celas e salas. A prisão secreta de Saydnaya é um dos principais centros de tortura e abusos do governo Sírio, e o FA foi comissionado pela Anistia Internacional para reconstruir a arquitetura da prisão.

Acima de tudo, o ponto de entrada em um caso se dá sempre a partir da ideia de que a verdade daquele acontecimento foi manipulada de alguma forma. Fundamentalmente, esta é a condição que permite com que o FA comece uma investigação. Assim, existe um trabalho muito minucioso de mostrar como se chega em cada conclusão, de expor a metodologia e meios de análise (Weizman, 2020). Para isso, é importante que haja uma recriação ética do caso, ou seja, trabalhar com uma objetividade engajada e entender que o trabalho exige sensibilidades e formas de lidar com trauma e violência, na medida em que o caso é construído. Por isso, as investigações serão sempre abrangentes e a longo prazo, com duração de aproximadamente dois a três anos, de forma que seja possível fazer um trabalho detalhado, estabelecer parcerias e relações locais, atuar como ponto de encontro entre diferentes atores e vítimas de várias disciplinas, apoiar o desenvolvimento de capacidades locais e fortalecer as práticas de organizações de defesa dos direitos humanos.

Há um recurso ensinado por Sergio Beltrán-García, arquiteto, colaborador do FA e diretor da agência Re/presentare¹⁷ no México, chamado “vaso da memória”, uma metáfora para explicar o trabalho realizado em uma investigação envolvendo Arquitetura Forense e direitos humanos. O que eles buscam ensinar é que o trabalho, neste contexto, se assemelha a um vaso quebrado, que antes continha vida. A função, a partir disso, é reconstruir os pedaços deste vaso, coletivamente, evidenciando o processo, as limitações, as peças faltantes, e também aceitando outras versões ao longo do caminho, e compreendendo que você será também cortado por esses cacos, ou seja, o investigador será sensibilizado e afetado.¹⁸

Assim, existe um intenso trabalho de compreender os significados e afetações das vítimas e comunidades que sofrem a violência, e entender que a resiliência não é o trabalho do indivíduo, mas sim uma resposta comunitária e coletiva. Esse tipo de abordagem também protege o indivíduo e reduz sua exposição, resguardo importante ao investigar casos de violência estatal. Portanto, antes de iniciar um caso, é importante que a equipe esteja capacitada para lidar com estas questões éticas e de segurança, para que as decisões sejam tomadas conscientes da posição e poder do investigador frente àquilo que é investigado.

É importante ressaltar que o trabalho do FA nunca será feito com equipamentos ou agentes estatais, mas sempre com organizações independentes do Estado. O financiamento das investigações é feito por essas organizações, ou também por bolsas e prêmios do meio acadêmico, dos direitos humanos, tecnologia e de arte, ou mesmo através da participação em exposições. O grupo deixa claro que as formas de financiamento não exercem influência sobre o foco ou resultado da pesquisa,¹⁹ e a lista de apoiadores é disposta no site deles para verificação. Até o momento da escrita desta dissertação, desde sua fundação e ao longo de seus 13 anos de atuação, o FA já realizou 95 investigações com diferentes tipos de violações, colaborações e metodologias.

INTERROGAÇÕES MATERIAIS E ESPACIAIS: O PAPEL DA ARQUITETURA

A distinção dos métodos investigativos do *Forensic Architecture* é a realização da prática *contra-forense* a partir da produção e aplicação de evidências arquitetônicas, ou seja, o FA faz uso da arquitetura como uma prática investigativa *contra-forense*. A Ciência Forense e a Arquitetura são campos de conhecimento e prática estabelecidos, porém, quando conectados, trazem outros significados um ao outro, e outras possibilidades de atuação:

A arquitetura volta a atenção da ciência forense para edifícios e cidades. A ciência forense faz da arquitetura uma prática investigativa, um modo probatório de indagar sobre o presente por meio de sua materialização espacial. Exige que os arquitetos foquem sua atenção na materialidade do ambiente construído e suas representações midiáticas. Além disso,

¹⁷ A agência Re/presentare será abordada no segundo capítulo desta dissertação: <https://re-presentare.org/>.

¹⁸ Taller en metodologías de Forensic Architecture por Elis Mendoza e Sergio Beltrán-García (UNAM, Cidade do México, outubro de 2022).

¹⁹ Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **About Funding**, [S.l.], 2023b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/about/funding> Acesso em: 20 set. 2023.

desafia os arquitetos a usarem suas ferramentas disciplinares para fazer reivindicações públicas e políticas nos fóruns mais antagônicos. (Weizman, 2017a).

No entendimento de Paulo Tavares, a arquitetura sempre opera como instrumento e também como linguagem. Ou seja, a arquitetura, ao mesmo tempo que comunica ideologias e formas de pensar dominantes, também funciona como um instrumento e microfísica do poder, e opera como um dispositivo de organização e distribuição de objetos e corpos no espaço, e também de regulamentação de outros dispositivos de visibilidade. Ele coloca que, dentro da prática forense, a arquitetura é entendida tanto como uma linguagem como um instrumento e, em conjunto, esses aspectos servem a certas formas de poder, da mesma forma que podem servir a formas de resistência, operadas dentro da sociedade civil. A Arquitetura Forense, portanto, “utiliza dispositivos de visualização que são próprios da linguagem da arquitetura, como construções 3D, planos plantas, mapas, cortes, seções, ou seja, todo o aparato através do qual a arquitetura se transforma em mídia, ou se faz mídia, ou se faz linguagem, para comunicar ou visualizar de que maneira as violações e violências aconteceram” (Tavares, 2021, n.p.). E conclui:

Uma vez que você entende que a arquitetura é um instrumento do poder tanto na sua fisicalidade, como na sua simbologia, ou na sua linguagem, você pode começar a pensar como subverter esses sistemas de maneira que consiga fazer uma espécie de *contra-arquitetura*, ou seja, utilizar a arquitetura enquanto linguagem, enquanto instrumento e enquanto mídia contra o poder, mapeando as próprias ações de violência do Estado ou dos poderes que sejam, através da arquitetura. (Tavares, 2021, n.p.).

O FA parte, portanto, de uma interrogação espacial e material para adentrar uma questão política. Samaneh Moafi, coordenadora de pesquisa do FA, explica que, muitas das vezes, as investigações têm início com uma questão relativa ao espaço, onde as coisas estão em relação uma à outra, e como um incidente ou evento é registrado neste contexto espacial. Mas, ela pontua que a prática espacial, no trabalho do FA, ocorre em relação a diversas outras práticas e conhecimentos. Sua equipe é composta de pessoas de diferentes campos, como advogados, engenheiros de som, jornalistas, cineastas, desenvolvedores de software, cientistas, artistas, e arquitetos, como uma montagem de saberes que, em uma investigação, dão suporte um ao outro (Moafi, 2022, n.p.).

Para Nabil Ahmed, apesar de as ferramentas da arquitetura estarem no centro do trabalho do grupo, na maioria das vezes elas não são suficientes, pois, hoje, é necessário saber utilizar outras tecnologias de comunicação, como a programação, plataformas digitais, e sistemas de informação espacial. A depender do caso, também será preciso trabalhar junto a outros profissionais, como biólogos, desenvolvedores de *games*, ou cientistas especializados em fluidos (Ahmed, 2022, n.p.).

Acho que o FA fez uma jogada brilhante, pois encontrou um lugar para operar a partir disso não apenas no nível das coisas físicas, mas no nível das imagens. É aí que a coisa toda se abre para formas mais contemporâneas de vida digital, para as mídias sociais, toda a vasta quantidade de

imagens e dados na Internet, e como navegamos e entendemos isso. O FA esteve realmente no pulso dessa mudança. É uma combinação entre trabalhar no contexto do mundo digital contemporâneo e combiná-lo com as sensibilidades da arquitetura. (Ahmed, 2022, n.p.).

Ao ser questionado sobre a interconexão entre seu trabalho como jornalista investigativo e as práticas espaciais do grupo, Robert Trafford diz que vê seu trabalho sendo contemplado de forma muito mais abrangente, e sente que esta é a forma de fazer investigações hoje em dia. Ele pontua que a capacidade técnica, e o que é possível ser feito com técnicas e habilidades da arquitetura para produzir um trabalho investigativo através de mídias visuais foi uma grande revelação para ele como jornalista (Trafford, 2022, n.p.).

É a articulação entre esses conhecimentos que define a prática, como um ponto de encontro entre diferentes necessidades, a depender do caso de investigação. O grupo opera nesse encontro, na fronteira entre diferentes atuações e áreas de conhecimento, movendo-se entre os campos, e transitando por diferentes fóruns: o tribunal de justiça, o museu, a rua, a universidade. Em entrevista à revista *Mono.kultur*, Weizman pontua que atuar neste limiar entre diferentes espaços, mais a partir de indefinições do que definições, tem seus desafios, porém, possibilita ao grupo uma mobilidade maior: “você paga um preço por se mover entre esses campos, mas na verdade isso o torna muito mais forte, quando você não está na mão de ninguém” (Weizman, 2020b, n.p.).

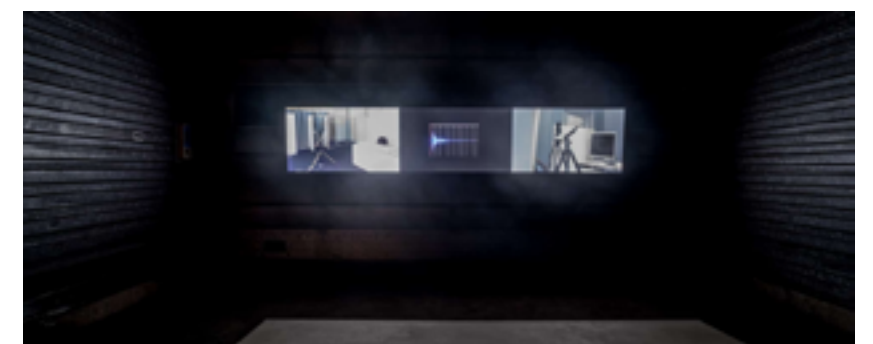
Neste contexto, em 2017, o FA expôs um trabalho na Documenta 14, sobre um assassinato decorrente de violência racial, em Kassel (Figura 6).²⁰ A videoinstalação exibiu o processo investigativo e as evidências espaciais produzidas, assim como um relatório do caso. As críticas à época questionaram o trabalho, por ser evidência, e não arte. Já no contexto legal do inquérito parlamentar, no qual a investigação foi apresentada, os advogados da defesa descartaram o trabalho, dizendo que aquilo era arte, e não evidência.²¹ Em entrevista à Giselle Beiguelman, Weizman compreende que a dimensão estética pode ser um empecilho ao trabalhar junto ao foro jurídico, porém entende também a necessidade, em um mundo no qual as evidências mais comuns são vídeos e imagens, de articular o trabalho estético de cineastas, artistas visuais e fotógrafos, com cientistas e advogados (Weizman, 2020a).

Assim, o FA não só permeia diferentes campos de conhecimento, mas também tensiona os limites entre suas fronteiras de atuação, e contribui para

²⁰ Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **77SQM_9:26min at Documenta 14**. [s.l.], 2017. Disponível em: https://forensic-architecture.org/programme/exhibitions/77sqm_926min-documenta-14/. Acesso em: 20 ago. 2021.

²¹ Ver: COTTER, Holland. Documenta Kassel: Using Art as Their Witness. **The New York Times**, New York, jun. 23, 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/06/23/arts/design/documenta-kassel-using-art-as-their-witness.html?_r=0 Acesso em: 20 ago. 2021.

Fig. 6 Vídeo-instalação 77sqm_9:26min, exibida na Documenta 14, em Kassel, Alemanha. Fonte: (Forensic Architecture, 2017).



a elaboração de perspectivas diferentes sobre um determinado acontecimento, que pode gerar outras formas de identificação de aspectos da violência estrutural na relação assimétrica de forças entre Estados e cidadãos.

O campo: a arquitetura como sensor político

O processo formal da investigação passa por três estágios que se relacionam entre si, o *campo*, o *laboratório* (no caso do FA, é mais correto falar em estúdio), e o *fórum*. O primeiro é o local onde as evidências são colhidas, o segundo é o espaço no qual o material é processado e analisado, e o terceiro, onde ocorre a apresentação dos resultados. Porém, no trabalho *contra-forense* de defesa civil, nem sempre é possível ou desejável realizar uma investigação que passa por estes três processos formais. A intenção é, justamente, borrar os limites entre cada etapa (Weizman, 2017).

Atualmente, grande parte dos casos de violência contemporâneos ocorre em contextos urbanos, e a maioria das mortes decorrentes desses conflitos acontece em construções, principalmente em lares (Weizman, 2017). Além disso, o aumento do campo visual imagético faz com que, hoje, os conflitos sejam intensamente registrados em imagens. Em um mundo cada vez mais mapeado e vigiado, e em que cada cidadão possui uma câmera acoplada ao celular, a cidade se torna uma interface (Beiguelman, 2021) das relações que se dão dentro dela. Um exemplo recente e emblemático é a Guerra da Ucrânia, conflito que possui mais horas de vídeo dos eventos do que tempo de guerra em si (Weizman, 2022a).

A partir do momento de uma explosão, um disparo, uma invasão, a cidade começa a registrar esses eventos. Tanto em matéria – nas ruínas, no buraco deixado por uma bala na parede de uma casa, uma janela ou uma porta quebrada – quanto em imagens – celulares gravam, a câmera de segurança capta imagens, rádios passam mensagens (Fuller; Weizman, 2021). O FA parte da ideia de que construções são entidades dinâmicas que passam por profusas transfor-



Fig. 7 Imagens e vídeos *crowdsourced* coletados para análise do caso The Bombing of Rafah. Fonte: (Forensic Architecture, 2015).

mações, que podem ser datadas e estudadas. Ou seja, o ambiente construído que foi palco ou alvo de um conflito pode ser analisado para a elaboração de evidências no processo.

Como um ambiente midiático denso, a cidade, e, portanto, o ambiente construído, servem, neste sentido, como sensores políticos dos acontecimentos ao seu redor. Portanto, no processo investigativo independente do FA, o campo é, na maioria dos casos, composto de múltiplos registros do ambiente construído, que adquirem o caráter e uso como mídia, pois são recursos que permitem compreender o contexto de determinado evento através das informações retidas em suas mutações formais, que posteriormente podem ser externalizadas e difundidas (Weizman, 2017).

As mutações formais pelas quais um edifício passa são processos de registro: deformações como matéria em formação também são informações. Nesta perspectiva, os edifícios não são apenas objetos a serem reparados, restaurados e habitados, mas também sensores do ambiente externo a si mesmos (Weizman, 2017a, p. 52).

Assim, o campo, no trabalho *contra-forense*, é geralmente composto por evidências *crowdsourced*²² destes acontecimentos, ou seja, materiais como vídeos, fotos e testemunhos gerados de forma independente por cidadãos, agências de mídia, instituições de direitos humanos, ou mesmo qualquer indivíduo que tenha vivenciado e registrado aquele evento e disponibilizado seu conteúdo *online* (Figura 8). Neste sentido, o *campo* não é neutro, é dinâmico, definido por conflitos e violência, e as evidências são complexas, o que envolve que o trabalho investigativo e o processamento do material no *estúdio* sejam feitos de forma a verificar de diversas formas os fatos registrados.

É importante enfatizar que a cidade, em sua compreensão formal e urbana, não é o único ambiente investigado como lugar de conflito, e nem a única fonte de evidências para o FA. Assim como o espaço construído, a floresta é um dos principais espaços de violações, e as árvores, as folhas, o solo, são elementos de análise que fazem parte de uma construção que não se enquadra na definição de cidade moderna ocidental, mas compartilha a mesma capacidade de registro e uso como espaço de vida, política, habitação e trabalho.²³

As Figuras 8A e 8B, a seguir, mostram imagens da investigação “Triple Chaser”, produzida a convite da Bienal de Arte do Whitney Museum, em Nova York, em 2019, que retrata a complexidade do campo imagético de evidências com as quais o FA trabalha, e seus recursos e metodologias para navegá-lo. O caso abordou o uso de granadas de gás lacrimogêneo por agentes da polícia da fronteira estadunidense com o México, em novembro de 2018. Nele, o FA utilizou metodologias de *machine learning*, uma técnica que “treina” a visão computacional para identificar elementos específicos e fazer a leitura de uma vastidão de imagens e vídeos presentes na internet, para localizar as granadas de gás lacrimogêneo da Safariland, chamadas *Triple Chaser*, em centenas de imagens publicadas sobre aquele dia.

²² Informações *crowdsourced* são dados gerados por uma grande quantidade de pessoas, obtidos através do conteúdo disponível na internet e mídias sociais.

²³ Essa reflexão é aprofundada no artigo “In The Forest Ruins”, publicado por Paulo Tavares na revista *e-flux*, em dezembro de 2016. Ver: <https://www.e-flux.com/architecture/superhumanity/68688/in-the-forest-ruins/>.



Fig. 8 Imagens sintéticas (A, B) produzidas pelo FA para uso da metodologia de *machine learning*. Fonte: (Forensic Architecture, 2019).

Embora o *machine learning* ofereça possibilidades inovadoras de monitoramento por parte de uma agência como o FA para casos de violações de direitos humanos e ambientais, também é uma tecnologia utilizada muitas vezes de forma antiética pelo Estado e corporações como forma de vigilância e monitoramento de cidadãos. Por isso, há uma preocupação da agência no devido uso deste *hackeio* de metodologias, principalmente quando envolvem questões de vigilância e monitoramento de usuários, para entender o lugar que essa técnica pode ter como um aparato de defesa civil, porém observando suas próprias problemáticas, para não reproduzir comportamentos e ações violentas que eles mesmos tentam combater.

Apesar de compor grande parte do campo investigativo do FA, os registros materiais através de vídeos e imagens não são as únicas fontes de evidência com as quais o grupo trabalha. No trabalho da agência, é necessário analisar e cruzar esses registros com diversos outros dados e informações, como testemunhos, análises científicas do solo ou do ar, imagens de satélite comerciais. Pois, apesar da Ciência Forense ser entendida como uma ciência positiva, que se afasta de ambiguidades de testemunhos e se aproxima da evidência material, o trabalho investigativo *contra-forense* incorpora diversos sensores indeterminados em seu processo de trabalho, e deve trabalhar lenta e eticamente, com os recursos disponíveis, analisando as evidências a nível molecular, reunindo dados e buscando pontos de entrada possíveis para articulação destas

Para o *machine learning*, é necessário prover à máquina o maior número possível de imagens do elemento que se deseja localizar. Porém, imagens do *Triple Chaser* eram raras de serem encontradas, e por isso, a agência construiu um modelo digital da granada, em diversos formatos possíveis, e as posicionaram em milhares de paisagens sintéticas, recriando as condições de sua utilização por forças de segurança e pelo Estado. Dessa forma, as imagens virtuais sintéticas ajudavam a encontrar as imagens “reais” e, com o computador “treinado” para identificá-las, é possível utilizar o programa para processar imagens de eventos em que sejam utilizadas munições de gás lacrimogêneo, para saber se as granadas eram *Triple Chaser*.

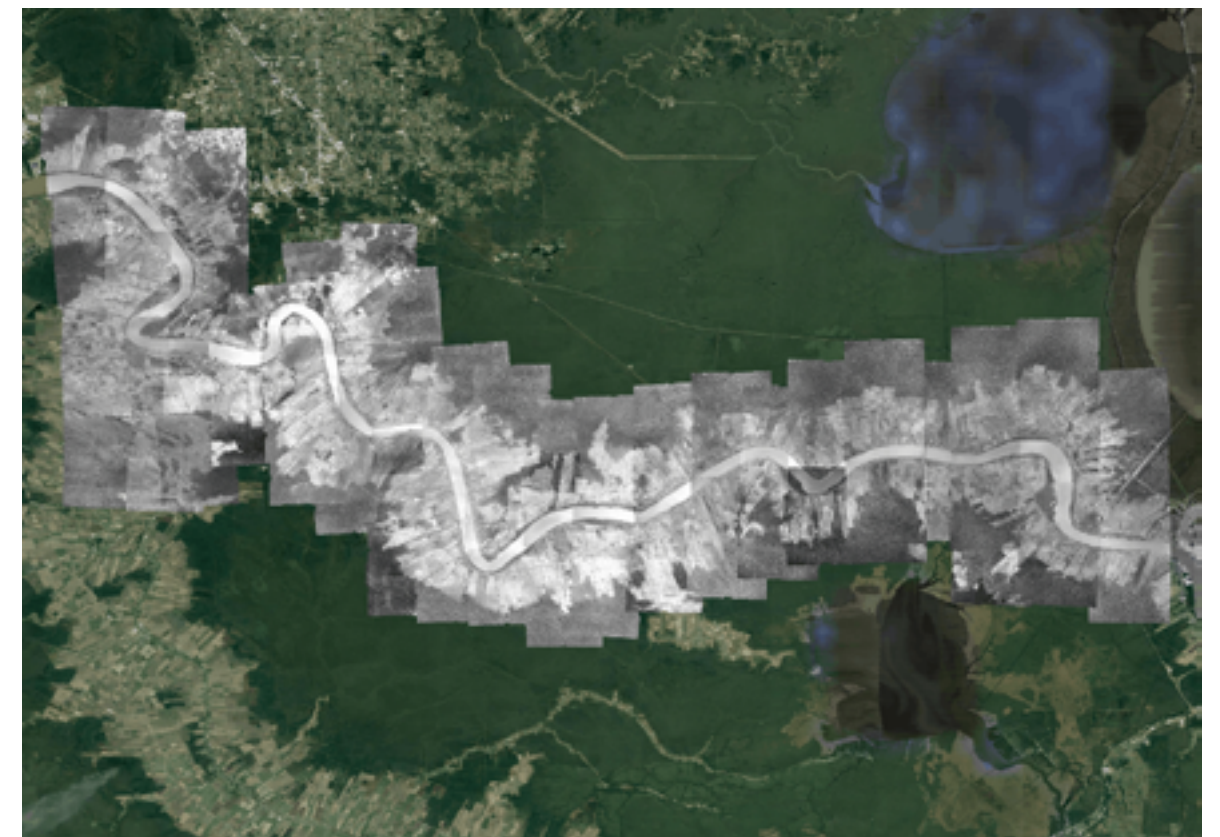
evidências e estabelecimento de relações entre diferentes estruturas, objetos, atores e incidentes, para compor uma narrativa maior que conte a história do que aconteceu ali (Weizman, 2017).

Um exemplo da diversidade do campo de investigação se faz presente no caso “Racismo Ambiental em Death Alley, Louisiana”. Esta região, antigamente conhecida como País das Plantações, se transformou em um corredor petroquímico, abrigando mais de 200 indústrias em terrenos ocupados por plantações de cana de açúcar há 300 anos. A poluição tóxica gerada pelas indústrias faz com que a região tenha as maiores taxas de câncer dos Estados Unidos: “as sombras das nuvens tóxicas são lançadas sob os descendentes das pessoas escravizadas, nascidas e enterradas sob essas nuvens” (Forensic Architecture, 2023c, n.p.). Além de poluir o ar que respiram, as petroquímicas também tem, dentro de seus territórios, domínio dos antigos cemitérios de escravos das Plantações, o que as transforma em verdadeiras herdeiras da “lógica espacial do colonialismo e escravidão” (Forensic Architecture, 2023c, n.p.).

Para estudar este caso, que envolve diversas formas complexas e históricas de violência ambiental e colonial, o FA fez uso de uma metodologia chamada *regressão cartográfica*, que sobrepõe camadas históricas de mapas e fotografias aéreas antigas sobre documentos mais recentes, buscando acompanhar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, e criando montagens históricas e territoriais da região estudada, para localizar os cemitérios e a extensão da ocupação das indústrias sobre aquele território ao longo dos anos.

Fig. 9 Exemplo da técnica de regressão cartográfica do caso “Racismo Ambiental em Death Alley, Louisiana”. Fonte: (Forensic Architecture, 2023c)

Dessa forma, conseguiram identificar as prováveis localizações dos cemitérios de escravos, e com o uso de um algoritmo, foram capazes de criar um campo de probabilidade das possíveis localizações dos cemitérios sob o domínio das indústrias. Assim, neste caso, o campo foi



composto em sua maioria por cartografias e documentos, ao invés de imagens postadas nas redes sociais ou em reportagens, e os resultados encontrados podem servir como ferramenta para recuperar estes territórios históricos, preservando a memória e evitando a dessacralização desses lugares ancestrais.

Nas próximas páginas, será analisado o caso de investigação “Ataque com drone em Miranshah”, publicado em 2014. Este caso emblemático foi conduzido durante os primeiros anos de formação do FA, e ilustra a utilização da arquitetura como um sensor político dos acontecimentos que se dão ao seu redor, e a potência de seu uso como elemento de investigação pela agência. O momento da publicação do caso foi marcado por um importante período de desenvolvimento e inovação de técnicas evidenciárias do grupo.

68

ATAQUE COM DRONE EM MIRANSHAH

Data do evento

3 de março de 2012

Data da publicação da investigação

11 de março de 2014

[aproximadamente 2 anos de trabalho]

Local

Miranshah, Paquistão

Metodologias

Modelagem 3D, Geolocalização, Análise de Padrões

Objetivo principal

Realizar uma análise técnica e espacial de material audiovisual coletado para produção de relatório para o Relator Especial da ONU sobre o Combate ao Terrorismo e Direitos Humanos, compondo também uma análise mais abrangente de mapeamento de padrões de ataques com drones na região entre Paquistão e Afeganistão.

Fórum

Assembleia Geral das Nações Unidas, Exposição, Mídia

Miranshah é uma pequena cidade localizada na fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão, antigamente sob autoridade das FATA (*Federally Administered Tribal Areas*), uma região tribal semi-autônoma sob liderança do governo paquistanês, regida por um conjunto de leis denominado *Frontier Crimes Regulation (FCR)*, estabelecido em 1901 pelo Império Britânico na Índia. Hoje, Miranshah passou a fazer parte do Distrito de Waziristão do Norte, no Paquistão.

As FCR definem um sistema legal separado para as áreas tribais, com tribunais especiais e procedimentos judiciais distintos. Após a independência do Paquistão em 1947, as FCR continuaram em vigor, e foram adotadas pelo governo paquistanês como um meio de controlar as áreas tribais e manter a estabilidade na região, considerada uma das mais subdesenvolvidas do país, com altos índices de analfabetismo e pobreza. Essas áreas eram governadas por agentes políticos designados pelo Paquistão, que tinham poderes quase ilimitados, incluindo a autoridade de prender e deter pessoas sem acusação formal ou julgamento justo (Weizman, 2017). As FCR foram muito criticadas por violarem os direitos humanos e por serem uma fonte de corrupção e abuso de poder. Em 2018, o governo paquistanês anunciou que as FCR seriam revogadas e substituídas por um sistema de justiça mais transparente.

A região das FATA foi marcada por extensos conflitos armados, incluindo a presença de grupos como Talibã e Al-Qaeda, que usavam as áreas tribais como base para realizar ataques no Afeganistão e Paquistão. Por isso, durante um extenso período, essa região foi considerada uma potencial ameaça à segurança da soberania estatal, e entre 2004 e 2014 foi alvo de múltiplos ataques preventivos realizados pela campanha de drones conduzida pelos Estados Unidos (Weizman, 2017).

Sem uma regulamentação judicial apropriada, muitas vilas foram destruídas, e seus moradores exilados ou presos. Devido ao elevado grau de controle nas fronteiras, organizações de direitos humanos e jornalistas sempre enfrentaram dificuldades para obter acesso ao local, o que torna as informações sobre os ataques pouco acessíveis e dispersas. Neste contexto, sem provas dos ataques, os Estados Unidos respondiam à condução da campanha de drones através de um recurso que ficou conhecido como “Glomar Response” (Weizman, 2017), que não confirma ou nega a existência dos assassinatos direcionados na região. Este tipo de resposta foi a base para a campanha de drones continuar ativa na época, e demonstra não somente a negação da violência aferida, mas a cobertura dos traços, traduzida na negação da evidência de que a violência de fato ocorreu, criando um nevoeiro sobre a questão.

Em junho de 2012, a NBC recebeu e publicou um raro material de vídeo mostrando um ataque com drone em Miranshah, supostamente realizado pelos Estados Unidos, deixando 4 pessoas mortas. O vídeo, provavelmente filmado com um celular e contrabandeado pelas barreiras militares da região, mostra as ruínas de uma casa em uma área residencial da cidade, do ponto de vista externo e interno, este último onde a explosão ocorreu. O FA foi comissionado pelo Relator Especial da ONU sobre o Combate ao Terrorismo e Direitos

Humanos para realizar uma análise do material de vídeo, com o objetivo de investigar e entender o que aconteceu ali, e quem proferiu o ataque.

A agência, à época, havia sido chamada pelo *Bureau of Investigative Journalism (BIJ)*, uma organização sem fins lucrativos que conduz investigações em prol dos direitos humanos, para analisar padrões de ataques com drone realizados pela CIA na região das FATA, e estava produzindo uma plataforma cartográfica sobre os ataques, como uma base de dados que possibilitasse a visualização espacial das relações entre centenas de ocorrências e, desta forma, a realização de uma análise de padrões que revelasse as conexões entre múltiplos e separados incidentes.²⁴ Esta análise de padrões é definida pelo FA da seguinte forma:

Frequentemente, os incidentes individuais que investigamos fazem parte de um padrão mais amplo. A identificação desse padrão pode apoiar a afirmação de que um conjunto de abusos ou violações individuais de direitos humanos, tomados em conjunto, são de fato, por sua natureza, ‘difundidos e sistemáticos’ – questão crucial em vários contextos de direitos humanos. Assim, a análise de padrões pode revelar mudanças de tendências na frequência e distribuição de certos tipos de violência, bem como os alvos e vítimas dessa violência. Quanto maior o conjunto de dados, mais confiável e coerente será o padrão que pode surgir. (Forensic Architecture, 2020, n.p.)

²⁴ Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **The Drone Strikes Platform**, [s.l.], 2014. Disponível: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-drone-strikes-platform> Acesso em: 20 ago. 2021.

Portanto, a análise deste caso específico foi adicionada a uma base de dados espaciais mais ampla, ajudando a compor e identificar um padrão de violência que caracteriza os ataques com drones nesta região. O estabelecimento de padrões é importante para tecer laços de causalidade entre atos de crimes de Estado que, isolados, não poderiam parecer óbvios, ou poderiam ser entendidos como incidentes separados, distantes, quando, na verdade, fazem parte de um padrão de comportamento violento mais amplo, difuso, sistemático e nebuloso.

O campo e o estúdio

O FA analisou este material de vídeo específico, frame por frame, para tirar o máximo de informações possíveis presentes ali. A primeira medida adotada foi a geolocalização do incidente, e, para tanto, a equipe procurou elementos presentes nas imagens que pudessem referenciá-las em relação à cidade. Uma das estratégias utilizadas foi a análise das sombras presentes no vídeo. Em um frame, a direção da sombra encontrada indica uma orientação para o norte. Além disso, a partir dos frames, foi possível criar uma colagem panorâmica para identificar elementos da arquitetura do edifício, o que auxiliaria na sua localização no espaço. Com base na colagem, foi possível determinar o formato de duas ruas entre as quais o edifício estava situado. O FA comparou o formato das vias com imagens de satélite da cidade, resultando na localização exata do edifício (Figura 10).

Com isso, foi possível localizar e fazer a modelagem 3D do edifício, e estudar o incidente a partir deste modelo:



Fig. 10 Frames do vídeo indicando a posição da sombra, a colagem das imagens mostrando as ruas, e a imagem de satélite que corresponde às vias localizadas. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a).

No trabalho da FA, modelos físicos e digitais são mais do que representações 3D de locais do mundo real – eles funcionam como dispositivos analíticos ou operacionais. Os modelos nos ajudam a entender a localização de imagens, posições de câmera ou eventos em relação uns aos outros.

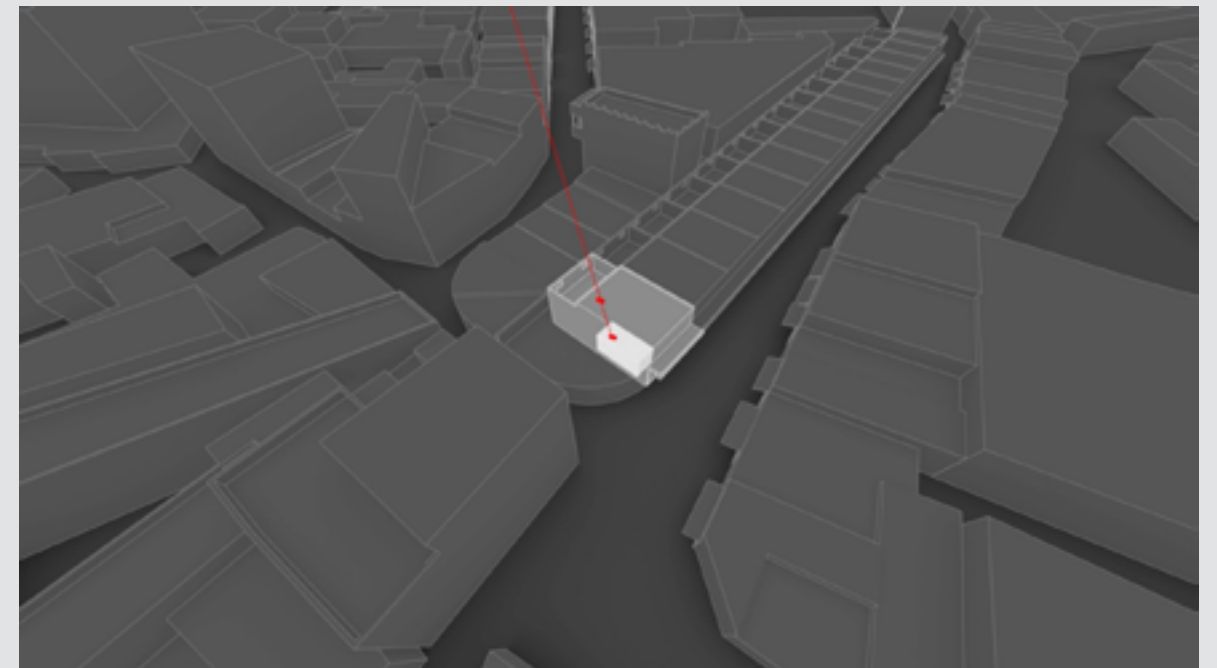


Fig. 11 Modelagem 3D do prédio e da rua, mostrando o caminho do míssil até a explosão na sala do prédio. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a).

Compreender a perspectiva de imagens ou vídeos capturados na área modelada nos ajuda a estabelecer ‘cones de visão’ relativos. Eles nos mostram quais partes do ambiente estão ‘dentro do quadro’ e o que permanece fora, dando aos nossos investigadores uma imagem mais completa de quanto se sabe, ou não, sobre o incidente que estão estudando. (Forensic Architecture, 2020, n.p.)

Analisando as imagens do interior da sala na qual o míssil explodiu, os escombros e buracos deixados pela explosão, e estabelecendo o ângulo da abertura no teto deixado pelo drone, foi possível estabelecer e reproduzir sua trajetória de entrada no edifício (Figura 11).

O vídeo filmado na parte interna mostra a assinatura arquitetônica dos ataques com drones: um pequeno buraco no teto, sugerindo a entrada do míssil na sala, e paredes marcadas por diversos fragmentos, causados pela explosão. O dano deixado por esse tipo de ataque é muito específico e de difícil identificação, não somente porque ocorre dentro da privacidade dos lares, mas porque seus indícios, como o buraco causado pela entrada do míssil no prédio, não são visíveis pela resolução das imagens de satélite comerciais.

A regulação do tamanho dos pixels, estabelecidos em 50x50cm, retira a imagem humana das imagens de satélite disponíveis ao público, uma maneira de garantir a privacidade e evitar problemas de representação, assim como uma forma de controlar a informação que o público tem acesso. Sendo assim, os pequenos buracos característicos de ataques com drone, menores do que 50x50cm, se escondem por trás do véu do limiar da detectabilidade, e não podem ser identificados nestas condições (Figura 12). Porém, com o vídeo, é possível ter uma rara perspectiva deste tipo de ataque.

Os ataques de drones são executados com uma resolução significativamente maior do que aquela em que os danos que eles criam podem ser capturados em imagens de satélite. Esse fato inverte um dos princípios fundamentais da investigação forense, que é o de que o investigador do crime deve ser capaz de ver mais do que o criminoso, usando melhores

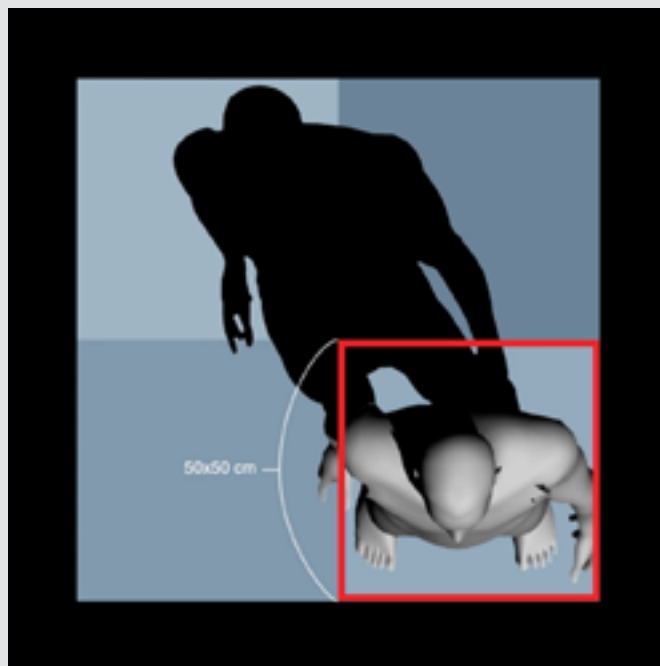


Fig. 12 Imagem mostrando o tamanho de um pixel, na resolução das imagens comerciais de satélite, indicando que o corpo de uma pessoa é aproximadamente do mesmo tamanho, e, por isso, não é possível identificá-lo nas fotos, assim como os buracos deixados por um ataque com drone.

Para análise das ruínas deixadas pela destruição, o FA compôs uma colagem dos frames dos vídeos, construindo a imagem da sala em que o míssil explodiu. Eles mapearam centenas de pequenos buracos nas paredes, causados pelos fragmentos de metal da explosão. Com isso, puderam observar que, em algumas partes da parede, a quantidade de buracos era menos densa, indicando que algo poderia ter absorvido estes fragmentos antes de chegarem à parede – algo como, por exemplo, os corpos das vítimas. As silhuetas dos

corpos estão, desta forma, inscritas nas paredes da sala: “As paredes são como fotografias, expostas à explosão da mesma forma como um filme é exposto à luz” (Forensic Architecture, 2022a, n.p.)

Desta forma, os elementos arquitetônicos registraram a explosão em sua materialidade; se tornaram sensíveis e estetizados ao incidente; gravaram, em sua forma, as informações e dados da violência aferida. Através da leitura destes registros, é possível visualizar possíveis fatos como, neste caso, a morte de duas vítimas: “Combinando patologia e arquitetura forense, os vestígios de corpos mortos parecem ter se tornado parte da arquitetura” (Weizman, 2017, n.p.) (Figura 13).

Depois do mapeamento dos buracos, o FA analisou a profundidade e dimensão de cada um deles. Com isso, foi possível distinguir o ângulo em que os fragmentos atingiram a parede, e, desta forma, traçar o caminho inverso destes registros, e estimar o ponto da explosão, assim como o tipo de míssil utilizado, de acordo com as características deixadas na cena (Figura 14).

O fato de a explosão ter acontecido antes de tocar o solo indicou ao FA que o míssil utilizado era possivelmente um “Romeo” Hellfire II AGM-114R, uma arma desenhada para uso em construções, como prédios e casas. Ela pode atravessar camadas de elementos como telhados, paredes, e chão, antes de explodir no interior do edifício (Figura 15). O desenvolvimento desta tecnologia permitiu o avanço deste tipo de ataque em áreas urbanas, o aumento de

ópticas ou com melhor resolução. Essa inversão é derivada de uma mais fundamental: normalmente são as agências estatais que investigam indivíduos ou organizações criminosas, razão pela qual os melhores recursos e ópticas estão do lado dos investigadores. No nosso caso, porém, são as agências estatais que cometem os assassinatos e as organizações independentes que fazem a investigação forense. A diferença de conhecimento, incorporada na lacuna entre a resolução em que os ataques são executados e a resolução em que podem ser investigados, é o espaço da negação. (Weizman, 2017, p. 372).

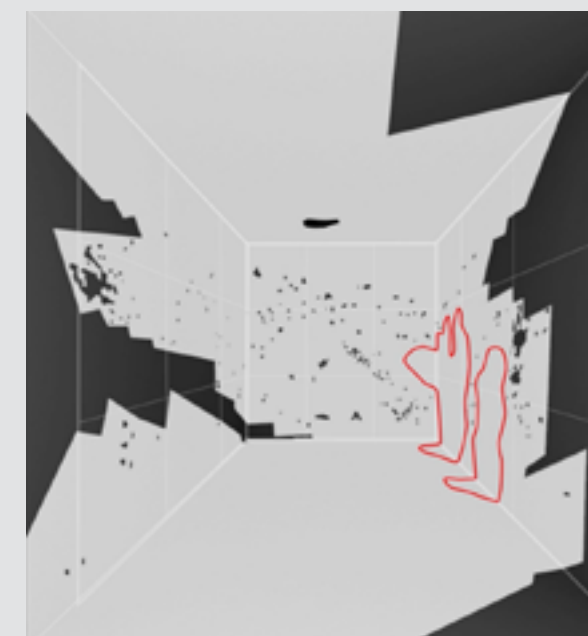


Fig. 13 Imagem mostrando a colagem panorâmica com a identificação dos buracos e a sugestão da posição dos corpos das vítimas. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a).

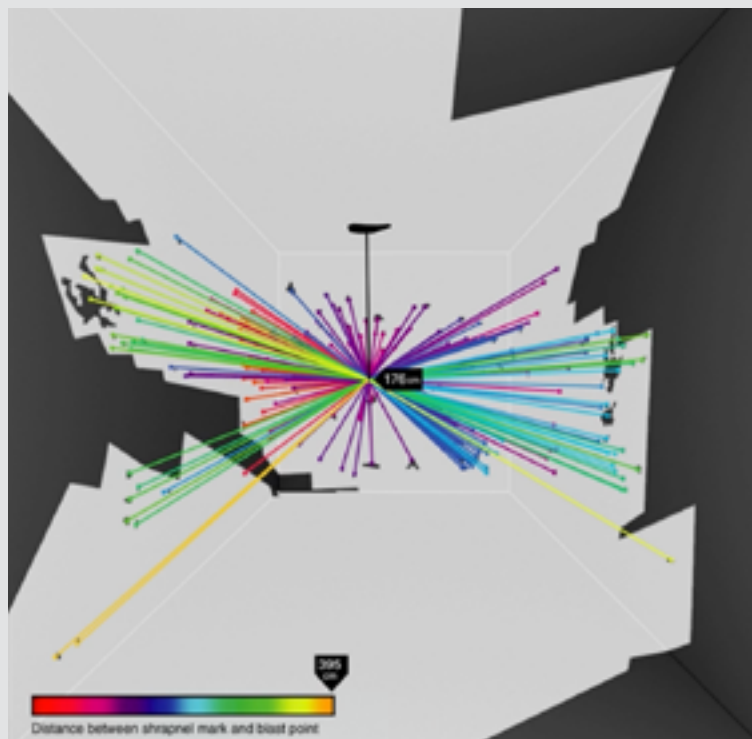


Fig. 14 Modelo da sala e reprodução do ponto de explosão do míssil. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a).

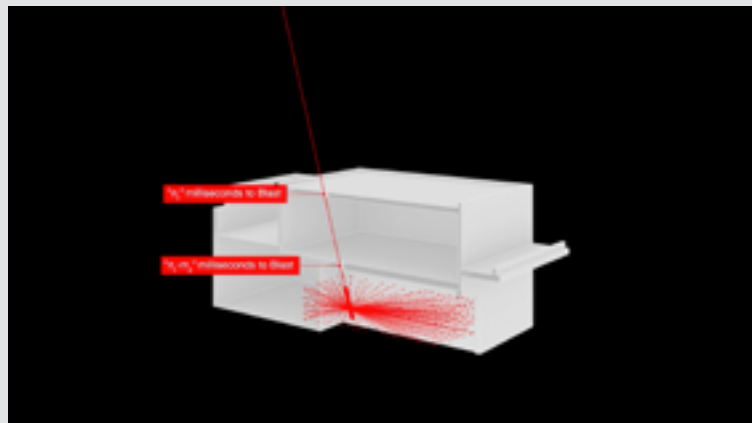


Fig. 15 Modelo mostrando o corte de camadas até a explosão do drone na sala. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a).

em exposições como FORENSIS, na Haus der Kulturen der Welt (HKW), em Berlim, em 2014, e a Bienal de Veneza de 2016 (Figura 16), e entre diversas outras mostras. A participação nestes eventos permitiu ao FA a reconstrução do modelo da sala em escala 1:1, o que ajudou a mapear os buracos causados pelos fragmentos e a entender melhor sobre a posição do drone quando o míssil explodiu.

que captam e registram em sua forma os acontecimentos ao seu redor, foi possível localizar o incidente no espaço e criar uma base de evidências que indicam a localização das vítimas e o tipo de míssil utilizado.

Fórum

Neste caso, o projeto havia sido comissionado para a produção de um relatório que foi apresentado à Assembleia Geral da ONU,

em 25 de outubro de 2013, como parte do trabalho do Relator Especial das Nações Unidas para o Combate ao Terrorismo, Ben Emmerson. Além disso, a investigação, com forte caráter estético, foi também apresentada

prédios residenciais como alvos. Ou seja, ao invés de diminuir as causalidades, argumento utilizado pelos militares para os assassinatos programados com uso de drones, a dimensão arquitetônica deste tipo de míssil permitiu que seu uso se multiplicasse na região das FATA (Forensic Architecture, 2014a).

Desta forma, através da análise técnica espacial do material audiovisual e entendendo e lendo os elementos arquitetônicos presentes no material como sensores

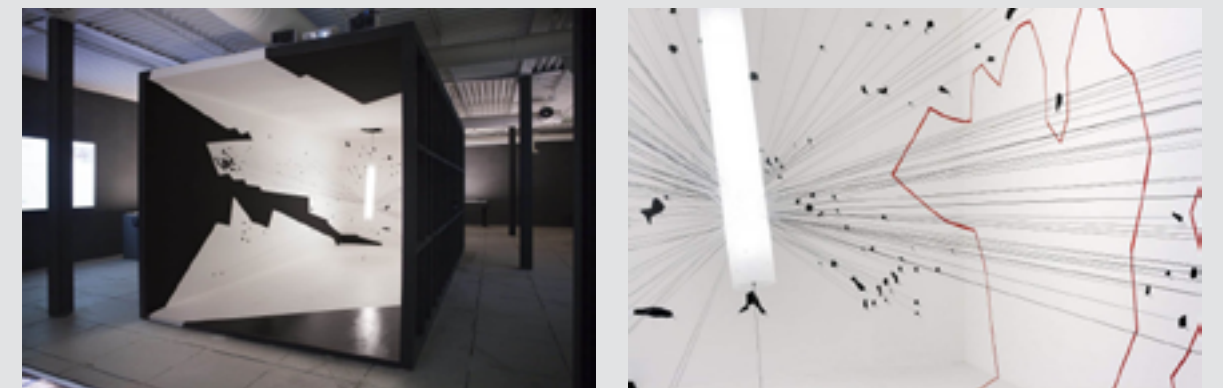
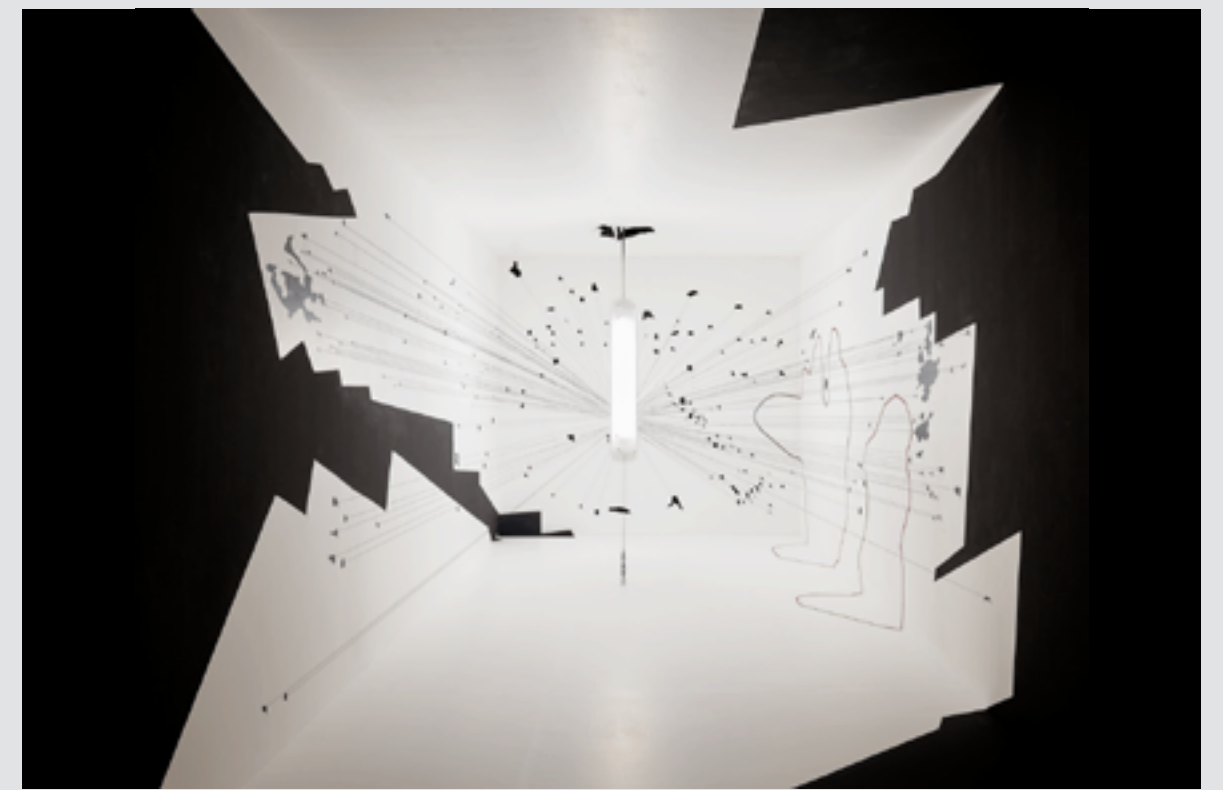


Fig. 16 Modelo real 1:1 na Bienal de Veneza de 2016. Fonte: (Forensic Architecture, 2022a)

Portanto, do uso de métodos espaciais de modelagem 3D e princípios de análise de edifícios e elementos arquitetônicos como superfícies de gravação de registros, foi possível estabelecer evidências que confrontam a negação estatal da violência da campanha de drones na região do Paquistão. A análise técnica realizada, seja para dar suporte ao relatório para a ONU ou traduzida em uma exposição de arte, não garante a ação pública, mas contribui para a intensificação da produção e difusão de conhecimento sobre o caso e sobre padrões de violência estatal com o uso de drones. Produção esta que é anti-hegemônica e que questiona e se posiciona frente aos crimes de Estado.

O trabalho no estúdio: o Complexo Arquitetônico-Imagético

Além de se utilizar da arquitetura como sensor e das análises do ambiente construído e não construído para a produção de evidências, o FA também se utiliza da arquitetura como método de pesquisa, para a leitura dos regimes ópticos produzidos pelos conflitos contemporâneos. Se, hoje, o aumento do campo visual e da quantidade de imagens e vídeos gerados em torno dos conflitos não necessariamente provê maior clareza aos fatos – pelo contrário, a enorme quantidade de dados e sua má gestão favorecem a disseminação de *fake news*, falta de clareza sobre os fatos, e a progressiva perda do lastro do real –, para fazer uma leitura desse contexto, é necessário colocar esses dados e imagens em perspectiva, entender a relação entre eles, construir pontes e sincronizá-los.

Frente a esta situação, o FA faz uso do que define de *complexo arquitetônico-imagético*, um método de análise que faz uma leitura específica da vastidão de imagens disponíveis para poder localizá-las e compô-las no espaço e reconstruir espacialmente o incidente. Desta forma, a arquitetura e suas ferramentas funcionam como um dispositivo óptico, de *fazer-visível*, que possibilita a leitura das imagens através da construção de modelos, facilitando sua visualização e ainda possibilitando a navegação na cena do crime a partir de uma série de relações entre tempo e espaço.

Pesquisando através dessa rede imagética [...] podemos encontrar, sincronizar e rearranjar as imagens para remontar incidentes visualmente e virtualmente no espaço. Para ver, neste contexto, é necessária uma construção e composição, portanto, a arquitetura (Weizman, 2017a, p. 100).

O caso “O bombardeamento de Rafa” (Figura 17) é um exemplo representativo da metodologia no trabalho do FA. Este caso fala sobre o sequestro de um soldado israelense pelo Hamas durante o conflito de Gaza em 2014, que resultou em quatro dias de bombardeios pelo exército israelense em Rafa, cidade palestina situada no sul da Faixa de Gaza, além de outros locais. Como resultado, mais de duas mil casas palestinas foram destruídas.

Para a investigação do caso, o FA foi impedido de adentrar nas cidades palestinas afetadas e, portanto, a coleta de evidências sobre o bombardeio de Rafa se baseou em milhares de imagens e vídeos compartilhados *online*, ou enviados diretamente ao FA por cidadãos e jornalistas. Através de um processo de geolocalização deste material dentro de um modelo digital da cidade, e posterior análise de imagens de satélite e no nível do solo que mostravam as nuvens de fumaça, sombras e crateras de impacto, o FA conseguiu mapear centenas de ataques que atingiram a cidade.

Os vídeos e imagens são, portanto, situados em uma linha do tempo de acordo com seu tempo e espaço, ou seja, seus *metadados* – informações que, muitas vezes, têm que ser verificadas, pois não constam na fonte. Cada imagem possui uma perspectiva situada, e, portanto, há um limite, um cone

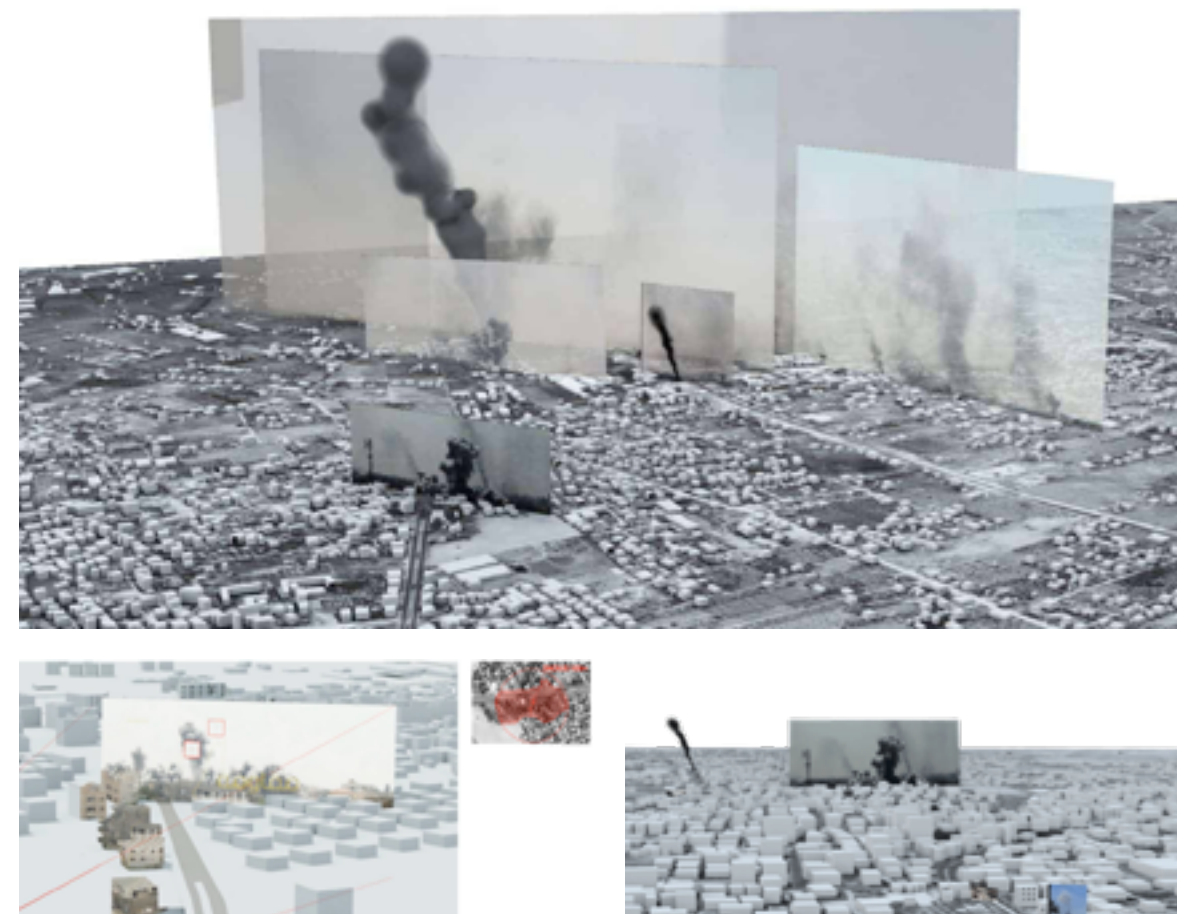


Fig. 17 Espacialização de imagens e vídeos crowdsourced de bombas e ataques em um modelo 3D da cidade de Rafa. Fonte: (Forensic Architecture, 2015).

de visão, que determina o que o observador pode ver. Mas, sincronizando estas imagens, espacializando-as, é possível reconstruir a cena e entender o acontecimento em sua complexidade. Ao concatenar diferentes pontos de vista, ou seja, os fragmentos da percepção, e relacioná-los e ancorá-los entre si, o FA consegue extrair dados e informações que antes não eram visíveis ou perceptíveis ao olhar.

Assim, este modelo espacial permite reunir diferentes perspectivas situadas sobre o ocorrido, identificando evidências e informações inserindo-as no espaço em questão. Esta espacialização dos dados resulta na construção de modelos tridimensionais do incidente capazes de costurar relações que, a princípio, poderiam parecer desconexas. Porém, nem sempre os eventos violentos se dão de forma cinética, como uma explosão, ou um tiro. Muitas vezes, é extremamente complexo estabelecer relações de causalidade entre eventos, pois a violência é pouco perceptível, ou ocorre de forma tão lenta e sistemática que se torna intrínseca ao contexto em que está presente. É o caso, por exemplo, da violência ambiental.

A violência se desdobra em diferentes escalas, durações e velocidades: manifesta-se na força instantânea e eruptiva do incidente, evolui em padrões e repetições em áreas construídas e depois se manifesta na degradação lenta de grandes territórios, ao longo de escalas de tempo estendidas. (Weizman, 2017a, n.p.).

Por isso, no trabalho do FA, as investigações são feitas de modo a fazer uma análise de diferentes escalas, que permite relacionar um incidente pontual ao seu entorno, a um contexto e padrão de violência sistêmica mais abrangente. Ao comentar sobre os métodos aplicados a um caso de investigação sobre a poluição ambiental produzida por uma mina de cobre na Papua Ocidental, Nabil Ahmed expressa a importância de trabalhar com uma abordagem que vai do micro ao macro.²⁵ Neste caso, ele estava tentando reconstruir os eventos ao redor da mina pelos últimos 15 anos, analisando imagens de satélite para rastrear os efeitos da violência lenta gerada pela degradação ambiental, atingindo populações indígenas da região, quando começou a reconhecer alguns padrões geográficos:

Nós olhamos para a mina na Papua Ocidental e vimos que ela estava situada em uma formação de cinturão geológico ao redor do qual existem muitas outras minas. Todo aquele trecho é um rico veio de cobre, ouro e outros metais, pois é a zona mais vulcânica do planeta. A partir daí, começamos a traçar uma linha entre todos os conflitos em torno desse cinturão – que nos levaria ao Chile, do outro lado da Indonésia. É o mesmo cobre e é a mesma luta de povos indígenas contra o poder estatal. Então, foi uma questão de começar a olhar para esses tipos de relacionamentos, de um lugar para outro, e como eles estavam conectados. Estendemos essa linha, e ela se tornou uma zona de conflito entre as pessoas que estão lutando contra esses poderes opressores. (Ahmed, 2022, n.p.).

25 Ver: INTERPRT. **Grasberg.** [s.l.], 2022. Disponível em: <http://www.interprt.org/project/grasberg/>. Acesso em: 20 maio 2022.

O estabelecimento de laços de causalidade e reconhecimento de padrões é extremamente importante para a luta contra a violação de direitos humanos. Tratar incidentes de violência individuais como questões pontuais, fora da curva ou anormais pode encobrir a dimensão política de um processo mais abrangente. Ao reconhecer um incidente individual como parte de um processo histórico e sistêmico, é possível estabelecer mapeamentos e padrões, habilitando uma visão mais ampla e relacionável, como instrumento para identificação de casos de violência sistêmica.

Desta forma, o modelo criado a partir do complexo arquitetônico imagético é um modelo poli-perspectivo, que reúne não somente diferentes perspectivas espaciais, mas também de metodologias, conhecimentos, e agentes envolvidos. É uma prática coletiva de elaboração e composição, que envolve desde as pessoas que se arriscam para fazer uma filmagem de um incidente violento, aqueles que sofrem a violência, ativistas que os defendem, arquitetos que espacializam o incidente, especialistas que analisam as imagens, cientistas, advogados que defendem as vítimas, entre muitos outros agentes. Pois, para confrontar crimes estatais e produzir casos contra as mais poderosas estruturas e instituições da sociedade, é preciso que a estrutura evidenciária seja sólida, para que possa suportar ataques e questionamentos (Weizman, 2022).

O modo de produção de evidências contemporâneo com o qual trabalhamos não é baseado em um especialista no assunto, que tem poder

de fala sobre tudo. Trata-se de socializar evidências, e de trazer uma multiplicidade de disciplinas e de participantes e tecer a investigação em conjunto. Construir um caso é como fazer arquitetura. Quando você constrói um edifício, você precisa de fundação, infraestrutura, água, eletricidade. Assim com um caso. Você precisa de provas, das histórias das pessoas envolvidas, de conhecimento sobre a textura e a forma das coisas, precisa de experiência em diferentes tipos de coisas, precisa dos advogados, dos ativistas, dos sobreviventes. E, juntos, é possível construir uma estrutura de evidências que precisa ser sólida, porque ela terá que resistir a contra-ataques. (Weizman, 2022b, n.p.).

Assim, o FA não está somente interessado em conduzir investigações políticas, mas em tornar o próprio processo investigativo em uma questão política. Para isso, as evidências devem ser socializadas publicamente e o processo precisa ser passível de crítica e verificação, não somente internamente, pelo trabalho da equipe, mas pela comunidade que sofre a violência e pela sociedade em geral. Para Samaneh Moafi (2022), o FA é uma prática que busca não só interrogar verdades estabelecidas, desconstruí-las e construir novas narrativas, através da aplicação de outras sensibilidades – arquitetônicas, científicas, artísticas – mas também dividir e difundir suas descobertas, para criar uma realidade compartilhada sobre a verdade daquele caso:

Há uma diferença entre evidência e verdade, e é isso que torna a segunda parte de nossa prática tão importante. E essa parte é sobre mobilizar evidências e socializar nossas descobertas. Trata-se de garantir que a evidência não fique dentro das portas fechadas de um tribunal, mas que seja compartilhada entre as pessoas. Para sensibilizar, criar uma consciência compartilhada, e não um tipo de consciência privada e particular. (Moafi, 2022, n.p.).

Ao comentar sobre essa metodologia, Moafi menciona como exemplo o caso da explosão do Porto de Beirute, investigado pelo FA em 2020 (Moafi, 2022). Este foi um caso em que, imediatamente após a explosão, o acesso à área foi impedido pelo Estado libanês, de forma que ninguém pudesse adentrar o porto, além de grupos selecionados contratados pelo Estado. Estes grupos analisaram a cena, investigaram o caso, e, até hoje, três anos depois da explosão, a investigação não veio a público, e as famílias das vítimas ainda não sabem o que provocou a explosão e o incêndio.

Neste contexto, ao serem chamados para investigar o caso, sem qualquer outro recurso, o FA buscou nas imagens *crowdsourced* uma resposta para o ocorrido. O material reunido contava com diferentes perspectivas e momentos da explosão: um vídeo de um jornalista no topo de um prédio, um médico que filmou a cena em um hospital próximo ao porto, alguém em um prédio ao lado do hospital, entre diversas outras situações.

O trabalho que fizemos foi construir um modelo poli-perspectivo, tecer as intersecções entre todas as imagens e juntá-las como se fossem pedaços

de um vidro quebrado, para ter uma versão mais completa do relato do que realmente aconteceu. (Moafi, 2022, n.p.).

A seguir, será feita uma análise detalhada do caso “A explosão do porto de Beirute”, como um exemplo da aplicação do complexo arquitetônico imagético como metodologia de análise, para a reconstrução espacial e poli-perspectiva sobre o ocorrido, e a concatenação de diversos fragmentos de evidência para a construção colaborativa de uma percepção comum sobre o que aconteceu.

A EXPLOSÃO DO PORTO DE BEIRUTE

Data do evento

4 de agosto de 2020

Data da publicação da investigação

17 de novembro de 2020

[aproximadamente 3 meses de trabalho]

Local

Beirute, Líbano

Metodologias

Modelagem 3D, Geolocalização, OSINT, Sincronização

Objetivo principal

produzir uma investigação independente e paralela à investigação conduzida pelo Estado, através da reconstrução dos eventos em uma linha do tempo dentro de um modelo espacial

Fórum

Exposição, Mídia

No dia 6 de agosto de 2020, uma explosão destruiu o porto da cidade de Beirute, no Líbano, assim como uma grande parte da cidade, deixando 200 mortos, mais de 6.500 feridos, e 300 mil desabrigados. A explosão, causada pela detonação de grandes quantidades de nitrato de amônia armazenados de forma incorreta, foi classificada como uma das maiores explosões não-nucleares da história.²⁶

²⁶ Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **The Beirut Port Explosion**. Beirut, Lebanon, 2020b.

O Estado libanês e autoridades internacionais rapidamente declararam que a explosão foi culpa do incêndio provocado por um trabalho de soldagem malfeito que havia sido realizado por trabalhadores sírios no local, mais cedo naquele dia. Essa se tornou a narrativa dominante sobre o caso, e os serralheiros foram detidos logo após o ocorrido.

Samaneh Moafi (2022), coordenadora de pesquisa da investigação, disse que, à época, o FA recebeu muitas mensagens de amigos libaneses,

que estavam em Beirute na ocasião, perguntando se a agência faria uma investigação independente sobre o caso. Porém, até aquele momento, ainda não haviam recebido contato de nenhuma organização no Líbano que pudesse comissionar o trabalho. Foi então que foram chamados por Mada Masr, uma organização de mídia e jornalismo baseada no Egito, para examinar as evidências *crowdsourced* e produzir uma linha do tempo e um modelo 3D para dar suporte às investigações dos eventos ocorridos naquele dia.

Fig. 18 Exemplo da geolocalização de uma imagem. A imagem coletada via OSINT, à direita (imagem A), foi a primeira imagem postada nas redes sociais mostrando uma nuvem de fumaça saindo do armazém do porto, indicando um incêndio, às 17h54. Para geolocalizar essa imagem, o FA a compara com uma imagem de satélite da região portuária, à esquerda (imagem B), e identifica os edifícios presentes em ambas as imagens. Desta forma, eles conseguem calcular o cone de visão da imagem A e determinar sua localização. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

Moafi (2022), coordenadora de pesquisa do caso, montou uma equipe com pesquisadores do FA em Londres e em Beirute. O objetivo principal era reconstruir o acontecimento, a partir das evidências disponíveis, para verificar os fatos e a narrativa estatal que culpabiliza os serralheiros, para apoiar um trabalho mais amplo de reparação de direitos.

A LAW (*Legal Action Worldwide*), organização sem fins lucrativos que dá suporte legal à indivíduos e grupos em casos de violação de direitos humanos, iniciou, na sua base do Líbano, um trabalho de assessoria junto aos mais de mil sobreviventes da explosão, e fez um apelo internacional para uma investigação independente e imparcial em busca dos fatos, que corresse em paralelo à investigação do Estado, esta feita sob portas fechadas e sem divulgação das evidências encontradas. O trabalho do FA buscou contribuir com iniciativas como esta.

Pouco tempo depois da explosão, como mencionado anteriormente, o Estado libanês havia isolado a área, para que ninguém pudesse ter acesso ao local além das equipes forenses da França e Estados Unidos, que também investigavam o caso. Portanto, não havia possibilidade de entrada no local, e os dados encontrados, informações protegidas do Estado, tampouco seriam compartilhados com a população. Ao mesmo tempo, no instante em que o evento ocorreu, as redes sociais já estavam repletas de imagens e vídeos da explosão. Assim, o *campo*, neste caso de investigação específico, foi composto em sua maioria de diversas imagens, vídeos, documentos e testemunhos encontrados online. A metodologia utilizada pelo FA para a coleta de evidências *crowdsourced* é chamada de Inteligência Open Source, ou OSINT:

Inteligência open source ou OSINT é a informação coletada de fontes publicamente disponíveis. As fontes comuns de OSINT incluem redes sociais, fóruns online, sites corporativos e governamentais, blogs, vídeos, relatórios de notícias e imagens de satélite publicamente disponíveis. Investigadores da sociedade civil, como nós, geralmente não têm acesso privilegiado a informações classificadas, tornando a informação disponível em “fontes abertas” crucial para identificar e analisar violações de direitos humanos por Estados e militares. Assim, cada uma das investigações da FA envolve aspectos da OSINT. Embora a informação open source esteja disponível para qualquer pessoa, nem sempre é fácil de encontrar um material de qualidade, e os investigadores precisam usar uma ampla variedade de ferramentas, abertas e também privadas. (Forensic Architecture, 2020c, n.p.).

Portanto, o campo é permeado por imagens e informações difusas e complexas, e através de ferramentas e tecnologias de pesquisa é possível encontrar evidências importantes e selecionar o material que irá compor a investigação. A partir da seleção de imagens, é preciso verificá-las, e encontrar nelas referências temporais e espaciais. Por isso, a equipe procura pelos metadados da peça, ou seja, a hora em que ocorreu e as coordenadas espaciais.

Na maioria das vezes, essas informações não estão disponíveis na própria imagem, então, é necessário fazer isso de outras formas. Uma das maneiras de geolocalizar uma imagem ou o frame de um vídeo é compará-la a uma imagem de satélite, e identificar os principais edifícios que estão presentes. Dessa forma, é possível calcular o cone de visão da câmera que produziu aquela imagem, encontrando, finalmente, sua localização e ponto de vista. Esse é o trabalho que será realizado no estúdio: a análise, referência, geolocalização, espacialização e modelagem das evidências encontradas no campo, para a construção da narrativa dos fatos.

Assim, é feita uma classificação das imagens encontradas. Elas são espacializadas e colocadas em uma linha do tempo, para que seja possível compreender a sequência dos eventos. Cada imagem, cada frame, é analisado individualmente, e, neles, é possível encontrar informações importantes para a compreensão do que aconteceu ali. Ao analisar a imagem A, a equipe



Fig. 18 Exemplo da geolocalização de uma imagem. A imagem coletada via OSINT, à direita (imagem A), foi a primeira imagem postada nas redes sociais mostrando uma nuvem de fumaça saindo do armazém do porto, indicando um incêndio, às 17h54. Para geolocalizar essa imagem, o FA a compara com uma imagem de satélite da região portuária, à esquerda (imagem B), e identifica os edifícios presentes em ambas as imagens. Desta forma, eles conseguem calcular o cone de visão da imagem A e determinar sua localização. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

consegue, por exemplo, localizar o armazém e entender que a fumaça está saindo da extremidade leste (Figuras 18 e 19). Porém, a estruturação da narrativa somente é possível através do estabelecimento de relações entre as imagens, da compreensão de como elas estão em relação uma à outra, e de como, com as informações presentes em cada uma, é possível ampliar os cones de visão e tecer a sequência dos acontecimentos. Esse método, no trabalho do FA, é chamado de *sincronização*:

Sincronização é o processo de estabelecer a relação exata entre duas ou mais peças de material audiovisual – sabendo quando uma peça de filmagem começa, em relação a outra. Sincronizar imagens ou vídeos no espaço e no tempo pode ser feito usando pistas visuais, como, por exemplo, a forma de nuvens de explosões ou o movimento de pessoas. [...] A sincronização é necessária sempre que estamos trabalhando com várias peças de evidência, quando nem todas têm metadados precisos. Quando várias peças de evidência são confiavelmente sincronizadas em referência

ao seu conteúdo, os metadados precisos de uma peça ‘ancoram’ as outras no tempo e no espaço. (Forensic Architecture, 2020c, n.p.)

Nuvens de fumaça possuem uma forma única a cada momento, pois são formas fluidas que estão constantemente mudando.

Dessa forma, elas se tornam também uma referência para a sincronização de outras imagens encontradas, se colocadas



Fig. 19 Zoom da imagem A mostrando a nuvem de fumaça e a localização do armazém em relação a ela. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

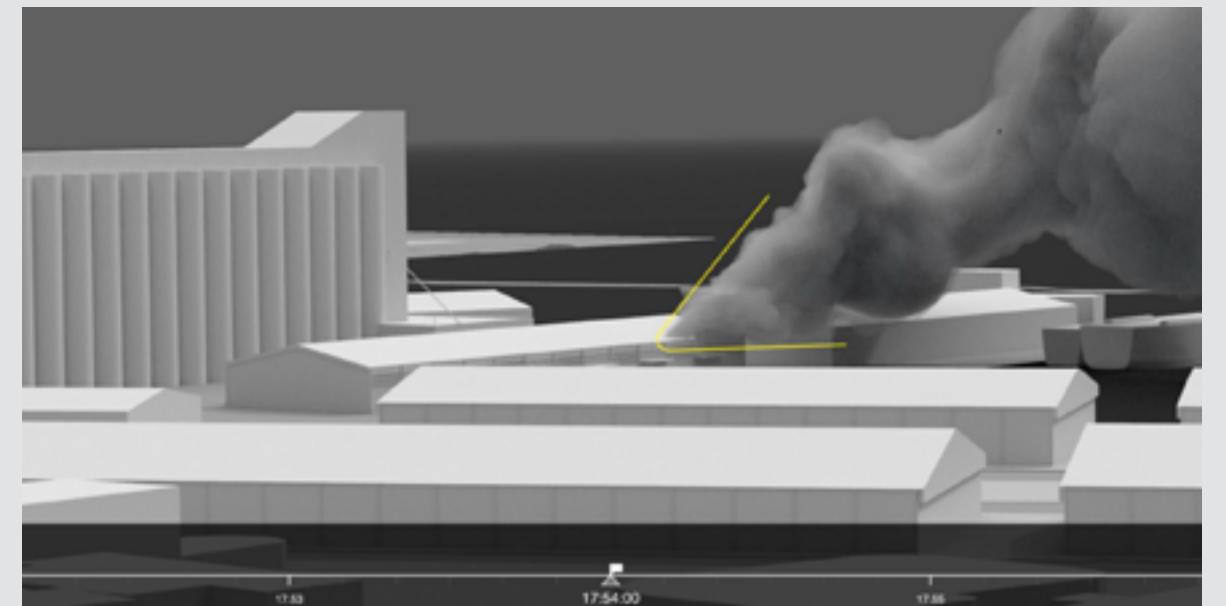


Fig. 20 Imagem A mostrando a nuvem de fumaça e a localização do armazém em relação a ela, agora transformada em um modelo 3D. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

Fig. 21 Outra peça de evidência (vídeo C), que mostra o incêndio de outro ângulo e alguns minutos depois (17h56), inserida no modelo espacial construído.

em relação a ela. Portanto, a partir dessa primeira imagem, a geolocalização das outras imagens selecionadas por OSINT pode ser feita através da comparação do formato específico da nuvem de fumaça, presentes também em outras evidências audiovisuais. A equipe, então, faz a modelagem 3D da nuvem, nesse momento inicial crucial, para ajudar a localizar outras imagens sem metadados (Figuras 19 e 20).

A partir disso, eles sincronizam outros vídeos e imagens a esta linha do tempo e modelo espacial, e analisam as imagens minuto a minuto, para entender a evolução do incêndio que levou à explosão. Outro vídeo, por

exemplo, filmado de outra localização, com outro cone de visão, e alguns minutos depois, mostra o aumento de fumaça e uma visão mais próxima e de outro ângulo, que permite visualizar melhor o armazém e a fonte do incêndio (Figura 21).

Nas imagens seguintes, outro vídeo, filmado 7 minutos depois da primeira foto (imagem A), em outra localização, mostra o aumento do incêndio e também uma mudança de cor da fumaça, antes mais clara, e depois mais escura (Figura 22).



Fig. 22 Este vídeo (D), mostra a mudança de cor da fumaça do incêndio. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

O FA consultou um analista de explosivos da ONU sobre a cor da fumaça, que afirma que a mudança da cor indica que o material que está queimando é diferente do que no início do incêndio. Às 18h07, outra fonte de calor tem início no armazém, seguida por uma outra nuvem de fumaça, maior, com faíscas que sugerem a presença de pequenas cargas explosivas, como, por exemplo, fogos de artifício (Figura 23).

35 segundos depois, às 18h08, uma explosão ocorre, criando uma nuvem de fumaça esférica, que, de acordo com o especialista em explosivos, indica uma explosão de ponto único, dentro do armazém (Figura 24). É possível que essa explosão tenha sido ocasionada pelo detonamento dos sacos de nitrato de amônia mal armazenados. As formas das duas nuvens de fumaça agora presentes serviram como metadados para localizar as imagens restantes dentro do modelo.



Fig. 23 Vídeo D mostrando a segunda nuvem de fumaça e as faíscas indicando fogos de artifício. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

O vídeo G, filmado em um barco no mar, mostra ininterruptamente a sequência de eventos críticos que vem a seguir. Poucos segundos depois, advinda da explosão de ponto único, surge uma nuvem de fumaça muito maior, chegando a 755 m de altura, vermelha (Figuras 25 e 26).

Portanto, o FA conseguiu, nos 14 minutos de vídeos coletados, identificar 4 tipos diferentes de nuvens de fumaça, originárias de partes diferentes do armazém, que apontam tipos diferentes de

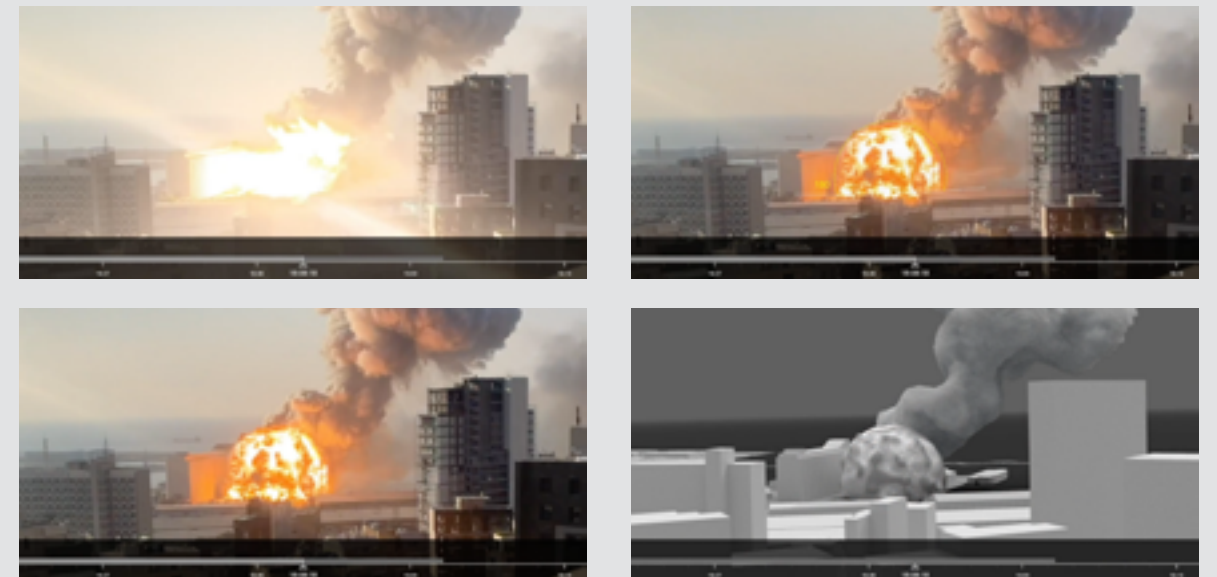


Fig. 24 Sequência de frames do vídeo D mostrando a evolução da explosão de ponto único, a modelagem 3D da cena, e a localização do ponto dentro do armazém, de acordo com as medidas da nuvem formada pela explosão, e das orientações do especialista em explosivos da ONU. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).



Fig. 25 Vídeo G mostra a explosão vista de outra perspectiva. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

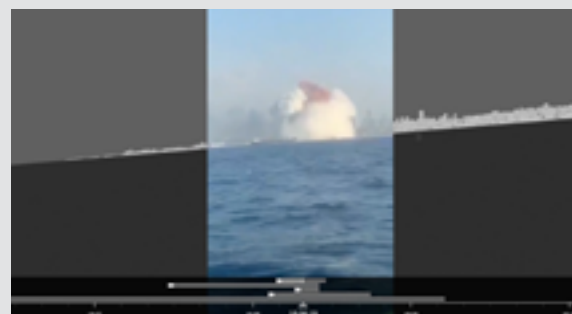
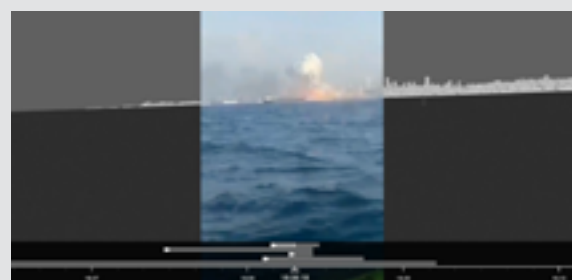


Fig. 26 A sequência de frames a seguir (vídeo G) mostra a explosão e a modelagem da nuvem de fumaça. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

explosivos. Feita essa análise do material de vídeo, e construído o modelo que sincroniza as peças de evidências audiovisuais indicando a sequência dos fatos e o que ocorreu ali, a questão é identificar quais são esses materiais que explodiram, e o porquê. Assim, a investigação recai agora sobre as condições e layout do armazenamento de produtos

no armazém, para entender se foram feitos corretamente ou não, e se foi isso que ocasionou a explosão. Através de outro vídeo, filmado ao lado do armazém, eles conseguem mapear o espaço, e entender de qual localização específica originaram os incêndios e explosão.

O vídeo H mostra que, durante o incêndio, a maioria das janelas do armazém estavam fechadas (Figura 27). De acordo com o especialista em

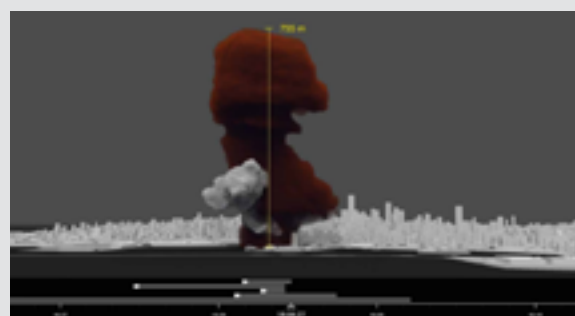
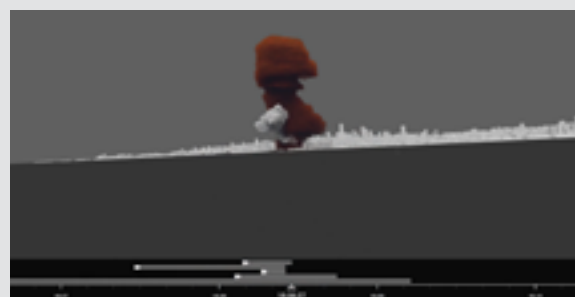
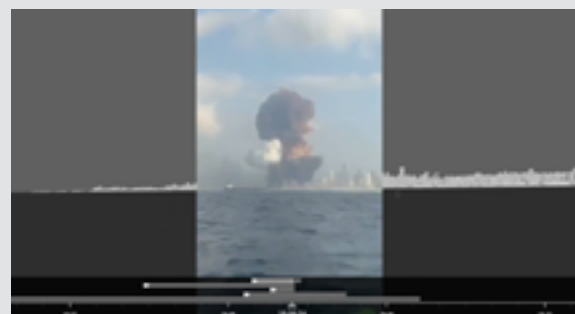


Fig. 27 Outra peça de evidência (vídeo H), filmado durante o início do incêndio, mostrando os portões e janelas, e indicando que muitas delas estavam fechadas. A segunda imagem mostra a modelagem do armazém indicando os portões. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

pedindo auxílio na orientação sobre o que fazer. Ou seja, o Estado já estava a par, desde 2014, sobre a ameaça imposta pela incorreta armazenagem do material. Em 2015, um especialista forense químico, contratado pela corte libanesa, analisou o material, e indicou que 70% dos sacos estavam rasgados, seu conteúdo estava vazando e quimicamente contaminado.

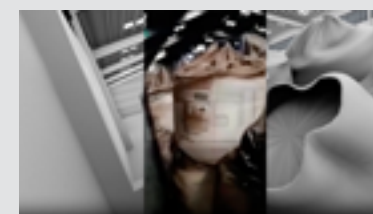
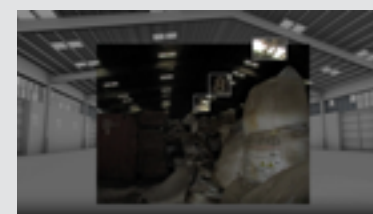
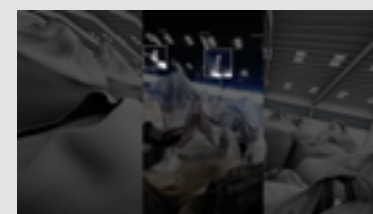
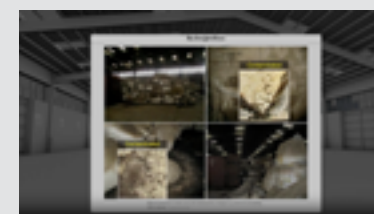


Fig. 28 Reportagem do NY Times mostrando as imagens vazadas e os sacos rasgados e contaminados, e as imagens que permitiram a realização da modelagem. Com outros vídeos obtidos de dentro do armazém, o FA pôde construir um modelo mais completo.

Em 2020, algumas imagens do interior do armazém vazaram, indicando que a situação não havia mudado (Figura 28). Com essas imagens, o FA conseguiu localizar o número dos portões e modelar o interior do armazém, indicando a localização dos sacos dentro deles.

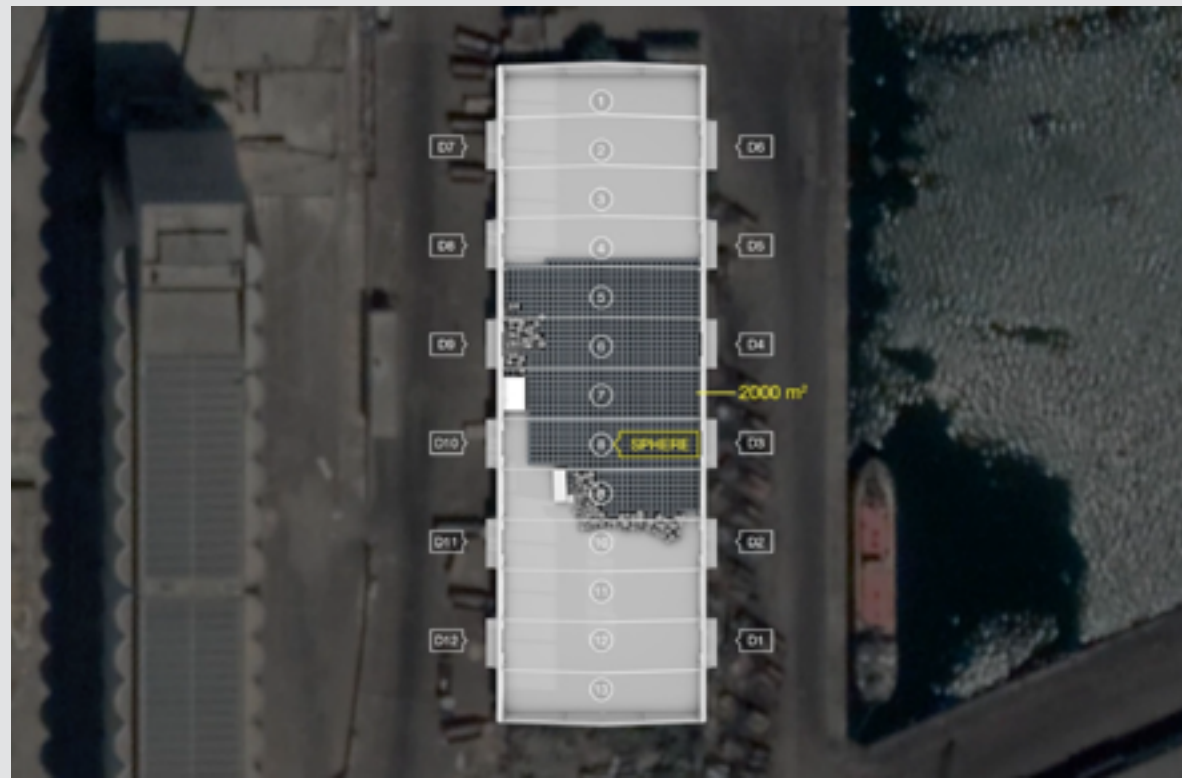


Fig. 29 Modelo do armazém mostrando o posicionamento dos sacos de nitrato de amônia, ocupando pelo menos 2000 m² do espaço. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

Os vídeos e imagens permitiram o mapeamento da quantidade aproximada de sacos de nitrato de amônia no armazém em 243 unidades. De acordo com a localização do ponto central da explosão

vista dos vídeos, foi possível sugerir o posicionamento do restante dos sacos (Figura 29).

Reportagens coletadas mostram que, além do nitrato de amônia, outras substâncias também estavam armazenadas no local: 23 toneladas de fogos de artifício, 50 toneladas de fosfato de amônia, 5 toneladas de chá e café,

5 pacotes de cordéis detonantes de queima lenta e 1000 pneus de carro. Cada um desses materiais queima de forma diferente. Os pneus, por exemplo, produzem uma fumaça escura, coerente com aquela encontrada nos vídeos.

A queima de fogos de artifício corresponde à nuvem de fumaça com faíscas, também encontrada no material audiovisual. Com isso, foi possível sugerir também a localização destes materiais dentro do armazém, de acordo com as fontes de fumaça encontradas nos vídeos (Figura 30). Portanto, através da análise das evidências audiovisuais disponíveis online, e da sincronização e interconexão entre elas utilizando métodos espaciais para a obtenção dos metadados, foi



Fig. 30 Modelo do armazém mostrando o posicionamento dos sacos de nitrato de amônia, pneus e fogos de artifício. Fonte: (Forensic Architecture, 2020b).

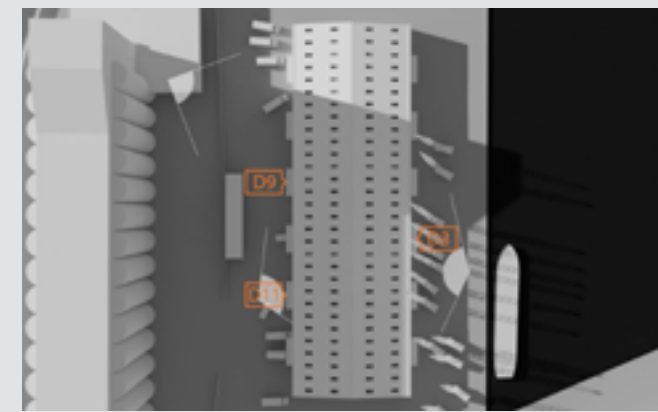


Fig. 31 Modelo do armazém, mostrando os cones de visão dos vídeos analisados pelo FA neste aprofundamento da investigação, 3 anos depois da realização da primeira análise, indicando que eles contêm os portões D3, D9 e D11, locais trabalhados pelos serralheiros. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e).

possível construir a narrativa dos fatos de acordo com a sequência dos acontecimentos, mapear a progressão do incêndio, o epicentro da explosão, e o layout do conteúdo alocado no armazém. O modelo 3D gerado permitiu a visualização dos tipos de nuvens de fumaça, a diferenciação entre elas, e, a partir de dados encontrados em documentos e reportagens e do conhecimento específico do especialista em explosivos, interconectados aos acontecimentos espaciais e materiais no tempo, foi possível reconstruir espacialmente o layout dos materiais dentro do armazém, e entender que a armazenagem foi feita de forma equivocada e perigosa, que o Estado

estava ciente da situação há 6 anos, e que nada foi feito em relação a isso.

Essas evidências tornam visível a sequência de fatos, e apontam para a culpabilização e negligência do Estado

libanês em regular a situação, e sua responsabilidade pela destruição e morte de seus cidadãos. A narrativa dos fatos construída pelo FA, portanto, se contrapõe, e oferece evidências para isso, à narrativa estatal de responsabilização dos serralheiros sírios pelo crime ocorrido.

Alguns anos depois, em 2023, em parceria com a Febrayer – rede de organizações de mídia árabes independentes –, o FA continuou o processo de

investigação, a partir da obtenção de dois relatórios investigativos produzidos pelo Estado libanês e pelo FBI, que reforçam a narrativa estatal e indicam a culpabilização dos serralheiros pelo início do incêndio. Com as novas informações, foi realizado um aprofundamento da análise dos vídeos produzidos próximos ao armazém.

Através desse trabalho, foi possível concluir que, no início do incêndio, não havia sinais de fumaça saindo dos portões em que os serralheiros trabalharam – portões D3, D9 e

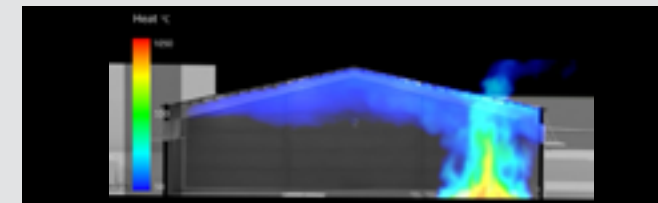


Fig. 32 Modelo da análise de fluidos, indicando o movimento da nuvem de fumaça dentro do armazém, tomando como ponto de partida a análise dos vídeos realizada pelo FA em 2020, ou seja, considerando o foco do incêndio inicial na extremidade leste do armazém. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e).

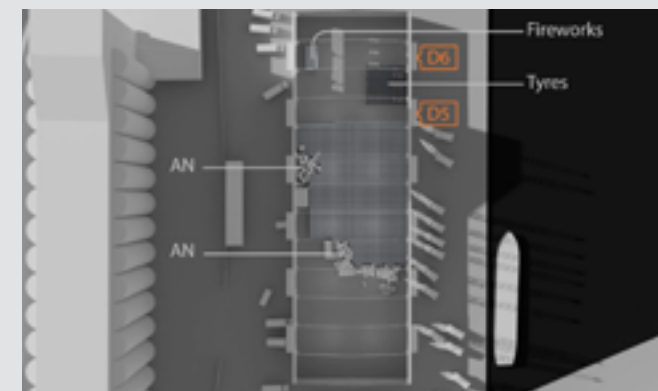


Fig. 33 A análise do FA sugere que o incêndio teve início, ao contrário do que o Estado alega, nos portões D5 e D6, como indicado no modelo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020e).

D11, conforme os relatórios do Estado e FBI indicaram (Figura 31). O FA analisou, inclusive, imagens internas do armazém, para entender a exaustão e ventilação dentro do espaço. As imagens mostravam janelas quebradas nestes portões, o que indica que, se houvesse fumaça naquele ponto, ela sairia pelas janelas quebradas e seria visível nos vídeos que filmam a parte externa do armazém. Para comprovar essa teoria, o FA consultou um especialista em dinâmica de fluidos, para mostrar os “caminhos” da fumaça, caso o incêndio tivesse originado dos pontos em que os soldados haviam trabalhado (Figura 32). Portanto, o estudo da evolução da fumaça sugere que é improvável que o incêndio tenha tido início nestes pontos colocados pela investigação conduzida pelo Estado libanês e pelo FBI (Figura 33).

Fórum

O FA, junto à Mada Masr, disponibilizou o modelo, os vídeos e imagens geolocalizados e todo material de pesquisa utilizado na investigação para uso público. O fórum possível, neste caso específico, foi o fórum midiático e civil, assim como a disposição da investigação em exposições de arte que o grupo participou com outros trabalhos relacionados ao estudo de nuvens de fumaça em casos de violações de direitos humanos.

O processo no fórum jurídico, que julga os soldados pela responsabilização na explosão, foi interrompido e adiado diversas vezes, e o julgamento ainda não foi concluído, e, portanto, as análises técnicas, espaciais e estéticas produzidas pelo FA, servem como uma ferramenta de mobilização para a criação de um campo de sensibilização político e civil ao redor do caso. A intenção é contar uma história que desafie a narrativa estatal, que demonstre que não somente o Estado e o FBI podem dizer sobre o que aconteceu, mas que a sociedade civil possui a capacidade de conduzir uma investigação sólida paralela. Além disso, o FA também procura trabalhar para que o caso possa se expandir para além do incidente em si, para deflagrar um comportamento sistemático de violência, desde à negligência do Estado libanês em regularizar a situação da armazenagem incorreta dos materiais, até a omissão da própria responsabilidade e tentativa de culpabilização de soldados contratados para arrumar as portas quebradas do armazém.

A partir da análise do caso, é possível notar a importância dessa construção poli-perspectiva para o entendimento geral do que realmente aconteceu, tanto pela perspectiva dos diferentes pontos de vista espaciais – cada câmera, cada pessoa filmando, com seu cone de visão limitado, na sincronização e relação com outros pontos de vista, ampliam e permitem a visibilização espacial em uma escala muito maior – quanto de saberes e conhecimentos envolvidos – arquitetura, especialidade em explosivos, modelagem 3D, análise de imagens, análise de comportamento de fluidos, a LAW e o trabalho conjunto com os sobreviventes e familiares das vítimas. Todos esses fatores, juntos, permitem a construção de um caso de investigação independente que permite enxergar através das nuvens de fumaça, e que desafia, responsabiliza e confronta a narrativa dominante, para suportar a contra-argumentação de que não foi o trabalho dos serralheiros sírios que ocasionou a explosão, mas sim um ato violento do Estado libanês.

Múltiplos fóruns

Os modelos arquitetônicos virtuais, além de serem um modo de análise, são também a forma de apresentação final da investigação, e podem ser mais facilmente entendidos por advogados ou outros profissionais envolvidos no caso, e também pelo público em geral. Desta forma, um acontecimento complexo pode ser apresentado de forma intuitiva, facilitando sua compreensão e difusão. No próprio site da agência são disponibilizados inúmeros casos em formato de vídeo e modelos 3D digitais. Mas, ao trabalhar de forma *contra-forense*, em um processo investigativo político, é necessário também verificar as políticas dos fóruns nos quais os casos são apresentados.

Nenhum fórum é neutro. Cada espaço está inserido dentro de uma realidade política e social específica e isso afeta a condição em que o caso pode ser apresentado, e conseqüentemente os efeitos de sua apresentação. O espaço jurídico, por exemplo, apesar de ser um fórum importante para a luta por direitos e reparação, nem sempre irá mobilizar uma ação política. Quando o Estado é o infrator e seu próprio investigador, mesmo que haja um sistema de defesa civil, é muito comum que um processo jurídico contribua para a institucionalização da violência, reforçando o *status quo*. Por exemplo, no momento em que a família de uma vítima de violência policial aceita uma compensação monetária pela morte de seu ente querido, e o policial segue em liberdade, de certa forma, há uma neutralização da violência aferida. A compensação monetária é uma forma de reparação extremamente necessária, mas o processo político de luta contra a violência policial não acaba aí.

Outros membros do FA também entendem que a busca por justiça dentro do fórum jurídico não é o principal objetivo do grupo, por diversos motivos. Para Francesco Sebgondi, a justiça institucional é uma questão problemática, e não é possível depender apenas dos tribunais de justiça, é preciso poder atuar simultaneamente em outros tipos de fóruns:

A justiça, pelo menos a justiça institucional, provavelmente nunca acontecerá. Nós preferimos o caminho dos fatos, e usamos o máximo possível da batalha legal tanto para denunciar a própria violência que está acontecendo dentro do judiciário – que é realmente o segundo nível de violência, a negação – quanto para usá-la como forma de reforçar a emergência da verdade pública, e a colocar em tensão com a falta de justiça desses processos. Para definir uma estratégia de intervenção que atuasse nesse sentido, precisávamos ser capazes de operar tanto na batalha jurídica quanto na batalha midiática, encontrar caminhos para que o trabalho cruzasse esses dois campos. (Sebgondi, 2022, n.p.).

Na mesma direção, Robert Trafford reforça que a questão de justiça e responsabilização não é, no trabalho do FA, algo intuitivo ou estabelecido. É preciso analisar as especificidades de cada evento investigado, avaliar as oportunidades disponíveis, e entender o que, naquele caso específico, pode significar justiça, ou legitimar a luta por justiça.

²⁷ A plataforma interativa pode ser acessada na íntegra no *link*: <http://www.plataforma-ayotzinapa.org/>

Estamos interessados em fazer um trabalho investigativo que apoie e busque a responsabilização em determinados fóruns, ou em quaisquer fóruns disponíveis, dada a natureza particular do caso. A busca pela responsabilização (*accountability*) tem um sentido muito geral, é difícil dizer em qualquer situação como ela será e onde ela pode ser alcançada. Um dos princípios fundadores do FA é que você não pode esperar que os processos políticos ou legais forneçam esse nível de responsabilização. Não usamos a palavra “justiça” com muita frequência pela mesma razão, porque quando o Estado está envolvido na prática de crimes, não podemos esperar que os processos governados pelo Estado entreguem a responsabilização necessária. (Trafford, 2022, n.p.).



Fig. 34 O site do FA dispõe de todas as investigações e os resultados encontrados. Na imagem, as investigações estão separadas por localização. Fonte: (Forensic Architecture, 2020c).

Para Paulo Tavares, a produção e apresentação de evidências em um fórum jurídico é uma dimensão muito concreta da prática forense, mas é também a mais difícil de ser atingida, tanto por conta das problemáticas sistema jurídico, colocadas acima, quanto pela

lentidão do processo. Para ele, outra dimensão muito importante do trabalho do FA é mobilizar a corte pública.

De certa maneira, a efetividade de nosso trabalho não está mensurada somente no sucesso ou na vitória em casos jurídicos específicos, pois também trabalhamos com algo que chamamos de corte pública. Quando fazemos uma pesquisa, e na cultura dos direitos humanos em geral, nosso objetivo não é apenas ganhar aquele caso, ou contribuir para que a justiça seja feita somente do ponto de vista legal, mas criar um campo de sensibilidade na sociedade civil, na imprensa, e mesmo nas cortes jurídicas, de maneira que o campo de forças que define a sociedade, que às vezes opera muito mais para a injustiça do que para a justiça, possa ser rebalanceado, que possamos criar certos afetos na sociedade civil que vão se sensibilizar com aquele processo de justiça. E que isso, de alguma maneira, seja catalisador da pressão social, da pressão cívica, para que a justiça seja feita. (Tavares, 2021, n.p.).

Neste sentido, para ser efetivo, a intenção do FA e da Arquitetura Forense em geral é mobilizar múltiplos fóruns, e atuar através de diferentes abordagens, para aumentar a sensibilidade do público e de diferentes atores sobre aquele tema específico. Assim, ao mesmo tempo em que o FA é comissionado por advogados para produzir evidências e apresentá-las no tribunal, ou por uma organização de direitos humanos que apresenta um caso em uma corte internacional de justiça, o grupo também tem como objetivo a ocupação de outros espaços, e apresentação das conclusões, modelos e relatórios das investigações em diferentes formatos, como uma exposição em um museu ou galeria, um fórum aberto público organizado junto à comunidade afetada, ou no contexto midiático, na publicação da investigações em jornais ou meios de comunicação digitais, ou mesmo em um evento dentro do contexto acadêmico.

O caso “Destruição e retorno no al-Araqib”, no qual o FA investigou a violência histórica e destruição sofrida por uma vila beduína no deserto de Naqab, em Israel, demonstra um exemplo da socialização da investigação, tanto quanto processo, quanto como resultados, em um fórum civil alternativo. A agência construiu, junto com a comunidade beduína e outros profissionais envolvidos, um fórum físico intitulado *Ground Truth*, ou Verdade de Campo, em tradução livre, que buscava produzir documentos, colher depoimentos e discutir o relatório final sobre o caso junto à comunidade afetada (Figura 35).

Outro exemplo importante é o caso “O desaparecimento forçado dos estudantes de Ayotzinapa”, um episódio emblemático de violência estatal e grupos criminosos no México, que deixou 43 estudantes desaparecidos em 2014 na cidade de Iguala, Guerrero, México. Após o ocorrido, o FA foi comissionado por ONGs Mexicanas para realizar uma investigação sobre o caso, e analisou evidências audiovisuais, testemunhos, depoimentos e uma série de outros



Fig. 35 Estrutura temporária construída para os encontros do fórum Ground Truth, no deserto de Naqab.

documentos para a criação de uma plataforma interativa que pudesse interconectar os fatos e reconstruir os acontecimentos, para entender a articulação entre as ações naquele dia, e entender o envolvimento do Estado Mexicano nos desaparecimentos.²⁷

Além do relatório técnico produzido para ONGs e grupos ativistas latino-americanos, o FA também realizou uma exposição do caso e outros processos investigativos no Museo Universitario Arte Contemporáneo (MUAC), na cidade do México, em 2017. A exposição chamada “Hacia Una Estética Investigativa” foi indicada ao Turner Prize em 2018. Como parte da exposição, o FA produziu um mural com

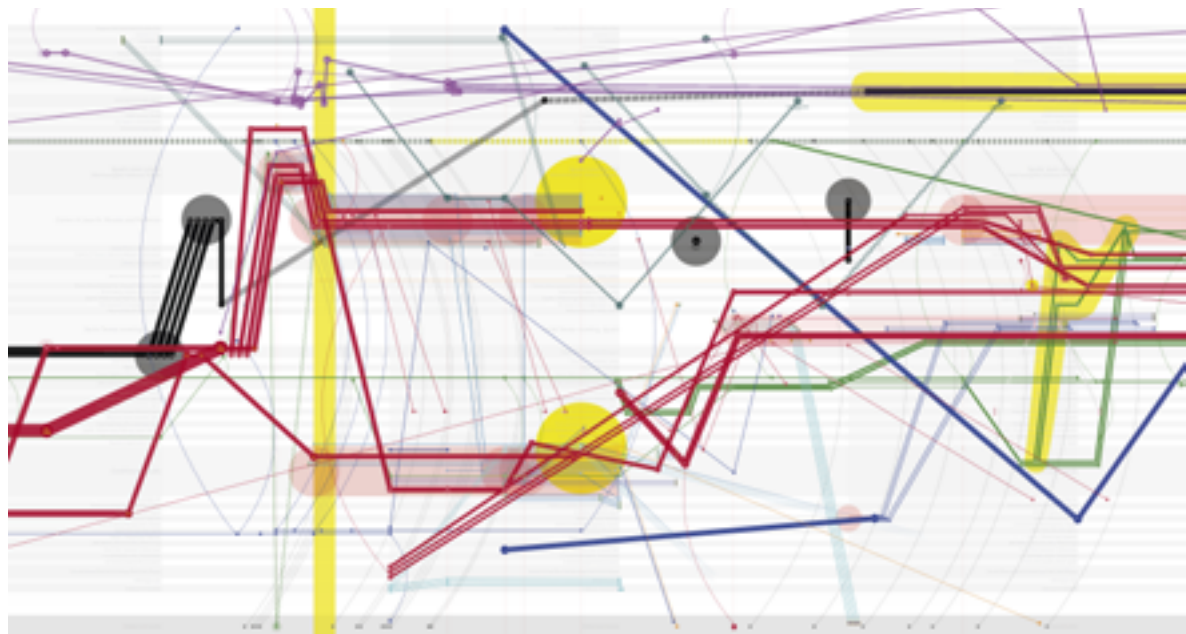


Fig. 36 Mural produzido pelo FA que representa a linha do tempo do caso e as narrativas estatais e civis, obra parte do acervo permanente do MUAC, no México. Fonte: (Forensic Architecture, 2014b).

a linha do tempo do caso, que é hoje parte do acervo permanente do museu (Figura 36).

Não somente o caso, mas a exposição promovida pelo FA teve uma repercussão enorme à época, na medida em que arquitetos, ONGs e organizações de direitos humanos mexicanas entenderam a metodologia da Arquitetura Forense como algo potencial-

mente útil para a investigação de casos de violações de direitos, e alguns grupos começaram a estudar e aplicar a metodologia neste sentido. Portanto, o fórum da arte, neste contexto, teve um grande poder de sensibilização e também de formação de um grupo de pessoas no México que foram impactados pela mostra e, fora do museu, se capacitaram para o trabalho com Arquitetura Forense – como será visto mais à frente nesta dissertação.

Porém, é importante ressaltar que a criação desse campo de sensibilidade, apesar de ser um elemento necessário e poderoso, não substitui a luta por justiça dentro dos processos legais para responsabilização e reparação das comunidades afetadas (Weizman, 2020b). Francesco Sebregondi, por exemplo, possui outro entendimento sobre levar os casos para instituições culturais, e acredita que, a depender do contexto, o fórum da arte, ao invés de criar uma sensibilização política, pode acabar enfraquecendo a luta por justiça. Por isso, para cada caso existe uma especificidade, um fórum não só possível, mas também estratégico.

Eu nem sempre concordo com a abordagem que a FA tem seguido, de que praticamente qualquer instituição cultural ou museu de arte pode ser convertido em um fórum, em um espaço que podemos hackear e transformar em um fórum público politicamente relevante. Há tanta codificação na própria instituição que, independentemente de como o projeto é apresentado, algum conteúdo acaba sendo completamente neutralizado quando exibido em determinadas instituições. (Sebregondi, 2022, n.p.).



Fig. 37 Vistas da exposição “Hacia Una Estética Investigativa” realizada no MUAC, em 2017. Fonte: (Forensic Architecture, 2017c).

Por outro lado, Nabil Ahmed, cujo trabalho tem foco em temas de violência ambiental, que ainda é um tipo de violência pouco reconhecido ou mesmo identificável, fala da importância dos fóruns alternativos neste caso, pois ainda não existe a criminalização deste tipo de evento em nível nacional ou internacional. Assim, os fóruns alternativos ao fórum jurídico são essenciais para a conscientização e *advocacy* sobre a violência ambiental (Nabil, 2022).

Se ainda não há um crime – não apenas para as vítimas serem capazes de chamar a violência sofrida de crime, mas também para que seja possível levar o caso a um fórum jurídico – o que podemos fazer é advogar pelo crime, fazendo exposições, pressionando em um nível diplomático para o reconhecimento do crime, movimentos os quais estamos envolvidos em diferentes níveis de intensidade. (Nabil, 2022, n.p.).

Portanto, no trabalho do FA, há muitos fatores em jogo – a luta por justiça, o respeito e dedicação à comunidade afetada e familiares das vítimas, a busca por responsabilização no caso específico, e também pela conscientização em maior escala de formas de violência históricas e sistêmicas. Nem sempre é possível escolher o fórum de atuação, e, ao mesmo tempo, é importante sempre questionar e verificar os espaços de exposição das investigações, com atenção para as relações políticas, sociais e econômicas que serão criadas a partir deste movimento. Assim, as fronteiras “borradas” ou “elásticas” da atuação liminal do FA, na margem de diversas disciplinas, conhecimentos e espaços, é tanto uma vantagem quanto um ponto de atenção para o trabalho do grupo.

A seguir, será analisado o caso de investigação “O assassinato de Mark Duggan”, que ocorreu em Londres, em 2011. Este evento teve grande repercussão à época, e é um caso de extrema importância ao FA, não tanto pelo processo investigativo ou pelas contribuições formais ao processo, mas principalmente pela forma com a qual os resultados foram apresentados e repercutidos entre os atores envolvidos e a sociedade em geral. Neste sentido, é um exemplo de como a atuação em diversos fóruns é essencial ao trabalho da agência.

O ASSASSINATO DE MARK DUGGAN

Data do evento

4 de agosto de 2011

Data da publicação da investigação

9 de junho de 2020

[aproximadamente 2 anos de trabalho – FA foi chamado para investigar o caso pelos advogados representantes da família Duggan em 2018, no contexto do processo civil contra a Polícia Metropolitana de Londres]

Local

Londres, Inglaterra

Metodologias

Modelagem 3D, Mineração de dados, Fotogrametria, Realidade Virtual

Objetivo principal

Analisar vídeos, imagens, documentos e depoimentos de testemunhas, e reconstruir a cena do crime segundo a segundo, em um modelo digital navegável em realidade virtual, para visualizar os cenários propostos pela polícia e questionar a veracidade dos testemunhos dos policiais envolvidos no caso.

Fórum

Processo Legal, Exposição, Mídia

No dia 4 de agosto de 2011, Mark Duggan foi morto com um tiro no peito, resultado de uma ação policial em Tottenham, no norte de Londres. Duggan estava sendo



Fig. 38 Modelagem 3D da cena do crime com base nos testemunhos, mostrando a operação policial, o momento do primeiro e segundo tiro, e o local onde a arma foi encontrada. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

monitorado por uma operação “anti-gangue” da Polícia Metropolitana de Londres chamada “Operação Tridente”, com foco em crimes envolvendo armas de fogo em comunidades negras.

Quando estava saindo de táxi de uma reunião na qual supostamente teria coletado uma arma, foi cercado por quatro viaturas descaracterizadas e treze agentes policiais, para impedir que saísse do veículo. Porém, Duggan foi mais rápido e saiu do táxi antes que os policiais pudessem pará-lo. Os agentes saíram dos carros que fizeram o cerco, e um deles atirou duas vezes em Duggan. A primeira bala acertou seu braço, e a segunda, letal, seu peito. Os policiais prestaram socorros a ele, porém, como a bala atingiu sua aorta, os danos foram irreparáveis.

As notícias diziam que Mark Duggan foi morto com uma arma na mão, depois de ter atirado e ferido um agente. De acordo com o policial que atirou, Duggan estava segurando a arma quando saiu do táxi, o que justifica sua ofensiva, mas não atirou. Porém, foi somente depois de oito minutos que os policiais encontraram a suposta arma de Duggan, sete metros de onde ele estava posicionado, em um gramado (Figura 38). Não foram encontradas marcas de DNA ou impressões digitais da vítima na arma.

Somente um segundo e meio se passou entre a saída de Duggan do táxi e o tiro do policial que o matou, porém, esse intervalo é um dos mais controversos na recente história de Londres (Forensic Architecture Reports, 2021).



Fig. 39 Foto de uma das manifestações que seguiram a morte de Duggan. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

e analisar a viabilidade dos vários cenários possíveis propostos pela polícia e pelo Estado sobre como a arma poderia ter chegado nesta posição tão distante do corpo de Mark Duggan. As duas principais perguntas que a investigação do FA buscou responder foram:

- 1 Duggan poderia estar segurando a arma no momento do disparo?
- 2 Por que a arma foi encontrada há sete metros de Duggan?

Este caso teve enorme repercussão à época. Quando a polícia falhou em comunicar a família sobre a morte, e as manifestações dela foram ignoradas pelo Estado, uma onda de protestos contra violência policial e discriminação contra a população negra tomou a Inglaterra (Figura 39). A resposta e força de repressão estatal foi desproporcional, e mais de três mil pessoas foram presas. Boris Johnson, então prefeito de Londres, disse que a polícia deveria ter agido com ainda mais força, posicionamento que se acredita ter contribuído para sua atual posição como primeiro-ministro da Inglaterra (Forensic Architecture Reports, 2021).

O IPCC (*Independent Police Complaints Commission*), órgão fiscalizador da polícia no Reino Unido, formado majoritariamente por ex-policiais, assumiu a investigação sobre o caso, baseada principalmente nos testemunhos dos agentes. Os achados do IPCC formaram a base evidenciária para a instauração, em 2013, de um inquérito para julgar o caso. Em 2014, o júri do inquérito concluiu que a morte de Duggan foi lícita, apesar da maioria ter concordado que ele não estava segurando a arma no momento em que foi atingido. O veredito de licitude de sua morte apenas requeria que o policial que atirou em Duggan tenha *acreditado* que ele estava segurando uma arma, pois isso justificaria a ameaça sentida por ele, o que tornaria sua ação de atirar em Duggan legítima.

Um ano depois do veredito do inquérito, o IPCC publicou seu próprio relatório final, mais próximo do depoimento dos policiais, dizendo que seus achados indicaram que Duggan tinha a posse da arma quando saiu do táxi, e que entre um tiro e outro a arremessou, e por isso ela aterrissou tão longe de seu corpo. Depois de uma apelação indeferida ao inquérito, a família de Mark Duggan iniciou um processo civil contra a Polícia Metropolitana de Londres, como último recurso legal, em busca de justiça por sua morte.

Casos de violência policial sempre vêm acompanhados de um discurso estatal padrão. A justificativa do uso de força, muitas vezes letal, é baseada na afirmação de que houve resistência por parte da vítima, e de que o policial, em momentos como este, deve tomar decisões chamadas de *split second decisions*, ou seja, uma decisão que é tomada em uma fração de segundo, pois o agente se encontra em uma posição de perigo iminente em que precisa se defender, e proteger seus colegas ou civis da ameaça em questão. Essa definição contém em si fortes traços de racismo, pois se apoia no fato de que o Estado precisa responder a uma situação que ainda não aconteceu, ou que está prestes a acontecer – algo que Eyal Weizman define como a dimensão racista da preempção:

A ordem social deve analisar e responder aos riscos antes que eles surjam, e assim a preempção é o lugar onde o racismo sistêmico e social é mais nitidamente manifestado. Pessoas racializadas muitas vezes são julgadas como se estivessem reprimindo uma violência que poderia explodir a qualquer momento. (Weizman *apud* Forensic Architecture Reports, 2021, p. 34).

A reação de um agente de Estado a uma ameaça, justificando uma ação violenta, é colocada pela lei como “honesta” ou “instintiva”, como se fosse quase inconsciente, um impulso de sobrevivência e autopreservação (Forensic Architecture Reports, 2021). Porém, pelo contrário, policiais são treinados a responder a essas situações. A “decisão em fração de segundos”, portanto, importante argumento da força estatal em caso de mortes decorrentes de intervenção policial, é carregada de questões culturais, raciais e políticas.

Para entender a possibilidade de Duggan estar segurando a arma no momento dos tiros, e como ela foi parar a sete metros da vítima, o FA examinou vídeos, imagens, documentos e depoimentos de testemunhas, e reconstruiu a cena do crime segundo a segundo, em um modelo digital navegável em realidade virtual, que ilustra e rebate os testemunhos dos policiais envolvidos no caso.

O campo

Na maioria das vezes, em casos de investigação que envolvem violência policial, o FA costuma desenvolver um modelo 3D poli-perspectivo da cena, localizando e sincronizando os cones de visão do material de vídeo disponível, filmados pelas câmeras dos próprios policiais, por vítimas ou testemunhas, cada um oferecendo uma perspectiva espacial diferente. Com isso, é possível fazer a leitura da cena de forma mais ampla, e relacionar fragmentos para reconstruir a história do que aconteceu ali, como foi visto no caso da explosão do porto de Beirute.

Um desafio para o FA neste caso foi o fato de não existirem evidências audiovisuais do momento do disparo. A sequência crítica dos eventos, portanto, não foi filmada ou fotografada. Os policiais tinham câmeras corporais, porém, só começaram a filmar quando iniciaram a prestação de socorros à Duggan. Outros vídeos encontrados – um deles filmado de um apartamento na região, e outro de um helicóptero da polícia – também começaram a gravar a cena somente depois do incidente. Portanto, o campo, neste caso, constituiu-se majoritariamente de palavras, ou seja, testemunhos e descrições verbais dos treze policiais envolvidos, cada um posicionado de forma diferente na cena, e pelo motorista do táxi que levava Duggan.

O FA analisou os relatos contidos nos documentos do inquérito para avaliar a veracidade dos testemunhos, onde eles convergiam ou divergiam. Desta forma, os testemunhos funcionaram como vídeos filmados pela memória dos agentes e motorista e registrados no depoimento, e foi a evidência usada para reconstruir a sequência dos fatos.²⁸

É claro que este tipo de evidência pode ser permeada por distorções, levando em conta que cada depoimento traduz uma vivência, história, cultura, preconceitos e circunstâncias, porém, a mesma coisa ocorre com evidências audiovisuais, na forma com que são editadas e enquadradas. As câmeras corporais dos policiais, por exemplo, mostram o ponto de vista deles, e podem criar uma perspectiva enviesada sobre o que está sendo filmado. Júris de julgamentos de casos de violência policial nos Estados Unidos, ao ver esse tipo de filmagem, tendem a se identificar com o policial como protagonista, e isso tem um efeito na decisão (Forensic Architecture Reports, 2021). Portanto, nenhuma evidência, seja um vídeo ou depoimento, é neutra ou cientificamente precisa, sempre vai haver distorções, e toda peça de evidência deve ser minuciosamente escrutinada e verificada. Mas, é importante salientar que o problema estrutural e sistêmico encontrado neste tipo de investigação é que “todas as evidências tendem a favorecer a polícia” (Forensic Architecture Reports, 2021, p. 33)

No depoimento do policial que efetuou o disparo, ele descreve em detalhes a arma na mão de Duggan, e relata que, naquele segundo, “honestamente acreditou” que Duggan iria atirar para matá-lo (Forensic Architecture Reports, 2021). Assim, atirou uma vez. Após ver que a arma ainda estava apontada para ele, atirou novamente, matando Duggan. A afirmação de ter “honestamente acreditado” que a arma estava na mão de Duggan e que sua vida estava em risco é carregada de violência, e foi o que fez o júri decretar como lícito o comportamento do policial, como se a permissão do assassinato estivesse contida na honestidade do policial.

²⁸ É importante frisar que a falta de evidência audiovisual, neste caso, é em si uma evidência. O fato de as câmeras dos policiais não estarem filmando, de não haver câmeras de vigilância, e das únicas imagens existentes apenas mostrarem a prestação de socorros diz sobre o incidente. A falta de informações, neste caso, adiciona informações para a investigação.

Eu acho que essa ideia de honestidade é realmente importante. É aí que a raça e a classe entram em jogo, com a presunção fundamental de honestidade por parte do Estado e a presunção fundamental de criminalidade e violência por parte deste jovem negro. A menos que você mantenha essas duas presunções em sua mente o tempo todo, nada disso faz sentido. (Cooper, 2021, p. 15).

Assim, para fazer-sentido e *fazer-visível* o que realmente aconteceu, o FA vai analisar os documentos e dissecar a lacuna nos testemunhos que falha em explicar por que, se Duggan estava segurando a arma no momento em que foi assassinado, ela foi encontrada somente oito minutos depois, a sete metros de distância de seu corpo.

O estúdio

O trabalho de análise no estúdio começou com a análise dos documentos da investigação do IPCC e do inquérito, e buscou analisar e reconstruir três teorias:

- 1 Duggan arremessou a arma no momento dos disparos, como o relatório do IPCC aponta;
- 2 Duggan arremessou a arma assim que saiu do táxi, como o júri do inquérito concluiu;
- 3 A arma foi plantada após a morte de Duggan, teoria proposta e investigada pelo FA.

Portanto, em um primeiro momento, o FA fez a leitura dos depoimentos, mapas, plantas, relatórios, diagramas, e buscou, além de entender a sequência dos eventos no dia e onde os documentos se validavam ou contradiziam, encontrar elementos espaciais que permitissem a reconstrução do testemunho no espaço (Figura 40): “essa foi a nossa maneira de examinar se o que eles apresentaram como sua ‘convicção honesta’ concordava com os fatos objetivos” (Forensic Architecture Reports, 2021, p. 45).

Nessa análise, foi possível encontrar dois pontos de irregularidades, um deles se manifestava quando a descrição de um dos policiais contradizia a do outro; e o segundo quando os depoimentos eram coerentes entre si, mas incoerentes com a espacialização das informações, indicando uma possível coordenação entre as falas (Forensic Architecture Reports, 2021).

Para fazer as comparações necessárias, o FA construiu uma base de dados para analisar o que cada policial relatou nos principais momentos da sequência de acontecimentos: A) quando o táxi é parado pela polícia; B) quando Duggan sai do carro; C) quando ele se vira para o policial que o matou; D) o primeiro; E) e segundo tiro; F) o espaço de tempo entre eles; G) e o momento depois dos disparos (Figura 41).

Além disso, a equipe foi ao local fotografar o espaço para a espacialização exata dos elementos, processo conhecido como *fotogrametria*, na qual as fotos são combinadas para criar um modelo 3D preciso e navegável (Forensic Architecture, 2020d). A partir da base de dados e do modelo criado com fotogrametria, o FA reconstruiu as cenas em que havia dados suficientes para possibilitar a espacialização.

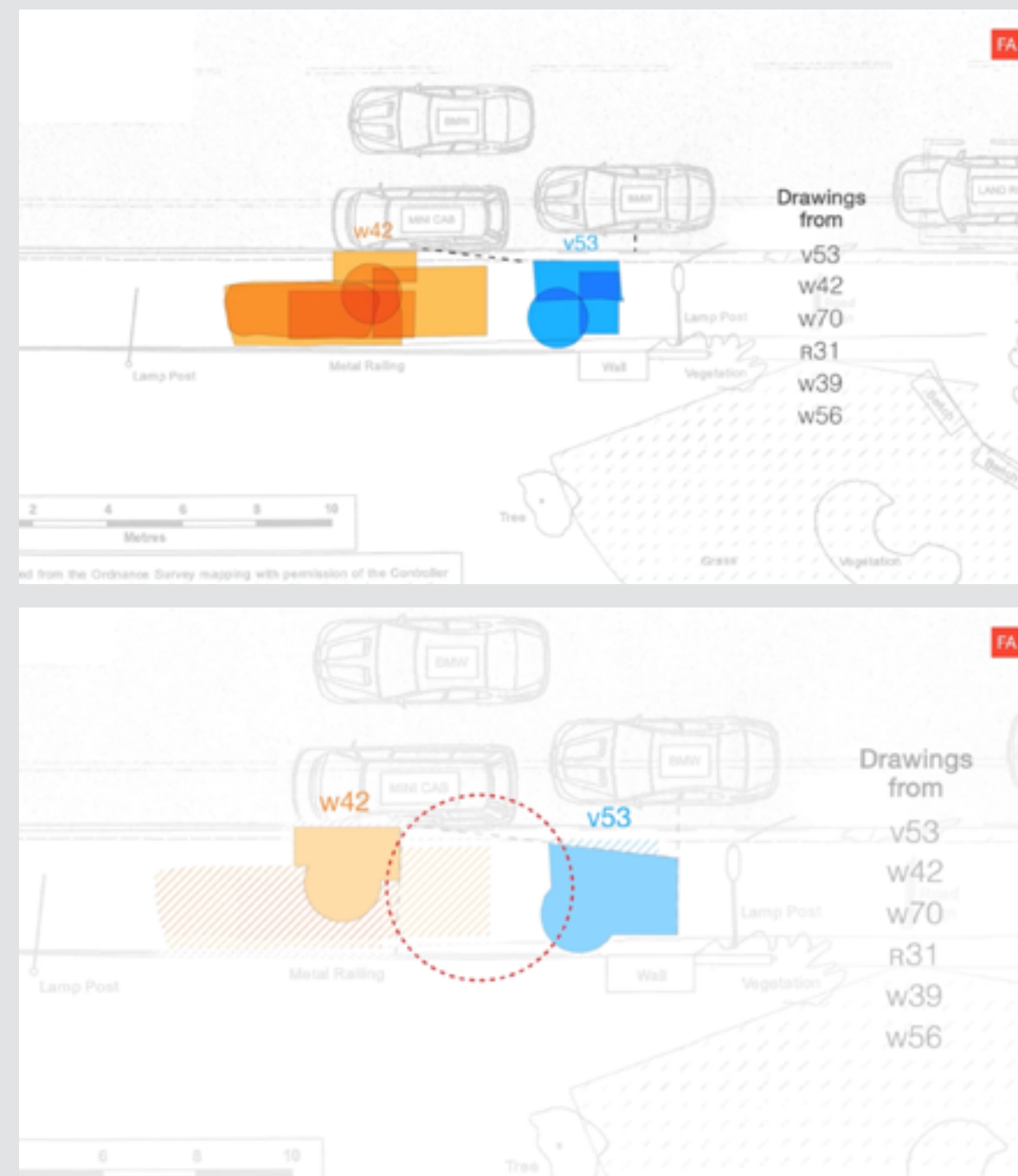


Fig. 40 Dois policiais foram diretamente envolvidos nos disparos, denominados como v53, o agente que atirou, e w42, que foi ferido pelo primeiro disparo de v53. O FA analisou plantas desenhadas pelas testemunhas para estabelecer a posição de cada um, vistas pelas cores laranja e azul da primeira imagem. Com isso, conseguiram estimar também a posição de Duggan em relação a eles, estipulada na segunda imagem. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

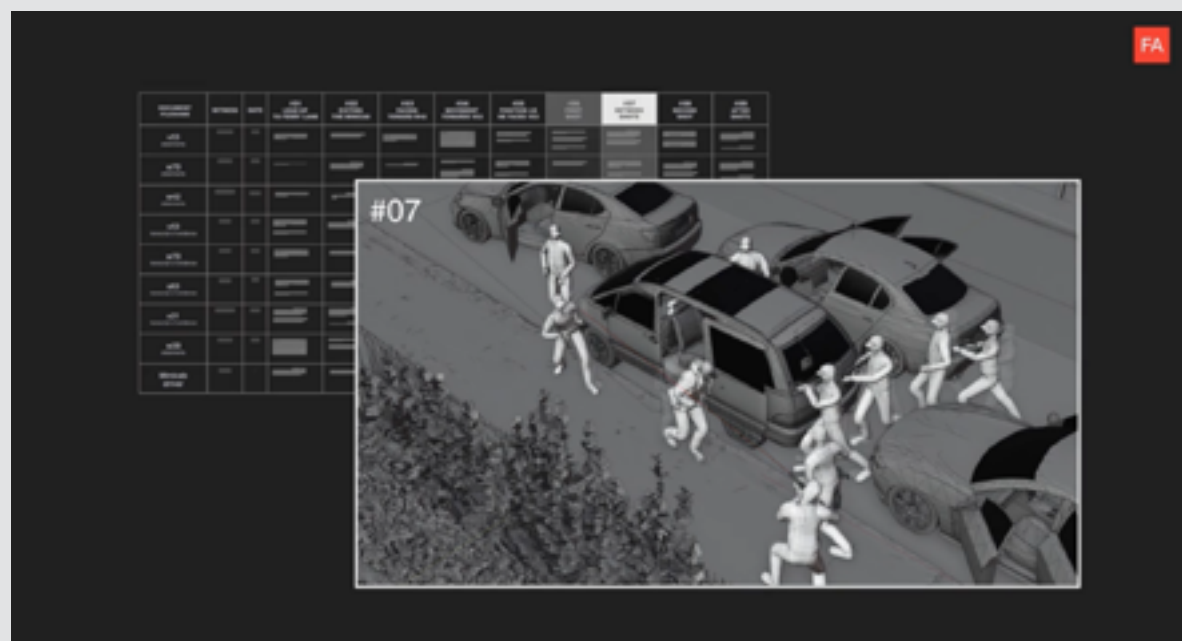


Fig. 41 Base de dados e espacialização da cena E, o momento do segundo disparo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

1 Duggan arremessou a arma no momento dos disparos

Para entender a possibilidade de Duggan ter arremessado a arma quando foi atingido pelos dois disparos, a equipe fez um modelo 3D do corpo da vítima a partir dos relatórios médico-forenses, e localizou as feridas causadas pelas balas. As perfurações indicam como Duggan estaria posicionado no momento de cada disparo. A partir das probabilidades de localização e das evidências testemunhais, o FA então reproduziu os movimentos de Duggan usando modelagem 3D (Figura 42). Para deixar os movimentos mais fluidos e aproximados ao corpo humano, a equipe usou uma roupa de captura de movimentos, traje que contém sensores para registrar e digitalizar os movimentos do corpo em tempo real, e recriou a trajetória de Duggan no momento em que sai do táxi e é atingido pelos dois tiros (Figura 43).

É importante frisar que sempre haverá uma margem de erro envolvendo processos que estimam a localização de indivíduos através de uma rede interconectada de evidências como essa. Mas, ao mesmo tempo, é um processo minucioso e cuidadoso de entrecruzar testemunhos, evidências médico-forenses, espaciais e físicas: “as peças individuais, desta forma, são ajustadas umas nas outras até que esse tecido evidenciário, que começa como uma entidade elástica, gradualmente entra em coerência, aumentando a probabilidade de que as informações estejam corretas e reduzindo a margem de erro” (Forensic Architecture Reports, 2021).

Com a espacialização, a equipe conseguiu prever a distância entre Duggan e v53 em aproximadamente três metros, ou seja, relativamente próxima. Tão próxima que, em um depoimento, v53 descreve a arma na mão de Duggan em detalhes, porém, afirma que não viu ele arremessar a arma. Nesta situação, a questão colocada pelo FA é: se o agente conseguiu descrever a arma detalhadamente, é mesmo possível ele não ter visto Duggan arremessá-la, de acordo com seu posicionamento na cena? Assim, o modelo criado pelo FA permite enxergar a cena

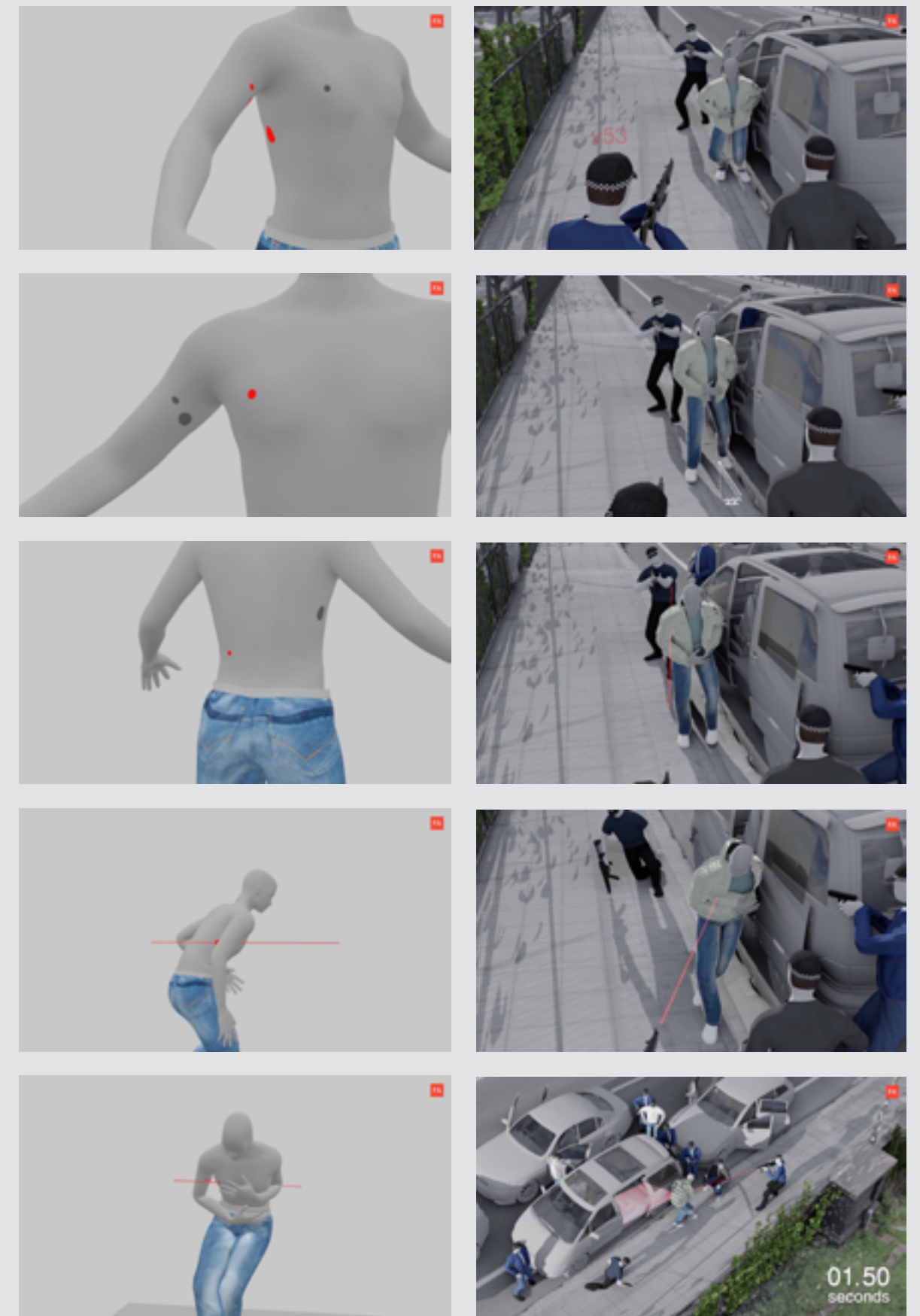


Fig. 42 Modelagem do corpo de Duggan mostrando as feridas e a posição em cada momento do disparo e a espacialização dessas informações no modelo 3D, levando em conta a linha do tempo dos acontecimentos. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

através da perspectiva do agente v53, e assim conseguir entender o que estava ou não em seu campo de visão.

Portanto, foi feita a modelagem de 3 cenários no momento dos disparos: se Duggan tivesse arremessado a arma logo antes do primeiro tiro, depois



Fig. 43 A equipe então consultou um especialista em biomecânica, que determinou o ângulo do braço e a velocidade que Duggan teria que ter arremessado a arma para ela ter caído no local em que foi encontrada, no gramado. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

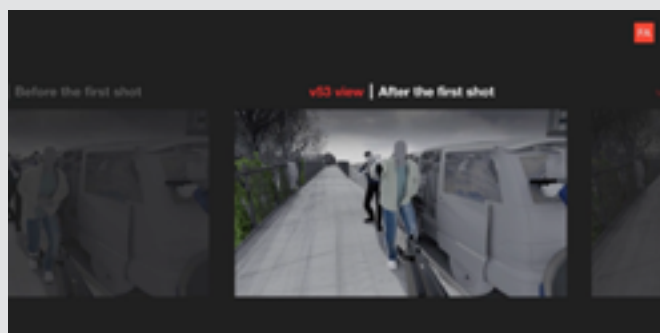


Fig. 44 Modelo transformado em realidade virtual e a visão em primeira pessoa do v53. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

forense relataram que acham improvável Duggan ter feito o movimento necessário para arremessar a arma, nas três cenas analisadas, tanto pelo ângulo e força que teriam que ser aplicados, mesmo depois dos seus ferimentos.

Portanto, as descobertas da investigação feita pelo FA trazem fortes argumentos para invalidar a primeira teoria, de que Duggan teria arremessado a arma no momento em que os disparos aconteceram, como concluído pelo relatório do IPCC. As outras duas opções restantes, de que ele teria arremessado a arma assim que saiu do táxi, ou de que os policiais plantaram a arma no local, estabelecem que Duggan não estava segurando a arma quando foi atingido, neste caso desqualificando totalmente o testemunho do policial v53.

2 Duggan arremessou a arma assim que saiu do táxi

Para testar essa teoria, o FA precisou entender sobre o movimento dos carros, e como foi feita a abordagem

que foi atingido pelo primeiro tiro, e depois do segundo tiro. Para tornar esse modelo ainda mais preciso e perspectivo, a equipe transformou-o em realidade virtual (Figura 44). Desta forma, é possível experienciar a cena pela visão de cada um dos policiais presentes, descritas nos depoimentos, e confirmar que, em todos os cenários, o movimento da arma teria sido visível para o agente.

A conclusão do relatório do IPCC exige que, além dos agentes não terem visto Duggan jogar a arma, que ele tenha sido capaz, fisicamente, de fazer esse movimento corporal. Tanto o especialista em biomecânica quanto o médico

dos policiais. Os depoimentos dos agentes definiram a abordagem como uma clássica prática de abordagem com carros, em que três veículos da polícia forçam o suspeito a encostar. Assim, a equipe analisou um vídeo presente no inquérito, exemplificando a prática desse tipo de abordagem, e usou as informações contidas nele para modelar a cena. A partir dos posicionamentos de cada um na abordagem, o FA buscou entender se a arma arremessada teria passado pelo campo de visão dos policiais que estavam mais próximos à Duggan e que teriam mais chances de visualizá-la, e reconstruíram a cena a partir da perspectiva do campo de visão desses quatro agentes (Figura 45).

Nos depoimentos, nenhum dos policiais disse que viu a arma sendo arremessada, e, além disso, w42 testemunhou no inquérito dizendo que não teria maneira de Duggan ter arremessado a arma e ele não ter visto. O fato de nenhum desses quatro agentes ter testemunhado que viu a arma sendo jogada, e com a análise espacial mostrando o campo de visão de cada um como suporte técnico, esta teoria se torna cada vez mais fraca. Por isso, é importante considerar a teoria 3, que não havia sido explorada por nenhuma das instâncias de investigação até o momento: a possibilidade de os policiais terem movido a arma, depois de Duggan ter sido morto.

3 A arma foi plantada após a morte de Duggan

Para analisar este cenário, o FA analisou o material de vídeo que foi feito após a morte de Duggan, filmado por uma testemunha em um prédio próximo. A filmagem tem aproximadamente 15 minutos, e começa por volta de 40 segundos depois dos disparos. Foi

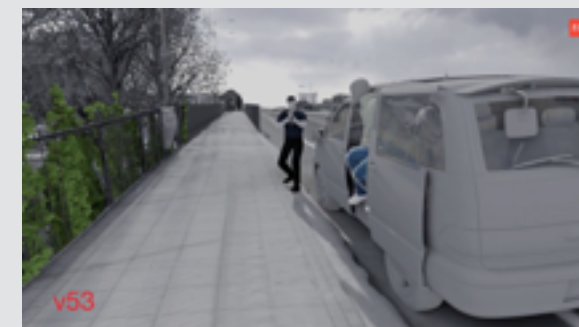


Fig. 45 Quatro policiais identificados dentro do campo de visão da arma sendo arremessada, e a perspectiva de cada um deles dentro do modelo, respectivamente: v53, w70, w56 e w42. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).



Fig. 46 Campo de visão da testemunha (*Witness*) B. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

O vídeo foi filmado à distância, a uma resolução de má qualidade (Figura 46). Por isso, para entender se a arma seria visível no vídeo, a equipe modelou a arma em suas medidas exatas, a posicionou no local indicado, e aplicou filtros para recriar a resolução da filmagem, demonstrando que a arma não seria visível, na distância e qualidade em o vídeo que foi filmado (Figura 47).

Para analisar a segunda afirmação, de que não é possível ver nenhum agente entrando no táxi para coletar a arma, a equipe identificou no vídeo as figuras dos policiais, movendo-se no espaço. Através do cruzamento das informações no vídeo com os documentos das investigações, o FA pode reconhecer alguns dos policiais e acompanhar seus movimentos durante os minutos seguintes



Fig. 47 Modelagem da arma e aplicação de filtros para se aproximar à resolução do vídeo. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

a arma. O FA estabilizou o vídeo para analisar a veracidade dessas afirmações.

O vídeo foi filmado à distância, a uma

resolução de má qualidade (Figura 46). Por isso, para entender se a arma seria visível no vídeo, a equipe modelou a arma em suas medidas exatas, a posicionou no local indicado, e aplicou filtros para recriar a resolução da filmagem, demonstrando que a arma não seria visível, na distância e qualidade em o vídeo que foi filmado (Figura 47). Para analisar a segunda afirmação, de que não é possível ver nenhum agente entrando no táxi para coletar a arma, a equipe identificou no vídeo as figuras dos policiais, movendo-se no espaço. Através do cruzamento das informações no vídeo com os documentos das investigações, o FA pode reconhecer alguns dos policiais e acompanhar seus movimentos durante os minutos seguintes à morte de Duggan. A partir disso, mapearam as áreas que não seriam visíveis na filmagem, que indicam que, ao entrar nessas áreas, eles poderiam ter entrado no táxi para pegar a arma. O FA colocou em uma linha do tempo os movimentos de todos os agentes que conseguiram identificar, indicando em vermelho o tempo em que eles deixam de estar visíveis no vídeo. Além disso, também reconstruíram o percurso de um dos agentes para indicar a possibilidade de ele ter entrado no táxi (Figura 48). Alguns policiais são vistos também no gramado onde a arma foi encontrada.

Essa análise não prova que algum policial entrou no táxi para coletar a arma, ou que algum

deles tenha plantado a peça no gramado, mas invalida a afirmação do IPCC de que, no material de vídeo, é possível ter certeza de que nenhum agente entrou no

através desse material audiovisual que o IPCC descartou a possibilidade de a arma ter sido plantada, alegando que não é possível identificar um policial plantando a arma no gramado, e que tampouco é possível identificar um agente entrando no táxi para coletar

carro, derrubando este argumento. Além disso, o IPCC falhou em reportar um corte no vídeo, que o FA estimou em 4 segundos, antes da arma ser encontrada.

Portanto, a partir da análise das 3 teorias de como a arma chegou no gramado, é possível entender que a teoria 1 não é consistente com as

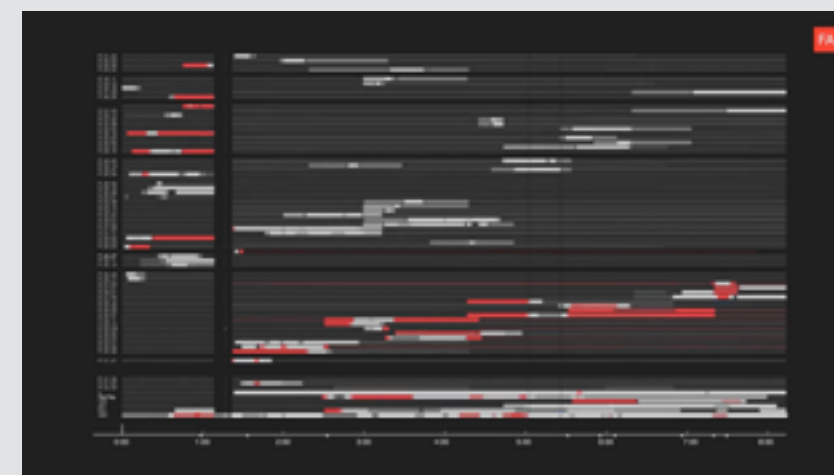
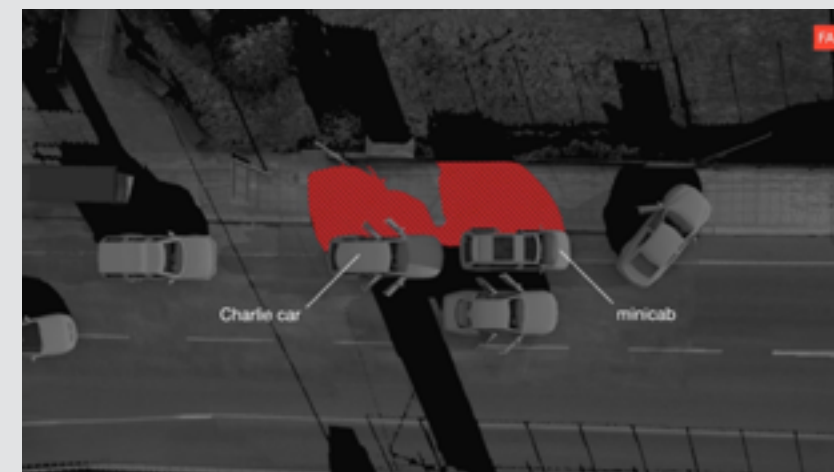


Fig. 48 Modelo mostrando as áreas não visíveis no vídeo, e linha do tempo com os movimentos de cada agente identificado. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

firmado entre o Estado e a família de Duggan, em 2019.

Em paralelo à atuação no caso jurídico, o FA também atuou em outros fóruns, nos quais apresentou os resultados da investigação realizada. Em 2020, o jornal britânico *The Guardian* publicou a investigação da agência em uma plataforma interativa e navegável, de forma que o público pudesse facilmente acessar e verificar as evidências encontradas²⁹, além de entender como se deu o processo investigativo e no que se apoia a reconstrução dos fatos.

Antes disso, em novembro de 2019, o FA apresentou as conclusões da investigação em Tottenham, em um evento organizado pelo fundador da organização Tottenham Rights de combate ao racismo, que esteve à frente do caso Mark Duggan desde o início, e colaborou com o FA em diversas ocasiões. Junto a eles, organizaram uma exposição no ICA (Institute for Contemporary Arts), em Londres, chamada *War Inna Babylon: The Community's Struggle for Truths and Rights*, inaugurada em 2021 (Figura 49). A exposição, de curadoria do Tottenham Rights, buscou contar

evidências espaciais e biomecânicas; a teoria 2 exige que pelo menos 4 policiais não tenham visto a arma sendo arremessada dentro do seu campo de visão; e a teoria 3 não foi investigada pelo IPCC ou inquérito.

Fórum

O caso Mark Duggan não teve um resultado satisfatório para a família da vítima dentro do foro legal, porém, a análise técnica feita pelo FA e apresentada no contexto jurídico foi substancial para o acordo extrajudicial

²⁹ A matéria do *The Guardian* pode ser acessada na íntegra a partir do seguinte *link*: <https://www.theguardian.com/uk-news/ng-interactive/2020/jun/10/mark-duggan-shooting-can-forensic-tech-cast-doubt-on-official-report>

a história de resistência e ativismo de comunidades negras na Inglaterra, em resposta a décadas de racismo institucional.

Este caso é importante, pois demonstra, além do desenvolvimento de novas metodologias – como o uso de realidade virtual perspectiva –, a atuação do FA em diversos fóruns, diferentes e complementares, e a dimensão interdisciplinar e múltipla dos métodos analíticos e de advocacy conduzidos pela agência, com o objetivo de socializar as evidências encontradas e disseminar as discussões sobre o caso para a busca de reparação e responsabilização do



Estado em casos de violência e racismo policial. Em entrevista, Samaneh Moafi fala sobre como essa socialização dos achados é importante para contar uma história mais ampla do que o caso individual:



Então, como compartilhar isso [os achados sobre os fatos] se não socializando as descobertas e as evidências através desses fóruns alternativos que estão fora da sala do tribunal, fora da polícia [...]? Precisa ser algo que seja socializado em todos os espaços. É uma verdade que tem essa escala e precisa ser socializada nessa escala. (Moafi, 2022, n.p.).



Em casos de violência policial, uma violência sistêmica, histórica, colonial e racista, embrenhada no Estado e na instituição e ação da polícia, é crucial que

haja uma contextualização e historicização do caso específico em um contexto maior. Nestes casos, o processo legal e os resultados que podem ser alcançados dentro dele são muito importantes para processos de reparação e luto da comunidade atingida, porém, o conceito da luta por justiça se expande para muito além disso. É um movimento de resistência coletivo da comunidade, dos afetados, não somente contra a violência que foi aferida, mas que ainda será.

Robert Trafford, um dos coordenadores do caso, acredita que a investigação do assassinato de Mark Duggan é um dos mais bem-sucedidos da agência, por atravessar muito além do processo legal. Para ele, uma investigação eficaz é a busca bem-sucedida por qualquer tipo de responsabilização necessária no caso, ou seja, é possível medir o sucesso de um caso pela forma como ele interage com essas possibilidades de responsabilização e se ele traz avanços nesse sentido.

No contexto do caso Mark Duggan, em que um membro da família é morto pelo Estado, há um conjunto limitado de opções disponíveis de responsabilização pelo ocorrido. Quando o FA foi envolvido na investigação, a família já havia esgotado as oportunidades criminais, e a perícia do FA contribuiu para uma retratação no âmbito de um processo judicial, no qual a família recebeu uma compensação pelo dano e sofrimento que havia passado. Embora formalmente a polícia dissesse que não era uma admissão de responsabilidade, é possível entender isso como uma demonstração de que a polícia reconhece que há uma medida de responsabilidade do seu lado (Trafford, entrevista).

Para além da retratação no nível judicial, a organização da exposição “War Inna Babylon”, feita por ativistas anti-violência policial de Londres, foi, nas palavras de Trafford, “uma aula ousada e desafiadora sobre a história do racismo e violência policial no Reino Unido” (Trafford, entrevista). Para ele, ver o trabalho investigativo do FA situado neste contexto foi muito significativo, e potencializou o alcance e a socialização do caso de uma maneira nunca experienciada pela agência, pois conseguiu interconectar o conhecimento técnico, forense, científico, ao contexto cultural, político e coletivo.

Um caso de sucesso não é apenas quando você consegue ver um policial em um tribunal ou uma sentença anulada ou uma admissão de responsabilidade, mas também é aquele em que o campo é fortalecido. À medida que o campo se expande e a agência se torna mais ampla e com suas margens mais borradas, oportunidades como essa se tornam marcos – quando um caso de sucesso significa que reorientamos completamente

Fig. 49 Vistas da exposição War Inna Babylon: The Community’s Struggle for Truths and Rights, no ICA, em Londres. Fonte: *site ICA*.

nossa forma de pensar sobre as possibilidades estratégicas do nosso trabalho, e o que aprendemos ao fazê-lo. (Trafford, 2022, n.p.)

Portanto, é possível perceber a importância da multiplicidade de fóruns de atuação do grupo, e das possíveis traduções da investigação em outras linguagens e espaços, para além do processo jurídico, para encontrar caminhos de reparação e responsabilização, que também contribuem para o fortalecimento do campo. Na apresentação da investigação em Tottenham, o diretor da organização *Tottenham Rights*, Stafford Scott, que esteve acompanhando o caso durante todos esses anos, fala sobre a importância dessa luta coletiva, de estar presente em diversas frentes, e dos esforços civis para que ela continue viva. Quando o Estado está protegendo a si mesmo, a batalha por justiça parece vencida, e por isso ela precisa continuar (Figura 50).



Fig. 50 Stafford Scott, diretor da organização Tottenham Rights, em apresentação pública da investigação feita pelo FA, em Tottenham, 2019. Fonte: (Forensic Architecture, 2020d).

É possível observar, portanto, que a arquitetura e os métodos de análise espaciais estão presentes nas três etapas investigativas do trabalho *contra-forense* da agência: o campo, o estúdio e o fórum. Mais do que ferramentas ou instrumentos investigativos, a arquitetura é o ponto de partida para pensar espacialmente os eventos violentos contemporâneos, observar as transformações materiais registradas na superfície do espaço físico, e pensar as relações entre arquitetura, direitos humanos, mídia e violência. “Arquitetura, em nossa prática, parafraseando Carlo Ginzburg, não é uma fortaleza, mas um porto ou um aeroporto, um lugar de onde partimos para outros destinos” (Weizman, 2017, p. 10).

Logo, a arquitetura, no trabalho do FA, é uma forma de pesquisa e investigação política. Para além desse processo de produção de evidências e conhecimento, e sua aplicação nos mais diversos fóruns, a prática da agência também se dá de forma análoga ao trabalho da/o arquiteta/o, não somente em relação à composição de diferentes evidências, imagens, vídeos, em relação uns aos outros, mas na composição de uma equipe multidisciplinar que produz, no processo investigativo, um resultado polifônico e poli-perspectivo. A epistemologia colaborativa, mencionada anteriormente, se assemelha ao trabalho da arquitetura, que, ao atuar na construção de espaços, tece e cria relações em rede entre os atores envolvidos, identifica questões sociais, urbanísticas, políticas e estruturais, para a construção material e formal do espaço. A arquitetura, neste sentido, atua através de um raciocínio sistêmico, como um campo articulador (Beltrán-García, 2023) que promove a integração de múltiplos conhecimentos e o estabelecimento de conexões entre saberes e atores.³⁰

30 Esta ideia também foi articulada durante encontros do grupo de estudos de Arte e Arquitetura coordenado pelo professor Guilherme Wisnik, em outubro de 2022.

Recentemente, as definições em relação à teoria e prática do FA descritas nos últimos parágrafos – a matéria como sensor político, a composição de evidências ou complexo arquitetônico-imagético, e a multiplicidade de fóruns de apresentação e discussão – vem sendo articuladas em um conceito que se torna, hoje, essencial para a compreensão do trabalho da agência: a “Estética Investigativa”, ideia aprofundada por Eyal Weizman e pelo teórico Matthew Fuller na obra *Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth*, publicada em 2021 (Fuller; Weizman, 2021).

A noção de “Estética Investigativa” foi proposta inicialmente por Weizman e pelo acadêmico Thomas Keenan – próximo ao CRA e ao FA – em *Mengele’s Skull: The Advent of a Forensic Aesthetic*, em 2011, através do conceito de “Estética Forense”, para descrever a forma como técnicas forenses envolvem o uso da estética para tornar os fatos e acontecimentos visíveis. Desde então, a ideia vem sendo elaborada com maior densidade por Weizman dentro do contexto do trabalho do FA e do CRA.

A ciência forense e a estética são entendidas, tradicionalmente, como campos diametralmente opostos. O primeiro se baseia em fatos científicos e na lógica positivista, e o segundo diz sobre as sensibilidades subjetivas. No contexto legal, a estética é associada à manipulação e emoção, aspectos que podem descaracterizar uma peça de evidência, invalidando seu uso em um processo jurídico. Porém, para o FA, a estética é compreendida e empregada de uma forma específica, e a aplicação de métodos de sensibilização estética como forma de investigação se torna um fator fundamental e potente para o trabalho do grupo (Weizman, 2017). Para Eyal Weizman, “Forense é uma prática estética em si, pois depende dos modos e dos meios pelos quais o incidente é sentido, apreendido e apresentado” (Weizman, 2017a, p. 84).

A definição de estética explorada pelo FA se aproxima daquela utilizada na Grécia Antiga, relacionada à percepção, na qual ser estetizado significa ser sensibilizado (Weizman, 2017), uma capacidade vinculada não só aos seres humanos, mas a todos os seres vivos, e também à matéria e objetos inanimados. Nesta perspectiva, o FA entende que as superfícies, sejam elas a superfície de uma mesa, da pele, ou mesmo da tela do computador, são continuamente estetizadas, ou sensibilizadas ao que acontece ao seu redor, e, por isso, registram o ambiente e os acontecimentos no seu entorno. Porém, esses registros nem sempre são visíveis ao olho humano, e precisam de tecnologias e instrumentos que os façam-visíveis para serem lidos e compreendidos (Weizman, 2006).

Assim, estética, para o FA, é compreendida através de dois aspectos: a capacidade de sensibilização, de ser afetado, sensibilizado, como uma capacidade de registro (*sense*); e a capacidade de fazer sentido, ou seja, transformar em conhecimento aquilo que é sentido (*sense-making*) (Fuller; Weizman, 2021). O trabalho da agência, portanto, vai buscar visualizar e traduzir os registros capturados por essas capacidades sensíveis através do desenvolvimento de tecnologias e metodologias de leitura desse ambiente estético, aplicadas a casos de violações de direitos humanos e ambientais.

Um exemplo do valor estético no trabalho investigativo pode ser visto no caso *Herbicide Warfare in Gaza*, ainda em desenvolvimento pelo

FA. Desde 2014, a limpeza e demolição de terras agrícolas e residenciais pelos militares israelenses perto da fronteira de Gaza foi complementada pela pulverização de herbicidas que destruíram plantações. Essa prática em curso não apenas destruiu faixas inteiras de terras anteriormente aráveis ao longo da cerca da fronteira, mas também plantações e terras agrícolas a centenas de metros de profundidade no território palestino, resultando na perda de meios de subsistência para os agricultores de Gaza.

Para entender a extensão da destruição pelos herbicidas, além da espacialização de imagens e vídeos *crowdsourced* e análise de imagens de satélite, o FA realizou uma análise material das plantações afetadas, identificando nas folhagens traços de uso de substâncias venenosas. As folhas das plantas, neste sentido, funcionaram como sensores, registrando traços de violência ambiental na Faixa de Gaza (Figura 52).

Assim, desde uma folha que apresenta marcas resultantes do uso de um herbicida,³¹ ou a parede de uma sala que mostra buracos causados pelos fragmentos da explosão de um ataque a drone,³² como visto no caso “Ataque a drone em Miranshah”, o desafio do FA está em tornar visíveis os fatos por trás desses registros, ou seja, não apenas conseguir fazer a leitura dos traços deixados na folha ou na parede, que se tornam estetizadas ao seu ambiente, mas traduzir, desde os registros capturados, os atos de violência ali gravados, ter habilidades para transformar esse registro em conhecimento, e finalmente difundi-lo.



Fig. 51 Imagens dos registros do uso de herbicidas nas folhagens das plantações em Gaza. Fonte: (Forensic Architecture, 2019b).

trata sobre as relações materiais que se dão entre entidades e o ambiente do qual fazem parte, e uma questão crucial à estética é desenvolver capacidades de fazer sentido adequadas a essas pluralidades de sensibilidades. Ou seja, a partir desses registros materiais, únicos, situados, e em relação a múltiplos acontecimentos e variáveis, como é possível fazer o reconhecimento e a leitura desses registros e organizar as relações e interconexões entre eles de uma forma que evidencie a verdade do que aconteceu?

Desta maneira, o FA se utiliza da *estética material* – a forma pela qual objetos materiais registram as mudanças em seu ambiente – como meio investigativo, e desenvolve métodos para a leitura e composição desse ambiente sensível. Neste sentido, a estética, para o FA,

31 Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **Herbicide Warfare in Gaza.** [s.l.], 2014. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/herbicide-warfare-in-gaza>. Acesso em: 10 ago. 2022.

32 Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **Drone Strike in Miranshah.** [s.l.], 2012. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/drone-strike-in-miranshah>. Acesso em: 12 ago. 2022.



A estética é importante para nós no FA porque é o meio pelo qual começamos a compor. Cada caso é uma composição de relações entre diferentes superfícies estetizadas. A folha é estetizada por uma nuvem tóxica, a parede de concreto é estetizada por uma explosão, o sensor em um smartphone é estetizado pela luz, uma imagem de satélite, o solo, o ar, todos esses são meios estéticos, e a investigação é sobre compor relações entre eles e fazer dessa composição algo importante, algo político, algo que tenha uma reivindicação a fazer. [...] Isso é uma composição estética. (Weizman, 2022, 43:42 min.).

Portanto, para além da análise das superfícies como sensores e do desenvolvimento de metodologias e técnicas para a leitura dos registros feitos por estes sensores, a composição é uma parte fundamental para articular os registros – que são sempre circunscritos e situados em um contexto específico – em relação uns aos outros, ao tempo e ao espaço, para a construção de um modelo que permita uma análise complexa, poli-perspectiva, e a análise do caso a partir de múltiplos ângulos e escalas, tanto espaciais quanto teóricos.

HIPERESTÉTICA E HIPERESTESIA

Os eventos são registrados pelos sensores materiais de formas diferentes. Além disso, nem todos os eventos são captados e registrados, algumas coisas podem ser apagadas, ou desaparecer com o tempo. O que o FA busca fazer é aumentar a sensibilidade de um ser ou objeto ao seu ambiente, multiplicar as formas pelas quais ele age como sensor, e as formas de traduzir os registros em uma síntese de informações. Isso é o que Eyal Weizman define como *Hiperestética* (Fuller; Weizman, 2021), um estado aguçado de alerta estético que busca exacerbar a capacidade de corpos, tecnologias e materiais para aumentar a sua capacidade de percepção e registro (Fuller; Weizman, 2021).

Eyal tem um exemplo muito bom: anestésico é a substância que o médico colocaria no corpo de um paciente que sofre de dor para que ele sentisse menos dor. A estética é o inverso disso. O trabalho da estética é aumentar a sensibilidade e a sensibilização para que sejamos capazes de sentir e entender coisas que negligenciamos. (Moafi, 2022, n.p.).

Como discutido na introdução a este capítulo, o mundo, hoje, está *hiperestetizado*. Instrumentos e tecnologias permitem a leitura de diferentes superfícies, que não poderiam, antes, funcionar como sensores. Uma câmera térmica, por exemplo, pode detectar a temperatura de uma pessoa que entra em uma loja, e determinar se está elevada, indicando uma possível infecção por Covid-19 (Han, 2020). São instrumentos que transformam a capacidade sensorial da matéria em dados, permitindo fazer sentido e uso deles (Weizman, 2017).

Para Weizman, “o mundo em que vivemos é uma espécie de ser multi-sensorial no qual tudo registra o tempo todo” (Weizman, 2020b). Neste sentido, assim como a superfície do papel fotográfico, a superfície do mundo é uma superfície de registro, uma grande e complexa imagem.

Com um novo regime estético, surgem também novas formas de aferir violência. O ambiente *hiperestetizado* está permeado por novas formações de poder e opressão (Fuller; Weizman, 2021), que possuem suas próprias linguagens visuais, e que podem também apagar traços e anestesiar o entendimento sobre o mundo. Neste sentido, a sobrecarga de imagens e informações e a disseminação de *fake news*, questões abordadas neste capítulo, são também formas de opressão. A *Estética Investigativa* busca encontrar formas de lidar com esse mundo *hiperestetizado*, que nubla o entendimento e a visão sobre os acontecimentos, e procura habitá-lo e conter a *Hiperestesia* através da estetização, ou seja, do aumento da sensibilização do mundo material aos eventos e relações que se dão dentro dele.

A estética desempenha múltiplas responsabilidades. Trata simultaneamente da materialidade da violência, seja no ar, nos edifícios, na paisagem, na água, etc... Pode não ser visivelmente aparente, mas está lá. A estética nos ajuda a estabelecer e comunicar esses traços. Ao mesmo tempo, nos ajuda a tomar uma decisão sobre questões como o que aconteceu ou quem é o responsável. E em terceiro lugar, também é um elemento importante para ter a vontade política de poder falar sobre o que aconteceu e quem foi o responsável. (Ahmed, 2022, n.p.).

A prática estética da Arquitetura Forense busca, portanto, *fazer-visível* e fazer sentido desta situação contemporânea em que estamos todos inseridos, possibilitar maneiras de ler imagens e informações, e organizá-las espacialmente e temporalmente, para que a capacidade de entendimento e reflexão retornem e as coisas passem a fazer sentido. Assim, a estética também tem um papel fundamental nos fóruns de atuação do grupo. Através do uso de diferentes tecnologias é possível construir um modelo digital no qual esses múltiplos métodos da arquitetura e da estética tecem os resultados e evidências encontradas juntos em uma narrativa. Um modelo que permite a navegação, ou seja, ver as imagens em movimento e em relação umas às outras, aumenta a sensibilização e o potencial de socialização daquela informação. É uma forma, portanto, de habitar o mundo *hiperestetizado*, uma forma de habitar as imagens.

Pensar nos fenômenos materiais como imagens ajuda a articular uma maneira diferente de investigar a materialidade. Cada entidade, processo, evento, dispositivo, organismo e espécie habita, media, traduz, assume e transforma a imagem *hiperestética*. Agir, viver, é continuamente produzir imagens e ser transformado em imagem. (Fuller; Weizman, 2021, n.p.).

Se os novos regimes de controle, vigilância e opressão atuam através da estética, para monitorá-los, agir contra a violação de direitos e contribuir para um entendimento compartilhado da realidade, o FA conecta os campos da estética, arquitetura e ciência em uma nova área de conhecimento e prática investigativa que transita no espaço liminal entre eles, e se utiliza de diferentes tecnologias e materiais para inovar nos processos de produção de evidências, e encontrar novas formas de mapear, registrar e detectar formas de violência através de meios inusitados (Tavares, 2021), e com isso contribuir para uma construção de conheci-

mento que desafia instituições como a academia, o museu, o fórum jurídico, e as formas de produção e verificação da verdade nos dias de hoje.

O campo articulado
da Arquitetura Forense
e o Comum Investigativo

CAP.

||

Após 13 anos de formação, aprofundamento da teoria, desenvolvimento da prática e de novas metodologias, e formação de profissionais e pesquisadores, o FA passa hoje por um processo de difusão da metodologia e expansão da prática da Arquitetura Forense, representado principalmente pela disseminação dos métodos de análise e abertura dos processos investigativos, e pelo surgimento de novas agências de investigação ao redor do mundo. Estas se dividem entre unidades satélites ao FA, chamadas de “agências-irmãs”, e agências independentes, formadas em grande parte por ex-colaboradores do grupo.

Em entrevistas concedidas por antigos e atuais membros do FA, foi possível entender que a agência está agora em sua terceira fase de desenvolvimento,³³ caracterizada por um movimento de dissolução de suas fronteiras, na operação de um desejo de difusão da prática para além do escritório em Londres, ou mesmo do contexto europeu. O principal objetivo é que o FA seja entendido como um campo de conhecimento e prática, e não como uma agência única com um time definido (Trafford, 2022).

Robert Trafford, coordenador de pesquisa do FA à frente da formação da agência-irmã FORENSIS,³⁴ estabelecida em Berlim, entende que esse processo de abertura do FA teve início em 2017, quando representantes de grandes organizações de mídia como o *New York Times* procuraram a agência para aprender sobre métodos de investigações visuais.³⁵ Antes disso, outros órgãos já haviam buscado o trabalho da agência, como a Anistia Internacional³⁶ e o *Human Rights Watch*,³⁷ montando equipes informadas pelo trabalho da Arquitetura Forense, cada uma com sua própria abordagem e enfoque:

Essa foi a etapa inicial, a difusão da ideia, estabelecendo uma base essencial para compreender como seriam realizadas essas investigações e o que implicava conduzir investigações com foco nos direitos por meio do uso de modelos digitais. (Trafford, 2022, n.p.).

Hoje, o foco do FA é fortalecer e capacitar aqueles com quem trabalham mais proximamente, ao invés de compartilhar as técnicas com grandes organizações internacionais, que já possuem os recursos necessários para realizar esse tipo de trabalho. Ou seja, o mais importante, atualmente, é desenvolver as técnicas da Arquitetura Forense em diálogo com os diferentes atores que compõem a área: comunidades, estudantes, pesquisadores e agências, de forma mais distribuída e horizontal.

Porém, esse processo não é unidirecional. Quanto mais se borram as fronteiras do FA, mas ele se transforma e evolui. Neste sentido, a dissolução da atuação do FA em outras agências e capacidades distribui a responsabilidade, liderança e direcionamento dos projetos, criando outras

33 Ideia exposta por Sameneh Moafi e Robert Trafford durante as entrevistas, abril-maio de 2022.

34 Robert Trafford é jornalista investigativo e membro do FA desde 2016. Hoje, é coordenador de pesquisa do FA em Londres, e foi o responsável por estabelecer as operações da agência FORENSIS em Berlim, em 2021. Ele é citado do primeiro capítulo desta dissertação, no item intitulado “A prática forense e contra-forense”, e suas ideias serão discutidas em maior detalhe no presente capítulo.

35 De acordo com Robert Trafford, logo depois de sua entrada no FA, um repórter do jornal estadunidense *New York Times* chamado Malachy Browne foi à agência conversar com Eyal Weizman sobre a metodologia do grupo. Pouco depois, co-fundou a área de investigações visuais do jornal, que realizou diversas parcerias com o FA, comissionando e colaborando em investigações. Um dos projetos que fizeram juntos, a investigação “Um Prédio, Uma Bomba”, reconstruiu um ataque químico realizado pelas forças do governo sírio contra civis, e ganhou o Emmy de Notícias e Documentários em 2019. Mais em: <https://www.nytc.com/press/the-new-york-times-wins-two-news-and-documentary-emmys-2/>.

36 A relação da Anistia Internacional, ONG internacional de direitos humanos, e o FA, foi abordada no primeiro capítulo desta dissertação, mais especificamente em “Virada Forense”. A ONG foi uma influência para a formação da agência, e posteriormente comissionou alguns casos de investigação, trabalhando em parceria com o FA.

37 A relação da Anistia Internacional, ONG internacional de direitos humanos, e o FA, foi abordada no primeiro capítulo desta dissertação, mais especificamente em “Virada Forense”.

linguagens e formas de atuação. Para Trafford (2022), isso é fundamental para que o trabalho não fique circunscrito apenas à identidade e capacidade do diretor Eyal Weizman de desenvolver pesquisas e investigações. É importante destacar que esse processo ocorre também em um momento em que a agência passa por uma alta demanda de solicitações por investigações, que não consegue ser absorvida apenas pelo escritório em Londres.

Para alguns membros do FA, essa descentralização e distribuição da capacidade da Arquitetura Forense em outras agências sempre foi algo desejado. Em entrevista à autora, Francesco Sebregondi³⁸ conta que a iniciativa de criar a agência independente INDEX, da qual é diretor, surgiu da necessidade de criar capacidades investigativas externas e horizontais à agência de Londres, que permitisse a atuação diversos outros contextos nos quais o FA não teria oportunidade ou interesse em trabalhar. Para ele, havia uma questão estrutural disfuncional no modelo do FA funcionar como um “centro” do qual partiam as principais questões, investigações e projetos, quando a área poderia se beneficiar de um modelo distribuído em uma rede de diversas estruturas menores, autônomas, dirigidas por atores diretamente engajados no contexto investigado, que poderiam criar laços mais duradouros com as comunidades com as quais trabalham, e ir além dos limites de atuação de uma única agência.

Ter um único projeto, uma única estrutura sediada em Londres, destinada a investigar casos de violência em todo o mundo, projetando-se de Londres para esses diferentes lugares e, de alguma forma, inserindo-se nestes contextos muito específicos, apresenta problemas. Na verdade, isso pode até levantar questões em termos da reprodução de algumas das lógicas coloniais que são veementemente denunciadas por essa mesma organização e seus valores. Em muitos contextos, tem-se tentado resolver essa questão criando vínculos estreitos com as comunidades locais e colaboradores nas investigações, porém, ainda permanece um problema estrutural: há um centro de onde nos projetamos, mas os recursos são bastante limitados, o que nos impede de estar em todos os lugares onde nossa presença seria útil. Não onde precisamos ou queremos estar, mas onde nosso trabalho pode ser mais útil para a comunidade. (Sebregondi, 2022, n.p.).

Neste sentido, ao longo dos últimos anos pode-se observar o surgimento de novas agências independentes de Arquitetura Forense, inicialmente, por iniciativa de ex-membros participantes da Segunda Mesa-Redonda do CRA³⁹ que criou o FA, ou que estavam presentes nos primeiros momentos da formação do grupo e do arcabouço teórico, como Charles Heller e Lorenzo Pezzani, Francesco Sebregondi, Hannah Meszaros Martín, Nabil Ahmed e Paulo Tavares e, mais recentemente, por colaboradores mais recentes, acadêmicos e ativistas que trabalham com Arquitetura Forense em outros contextos, como Sergio Beltrán-García, Elis Mendonza e Óscar Pedraza, desde a perspectiva latino-americana.⁴⁰ Para Sebregondi,

38 Francesco Sebregondi, arquiteto e pesquisador, fez seu doutorado no CRA e é ex-colaborador do FA. Hoje, é diretor da agência independente de Arquitetura Forense INDEX, baseada em Paris, na França. A presente pesquisa aborda as ideias de Sebregondi no primeiro capítulo, mais especificamente em “Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA)”, e serão melhor desenvolvidas neste capítulo.

39 O Centre for Research Architecture (CRA), ou Centro de Pesquisa em Arquitetura, foi o laboratório de pesquisa da Universidade de Goldsmiths, em Londres, do qual surgiu o FA, e hoje oferece programas de mestrado e doutorado de formação em Arquitetura Forense. A presente pesquisa explica o CRA em mais detalhes no primeiro capítulo desta dissertação, mais especificamente em “Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA)”.

40 A pesquisa irá abordar o trabalho de cada um dos nomes mencionados neste capítulo.

gondi, essas iniciativas são necessárias para o estabelecimento e desenvolvimento de um campo de atuação da Arquitetura Forense.

Eu acredito que a única maneira de um projeto tão potencialmente rico como o FA – politicamente, conceitualmente, metodologicamente – desdobrar seu potencial nos próximos dez anos é se tornando um campo de prática, e não mais uma estrutura, uma instituição ou um centro. Para se tornar um campo, ele precisa se espalhar, se difundir, e também permitir que ajustes, modificações ou mutações ocorram, em termos das formas de uso desses conjuntos de ferramentas. Acredito que cada uma dessas iniciativas está criando pequenas mutações que permitem ao campo enriquecer-se ao se confrontar mais de perto com os contextos locais e ajustar-se à forma de fricção que encontram. (Sebregondi, 2022, n.p.).

Em entrevista à autora, Hannah Meszaros Martín, diretora da agência-irmã do FA, Plano Negativo, fala sobre como a formação dos temas de interesse e conceitos do FA Londres foram muito influenciados por temas do Oriente Médio, muito por conta do trabalho de Weizman na Palestina. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, foi através de um trabalho sobre as fronteiras entre Israel e Palestina que o conceito de Arquitetura Forense foi criado por ele.

Portanto, em seus momentos iniciais, quando o FA era um projeto acadêmico, por mais que o grupo de pesquisadores ligados ao CRA e a Weizman tivessem temas de investigação em territórios diversos, que estavam sendo desenvolvidos em diálogo uns com os outros, Martín entende que essas articulações e pontos de encontro entre os espaços, conceitos e práticas do grupo nunca foram propriamente abordados, o que fez com que as particularidades dos tipos de violência nessas diferentes áreas fossem de certa forma uniformizadas (Meszaros Martín, 2023). Assim, para Martín, fazer pesquisas e investigações desde um contexto local, próximo aos temas de violência e aos conflitos locais faz emergir uma urgência política diferente que cria necessidades políticas diferentes, específicas ao território em que se atua:

Eu acredito que há uma certa quantidade de coisas que são traduzíveis e que podem ser levadas e transportadas de um lugar para outro. Mas, algo que não é possível de ser transferido é o fator de urgência política. [...] As metodologias [da Arquitetura Forense] podem ser traduzidas, mas as razões políticas pelas quais você está fazendo aquele trabalho, e porque isso se torna tão significativo, são aspectos muito específicos de cada contexto. (Meszaros Martín, 2023, n.p.).

No mesmo sentido, Elis Mendoza, co-diretora da agência Re/presentare junto a Sergio Beltrán-García, na Cidade do México, acredita que a “atomização” do FA é algo inevitável e positivo ao campo, que, ao expandir-se para outros territórios, comunidades, contextos políticos, sociais e econômicos, inevitavelmente deve criar novas linguagens, novas formas de investigar e de socializar e apresentar as pesquisas em novos fóruns, desde o contexto, necessidades e recursos locais (Mendoza, 2023).

Em entrevista concedida à presente pesquisa, ela fala sobre a questão da violência de gênero, tema muito importante no México, e como uma investigação que estuda este tema envolve outras aproximações, capacidades, tecnologias e formas de abordagem do que outros tipos de violência, por exemplo. A agência do FA em Londres ainda não publicou nenhuma investigação sobre violência de gênero, e, no México, seria impossível pesquisar sobre violência estatal e não levantar esta questão. Portanto, a formação de novas agências, focadas em um contexto local e que se engajam mais proximamente às questões do território em que se inserem, engendra outros tipos de conhecimentos e modos de operar que somam ao campo da Arquitetura Forense, expandindo seu alcance e atuação.

Desta forma, é possível observar a formação de novas agências de investigação satélites ao FA, fora do contexto da Universidade de Goldsmiths. A Plano Negativo, por exemplo, surge como uma capacidade investigativa focada em casos da Colômbia e América Latina, dirigida por pesquisadores colombianos, e possui outras formas de atuação e trabalho, que irão referenciar as demandas específicas daquele território.

A agência FORENSIS, por outro lado, funciona como uma organização não-governamental, diferente da base em Londres, que atua desde o contexto da Universidade de Goldsmiths. Para Trafford, fazer parte da universidade é uma salvaguarda, e proporciona ao FA o acesso a uma enorme quantidade de recursos, redes, e capacidades intelectuais, oferecendo também uma legitimidade estratégica, principalmente em casos que tramitam em fóruns jurídicos. No entanto, o contexto acadêmico também pode ser também bastante inflexível. As universidades exigem procedimentos que podem levar muito tempo, e correm o risco de dificultar a pesquisa e o processo da investigação.

Portanto, FORENSIS surge para dar ao FA outra plataforma através da qual possa realizar investigações que não seriam possíveis dentro da academia, permitindo a movimentação mais ágil entre atores, instituições e fóruns. Assim como Plano Negativo, também é uma forma de fazer investigações locais, mais próximas ao território atingido pela violência, estabelecer relações mais duradouras e poder atuar desde uma posição mais engajada. Neste sentido, também estão se estabelecendo agências-satélite em Beirute e Ramallah. Além disso, com os casos ramificados em outras agências, o estúdio do FA em Londres pode voltar-se para o aprofundamento da pesquisa teórica em torno da Arquitetura Forense.

Existe uma ideia de que, ao dividir o núcleo da agência, talvez possamos explorar como o FA em Londres pode voltar-se ao treinamento, pesquisa e ensino, e se envolver mais diretamente com o Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA). O FA e o CRA começaram como uma única coisa e talvez tenham se distanciado em certos aspectos, então é uma questão de como retornar a isso em um novo relacionamento. (Trafford, 2022, n.p.).

A disseminação da prática, abertura de novas agências e a formação de um campo articulado da Arquitetura Forense é algo ainda muito recente, que está em desenvolvimento e transformação. Durante a realização das entrevistas com

colaboradores e ex-colaboradores do FA, tanto no contexto europeu, quanto latino-americano, a autora pôde perceber um grande desejo do FA e das agências independentes de entender as dinâmicas de colaborações e interações entre as unidades que estão se estabelecendo. É sobretudo um processo em expansão, um plano em prática, e que pode ainda gerar mudanças estruturais ao longo do caminho. A questão colocada agora é como as agências irão desenvolver articulações e relações para potencializar uma rede de polinização cruzada (Sebredongi, 2022) entre elas, ou seja, como irão criar um campo comum entre diferentes agentes para incentivar compartilhamentos entre as unidades.

A formação do campo expandido de conhecimento e prática da Arquitetura Forense pode ser sintetizada no conceito do *Investigative Commons*, ou Comum Investigativo (CI), em tradução livre, definido principalmente através da recente obra de Eyal Weizman e Matthew Fuller (2021), *Investigative Aesthetics*, mencionada no primeiro capítulo desta dissertação. O IC apresenta-se como um desenvolvimento da ideia de verificação aberta, também já explorada no capítulo anterior, de que a sociedade civil se beneficiaria de uma capacidade investigativa engajada em rede, distribuída, poli-perspectiva e multidisciplinar, no combate à violação de direitos.

O Comum Investigativo, portanto, é o tecido invisível e o espaço comum em que a prática da Arquitetura Forense acontece e a teoria se aprofunda e desenvolve. É tanto a forma como as investigações são conduzidas internamente, no contexto de cada unidade, quanto a forma pela qual a prática e a teoria transcendem-se para além delas, na relação entre diversos grupos, atores, agências, ONGs, advogados, arquitetos, comunidades – em suma, a rede que forma o campo da Arquitetura Forense. Assim, o Comum Investigativo, nas palavras dos autores Weizman e Fuller, se define como a comunidade que se cria através do processo investigativo da Arquitetura Forense. (Fuller; Weizman, 2021)

Acima de tudo, o Comum Investigativo é uma proposta, uma iniciativa para que o conhecimento produzido sobre os conflitos contemporâneos seja coletivizado, compartilhado, construído por diversas perspectivas, e socializado, como uma forma de contribuir para a capacitação dos atores envolvidos nestes processos, e da sociedade como um todo, para a defesa civil através deste tipo de metodologia. Em outras palavras, o CI é uma proposição feita pelo FA para produzir o processo de investigação politicamente. Ou seja, no trabalho de Arquitetura Forense, não só o conteúdo e os resultados da investigação propõem uma mudança política, mas a própria condução da pesquisa deve ser um processo político e estar sujeita à interrogação e verificação. Desta forma, todas as fases da investigação – o campo, no qual os incidentes ocorrem e deixam marcas e as evidências são colhidas; o laboratório ou estúdio, onde elas são analisadas, processadas e compostas em relação uma à outra; e o fórum, no qual elas são apresentadas – exigem diferentes níveis de participação e interação entre diferentes atores, campos, materiais, ferramentas, tecnologias e fóruns (Weizman; Fuller, 2021).

Weizman e Fuller argumentam que práticas investigativas, especialmente aquelas relacionadas a questões políticas e sociais, devem ser realizadas como um esforço coletivo, e não como um domínio exclusivo de especialistas ou autoridades. O Comum Investigativo envolve, portanto, o compartilhamento de recursos, dados e métodos entre indivíduos e grupos diversos. É um espaço de democratização dos processos investigativos, que reúne uma ampla gama de perspectivas e saberes situados para contribuir com a produção de conhecimento e a busca pela justiça. Assim, a necessidade em entender um incidente, reconstruí-lo, e extrair dele os fatos e a verdade cria uma comunidade polifônica, e um processo de produção de conhecimento baseado na diversidade epistêmica. (Weizman; Fuller, 2021).

A ideia de “comum” que fundamenta o conceito do CI vai além da ideia daquilo que não é público, nem privado, mas compartilhado, e se afasta da

noção de bens públicos, como a Internet, ou o transporte público, por exemplo, ou mesmo de recursos compartilhados, como um rio ou uma floresta, pois, nestes casos, não há uma governança comum entre aqueles que compartilham o recurso ou espaço. (Weizman; Fuller, 2021).

Em outro sentido, Weizman e Fuller buscam nas obras dos filósofos Baruch Spinoza, Ludwig Wittgenstein e Paolo Virno uma noção de comum que é produzida pela comunicação entre uma coletividade que emerge em torno do problema e da prática de fazer-sentido do mundo (Weizman; Fuller, 2021), logo, de produzir o mundo, e reúne em um terreno comum uma pluralidade de perspectivas, necessidades, afetos e desejos – a pré-condição para qualquer ação ou iniciativa política acontecer. Os autores definem a noção de comum nas três etapas do trabalho investigativo:

No *campo*, a noção de *comum* se estabelece por meio da composição de diferentes modos de *sentir* que podem ser chamados (sem ironia) de ‘senso comum’. Com isso, procuramos ajudar a extrair o termo do contexto banal de um assumido consenso geral. [...] No *laboratório* ou *estúdio*, o *comum* emerge como o espaço do trabalho difuso e coletivo de investigação, permeado pela composição e pela invenção. No *fórum*, o *comum* manifesta-se na socialização e apresentação de evidências e na busca de novos lugares e plataformas nas quais as articulações das reivindicações políticas podem ser vistas e ouvidas. (Weizman; Fuller, 2021, p. 195-196).

Portanto, a condição estética de estar sensibilizado, sentir e fazer sentido envolve a relação e composição entre múltiplas entidades sensíveis, ou seja, entre uma superfície, um objeto, e a tecnologia ou dispositivo que fará sua leitura; envolve a composição de diferentes pontos de vista situados sobre um determinado acontecimento; envolve, como princípio fundamental, a interação e compartilhamento (Fuller; Weizman, 2021). Da mesma forma, deve envolver pessoas e comunidades sensíveis em interação com seu ambiente e contexto, e alianças entre elas e agentes com outras habilidades, advindos de outros campos de conhecimento. Essas alianças formam agrupamentos e movimentos sociais que são “estetizados ao seu ambiente físico e político de diferentes maneiras; ou seja, eles são politicamente sensibilizados, fazedores de sentido, e transformadores” (Weizman; Fuller, 2021, p. 197). “Tal entendimento da ideia de ‘comum’ [...] implica no desenvolvimento de uma disposição investigativa em estar junto à matéria, códigos, dados, e substâncias orgânicas, formando arranjos estéticos” (Weizman; Fuller, 2021, p. 209).

Essa ideia de comum, portanto, desafia a noção de “universal” ou generalizado”, que pressupõe que todos se sensibilizam de forma igualitária, mas nem todos podem fazer-sentido, ou produzir conhecimento, sobre aquilo que é sentido (Fuller; Weizman, 2021). O comum, no entendimento de Weizman, diz respeito não ao que se sente de forma unificada, igualmente por todos, mas sim à composição de diferentes sentidos situados e perspectivos, e se forma na socialização e compartilhamento do fazer-sentido, ou seja, da produção de conhecimento, informações e dados, na prática da verdade, formando uma “comunidade epistêmica ampliada de prática, construída em torno da colaboração para uma percepção ou entendimento compartilhado” (Fuller; Weizman, 2021, p. 209).

Desta forma, o Comum Investigativo é um espaço de criação, colaboração e socialização proposto a partir do processo investigativo da agência, como uma forma de produção de conhecimento comum, político e verificável. Este é o espaço que o FA propõe tecer, construir e atuar, tanto conceitualmente, na convergência entre estruturas estéticas, políticas e epistêmicas (Fuller; Weizman, 2021), quanto fisicamente, na abertura de novas agências e criação de espaços de discussão e atuação.

Neste sentido, há dois anos, em 2021, iniciaram-se alguns encontros entre o FA e as agências independentes, que hoje se formalizam no grupo Comum Investigativo, que envolve, além deles, as agências satélites do FA e também ONGs e grupos de jornalismo investigativo, que fazem parte da rede de parcerias e colaborações do FA. De acordo com Sergio Beltrán-García, co-diretor da Agência Re/ presentare junto à Elis Mendoza e parte do Comum Investigativo, o CI é uma ideia que ainda está se desenvolvendo, com a realização de encontros uma vez a cada dois meses, em espaços virtuais, nos quais são apresentados casos de investigação de alguma unidade, práticas de segurança, e outras informações e dados úteis ao trabalho investigativo. A intenção é que através dessa rede cada unidade possa se fortalecer na sua própria prática (Beltrán-García, 2023).

O grupo é organizado pelo FA Londres, FORENSIS, e pelo *European Center for Constitutional and Human Rights* (ECCHR), ONG parceira do FA em diversas investigações. O escritório do FORENSIS fica alocado no espaço do ECCHR, em Berlim, e será um possível local para a realização de encontros, oficinas, seminários e palestras, como parte de um programa público do CI, para a discussão conceitual e técnica de processos de análise e pesquisa em Arquitetura Forense. Em entrevista, Robert Trafford, que esteve à frente do desenvolvimento do estabelecimento da FORENSIS em Berlim e do estabelecimento do CI, comenta sobre esse encontro entre diferentes agentes envolvidos no trabalho ativista da Arquitetura Forense, tanto virtual quanto físico:

[O Comum Investigativo] representa uma abordagem que defende a existência de uma capacidade distribuída e uma maneira de pensar, compreendendo como isso se manifesta em múltiplas configurações e diferentes agrupamentos organizacionais em torno de casos específicos. Ele promove e fortalece perspectivas situadas, permitindo a combinação de expertises técnicas com perspectivas jurídicas, bem como o envolvimento de organizações de mídia, ONGs e comunidades que enfrentam violência. Virtualmente, o Comum Investigativo se refere a um espaço compartilhado onde o trabalho contra-forense é realizado e no qual diversas organizações e a sociedade civil se unem de diferentes formas para responder aos danos causados a eles. Materialmente, busca-se estabelecer um local físico que sirva como base para essa iniciativa (Trafford, 2022, n.p.).

Portanto, a terceira e atual fase de desenvolvimento do FA e da área da Arquitetura Forense como um todo é permeada por um desejo e desafio da mutualização de recursos investigativos e criação, manutenção e preenchimento de um Comum Investigativo. Na medida em que o FA expande sua atuação, dissemina sua prática e teoria, técnicas e metodologias, surgem outras iniciativas e novas

agências de investigação baseadas na Arquitetura Forense, criando um campo expandido e ao mesmo tempo, transformando-o. Neste contexto, a agência e o trabalho de Eyal Weizman são ainda centrais para o desenvolvimento da área, e para a articulação destas estruturas que nascem a partir de suas ideias e experiências, porém, é possível perceber que o surgimento de novas unidades e atores vem transformando a linguagem investigativa e disseminando a Arquitetura Forense para outros horizontes, articulando-se também entre si.

Para Francesco Sebregondi, o desafio está agora na manutenção dessa proposta, em como manter uma rede viva de comunidades, organizações, pesquisadores, advogados, artistas, desenvolvedores de software, cineastas, fotógrafos, arquitetos, que possam compartilhar informações, desafios, soluções e propostas entre si. Criar uma agência de Arquitetura Forense não é algo fácil. É necessário financiamento para projetos de pesquisa, treinamento e capacitação de profissionais para o trabalho com questões espaciais específicas, que desafiam o trabalho tradicional do arquiteto, jornalista ou designer, por exemplo. Como uma forma de pesquisa e investigação ativista recentemente desenvolvida, ainda há desafios e uma estrutura a ser estabelecida para dar suporte às demandas deste tipo de prática. Por isso, o compartilhamento de conhecimentos e recursos é fundamental para a disseminação da Arquitetura Forense e expansão do campo, assim como para a emergência de novas iniciativas.

Nos parágrafos seguintes, a pesquisa buscará sintetizar as informações sobre as agências de Arquitetura Forense que surgiram desde a experiência do FA, tanto as agências-irmãs FORENSIS, Unidades Ramallah, Beirute, e Plano Negativo (Bogotá, Colômbia), quanto as agências independentes Autônoma (Brasil), INDEX (França), INTRPRT (Noruega), Border Forensics (Suíça) e Re/presentare (México), cuja maioria a autora teve a chance de entrevistar ao longo dos anos de pesquisa. É importante pontuar que estas são agências em diferentes fases de desenvolvimento e estrutura, e que, paralelamente, outras agências estão sendo iniciadas e desenvolvidas, em fases mais prematuras a estas já estabelecidas.

FA FORENSIS (BERLIM)



Fig. 52 Escritório da FORENSIS em Berlim. Fonte: Arquivo pessoal.

FORENSIS é a maior agência-satélite do FA, fundada em 2021, com sede em Berlim. Sua constituição como uma associação sem fins lucrativos permite maior liberdade ao trabalho investigativo, em comparação à unidade de Londres, associada à Universidade de Goldsmiths. Com Eyal Weizman como Secretário Geral e um Conselho formado por membros do FA Londres e pessoas chave na luta por direitos humanos, FORENSIS tem como principais objetivos a promoção da ciência e pesquisa, e a formação sobre direitos humanos e a lei internacional. É importante notar que a disseminação e compartilhamento dos conhecimentos e metodologias da Arquitetura Forense estão descritas como objetivos principais no estatuto da formação da associação, demonstrando como os princípios do Comum Investigativo são parte do fundamento da agência. Abaixo está relacionado um recorte dos principais objetivos, contidos no estatuto:

Promoção da ciência e da pesquisa: Desenvolvimento interdisciplinar de novas tecnologias de detecção e métodos de investigação no cruzamento entre arquitetura, arte, ciência, software, produção cinematográfica e direito para a investigação e detecção de violações de direitos humanos, direitos ambientais, direitos civis e direitos políticos. O *know-how*, as técnicas e o software desenvolvidos são disponibilizados a instituições educacionais e culturais, organizações de direitos humanos e ao público em geral por meio de diversos fóruns.

Educação sobre direitos humanos e direito internacional: Forensis apoia indivíduos e grupos afetados por violações de direitos humanos ao apresentar informações e evidências de violações

humanos ao apresentar informações e evidências de violações

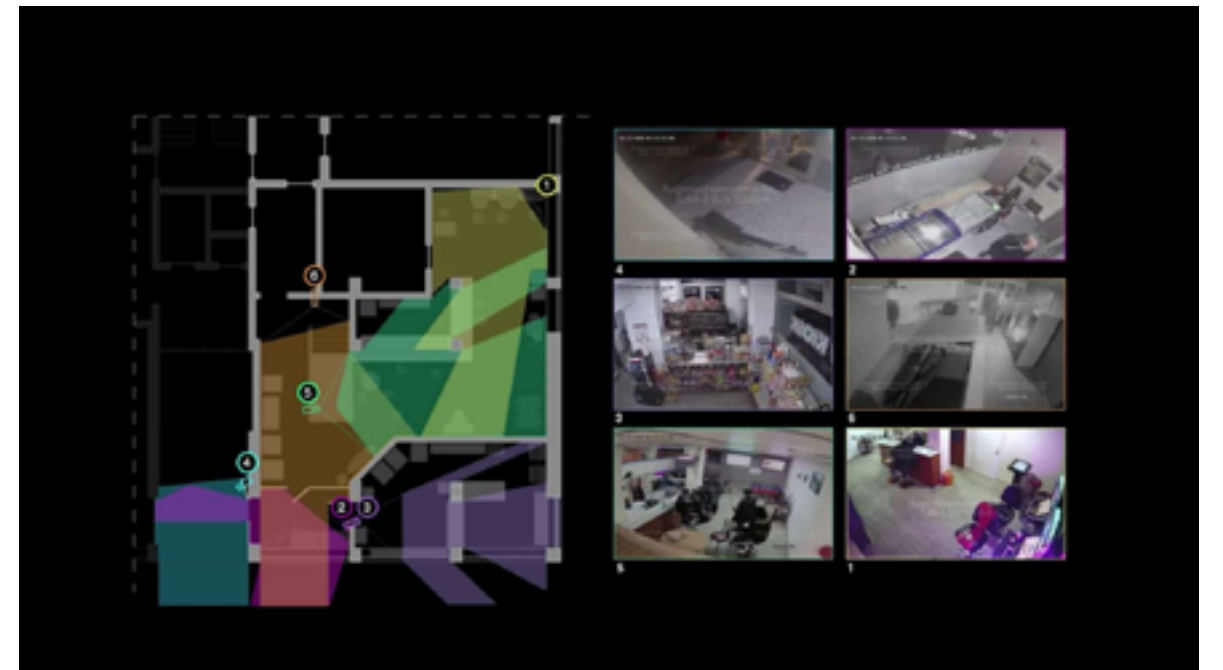


Fig. 53 Imagem da investigação “Ataque racista em Hanau: o Bar Arena” mostra o material de vídeo utilizado (direita), e a localização do cone de visão de cada câmera (esquerda).

de direitos humanos, entre outras coisas, em fóruns de direitos humanos, exposições, mídia e eventos. Em colaboração com instituições educacionais, culturais, associações e escolas, são desenvolvidos e implementados projetos para informar sobre direitos humanos, sua ameaça e violação.⁴¹ (Forensic Architecture, 2021, n.p.)

De acordo com Robert Trafford, que coordenou a montagem da operação da FORENSIS, o funcionamento, temas de investigação, métodos de análise e forma de trabalho da agência espelham a prática e organização do FA Londres, porém, com maior foco em estabelecer relações entre os atores envolvidos, inclusive dentro de seu espaço físico. Por isso, a escolha dos casos, além de se basear nos mesmos princípios que o FA Londres, e na possibilidade do desenvolvimento de novas metodologias, também é influenciada pelas relações que a agência já tem e pode estabelecer com novos parceiros e pesquisadores. Existe o desejo de que o escritório da FORENSIS seja um espaço compartilhado entre outras organizações, como já é com a ECCHR, tanto temporariamente, quanto a longo prazo (Trafford, 2022). Portanto, toda a estrutura organizacional da agência está voltada para essas práticas colaborativas:

Novas condições sociais, políticas e tecnológicas exigem um novo conjunto de práticas investigativas. Nosso modo de trabalho está fundamentado na socialização da produção e disseminação de evidências. Nossas investigações são realizadas dentro de uma comunidade diversa e poli-perspectiva de prática. Conectamos o “conhecimento situado” de grupos que trabalham na linha de frente da luta política com outros repórteres investigativos, ativistas, advogados, cientistas, artistas e arquitetos de todo o mundo. Forensis trabalha em colaboração com uma ampla variedade de grupos da sociedade civil, indivíduos, famílias e comunidades afetadas pela violência estatal, vigilância e repressão. Reconhecendo as limitações de cada fórum individual de responsabilização, apresentamos nossos casos em diferentes esferas - jurídicas, políticas, midiá-

⁴¹ O estatuto completo da FORENSIS pode ser lido através do link: <https://content.forensic-architecture.org/wp-content/uploads/2022/08/ForensisStatutes20211227.pdf>

ticas e culturais. Utilizamos exposições, ensinamentos e publicações para compartilhar nossos conceitos, métodos e técnicas com comunidades e indivíduos que resistem à violência estatal, assim como com o público em geral. Chamamos essa prática de “verificação aberta”. (Forensis, 2020, n.p.)

Desde sua formação, FORENSIS já publicou nove casos de investigação de violação de direitos não somente na Alemanha, mas Ucrânia, Grécia, Turquia e Namíbia, envolvendo questões de violência policial, fronteiras, direito à terra, migração, ataques aéreos e químicos, e incêndios. Também participaram de exposições de arte em países como Berlim, Dinamarca e Amsterdã.

O primeiro caso de investigação da agência, publicado no final de 2021, chamado “Ataque racista em Hanau: o Bar Arena”, investigou o assassinato de nove pessoas de origem turca em um estabelecimento na cidade de Hanau, incidente que aconteceu no início do mesmo ano. Comissionados pela ONG Initiative 19. Februar⁴², e pelo advogado da família das vítimas, FORENSIS atuou em parceria com o FA, usando imagens da câmera de segurança do bar para encenar o ocorrido em um modelo 3D. O caso ainda está em tramitação na justiça, e membros do FORENSIS devem ser convidados a depor como especialistas forenses.

⁴² Initiative 19. Februar é um movimento de solidariedade que surgiu após o ataque em Hanau, para apoiar as famílias das vítimas e os sobreviventes.

PLANO NEGATIVO (COLÔMBIA)

Esta é uma agência muito recentemente estabelecida e ainda não completamente formalizada, dirigida por Hannah Meszaros Martín e Oscar Pedraza. Martín é cineasta, artista e pesquisadora, fez seu mestrado e doutorado pelo Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA), orientada por Paulo Tavares e Eyal Weizman, e faz parte da equipe do FA desde 2012, contribuindo também para o desenvolvimento de conceitos teóricos e temas de interesse da agência. No FA, trabalhou principalmente em casos localizados na América Latina, como Guatemala e Colômbia. Conheceu Pedraza quando trabalharam juntos nos casos de investigação comissionados pela Comissão da Verdade da Colômbia, nos quais Pedraza era coordenador externo e Hannah era a pesquisadora responsável por parte do FA. Estes casos tiveram uma enorme repercussão na Colômbia, por tratarem de temas de violência e reparação muito caros ao país.

Plano Negativo surge como uma agência sob o guarda-chuva do FA, mas com desejos de eventualmente se tornar independente da agência em Londres, e poder atuar com autonomia financeira e estrutural. Plano Negativo é um exemplo de como as relações estabelecidas através da realização dos casos do FA Londres na Colômbia se expandiram e aumentaram o desejo do grupo em ter esforços locais direcionados, como uma forma também de desonerar o FA das crescentes demandas na região, e poder distribuir capacidades para a América Latina. Hoje, as demandas por investigações de casos latino-americanos são geralmente repassadas para o Plano Negativo, assim como outras agências independentes, juntamente com as comissões, quando isso é possível.

Para Martín e Pedraza, a ideia é ser um centro de pesquisa, para além de uma agência de investigação, e poder investir em processos educa-

tivos de formação e capacitação de outros agentes nas metodologias e conceitos da Arquitetura Forense. Em entrevista à autora, ao comentar sobre este desejo, Martín explica que a ideia não é atuar somente através dos casos de investigação, mas, por uma questão financeira, no momento o grupo ainda não é sustentável como um laboratório de pesquisa:

Eu realmente gostaria que fosse um projeto mais pedagógico e que também tivesse um aspecto muito forte de educação e formação. Estamos conseguindo treinar pessoas e envolver estudantes, mas a menos que tenhamos um financiamento inicial significativo, sinto que estaremos sempre operando apenas caso a caso. (Meszaros Martín, 2023, n.p.).

A partir da experiência com a Comissão da Verdade da Colômbia, ambos entenderam a necessidade de trazer os modos de pensar e de construir conhecimento do FA para o país, pois, as demandas, o contexto, o tipo de violência e a importância das discussões podem ser outras, mas as formas de pensar e a possibilidade de criar conexões entre diferentes aparatos conceituais e metodológicos podem permitir que questões políticas sejam colocadas de maneira diferente.

Também reconhecem dificuldades específicas em trabalhar no contexto latino-americano, como questões de legitimidade, segurança e financiamento, assuntos que serão abordados com mais atenção no próximo capítulo dedicado à teoria e prática da Arquitetura Forense na América Latina. Neste sentido, a ideia de estar ligado ao FA é importante tanto como uma estrutura financeira, pois a agência recebe as comissões dos projetos através deles, e também como uma forma de legitimação do trabalho perante instituições e a sociedade em geral, ao estar associado a um grupo maior que possui um prestígio e um histórico de trabalho e prêmios na área, e que atua em escala internacional. Além disso, estar sob o guarda-chuva do FA também proporciona maior segurança à equipe do que uma atuação independente, ao tratar de temas de violência e investigação de crimes estatais na Colômbia.

Recentemente, Plano Negativo acaba de finalizar seu primeiro caso de investigação, publicado pelo site do FA, e ainda há uma grande demanda por trabalho na Colômbia. Atualmente, possuem dois casos em andamento, e uma grande comissão ainda a ser efetuada, para o estudo de um caso de violência emblemático no país.

UNIDADES FA RAMALLAH E BEIRUTE

Estas são unidades muito mais recentes, também criadas com base nas relações, pesquisas e experiências locais do FA, e ainda estão sendo estruturadas pela equipe do escritório em Londres. Por esse motivo, até o momento da escrita desta dissertação, não foi possível reunir informações relevantes sobre estas duas unidades, para além do fato de serem agências-satélite ou irmãs ao FA, estabelecidas com equipes locais em cada cidade, com as quais o FA já trabalhou em casos de investigação anteriores. Ambas as agências devem ter atuações mais localizadas e pontuais referentes às especificidades dos conflitos e demandas nas regiões em que se estabelecem.

AUTONOMA (BRASIL)

Paulo Tavares, arquiteto, curador, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB), foi um dos doutorandos de Eyal Weizman no momento de formação do FA, e fez parte da equipe que escreveu o projeto para a bolsa de pesquisa que deu início ao grupo, como abordado no primeiro capítulo desta dissertação. Quando retorna ao Brasil, funda a Autônoma, agência multidisciplinar de *advocacy* baseada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), que utiliza ferramentas da Arquitetura Forense, do design e da mídia, para investigar casos de violência policial, ambiental, e genocídio da população indígena, e atua de forma a espacializar e visualizar formas de opressão. Trabalha no entrecruzamento da arquitetura, culturas visuais e direitos humanos para o desenvolvimento de tecnologias e sua aplicação para a visibilização de formas de violência, contribuindo para um objetivo mais amplo de reparação histórica e justiça, em diferentes e múltiplos fóruns. (Autônoma, 2023). A Autônoma, diferente da FORENSIS, e das unidades de Ramallah e Beirut, é uma agência independente do FA, e atua autonomamente no território latino-americano.

Atuamos no campo dos direitos humanos, urbanos, ambientais e territoriais, oferecendo capacidade analítica e tecnológica na elaboração de narrativas e estratégias de advocacia pública. Através de novas ferramentas de informação espacial – sistemas SIG, cartografias de dados, inteligência open source, sensoriamento remoto, modelagem e arquitetura forense – investigamos casos de violência e violação de direitos de comunidades vulnerabilizadas, buscando operacionalizar a “tool-box” do design no campo da justiça sócio-espacial. Também atuamos em questões de conflito fundiário e design participativo no campo do direito à cidade, mobilizando o que chamamos de “arquitetura-como-advocacia” através de consultorias, oficinas, projetos e workshops. (Autônoma, 2023, n.p.).

A Autônoma, através do trabalho de Paulo Tavares, é a primeira agência de Arquitetura Forense a se estabelecer na América Latina, e transpõe ao Brasil as metodologias e práticas adquiridas no FA, para aplicação na investigação de casos de violência sistêmica e colonial no contexto brasileiro. Seus projetos envolvem casos de violação de direitos humanos e ambientais, trabalhando em parceria e em benefício das comunidades afetadas. A maioria dos casos investiga processos de violência colonial contra povos originários e seus territórios, tendo como maior exemplo o caso Memória da Terra, analisado em maiores detalhes no próximo capítulo, que levou ao reconhecimento patrimonial dos sítios arqueológicos do povo Xavante de Marãiwatsété.⁴³

Grande parte dos casos trata também da violência policial, como o caso “Massacre de Paraisópolis”, também abordado no capítulo seguinte desta dissertação, e o caso “Territórios da Exceção”,⁴⁴ que investiga o impacto e tece padrões sobre o uso de helicópteros como plataforma de tiro durante operações da Polícia Militar em regiões densamente povoadas no Rio de Janeiro, principalmente no Complexo da Maré. Através da análise de imagens de satélite, uso de ciência

⁴³ Ver: TAVARES, Paulo. **Memória da Terra**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://memoriadaterra.org/> Acesso em: 20 set. 2023.

⁴⁴ Ver: MEDIALAB.UFRJ; AGÊNCIA AUTONOMA. **Territórios de exceção**. Rio de Janeiro: UFRJ, Autônoma, 2023. Disponível em: <https://documental.xyz/pt/intervencao> Acesso em: 24 ago. 2023.

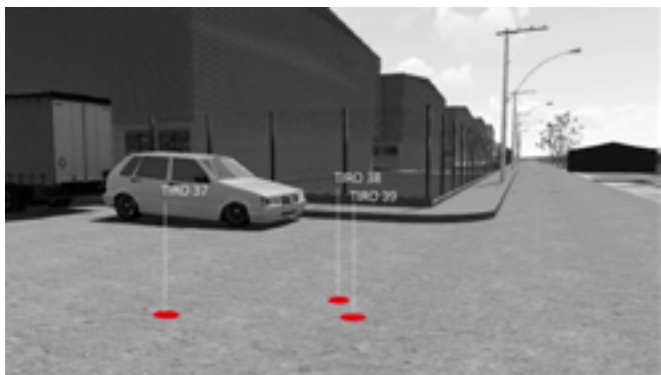


Fig. 54 Imagens da investigação “Territórios da Exceção” mostram a identificação e localização de tiros feitos por helicópteros no chão do Complexo da Maré, o processo de modelagem 3D do local dos eventos, e análise de vídeo feito por uma testemunha, que demonstra a proximidade ilegal do helicóptero em relação à favela. Fonte: (Medialab.UFRJ; Agência Autônoma, 2023).

de dados, pesquisa de campo e modelagem 3D, a investigação busca espacializar e dimensionar os eventos registrados, e demonstrar a violação de direitos humanos aferida pelo Estado. Tavares entende que é importante inserir a dimensão espacial ao investigar e estudar a violência colonial no Brasil.

Fiquei muito tempo lá [no FA Londres], e chegou um momento em que se tornou muito importante vir ao Brasil. Eu queria voltar de alguma maneira – não falo nem em voltar, mas em ir –, e me pareceu importante e necessário criar uma estrutura aqui que trouxesse esse tipo de metodologia para analisar e documentar casos de violação de direitos humanos operados por forças do Estado brasileiro, mas não somente. Isso aconteceu principalmente no contexto da publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, por volta de 2013 ou 2014, e o entendimento de que o relatório e a maneira como a investigação estava sendo conduzida não traziam informações do ponto de vista espacial. O espaço não era um elemento fundamental para entender as violações que tinham ocorrido, que era o que tínhamos feito em outros casos junto ao FA. (Tavares, 2021, n.p.)

Portanto, Tavares acreditava que as metodologias da Arquitetura Forense se mostram importantes

para o estudo de formas de violência no Brasil, e, hoje, a área começa a despertar interesse da mídia e academia, sobretudo na área do jornalismo investigativo. Certamente, com o aumento do campo visual contemporâneo, e com a saturação imagética e informacional, métodos de visualização, interrogação e espacialização de imagens e dados para a construção de narrativas tornam-se cada vez mais importantes, contribuindo principalmente para a criação de um campo de sensibilidade midiática e política. Porém, de acordo com Tavares, ainda há um caminho a

ser percorrido para a inserção da prática e teoria da Arquitetura Forense dentro da arquitetura, academia, sistema jurídico e outras instituições brasileiras. (Tavares, 2021).

Por se relacionar com o contexto acadêmico, Tavares também problematiza o papel da universidade no reconhecimento da nova área. Dentro de seu trabalho e do FA, a prática leva à teoria, e não o contrário. Por isso, acredita em algo que chama de proximidade crítica – estar próximo, e, sobretudo, em colaboração com a comunidade afetada pelo crime investigado. Para ele, esta é uma forma poderosa de criação de conhecimento, mesmo que talvez não garanta a segurança epistemológica postulada pela academia.

Atualmente, a Autônoma funciona virtualmente, com casos e parceiros espalhados pelo Brasil e América Latina, também faz parte da rede latino-americana de advocacy chamada *Autonomías Contraforenses*, recentemente estabelecida, que une as agências do Brasil, México e Bogotá em um grupo que busca a mutualização de recursos para a prática da Arquitetura Forense na América Latina, que será melhor explorada no próximo capítulo desta dissertação. Os casos da agência são comissionados por órgãos públicos, ONGs e universidades, e atuam em fóruns jurídicos, acadêmicos, midiáticos e culturais. A Autônoma também publica seus casos na plataforma digital interativa Documental XYZ (Medialab.UFRJ; Agência Autônoma, 2023), um recurso de código aberto que criou para a disseminação de investigações em direitos humanos, territoriais e ambientais, e que oferece ferramentas para a produção de narrativas visuais e espaciais. A plataforma é aberta ao público, e recebe projetos e infraestrutura digital para a hospedagem de investigações que não possuem recursos para se autopublicar. Até hoje, a Autônoma possui três projetos de investigação publicados, e outros em desenvolvimento.

BORDER FORENSICS (SUÍÇA)

Lorenzo Pezzani, arquiteto e pesquisador, e Charles Heller, videomaker e pesquisador, também participaram dos primeiros momentos da formação do FA, enquanto faziam seus doutorados no CRA. Suas pesquisas tiveram influência e contribuíram para a criação da agência e das discussões que se desenvolveriam em torno dela. Ambas abordavam o tema da migração, em um contexto político da Primavera Árabe, em 2011, durante o qual muitos conflitos migratórios começaram a se suceder. A partir disso, Heller e Pezzani criaram uma área dentro do FA chamada “Oceanografia Forense”, que se dedica a investigar casos de violação de direitos que ocorrem na fronteira marítima entre Europa e Oriente Médio, principalmente no mar Mediterrâneo, e a crescente militarização da mesma. Eles chamam esse tipo de ocorrência contra refugiados e migrantes que tentam atravessar essas fronteiras de “violência líquida” (Border Forensics, 2022).

Ao combinar depoimentos humanos com rastros deixados no *sensorium* digital do mar – composto por radares, imagens de satélite e sistemas de rastreamento de embarcações – o *Forensic Oceanography* mobiliza tecnologias de vigilância “contra a corrente”, a fim de contestar a violência nas fronteiras e os regimes de (in)visibilidade nos quais essa violência se fundamenta. Os mares são divididos em jurisdições complexas,

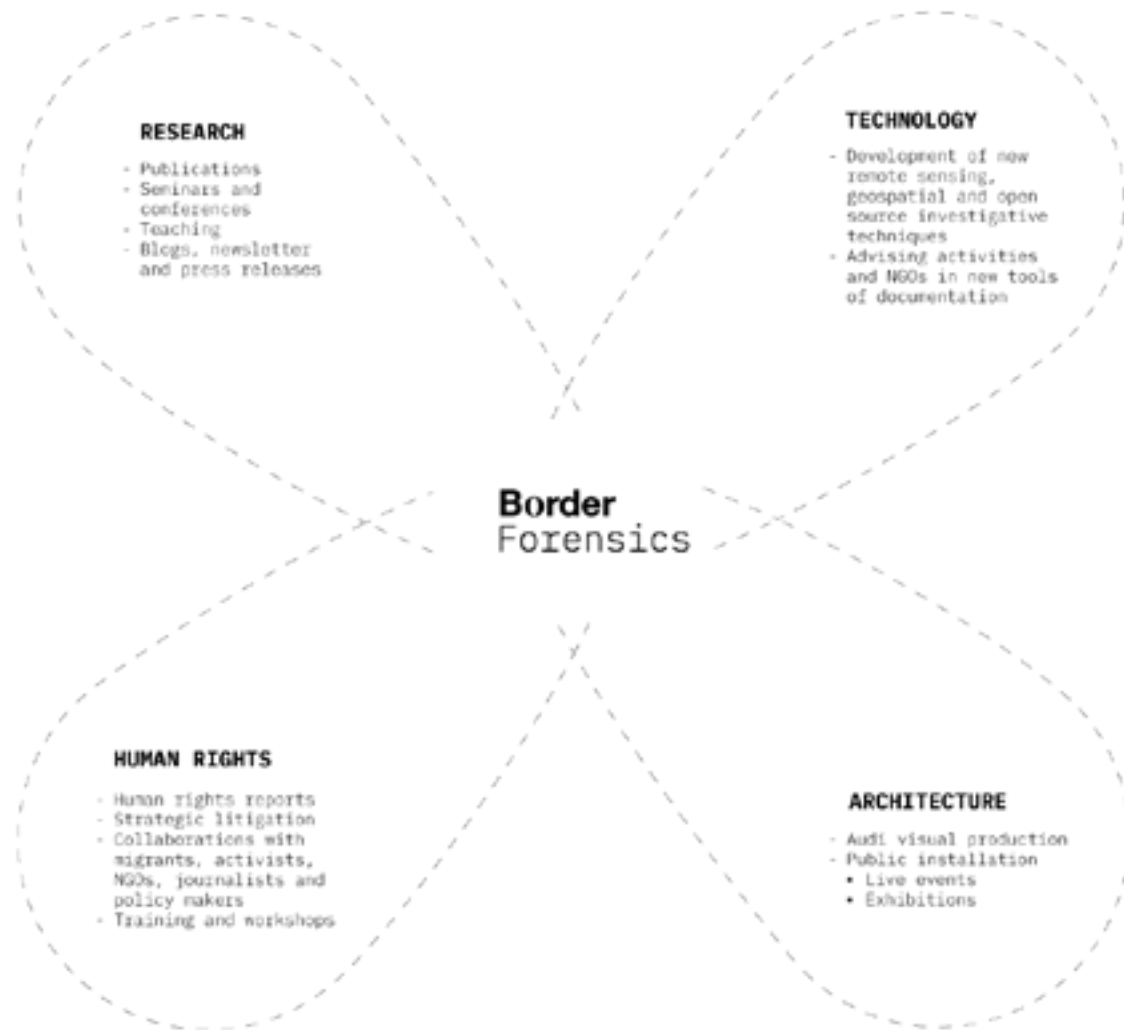


Fig. 55 Infográfico que explica as formas de operação do Border Forensics: realização de pesquisas, através de publicações, seminários, aulas e disseminação de newsletters e press releases; desenvolvimento de novas tecnologias de sensoriamento remoto e métodos de investigação de fonte aberta, e formação de ONGs e comunidades no uso dessas técnicas; trabalho de base com direitos humanos, atuando em benefício e conjuntamente com as comunidades afetadas e ativistas, e realizando treinamentos e processos educativos; e através da arquitetura, realizando apresentações espaciais e audiovisuais, apresentadas nas investigações, relatórios e exposições. Fonte: (Border Forensics, 2023).

permitindo que os Estados estendam suas reivindicações soberanas por meio de operações de policiamento além dos limites de seus territórios, ao mesmo tempo em que se eximem de certas obrigações, como o resgate de embarcações em perigo. O Forensic Oceanography localiza incidentes específicos no mar dentro da arquitetura legal da fronteira marítima da União Europeia, a fim de determinar a responsabilidade por eles. Os relatórios da agência têm servido de base para vários casos legais contra os Estados europeus, e seus vídeos têm sido exibidos internacionalmente. (Border Forensics, 2022, n.p.).

Desta forma, desde o início do FA, Heller e Pezzani foram os coordenadores de pesquisa de todos os casos da área de Oceanografia Forense, e, quando concluem o doutorado em Goldsmiths, se juntam para formar uma nova agência, *Border Forensics*, baseada em Genebra, na Suíça, que continuará o trabalho da Oceanografia Forense de forma independente ao FA,

a partir de 2021. Eles trabalham em colaboração com comunidades de migrantes e ONGs nacionais e internacionais para promover seus direitos de mobilidade e

justiça. A agência tem a mesma forma de funcionamento que o FA, focando-se no trabalho ativo em 4 diferentes áreas: Direitos Humanos, Tecnologia, Arquitetura e Arte e Pesquisa.

Atuamos na interseção de quatro domínios distintos. Em nosso trabalho crítico de Direitos Humanos, produzimos evidências de violações e questionamos a (i)legalidade das práticas de controle fronteiriço, ao mesmo tempo em que investigamos e desafiamos os limites da litigância estratégica e do trabalho forense. A Tecnologia nos proporciona ferramentas práticas e conhecimento para compreender o funcionamento da vigilância de fronteiras e desenvolver novas formas de documentação que possam ser compartilhadas com grupos não governamentais que combatem a violência nas fronteiras. A Pesquisa nos permite situar práticas específicas de violência fronteiriça dentro de um contexto social e histórico mais amplo, marcado por (i) mobilidades profundamente desiguais. Além disso, oferece um espaço crítico para questionar os dilemas éticos e políticos que encontramos em nosso trabalho. As estratégias baseadas em Artes e Arquitetura fornecem meios essenciais de análise visual e espacial. Por meio de exposições e eventos públicos, exploramos como as fronteiras operam visual e espacialmente, buscando desafiar os limites do que pode ser visto e ouvido. (Border Forensics, 2022, n.p.).

Comissionado principalmente por fundações e ONGs internacionais, o trabalho do Border Forensics transita por diferentes áreas, tanto na publicação de relatórios de direitos humanos em cortes nacionais e internacionais, assim como fóruns públicos, além do trabalho ser apresentado em exposições de arte e museus, e publicado também na mídia e jornais acadêmicos. Até hoje, o grupo publicou três investigações, e seu trabalho pode ser acessado pelo site da agência (Border Forensics, 2022).

INDEX (FRANÇA)

Francesco Sebreondi é arquiteto e pesquisador, e seu trabalho explora as interseções entre a violência, tecnologia e condição urbana. Em 2021, fundou a INDEX, uma agência de investigação especializada com sede na França, que investiga casos de violência estatal através de metodologias da Arquitetura Forense. Entre 2011 e 2020, Sebreondi foi pesquisador e coordenador de projetos no FA, e em 2019, concluiu seu doutorado no Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA), no qual analisou a arquitetura da violência em Gaza. INDEX é uma agência independente do FA, e seu foco é a investigação de casos de violência policial. A agência está passando agora por um importante momento de estruturação, e possui algumas discrepâncias em relação ao FA, embora sua forma de organização se assemelhe bastante ao grupo.

45 Os protestos dos “gilets jaunes” (coletes amarelos) foram uma série de manifestações populares que ocorreram na França a partir de novembro de 2018. Os protestos foram inicialmente motivados por um aumento nos impostos sobre combustíveis, mas rapidamente se transformaram em um movimento mais amplo contra o governo francês, exigindo melhorias nas condições econômicas e sociais. Os manifestantes, que em sua maioria eram trabalhadores de baixa renda e moradores de áreas rurais, expressaram frustração com o aumento do custo de vida, a desigualdade econômica e a falta de representação política. Os protestos foram marcados por confrontos violentos entre os manifestantes e as forças policiais. Houve relatos de violência policial, incluindo o uso de gás lacrimogêneo, balas de borracha e bastões para dispersar os manifestantes. Essa violência policial foi criticada por organizações de direitos humanos e gerou debates sobre o uso proporcional da força e a responsabilidade dos agentes de segurança.

recebemos e os recursos que temos para conduzir esses casos. Mas, ao gerar esse tipo de demanda, reconhecemos que estamos intervindo em um ponto muito estratégico. (Sebregondi, 2022, n.p.).

Com alta demanda de casos e ainda com uma pequena estrutura, a agência se volta agora para o treinamento e capacitação e disseminação das técnicas e métodos de análise, para criar um terreno fértil para o surgimento de outras iniciativas dentro da sociedade civil para a realização de investigações contra-forenses. Este movimento vai de encontro com os próprios fundamentos em que a agência surge, a descentralização do conhecimento e prática e a formação de um campo mais amplo de Arquitetura Forense:

Nosso objetivo não é nos tornarmos uma nova contra-instituição com a função de investigar a violência policial em nível nacional. Mas sim continuar sendo uma iniciativa que também fomenta o desenvolvimento de outras iniciativas, pois não seremos capazes de assumir todos esses casos, e não necessariamente queremos nos tornar uma mega organização com centenas de pessoas, que funciona de forma centralizada. Talvez cada cidade ou bairro precise ter seu próprio sistema de prática investigativa civil. (Sebregondi, 2022, n.p.).

Uma característica da INDEX que a diferencia do FA é o fato de não trabalhar com instituições culturais. Sebregondi acredita que, no contexto de violência policial na França, não faria sentido expor seus trabalhos em exposições de arte ou galerias. Para ele, muitas vezes, o conteúdo da investigação, por exposto neste contexto, ao invés de potencializar uma discussão, pode acabar neutralizando-a, a fazendo perder seu caráter e urgência política. Assim, diferente do FA, a INDEX não se utiliza do fórum da arte para expor seus trabalhos, e prefere atuar estritamente no foro jurídico, midiático e ativista.

A equipe da agência é formada por arquitetos, artistas especialistas em animação 3D, um especialista em dinâmica de fluidos, uma videógrafa e editora, e atua de forma remota, ainda sem um local físico de trabalho. Em entrevista à autora, em 2022, Sebregondi conta que os próximos passos para a INDEX envolvem a consolidação da infraestrutura da agência, para que possam continuar os trabalhos investigativos e formativos. Até hoje, a INDEX publicou oito casos de investigação sobre violência policial na França.

INTERPRT (NORUEGA)

Nabil Ahmed é um pesquisador e escritor transdisciplinar. Possui doutorado pelo Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA) e foi participante da Segunda-Mesa Redonda, contribuindo principalmente para a pesquisa e definição sobre o conceito de violência ambiental, um tipo de violência difusa, de caráter mais lento, e de difícil detecção e culpabilização. Durante esse tempo, foi colaborador do FA Londres, participando principalmente de investigações sobre casos de violência ambiental.

46 O ecocídio é um termo utilizado para descrever a destruição ou dano grave e extenso causado ao meio ambiente, resultando em danos irreparáveis aos ecossistemas naturais. Refere-se a ações humanas deliberadas, como a poluição severa, a degradação dos habitats naturais, a contaminação de recursos hídricos, a desflorestação indiscriminada, entre outros. O conceito de ecocídio busca enfatizar a gravidade das consequências ambientais causadas pela atividade humana e destaca a necessidade de proteger e preservar o planeta para as gerações futuras. Alguns grupos e organizações, como a INTERPRT, defendem que o ecocídio deveria ser considerado um crime internacional, equiparando-o a outras formas de violência contra a humanidade.

Sebregondi trabalhou no FA Londres durante muitos anos, até conseguir uma bolsa para fazer seu doutorado em Goldsmiths, o que o afastou das atividades diárias da agência, embora continuasse envolvido nos projetos. Em 2018, retorna à França, em meio aos protestos dos *gilet jaunes*,⁴⁵ permeados por extrema repressão e violência policial. À época, ele entendeu que os métodos do FA seriam muito efetivos



Fig. 56 Imagem do caso “A morte de Adamá Traoré”, que usou modelagem 3D para reconstruir a cena do crime, através de dados contidos em evidências audiovisuais. Fonte: (Forensic Architecture, 2016b).

para a investigação dos casos de violência policial que estavam sendo reportados, porém, não havia recursos dentro do FA para comissionar a investigação. Isso fez com que ele começasse a pensar em uma possível formação independente que pudesse atuar em casos na França.

Após o término de sua pesquisa, retorna novamente a Paris, que, à época, vivia outro momento intenso de protestos contra violência policial, engatilhados pela morte de George Floyd, nos Estados Unidos. Sebregondi conta que aquele momento político efervescente foi o que estabeleceu a abertura da INDEX, uma agência de investigação espacial e visual que pudesse atuar naquele contexto.

No início, foram realizados dois casos de investigação de violência policial, em colaboração com o FA e com o jornal *Le Monde Diplomatique*: “A morte de Adamá Traoré” e “A morte de Zineb Redouane”, que chamaram muita atenção do público francês, pelas metodologias de modelagem 3D utilizadas, algo que o jornalismo investigativo na França ainda não havia explorado. Nesse contexto, Sebregondi percebeu a necessidade de formalizar uma estrutura local que pudesse ter fontes de financiamento locais.

A INDEX, portanto, se forma como uma associação sem fins lucrativos focada em violência policial, e que pretende se engajar cada vez mais a nível jurídico nos casos de investigação. Após a realização de alguns casos, Sebregondi percebeu a grande necessidade da existência de uma agência independente de contrainvestigações na França, à medida em que as demandas pelo seu trabalho começaram a aumentar cada vez mais, advindas principalmente de vítimas de violência policial ou seus familiares, inclusive para casos que ocorreram há 10 ou 15 anos atrás.

O procedimento jurisdicional desses casos depende do especialista designado, que na maioria das vezes são especialistas balísticos, na verdade, ex-policiais. Ao final, esses especialistas acabam tendo um peso muito grande no processo. Tudo o que eles dizem se torna verdade, e isso é um desafio e um conflito de interesses. Estamos começando a fazer isso nos poucos casos que conseguimos assumir - no momento, temos um desequilíbrio massivo entre o número de solicitações que

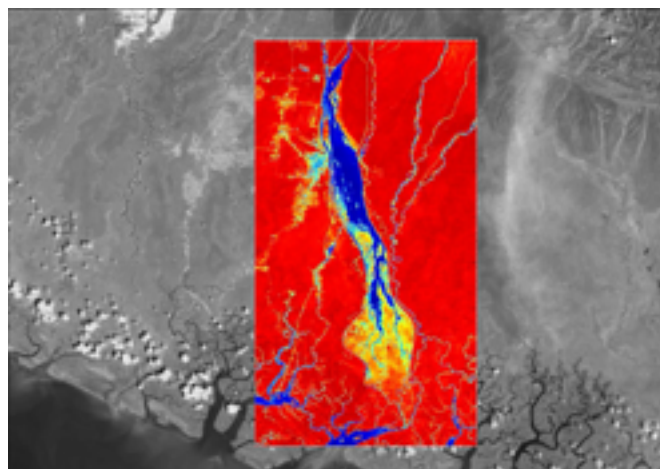
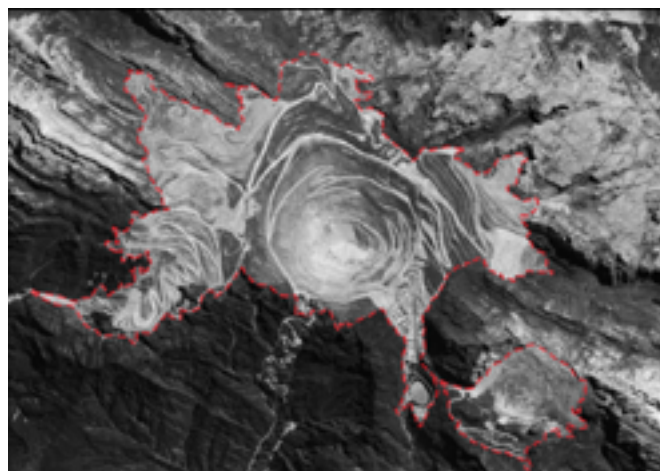


Fig. 57 Imagens do caso “Ecocídio em Papua Ocidental”, publicado em 2016. Fonte: (Interprt, 2014).

um crime internacional. Pegamos casos de crimes contra a humanidade que são, na realidade, casos de Ecocídio, porém ainda não são reconhecidos pela lei. Nós enfatizamos fortemente a dimensão ambiental desses casos, com o intuito de fazer com que os tribunais internacionais comecem a lidar com essas situações, algo que o Tribunal Penal Internacional ainda não abordou oficialmente até o momento. (Ahmed, 2022, n.p.).

A INTRPRT tem início com um caso de violência ambiental em Papua Ocidental, na Indonésia, já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, no qual a agência identificou e reconstruiu eventos de violência ambiental e violações de direitos humanos contra povos originários, por um período de 15 anos. Em entrevista à autora, Ahmed conta que este foi um caso muito importante, que criou um modelo metodológico e uma condição para que ele e Lucko pudessem trabalhar em outros casos. O caso teve apoio do FA, e foi comissionado por uma organização internacional de advogados por reparação de direitos em Papua Ocidental.⁴⁷

Por trabalhar desde o contexto acadêmico, a INTRPRT financia seus projetos principalmente através de bolsas de estudo, ou por redes de ativistas ambientais, e a equipe envolve orientandos de Ahmed e estudantes da faculdade na qual ele leciona, além de outros profissionais especializados em design e vídeo. Por causa dessa ligação, e por estar em uma Universidade de Artes Visuais, a pesquisa da agência tem muita relação com o ambiente da arte, e suas pesquisas foram

⁴⁷ Ver mais informações em: INTERPRT. **Ecocide in West Papua**. [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.interprt.org/?investigation=grasberg> Acesso em: 15 jul. 2023.

Hoje, dirige o INTERPRT junto à arquiteta e pesquisadora Olga Lucko, uma agência de justiça ambiental que investiga e defende a criminalização do *Ecocídio*⁴⁶ sob o direito internacional através de metodologias da Arquitetura Forense, alocada na Faculdade de Arquitetura e Design da Trondheim Academy of Fine Art, em Trondheim, Noruega, na qual Ahmed é professor. Da mesma forma que as outras agências, a organização de trabalho e metodologias decorrem do FA, embora seja uma agência de funcionamento independente ao grupo.

A INTERPRT está focada exclusivamente em utilizar as metodologias, os casos e os conceitos com os quais estamos trabalhando para alcançar um objetivo específico: criar o reconhecimento do Ecocídio como

exibidas mais recentemente na Bienal de Helsínki, Deutsches Technikmuseum, em Berlim, Bienal de Varsóvia, Centro de Artes de Beirute e Museu para Ciência e Cultura em Haia, entre outros. A agência também participa de diversas conferências e fóruns sobre a questão ambiental, como a Conferência sobre Oceanos das Nações Unidas, e o Fórum para Clima e Sustentabilidade da Universidade de Cambridge.

De acordo com Ahmed, um dos maiores desafios da agência é o financiamento para conseguir atender às demandas de investigação que recebem, e o objetivo, futuramente, é ter um suporte institucional maior da universidade, tornando-se um grupo de pesquisa acadêmica, algo que está em vias de acontecer, além de fortalecer também o estúdio de investigação em violência ambiental. A ideia é, ao se estabelecer melhor dentro da universidade, poder atrair mais alunos, e ter maior capacidade de pesquisa:

Estamos apoiando essa instituição e cultivando uma cultura de pesquisa, buscando cada vez mais reconhecimento pelo trabalho que realizamos, para atrair novos estudantes. Alguns dos cursos que leciono aqui estão total-

mente conectados a essa pesquisa, a esse trabalho. Também gostaríamos de fortalecer um estúdio voltado para esse tipo de atuação. Essa é a nossa ambição, mas sabemos que isso demanda tempo. Esperançosamente, em breve esse movimento receberá mais apoio institucional, o que nos permitirá assumir projetos ainda mais ambiciosos do que já realizamos – e já executamos alguns projetos extremamente ambiciosos com recursos limitados e como um grupo muito reduzido. (Ahmed, 2022, n.p.).



Fig. 58 Estúdio do INTERPRT em Trondheim. Fonte: Arquivo pessoal.

Até hoje, a agência independente INTERPRT publicou seis casos de investigação, além de ter produzido também uma série de publicações e artigos acadêmicos sobre Ecocídio e violência ambiental. Todos os casos, estudos e material publicado podem ser acessados pelo site da agência.

Re/presentare se forma na união de Elis Mendoza e Sergio Beltrán-García, arquitetos, pesquisadores e ativistas que se aproximam ao FA por diferentes vias, ambos entrevistados pela autora desta pesquisa. Mendoza se formou em arquitetura pela Universidade Autónoma Nacional do México (Universidad Autónoma Nacional de México – UNAM), focada em temas de pesquisa sobre o território, migração e direitos humanos. Quando fez seu doutorado na Universidade de Princeton (EUA), conheceu Eyal Weizman, professor convidado na Universidade à época. Juntos, participaram de um laboratório de arquitetura, no qual utilizaram metodologias da Arquitetura Forense para investigar um caso de violência de gênero durante a Guerra Civil Guatemalteca.⁴⁸ Mendoza, uma das únicas latino-americanas dentre os pesquisadores, guiou a equipe sobre as práticas cartográficas de identificação da violência no espaço, e também sobre as abordagens e a teoria em casos de violações e reparação de direitos fundamentais. Este foi seu primeiro trabalho com a metodologia, e, depois da conclusão da investigação, continuou trabalhando com Arquitetura Forense, realizando investigações para ONGs de direitos humanos.

Sergio Beltrán-García, também formado em arquitetura pela UNAM, estudava a relação entre memoriais e violência, um ponto de convergência entre as discussões da arquitetura e direitos humanos, e conta que conheceu o trabalho da Arquitetura Forense ao ver o caso de investigação “A desaparición forçada dos estudantes de Ayotzinapa”⁴⁹ exibido na exposição “Hacia Una Estética Investigativa”, promovida pelo FA no Museo Universitario Arte Contemporáneo (MUAC), na Cidade do México, em 2017. Como mencionado no primeiro capítulo, a exposição, que contou com a colaboração de Elis Mendoza, Paulo Tavares, diretor da Autônoma, e Hannah Meszaros Martín, diretora da agência Plano Negativo, teve ampla repercussão nacional, e Sergio foi uma das pessoas impactadas por ela. Ele conta que através da exposição dos casos, pôde entender que a arquitetura poderia ter um papel fundamental na luta por direitos humanos:

Eu visitei essa exposição e, assim como muitas pessoas, saí de lá transformado. Fiquei profundamente impactado porque percebi que aquela era uma forma diferente de utilizar a arquitetura como uma disciplina a serviço das vítimas, e reconheci seu grande potencial de utilidade. Algumas semanas depois, uma organização de defesa dos direitos humanos me convidou para acompanhá-los em um caso de feminicídio e preparar um parecer pericial, seguindo a metodologia utilizada pela FA em Ayotzinapa. (Beltrán-García, 2023, n.p.).

Após essas repercussões, Beltrán-García é convidado a trabalhar em uma ONG como arquiteto e pesquisador em casos de investigação, utilizando ferramentas e métodos de análise da Arquitetura Forense, que foi aprendendo a utilizar ao longo do tempo, quase intuitivamente, como relatado por ele. Para se aprofundar na metodologia, consegue uma bolsa de estudos para fazer o mestrado no Centro de Pesquisa em Arquitetura (CRA), e em 2019 começa a trabalhar no FA formalmente, especificamente nos casos de investigação na Colômbia.

⁴⁸ Mais informações, ver: Mendoza (2020)

⁴⁹ Para saber mais, acessar a investigação completa: FORENSIC ARCHITECTURE. **The enforced disappearance of the Ayotzinapa students**. Iguala, México, 2014b.

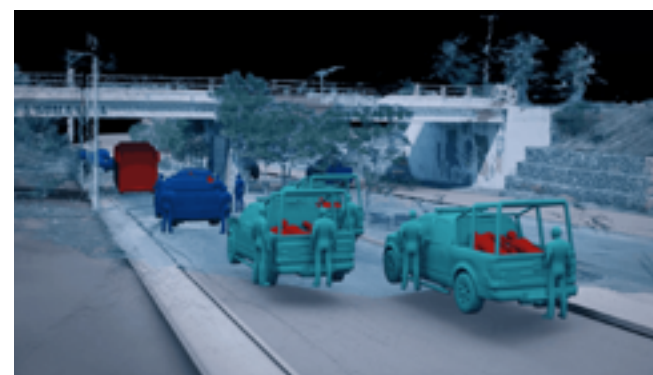
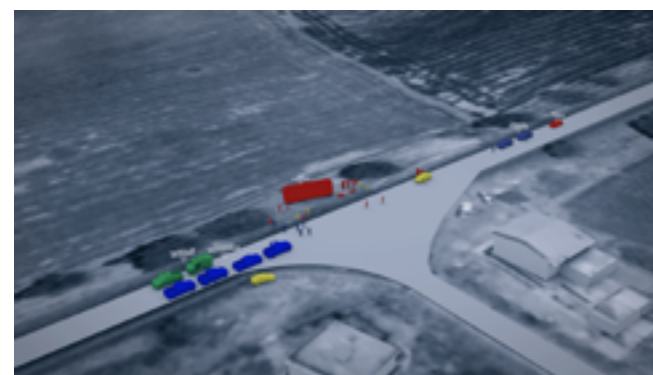
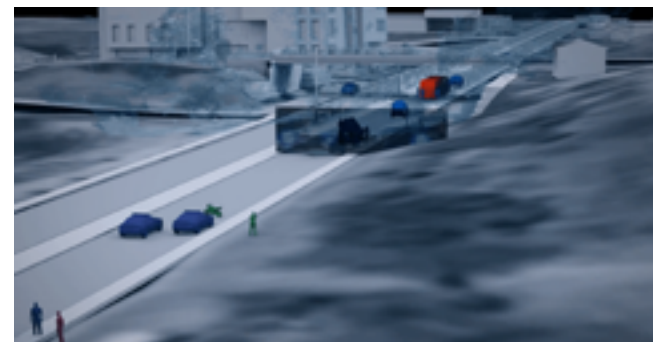
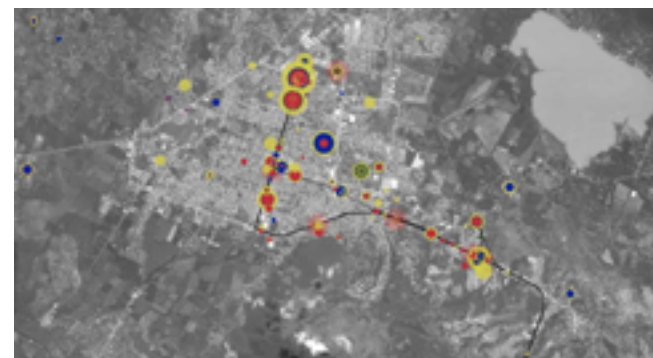


Fig. 59 Imagens do caso “A desaparición forçada dos estudantes de Ayotzinapa”. Fonte: (Forensic Architecture, 2014b).

Com a repercussão social causada pela exposição, Mendoza e Beltrán-García perceberam a importância de uma plataforma como essa no imaginário da sociedade civil mexicana, e, junto a Irving Huerta, jorna-

lista mexicano renomado, que colaborou em alguns casos de investigação do FA, inclusive como parte da equipe de pesquisa do caso de Ayotzinapa, articularam a criação de um centro de pesquisa e agência de Arquitetura Forense que pudesse produzir pesquisas e investigações a partir das demandas e necessidades do México e da América Latina. Huerta, que trabalha e pesquisa investigações visuais, havia feito um doutorado sobre o formato possível e desejado de

Para Mendoza, que também colaborou no projeto da exposição do caso de Ayotzinapa, a plataforma que o FA criou ajudou *fazer-visível* a complexidade de um caso de violações de direitos humanos muito grave, e também a evidenciar o apagamento que estava em curso pelo Estado. Para ela, a importância do caso, em um país com instituições estatais corruptas como o México, foi a conscientização da sociedade civil sobre o ocorrido, e a criação de um campo de sensibilidade sobre a verdade do que aconteceu e sobre os processos possíveis de contraposição e luta por essa verdade e justiça, trabalho que, de acordo com ela, é uma das frentes mais importantes do FA:

Esse é um dos aspectos mais importantes do FA, a “Justice Literacy”, ou seja, educar as pessoas sobre os meios de acesso à justiça, para que saibam o que devem exigir, o que devem aceitar e o que não devem aceitar. Isso é fundamental em um país como o México e em países latino-americanos, onde existem instituições de justiça, mas com processos tão complexos que as pessoas não os utilizam. Como podemos educar os cidadãos sobre o acesso à justiça? A Plataforma Ayotzinapa foi um exercício nesse sentido. (Mendoza, 2023, n.p.).

uma agência de investigações visuais no México, chegando à conclusão de que a única forma possível seria um centro que operasse de dentro da UNAM.

Não podemos esquecer que o México é um país excessivamente violento [...]. A facilidade com que as pessoas desaparecem, o nível de impunidade que chega a 95%, a convivência das instituições, a forma como jornalistas são silenciados, desaparecidos e assassinados... o contexto é extremamente difícil. A UNAM é um gigante, é o grande projeto da modernidade mexicana, é de lá que saíram a maioria dos políticos, advogados e intelectuais mexicanos. Ela possui uma influência que vai além do aspecto político, pois também é uma instituição autônoma, o que é de extrema importância. A polícia não pode entrar lá. Além disso, ela possui uma força política e um prestígio no imaginário das pessoas. Foi então que Irving chegou à conclusão de que, se houvesse uma agência com a ideia de ter um impacto semelhante ao do FA, mas a nível do México e da América Latina, essa agência teria que fazer parte da UNAM, pois isso garantiria um certo grau de segurança e prestígio à instituição. (Mendoza, 2023, n.p.).

A necessidade de estar dentro da universidade, neste caso, está relacionada não só a uma maneira de obter legitimidade como instituição, mas também de garantir a segurança da equipe. Além disso, dentro da UNAM, a Re/presentare está abastecida com o conhecimento das faculdades de Antropologia, Geografia, Psicologia, Direito, Biologia, entre outros saberes, e pode, desta forma, fazer parcerias com pesquisadores ligados à mesma instituição. Ou seja, há, dentro da UNAM, diversas áreas de conhecimento que podem dialogar e trabalhar junto à Re/presentare para a construção de casos de investigação e pesquisa.

Como Huerta é contratado para trabalhar no Centro de Humanidades Digitais de Cambridge,⁵¹ Mendoza e Beltrán-García seguem o projeto de implementação da Re/presentare na UNAM. A ideia de ambos não é ter somente uma agência de investigações práticas, mas um centro de pesquisa que possa pensar a teoria e prática da Arquitetura Forense a partir das problemáticas, contexto e demandas do México e da América Latina. Portanto, o formato da Re/presentare se assemelha ao CRA – como um laboratório que possa produzir conhecimento sobre essa área de pesquisa, a ser implementado dentro da Faculdade de Arquitetura da UNAM – e também aos novos formatos do FA – na realização de investigações de casos de violações de direitos humanos através da formação de uma de associação sem fins lucrativos, com três principais eixos de atuação: violência de gênero, climática e política.

O que estamos tentando fazer no México é seguir o modelo de como o CRA foi iniciado. Em outras palavras, estamos criando um espaço que forme, eduque e desenvolva pensamentos, teorias e metodologias próprias em resposta aos acontecimentos no país. Acreditamos que metade do trabalho consiste em educação, pesquisa conceitual e artística, e ensino. A outra metade está relacionada ao trabalho da agência, onde selecionamos casos de interesse, verificamos se as comunidades afetadas têm interesse e confiança em trabalhar conosco, iniciamos investigações, produzimos conclusões, as apresentamos publicamente e buscamos influenciar politicamente. (Beltrán-García, 2023, n.p.).

51 Ver: CAMBRIDGE DIGITAL HUMANITIES. **Dr. Irving Huerta.** University of Cambridge, 2023. Disponível em: <https://www.cdh.cam.ac.uk/about/people/dr-irving-huerta/> Acesso em: 15 ago. 2023.

Para Mendoza e Beltrán-García, existe uma necessidade na criação de uma epistemologia latino-americana sobre a Arquitetura Forense, ou seja, uma teoria e forma de ação própria de uma agência de Arquitetura Forense com base na América Latina, que tenha como enfoque os desafios e principais questões a serem abordadas desde o território, como o colonialismo, a decolonização, a violência e a estética, através de pensadores da América Latina, e também de comunidades, ONGs e ativistas que trabalham com estas questões aqui. Dessa forma, a Re/presentare está preocupada em criar um pensamento latino-americano sobre esse campo de conhecimento que é a Arquitetura Forense, tanto no sentido teórico, quanto da ação prática:

Este é um dos objetivos: examinar o pensamento que foi construído em relação às violências que se manifestam de maneira muito específica na América Latina e utilizar esse pensamento para fins de investigação. Por outro lado, existe uma riqueza imensa de pensamentos e práticas nas próprias comunidades que resistem há séculos na América Latina – e isso é algo que Paulo Tavares nos ensinou muito em seu trabalho, como observar e apoiar as comunidades afetadas por violências extrativas e as ONGs que já existem e trabalham com elas, aprender com elas e fazer com que seu conhecimento seja o que orienta, ou seja, o que permeia as metodologias estéticas do trabalho. Desenhar um mapa, um modelo 3D ou uma plataforma virtual que seja baseada no conhecimento dessas comunidades. Devemos reconhecer que, na América Latina, em suas diversas escalas, desde o município até o estado, país e regiões, há um trabalho enorme sobre como pensar, enunciar, observar e resistir às violências. Pelo menos no México, o desafio que Elis e eu assumimos é aprender com as comunidades, nos colocar ao lado delas e perguntar como podemos contribuir para esse grande conjunto já existente de pesquisa e resistência. (Beltrán-García, 2023, n.p.).

Neste sentido, como comentado anteriormente, o grupo *Autonomías Contraforenses* pode funcionar como uma rede de compartilhamento de conhecimento e mutualização de recursos entre as agências de Arquitetura Forense que se formam na América Latina – Autônoma (Brasil), Plano Negativo (Colômbia) e Re/presentare (México) – para a formação de um corpo teórico direcionado e específico ao contexto latino-americano, e também como estratégia de financiamento e divisão de recursos entre as instituições. Pois, não somente as temáticas se aproximam, assim como os tipos de violência, as regiões afetadas, os pensadores e teóricos, mas é também uma forma de não-competição por financiamentos recursos de fundações e ONGs internacionais, que tendem a olhar para a América Latina como um conjunto único.

No momento, a Re/presentare está em processo de formalização dentro da UNAM, porém, é algo que pode levar alguns anos, e Mendoza e Beltrán-García já começam a atuar mesmo sem uma estrutura consolidada. Também estão articulando projetos junto à Autonomias Contraforenses, e investindo na busca por recursos e formação de profissionais para o trabalho no campo. Por último, há uma ideia em realizar um colóquio entre pensadores e atores latino-americanos, para reunir figuras importantes no campo da Arquitetura Forense que atuam e pensam os processos a partir da América Latina.

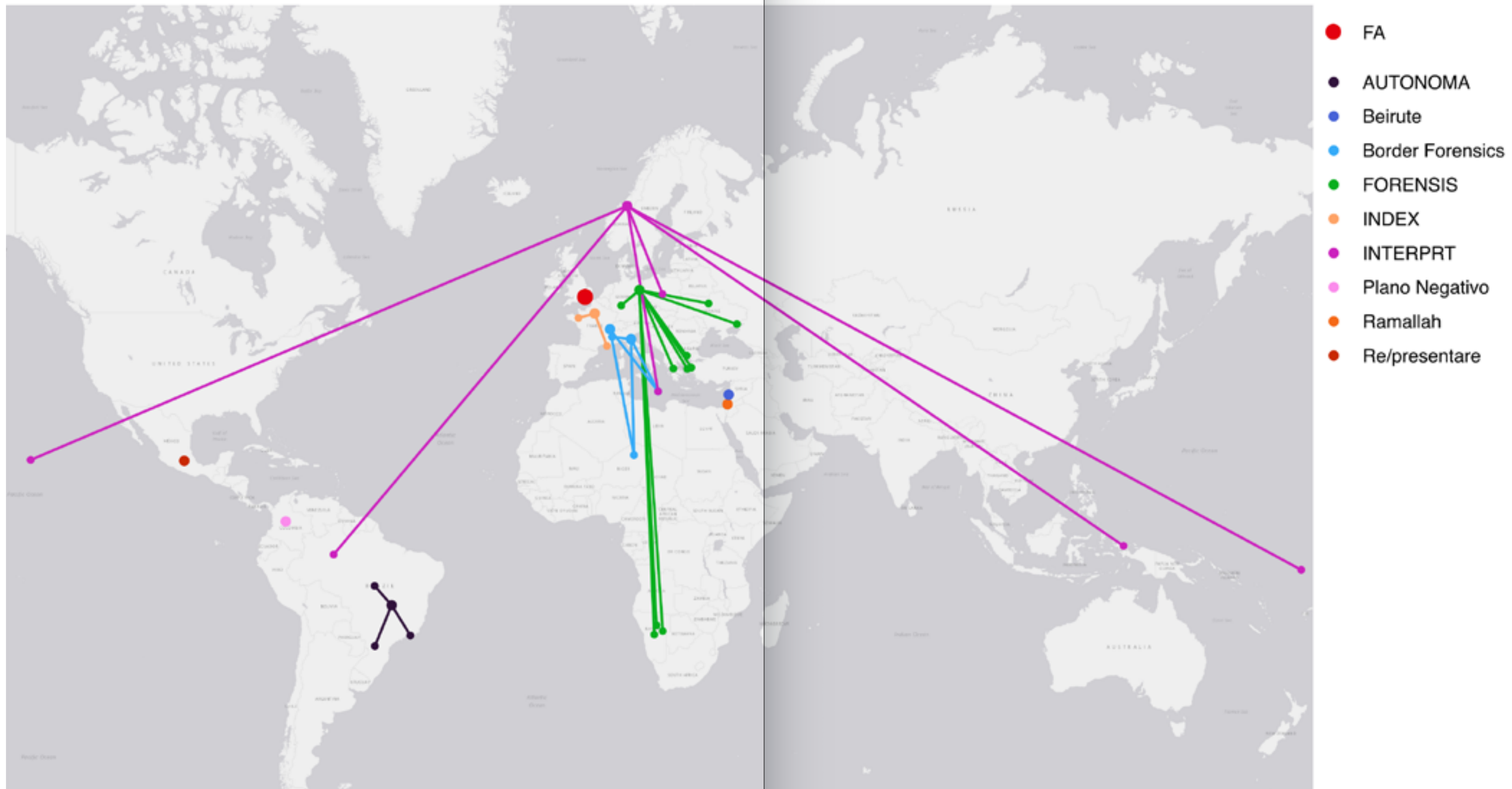


Fig. 60 Mapeamento produzido pela autora mostrando as novas agências de Arquitetura Forense, satélites ao FA, e independentes, e seus casos investigados até o momento da escrita desta dissertação. Fonte: Aluízio Marino e Paula Marujo Ibrahim.

A terceira e atual fase de desenvolvimento do FA, portanto, reflete a necessidade e o desejo do fortalecimento e ampliação de um campo de atuação, prática e teoria da Arquitetura Forense, para além das capacidades da agência em Londres. Nesta expansão, além de disseminar suas técnicas e metodologias, abrir os processos, realizar treinamentos e capacitações, o FA atomiza-se e desmembra-se em agências-irmãs, de forma a flexibilizar, expandir e ramificar sua atuação, e propõe um espaço comum de compartilhamento de conhecimentos e recursos com agências independentes, em um processo inevitável e almejado, em presente desenvolvimento.

O Comum Investigativo se desdobra, portanto, tanto em um espaço de articulação, construção de pontes, fortalecimento e socialização de conhecimento entre cada unidade e outros atores, quanto em um espaço de engajamento, e uma forma de manter contato, estabelecer parcerias e garantir que os métodos da Arquitetura Forense sejam aplicados em benefício de comunidades violentadas, na luta pela reparação e direitos humanos.

Para Elis Mendoza, Weizman foi muito eficiente em traduzir o crescimento do FA na criação de uma rede de apoio, pois há uma responsabilidade na disseminação desta prática, em ensinar essa metodologia e entender como ela está sendo usada. Para ela, a melhor maneira de fazer um *oversight* é não fazer um *oversight* (Mendoza, 2023), ou seja, é transformar as agências em parceiras, em um coletivo onde todos tenham voz, e no qual a metodologia pode criar outras linguagens, outros tipos de ação, para que tenha impacto efetivo nos espaços que atua, ou seja, para borrar as fronteiras e transformar a prática e teoria da Arquitetura Forense, através de um processo que se engendra por e cria epistemologias colaborativas.

Neste sentido, é importante pontuar que, embora o FA seja pioneiro no desenvolvimento destas metodologias e da área de conhecimento chamada Arquitetura Forense, as agências independentes trazem suas próprias particularidades para criar novas formas de atuar e outras possibilidades de articulação, linguagens, métodos de pesquisa e análise, para agir em novos fóruns. Como demonstrado neste capítulo, cada agência possui enfoques específicos de acordo com seus contextos políticos, sociais, econômicos e históricos, assim como fazem uso dos recursos e tecnologias disponíveis em cada cenário. Portanto, para além de aplicar ou transpor os métodos de análise da Arquitetura Forense para outros espaços, as agências independentes desenvolvem novas formas de investigar e se relacionar com esses contextos, expandindo e criando novas teorias e práticas de Arquitetura Forense.

Como parte do esforço para o estudo da formação e desenvolvimento do campo da Arquitetura Forense foi realizado um mapeamento das novas agências, para entender sua atuação espacialmente (Figura 60). Assim, as agências foram localizadas no mapa, assim como seus casos publicados até agora. Através disso, foi possível perceber um padrão no qual as agências européias, em sua maioria – exceto pela agência INDEX, que atua exclusivamente em casos de violência policial na França –, possuem uma forma de atuação em projeção, ou seja, de um centro para outros destinos, fora do contexto local

em que a agência se encontra. As agências latinoamericanas, por outro lado, possuem somente casos de investigações locais ou regionais.⁵²

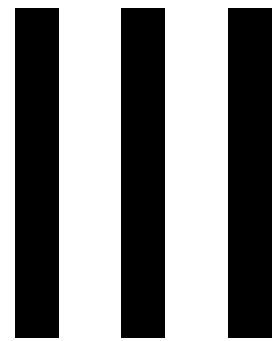
Existem alguns fatores que contribuem com essa dinâmica, como, por exemplo, o financiamento disponível, a rede de contatos, ou mesmo o tipo de violência estudada. Porém, ao espacializar os dados, é possível *fazer-visível* uma forma de trabalho e atuação que se repete, historicamente, e que traduz comportamentos coloniais. Esse será um importante ponto de atenção para os próximos anos de desenvolvimento das agências satélite ao FA e independentes a ele.

É possível concluir, portanto, que há uma rede de agências e atores da área da Arquitetura Forense em formação, a qual pretende promover suporte, apoio e compartilhamento de conhecimentos para o estabelecimento de novas agências. Mas, cada contexto possui seus desafios, e cada unidade deve se estruturar financeiramente e se organizar independentemente. Neste sentido, o próximo capítulo irá explorar as singularidades da prática e teoria do FA no contexto do Brasil e da América Latina, como esse campo aterrissa e vem se articulando nos últimos anos, e quais são as perspectivas e caminhos possíveis a serem trilhados à frente.

⁵² É importante destacar que, até o momento da escrita da pesquisa, algumas agências ainda não possuem casos de investigação publicados, como a Re/presentare, no México. Além disso, apesar das solicitações, não foi possível obter maiores dados sobre a atuação das agências em Beirute e Ramallah, por isso os pontos não possuem maiores informações no mapa. Também ressalta-se que, por conta da escala do mapa, não é possível visualizar casos realizados de algumas agências. Plano Negativo, por exemplo, possui um caso de investigação em Bogotá publicado. Porém, como a própria agência está localizada na mesma cidade do local do caso, não é possível ver a linha conectora entre agência e caso. A mesma coisa acontece com INDEX, localizada em Paris, região de grande parte dos casos realizados pela agência.

A Arquitetura Forense
no contexto brasileiro
e latino-americano

CAP.



De certa forma, é possível afirmar que o trabalho da Arquitetura Forense tem início na América Latina, através do desenvolvimento da área da antropologia forense e da importância da evidência material nos processos de reparação e justiça de transição pós-ditaduras militares, um trabalho principalmente relacionado ao desenvolvimento de tecnologias de reconhecimento de DNA aplicadas aos corpos dos desaparecidos políticos, conforme estudado no primeiro capítulo desta dissertação que analisa o movimento chamado “Virada Forense”.

Conforme colocado também no primeiro capítulo, o próprio termo “Estética Forense” foi cunhado por Eyal Weizman e Thomas Keenan em uma obra⁵³ em que os autores analisam o processo de reconhecimento dos restos mortais do médico e oficial da SS Josef Mengele, encontrado pela polícia no Brasil e estudado por cientistas forenses em São Paulo, com auxílio de Clyde Snow, antropólogo de renome que deu início aos trabalhos de antropologia e arqueologia forense na Argentina, pioneiros na área que depois se expande mundialmente (Weizman, 2017).

Weizman entrevistou Snow em 2011, em busca de informações sobre o reconhecimento do crânio de Mengele à época da escrita do livro, e conta que o antropólogo, ao ser apresentado às ideias do FA, disse que “quando você está tentando contar uma história, a evidência arquitetônica é tão essencial quanto à evidência osteológica”⁵⁴, e sugeriu que Weizman fosse conhecer o trabalho do grupo de antropologia forense que Snow havia estruturado também na Guatemala,⁵⁵ para ajudá-los no trabalho de reconhecimento e localização de ruínas de antigas aldeias indígenas destruídas durante o genocídio sofrido por essa população na década de 1980. Um dos primeiros casos do FA, portanto, é o caso “Genocídio no Triângulo Ixil”,⁵⁶ realizado por Weizman e Paulo Tavares, junto à equipe forense guatemalteca.

Neste sentido, mesmo que o processo de justiça de transição no Brasil tenha suas particularidades em relação a outros países da América Latina, hoje, o trabalho da Arquitetura Forense desde este território lida não com os desaparecidos políticos da ditadura, mas com outros tipos de práticas violentas de apagamento desses sujeitos históricos, seja nas comunidades periféricas, ou em territórios indígenas. Assim, o FA, embora tenha se desenvolvido conceitualmente e materialmente na Europa, tem sua formação intrinsecamente ligada aos movimentos forenses que tiveram início na América Latina, onde o campo de direitos humanos é permeado por essa temática e tecnologias de reparação.

Em relação à perspectiva espacial e aplicação de evidências arquitetônicas no trabalho forense, a Arquitetura Forense – como prática e teoria – chega ao Brasil principalmente através do trabalho da Agência Autônoma, dirigida pelo Professor Paulo Tavares, para somar a um campo bem estabelecido de comunidades e organizações não-governamentais em defesa dos direitos humanos, monitoramento e produção de dados sobre violência no país. Desde então, vem expandindo seu alcance, chegando a outras organizações e territórios. Para Tavares, o estabelecimento de uma agência no Brasil era um ponto importante para expandir os métodos de análise do FA para a América Latina:

53 KEENAN, Thomas; WEIZMAN, Eyal. **Mengele's Skull: The Advent of a Forensic Aesthetics.** Berlim: Sternberg Press, 2012.

54 The Mineral Geology of Genocide, filme dirigido por Paulo Tavares e Eyal Weizman (2012). <http://archive.forensic-architecture.org/audio-video/the-mineral-geology-of-genocide>

55 Fundación de Antropología Forense de Guatemala (FAFG).

56 FORENSIC ARCHITECTURE. **Genocide in the Ixil Triangle.** [s.l.], 2014. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/environmental-violence-and-genocide-in-the-ixil-triangle> Acesso em: 20 set. 2023.

De maneira geral, vemos no campo dos direitos humanos do Brasil que essa espécie de nova metodologia ou nova tecnologia ainda não chegou, ou melhor, não havia ainda chegado – acho que agora já está presente. Por isso, me pareceu necessário criar essa estrutura ou plataforma aqui, através da qual pudéssemos começar a fazer esse tipo de investigação, não somente no Brasil, mas na América Latina de uma forma geral. [...] O que foi interessante no Brasil é que notamos efetivamente que não havia esse tipo de prática aqui, mas uma necessidade muito grande de ser realizada. (Tavares, 2022, n.p.).

À frente da Autônoma, Tavares realiza diversos projetos de pesquisa e investigação desde 2014, que abordam temas de violência contra povos originários e violência ambiental, assim como casos de violência policial no Rio de Janeiro e em São Paulo, como visto no segundo capítulo desta dissertação. Mais recentemente, é possível observar no Brasil algumas organizações que produzem pesquisas e investigações sobre violência estatal com impacto no universo forense e no debate público que estão se abrindo para metodologias espaciais da Arquitetura Forense.

Uma delas, por exemplo, é o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), órgão complementar à Unifesp e centro de estudos dedicado à realização de pesquisas, investigações e ações de formação em direitos humanos.⁵⁷ O CAAF foi formado em 2014 após um acordo de cooperação técnica firmado entre a Unifesp, a Prefeitura de São Paulo e o Ministério dos Direitos Humanos para a formação do Grupo de Trabalho Perus (GTP), que tinha como objetivo a identificação de desaparecidos políticos entre as ossadas encontradas na Vala de Perus, aberta no começo dos anos 1990. O órgão também tem um trabalho de análise e reparação expressivo referente aos Crimes de Maio de 2006, trabalhando diretamente com as mães e familiares das vítimas.⁵⁸

Em entrevista para a autora, a pesquisadora do CAAF, Dr^a. Desirée de Lemos Azevedo, fala sobre um projeto mais amplo de humanitarismo forense que o grupo busca desenvolver no Brasil, com a participação da ciência e do fazer científico na pesquisa e investigação de casos de violações de direitos humanos, influenciado, assim como o Forensic Architecture, pela Virada Forense, discutida no primeiro capítulo desta dissertação, e pelos grupos de trabalho de antropólogos e arqueólogos forenses na identificação de desaparecidos políticos das ditaduras latinoamericanas. Ao falar sobre os objetivos do GTP no CAAF, ela comenta sobre a criação de uma capacidade investigativa civil no contexto brasileiro:

57 Ver: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF/Unifesp: Quem somos.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/sobre-o-caaf/quem-somos> Acesso em: 15 jul. 2023.

58 Em maio de 2006, policiais e grupos de extermínio paramilitares mataram mais de 500 pessoas e foram responsáveis pelo desaparecimento de outras quatro, ataques aferidos como forma de resposta ao ataque da facção PCC (Primeiro Comando da Capital), que mataram 59 agentes públicos, entre policiais, guardas civis e policiais penais. Mais em: Ponte Jornalismo. Por: Ponte Jornalismo: Crimes de Maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

[...] a ideia era que, a partir da experiência específica de identificação dessa vala [de Perus], pudesse se constituir no Brasil uma tecnologia nacional de identificação, e uma experiência forense brasileira ligada ao humanitarismo, relacionada à expertise que já vinha sendo desenvolvida desde os anos 1980 em redes transnacionais, especialmente pelas equipes latinoamericanas. A ideia era de que a universidade pudesse aproveitar essa experiência para desenvolver uma expertise própria. (Azevedo, 2022, n.p.).

Portanto, o CAAF é um centro de pesquisa e formação em direitos humanos que busca produzir pesquisas e conhecimento usando métodos de análise da antropologia e arqueologia forense, analisando evidências de casos de violência institucional no Brasil. É importante ressaltar que suas pesquisas são realizadas sempre em benefício e coletivamente com os movimentos ou sujeitos em situação de luta social.⁵⁹

Outro grupo que está incorporando conhecimentos da Arquitetura Forense em seu trabalho é o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), laboratório de pesquisa em diferentes formas de violência estatal e corporativa para incidência em debates públicos e instrução em ações judiciais, em busca da responsabilização e reparação. O GENI/UFF trabalha em proximidade com o Instituto Fogo Cruzado, organização sem fins lucrativos que monitora e mapeia tiroteios nos centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e Recife, e suas consequências políticas e sociais. O Instituto produziu o primeiro banco de dados abertos sobre violência armada da América Latina,⁶⁰ e trabalha com uma metodologia colaborativa para a produção civil de dados e informações sobre violência estatal no Brasil.

Com alguns casos realizados na Colômbia, Chile, Argentina e Venezuela, em 2021, o FA publicou o primeiro caso de investigação realizado no Brasil, em colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidade de Brasília (Paulo Tavares), sobre um incidente específico envolvendo o conflito entre o povo Yanomami e os garimpeiros ligados ao PCC na Amazônia, que deflagra um processo mais amplo de violência sistemática contra os povos originários e seu território, ligado à políticas do Governo Bolsonaro que facilitam o garimpo em terras indígenas.⁶¹ No mesmo ano, a INTERPRT, agência de investigação dirigida por Nabil Ahmed, também publicou uma extensa investigação sobre desapropriação de terras, exploração de recursos naturais e destruição do meio ambiente na Amazônia. O relatório conclusivo foi submetido ao Tribunal Penal Internacional (ICC), como suporte técnico para a denúncia do Climate Council, Greenpeace Brasil e Observatório do Clima contra esse tipo de violência na Amazônia brasileira.⁶²

Porém, a realização e condução de casos no Brasil e na América Latina em geral encontram desafios diferentes daqueles enfrentados pelo FA e outras agências que trabalham desde o contexto europeu. Como visto no capítulo anterior, hoje, existem efetivamente três agências independentes de Arquitetura

59 Site CAAF: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. CAAF: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Podcast 1049**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/podcast-1049> Acesso em: 16 ago. 2022. Berlin: Sternberg Press, 2012.

60 Pode ser acessado através do link: FOGO CRUZADO.

Dados abertos sobre violência armada em tempo real e transparência. [s.l.], 2022. Disponível em: <http://webstage.fogocruzado.org.br.s3-website.us-east-2.amazonaws.com/api> Acesso em: 20 set. 2022.

61 Ver: FORENSIC ARCHITECTURE. **Gold mining and violence in the Amazon Rainforest.** Brasil, 2022. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/gold-mining-and-violence-in-the-amazon-rain-forest> Acesso em: 20 set. 2023.

62 Ver: INTERPRT. **Brazil: Atrocity crimes in the Amazon.** [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.interprt.org/?investigation=brazil-atrocity-crimes-in-the-amazon> Acesso em: 15 jul. 2023.

Forense em território latino-americano, Autônoma, desde o Brasil, *Re/presentare*, desde o México, e Plano Negativo, em formação na Colômbia. Todos os diretores dessas agências já passaram pelo FA de alguma forma, seja através de um mestrado, doutorado, trabalho na agência, ou colaborações externas. Todos eles também moram ou possuem uma relação intrínseca com o país em que atuam, e também têm uma visão e atuação focada nestes territórios. Todos também dividem alguns dos desafios de estabelecer-se como uma agência independente de direitos humanos na América Latina, que influenciam em suas metodologias e formas de trabalho.

Em entrevista concedida à autora, Sergio Beltrán-García fala sobre as dificuldades encontradas por ele no processo de formação da *Re/presentare* no México, principalmente em relação a segurança e financiamento. Para ele, a escolha de situar o grupo de pesquisa dentro da Universidade Nacional do México (UNAM) foi uma decisão baseada na segurança e integridade física da equipe, pois, no país, há grandes riscos envolvidos ao investigar e desafiar o Estado e seus agentes em seus atos violentos do que em outros países (Beltrán-García, 2023). Segundo dados recentes fornecidos por organizações como a *Global Witness* e a *Front Line Defenders*, que monitoram crimes contra defensores de direitos humanos, em 2022 a América Latina concentrou cerca de 68% dos assassinatos de ativistas em todo o mundo.⁶³ Portanto, estar atrelado a uma universidade, no caso da *Re/presentare*, é uma condicionante da própria existência da agência e continuidade do trabalho de Arquitetura Forense no México.

Além disso, pode-se dizer que no contexto latino-americano existe uma área cinzenta de difícil visualização e definição em relação à causalidade de atos violentos do Estado, gerada principalmente pelas complexas relações entre atores estatais e grupos paramilitares, empresários e organizações criminosas (Beltrán-García, 2023). O assassinato de Marielle Franco, renomada ativista política e defensora dos direitos humanos, e Anderson Gomes, motorista de Marielle, em 2018, é um caso emblemático que gera ampla comoção nacional e internacional e levanta questões sobre a violência contra ativistas no Brasil, demonstrando também as intrínsecas e complexas relações entre o poder estatal e a milícia no Rio de Janeiro. À época, representantes da ONU afirmaram que o “homicídio visava amedrontar aqueles que lutam pelos direitos humanos no Brasil”.⁶⁴ Em entrevista, Elis Mendoza, diretora da *Re/presentare*, fala sobre como essa particularidade complexa diferencia o trabalho da Arquitetura Forense na Europa e na América Latina, sob a perspectiva mexicana:

63 Dados em: HINES, Ali. Década de resistência. **Global Witness**, [s.l.], sep. 29, 2022. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/decade-defiance-pt/> Acesso em: 20 maio 2022.

64 Ver: ACNUDH. Título en Mantenimiento. **Naciones Unidas Derechos Humanos**, [s.l.], mar. 26, 2018. Disponível em: <https://acnurdh.org/assassinato-de-marielle-visa-intimidar-todos-os-que-lutam-pelos-derechos-humanos-no-brasil-dizem-relatores-da-onu/> Acesso em: 20 maio 2022.

Sinto que na Europa é muito mais fácil saber “quem são os bons e os maus”, para usar uma expressão simplista, embora saibamos que o capital está presente em todos os lugares. Mas, não é a mesma coisa trabalhar em um contexto mexicano, onde a corrupção – e não apenas o desvio de dinheiro, mas a absoluta ilegalidade na prática de crimes de contra a humanidade – está impregnada em todas as instituições: forças policiais, militares, governo, empresários, bancos. (Mendoza, 2023, n.p.).

Outro desafio muito grande para o trabalho com direitos humanos e Arquitetura Forense é o financiamento para este tipo de pesquisa independente no contexto brasileiro e latino-americano. Uma investigação no nível de precisão e multidisciplinaridade que a AF exige é muito custosa, pois envolve manter uma equipe de pesquisa com conhecimentos específicos e qualificados ativa durante anos de trabalho. Também demanda a apresentação destes resultados e a articulação com diversas redes e comunidades, para a socialização das evidências e sensibilização social. Desta forma, muitas vezes o trabalho se torna precarizado e a contratação de profissionais que trabalham com modelagem 3D, por exemplo, se torna algo fora da realidade. Por isso, o uso de ferramentas *open source* e o trabalho ativista e engajado articulado com instituições de produção civil de dados, assim como o trabalho de base com as comunidades, é tão importante para a efetividade da investigação. Para Beltrán-García, as redes da América Latina possuem esse desafio em comum, e devem se unir para colaborar neste sentido.

Diante desse desafio orçamentário e reconhecendo que existem agências sendo construídas no Brasil, Colômbia e México, como podemos trabalhar em conjunto, nós que somos membros da América Latina, para nos ajudarmos ao invés de competir? É muito sintomático como os grandes financiadores do norte global nos veem: há um orçamento para o Canadá, outro para os Estados Unidos e um para a América Latina como um todo. Se é assim que os financiadores nos veem, talvez seja interessante pensar em como responder a isso de uma maneira que também nos coletiviza. (Beltrán-García, 2023, n.p.).

Por isso, como colocado no capítulo anterior, é muito importante, para o desenvolvimento de trabalhos futuros e de uma teoria e prática específicas, a organização da rede “Autonomías Contraforenses”, de forma a não somente estabelecer diálogo e colaboração entre as agências e atores da área da Arquitetura Forense, mas também fortalecer a atuação e o financiamento de projetos de direitos humanos na América Latina, que permita o compartilhamento de recursos e de conhecimentos, e a experiência prática sobre métodos da Arquitetura Forense aplicados à região, seus desdobramentos, especificidades e novas linguagens. O grupo ainda está iniciando seus encontros e busca desenvolver métodos, pesquisas e análises que sejam capazes de abordar temas locais de violência ambiental, política, e violações de direitos humanos de comunidades rurais, racializadas, e de povos originários, principalmente, para a defesa civil e capacitação através da disseminação de suas metodologias e aprendizado coletivo. A rede está agora iniciando suas aproximações, e deve se estabelecer mais solidamente ao longo dos próximos anos.

Há desafios também no contexto acadêmico, principalmente em relação ao ensino da arquitetura, para a inserção da Arquitetura Forense como um campo de conhecimento e teoria. No trabalho da AF, há uma dimensão prática muito presente, e um outro entendimento e uso da arquitetura como forma de pesquisa e defesa dos direitos humanos, que desperta tanto o interesse quanto a crítica. Paulo Tavares acredita que, no Brasil, ainda irá demorar para a academia receber a Arquitetura Forense como área de pesquisa dentro da arquitetura, mas acredita ser um processo em curso:

No campo da arquitetura, para ser específico, é algo muito novo ainda, e deve demorar para o campo assumir isso como pesquisa, principalmente por causa da formação da arquitetura brasileira, e do papel ideológico que ela desempenha. Quem está mais antenado a essas questões é a área do jornalismo, sobretudo. Mas, espero que cada vez mais haja espaço para que possamos trabalhar esses temas do ponto de vista da arquitetura. Há uma série de pessoas que têm interesse em trabalhar e pesquisar esse assunto, e esperamos que isso possa ser ampliado. (Tavares, 2021, n.p.).

De uma perspectiva teórica e conceitual, como já mencionado no capítulo anterior, para a expansão do campo da Arquitetura Forense na América Latina, Beltrán-García acredita ser crucial a produção de conhecimento e teoria da Arquitetura Forense a partir de pensadores e teóricos latino-americanos, ou seja, há uma preocupação em não somente importar a teoria do FA desde Londres, mas reescrevê-la a partir do ponto de vista e dos processos de violência colonial específicos da América Latina, para que se possa criar um arcabouço teórico e um pano de fundo contextualizado com as questões históricas enfrentadas na região:

Há muitos espaços que estão trabalhando com a Arquitetura Forense em muitas partes da América Latina. Seria um erro ter uma postura soberba em que apenas olhamos para Londres e dizemos ‘é de lá que vem o conhecimento e a metodologia’, ou seja, ‘é de lá que o trazemos para cá’. Na verdade, a própria metodologia do FA nos obriga a fazer isso. Devemos descolonizar o FA. E isso também nos obriga a construir nossa teoria olhando para a enorme e importantíssima contribuição que pensadores e pensadoras latino-americanos fizeram sobre o colonialismo, a violência e sua estética, a partir daqui. [...] Então, esse é um dos objetivos: olhar para o pensamento que foi construído sobre as violências que se manifestam de maneira muito particular na América Latina e usar esse pensamento para investigar e pesquisar. (Beltrán-García, 2023, n.p.).

Portanto, embora ainda seja algo recente e em reconhecimento dentro de processos jurídicos ou da academia, a Arquitetura Forense está tensionando e ampliando seus horizontes de atuação em território latino-americano, dentro do campo da arquitetura, mas principalmente dos direitos humanos. Para entender como as metodologias da Arquitetura Forense vem sendo aplicadas no Brasil, e quais são os ganhos, desafios e repercussões, este capítulo irá analisar dois casos de investigação que usam ou se inspiram nos métodos de análise deste

campo de conhecimento, nos quais a autora pôde colaborar como pesquisadora voluntária ao longo dos últimos anos, trazendo suas impressões e experiências.

O primeiro caso a ser analisado é o “Massacre de Paraisópolis”, no qual uma operação policial do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (BPM/M) resultou na morte de nove jovens, na madrugada do dia 1º de dezembro de 2019, durante a realização da festa de rua conhecida como Baile da DZ7, em Paraisópolis. No momento da escrita desta pesquisa, o caso está em fase das audiências de instrução iniciais para depoimentos das testemunhas da defesa e acusação, e em tramitação no I Tribunal do Júri da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,⁶⁵ e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo busca a responsabilização e culpabilização dos policiais envolvidos nas mortes.

O CAAF/Unifesp foi convidado pela Defensoria do Estado de São Paulo para realizar uma análise multidisciplinar sobre o caso como forma de contribuir, instruir e fornecer apoio técnico-científico para a investigação, como parte de uma parceria entre o CAAF e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH),⁶⁶ firmada em 2019.⁶⁷ Este caso foi o primeiro a inaugurar e efetivar a parceria estabelecida entre as instituições que busca “fazer convergir, de um lado, o desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre violações de direitos humanos no campo da segurança pública e, de outro, a produção de métodos de atuação investigativa em casos concretos e em interlocução com as vítimas” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2020).

A pesquisa realizada pelo CAAF é coordenada por Desirée de Lemos Azevedo, antropóloga, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e atualmente pesquisadora no CAAF/Unifesp, e conta com uma equipe interdisciplinar formada por Ana Paula de Souza Velloso, biomédica, mestra pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e consultora forense no CAAF/Unifesp; Cássia Aranha, artista multimídia, doutoranda em Artes Visuais na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Lorrane Campos Rodrigues, historiadora, mestra pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido, advogada, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Maria Cristina Quirino Portugal, mãe de Denys Henrique Quirino da Silva, vítima do Massacre, e pesquisadora do CAAF/Unifesp; e Paula Marujo Ibrahim, autora da presente pesquisa. Além disso, o processo de investigação contou com a participação e colaboração ativa de onze familiares e quatro defensores públicos.

A demanda e uso de princípios metodológicos da Arquitetura Forense no caso de Paraisópolis ocorre por conta da dinâmica espacial dos acontecimentos que se passaram dentro do território da comunidade, aspecto

⁶⁵ Processo No.1501922-79.2019.8.26.0052.

⁶⁶ O Núcleo Especializado de Cidadania e direitos humanos (NCDH) é um órgão da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que, ao lado dos outros Núcleos Especializados, possui como função principal promover a proteção e promoção dos direitos humanos dos chamados grupos sociais vulneráveis, notadamente em questões coletivas. O NCDH auxilia os órgãos de execução da Defensoria Pública no desempenho de suas atividades, encaminhando informações técnico-jurídicas, propondo medidas judiciais e extrajudiciais para a tutela de interesses individuais complexos, coletivos e difusos de pessoas necessitadas, com acompanhamento das demandas propostas de forma isolada ou conjuntamente com Defensores e Defensoras Públicas naturais.

⁶⁷ Acordo de Cooperação N° 01/2022 Ref. ao Processo DPESP N° 2021/0005465.

fundamental para a compreensão da sequência dos fatos que levaram à morte dos nove jovens, e pela abundância de evidências audiovisuais disponíveis e a importância do seu papel na compreensão da espacialidade dos atos, conforme será explicitado nas próximas páginas. Além disso, este caso é emblemático para a pesquisa, pois, pelas características espaciais e imagéticas do ocorrido, a própria Polícia Civil produziu, pela primeira vez, uma perícia de arquitetura forense dos acontecimentos, reconstruindo espacialmente a narrativa policial através de tecnologias de escaneamento a laser e modelagem 3D da dinâmica dos eventos.⁶⁸

O DHPP e peritos do Instituto de Criminalística, órgão público que atua em conjunto com instituições de segurança para fornecer suporte técnico-científico para investigações criminais, usaram drones e scanners a laser⁶⁹ para captar imagens em 360º das ruas de Paraisópolis e poder reconstruir a cena do crime em um modelo 3D:

a intenção é comparar imagens de câmera de comércio [câmeras de segurança que filmaram o ocorrido] com as captadas pelo scanner para ajudar os policiais a ter uma ideia mais precisa do que aconteceu no dia da tragédia. Vai poder individualizar a conduta de cada envolvido e saber de quem foi a responsabilidade pelas mortes (Bergamin, 2020, n.p.).

A ideia do DHPP foi localizar cada agente, viatura, moto e demais elementos dentro do modelo arquitetônico digital da favela, para *fazer-visível* a dinâmica relatada nos depoimentos dos policiais envolvidos:

Vira uma realidade virtual. Nós temos que pensar o seguinte: levar à campo testemunhas, policiais militares e outros para uma reconstrução em uma comunidade tão grande como Paraisópolis demandaria um grande esforço. Nós conseguimos trazer, não só para o delegado de polícia, mas sim para o promotor, para o juiz, e para quem quer que seja, as informações em tempo real do que realmente aconteceu naquele dia fatídico. (Jacobucci, 2020, n.p.).

⁶⁸ Ver: BERGAMIN, Giba. Peritos e policiais usam scanner para captar imagens dos becos onde 9 jovens morreram em Paraisópolis. **G1.com.**, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/05/peritos-e-policiais-usam-scanner-para-captar-imagens-dos-becos-onde-9-jovens-morreram-em-paraisopolis.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

⁶⁹ Um *scanner* a laser é um dispositivo utilizado para capturar informações tridimensionais de objetos ou ambientes por meio da emissão e detecção de feixes de laser. Ele utiliza a tecnologia de escaneamento a laser para criar modelos digitais precisos em 3D.

As imagens e espacializações foram divulgadas em TV aberta antes mesmo da investigação da Polícia Civil ser concluída, como é possível ver abaixo:

170



171



Fig. 61 Imagens de matéria do Jornal Hoje, na Globo, circulada no dia 15 de outubro de 2020, mostrando o modelo 3D da comunidade de Paraisópolis, reconstruído através de tecnologia de escaneamento a laser pelo Instituto de Criminalística e o DHPP, e o posicionamento dos agentes e demais elementos da narrativa estatal sobre o caso. Fonte: (Galvão, 2020).

O fato de a própria Polícia Civil ter se utilizado de métodos de análise da AF ao realizar uma perícia espacial e imagética mostra como esse recurso está sendo reconhecido neste ambiente, e sua importância em gerar evidências e visualizações que provem o que aconteceu. A investigação policial, utilizando a reconstrução tridimensional e tecnologias avançadas, procura dar visibilidade à narrativa da Polícia, para demonstrar como a ação decorreu de acordo com os testemunhos dos agentes envolvidos. Essa narrativa, suportada por uma tecnologia inovadora, foi reproduzida em canais abertos de notícia, reportagens, e outros canais de mídia, criando uma sensibilidade social em torno da versão contada pelo Estado. Porém, é crucial entender que a tecnologia não legitima a narrativa, e, neste sentido, se faz ainda mais importante a condução de uma investigação civil capaz de analisar os elementos espaciais e imagéticos e reconstruir os eventos daquela madrugada, de forma a verificar e desafiar a narrativa estatal através de fatos concretos.

O envolvimento da autora na pesquisa teve início em 2021, a partir do contato estabelecido com a coordenadora do caso, Desirée Azevedo, por meio

de uma reunião virtual, na qual a autora teve a oportunidade de apresentar seu projeto de pesquisa ao grupo. A partir disso, demonstrou interesse em colaborar com a investigação e foi incluída como colaboradora voluntária no caso. Sua entrada no processo se deu na etapa de produção do relatório da primeira parte da investigação, e, somando ao trabalho já desenvolvido, pôde contribuir com a produção de mapeamentos e espacialização de dados – conhecimento adquirido na disciplina Sistemas de Informação Espacial, cursada no primeiro semestre de 2021 na FAUUSP –, entre outras atribuições.

A autora também teve a oportunidade de trabalhar conjuntamente e conhecer alguns dos familiares das vítimas, em especial Maria Cristina Portugal e sua família, cujo trabalho investigativo e luta por justiça foram cruciais para o processo, assim como o defensor público Davi Quintanilha, diretor do NECDH à época do início do envolvimento da Defensoria do Estado de São Paulo. As entrevistas realizadas com eles e com a coordenadora Desirée Azevedo trouxeram informações fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa, que estarão relacionadas no decorrer deste capítulo. Sem o acolhimento, generosidade e trabalho incansável da equipe do CAAF e das famílias das vítimas este trabalho não teria sido possível.

O projeto de investigação do grupo se estrutura em três eixos, e os resultados obtidos em cada um deles irão compor três relatórios separados. O primeiro eixo, concluído em 2022, buscou analisar a *dimensão do evento* através da reconstrução da dinâmica dos fatos segundo as evidências disponíveis, e também buscou entender os efeitos da produção, processamento e institucionalização de dados do poder público no âmbito da segurança pública e da saúde, e em que medida isso se relaciona a padrões capilares de violência estatal em São Paulo, deflagrando seus modos operatórios.

Como conclusão do primeiro eixo, os resultados obtidos foram reunidos em dois relatórios, um deles, encaminhado ao juiz responsável pelo caso, visa instruir o processo jurídico em tramitação, e foca principalmente na reconstrução da dinâmica dos fatos ocorridos no dia, de acordo com evidências audiovisuais e testemunhais. O segundo relatório, divulgado abertamente ao público, busca, além de divulgar a dinâmica dos fatos, analisar questões sistemáticas sobre letalidade policial, com a intenção de sensibilizar e conscientizar a sociedade civil para o caso específico e ampliar a discussão sobre violência estatal em São Paulo. Este capítulo irá analisar as metodologias e processo de trabalho deste primeiro eixo de pesquisa, com base nos dois relatórios produzidos.

O segundo eixo, em andamento no momento da escrita desta dissertação, buscará analisar a *dimensão estrutural*, contextualizando o acontecimento em um contexto mais extenso de violência policial, principalmente em relação à repressão aos bailes funk e movimentos culturais da juventude periférica. Já o terceiro eixo irá refletir sobre a dimensão afetiva da violência, abordando não somente o impacto da violência aferida, mas também da violência a que as famílias vêm sendo submetidas durante todo o processo desde as mortes, como uma maneira de analisar questões de reparação, memória, verdade e justiça.

O segundo caso de investigação que será analisado é o caso “Memória da Terra”, investigação realizada por Paulo Tavares na agência

Autônoma, sobre a violência aferida contra o povo A’uwe-Xavante na região da Serra do Roncador, nordeste do estado do Mato Grosso, zona hoje completamente tomada pelo agronegócio e plantação de soja. Este território é ocupado pelo povo Xavante desde o século XVIII, que, principalmente a partir da década de 1940, vêm sendo sistematicamente violentado através da desapropriação de suas terras e políticas de extermínio, em um processo de desposseção e remoção intensificado durante a Ditadura Militar, como forma de viabilizar mega-empresendimentos agropecuários na região. Para isso, o regime militar implementou políticas para ocupar os “vazios demográficos” na região, apagando a presença ancestral Xavante naquele território.

À época, o território Xavante era tido como uma região estratégica para as políticas econômicas expansionistas de Estado, e sua presença era vista como um obstáculo para a sua implementação. Dessa forma, iniciou-se na década de 1940 uma campanha de “pacificação” que busca desapropriar o povo Xavante de seu território, tomando suas terras e forma de vida, algo que a Comissão Nacional da Verdade chama de “políticas de apagamento” (Tavares, 2020). Como ápice dessa política, em 1966, o Estado realiza uma operação que remove os Xavante de seu território Marãiwatsédé e os leva a uma terra há 400 km de distância. Em 1998, após décadas de luta, a Terra Indígena (T.I.). Marãiwatsédé foi homologada, mas a população só retornou propriamente às suas terras originárias em 2013. Ainda hoje o povo A’uwe sofre com o avanço do agronegócio, e muitos dos seus territórios ainda estão fora da terra demarcada.

A investigação conduzida por Tavares foi produzida com o objetivo de prover suporte técnico e forense para o Inquérito Civil Público 1.20.004.000072/2014-82 movido pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Município de Barra do Garças, e buscou reconstruir o território originário do Povo Xavante, e a memória da violência aferida, como forma de contribuir para a preservação do patrimônio e para os processos de reparação pelas violações de direitos.

A pesquisa foi realizada em três eixos complementares: a reconstrução histórico-geográfica da ocupação dos A’uwe Xavante por meio de oficinas de cartografia participativa com os anciãos de Marãiwatsédé, feitas em parceria com a Operação Amazônia Nativa (OPAN); a análise de imagens de satélite e aerofotografias; e pesquisa de campo para identificar e documentar as antigas aldeias e sítios arqueológicos dos Xavante na região. O relatório publicado buscou, através desses eixos metodológicos, realizar uma análise de forma a estabelecer a reconstituição da ocupação histórica do território A’uwe no período anterior às operações de pacificação, assim como determinar os desarranjos geográficos e sociais causados por elas e, por último, examinar especificamente o caso das comunidades de Marãiwatsédé, último grupo Xavante a sucumbir à essas políticas (Tavares, 2020).

Um dos resultados da investigação foi a identificação da presença de um complexo arqueológico Xavante, que reúne pelo menos sete antigas aldeias localizadas fora da T.I. demarcada e, desta forma, desprotegidas e em constante ameaça de destruição frente ao avanço da fronteira agropecuária. Como forma de proteger a memória e ancestralidade do povo Xavante e garantir seus direitos originários, a pesquisa produziu, junto ao Povo A’uwe-Xavante de Maraiwatsédé,

o “Requerimento para Reconhecimento das Antigas Aldeias Xavante como Paisagem Cultural e Patrimônio Cultural e Arqueológico Nacional”,⁷⁰ submetido ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em abril de 2022. Em setembro do mesmo ano, o IPHAN aprovou a petição, e os sítios estão em processo de demarcação territorial, um passo importante para a reparação pela violência histórica e sistemática enfrentada pelo povo Xavante por gerações.

A equipe de pesquisa, coordenada por Paulo Tavares, envolveu a colaboradora da Autônoma, arquiteta e pesquisadora Ana Altberg e também contou com uma extensa equipe multidisciplinar de investigação e consultoria histórica, cultural, etnográfica e jurídica de Domingos Tseremôrâté Hö’awari; Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã, Marcelo Abaré, Magno Silvestre, Damião Paridzané, Cosme Rité, Caimé Waiassé, Jurandir Siridiwe, Policarpo Waire Tserenhorã e Bruno Martins Moraes. O caso também envolveu um time de modelagem digital e motion-design coordenado pelo POLES, estúdio de arquitetura dirigido por Gabriel Koslowski: Miguel Darcy, Eduarda Volschan e Lara Carneiro. Gabriel Menotti ficou responsável pela modelagem dos sítios arqueológicos. O desenvolvimento para a plataforma *online* foi de Bernardo Loureiro. A autora da pesquisa foi responsável pela comunicação e pela campanha de *advocacy* que buscou sensibilizar o público para pressionar o deferimento da petição feita ao IPHAN.

A aproximação à agência Autônoma se deu em 2021, a partir da realização de uma entrevista concedida por Paulo Tavares à autora, em Brasília. Desde então, a autora iniciou colaborações em casos de investigação e projetos da agência, junto a Tavares. Sem o trabalho de pesquisa e *advocacy* e as oportunidades estendidas por Paulo Tavares, não seria possível a realização desta pesquisa ou a aproximação a esta metodologia de forma prática.

⁷⁰ O requerimento pode ser acessado através do link: <https://memoriadaterra.org/#48>

ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO

PARTE I: A DIMENSÃO DO EVENTO

Data do evento

1º de dezembro de 2019

Data da publicação da investigação

12 de dezembro de 2022

[aproximadamente 3 anos de trabalho]

Local

Complexo de Paraisópolis, São Paulo, Brasil

Metodologias

Etnografia, Geolocalização, Sincronização, Peritagem médico-legal

Objetivo principal

Analisar a dimensão do evento para compreender como o episódio foi registrado perante instituições estatais de segurança pública e de saúde; entender os efeitos desses registros institucionais sobre a produção de conhecimentos públicos (administrativos, legais e estatísticos) sobre os fatos ocorridos; e elucidar a dinâmica dos fatos que emerge das evidências periciais e materiais reunidas no Inquérito Policial quando elas são analisadas de maneira convergente, para refutar as três narrativas estatais e provar que: não houve resistência das vítimas, a causa de suas mortes não foi pisoteamento e não houve socorro por parte dos policiais.

Fóruns

Processo No. 1501922-79.2019.8.26.0052, em tramitação no I Tribunal do Júri da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Manifestações; Eventos públicos; Mídia.

Não é só lutar contra o sistema, é poder provar.

Maria Cristina Quirino Portugal, colaboradora do CAAF e mãe de Denys Guilherme Quirino da Silva, uma das vítimas do Massacre de Paraisópolis

Na madrugada do dia 1º de dezembro de 2019, 31 agentes do 16º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana (BPM/M) circunscrito ao 89º Distrito Policial realizaram uma intervenção policial no Baile Funk da DZ7, evento que ocorre aos finais de semana no Complexo de Paraisópolis, causando a morte de nove jovens de 14 a 23 anos que frequentavam o baile na ocasião: Gustavo Cruz Xavier, 14 anos; Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16 anos; Luara Victória Oliveira, 18 anos; Marcos Paulo Oliveira dos Santos, 16 anos; Bruno Gabriel dos Santos, 22 anos; Gabriel Rogério de Moraes, 21 anos; Eduardo da Silva, 21 anos; Mateus dos Santos Costa, 23 anos e Denys Henrique Quirino da Silva, 16 anos. Muitos outros ficaram feridos.

Naquela noite, estavam em curso duas operações policiais chamadas “Operação Saturação” e “Operação Pancadão”. A primeira tem o objetivo de combate ao tráfico de drogas, e a segunda a prevenção da formação de aglomerações e inibição da realização de bailes dentro da comunidade de Paraisópolis. De acordo com o registro no Boletim de Ocorrência, seis policiais que atuavam no programa de patrulhamento da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM) e policiais militares da força tática do 16º BPM/M trabalhavam na Operação Pancadão na madrugada do dia 1º de dezembro, quando dois indivíduos em uma moto passaram pelo comboio atirando em direção aos policiais, e então adentraram no pancadão, se misturando entre os frequentadores. Neste momento, causou-se uma confusão no baile, o que resultou em pessoas sendo pisoteadas, e viaturas e motos da polícia depredadas e apedrejadas pelos frequentadores. Os policiais informaram a rede de rádio, solicitando reforço. Devido à confusão, a PM teve que fazer uso de cassetetes e munição química para controle da multidão, quando tomaram conhecimento que havia pessoas desacordadas em uma viela da Rua Ernest Renan. Neste momento, acionaram socorro médico, mas devido à demora receberam autorização para levar as vítimas nas viaturas ao PS Campo Limpo. Nenhum policial se lesionou e ninguém foi detido. O B.O. foi registrado pelos 6 policiais da ROCAM, e 6 depoimentos foram colhidos, de cada um dos policiais, todos com a mesma narrativa explicitada acima.

Após análise do B.O. e dos depoimentos que foram dados posteriormente ao Plantão de Polícia Judiciária Militar e Disciplina, à Corregedoria da Polícia Militar e ao DHPP, o CAAF detalhou a narrativa policial naquele dia, conforme disposta abaixo:

[...] a ocorrência se inicia a partir da injusta agressão conduzida por dois homens desconhecidos em uma motocicleta de emplacamento não observado contra 6 policiais militares da ROCAM, que patrulhavam em comboio na Av. Hebe Camargo, altura da esquina com a Rua Rudolf Lotze. Uma perseguição foi iniciada por essa última rua, mas não prosperou em razão da entrada da motocicleta, com o garupa ainda atirando, no Baile da DZ7, na Rua Ernest Renan. Esse fato foi seguido pela agressão dos frequentadores contra as equipes policiais. Para se proteger, o comboio deixou a região do baile, comunicando a ocorrência ao COPOM. Dez viaturas atenderam ao chamado. Em seguida,

as equipes da ROCAM encontraram, em uma das principais vias que contornam Paraisópolis, três dessas viaturas. Após alguns momentos, o grupo viu passar, em velocidade no sentido do baile, uma viatura da Força Tática e a viatura do comando da Operação Pancadão. Eles passam a segui-las em comboio até chegarem à esquina entre a Rua Ernest Renan e a Rua Rudolf Lotze, onde já se encontrava outra viatura da Força Tática depredada, enquanto a equipe era hostilizada pelos frequentadores. Desembarcando das 6 viaturas, os policiais mobilizam táticas de intervenção direta para controle de multidões para repelir a injusta agressão. Ao final da ação, percebem a presença de outros policiais na esquina oposta do mesmo quarteirão, no cruzamento entre a Rua Ernest Renan e a Rua Herbert Spencer. Eles haviam chegado em outras 4 viaturas, que teriam sido igualmente recebidas com agressões pelos frequentadores. Porém, estes policiais aguardaram abrigados nas viaturas até ser possível desembarcar. Em seguida, eles se deslocaram em direção às demais equipes. Enquanto caminhavam pela Rua Ernest Renan, passaram por uma viela, de onde vinham pedidos de socorro. Apesar de terem sido novamente agredidos por frequentadores que estavam em seu interior, eles ajudaram as pessoas feridas e puderam visualizar 9 pessoas desacordadas, mas com sinais vitais. A situação foi comunicada ao comandante, que reportou ao Comando de Operações (COPOM), via rede rádio, uma situação de pisoteamento. O resgate foi chamado, mas devido à demora, ao número insuficiente de ambulâncias para as 9 vítimas e ao fato de que frequentadores tornaram a cercar e a ameaçar os policiais, foi solicitado e autorizado o socorro das vítimas nas viaturas. Os policiais teriam precisado lançar bombas, mais uma vez, no momento de sua saída do local. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 24.).

A narrativa estatal do ocorrido naquele dia, corroborada nos depoimentos dados pelos policiais, justifica a intervenção no pancadão pela existência de um terceiro elemento, criminosos em uma moto que adentraram o baile atirando contra os agentes, e pela resistência dos frequentadores do evento, que jogaram pedras e outros objetos contra a polícia. Para conter a multidão, os PMs teriam chamado suporte de outros agentes, e usado armas químicas e cassetetes. Quando ouviram chamados de socorro de uma viela, descobriram os corpos pisoteados. Houve tentativa de socorro, porém pela demora foram autorizados a levar as vítimas a um hospital mais próximo. Em resumo, a narrativa estatal defende que houve resistência, que por consequência do tumulto causado pela entrada da motocicleta no baile as vítimas foram pisoteadas, e que eles prestaram socorro a elas. Portanto, os policiais sustentam a narrativa de inexistência denexo de causalidade entre as mortes e sua intervenção no baile, pois as vítimas teriam sido pisoteadas durante um tumulto causado pela entrada da motocicleta. Também justificam o uso da força para o controle da multidão que resistiu à ação policial.

Porém, há evidências audiovisuais e testemunhos que vieram à público e confrontam a versão oficial do Estado. O relato de pessoas que frequentavam o baile na ocasião do evento, corroborado por vídeos e fotos de celular e câmeras de segurança, indicam que não houve perseguição, troca de tiros, ou qualquer objeto atirado em direção aos policiais que justificasse a intervenção, ofensiva que partiu da Polícia Militar. A versão de quem estava presente, dos moradores de Paraisópolis que presenciaram o incidente e das famílias

INFERNÓPOLIS

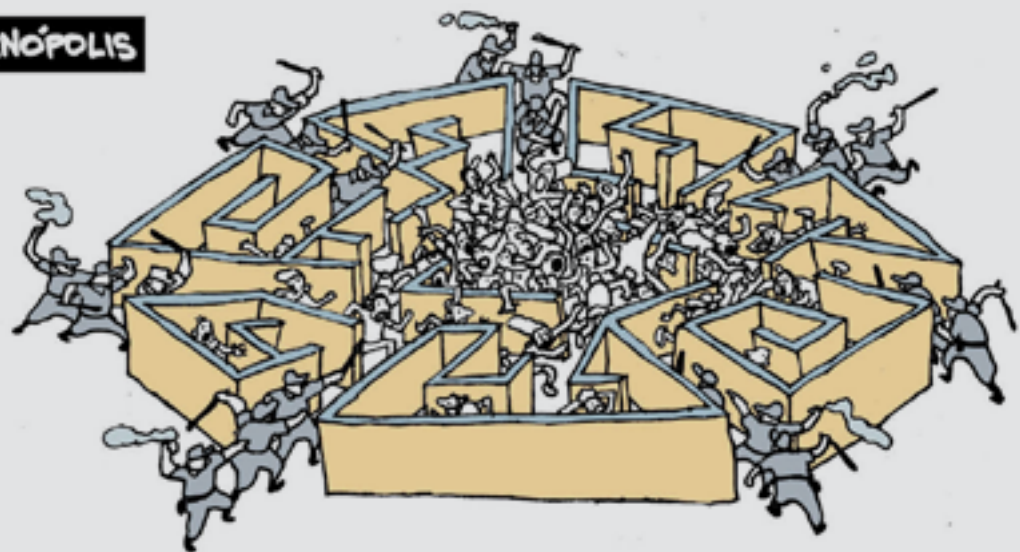


Fig. 62 Charge “Infernópolis” da cartunista Laerte Coutinho. Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

das vítimas é de que a PM atuou de forma a realizar uma emboscada, se posicionando nas saídas das ruas e vielas e fechando as vias de acesso, encurralando os frequentadores e os agredindo com cassetetes, garrafas, balas de

borracha e armas químicas, causando propositalmente as mortes dos adolescentes. Além disso, há indícios de que a Operação Saturação foi instaurada em retaliação à morte de um sargento da Força Tática, durante uma Operação Pancadão que aconteceu exatamente um mês antes do Massacre, em 1º de novembro de 2019. No decorrer daquele mês, os moradores de Paraisópolis relataram maior presença e brutalidade policial no território.⁷¹

Em nota, a União de Moradores de Paraisópolis afirmou: “Não foi acidente! [...] Com frequência, ocorrem ações policiais de dispersão, causando correria e violência, como mostram os vídeos. Essa madrugada, jovens foram encurralados em becos e vielas e foram levados a caminho da morte, e quem deveria proteger está gerando mais violência”.⁷² Na época, a cartunista Laerte Coutinho publicou a charge “Infernópolis” na primeira página do jornal Folha de S. Paulo – pela qual recebeu o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – ilustrando essa alegação (Figura 62).

O caso teve grande repercussão na mídia, e no dia seguinte, o então governador João Dória se pronunciou junto ao Secretário de Segurança Pública, o Comandante Geral da PMESP e o Comandante da Capital, prometendo uma apuração rigorosa dos fatos, mas reforçando a narrativa policial do acontecimento e a ilegalidade do baile funk. Também neste dia foi instaurado o Inquérito Policial para a investigação do caso pela Polícia Civil, conduzida pelo DHPP (Departamento Estadual de Homicídio e Proteção à Pessoa), e o Inquérito Policial para investigação pela Corregedoria da Polícia Militar.

Nos próximos dias, o CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), órgão vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e cuja missão é garantir a promoção e defesa

⁷¹ Cabe destacar que a Operação Saturação foi justamente determinada como resposta à morte de um sargento da Força Tática, durante sua atuação na Operação Pancadão realizada no dia 01/11/2019, isto é, exatamente 1 mês antes da chacina. p. 180, relatório CAAF.

⁷² Ver: CERÂNTULA, Robinson; TRALLI, César; VIEIRA, Bárbara Muniz. Nove pessoas morrem pisoteadas em tumulto após ação da Polícia Militar durante baile funk em Paraisópolis, em SP. **G1.com**, São Paulo, 01 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/perseguido-e-tiroteio-em-baile-funk-em-paraisopolis-deixa-ao-menos-8-mortos-pisoteados-em-sp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

dos direitos humanos, bem como o combate à violência, à discriminação e à intolerância no Estado de São Paulo,⁷³ constituiu uma comissão de acompanhamento da investigação, assumindo a articulação política para organização de instituições mobilizadas a partir do Massacre. Assim, contatou primeiramente as famílias das vítimas, para se reunir e acolhê-las no processo, e depois da primeira reunião, entrou em contato com o CAAF, convidando o grupo a fazer parte da comissão. Quem assume a coordenação do caso dentro do CAAF é a pesquisadora e antropóloga Dr^a. Desirée de Lemos Azevedo, que começa a participar das reuniões do CONDEPE, nas quais é apresentada aos familiares. Pouco tempo depois, o CAAF é também procurado pela Defensoria do Estado de São Paulo, que já havia definido uma atuação do núcleo prioritário em relação ao caso. A partir disso, formaliza-se o acordo de cooperação e assessoria técnica entre o CAAF e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria do Estado de São Paulo (NECDH), e se dá início ao trabalho investigativo civil.

A motivação do estabelecimento do acordo, por parte da Defensoria, veio da experiência e trabalho do CAAF no caso dos Crimes de Maio. O Ministério Público utilizou a pesquisa realizada pelo grupo para fazer uma ação civil pública, em defesa das vítimas. Em entrevista concedida à autora, Davi Quintanilha, defensor público e coordenador principal do NECDH à época do caso de Paraisópolis, disse que havia a demanda por uma investigação mais técnica e especializada que pudesse trazer a verdade do que aconteceu, analisar a narrativa policial, verificá-la, e reconstruí-la de acordo com os fatos.

O momento inicial de contato com as famílias foi extremamente importante para estabelecer relações, levantar dúvidas e questões, e definir os próximos passos da investigação, a partir das impressões, urgências e reivindicações das famílias das vítimas. Em entrevista à autora, Maria Cristina Quirino Portugal, mãe de Denys Henrique Quirino da Silva, uma das vítimas do Massacre, e uma figura que iria se tornar uma das líderes do movimento dos familiares, frente de luta no processo, e também colaboradora do CAAF na investigação, relembra dos primeiros momentos dessa aproximação e articulação:

No começo, o primeiro órgão que se aproximou de nós foi o CONDEPE. O Dimitri, presidente, veio falar com minha família dizendo que eles iam levar essa história adiante. Ele disse “tamo junto”. Foi uma das primeiras coisas que escutei, e que eles iam provar que isso tudo era uma mentira. Então eu segurei na mão dele, e ele entrou em contato com todos os familiares, e marcou uma reunião onde nos encontramos. Na segunda reunião estavam todos os familiares presentes e o CAAF. A Defensoria também estava lá, mas eu pouco havia ouvido falar sobre a Defensoria, o contato com eles foi mais para frente. Eu não me lembro de muita coisa, mas lembro que na reunião muita gente falou, uma mulher levantou e falou que tínhamos jeitos de investigar e nos defender. Essa mulher era a Desirée, e eu vi nela e no CONDEPE uma esperança de que existia uma possibilidade de mostrar que aquilo tudo o que eles estavam falando era

⁷³ O CONDEPE é composto por representantes do poder público e da sociedade civil, e sua atuação se dá por meio de projetos, estudos, pesquisas, campanhas e ações que buscam a garantia e a promoção dos direitos humanos. Dentre as atribuições do CONDEPE estão a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos, o acompanhamento e monitoramento das políticas e programas governamentais, a proposição de medidas para prevenir e combater violações de direitos humanos e a realização de audiências públicas para discutir temas relacionados aos direitos humanos.

uma mentira. Segurei ali firme. Foi quando conheci o CAAF assim como o CONDEPE, e comecei a ir em todas as reuniões. (Portugal, 2022, n.p.).

A ideia da Defensoria era trabalhar o caso a partir da noção de investigação

defensiva, que consiste na produção de provas e evidências para defender o direito das vítimas e a incorporação destas evidências no processo. Geralmente, esse tipo de investigação é feito em casos em que o defensor está atuando com uma pessoa que está sendo acusada. Em São Paulo, há movimentos e organizações sociais especializados em investigação defensiva no caso de pessoas forjadas, presas sem provas muito robustas.⁷⁴ No caso do Massacre, a ideia era aplicar os princípios da investigação defensiva para um caso de violação de direitos humanos em que a Defensoria não estaria atuando na defesa de quem está sendo acusado, mas na defesa dos familiares das vítimas, das pessoas que morreram, que foram lesadas pelo evento. Nas primeiras conversas entre CAAF e Defensoria, Desirée Azevedo conta que, a princípio, havia um foco na questão médico-legal, e o desejo de realizar uma análise externa independente sobre a perícia dos corpos e causa das mortes. Mas, ela entendeu que, pelas características do caso, havia a possibilidade da aplicação de metodologias múltiplas para visualizar as evidências, tentar conectá-las e relacioná-las.

A primeira aproximação ao caso pelo CAAF e o estabelecimento de sua participação no caso do Massacre de Paraisópolis se deu, portanto, através de duas vias. Uma delas foi pelo estabelecimento do acordo e dos desejos comuns entre o grupo e a Defensoria, que, a partir disso, franqueou o Inquérito Policial para estudo do CAAF, formalizando a participação do órgão no processo jurídico. Com base nessa primeira leitura, foi possível compreender a dimensão do que tinha acontecido, quais eram os elementos, fatores e agentes envolvidos, e, mais importante, quais eram as evidências com as quais o grupo poderia trabalhar. De outro lado, havia o espaço de encontro entre os familiares, movimentos sociais e pesquisadores, organizado pelo CONDEPE. A partir das discussões coletivas realizadas entre esses diferentes atores, todos envolvidos no caso de formas distintas, foi possível definir, conjuntamente, quais as questões que precisavam ser compreendidas e as perguntas que precisavam ser respondidas. Para Desirée Azevedo, o ponto de conexão entre essas duas vias é a questão da verdade:

A minha dedicação e do CAAF tinha que ser a busca pela verdade do que aconteceu. A partir do contato com as famílias, se estabelece uma situação em que a busca pela verdade não é puramente jurídica, para informar o inquérito, ou científica, mas está relacionada com os desejos das famílias. Qual a verdade que essas famílias querem saber, e que se constitui como seu direito. É a partir dessa relação, da Defensoria de um lado e os familiares de outro, que o nosso trabalho passa a funcionar como um elo de ligação entre essas duas dimensões da verdade: a dimensão jurídica – fazer todos os esforços para que a realidade dos fatos, que é observável e verificável a partir das evidências materiais, do que foi deixado de evidência desta verdade tenha as melhores condições

74 Uma dessas organizações é a Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, ONG que busca construir, junto aos territórios, estratégias para uma segurança pública popular, na perspectiva de garantia de vidas do povo pobre, preto e periférico, enfrentando as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado. Mais em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-de-protecao-e-resistencia-contra-o-genocidio/>

para contribuir para a verdade jurídica, ou seja, a verdade que vai sair do sistema de justiça – e, ao mesmo tempo, conectar essa verdade jurídica com a verdade sensível, visceral, que vem das demandas das famílias. Uma verdade que não contemple o que essas famílias precisam saber não funcionaria para nós também. Nossa atuação passa a ser um elo de ligação entre essas duas dimensões da verdade. (Azevedo, 2022, n.p.).

Após esse primeiro levantamento, a equipe se mobiliza de forma a contemplar as perguntas colocadas pelos familiares, que se resumiam principalmente em verificar as afirmações colocadas pela narrativa dos policiais em relação à forma da morte, à prestação de socorro e ao motivo que levou a polícia a realizar a intervenção. Neste momento, havia uma enorme proliferação midiática sobre o caso na medida em que alguns testemunhos, vídeos e evidência vieram à público, e muitos dados sensíveis foram expostos, inclusive sobre as vítimas. Havia uma inconsistência entre as informações, e uma narrativa enviesada sobre o baile funk e a comunidade periférica. Primeiramente, as famílias precisavam compreender as circunstâncias das mortes e o que de fato aconteceu com seus filhos.

É importante pontuar aqui que o trabalho investigativo do CAAF foi, desde o começo, feito em defesa e conjuntamente com as famílias das vítimas. Depois do momento inicial do levantamento das principais questões, os encontros do CONDEPE continuaram a ser um espaço de discussão coletiva sobre o processo de investigação, para socializar e dividir os achados, e entender para que direção deveriam seguir a partir disso. Portanto, esse espaço de compartilhamento de saberes foi crucial para estabelecer uma relação de produção de conhecimento comum entre as famílias das vítimas, o CAAF, o CONDEPE e movimentos sociais.

Esse foi um espaço muito importante justamente para fundar as bases dessa nossa relação, como uma relação que produziria esses dados. Eu tentava decifrar, a partir do meu olhar, tentando explicar e compartilhar o conhecimento que eu tinha e que me passavam, como, por exemplo, as causas das mortes, que eram uma fonte de muita angústia para essas famílias. (...) Tudo o que viemos a resumir [nas três contranarrativas principais da investigação – não foi resistência, não foi pisoteamento e não foi socorro] foram criadas ali, e vem dos questionamentos que eles fazem neste primeiro momento, que chamam atenção para o que a gente vai olhar. (Azevedo, 2022, n.p.).

Em 7 de fevereiro de 2020, a Corregedoria da Polícia Militar conclui o Inquérito afirmando que os agentes agiram em “legítima defesa” e que não houve condução ilícita por parte dos policiais, solicitando o arquivamento do caso. No dia 2 de maio de 2021, quase um ano e meio após a ocorrência, a Polícia Civil conclui sua investigação e indicia nove policiais militares por homicídio culposo, no qual não há intenção de matar. Um mês depois, em 19 de junho de 2021, o Ministério Público de São Paulo denunciou doze policiais por dolo eventual, quando se assume o risco de matar, triplamente qualificado,⁷⁵ e por lesão corporal grave.

De acordo com o MP, o ocorrido foi uma:

[...] verdadeira violação dos direitos dos cidadãos que estavam no baile e moradores de Paraisópolis, em que os denun-

75 Motivo torpe, meio cruel e com emprego de recurso que dificulta a defesa da vítima.

ciados, de forma livre e consciente, se omitiram em cumprir com as normas previstas no Manual de Controle de Distúrbios da Polícia Militar e nos Procedimentos de Operação Padrão da Polícia Militar, em especial os da Força Tática e de uso de granadas, embora tivessem o dever legal de garantir a segurança daquela população. (Tavares; Arcoverde, 2021, n.p.).

O advogado de defesa dos policiais acredita que, ao final, “todos os policiais [serão] absolvidos por não haver, na visão da defesa, nexos de causalidade entre a conduta dos PMs e as mortes em Paraisópolis” (Tavares; Arcoverde, 2021, n.p.). Em julho de 2021, a Justiça de São Paulo aceitou a denúncia do Ministério Público e tornou réus 12 policiais militares de São Paulo.

No momento da escrita desta dissertação, o caso está aguardando a segunda audiência da fase de instrução, na qual o juiz de direito decidirá se realmente se trata de um caso de homicídio doloso que, portanto, deve seguir para júri popular. Caso o juiz, após as audiências da fase de instrução, tenha entendimento distinto do MP, decidindo que se trata de homicídio culposo, por exemplo, o caso sairá do tribunal do júri e também da justiça civil, sendo remetido à Justiça Militar. No Brasil, apenas homicídios dolosos vão a júri popular. Para as famílias, o CAAF e a Defensoria, este é um momento crucial para o desenvolvimento do caso, já que casos de júri popular possuem, no julgamento, mais influência da opinião da sociedade civil, instância que a acusação busca sensibilizar e conscientizar.

O Brasil é um país mundialmente conhecido pela violência policial. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2020 o Brasil atingiu o maior número de mortes em decorrência de intervenções policiais (MDIP) desde que o indicador passou a ser monitorado pela organização em 2013. Em 2021, o crescimento de casos de MDIP aumentou em 190%.⁷⁶ No mesmo ano, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicou um relatório sobre o uso excessivo de força policial que aponta para a problemática do racismo estrutural em abordagens policiais, e cita mortes de vítimas de violência policial no Brasil como exemplos.⁷⁷ No contexto do Município de São Paulo, durante o Governo Dória, houve um discurso notoriamente forte a favor do uso da força policial “para matar”. Em outubro de 2018, o governador afirmou: “Não façam enfrentamento com a Polícia Militar nem a Civil. Porque, a partir de 1º de janeiro [de 2019], ou se rendem ou vão para o chão. Se fizer o enfrentamento com a polícia e atirar, a polícia atira. E atira para matar”.⁷⁸ Em 2022, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública relatou que o Estado de São Paulo teve uma queda de 30% dos casos de MDIP, fato atribuído à adoção do uso de câmeras corporais nas fardas dos policiais, porém, o perfil das vítimas continua sendo, em sua grande maioria, homens, adolescentes e jovens pretos e pardos.⁷⁹

É inquestionável o fato de que agentes de Estado possuem melhor acesso a recursos, tecnologia, imagem e informação. É evidente também

76 Dados retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

77 Relatório *Promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and of people of African descent against excessive use of force and other human rights violations by law enforcement officers*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Racism/Pages/Implementation-HRC-Resolution-43-1.aspx>.

78 Ver: RODRIGUES, Arthur. A partir de janeiro, polícia vai atirar para matar, afirma João Dória. **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/a-partir-de-janeiro-policia-vai-atirar-para-matar-afirma-joao-doria.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

79 Ver: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**: Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. Brasília, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

o grande poder da narrativa policial sobre a cultura do baile funk e da comunidade periférica, historicamente oprimida pelo Estado.⁸⁰ Além disso, é necessário um olhar sobre violência no Brasil a partir da perspectiva colonial e do racismo estrutural. Portanto, a partir destas noções, é possível compreender que existe uma força narrativa e de produção de dados e conhecimento dominante, que oprime e exerce poder sobre outras, e que reafirma sua linguagem como forma de justificar seus atos. A partir da problemática da desigualdade sobre o acesso e produção de informações e imagens, como é possível entender o que realmente aconteceu na ação de em Paraisópolis? Como trazer à luz questões de monopólio de discursos sobre violência policial, e como combatê-los? A pesquisa produzida pelo CAAF leva em conta estas questões para a condução de uma investigação independente, civil, que possa confrontar e produzir provas contra as alegações estatais, em defesa do direito pela verdade e justiça dos familiares das vítimas.

80 Para maiores informações sobre essa questão, ver Davis (2019).

Considerando o monopólio dos Estados nacionais sobre a posse e a autenticação objetiva das provas por meio de cadeia de custódia oficial, assim como sua exclusividade sobre as ações de verificação pericial e a articulação de evidências para a produção da verdade jurídica, o campo transnacional dos direitos humanos, em especial aquele que se constitui como humanitarismo forense, têm buscado diversificar cada vez mais o desenvolvimento de metodologias que permitam produzir dados, evidências e processos de verificação autônomos para casos de violência que envolvem agentes e agências estatais. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, n.18.).

Nos próximos parágrafos, será exposto o processo de investigação do CAAF na investigação do Massacre de Paraisópolis, as metodologias utilizadas no caso, procedimentos analíticos e agentes envolvidos, como os métodos de análise e os princípios metodológicos da Arquitetura Forense influenciaram o trabalho do órgão, e quais foram os resultados obtidos nesta primeira fase da pesquisa.

O campo e a produção de dados

No primeiro momento da investigação, após estabelecidas as principais questões a serem analisadas através do trabalho coletivo com as famílias, o CAAF buscou verificar as alegações estatais contidas nos depoimentos dos agentes sobre a sequência de fatos que levaram às mortes. Portanto, nesta fase, a pesquisa mobilizou recursos para responder a três principais questionamentos:

- 1 Houve resistência da população ou da motocicleta com os criminosos?
- 2 A causa da morte foi pisoteamento?
- 3 Os agentes prestaram socorro, e se sim, da forma correta?

As principais evidências que vão ser analisadas pela equipe se encontram nos documentos do Inquérito Policial da Polícia Civil e na produção de provas pela investigação defensiva da Defensoria, que seriam adicionadas ao Inquérito

à medida em que seriam encontradas, como os Termos de Depoimento dos policiais, o Boletim de Ocorrência, as provas periciais médico-legais, os áudios do rádio da polícia e os vídeos e imagens gravados por câmeras de segurança e testemunhas que se encontravam no local.

A partir disso, e por conta do amplo escopo do trabalho de pesquisa do CAAF no caso, Desirée Azevedo entende a necessidade do desenvolvimento não somente de uma metodologia de trabalho, mas de métodos de análise combinados, que envolva uma equipe diversa, trabalhando em prol e conjuntamente com os familiares das vítimas. Por sua formação como antropóloga, a abordagem feita por ela, primeiramente, partiu da etnografia. Porém, Azevedo não percebe a etnografia propriamente como uma metodologia, mas como uma forma de produção de conhecimento:

Eu entendo que a etnografia é uma forma de produzir conhecimento a partir do estabelecimento de relações. É uma produção de conhecimento situada na interlocução entre as pessoas e grupos, o etnógrafo e seu interlocutor. Isso significa que não existe um único método de produzir dados e informações mobilizado dentro da etnografia. Quando eu passei a trabalhar no caso eu pensei que o que eu sei fazer é isso, etnografia, seja na relação com as famílias, com a Defensoria, com o delegado. Todo o meu trânsito por entre os espaços e na relação com as pessoas era uma relação etnográfica. Disso você tem a etnografia como instrumento maior de acompanhamento do caso e estabelecimento de relação com todos esses interlocutores, o conjunto de atores que orbitam em torno desse caso. (Azevedo, 2022, n.p.)

Desta forma, o primeiro passo do CAAF é realizar uma *etnografia dos documentos*, ou seja, uma análise documental do material disponível e entender, no primeiro momento, a lógica constitutiva do inquérito e como ele foi percebido e absorvido pelas instituições. Assim que um crime ocorre, a cidade, as câmeras, as pessoas, e as instituições, começam a gravar e registrar o ocorrido (Weizman, 2017). Portanto, uma parte importante do trabalho do CAAF, nos momentos iniciais da investigação, depois de conhecer e entender as demandas das famílias e compreender as evidências disponíveis, foi analisar como o processo estava sendo institucionalizado pelo Estado, ou seja, como as informações, dados e imagens estavam sendo produzidos e classificados no processo. A maneira como o dado é codificado pelo Estado, portanto, deve ser estudada com muita atenção, pois é neste processo que se reflete o segundo aspecto da violência estatal, que definida não somente pela aferição física da violência, mas pela forma como os dados são produzidos e institucionalizados, ou seja, como e qual história “oficial” é operacionalizada – não somente sobre aquele incidente específico, mas como ele se torna estatística para corroborar uma narrativa mais ampla de segurança pública.

No foro legal, a realização do B.O. é a primeira etapa no processo de criminalização, ou seja, na interpretação de eventos como crimes, que podem vir a ser, ou não, incriminados. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 26). O B.O. traz a construção argumentativa da Polícia Civil, com base na narrativa do acontecimento a partir dos depoimentos dos seis policiais militares envolvidos. No documento, as mortes foram classificadas como “morte suspeita”

e “morte acidental”, sem causalidade com a ação dos agentes, mas sim com os dois criminosos na moto, desresponsabilizando a Polícia Militar e dando ênfase ao caráter reativo e não ofensivo da ação, e ao fato de terem prestado socorro às vítimas. Assim, no processo em que o Estado investiga o próprio Estado e determina as classificações e narrativa inicial do caso, há operações em curso que não só influenciam em todo o processo, pois essa narrativa é a que será analisada pelas agências estatais envolvidas na investigação (IML, Instituto de



Fig. 63 Mapeamento mostrando o Complexo de Paraisópolis e dois pontos que indicam a localização de duas ocorrências de MDIP registradas em 2019. Fonte: Paula Marujo Ibrahim.

Criminalística, entre outras) e pela mídia no decorrer do caso, mas toma a versão do Estado como fato e estabelece um processo de produção de informações, classificações e conhecimento que dá legitimidade à sua ação, construindo o pano de fundo para a permissão e perpetuação deste tipo de prática.

O registro do caso como tentativa de homicídio contra os policiais militares que resultou em pisoteamento acidental colocava o foco da investigação sobre o crime não consumado, excluindo previamente as mortes consumadas da condição de crime e, em grande medida, também de fato a ser esclarecido, dada a dificuldade de se determinar responsáveis em uma situação de pisoteamento. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 31)

Neste sentido, antes do início do trabalho com o CAAF e para entender como as mortes dos jovens foram classificadas nas estatísticas oficiais do Estado, a autora coletou dados georreferenciados sobre MDIP no Município de São Paulo por meio de registros da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e espacializou os dados na base cartográfica da plataforma Geosampa, através do software livre QGIS. O recorte temporal mais abrangente obtido junto à SSP-SP para os dados de MDIP é de 2013 a 2021, pois o Estado só começou a classificar e conseqüentemente contabilizar este tipo de ocorrência a partir daquele ano. Com isso, foi possível encontrar apenas dois casos registrados

como MDIP no banco de dados da SSP-SP em 2019, como podemos ver na figura abaixo:

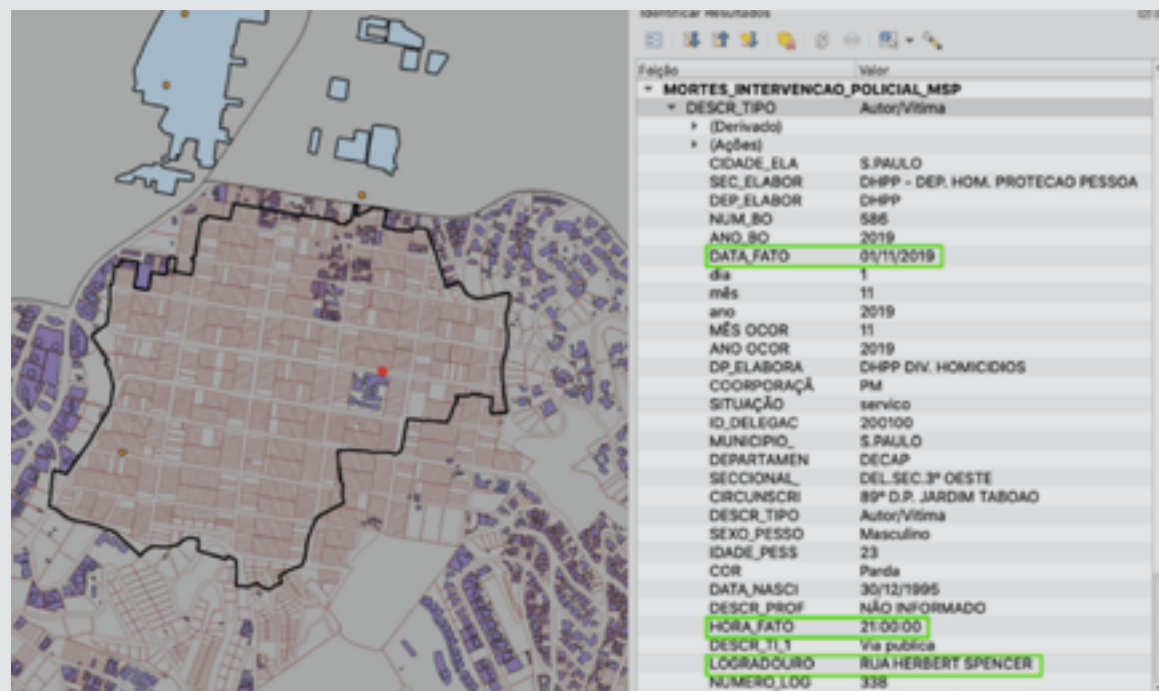


Fig. 64 Mapeamento mostrando o Complexo de Paraisópolis e dois pontos que indicam a localização de duas ocorrências de MDIP registradas em 2019. Fonte: Paula Marujo Ibrahim.

Através da análise, é possível constatar que houve dois registros de MDIP em Paraisópolis naquele ano. Um dos casos foi registrado na Rua Herbert Spencer, próximo de onde os corpos foram encontrados. Porém, ao analisar o banco de dados, é possível constatar

que esse caso ocorreu em data diferente do Massacre de Paraisópolis. Desta forma, é possível verificar que as mortes dos jovens de Paraisópolis não foram institucionalizadas como mortes decorrentes de intervenção policial.

A SSP-SP coloca que “o termo Morte Decorrente de Intervenção Policial foi criado pela Resolução SSP nº 05/13 a fim de padronizar os registros dos casos onde tenha havido morte de pessoa que tenha entrado em confronto com policiais, pois até então poderiam ser registrados com qualquer natureza, não sendo possível sua obtenção automática no banco de dados.”⁸¹ Portanto, além de

ser um dado muito recente, com contabilização somente a partir de 2013, o regulamento da SSP-SP classifica MDPI como a morte de alguém que tenha entrado em confronto com a Polícia, indicando que, caso não haja confronto, a morte resultante da intervenção não teria essa definição, e que as mortes que decorrem de uma ação policial serão sempre resultado de um confronto, ou seja, serão sempre produto de *resistência* por parte da vítima. Acontece que, em muitos casos, e neste em específico, as mortes não são resultados de confronto direto – por exemplo, um tiro de um policial que atinge propositalmente a vítima –, nem mesmo de uma ação de resistência por parte dos jovens – que estavam apenas se divertindo no baile –, mas consequência de uma ação policial consciente e responsável por ocasionar as mortes. Assim, é possível afirmar que há uma limitação na definição do conceito de MDIP pelo Estado que resulta por consequência em um banco de dados

⁸¹ Fonte: Resolução SSP nº 516/2000. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/transparenciassp/Default.aspx>. Acesso em: 20 set. 2023.

com informações também limitadas por uma óptica específica que compreende a narrativa estatal sobre este tipo de violência.

De acordo com os dados relatados acima e a pesquisa realizada pelo CAAF, é possível afirmar, portanto, que existe um padrão narrativo policial para casos de morte decorrente de intervenção policial que conta que houve resistência por parte do sujeito abordado, e que, após ação de resposta da polícia, esta presta socorro à vítima, que chega morta ao hospital. Esse discurso, que não é somente um discurso, mas uma forma institucionalizada de proteção dos policiais militares e de codificação de dados, é o que garante a construção da legalidade da ação dentro dos processos investigativos e jurídicos. Portanto, existe um padrão, uma forma como a qual estes casos são conduzidos, um pressuposto de desresponsabilização e uma vantagem narrativa no processo. Por isso, é tão importante que haja uma capacidade investigativa civil de enfrentamento desse padrão, que possa desconstruir a narrativa do Estado, e elucidar fatos para combatê-la. Depois de realizada esta análise, o trabalho do grupo voltou-se para a análise das evidências médico-legais e audiovisuais.

A metodologia

Com o estudo dos documentos e o entendimento da natureza das evidências existentes no caso, Desirée Azevedo percebeu que havia nele uma questão espacial muito forte, e seria muito importante à investigação conseguir trabalhar com as evidências audiovisuais dentro de uma perspectiva espacial e temporal, para conseguir concatenar cada peça separada em uma narrativa única e consistente. Ela havia conhecido o trabalho da Arquitetura Forense antes, e percebeu, neste caso, uma possibilidade de uso das ferramentas analíticas do FA para desvelar realidades que não seriam visíveis se as evidências estivessem desconectadas. Para ela, no caso do Massacre de Paraisópolis, era preciso sincronizar essas evidências em rede para poder contar a história dos fatos do que aconteceu:

Paraisópolis é um caso em que você tem uma série de evidências desconectadas, e quando você as compreende, você consegue compreender a dinâmica dos fatos, mas é algo bastante difícil – construir imagetivamente essa conexão, tornar aquilo visual. Isso facilitaria muito o trabalho. Mas, não sou arquiteta, não tenho esses instrumentos, então não tínhamos condições de trabalhar com métodos, por exemplo, da arquitetura, que seriam necessários para esse caso, que demanda a espacialização, entender movimentos de multidões, uma série de coisas. Em um caso como esse, os conhecimentos em arquitetura seriam fundamentais para entender o que aconteceu. Então, ao estudar as investigações do FA, as coisas que eles foram capazes de fazer a partir do conhecimento da arquitetura, desse material tecnológico, eu percebi que, apesar de não conseguirmos fazer ou produzir isso de uma mesma maneira, nós conseguiríamos trabalhar a partir de algo que me parece ser um princípio metodológico do trabalho deles, que é a questão da convergência em rede. (Azevedo, 2022, n.p.).

A “convergência em rede” colocada pela Desirée Azevedo, pode ser traduzida para o método do complexo arquitetônico-imagético, ou neste caso, complexo imagético de dados, abordada no primeiro capítulo desta dissertação, como um dos princípios metodológicos do grupo. O FA traduz essa metodologia da seguinte forma:

Os incidentes que investigamos frequentemente são capturados parcialmente por evidências de vídeo ou áudio, e muitas vezes os momentos mais importantes ocorrem fora das câmeras, no tempo e espaço entre as documentações existentes. Nesses casos, um “complexo imagético de dados” é um meio pelo qual os investigadores da FA podem organizar, processar e cruzar esses materiais. O complexo é uma disposição de peças individuais de evidências dentro de um modelo arquitetônico digital, no qual, por meio de processos de sincronização e geolocalização, podem ser estabelecidas relações precisas de tempo e espaço entre essas peças. Os modelos em si se tornam bancos de dados que permitem que nossos pesquisadores naveguem entre várias fontes de evidências. (Forensic Architecture, 2020c).

Porém, no caso do CAAF, não havia o o conhecimento de ferramentas da arquitetura, a tecnologia ou verba disponível para a produção de modelagens 3D ou construções arquitetônicas digitais. Por isso, se utilizaram dos métodos de geolocalização, sincronização e concatenação entre as peças audiovisuais, para a construção não de um modelo, mas de uma cronologia dos acontecimentos, suportada por dados extraídos das evidências, e também por imagens dos materiais disponíveis, reconstruindo, dessa forma, a dinâmica dos fatos minuto a minuto, e permitindo uma visualização da sequência dos acontecimentos.

Eles [O FA] colocam uma série de evidências que estão desconectadas em relação, as sincronizam, espacializam, as dispõem umas contra as outras, em face das outras. Por isso, pensei, ‘bom, isso conseguimos fazer’. Então, a inspiração que eu vou buscar no FA é o princípio metodológico da convergência em rede. A partir dessa possibilidade que eles abrem, o que vamos fazer é pegar todas as evidências e colocar elas para conversar, inclusive as evidências médico-legais. Pois, à princípio, quando um laudo necroscópico ou médico-legal é realizado, ele está dizendo o porquê da morte da pessoa, o instrumento pelo qual a pessoa foi morta, mas não necessariamente fala sobre a dinâmica dos fatos, muitas vezes está apenas concentrado no morto e na morte. Nesse caso específico, desde o primeiro momento, eu achava que a especificidade da causa da morte poderia nos revelar algo sobre a dinâmica dos fatos. Da mesma maneira que vamos pegar os vídeos e a rede-rádio, e sincronizar tudo, espacializar, cartografar – é uma espacialização mais cartográfica, que é o limite do que sabemos fazer –, trazemos também as evidências médico-legais, para inseri-las nessa sincronia e afirmar, por exemplo, que eles morreram na viela, no local. A inspiração é nesse lugar, na possibilidade de colocar essas evidências em relação, e eu entendo isso como um princípio metodológico do trabalho. E o que a gente pode fazer dentro das nossas possibilidades foi isso, sincronizar, cartografar, e fazer a cronologia, numa perspectiva mais descritiva (Azevedo, 2023, n.p.).

Porém, ainda assim, o caso se beneficiaria muito de um material audiovisual que possa mostrar a dinâmica do evento por completo, facilitando sua visualização e compreensão, pois o desenvolvimento da ação surge a partir da conexão entre as diferentes imagens. Neste sentido, o CAAF trouxe a questão para a Defensoria, que fez o contato com o FA e, a partir disso, foi marcada uma reunião para discutir o caso. Na reunião estavam presentes Eyal Weizman, além de algumas pessoas da equipe do FA Londres, assim como Paulo Tavares. A Defensoria e o CAAF apresentaram o caso, e o FA se interessou pelo trabalho, mas precisariam de fontes de financiamento, que a Defensoria e o CAAF não poderiam fornecer. O caso foi passado a Paulo Tavares que, através da Agência Autônoma, conseguiu um financiamento com a Artigo19,⁸² e assume o trabalho desde o Brasil. Inicia-se, a partir de então, um diálogo entre CAAF e Autônoma para a colaboração e compartilhamento de informações sobre o caso, e Tavares começa a desenhar a espacialização da cronologia dos eventos. A partir disso, foi produzido um primeiro relatório com a dinâmica dos fatos, porém, por falta de financiamento, o projeto está atualmente em suspenso. As investigações do CAAF e da Autônoma correm em paralelo, e contribuem entre si. No momento da escrita da dissertação, as investigações conduzidas pelo CAAF e pela Autônoma buscam verba para a produção de modelagens 3D e material audiovisual que reconstrua a dinâmica dos fatos.

Apesar da reconstrução audiovisual ser muito benéfica ao caso, sua ausência não atrapalha ou prejudica o trabalho investigativo feito pelo CAAF e o suporte técnico-científico provido ao caso em tramitação. O grupo buscou utilizar princípios metodológicos do FA incorporados a uma metodologia combinada, que se beneficia de diversos campos de conhecimento e agentes diversos para compreender e visualizar a dinâmica dos fatos do ocorrido, e dar substância para as três contranarrativas estabelecidas: Não foi Pisoteamento, Não foi Socorro, e Não foi Resistência. Os métodos de análise aplicados para a investigação de cada uma delas serão estudados nos parágrafos a seguir.

A análise e processamento das evidências

Não foi Pisoteamento

Uma das primeiras e mais urgentes questões levantadas pelas famílias e que o CAAF buscou entender foi a causa da morte das vítimas. Ao chegarem ao IML, na expectativa de verem os corpos pisoteados, os familiares ficaram angustiados, pois não havia indícios visuais de pisoteamento. Os corpos não tinham hematomas ou ossos quebrados, e as roupas não tinham marcas de sujeira condizentes com essa alegação.⁸³ Assim, o principal trabalho do grupo, neste momento, é responder às famílias o que aconteceu com seus filhos.

Portanto, o CAAF analisou a documentação médica emitida pelas médicas plantonistas dos hospitais aos quais os corpos foram levados e os óbitos declarados, e também pelas equipes de Perícia Médico-Legais (EPML) e pelo Núcleo de Toxicologia Forense do IML. Os documentos mostram que as vítimas chegaram

82 A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Mais em: <https://artigo19.org/sobre/>

83 Informações relatadas por Maria Cristina Quirino Portugal, em reuniões e encontros de pesquisa do CAAF que a autora participou.

ao hospital sem sinais vitais. Como protocolo, foram realizadas tentativas de reanimação por 30 minutos antes de constatarem os óbitos. A versão de “pisoteamento” serviu de base para a equipe dos hospitais declarar a *causa mortis* como “politraumatismo”. Porém, nos Laudos Necroscópicos produzidos pelos médicos-legistas do IML, a causa da morte foi apontada como asfixia mecânica por sufocação indireta,⁸⁴ com exceção de uma das vítimas, cuja causa seria apontada como traumatismo raquimedular. A partir desta constatação, o CAAF submete a documentação médico-legal à biomédica forense Ana Paula de Souza Velloso, para buscar entender o que os achados necroscópicos têm a dizer sobre as circunstâncias das mortes e, conseqüentemente, sobre a dinâmica dos fatos (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

Através da análise de Velloso, foi possível entender o processo e as etapas envolvidas em uma morte por asfixia mecânica, e ter indícios sobre a disposição espacial dos corpos no espaço no momento das mortes. A compreensão do processo como um todo mostrou que as vítimas foram expostas a um tipo de compressão difusa, impedindo-as de realizar movimentos respiratórios. Os jovens foram encontrados na Viela do Louro, uma rua estreita de passagem de pedestres, com “2,60 metros de largura em seu início, ela encontra pontos de estreitamento, chegando a sua menor largura, com 1,71 metros, a uma distância de 36,6 metros da entrada no sentido de seu comprimento” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 72), o que indica que a estreita viela estaria, no momento das mortes, ocupada por uma multidão, que tentava passar por ela. Através do depoimento de uma testemunha que estava na viela, foi possível também entender o nível de confinamento dos corpos, que viu uma das vítimas desacordadas no meio da multidão:

Explica que ficou em meio a multidão, prensado, sendo conduzido involuntariamente para o interior do mencionado beco, onde havia um forte cheiro de gás semelhante a alguma coisa de pimenta ou gás lacrimogêneo ou algo do gênero. Nessa ocasião, perdeu de vista todos os seus amigos, mas, num determinado momento percebeu Bruno também em meio aquela multidão, prensado, sendo levado para seu interior. Explica que ele parecia que não estava em si, de cabeça baixa, isto é, acredita que, devido a ter sido prensado pela multidão, Bruno já não conseguia respirar. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 51.)

Depois da constatação da morte por asfixia e das evidências que apontavam para uma disposição espacial de confinamento e pressão entre os corpos, é possível afirmar que a saturação do ambiente com gases e agentes irritantes através das “armas não letais” que a PM declarou usar durante a ação policial, em uma situação em que as pessoas já se encontravam com capacidade respiratória reduzida pela compressão, foi um fator que contribuiu para o processo de morte, como indicado no parecer de Velloso:

É conhecido da literatura moderna médico legal que asfixias também podem ser causadas e/ou agravadas por outros vícios de ambientes: a morte por asfixia também pode advir em ambientes saturados por outros gases, tais como os de iluminação, de esgoto e de fossas, de pântano e,

84 A causa da morte foi declarada como asfixia indireta, pois constatou-se que não foi causada por esganadura ou obstrução das vias aéreas, mas sim por compressão.

principalmente, por agentes irritantes, como gás de pimenta e gás lacrimogêneo. O gás de pimenta (spray de pimenta) tem sido utilizado por forças policiais para conter distúrbios civis ou como forma de defesa pessoal. Seu efeito imediato se dá sobre olhos, nariz e boca, ocasionando grave sensação de queimor e ardor. Seu princípio ativo é o oleoresincapsicum, oriundo da pimenta. Em alguns países seu uso é proibido e a Anistia Internacional considera o uso do gás de pimenta uma prática de tortura. É tido como um agente não letal, mas a experiência tem demonstrado que esse fato não é verdadeiro: registram-se mortes principalmente em pessoas com alta sensibilidade àquela substância. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 51.).

Além disso, com o relatório biomédico, foi possível entender que, no único caso em que a *causa mortis* não foi declarada como asfixia mecânica, mas sim por politraumatismo, pela existência de um trauma na coluna, foi cometido um erro médico ao declarar o óbito somente como traumatismo, pois, apesar de difícil compreensão ao olhar leigo, constavam no laudo informações que indicavam sinais de asfixia, que, por conclusão, teriam ocorrido pós-morte, o que seria impossível. Além disso, a família da vítima indicou que ela possuía, desde a infância, um desvio na coluna, uma possível justificativa do trauma encontrado pelos médicos no corpo da vítima.

Não foi Socorro

Com as informações dos laudos, o parecer de Velloso, e os áudios do rádio trocados pelos policiais nos momentos em que encontram os corpos, foi também possível entender a dinâmica dos fatos, para relatar como foi a prestação de socorro da PM a partir da ciência da existência das vítimas. Em casos de morte por asfixia mecânica, o processo é rapidamente escalonado para uma parada cardiorrespiratória, e os primeiros socorros são fundamentais para a possibilidade de salvar a vida da vítima, antes do encaminhamento ao hospital, a depender do estado de saúde, idade e compleição corporal de cada sujeito (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). Ao analisar os laudos médicos, é possível afirmar que as vítimas não receberam massagens cardíacas como primeiros socorros, na tentativa de reanimação cardiorrespiratória de emergência. Os policiais, que são treinados para prestar esse tipo de socorro, relataram nos depoimentos sinais vitais que não condizem com morte por asfixia indireta, mas sim com morte por traumatismo, conforme sua narrativa.

Durante seus depoimentos ao DHPP, alguns dos policiais militares indicaram ter realizado tais procedimentos de checagem de responsividade, quando afirmaram terem constatado sinais vitais claros no momento do socorro. Dentre eles, foram descritos sinais tão específicos (e tão condizentes com as orientações de checagem dos manuais do Corpo de Bombeiros), quanto improváveis de serem apresentados por vítimas em PCR [parada cardiorrespiratória], tais como: pulsação e movimento torácico, respiração ofegante e contração da pupila, respiração e movimentos corporais. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 55).

Assim, eles falham ao checar os sinais vitais e fazer a prestação de socorros devida neste caso, que seria a tentativa de reanimação. Além disso, no momento em que eles pediram socorro e indicaram os sinais vitais errados das vítimas, não seria biologicamente possível que elas ainda estivessem vivas, por conta do tempo que já havia passado desde que as encontraram. Portanto, através desta análise, foi possível constatar que as nove vítimas vieram a óbito no local do acontecimento.

Ao invés de prestar os primeiros socorros no local, os policiais solicitaram uma ambulância para encaminhamento das vítimas ao hospital. Porém, por conta da demora, tentaram justificar o transporte nas próprias viaturas da polícia, o que, em caso de traumatismo, como eles mesmos relatam, estaria em desacordo com os procedimentos de socorros da PMESP, além de colocar em perigo a saúde das vítimas, pois em quadros como este o correto é a imobilização da vítima até a chegada da ambulância e dos paramédicos. Após 34 minutos de espera do primeiro pedido de ambulância, o COPOM autorizou a movimentação das vítimas pelas viaturas. Desta forma, é possível concluir que, ao negligenciar e ocultar o real estado vital das vítimas, e ao falhar em prestar os devidos socorros no local, os policiais influenciaram diretamente na possibilidade de salvamento dos nove jovens.

Em suma, nem a narrativa policial de que as vítimas foram socorridas com sinais vitais claros seria possível em termos dos processos fisiológicos relativos à morte biológica por asfixia mecânica por sufocamento indireto, nem as escolhas e medidas tomadas, supostamente em nome do salvamento, encontram respaldo técnico nas normas de resgate (produzidas no interior da instituição Polícia Militar por meio de seu Corpo de Bombeiros) recomendadas para possíveis vítimas de trauma em situação de parada cardiorrespiratória. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 56).



Por isso, através da análise dos laudos, do parecer médico-legal de Velloso, do depoimento da testemunha acima referida, e dos áudios do rádio da PMESP, foi possível constatar que não houve pisoteamento, não houve a devida prestação de socorro, e indicar que a morte das vítimas ocorreu no local dos fatos.



Fig. 65 Fotos das câmeras de segurança da Ultragaz e da loja Foto Flash, duas das principais fontes de evidência da investigação. Fonte: Acervo CAAF.

Como mencionado nos parágrafos acima, ao se aproximar ao caso e entender os materiais evidenciários disponíveis, Desirée Azevedo percebeu que havia diversas evidências audiovisuais separadas, e que, articuladas, poderiam relevar uma série de informações sobre os eventos naquela madrugada. Além disso, havia também uma dimensão espacial muito importante para entender a dinâmica do cerco dos policiais ao baile, fator que levou ao confinamento dos frequentadores do baile na Viela do Louro. Dessa forma, esta parte da análise vai buscar aplicar a metodologia do complexo imagético de dados para estabelecer um encadeamento espacial e temporal através da sincronização das evidências audiovisuais reunidas pelo Inquérito Policial em uma cronologia descritiva da reconstrução da dinâmica dos fatos transcorridos entre aproximadamente às 2h00 e 5h00 do dia 1º de dezembro de 2019.

A constituição da aproximação simultânea dessas equipes por dois pontos como uma dinâmica de cerco não pôde ser registrada integralmente por nenhuma das evidências somadas ao inquérito. Contudo, ela pode ser visualizada, quando os sucessivos acontecimentos, que foram registrados por diferentes suportes, ângulos e pontos de vista da ação, são espacializados e conectados em uma linha do tempo. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 73).

As evidências que serão articuladas na construção da contranarrativa “Não foi Resistência” são: 1) Áudio Rede Rádio Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), fornecido pela PMESP; 2) Relatório de Descrição de Áudio Rede Rádio PMESP da Equipe de Perícias Criminalística do DHPP; 3) DVR Intelbrás fornecido pela revendedora Ultragaz; 4) DVD e Ofício N° 21/2020 encaminhado pelo NECDH da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; 5) DVR Intelbrás fornecido pela loja Foto Flash; 6) Laudo Pericial N° 216.946/2020 do Instituto de Criminalística (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

A primeira etapa foi verificar cada uma das evidências, por mais que elas já tinham sido avaliadas pela Polícia Civil e incluídas no inquérito. Desta análise, cabe ressaltar que a gravação da câmera da loja Fotoflash foi disponibilizada com um recorte temporal reduzido (02h13 a 04h09), apesar da câmera ter ficado ativa a noite toda. A gravação câmera da Ultragaz cobre o período das 22h do dia 30 de novembro às 10h do dia 1º de dezembro, porém, o fluxo das imagens está entrecortado, ou seja, ao invés de um único vídeo, o CAAF recebeu uma série de vídeos fragmentados de durações diferentes, resultando em lapsos de tempo não gravados. Além disso, os arquivos foram convertidos para o formato AVI, diferente do original da câmera (DAV). No relatório, o CAAF constata: “os vídeos ausentes das duas câmeras somam 08h42min, sendo 01h46min referentes ao período de interesse para a investigação: entre 03h41min, quando a ocorrência com a moto é irradiada na rede rádio e 04h52min, quando as viaturas partem com as vítimas.” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 77). Ou seja, há momentos decisivos que as evidências audiovisuais, apresentadas neste formato e recorte temporal, não permitem enxergar. A Defensoria solicitou os vídeos na íntegra e comunicou o MP sobre essa questão, porém, não foi possível obtê-los.

O DVD fornecido pela Defensoria tem 12 vídeos e imagens registrados por aparelhos celulares de testemunhas no local, e possui os metadados de localização e horário, validados pelo NECDH e também verificadas pelo CAAF. Os horários aproximados dos vídeos sem metadados foram determinados através da sincronização destes com aqueles que possuíam data e horário confirmados ou aproximados, através de elementos comuns presentes em ambos os materiais, ou seja, cenas identificadas em dois vídeos diferentes, que permite, portando, conectá-los em relação um ao outro no tempo e espaço. Os pontos de filmagem foram analisados pela equipe do CAAF, que conseguiu suas coordenadas aproximadas através do *Google Maps*. Posteriormente, as coordenadas foram especializadas através do software livre QGIS, utilizando a base cartográfica do Município de São Paulo retirada da plataforma *Geosampa*, com recorte para o Complexo de Paraisópolis, estabelecendo todos os pontos de gravação dentro do mapa.

Antes de analisar a cronologia, é importante destacar que o epicentro do Baile Funk da DZ7 está localizado na Rua Ernest Renan, entre a rua Herbert Spencer e Rudolf Lotze, esta mais ao norte de Paraisópolis. Quase todas as evidências audiovisuais coletadas estão localizadas na Rua Ernest Renan, apenas duas delas estão na Rua Herbert Spencer, quase na esquina com a Ernest Renan, e um único vídeo foi gravado dentro da Vela do Louro. Abaixo, a Figura 66 mostra o mapa das



Fig. 66 Espacialização dos pontos de filmagem das evidências audiovisuais (exceto rádio), com destaque para o epicentro do Baile da DZ7. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

evidências audiovisuais presente no relatório do CAAF, e a Figura 67 relaciona os agentes e veículos envolvidos na operação, alguns deles identificados na cronologia.

A cronologia começa pela análise do registro feito pela câmera da Ultragaz, às 02h07, que mostra os frequentadores confraternizando no epicentro do Baile da DZ7, na Rua Ernest Renan (Figura 68). Neste momento, tem início uma movimentação das pessoas em direção à Rua Rudolf Lotze. Um minuto depois, às 02h08, é possível, pelas imagens, observar um clarão, faíscas de explosão e fumaça próximo à esquina com a Rua Herbert Spencer. Poucos minutos depois, é possível identificar 4 viaturas e 4 policiais que caminham ao lado carregando armas, adentrando o epicentro do baile vindo da Herbert Spencer. As viaturas são identificadas na imagem como M16104, M16105, M16101, M16103 da 1ª Cia. A câmera da Foto Flash registra que eles sobem a Ernest Renan, cruzando a Rudolf Lotze em direção ao Baile do Bega.⁸⁵ A multidão se afasta. Depois que eles passam, as pessoas começam a retornar ao enquadramento da câmera da Foto Flash.

A festa transcorre normalmente por 1h28, até que, às 03h41 ocorre o chamado na rede rádio da PMESP relatando a ocorrência com os dois indivíduos na moto na rua Herbert Spencer, e chamando por reforço. Nos 8 minutos seguintes, 4 viaturas atendem o chamado na esquina da Herbert Spencer com a Ernest Renan, e 6

⁸⁵ O Baile do Bega é uma ramificação do Baile da DZ7, localizado dois quarteirões ao norte da DZ7.

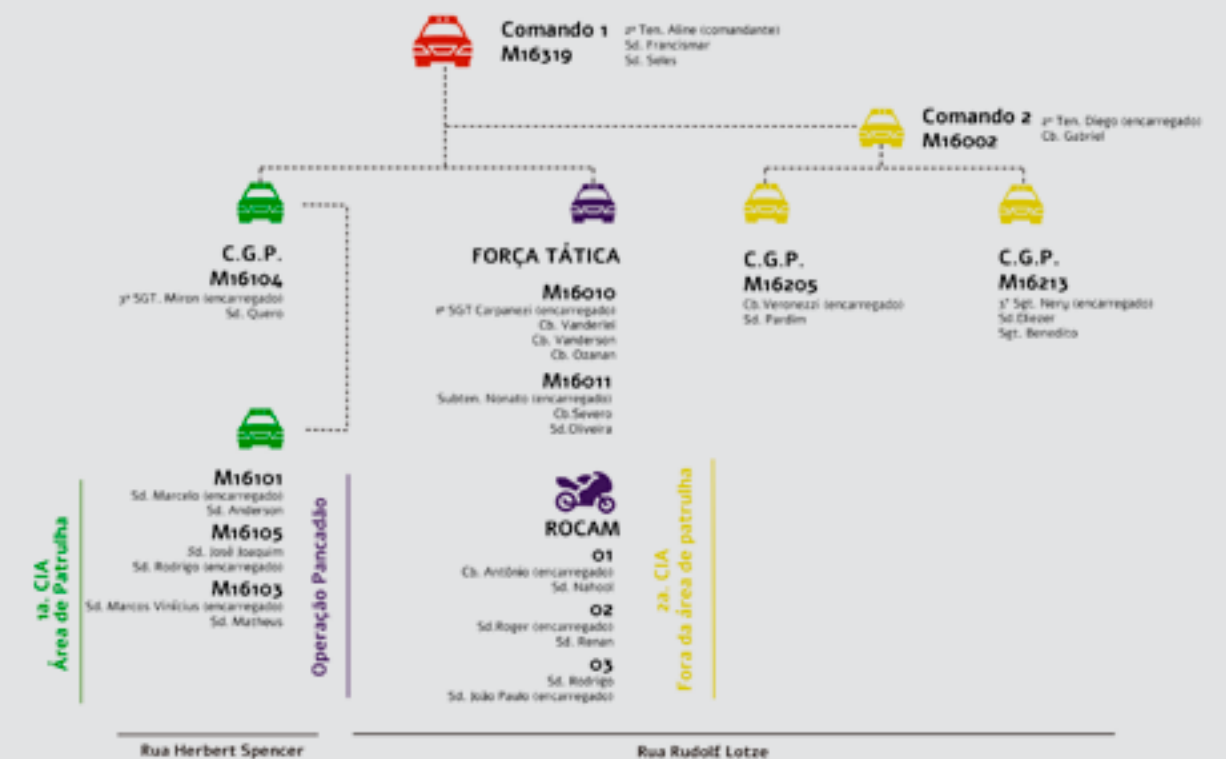


Fig. 67 Viaturas, motos e agentes envolvidos na ação, encadeados em ordem de comando. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

viaturas e 6 motocicletas da ROCAM chegam pela Ernest Renan sentido Rudolf Lotze, configurando a dinâmica do cerco na área mais densa do Baile da DZ7. É possível observar, pela câmera Foto Flash, as seis motocicletas da ROCAM adentrando a Rua Ernest Renan, próximo à esquina da Rudolf Lotze, e movimentação e correria da

Cronologia

02:07



QGIS
Março 2022
Paula Manajo e Lomane Rodrigues



Fig. 68 Primeiro momento analisado pela cronologia (02h07). Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

multidão, aparentemente tentando se afastar da movimentação das motos, sentido Baile do Bega. No epicentro do baile, a câmera da Ultragaz mostra que o fluxo é intenso (Figura 69), as pessoas confraternizam, até que se inicia uma movimentação no sentido Rudolf Lotze. Minutos depois, a Ernest Renan fica vazia, indicando que todos subiram em direção a Rudolf Lotze.

Às 03h49, 8

minutos após a comunicação de rádio indicando a presença da moto e chamada de reforço, a dinâmica dos eventos muda drasticamente. A câmera da Foto Flash mostra pessoas correndo sentido Herbert Spencer e uma viatura de grande porte adentrando em direção ao epicentro do baile em alta velocidade (Figura 70). A equipe do CAAF identificou a viatura como M16011. Poucos segundos depois da passagem da viatura, um clarão semelhante a um tiro de arma de fogo é visto na esquina da Ernest Renan com a Rudolf Lotze, seguido por outro. Segundos depois, a câmera da Ultragaz mostra um fluxo de pessoas vai retornando ao enquadramento, correndo no sentido Herbert Spencer, contrário ao que haviam corrido minutos antes. É possível perceber que a rua fica cheia, pois o fluxo fica mais denso e lento. Observa-se também fumaça, e pessoas que correm protegendo o rosto.

Câmera de Vigilância Ultragaz

Diversas pessoas estão reunidas na Rua Ernest Renan, confraternizando no epicentro do Baile da DZ7. Aos 25 segundos (02:05:25 no horário na tela), a CAM 2 e CAM 3, cujos ângulos de filmagem são cruzados, registram o início de uma movimentação coletiva. As pessoas olham por alguns instantes para o sentido do cruzamento com a Rua Herbert Spencer. Em seguida, se movem conjuntamente no sentido oposto, o da esquina com a Rua Rudolf Lotze. No canto superior esquerdo da CAM 2 e na CAM 3, podem ser observados reflexos dos faróis de veículos que seguem o mesmo percurso das pessoas. Às 02:06:16 no horário da tela, um clarão, faíscas de explosão e fumaça podem ser visto em ambas as câmeras.



Fig. 69 Frame da gravação da câmera da Ultrazaz no momento em que os frequentadores começavam a se movimentar para o lado oposto ao epicentro do baile, na Rua Ernest Renan. Fonte: Acervo CAAF.

Por volta de 3h50, a câmera da Ultrazaz mostra a multidão ainda descendo em direção à Herbert Spencer, indicando bloqueio ou movimentação perigosa no outro sentido. Elas hesitam, olham em direção à Rudolf Lotze, alguns tentam voltar, mas desistem e continuam descendo sentido Herbert Spencer. Porém, na esquina da Ernest Renan com a Herbert Spencer, dois vídeos, 02 e 09, gravados por testemunhas, mostram cenas de policiais agredindo frequentadores do baile, sem evidência de agressão prévia ou posterior da parte dos civis (figura 71). É importante destacar que os elementos espaciais presentes nos vídeos, como lojas, postes etc., possibilitaram sua localização no espaço. Além disso, os cones de visão dos vídeos se cruzam, portanto é possível encontrar elementos comuns entre eles, que permitem sua sincronização temporal. No material, é possível ouvir estampidos, sons de engati-

mentos e gritos. É possível observar reflexos das luzes do seu giroflex nas paredes da Rua Rudolf Lotze. No canto superior esquerdo vê-se pessoas correndo na Rua Rudolf Lotze sentido Av. Giovanni Gronchi, outras correm na Rua Ernest Renan sentido Bega. Vinte segundos depois, às 03:49:30, um carro estacionado na esquina também se move sentido Baile do Bega, seguido por algumas pessoas que ainda aguardavam nas proximidades da câmera. No segundo 41, pessoas fazem movimento corporal de susto. No canto superior do vídeo, é possível observar três policiais e um clarão semelhante a um tiro de arma de fogo na Rua Rudolf Lotze. Às 03:49:46, 43 segundos depois da chegada da viatura, não se pode mais ver ninguém na rua ou no cruzamento. Ocorre nova explosão.

03:49



Fig. 70 Recorte da cronologia. Análise do minuto 49 das 3h da manhã. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

Câmera de Vigilância Foto Flash

Aos 3 segundos, os frequentadores olham ao mesmo tempo na direção do Baile do Bega. Aqueles que estão na calçada se abaixam atrás de um carro e os que estão na rua correm, a maioria sentido Baile da DZ7. Aos 10 segundos se vê uma viatura de grande porte, de cor predominantemente branca e com faróis luminoso acionados, passando em altíssima velocidade sentido DZ7. Pessoas na calçada observam a movimentação da viatura, que sai do enquadramento, adentrando totalmente o epicentro do baile.

É possível observar reflexos das luzes do seu giroflex nas paredes da Rua Rudolf Lotze. No canto superior esquerdo vê-se pessoas correndo na Rua Rudolf Lotze sentido Av. Giovanni Gronchi, outras correm na Rua Ernest Renan sentido Bega. Vinte segundos depois, às 03:49:30, um carro estacionado na esquina também se move sentido Baile do Bega, seguido por algumas pessoas que ainda aguardavam nas proximidades da câmera. No segundo 41, pessoas fazem movimento corporal de susto. No canto superior do vídeo, é possível observar três policiais e um clarão semelhante a um tiro de arma de fogo na Rua Rudolf Lotze. Às 03:49:46, 43 segundos depois da chegada da viatura, não se pode mais ver ninguém na rua ou no cruzamento. Ocorre nova explosão.

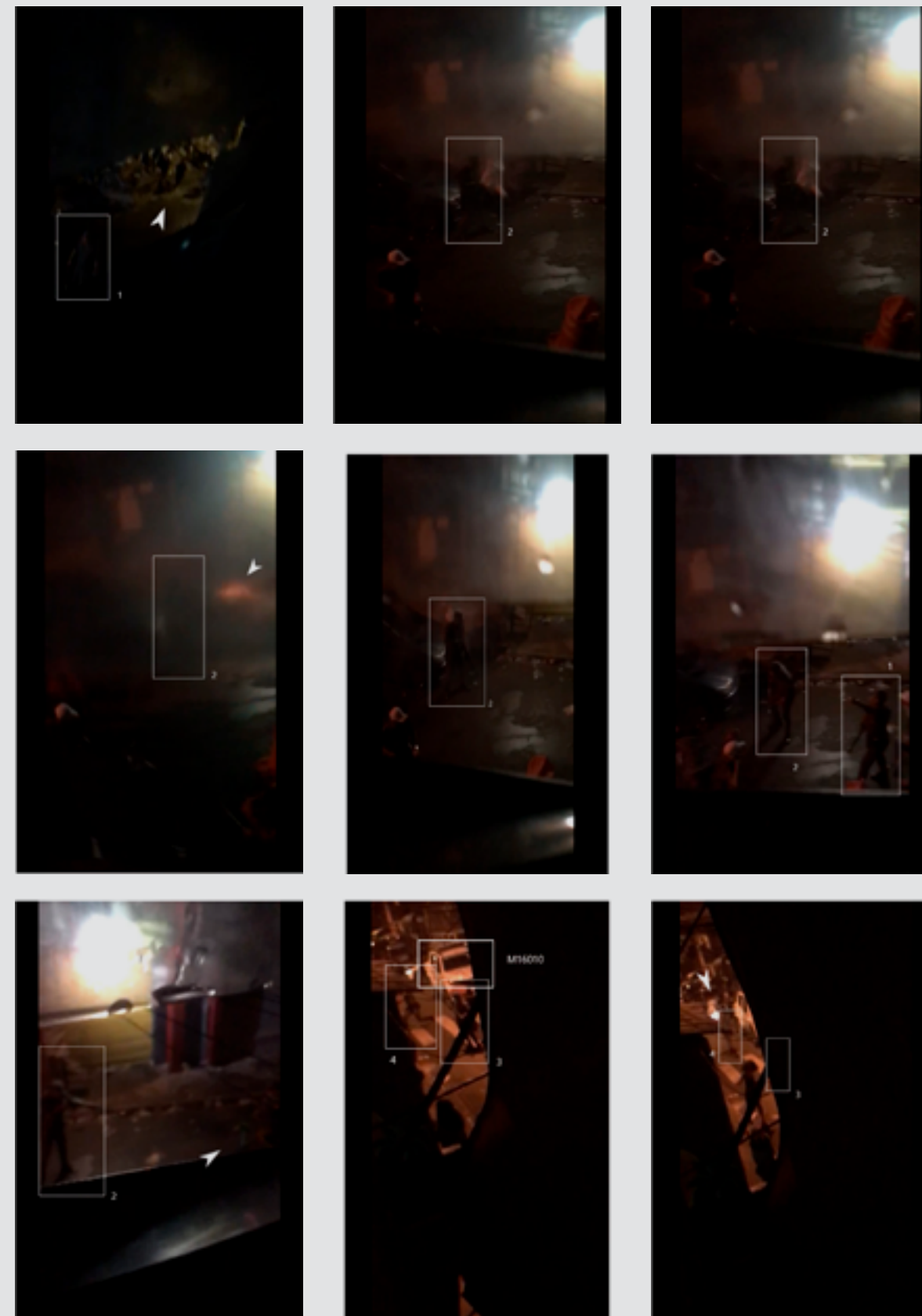
lhamento de arma, vidro estourando, e também alguns clarões, indicando explosões, e fumaça, indicando uso de gás lacrimogêneo ou outra arma química. Neste momento, pela cronologia dos materiais, é possível entender que os frequentadores estavam cercados na Ernest Renan, epicentro do baile, com viaturas, policiais e indícios de explosões e agressões em ambas as esquinas da rua, com a Rudolf Lotze e com a Herbert Spencer.

Nos minutos seguintes, continua uma movimentação para cima e para baixo da Rua Ernest Renan, entre a Rudolf Lotze e a Herbert Spencer. Pela câmera da Ultragaz, é possível ver um clarão perto da Viela do Louro, e mais pessoas correndo. Pela câmera Foto Flash, mais três clarões são vistos no cruzamento entre Rudolf Lotze e Ernest Renan. É possível ver viaturas e motos passando pela Ernest Renan.

Às 04h00, o vídeo 16, filmado por uma testemunha por detrás de uma cortina de um imóvel na Ernest Renan, próximo à esquina com a Rudolf Lotze, mostra policiais agredindo pessoas que saem da Ernest Renan para a Rudolf Lotze. Um policial chuta tão fortemente um passante que se desequilibra e quase cai. O vídeo também mostra clarões e nuvens de fumaça. Os vídeos 11 e 12, também filmados por testemunhas na esquina da Herbert Spencer com a Ernest Renan, continuam mostrando cenas de agressão dos policiais contra os frequentadores que tentam fugir.

Próximo às 04h05, o vídeo 01, gravado por uma testemunha de dentro de um imóvel na Ernest Renan, mostra a entrada para a Viela do Louro (Figura 72). Embora, na filmagem, a visão para a viela esteja bloqueada por um

202



203

Fig. 71 Sequência de frames do vídeo 09 mostrando agressões dos policiais aos frequentadores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

trailer de comida, é possível ver pessoas saindo da viela, e identificar 5 policiais. Dois deles permanecem na calçada, próximos à entrada da viela, agredindo com cassetetes os jovens que tentam sair, outros dois andam pela rua, e o quinto policial alterna entre a rua e a calçada. No total, 39 jovens saem da viela nos 3 minutos de gravação proporcionados pelo vídeo. Dois deles caem ao serem agredidos pelos policiais. É possível ouvir gritos dos policiais dizendo “vai morrer todo mundo”, “vai embora, filha da puta”, entre outros xingamentos. As testemunhas que gravam o vídeo conversam sobre o que está acontecendo, e comentam sobre ouvir um barulho de spray de pimenta sendo jogado. Ao longo do vídeo, 12 estampidos, possíveis barulhos de tiro, são ouvidos.

Não foi possível encontrar neste vídeo elementos que permitissem sua sincronização com os outros vídeos da cronologia. Porém, sabe-se que ocorreu após às 3h49, início do cerco. A inclusão do vídeo neste momento da cronologia se dá pela quantidade de estampidos, ouvidos também no vídeo 16, e na semelhança do cenário entre estes dois vídeos.



Fig. 72 Vídeo 1, filmado por duas testemunhas, mostrando agressões dos policiais aos frequentadores que saíam da Viela do Louro. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

De uma perspectiva de dentro da viela, o vídeo 6, filmado por uma testemunha, mostra três corpos no chão, identificados como Gustavo Cruz Xavier, um rapaz de casaco vermelho, possivelmente Bruno Gabriel dos Santos, e um rapaz de blusa branca. Muitos jovens estão no entorno dos corpos, as pessoas andam entre eles, alguns tentam pedir ajuda. Neste caso, foi possível determinar o espaço e tempo do vídeo através de um elemento comum presente no vídeo 6 e no vídeo 1: a iluminação de uma lanterna apontada por um policial para dentro da Viela. No vídeo 6, é possível ver o policial com a lanterna apontada, o que sugere que o vídeo 6 foi filmado nos minutos finais do vídeo 1, portanto, nos primeiros minutos das 04h00.

Às 04h09, a rede rádio da PMESP registra a solicitação do Comando 1 de resgate para a Rua Ernest Renan, altura da rua Rudolf Lotze. A câmera da Ultragaz registra a movimentação de duas viaturas. Às 04h10, um policial sai de uma viatura e tem uma breve conversa com outro, parado na viatura à sua frente. Segundos depois, 3 pessoas são vistas carregando um corpo. Às 04h11, a rede rádio registra a informação dada por um policial de que existem 10 indivíduos desacor-

dados. Às 04h13, a câmera Ultragaz registra duas pessoas que parecem arrastar um corpo. Às 04h15, a rede rádio registra um policial pedindo informações sobre as ambulâncias, e às 04h17, ele solicita permissão para socorrer as vítimas nas viaturas. Nos minutos seguintes, a câmera Ultragaz registra movimentação e conversa entre os policiais, assim como a movimentação das viaturas na rua.

Aproximadamente às 04h35, o vídeo 07, filmado por uma testemunha escondida atrás de uma proteção na Rua Herbert Spencer, mostra a movimentação dos policiais entre a Viela do Louro e o trailer de comida na sua entrada. Dois policiais parecem carregar um corpo e colocá-lo no chão. É possível ver uma viatura com o porta-malas aberto, próxima aos policiais. Às 04h36, duas fotos tiradas por testemunhas mostram dois corpos no chão, um deles tem o rosto visível, e aparenta estar inconsciente, com a boca aberta. Não é possível ver o rosto do outro corpo, virado para o lado oposto.

Às 04h37, pela rede rádio, o COPOM pergunta se o resgate chegou, e a resposta é negativa. Um policial então informa que irão socorrer as vítimas na viatura, pois estão encurralados por cerca de 1000 pessoas, informação falsa, pois minutos antes a câmera da Ultragaz mostrava a rua vazia. Um minuto depois, o policial informa os sinais vitais fracos das vítimas, que pedem por socorro, e solicita deslocamento das viaturas para o PS Campo Limpo. O COPOM diz que a ambulância está na Ponte Estaiada e o policial

responde que está muito longe. Às 04h43, COPOM autoriza socorro das vítimas. Às 04h52, a rede rádio registra que as viaturas se deslocam para o PS Campo Limpo. Às 05h02 a rede rádio da PMESP informa a entrada das vítimas no PS.

O que mostra a cronologia

Se analisadas separadamente, as evidências audiovisuais que mostram a brutalidade e violência dos policiais dirigida aos frequentadores do baile podem ser entendidas como episódios isolados e interpretados como ações parciais e excepcionais de policiais atuando em legítima defesa. Porém, se concatenadas e observadas em conjunto, os áudios, fotos e vídeos, somados aos depoimentos de testemunhas, permitem a visualização da operação policial como um conjunto, e a demonstração de nexos de causalidade entre as ações, que não seriam visíveis caso não fossem sincronizadas e vinculadas, deflagrando a arquitetura de uma ação planejada de fechamento dos acessos e uso de armas “não-letais”, como gás lacrimogêneo, balas de borracha e garrafadas, em uma multidão já encurralada. Portanto, a cronologia feita pelo CAAF permitiu *fazer-visível* a dinâmica do cerco conduzida pelos agentes policiais naquela noite (Figura 73), e decifrar, minuto a minuto, como a sequência de suas ações levou à morte dos nove jovens na Viela do Louro.

A análise e sincronização das evidências audiovisuais também demonstra o nível de complexidade do evento, e revela temporalidade da sequência dos fatos naquele dia, em uma operação extensa, que durou por volta de 1h11, iniciando-se às 3h41 – momento em que

Fig. 73 Dinâmica do cerco conforme as evidências analisadas pelo CAAF. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

os policiais informam a ocorrência com a motocicleta e os criminosos – e encerrando-se por volta das 4h52 – quando as viaturas se deslocam para o hospital; e a

espacialidade do evento, concentrado principalmente na rua Ernest Renan e em seus cruzamentos com a Rua Rudolf Lotze e Herbert Spencer, o epicentro do Baile da DZ7, e na Viela do Louro, rua estreita com entrada perpendicular aproximadamente no centro da Rua Ernest Renan.

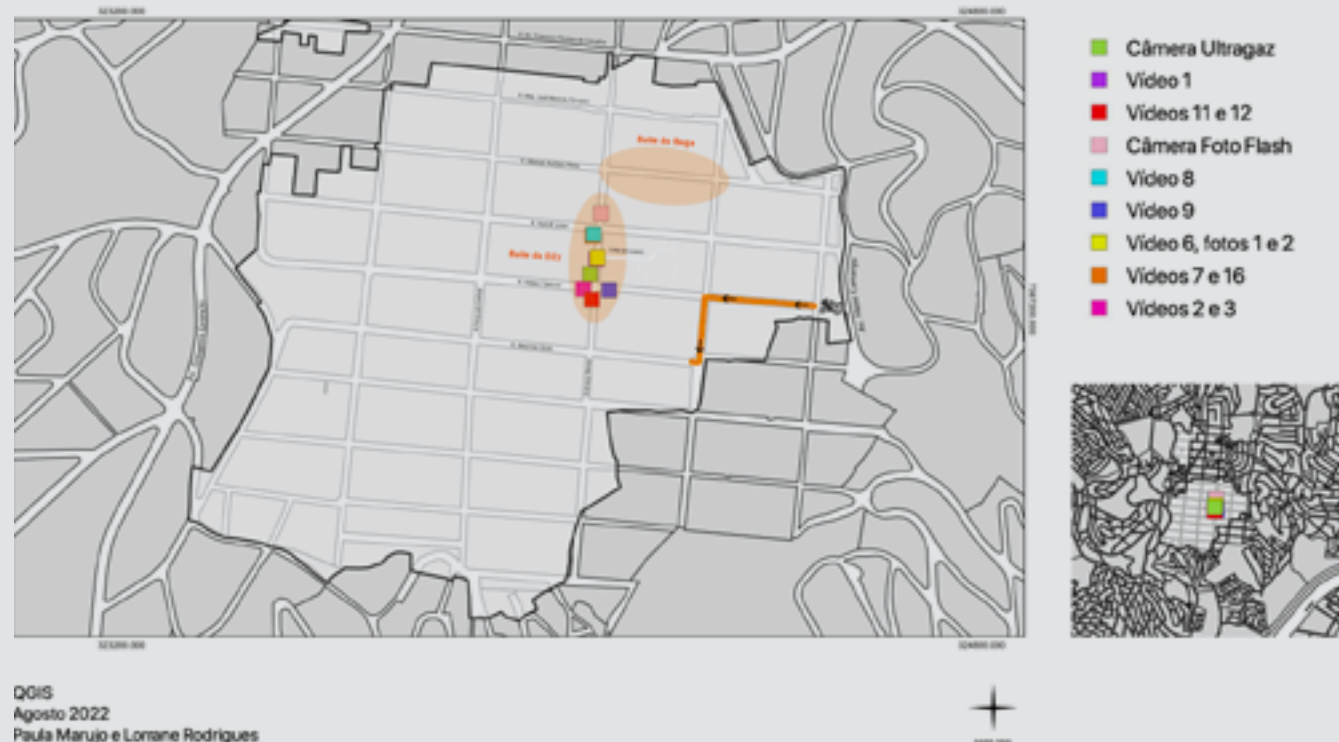
Além disso, permite a identificação da quantidade de viaturas da PMESP, motos da ROCAM e indica as características físicas de alguns dos policiais presentes, assim como seu padrão violento de ação contra os frequentadores do baile. A partir da concatenação das evidências, o CAAF então elabora cinco constatações importantes que serão analisadas a seguir.

A primeira delas é que não foi possível visualizar, em nenhum material audiovisual, a presença da motocicleta com os dois suspeitos atiradores que adentraram ao baile pela rua Herbert Spencer, seguindo pela Melchior Giola, de acordo com a narrativa policial, no período informado. Para além das evidências audiovisuais, a existência da moto não está registrada em nenhum outro material, a não ser nos testemunhos policiais (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022). O relatório do CAAF informa que houve tentativas, por parte do delegado do DHPP, de identificação da motocicleta e dos dois suspeitos em B.O.s de roubo, dados de radares, câmeras de fiscalização e testemunhas, porém, mesmo assim, nada indicou a presença da moto. É no mínimo questionável a existência da moto pelo fato de ninguém ter sido alvejado pelos tiros, atropelado ou ao menos visto uma moto entrar em um baile lotado naquela noite.

O cerco ao Baile da DZ7 e sua cadeia de comando



Possível Rota de Fuga 1



Possível Rota de Fuga 2

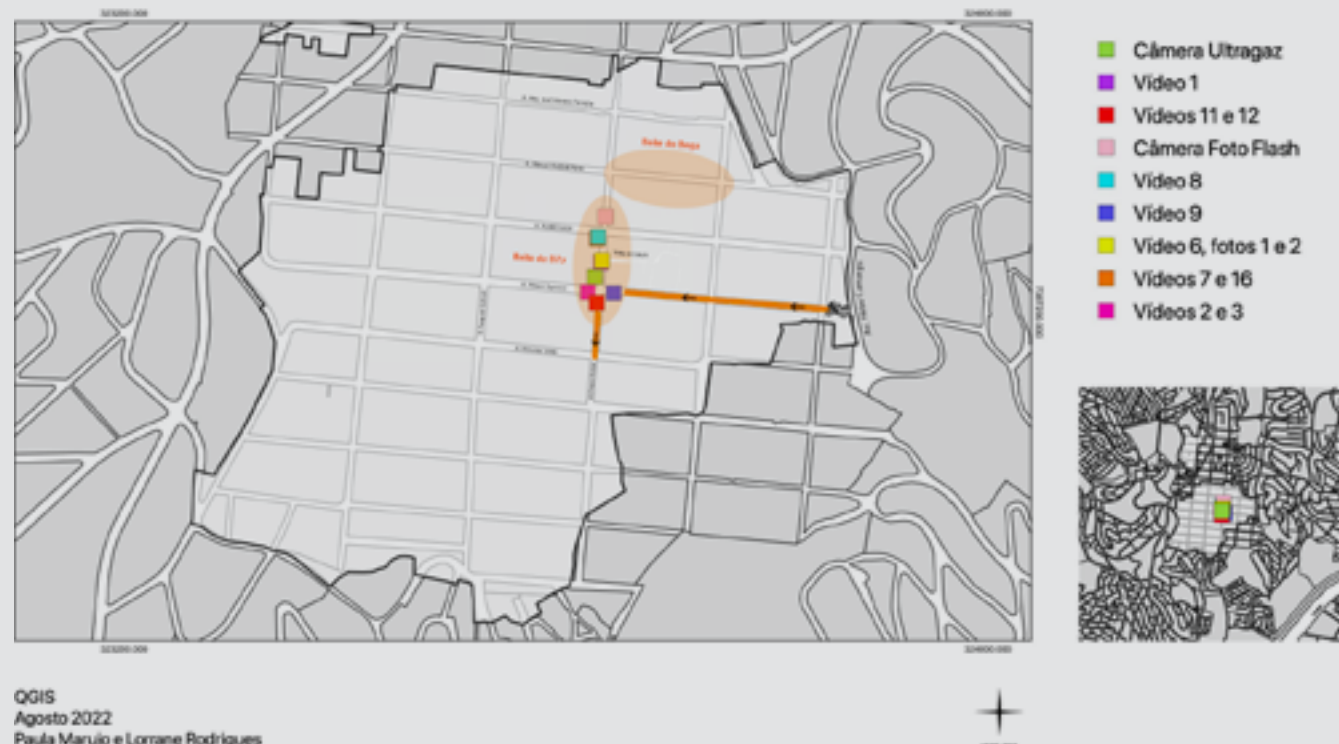


Fig. 74 Reconstrução da possível rota da motocicleta com os atiradores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

Fig. 75 Reconstrução da possível rota da motocicleta com os atiradores. Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

A investigação do grupo também apurou que, quando informado à rede rádio, a ROCAM sinalizou que a troca de tiros ocorreu na Rua Herbert Spencer e se dirigiu ao epicentro do baile, justificando a ofensiva da polícia. Porém, os policiais militares do 16º BPM/M, que acompanharam a perícia de local momentos antes da tomada dos depoimentos, informaram que o tiroteio ocorreu na Rua Rudolf Lotze. Portanto, há ainda

mais indícios, fornecidos pelos próprios policiais, de que, se houve mesmo a presença da motocicleta com os atiradores, ela não se deu na rua do baile. O CAAF, portanto, reconstrói duas possíveis rotas da motocicleta, para tentar entender a lógica da ação policial que adentra ao baile para perseguir os atiradores (Figuras 74 e 75).

Portanto, de acordo com o que informa a ROCAM à rede rádio, nas duas rotas de fuga possíveis, a motocicleta não passa pelo epicentro do baile, e, como reportado, a ocorrência não teve consequência, pois a moto evadiu pela rua Melchior Giola, se afastando do evento. Desta forma, a entrada das 6 motos da ROCAM no baile não é justificada, pois os supostos criminosos se moviam na direção oposta, e seus ataques não tiveram continuidade. De acordo com as evidências das câmeras Foto Flash e Ultragaz, a movimentação da multidão tem início com a entrada das ROCAM no baile, e as pessoas se movem em sentido contrário, aparentemente se afastando da movimentação da polícia, buscando proteção. A partir do início dessa dinâmica, também não é encontrado nenhum indício nos registros audiovisuais das agressões dos frequentadores do baile contra as viaturas de reforço.

Em conclusão, não existem evidências, nem na rede rádio, nem no material audiovisual, ou qualquer outro meio, da entrada da moto com os criminosos no Baile da DZ7, no momento em que foi reportado pelos agentes, e, por consequência, não é possível afirmar que a movimentação causada pela entrada da moto com os atiradores no baile causou as mortes das vítimas. Também não existem evidências da suposta reação dos frequentadores jogando pedras, latas e garrafas nos policiais. Ao contrário, as imagens e a comunicação por rádio mostram que as 6 motocicletas da ROCAM adentraram o baile em alta velocidade, dando início à movimentação da multidão na rua Ernest Renan, sem nenhum indício de agressão prévia ou posterior.

A segunda constatação feita pelo CAAF a partir da cronologia se refere ao movimento atípico da 1ª Cia do 16º BPM/M no desenvolvimento dos eventos, e sua contribuição para a dinâmica do cerco. As viaturas da 1ª Cia não faziam parte da Operação Pancadão, ativa naquela madrugada, mas estavam responsáveis por ocorrências ordinárias. Porém, o comboio foi registrado em vídeo, como mostra a cronologia, fazendo patrulhamento no epicentro do baile, 1h antes dos eventos fatais. Também neste momento, foi visto um clarão, indicando uma explosão, possível ação de repressão contra a multidão. Quando feito o chamado de reforço pela rede rádio, as viaturas foram as primeiras a atender o pedido, reportando para a rua Herbert Spencer. A presença da 1ª Cia e sua atuação no decorrer da noite foi essencial para a formação da dinâmica do cerco, em ações coordenadas com a equipe tática, no cruzamento oposto com a Rudolf Lotze, agredindo frequentadores que tentavam sair, tanto pela Herbert Spencer, quanto, posteriormente, pela Viela do Louro. Portanto, é possível sugerir uma “disposição previamente conflituosa, que pode ter encontrado no motociclista um pretexto para uma ação mais dura contra o baile” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 178).

Em terceiro lugar, o CAAF destaca a dinâmica da atuação dos agentes posicionados no cruzamento da Ernest Renan com a Rudolf Lotze: as 6 motos da ROCAM e o restante das viaturas da Força Tática e da 2ª Cia, cujo posicionamento e ação, em relação à 1ª Cia, posicionada ao final da rua, conclui a dinâmica do cerco. O grupo frisa que a maioria das viaturas que atendeu ao chamado de

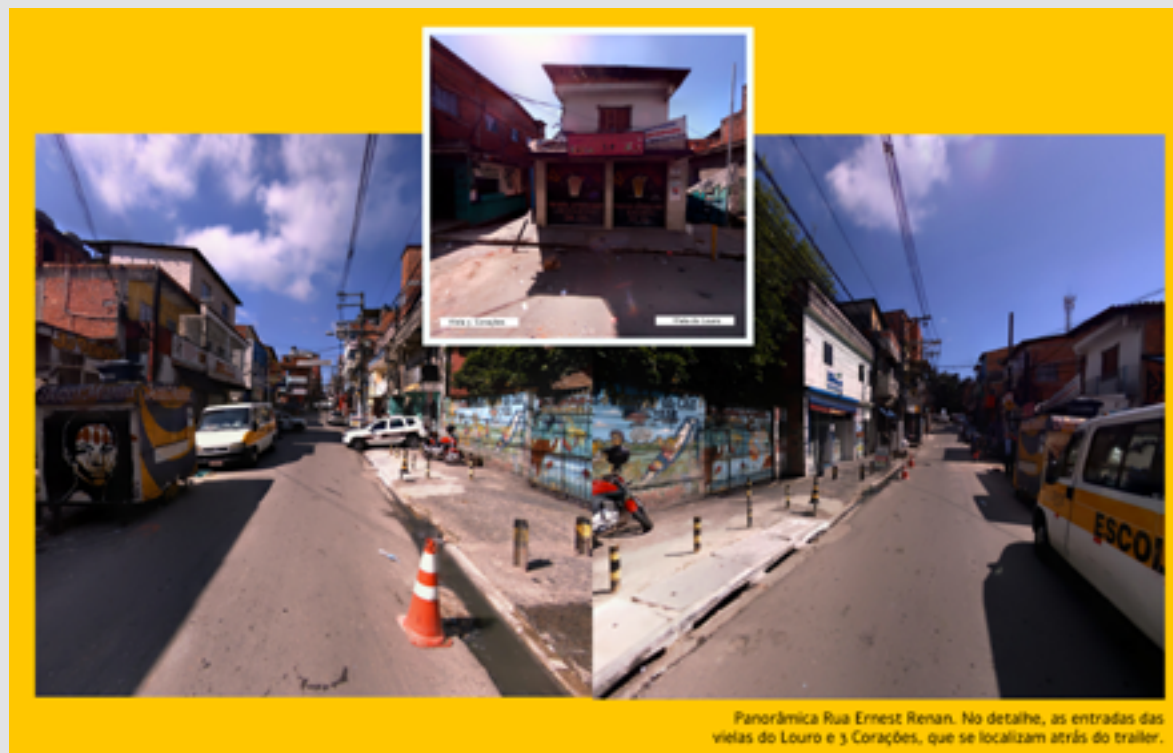


Fig. 76 Trecho da Rua Ernest Renan e detalhe mostrando a entrada para a Viela do Louro. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística.

reforço se posicionou em um local que não foi o informado na rede rádio, e buscou informações sobre o GPS das viaturas para tentar entender o porquê do posicionamento diferente do informado pelos agentes da ROCAM. Porém, não foi possível obter dados consistentes de geolocalização da PMESP no recorte de tempo necessário, pois alegaram

mal funcionamento do sistema. 16 minutos se passaram desde o pedido de apoio da ROCAM e a chegada das viaturas na Rudolf Lotze, momento em que já havia sido informado que o acompanhamento da moto com os criminosos já havia sido perdido, ou seja, de acordo com o informe, não seria mais necessária uma ação policial urgente em razão da ocorrência.

A quarta constatação decorrente da cronologia é em relação à “razoabilidade, proporcionalidade e legalidade da ação, levando em conta seu poder ofensivo e duração, bem como as características espaciais e arquitetônicas do local em que foi realizada” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 178). Com a compreensão de que não havia mais ocorrência crítica a ser atendida, pois a moto havia se dispersado em direção oposta ao baile, a ação dos policiais continuou por mais de 1h, e contou com ações de dispersão e brutalidade policial em desconformidade com o Manual de Procedimentos Operacionais (POP), principalmente ao que se refere ao uso de armas “não letais”. De acordo com a PMESP, foram utilizadas 8 granadas, sendo 3 explosivas e 5 de gás lacrimogêneo, e também 8 munições de impacto, totalizando 16 dispositivos acionados. Porém, analisando o material audiovisual disponível, foi possível identificar 30 estampidos de granadas e tiros. Considerando que há lapsos importantes de tempo nos vídeos recebidos pelo CAAF, é possível prever que este valor seria ainda maior caso fosse possível analisar o material audiovisual na íntegra. Além disso, apenas 6 dos 31 policiais estavam legalmente habilitados e treinados para uso deste tipo de armamento, o que deflagra, por si só, a conduta indevida.

É muito importante destacar que a qualidade de não-letalidade dessas armas, como gás lacrimogêneo, balas de borracha e cassetetes, estão atreladas às condições e normas de uso especificadas nos treinamentos relacionados no Manual do POP. O uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha, por exemplo, devem ser feitos em locais em que seja possível a dispersão das pessoas e dos gases, no segundo caso. Além disso, é necessário o estabelecimento de uma distância mínima do atirador para o alvo. Analisando as imagens das câmeras e a cronologia dos

Fig. 77 Interior da Viela do Louro mostrando um dos estreitamentos. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística.

Fig. 78 Interior da Viela do Louro mostrando um dos estreitamentos. Fonte: Sistema de Digitalização a Laser 3D do Instituto de Criminalística.

eventos, assim como a arquitetura das vias nas quais a ação ocorreu, e a dinâmica do confinamento da multidão, o CAAF pode afirmar que esta condição não foi atendida, e, portanto, foi assumido um risco de letalidade por parte dos policiais.

Para analisar mais profundamente esta questão, o grupo estudou as condições espaciais e arquitetônicas das ruas e vielas em que o Massacre ocorreu, através das imagens de digitalização a laser produzidas



pelo Instituto de Criminalística, como vemos nas imagens a seguir. A partir disso, foi possível entender que o movimento da multidão se deu em “afunilamento espacial”, pois a Viela do Louro possui uma largura quase cinco vezes menor do que a rua, configurando dinâmicas de compressão dos corpos.

As imagens produzidas e utilizadas pela Polícia Civil para a análise espacial dos acontecimentos, como relatado na introdução a este capítulo, foram úteis para a investigação do CAAF, que pôde visualizar os espaços nos quais se deu a dinâmica, tanto em relação às dimensões e estreitamentos presentes na Viela do Louro, quanto em relação à topografia da Rua Ernest Renan, que favorece a visualização entre os dois cruzamentos (Figuras 76, 77 e 78). Essa análise foi importante para concluir sobre as dinâmicas de fuga e posicionamento das viaturas e agentes durante o cerco.

Portanto, de acordo com essas análises, é possível afirmar que não há justificativas para a continuidade da ofensiva policial e progressivo uso de força e armas “não-letais” contra uma população confinada em ruas e vielas estreitas que, em nenhum momento, de acordo com as evidências disponíveis, ofereceram algum tipo de resistência contra os agentes, seja antes ou depois do início da ação policial naquela madrugada. Ao contrário, ao invés de controlar uma situação de risco e fora de controle, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos, foram os policiais que deram início a ela (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

O exame exaustivo das imagens reunidas pela investigação mostra uma ação desproporcional e ilegal em que se observa um aumento progressivo da força que não encontra qualquer justificativa objetiva. Pode-se afirmar com segurança que, durante todo o período considerado, não houve agressão, reação, tentativa de resistência por parte dos frequentadores ou qualquer outra situação que justificasse a manutenção de uma ação policial que culminou em ações de violência na entrada da viela onde ocorreram as mortes. Assim, os fatos observáveis refutam a hipótese de que o uso da força militar teria resultado de resistência à intervenção policial por parte da multidão. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 174).

A quinta e última consideração constatada pelo CAAF a partir da cronologia foi a reiteração de que a polícia não prestou os devidos socorros às vítimas, mentiu ao informar as condições vitais dos jovens, ao dizer que pediam por socorro, e ao afirmar que, no momento do resgate, estavam cercados por 1000 pessoas, impedindo a chegada da ambulância, o que influenciou a autorização do COPOM para a remoção dos jovens nas viaturas. Pela cronologia, é possível constatar que as vítimas foram levadas ao PS Campo Limpo após, pelo menos, uma espera de 34 minutos pela autorização. Sabe-se, portanto, que devido à *causa mortis* por asfixia indireta, constatada nos laudos do IML, e pelo relatório da biomédica Ana Velloso, os jovens já não estavam vivos naquele momento. Desta forma, é possível concluir que as ações dos policiais não configuram prestação de socorro, mas, ao contrário, se mostraram “pouco associadas à tentativa de preservação de vida das 9 vítimas” (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 175).

Portanto, através das análises realizadas, é possível afirmar que as mortes do Massacre de Paraisópolis não foram um caso de resistência à ação da polícia, mas uma ação coordenada, violenta, desproporcional e irregular, contra a vida daquela população:

[...] as mortes no Baile da DZ7/Paraisópolis não são um caso de resistência à intervenção policial, porque a ocorrência com a motocicleta comunicada ao COPOM não ensejou acompanhamento por parte das equipes atacadas, que comunicaram o afastamento dos agressores da região do baile, assim como seu próprio afastamento em segurança. Com isso, a posterior aproximação dos efetivos policiais foi desnecessária, porque não estava relacionada nem ao socorro de quem já estava em segurança, nem à interceptação de quem já havia fugido por outro percurso. Ao mesmo tempo, as evidências descartam qualquer tipo de ação de agressão ou resistência à reaproximação policial por parte da multidão. Ao contrário, elas mostram um ataque policial desnecessário, desproporcional em termos de força e de duração, sem amparo nas regulações da própria PMESP, protagonizado de forma coletiva e coordenada contra um público não reativo. (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022, p. 177).

Em conclusão, a partir da convergência entre as evidências e análise espacial das ruas, vielas e movimentação do público e dos agentes estatais, o CAAF pôde compreender a ação policial na sua totalidade, e a sequência dos fatos e acontecimentos na madrugada do dia 1º de dezembro de 2019, e afirmar que, em contraste com a narrativa apresentada pela polícia, não houve resistência, não houve pisoteamento, e não houve socorro. Em entrevista à autora, Maria Cristina Portugal, mãe de Denys Henrique e pesquisadora do CAAF, resume o trabalho feito por ela e pelo CAAF, e as conclusões a que chegaram. Para ela, a principal contranarrativa é a de que não houve a devida prestação de socorros, negligência dos agentes que, caso tivessem agido conforme o protocolo, poderiam ter salvado a vida de seu filho.

A resistência que eles alegam é que haviam dois indivíduos em uma moto que estavam trocando tiros com a polícia. E a outra é que a população foi para cima deles com garrafas, pau e pedras. Não houve resistência, pois não havia esses motoqueiros, e eles não entraram no baile. E tampouco houve resistência por parte dos civis. As imagens e os vídeos mostram tudo isso, e o trabalho do CAAF conseguiu descaracterizar isso. Essa é uma das primeiras desconstruções. A segunda é quando eles acionam o rádio do COPOM dizendo que havia 9 indivíduos supostamente pisoteados, o que também não é verdade. Eles começam a construir a narrativa deles de pisoteamento a partir daí. Eles já chegam no hospital com essa hipótese do pisoteamento e assim vai ser levado o processo e é levado até hoje. Mas, essa hipótese já foi derrubada, pois somente um dos meninos tinha traumatismo no laudo, os outros todos morreram por asfixia, não tinham um osso quebrado, então não configura morte por pisoteamento. A terceira desconstrução que eu entendo como a principal é a do socorro. Eles não fizeram primeiros socorros, eles são treinados para isso. Tinham 31 policiais envolvidos. Se um deles tivesse feito

manobras de reanimação em um dos meninos, talvez um deles teria se salvado. Mas, nenhum prestou socorros. Isso sem contar com a demora para levá-los ao hospital. Eles mentiram também sobre o tempo que demorou todo o processo. (Portugal, 2022, n.p.).

Os resultados completos, assim como as metodologias utilizadas e o processo de trabalho como um todo estão expostos no relatório para a Justiça, e no relatório para o público, aberto, e disponível para download no site do CAAF, este com maiores detalhes sobre o contexto em que o caso aconteceu, e na institucionalização dos dados sobre a violência aferida. O relatório para a justiça foi enviado ao juiz responsável pelo caso, na intenção de fornecer a assessoria técnica e científica para o julgamento do caso.

Múltiplos Fóruns

Além do relatório técnico entregue à Defensoria e ao juiz encarregado do caso, e do relatório geral publicado em seu site e divulgado nas redes sociais e meios de comunicação, o CAAF também realizou uma série de ações paralelas em conjunto com os familiares das vítimas, para socializar as evidências encontradas, sensibilizar a população sobre o caso e não só buscar a verdade e justiça para o Massacre de Paraisópolis, mas ampliar as lentes para a violência policial e a repressão ao baile funk e à juventude preta e periférica em São Paulo e no Brasil.

Em um primeiro momento, o CAAF propôs às famílias a realização de um podcast para a produção da história oral sobre as vítimas.⁸⁶ A ideia não era realizar uma entrevista clássica, mas sim uma série de reuniões coletivas com todas as famílias, para, a cada vez, uma família ter a oportunidade de contar sua história. De acordo com Desirée Azevedo, esse movimento não só aprofundou a relação entre o CAAF e as famílias, mas entre as famílias em si. 5 famílias se pronunciaram e suas histórias foram publicadas na página de Youtube do CAAF, assim como no Spotify. Este foi um momento importante para o ganho de confiança dos familiares para a transposição do luto introspectivo para a esfera pública.

Depois, na intenção de humanizar o caso e trazer as vítimas para dentro da narrativa, o CAAF propôs às famílias a realização de uma série de vídeos que pudessem não só contar a história das vítimas, mas divulgar os 3 eixos orientadores da investigação, as 3 contranarrativas estabelecidas por eles. A série de vídeos chamada “3 Atos, 9 Vidas” foi um projeto que buscou divulgar e sensibilizar o público geral à história de cada um dos jovens, e explicar, em um material audiovisual, as dinâmicas que ocorreram naquela madrugada. Os vídeos foram, então, pensados e produzidos pelos próprios familiares, com execução do CAAF. Para Desirée Azevedo, o trabalho está totalmente relacionado à dinâmica das famílias:

A produção dos vídeos e constituição das narrativas continua na lógica da relação com as famílias, respeitando o próprio caráter do trabalho e a

⁸⁶ O podcast “1094” é um canal aberto do CAAF para encontros, compartilhamentos e conversas sobre violência de Estado, Direitos Humanos e Ciências Forenses. Maiores informações no Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCT2_IBKqIGt7pl5qJv-U2xA e Spotify: <https://open.spotify.com/show/6rO8rq6ftUgDS6nB9XVYj>

⁸⁷ Trechos da entrevista concedida por Maria Cristina Portugal à autora, em dezembro de 2022.

forma de produzir conhecimento que não vem da universidade para fora, mas sim da relação da mesma com as famílias. Por isso, pensamos em produzir esse material audiovisual e apostar no que temos de diferencial nesse trabalho, que é a relação com os familiares. (Azevedo, 2022, n.p.).

Para Maria Cristina Portugal, os vídeos são “um resumo da desconstrução da narrativa que eles [a polícia, o Estado] contam e já vem sustentando há 3 anos. É uma maneira de mostrar para a sociedade a verdade que eles não contam”. Ela, que se envolveu profundamente na produção dos vídeos, acredita que os vídeos são importantes não somente para disseminar essas desconstruções, mas para contar a história dos jovens, que, “antes do 1º de dezembro, tem vida, história e família”.⁸⁷

Naquele momento de produção dos vídeos, foi aí que me senti importante, como a mãe do Denys, fazendo justiça, correndo atrás da verdade. Isso me fortaleceu muito, me fez entender que eu precisava fazer isso. Pois, não é só lutar contra o sistema, é poder provar. Todas essas coisas foram feitas, e eu lembro bem da parte da narração dos vídeos, eu fiquei muito empolgada, eu fui atrás das pessoas, consegui fechar com o MC Hariel [parceria estabelecida para a narração de um dos vídeos], e eu me senti importante. Eu não estou nessa luta, pois estou colaborando, estou porque quero justiça. Quando a Desirée fala que eu tive uma ideia que somou à investigação, isso é muito importante para mim. (Portugal, 2022, n.p.).

A série foi lançada em 2021, em um evento público produzido pelo CAAF em parceria com a Defensoria, e com a presença de lideranças de movimentos na luta por justiça contra a violência estatal, assim como políticos e defensores públicos envolvidos no caso. Estavam presentes quase todos os familiares, que tiveram a oportunidade de falar após a exibição. Além disso, o CAAF também deu suporte na organização dos atos em memória do Massacre, organizados por movimentos sociais, grupos de direitos humanos e pelos familiares, a cada ano passado das mortes dos jovens, e também participou de inúmeras manifestações e ações nas ruas, ao longo dos últimos 3 anos.

Portanto, o trabalho do grupo se realiza em frentes diversas que dialogam e se complementam, sempre em relação e trabalhando junto com as famílias. Em entrevista para a autora, Desirée Azevedo conta que o CAAF realiza um trabalho em três partes: por um lado, há a atuação legal, na realização de análises técnico-científicas para dar suporte à Defensoria do Estado de São Paulo, para a investigação de um caso concreto de violência policial, por meio de um acordo de cooperação estabelecido entre as duas instituições. Por outro lado, o CAAF está ligado à Universidade, e há uma atuação para a produção de conhecimento acadêmico sobre violência estatal. Neste sentido, realiza pesquisas sobre as dinâmicas engendradas por este tipo de violência no país, para contribuir para um movimento mais amplo de produção de dados, evidências materiais e não

materiais e conhecimentos sobre violência de Estado. Por fim, e mais importante, está em diálogo e trabalhando em conjunto a uma comunidade que sofre essa violência e que orienta e direciona sua pesquisa.

O trabalho com violência estatal é um trabalho que se expande para além do universo penal, espaço que, isolado, se torna inadequado para a discussão de questões cruciais sobre a responsabilização e reparação de direitos. Como colocado pelo CAAF no relatório publicado, casos de violência estatal possuem um lastro muito grande e um respaldo histórico na política brasileira. Há uma série de mecanismos, inclusive na institucionalização e produção de conhecimento e dados sobre este tipo de violência, que legitima e desculpabiliza o Estado em casos como este. Por isso, para Azevedo, a opinião pública possui um papel chave na possibilidade de os policiais serem responsabilizados neste caso:

Existe uma ideia de que policiais não são condenados porque não tem prova, ou que as pessoas não se revoltam porque elas não sabem [o que realmente aconteceu]. O normal é justamente o contrário, que por um excesso de provas os policiais sejam absolvidos. Esse benefício da dúvida está sempre do lado do policial e não de quem é alvo da ação do policial. Não se trata das pessoas não saberem, mas sim de anuência, tanto do sistema de justiça quanto da sociedade de uma forma geral. Não deixar que esse caso caia no esquecimento, de convencer as pessoas não do que aconteceu, mas de que o que aconteceu está errado. É um lugar muito mais complexo, político. É nesse lugar que estamos brigando. (Azevedo, 2022, n.p.).

Logo, é necessária uma atuação em múltiplas frentes que possa articular questões mais amplas, e colocar em relação ao trabalho de diversos agentes, para além do foro legal. Azevedo entende que não existe o trabalho do CAAF somente, ou a metodologia de pesquisa do CAAF, mas sim um trabalho coletivo, realizado em conjunto e pelas famílias. Para ela, é necessário articular essas frentes e conectar essas diferentes ações como parte de um mesmo circuito:

Podemos desdobrar [o caso do Massacre de Paraisópolis] em várias outras questões, mas só conseguimos fazer isso a partir da conexão com outros agentes e estando presente em outros espaços. Acessar a opinião pública, e oferecer e abrir espaço para outra narrativa nesse contexto, faz parte desse processo de querer desdobrar o caso para além dele. Para tentar conseguir com que ele produza outras coisas, é importante que a gente consiga criar um circuito político entre os movimentos sociais, as universidades, os grupos de direitos humanos, as ONGs, que estejam dedicados a produzir esses conhecimentos. No sentido de impulsionar, estimular, tentar conectar nesse circuito político. (Azevedo, 2022, n.p.).

Para ela, o maior ganho no trabalho, até o momento, é a possibilidade do estabelecimento da relação entre essas três frentes de atuação, para trabalhar de forma mais intrínseca as dimensões jurídica, científica e afetiva, e batalhar para que elas caminhem juntas, e possam “levar à construção de uma verdade que seja, do ponto de vista científico, fidedigna aos fatos, do ponto de vista jurídico, que

responsabilize os culpados, e que do ponto de vista afetivo, respeite a memória e o luto e esteja a serviço do direito à verdade das famílias.” (Azevedo, 2022, n.p.).

Em entrevista à autora, ao ser questionada sobre a efetividade da investigação, e se o trabalho de pesquisa trouxe esclarecimentos para ela e sua família em relação ao caso, Maria Cristina Portugal diz que a investigação a ajudou a entender o que aconteceu naquela madrugada, e entende que ainda irá ajudar muito a trazer visibilidade para o caso e para a ação da polícia e do Estado, visibilidade esta que ela compreende ser essencial para o combate a este tipo de violência. Apesar de saber que nunca haverá justiça pela morte do seu filho, ela realiza um trabalho como mãe política, exigindo mudanças não somente em relação ao Massacre de Paraisópolis, mas para a conscientização sobre uma questão mais ampla e histórica, que é a violência policial contra jovens da periferia.

Eu não perdi um filho morto, inocente, pela polícia, em vão. Alguma coisa tem que mudar nas leis. Nós, os familiares, falamos sobre isso. A gente achava que depois da morte dos nossos filhos não iam mais acontecer casos assim, pois a morte deles repercutiu muito [na mídia], mas depois desse caso, aconteceram vários outros. Se você não vai para cima, não mostra a realidade, não traz essa verdade, eles vão continuar matando. E não podemos permitir isso. Isso é a Maria Cristina política falando. [...] Eu tive que entender que a questão política que envolvia meu filho era a política de morte. E por isso eu me tornei a Cristina política, para mostrar que essa política de morte não pode prevalecer, tem que acabar. (Portugal, 2022, n.p.).

Portanto, a pesquisa realizada pelo CAAF, em conjunto com os familiares, mostra a importância de uma investigação civil, independente, que se utiliza de metodologias participativas de produção de conhecimento comum, técnico, forense, e também afetivo, para uma construção da verdade do que aconteceu, que seja consciente da força que a narrativa da polícia exerce sobre a sociedade como um todo, e que busca não somente a responsabilização e a reparação para a morte desses nove jovens, mas a criação de um campo de sensibilidade para a questão da violência policial de caráter sistemático que oprime comunidades periféricas no Brasil.

Memória

da

Terra

Se a cidade e o território são um direito, pode a arquitetura ser concebida e praticada como uma forma de advocacia desse direito? Podemos mobilizar instrumentos da arquitetura, como o desenho, a modelagem, o mapeamento, como um instrumento de advocacia desses direitos?

Paulo Tavares

MEMÓRIA DA TERRA

Data do evento

Processo contínuo de despossessão e remoção do Povo Xavante de seu território, intensificado na época da ditadura militar brasileira (década de 1960), com destaque para a remoção forçada da Terra Indígena (T.I.) Marãiwatsédé em 1966, e em curso até os dias de hoje. O período investigado foi de 1946 a 1988.

Data da publicação da investigação
2020

[Aproximadamente 4 anos de trabalho]

Local

Serra do Roncador, nordeste do Mato Grosso.

Metodologias

Regressão Cartográfica, Modelagem 3D, Trabalho de campo.

Objetivo principal

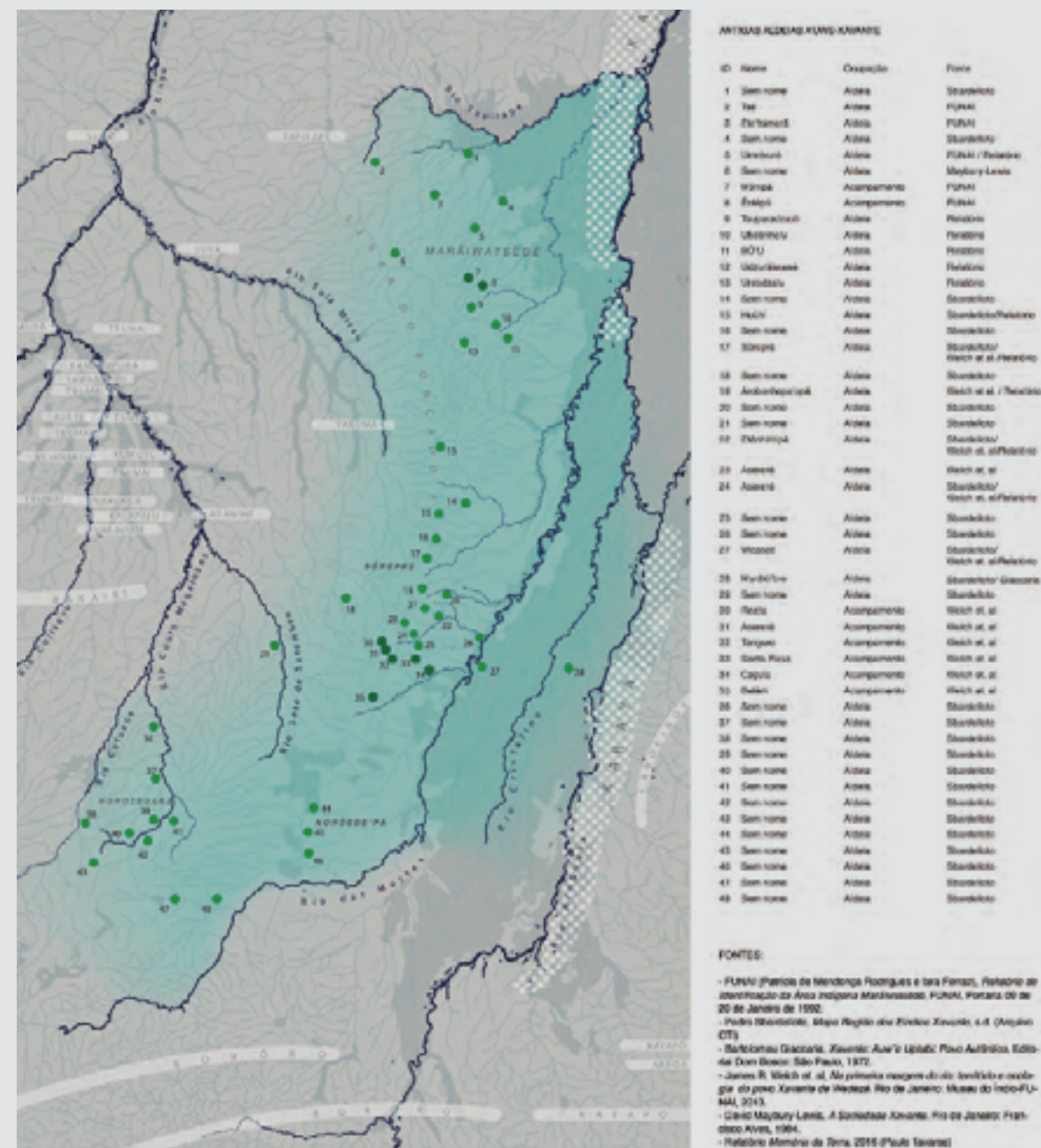
Produzir um mapeamento detalhado do processo de desterritorialização sofrido pelo Povo Xavante durante décadas de implementação de políticas de apagamento estruturadas pelo Estado, e comprovar a presença ancestral dos Xavante na região, para a preservação de sua memória e reparação do seu direito à terra.

Fóruns

Inquérito Civil Público
1.20.004.000072/2014-82 movido pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Município de Barra do Garças, Requerimento ao IPHAN, Fórum público em território Xavante, Mídia, Exposição.

Contextualização

Os primeiros registros documentais sobre os Xavante na região do atual estado do Mato Grosso datam do século XVIII. À época, as populações indígenas dessa região sofriam ataques sistemáticos de incursões bandeirantes, que tinham por objetivo capturar indígenas para vendê-los como escravos. Depois da descoberta das minas de ouro em Goiás, na década de 1720, o objetivo passou a ser então expulsar os povos indígenas dessas áreas para explorar as jazidas.

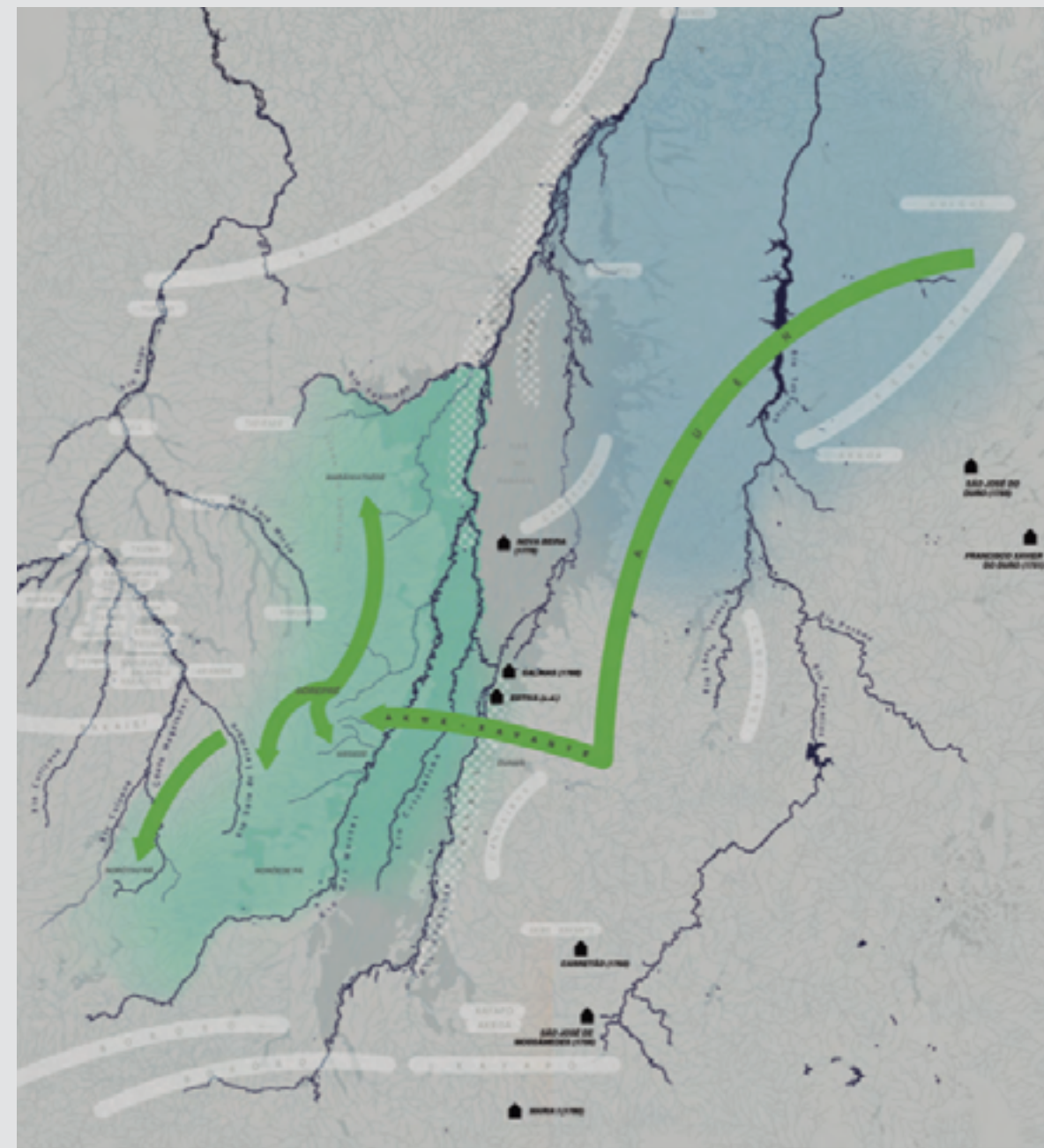


Território Ancestral A'uwe-Xavante

Distribuição geográfica das antigas aldeias Xavante

- Território Ancestral A'uwe-Xavante
- Aldeias
- Acampamentos

Fig. 79 Mapa mostrando o território ancestral Xavante e seus acampamentos. Fonte: (Tavares, 2022).



Formação do Território A'uwe-Xavante

Migração, dispersão geográfica e ocupação do Rio das Mortes (1820-1920)

- Aldeamentos Séculos XVIII e XIX
- Antigo Território Akuen (Xavante-Xerente)
- Trajetória da migração A'uwe-Xavante
- Território Ancestral A'uwe-Xavante

Após 1750, o regime de Marquês de Pombal instaura uma nova política indigenista de pacificação e aliciamento, visando concentrar os indígenas em aldeamentos para a “integração” à sociedade colonial. Alguns grupos eram mais resistentes à opressão e aos processos violentos da pacificação, e decidiram abandonar a região, dentre eles, o povo que seria chamado de Xavante, e que passou a habitar a margem do Rio das Mortes (Tavares, 2022). “A decisão de afastar-se da sociedade colonial terá grande importância na constituição da identidade A'uwe e de sua política com os não índios,

Fig. 80 Mapa mostrando a migração do povo A'uwe-Xavante para as margens do Rio das Mortes, se afastando do avanço da fronteira colonial. Entende-se que este processo ocorreu entre o século XVIII e XIX. Fonte: (Tavares, 2022).

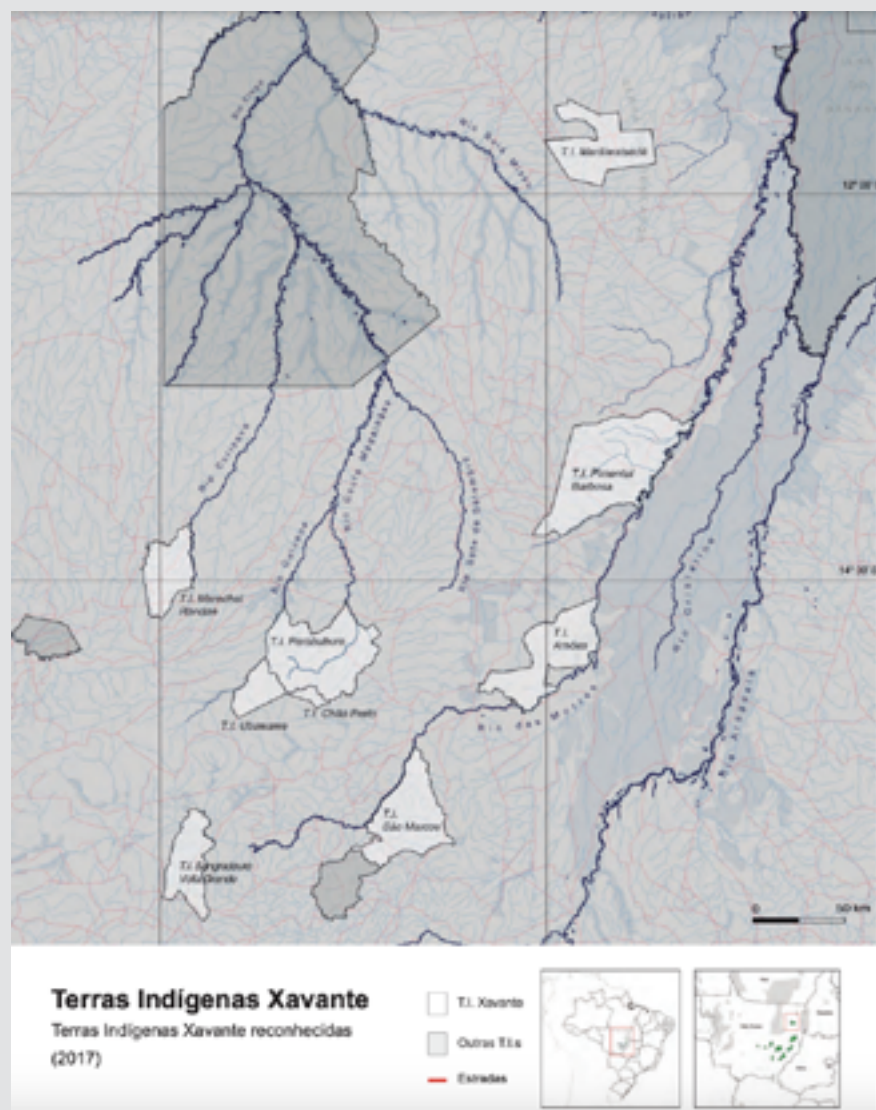


Fig. 81 Mapa mostrando as T.I. Xavante reconhecidas até 2022. Fonte: (Tavares, 2022).

informando a maneira pela qual se confrontarão com a segunda investida pacificadora nos anos 1940-1960.” (Tavares, 2022, p. 43).

Desde o século XIX, portanto, o povo A'uwe-Xavante, como se denominam, passa por um longo processo de migração até se estabelecer em uma vasta região ao longo do baixo e médio Rio das Mortes, entre o Planalto Central e a Bacia Amazônica, atual nordeste do estado de Mato Grosso, em uma disposição estrutural de aldeias independentes, tendo como polo difusor e aldeia-mãe a aldeia Tsõrepré, uma das mais importantes da região, que seria posteriormente fragmentada em outros assentamentos. Ao longo dos anos, o território Xavante irá se organizar politicamente ao redor de três grandes complexos de aldeias, cada qual com sua própria aldeia principal, como havia sido Tsõrepré. Até os anos 1940, há indícios de que o povo Xavante conseguiu delimitar e defender a soberania do seu território contra investidas pacificadoras com relativo sucesso, com pouco contato com povos não-indígenas (Tavares, 2020).

Uma das primeiras tentativas de mapeamento da região Xavante foi feita pelo padre Pedro Sbardellotto, que atuou

88 O programa “Marcha para o Oeste” foi uma política implementada pelo governo de Getúlio Vargas no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940. O objetivo principal era promover a ocupação e desenvolvimento das áreas do Centro-Oeste do país, especialmente do estado de Goiás, com o intuito de estimular a produção agrícola, expandir as fronteiras territoriais e promover a integração nacional. A iniciativa visava combater a concentração de terras no litoral e incentivar a colonização e a agricultura no interior do país. Para isso, o governo adotou uma série de medidas, como a construção de estradas, a implantação de colônias agrícolas, a concessão de terras para colonos e a oferta de financiamento para desenvolver a produção agropecuária.



Fig. 82 Reportagem da revista O Cruzeiro sobre as campanhas de pacificação do SP, 1946. Fonte: (Tavares, 2022).

há mais de 20 anos em processos de pacificação dos A'uwe, de produção estimada na década de 1970. De acordo com o mapa, existiram 31 aldeias entre 1850 e 1950, distribuídas em quatro regiões: Norõtsu'rã, Norõde'pá, Wedezé e Marãiwatsédé, indicando a posse

ancestral dos Xavante no território que vai das margens do Rio das Mortes até os afluentes do rio Xingu. Também existem registros de que o povo Xavante se movimentava e abria novos acampamentos pela região, criando rotas de caça e recursos (Tavares, 2020).

A partir da década de 1940, durante o governo Getúlio Vargas, as terras Xavante se tornam um “território estratégico nas políticas de Estado” (Tavares, 2022, p. 23). e sua presença passa a ser considerada um obstáculo para a implementação dessas políticas expansionistas econômicas, principalmente no contexto do programa “Marcha para o Oeste”.⁸⁸ Nesta época, tem início algumas expedições de “desbravamento” conduzidas pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – que depois seria transformado na FUNAI –, com o intuito de reconhecer e mapear a região. Foram produzidas diversas fotos aéreas que seriam publicadas em revistas e reportagens que retratavam o povo Xavante como “selvagem” e “agressivo” (Tavares, 2022).

Assim, instaura-se uma segunda “política de pacificação”, coordenada pela SPI, que, seguindo os moldes das políticas coloniais, constituía-se na criação de “postos indígenas” que concentravam os povos originários em alguns pontos específicos, removendo-os de seus territórios originais – áreas de interesse político-econômico do Estado – e transformando-os em trabalhadores rurais. Dessa forma, poderiam evacuar o território e dar seguimento à implementação de estratégias desenvolvimentistas. As operações de “pacificação” foram executadas de forma a criar acampamentos em toda a extensão do território brasileiro, como pode-se observar na Figura 83.



Fig. 83 Mapa produzido pelo SPI na década de 1950, mostrando os postos indígenas controlados por eles. Fonte: (Tavares, 2022).

No fundamento da moderna política indigenista implementada pelo Estado brasileiro estava a concepção de que as populações indígenas deveriam ser fixadas em colônias agrícolas. Reduzidas a esses espaços, as terras indígenas estariam liberadas para ser ocupadas e exploradas economicamente, enquanto nos assentamentos oficiais os índios seriam gradualmente transformados em trabalhadores rurais. (Tavares, 2022, p. 119).

Quando os militares assumem o poder no Brasil, dá-se continuidade e intensifica-se o projeto colonial que se apoia no confinamento e cerceamento (Tavares, 2022) da mobilidade de povos originários para um projeto de desenvolvimento e segurança nacional, com ampliação para a Bacia Amazônica.⁸⁹ Esse processo de ocupação do território tem como consequência não só a violência contra os povos ameríndios que ali habitavam, mas também a violência ambiental, a destruição do meio ambiente e desmatamento, que configura da mesma forma um tipo de violência contra a vida. O argumento oficial do Estado era de que havia nesses territórios um “vazio demográfico” (Tavares, 2020), que precisava ser ocupado, ideia esta que pressupõe “não apenas a negação da existência de povos indígenas na região, mas também sua remoção física do território”. (Tavares, 2022, p. 19).

Propagado sob o discurso da modernidade civilizatória, esse processo causou dramática redução territorial e populacional da nação Xavante, e foi extremamente nocivo para sua cultura e seu modo de vida. Em alguns casos, especialmente com os Xavante de Marãiwatsédé, essas políticas levaram à completa despossessão do habitat indígena e ao limite do extermínio de todo o grupo. (Tavares, 2022, p. 98).

⁸⁹ Ver: TAVARES, Paulo. Paulo Tavares: Memória da Terra. **Canal Arte!Brasileiros**, [s.l.], 14 nov. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T2EmFLqCSDU&t=10s&ab_channel=ARTE%21Brasileiros. Acesso em: 14 jul. 2023.

Em 1966, após décadas de processos violentos de despossessão e negação do seu direito à terra, uma operação da Força Aérea Brasileira (FAB) autorizada pelo SPI, transfere os Xavante de Marãiwatsédé para uma terra há mais de 400 km de distância de seu território original, com a intenção de viabilizar um megaempreendimento agropecuário. Em exílio e afastados de seu habitat tradicional, as comunidades de Marãiwatsédé sofreram grande decréscimo demográfico, passando por um processo de desagregação social, e extermínio cultural e físico. (Tavares, 2022). Após mais de 20 anos de luta pela retomada e demarcação de suas terras, em 1992, a Funai reconheceu a T.I. Marãiwatsédé, homologada em 1998, e os Xavante conquistaram o direito de retorno à sua terra, que só foi plenamente possível em 2013, após a desintrusão da reserva indígena.

Em 2014, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes apresentou uma proposta de desvio da rodovia BR-158, de forma a movê-la da T.I. Marãiwatsédé. À época, para tentar barrar o projeto, foram disseminadas na mídia notícias e informações que descaracterizaram a região como território originário Xavante, e até hoje o projeto não saiu do papel. Em 2017, durante um encontro com empresários do agronegócio, Rodrigo Rodrigues, então considerado para assumir a Diretoria de Proteção Territorial da Funai, afirmou que a demarcação da T.I. Marãiwatsédé havia sido um “absurdo total”, pois essa área “nunca havia sido indígena”. (Tavares, 2022, p. 18). De acordo com Paulo Tavares, “hoje, as T.I.s demarcadas configuram um “arquipélago” de áreas protegidas em meio a um oceano de áreas desmatadas, pastagens e plantações.” (Tavares, 2022, n.p.).

Em 2016, Tavares, à frente da Agência Autônoma, foi comissionado para produzir subsídios periciais a um Inquérito Civil Público⁹⁰ movido pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Município de Barra do Garças, que apurou a violação de direitos do povo Xavante na remoção forçada da T.I. de Marãiwatsédé na década de 1960, e a violência de caráter sistemático que eles vêm sofrendo há séculos, perpetuada nos dias de hoje.

⁹⁰ Inquérito Civil Público 1.20.004.000072/2014-82.

A negação da existência ancestral indígena nessa região, e, por consequência, a negação dos direitos territoriais dessas comunidades, ato que também significa expropriar-lhes a história e a memória, constituem uma forma de perpetuar a política do apagamento por outros meios. Após mais de 20 anos da identificação da T.I. Marãiwatsédé, a sobrevivência desse tipo de discurso na esfera pública mostra como o legado tóxico do passado recente de violência contra os povos originários ainda está presente na maneira pela qual o Estado, suas instituições e a sociedade nacional de maneira geral se relacionam com essas populações. A construção da memória e da verdade histórica desses eventos, bem como a reparação das graves violações que foram cometidas contra as comunidades Xavante, é passo essencial para reverter esse legado de violência e violações que ainda afeta essa população e ameaça a integridade de seu território remanescente. (Tavares, 2022, p. 21).

Assim, a investigação conduzida por Tavares, em colaboração com a Associação Xavante Bö'u, e com suporte do MPF, Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) e do Forensic Architecture buscará, portanto, identificar e reconhecer a presença ancestral dos Xavante nesta região, assim como trazer evidências sobre décadas

de violência aferida a eles nos mencionados processos de pacificação entre os anos de 1946 e 1988, através de uma pesquisa arqueológica e forense, que busca “desvelar os sujeitos apagados nos processos de colonização” (Tavares, 2022) e revelar os monumentos e traços históricos deixados na terra, nas fotografias, imagens de satélite e história oral, que evidenciam e testemunham o direito ao território e reparação do povo Xavante e seus descendentes por anos de violações e luta nesta região.

O campo e o estúdio

O relatório da Comissão Nacional da Verdade estima que pelo menos 8 mil indígenas foram forçosamente desaparecidos ou mortos pelo regime militar (Tavares, 2018). Porém, é importante destacar que, apesar dos números serem expressivamente maiores do que outros desaparecidos políticos, essa memória não ficou gravada no imaginário social dessa violência, marcado pelas imagens documentais dos desaparecidos, que atestam a existência desses sujeitos perante um Estado que tentava apagá-los (Tavares, 2018), e por processos de descoberta de valas comuns e exumações e reconhecimento de corpos, como abordado no primeiro capítulo desta dissertação. No caso dos desaparecidos indígenas, esse tipo de evidência documental quase não existe, o que os torna, como coloca Tavares, “os desaparecidos dos desaparecidos” como vítimas políticas. (Tavares, 2018). Porém, existem outras formas de *fazer-visível* a violência aferida contra estes povos durante esse período.

Ao se aproximar do caso para entender a violência sofrida pelos Xavante, Tavares entende que as imagens dos desaparecidos indígenas e da violência da despossessão e apagamento existiam não no reconhecimento dos corpos, mas nas cicatrizes deixadas na terra. Analisando fotografias aéreas e de satélite tiradas à época, foi possível compreender a arquitetura das antigas aldeias que foram desocupadas e destruídas, entender sua estrutura, formação e disposição espacial, e reconstruí-las, para depois localizar suas assinaturas, as ruínas das antigas aldeias, marcadas no território. Depois disso, foi feito um trabalho junto ao povo Xavante de identificação das aldeias e da formação botânica existente nos sítios arqueológicos desses assentamentos.

O passado indígena desse território está gravado não somente na memória coletiva do povo Xavante, mas também na memória da terra, a própria paisagem como arquivo, a terra como documento histórico. Apesar das várias formas com as quais tentaram submeter essas populações, que a Comissão Nacional da Verdade chamou de *política do apagamento*, a história desse povo continua registrada na própria composição botânica da floresta. (Tavares, 2022, p. 26)

Assim, o campo, neste caso, se constituiu de fotografias aéreas tiradas à época da missão de reconhecimento conduzida pela FAB e SPI, assim como documentos referentes à política de pacificação, abordada na contextualização, e também imagens de satélite produzidas na década de 1970 pelo governo dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, e que se tornaram públicas apenas recentemente.⁹¹ Também foram usadas imagens de satélite contemporâneas para comparação e entendimento das condições atuais dos antigos assentamentos identificados. Finalmente, os mapeamentos produzidos pelo SPI e pelo padre Pedro Sbardello, e os relatos e conhecimentos fundamentais dos anciãos Xavante foram essenciais para o reconhecimento da área ancestral Xavante, e para a descoberta de pelo menos 7 aldeias ancestrais, formando o sítio arqueológico Xavante, em sua maioria fora de áreas indígenas demarcadas.

As metodologias de análise utilizadas para a investigação foram, portanto, a modelagem 3D e um método chamado “Regressão Cartográfica”, que compara mapeamentos de diferentes épocas para localizar os eventos no espaço, analisando imagens de “antes e depois”⁹² para entender os eventos que se passaram no tempo percorrido entre os dois registros. O FA define “Regressão Cartográfica” da seguinte forma:

A regressão cartográfica se refere ao processo de utilizar documentos históricos, mapas e fotografias aéreas sobrepostas a imagens contemporâneas, a fim de rastrear as mudanças no território e “determinar como elementos da paisagem do passado correspondem aos do mundo moderno”. A regressão cartográfica está sendo cada vez mais utilizada em levantamentos arqueológicos como um meio de avaliar prováveis localizações de recursos culturais. (Forensic Architecture, s.p.).

⁹¹ Comumente conhecido como Big Bird, o projeto Hexagon foi parte de uma sequência de programas secretos de reconhecimento fotográfico por satélite iniciados pelos Estados Unidos no começo dos anos 1960. Alguns desses satélites estavam equipados com câmeras muito sofisticadas, capazes de registrar imagens em níveis de resolução considerados altos até mesmo para os padrões atuais. Durante sete anos de operação, de 1973 até 1980, o Big Bird gerou cerca de 30 mil imagens em branco e preto de praticamente toda a superfície da Terra a uma resolução variável de seis a nove metros. Em 2002 o sigilo de grande parte dessas fotografias foi liberado, de maneira que hoje é possível acessá-las e investigar certos aspectos da história da ocupação humana no planeta por meio das informações contidas nestes registros. Mais em: relatório Memória da terra.

⁹² WEIZMAN, Eyal; WEIZMAN, Ines, *Before and After – Documenting the Architecture of Disaster*. Moscou: Strelka Press, 2014.

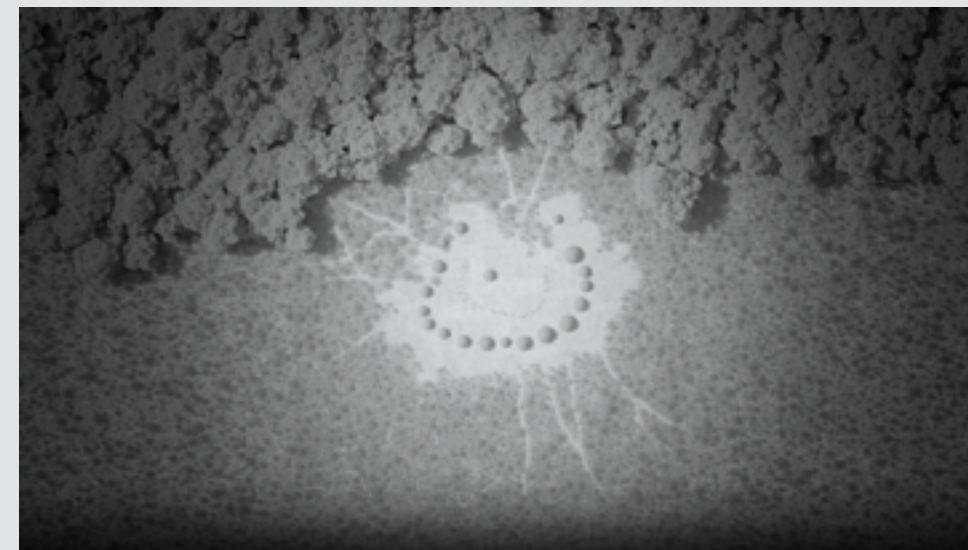
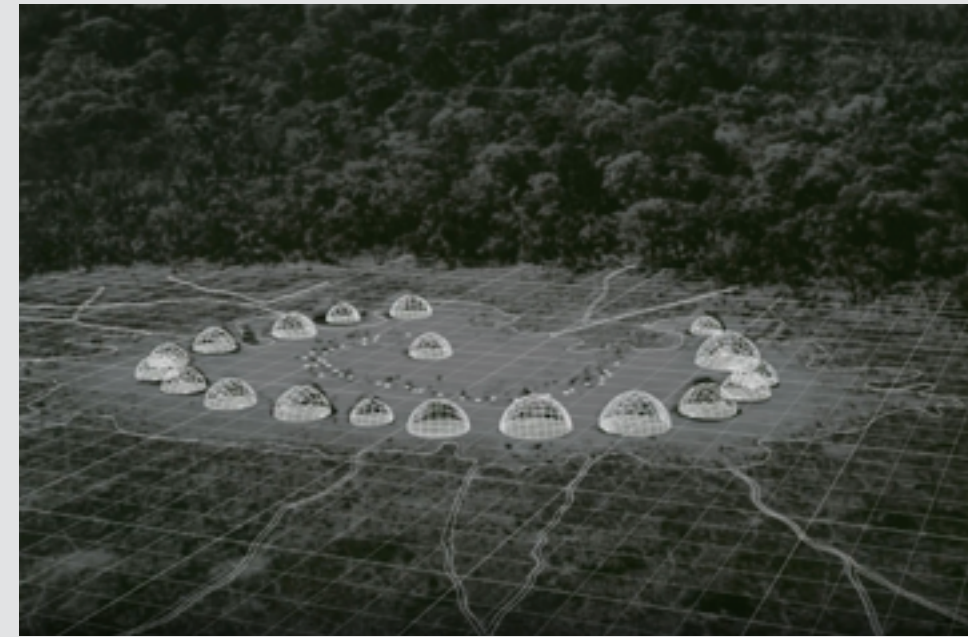
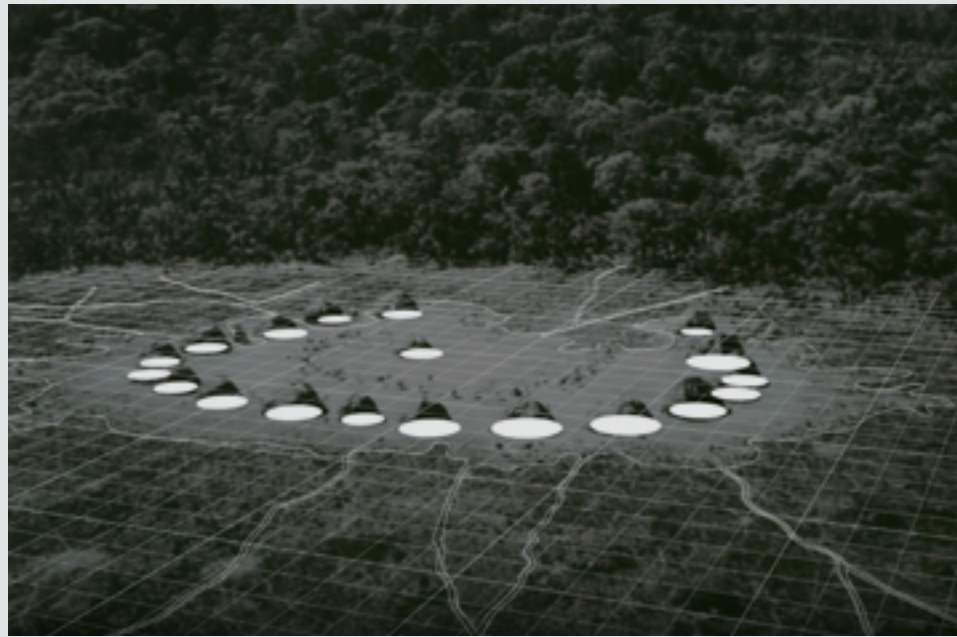


Fig. 84 Processo de reconstrução de uma aldeia Xavante em modelagem 3D com base nas fotografias aéreas da década de 1940. Fonte: (Tavares, 2022).

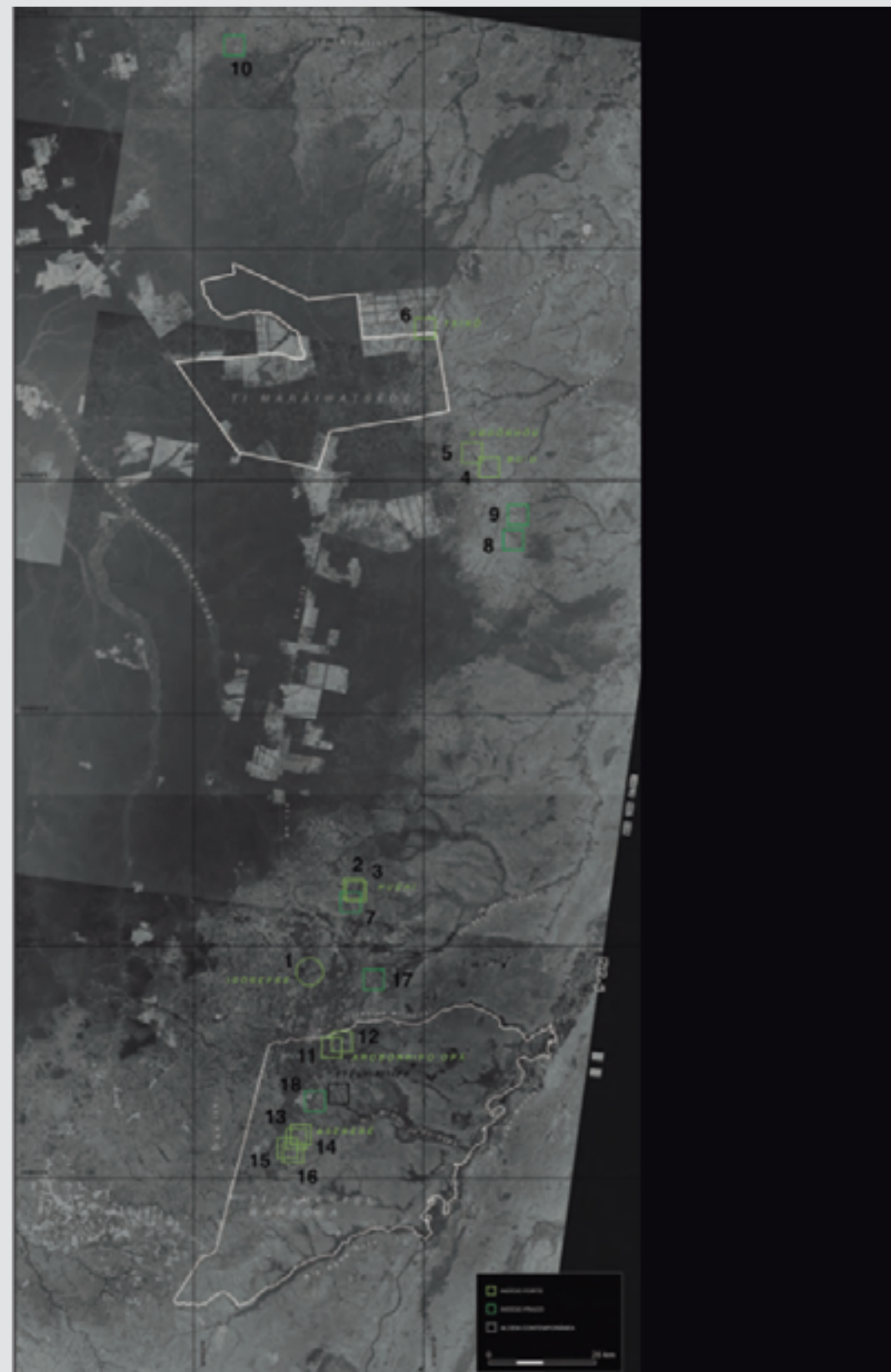


Fig. 86 Composição das imagens de satélite do projeto Hexagon, de forma a retratar todo o território Xavante. O mapa mostra também as antigas aldeias identificadas. Algumas com fortes indícios que revelam seu formato e localização, outras mostram sinais mais fracos. Fonte: (Tavares, 2022).

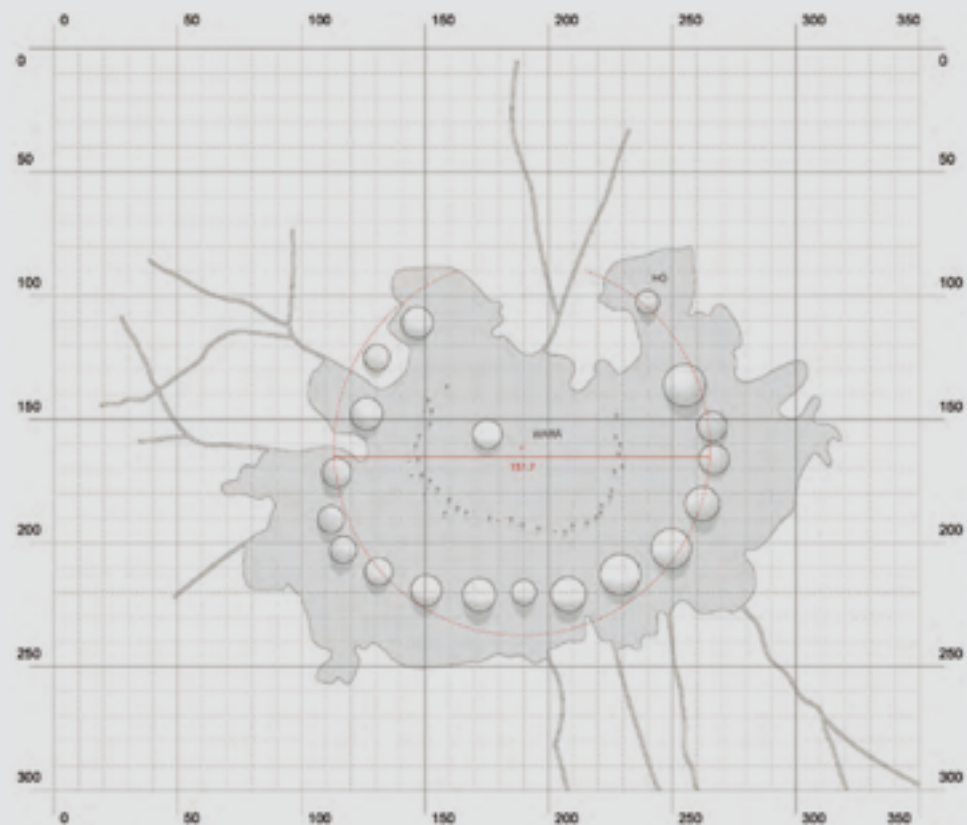


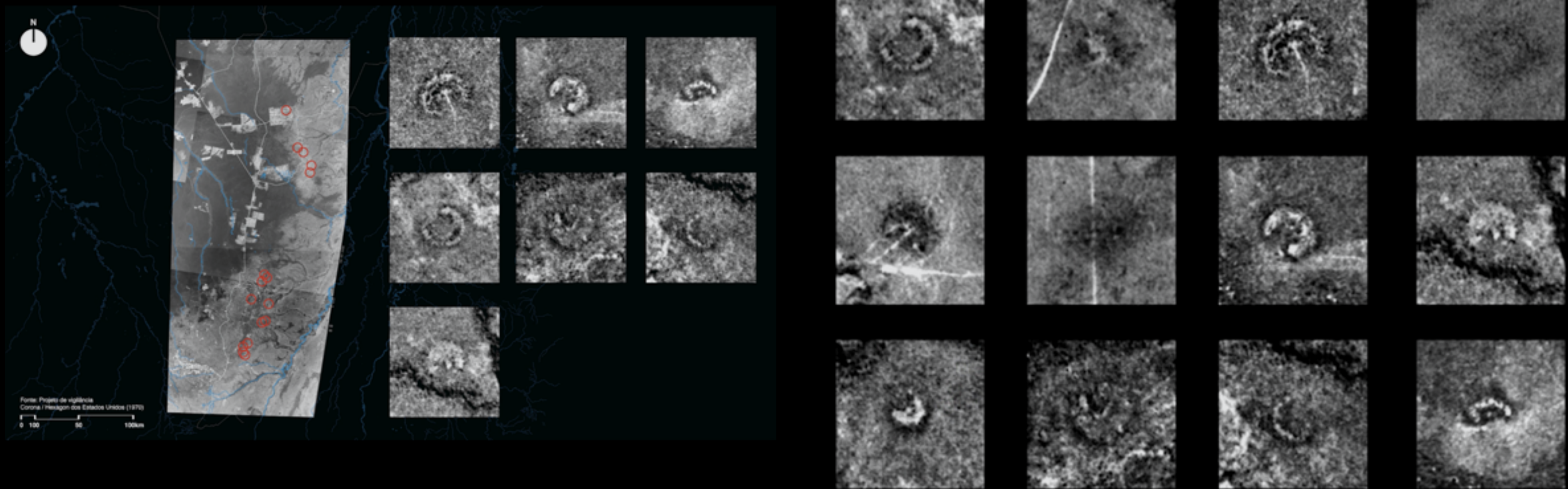
Fig. 85 Imagem mostrando aldeia colocada em escala, com a identificação dos elementos arquitetônicos. Fonte: (Tavares, 2022).

Desta forma, em um primeiro momento, foi realizada a modelagem 3D de 5 aldeias possíveis de serem identificadas através das fotografias aéreas feitas pela FAB. A arquitetura desses assentamentos pôde ser melhor estudada e estabelecida através do conhecimento

compartilhado pelo povo Xavante, que, além de entender em detalhes a estrutura e distribuição dos elementos arquitetônicos, também puderem apontar as diferenças entre as aldeias estudadas. Os assentamentos Xavante eram e ainda são organizados em forma de arco, sempre voltadas a um curso d'água.

Tradicionalmente, as aldeias Xavante eram construídas segundo um arranjo circular, com as casas dispostas na forma de um grande arco ao redor de uma praça central. Situavam-se sempre próximo de um rio ou ribeirão, e estavam implantadas no território de modo que a abertura do arco estivesse orientada para o curso d'água, que é chamado pelos Xavante de *Pañou*. (Tavares, 2022, p. 59).

Na ponta do arco é localizada uma construção chamada de *hõ*, a casa dos adolescentes e jovens em iniciação, e no centro da aldeia fica localizado o *warã*, que funciona como espaço social e fórum político. Nas imagens, também é possível localizar os caminhos deixados pelo uso dos indígenas, das casas para o centro da aldeia, e também para os entornos, indicando um grande fluxo de habitantes (Figuras 84 e 85).



Feito isso, foram analisadas as imagens de satélite do projeto *Hexagon*, feitas na década de 1970, para entender se essas antigas aldeias poderiam ser identificadas nas imagens. Assim, Tavares selecionou 8 imagens do Hexagon para compor o território Xavante nas margens do Rio das Mortes, entre os anos de 1976 e 1979, de forma a abranger as imagens com melhor resolução para obtenção de maiores detalhes (Figura 86). Nesta época, o território Xavante já havia sido desmatado e as aldeias forçosamente abandonadas, pela expansão da fronteira agrícola na região (Tavares, 2022). Porém, ainda assim, após uma análise forense das imagens, ainda foi possível encontrar vestígios da presença Xavante no território.

Dessa forma, a equipe de pesquisa identificou uma série de inscrições e marcas na superfície da terra que correspondem ao formato de arco das antigas aldeias, e indicavam sua existência naqueles locais. Para Tavares, as formas encontradas nas imagens de satélite eram verdadeiros “geoglifos”,⁹³ desenhos na terra, deixados pela ocupação do povo Xavante na região (Figura 87). Posteriormente, a partir das coordenadas obtidas nas imagens de satélite, foi possível sincronizar os dados encontrados com a própria história e memória Xavante, e identificar cada aldeia localizada.

⁹³ Geoglifos são estruturas humanas feitas no solo, geralmente em grandes dimensões, visíveis apenas de uma perspectiva aérea. Essas formações são encontradas em diferentes partes do mundo e têm uma variedade de formas, incluindo linhas retas, círculos, quadrados e desenhos mais complexos.

Fig. 87 Imagens de satélite mostrando o local de identificação dos geoglifos e alguns exemplos dos registros encontrados

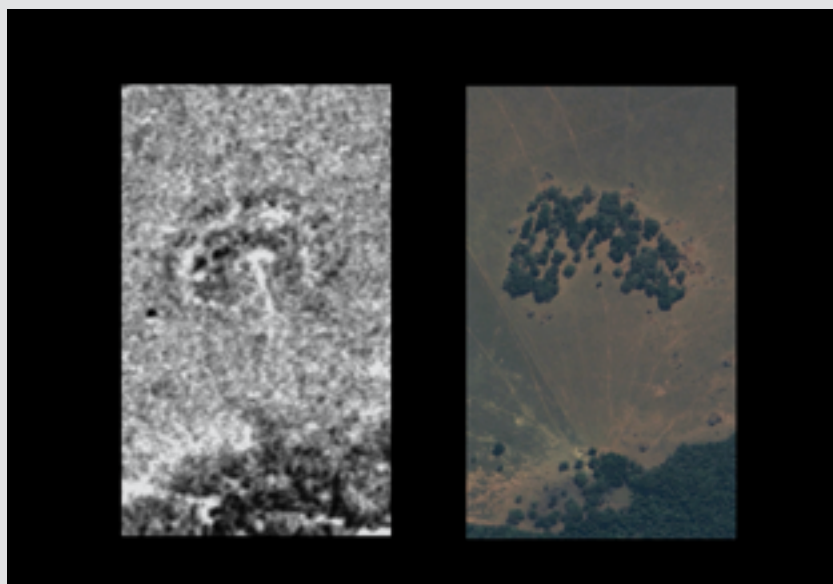
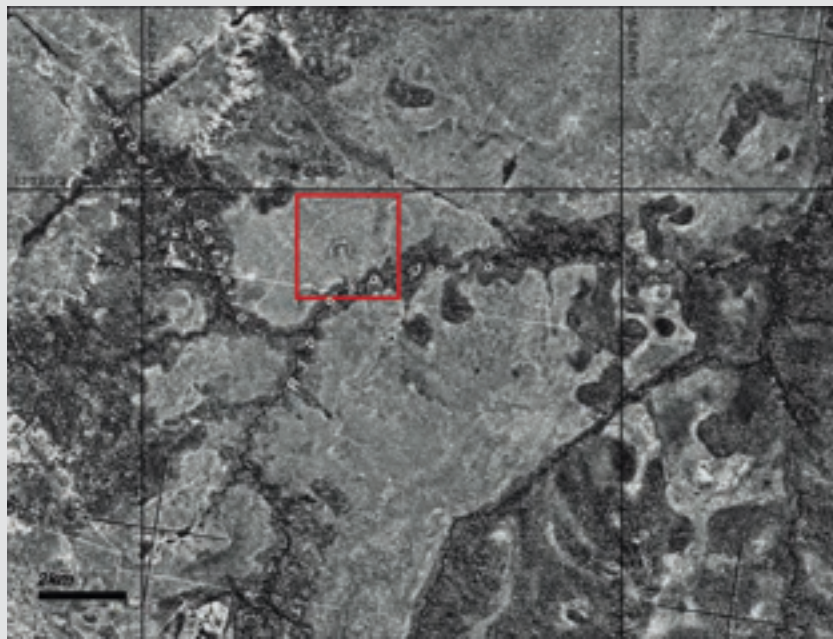


Fig. 88 Imagens de satélite da década de 1970 e de 2019, respectivamente, mostrando a antiga aldeia Tsorepré, fora de T.I. demarcada, preservada pelo fazendeiro em meio a uma plantação de soja. Fonte: (Tavares, 2022).

18 de junho de 2018



16 de agosto de 2019



12 de novembro de 2019



23 de janeiro de 2023



Fig. 89 Imagens de satélite mostrando a evolução da destruição da antiga aldeia de Tsorepré. Fonte: (Tavares, 2022).

Para identificação das aldeias, realizou-se um trabalho cartográfico e de campo com os anciãos e outros indígenas Xavante, através de oficinas de cartografia etnohistórica⁹⁴ e visitas ao território. Desta forma, em conjunto com os Xavante, foi possível a identificação de todas as aldeias identificadas nas imagens de satélite, pertencentes a dois complexos: Marãiwatsédé, compreendendo as aldeias Tsorepré, Huühi, Bö'u, Ubdönhõu e Tsinõ; e Wedezé, que abrange as aldeias Arobonhipo'opá e Asiréré.

É importante destacar aqui que este processo de investigação exemplifica perfeitamente a ideia de Estética Investigativa e um dos principais fundamentos do FA, abordados no primeiro capítulo desta dissertação, que é a noção de que a matéria em transformação gera informação, ou seja, de que as superfícies, tanto terrestres, quanto imagéticas, são sensíveis ao que ocorre ao seu redor, e funcionam como dispositivos de gravação e registro desses acontecimentos, pois se modificam através deles. Com as ferramentas certas, neste caso, a modelagem, as imagens de satélite, e o fundamental conhecimento do território pelo povo Xavante, é possível captar esses sinais e fazer a leitura desses registros e dados que, neste caso, são importantes para o reconhecimento da ancestralidade e da história da ocupação dos Xavante na região, e, desta forma, transformá-los em um conhecimento que pode ser lido e difundido.

Ao comparar as imagens do projeto *Hexagon* com imagens de satélite mais recentes, é possível observar, na antiga aldeia identificada como Tsorepré, fora de área demarcada e em meio a uma plantação de soja, algumas árvores robustas e isoladas, dispostas em formato de arco (Figura 88). Isso significa que o próprio fazendeiro tem ciência da memória deste local, e decidiu preservá-lo. As árvores e a

⁹⁴ A cartografia etnohistórica é um ramo da cartografia que se concentra em mapear informações sobre povos indígenas e suas culturas ao longo do tempo. É uma disciplina que combina a cartografia tradicional com o conhecimento etno-histórico, que envolve a análise de registros históricos, documentos, mapas antigos e outras fontes para entender as mudanças territoriais, os movimentos migratórios, a organização social e a cultura de grupos étnicos específicos. A cartografia etnohistórica é especialmente importante para pesquisadores, antropólogos e historiadores que desejam traçar a história e a evolução de populações indígenas em uma determinada região. Ela permite a representação gráfica de informações complexas sobre as interações entre povos indígenas e colonizadores, as transformações culturais ao longo do tempo e a distribuição territorial de diferentes grupos étnicos complexos.

formação botânica que nasceram e cresceram nestes sítios são os indícios, na terra, de que essas aldeias existiram, e faz da floresta uma ruína viva, uma forma de identificação do patrimônio, e o próprio patrimônio arqueológico-cultural a ser preservado (Tavares, 2022).

Porém, entre agosto e setembro de 2019, uma análise das imagens de satélite revelou que o sítio arqueológico foi destruído, em um contexto de pressão política para a construção da BR-080 (Figura 89).⁹⁵ Para Tavares, “este ato criminoso teve o claro objetivo de apagar evidências materiais da ancestralidade indígena deste território, e viola leis federais sobre a preservação do patrimônio arqueológico nacional.” Assim, o caso recente reforça ainda mais a necessidade de preservação destes locais como patrimônio histórico da memória ancestral Xavante.

A investigação também realizou um extenso estudo sobre o período de operações de pacificação no território Xavante desde a década de 1930 até 1970, assim como uma análise detalhada sobre a ocupação de Marãiwatsédé pelos Xavante e as tentativas de invasão e domesticação por políticas do Estado, através do SPI. Os estudos se basearam em mapeamentos, documentos da Comissão Nacional da Verdade, e relatos de antropólogos à época, e pôde, através desse aprofundamento, determinar as movimentações, dinâmicas de habitação e a extensão que território Xavante alcançou longo dos anos, principalmente durante a época da ditadura militar, assim como a violência sofrida por eles. Essa apuração foi importante para corroborar os achados sobre a ancestralidade Xavante no território, e dar suporte histórico à investigação forense sobre os sítios arqueológicos.

A expropriação do povo Xavante de suas terras é um processo de violência contínua desde a época colonial, e se vê repetido em padrões de políticas governamentais desenvolvimentistas e expansionistas em nome do progresso e da segurança nacional. Como um processo de violência sistêmica colonial, não é só uma violência aferida diretamente contra a população, ou contra as próprias condições de reprodução da vida, como o desmatamento e outros tipos de violência ambiental, mas é um tipo de violência contra a própria possibilidade de existência dessa população, e contra as evidências de seu apagamento. Ao realizar uma arqueologia do território A’uwe-Xavante, a investigação realizada pela Agência Autônoma, em parceria e em benefício dos Xavante, deflagra esses processos e faz-visível as marcas deixadas na terra, desenhadas pela ocupação e ancestralidade desse povo, comprovando sua história e vida naquela região, com o objetivo de trazer provas e testemunhos para que essa população possa voltar a acessar e habitar sua terra.

95 A BR-080 é uma rodovia radial brasileira que ligará a capital do país, Brasília, ao município de Ribeirão Cascalheira, no estado de Mato Grosso. A rodovia se encontra construída atualmente entre Brasília e o distrito de Luiz Alves, localizado em São Miguel do Araguaia (GO). O trecho final a ser terminado, situado entre o distrito de Luiz Alves-GO e o município de Ribeirão Cascalheira-MT está prestes a se iniciar, uma vez que o IBAMA, no final de 2019, emitiu a licença ambiental necessária para obra, pendência essa que estava faltando para que a rodovia fosse concluída. Mais em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/10/21/governo-do-df-e-uniao-anunciam-duplicacao-da-br-080/>

O relatório pericial submetido junto às outras provas do MPF serve como material evidenciário para a tramitação do caso em foro jurídico, fornecendo provas técnico-científicas sobre a ocupação ancestral Xavante no território, além de uma extensa análise histórica de documentos e fontes diversas. Além disso, a investigação foi disponibilizada ao público, não somente através do relatório, mas de uma plataforma online interativa, na qual todo o processo investigativo é relatado através de imagens, textos explicativos, vídeos e documentários,⁹⁶ para a socialização dos achados e sensibilização social em relação ao tema.

Como ação decorrente da investigação, Paulo Tavares escreveu, junto ao Povo A’uwe-Xavante de Maraiwatsédé, o *Requerimento para Reconhecimento das Antigas Aldeias Xavante como Paisagem Cultural e Patrimônio Cultural e Arqueológico Nacional*,⁹⁷ uma petição intitulada “Árvores, Palmeiras, Florestas e Outros Monumentos Arquiteturais” e encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2022, que classifica a formação botânica e a floresta que cresce nestes sítios como ruínas vivas, monumentos históricos da memória do povo Xavante, e pleiteia o reconhecimento do Complexo Arqueológico Xavante para que se “reconheça estes sítios como bens patrimoniais, com vista a protegê-los e preservar a memória do povo Xavante em sua materialidade arqueológica, territorial e paisagística – propriamente arquitetural.”⁹⁸

Como visto na descrição do caso, a maioria das antigas aldeias encontra-se fora do território Xavante hoje. Apesar do povo A’uwe, através de um exaustivo processo de luta, ter conquistado o direito ao retorno às suas terras, ainda há diversas fatias de território que se encontram fora da T.I. Em uma apresentação da investigação feita aos Xavante, Caimi Waiassé, parte da equipe de pesquisa e responsável pela tradução e consultoria, fala sobre a importância da investigação e da petição para o processo de preservação da memória e história Xavante:

Quando os indígenas reivindicam suas terras, os governantes sempre perguntam: ‘cadê os documentos que comprovam’? Aqui estão as fotos que o próprio governo fez, e que servirão para o povo Xavante provar a existência das aldeias. As fotos das aldeias antigas são muito importantes porque elas podem ser registradas com o IPHAN. Esta instituição trabalha com vestígios do passado. É seu dever demarcar as áreas antigas, e também onde estão os vestígios dos antepassados Xavante. Por esse motivo que o IPHAN precisa demarcar essas áreas, para que sejam respeitadas mesmo se estão dentro de fazendas. Hoje nós só temos essas fotos, não temos nenhum outro documento oficial que garante a proteção dessas áreas. (Caimi Waiassé, 2022).

96 A plataforma pode ser acessada através do seguinte link: <https://memoriadaterra.org/>.

97 O documento pode ser acessado através do link: <https://memoriadaterra.org/>.

98 Paulo Tavares – Instagram: <https://www.instagram.com/p/Cc6xhKjtNd-/>



Fig. 90 Realização de oficina de mapeamento em Marãiwatsédé, 2016. Fonte: (Tavares, 2022).

advogados, jornalistas, entre outros profissionais que pudessem exercer algum tipo de influência para a proliferação e circulação midiática do caso e pressão para o

deferimento da petição.

Em 2022, o IPHAN aprovou a solicitação de reconhecimento dos sítios arqueológicos das antigas aldeias Xavante como bem patrimonial brasileiro. Paulo Tavares acredita ser uma pequena, mas importante vitória. Ainda haverá muito trabalho para entender como demarcar esses sítios e protegê-los contra o avanço da fronteira do agronegócio e de obras de infraestrutura que ameaçam a violação destes espaços, mas é uma conquista fundamental para o reconhe-



Fig. 91 Mapeamento de reconstituição histórica do território feito pelos anciãos Xavante, 2016. Fonte: (Tavares, 2022).

Para a divulgação da pesquisa e para criar pressão social para o deferimento da petição, foi realizada uma campanha de *advocacy* para a divulgação do relatório e conscientização da importância da demarcação do território ancestral Xavante, na qual foi feita uma sistematização de atores-chave sobre questão indígena, como ativistas,

cimento desses espaços de memória e sua proteção sob a autoridade da lei do governo brasileiro.

É importante pontuar que o trabalho de investigação foi feito desde o início em colaboração e em benefício do povo Xavante, sem os quais o projeto não seria realizado. Em 2016, no início dos trabalhos, foram organizadas três oficinas de mapeamento participativo em Marãiwatsédé com a colaboração de Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã, Marcelo Abaré e Domingos Tsereomorãté Hö'awari, nas quais foi possível realizar uma reconstituição histórico-geográfica do território (Figuras 90 e 91). Também foi realizado um extenso trabalho de campo junto aos Xavante, para a identificação da vegetação e disposição espacial das antigas aldeias. O conhecimento compartilhado por eles foi determinante para o reconhecimento de todas as aldeias ancestrais identificadas nas imagens de satélite (Figura 92). Em 2017, o mapeamento dos sítios arqueológicos foi apresentado na escola da aldeia Etenhiritipá, dentro da T.I. Pimentel Barbosa, para discussão dos achados e da importância da produção do requerimento ao IPHAN.

A investigação também foi exibida em exposições de arte, como o Pavilhão Brasileiro da 18ª Bienal de Arquitetura de Veneza, com curadoria de Gabriela de Matos e Paulo Tavares, vencedores, pela primeira vez, do Leão de Ouro de melhor participação nacional. Portanto, o caso operou por múltiplos fóruns, jurídico, patrimonial, comunitário, independente e local, midiático e cultural, alcançando diversos públicos e transitando por entre limiares de diferentes linguagens.



Fig. 92 Mapeamento das antigas aldeias em pesquisa de campo com os anciãos do povo Xavante, 2016. Fonte: (Tavares, 2022).

Neste capítulo, foram analisados dois casos de investigação com equipes, temas, agentes, metodologias e fóruns de atuação diferentes, os quais a autora teve oportunidade de participar ao longo dos anos de pesquisa. Ambos os casos são relatados na presente dissertação para exemplificar a forma com a qual a Arquitetura Forense vem sendo aplicada no Brasil, e demonstram algumas particularidades tanto em relação a outros casos de pesquisa realizados pelo FA, quanto entre si, trazendo à luz os benefícios e também os desafios que esses métodos de análise encontram em contexto brasileiro.

Primeiramente, é preciso ressaltar a importância da realização de investigações técnico-científicas independentes, civis, que se utilizem dos mesmos conjuntos de ferramentas e instrumentos utilizados pelo Estado, para criar uma contra investigação que desafie suas alegações. Em um país como o Brasil, de herança colonial, e mundialmente conhecido pelos altos índices de desigualdade e violência⁹⁹ – não somente pela violência aferida, mas pela forma com as quais os dados sobre violência são institucionalizados –, é importante que exista uma capacidade investigativa que possa estar à altura de verificar, questionar e desafiar atos violentos estatais, assim como os dados e informações divulgadas por eles.

⁹⁹ Ver: CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Em ambos os casos estudados neste capítulo, é possível observar como a produção de dados sobre a violência física encontra outro tipo de violência, o apagamento dos traços e a negação de que aquela violência existiu, corroborado nas informações e dados registrados. O Brasil já conta com uma rede de ONGs, institutos, coletivos e acadêmicos dedicados ao trabalho de produção e verificação de dados em relação a violações de direitos humanos no país, fundamental para o trabalho que a Arquitetura Forense realiza e pode vir a realizar.

Em segundo lugar, esse tipo de investigação deve ser sempre realizado não somente em benefício, mas em colaboração com as vítimas ou a comunidade afetada por aquela violência. Isso é essencial em um trabalho de direitos humanos que busca uma outra construção da verdade, que seja este resultado de um processo de produção de conhecimento comum, verificável e poli-perspectivo, ou seja, um processo de construção de verdade e conhecimento que seja, ele mesmo, político, e que possa, ao longo de sua construção, compartilhar, verificar e socializar seus achados não somente com quem é diretamente afetado, mas com a sociedade em geral.

Um trabalho com direitos humanos envolve não somente a busca pela verdade e justiça, mas o acolhimento do luto, a importância da memória, e a visibilização de contextos e histórias invisibilizadas pelo Estado, como forma de fazer política e gerar transformações. Logo, o testemunho, a presença, a proximidade e o fazer coletivo junto às comunidades afetadas é fundamental para a validação deste tipo de trabalho. Ou seja, para quem e por quem ele está sendo realizado.

Por último, é importante fazer uma leitura crítica da teoria e prática da Arquitetura Forense desde o contexto europeu para o contexto latino-americano, e entender como esse campo de conhecimento e prática pode se estabe-

lecer e criar uma rede de articulações com redes já formadas aqui, e como esse método pode colaborar com processos de reparação de direitos tanto no campo jurídico, quanto no campo de movimentos sociais, assim como na academia. Ou seja, em quais áreas a Arquitetura Forense transita, com qual linguagem, quem são os atores que estão se capacitando para usar estes métodos, como eles se capacitam, e com quais instituições é possível aplicá-los.

O primeiro caso, “Massacre de Paraisópolis”, realizado pelo CAAF em colaboração com as famílias das vítimas e a Defensoria do Estado de São Paulo, foi um caso em que a equipe de pesquisa se inspirou nos princípios metodológicos do FA, entendendo que a abordagem espacial e a sincronização das evidências audiovisuais seriam fundamentais para a estratégia de defesa e desenvolvimento das contranarrativas que guiam o projeto, por conta das características do caso, abordadas anteriormente neste capítulo. Também se entendeu a importância, neste caso, da modelagem 3D para a visualização da cena por completo, de forma que ficasse ainda mais evidente, para o público geral e para o juiz responsável, a sequência de ações da polícia e dinâmica do cerco, e como essa ação esteve consciente da consequente morte dos jovens.

Neste caso, podemos ressaltar uma questão importante e um dos desafios do trabalho da Arquitetura Forense no Brasil, que é o financiamento e a capacitação de profissionais como designers, editores de vídeo, ou arquitetos, para o trabalho específico em casos de violência estatal e violação de direitos humanos. Muitas vezes, no trabalho com AF, também é necessário contratar um programador, para o desenho de uma plataforma na qual essa visualização possa ser exibida, assim como edição de vídeo e tratamento de imagem. Além disso, é importante o trabalho conjunto entre esses profissionais, para que sejam compreendidas as demandas que um caso de violência estatal exige, e, mais importante, as particularidades de cada caso que exigem também a criatividade e inventividade em relação aos métodos e tecnologias utilizadas.

No caso do Brasil, onde a pesquisa enfrenta desafios em relação à falta de recursos adequados, existe uma dificuldade em obter financiamento suficiente para a contratação de serviços deste tipo, por um período longo de tempo.¹⁰⁰ Portanto, existe uma rede de profissionais que precisa ser acessada e treinada para este tipo de trabalho, além da obtenção de maiores recursos para a contratação e capacitação. Esse é um problema a ser enfrentado pela AF na América Latina, pois, os lugares nos quais mais se cometem violações de direitos humanos são também aqueles que possuem menos recursos para combatê-las. (Mendoza, 2023). É importante destacar que ambos os casos analisados receberam recursos públicos para sua realização, algo que será abordado nos próximos parágrafos.

Por outro lado, no caso de Paraisópolis, por mais que não exista ainda um modelo 3D que reproduza a cronologia, foi possível a utilização dos princípios metodológicos da Arquitetura Forense, ou seja, a interrogação espacial, a determinação de como as coisas estavam em relação umas às outras, a análise do território, das vias, dos corpos dos policiais e das vítimas, e o encadeamento de múltiplos materiais evidenciários, para criar um complexo imagético de dados sobre

¹⁰⁰ Vilela (2023).

os acontecimentos daquela madrugada, fazendo visível a dinâmica espacial que confinou a população dentro da favela, causando as mortes. Assim, mesmo que não haja as ferramentas tecnológicas ou a formação em arquitetura, mostrou-se possível e efetiva a leitura e interpretação da metodologia para um contexto real de investigação de um caso de violência policial, que logrou *fazer-visível* essa dinâmica. Portanto, não foi necessária a validação da tecnologia ou do conhecimento técnico em arquitetura para a condução e conclusões da investigação.

Pelo contrário, em entrevista à autora, Davi Quintanilha, defensor público que trabalhou próximo ao CAAF na investigação do caso, disse que o uso dessa metodologia foi algo inédito para ele, e muito valioso no contexto jurídico. Para ele, isso pode servir como paradigma, para que casos como este possam ter uma resposta adequada ao invés da impunidade, que acontece na maioria dos casos:

Quando o CAAF nos mostrou a possibilidade de ter uma perícia mais detalhada, que pudesse transcrever a dinâmica dos fatos conforme a interpretação das provas do processo, isso trouxe uma nova linha de atuação, uma nova forma de ver e de incidir no caso, que antes não era possível. E, nesse caso em específico, a questão espacial é muito relevante pela própria demonstração de que a viela era um local extremamente apertado para a quantidade de pessoas que estavam ali, e que a atuação da polícia não poderia ter tido outro resultado que não a morte dessas pessoas. Pois, de fato, eles não deixaram rota de fuga, as pessoas se comprimiram em cima umas das outras, e ter isso visualmente demonstrado – e depois produzimos os vídeos que fizeram parte da campanha de conscientização do caso – é muito relevante e importante para podermos construir a narrativa que vai ser utilizada na defesa das vítimas durante o processo. Isso será utilizado na plenária, para os jurados, que são pessoas leigas, não entendem os aspectos jurídicos do caso. Poder visualizar isso dá outro tipo de força para a prova. (Quintanilha, 2023, n.p.).

Para Quintanilha, há um grande desejo na utilização dessa metodologia em outros casos de investigação, e a convicção de que deveria ser uma linha metodológica cada vez mais investida dentro da Defensoria e do Ministério Público. Ele acredita que os métodos de análise da Arquitetura Forense, como assessoria técnico-científica pericial que suporta casos de investigação de violações de direitos humanos, serão bem aceitos no contexto do foro legal, não somente na área criminal mas em outras áreas do Direito, principalmente pela característica do Judiciário brasileiro de apego a questões técnicas. O Defensor explica que, em geral, no Brasil, os juízes tendem a valorizar muito os laudos técnicos, que se tornam provas fortes no processo. Isso pode ser algo positivo à aceitação da AF no contexto jurídico brasileiro, como uma capacidade de realização de perícias independentes, porém, pode ser também um desafio.

Eu acho que o argumento técnico ganha muita força [no tribunal]. Mas, ao mesmo tempo, nós [a Defensoria] temos uma crítica sobre o uso de perícias na corte, pois elas são muitas vezes deturpadas. Há também uma dificuldade das perícias oficiais seguirem os protocolos mínimos. A perícia oficial não é independente, e não tem um corpo técnico que de fato consegue produzir ali um relatório que seja útil. Muitas vezes elas acabam sendo inúteis na prática, porque não são muito conclusivas, não avançam. Em geral, temos uma peritagem muito deficitária no Brasil. A peritagem no caso Paraisópolis, por exemplo, estava muito contaminada pela narrativa dos policiais, sem considerar a narrativa das vítimas, ou mesmo não somente a narrativa, mas as linhas possíveis de investigação. Pois, temos ali várias dinâmicas possíveis dos fatos, mas nos laudos estava reproduzida exatamente a linha narrativa dos policiais, a questão da moto que passou atirando. Tudo isso reforça que é necessária uma perícia técnica independente que possa, de fato, trazer linhas investigativas diversificadas que não ‘passem pano’ para a polícia, que, muitas vezes, é o que acontece na peritagem oficial. (Quintanilha, 2023, n.p.).

Como mencionado na introdução deste capítulo, a própria polícia usou metodologias da AF para a reconstrução de Paraisópolis em um modelo 3D para contar a dinâmica dos fatos desde a sua perspectiva. As imagens e reproduções geradas foram amplamente divulgadas na mídia, antes mesmo da investigação ser concluída. Para Elis Mendoza, diretora da agência independente Re/presentare no México, a captação dessa linguagem por agências estatais ou corporações e a possibilidade da criação de disputas de narrativas visuais são pontos de atenção no trabalho com AF.

Em entrevista concedida à autora, Mendoza explica que o FA se utiliza das mesmas ferramentas que o Estado, e, portanto, há uma produção de linguagem que é comum a ambos: cartografias, mapeamentos, reproduções 3D. Para confrontar o Estado, é necessário apresentar dados científicos, materiais, evidências não subjetivas, para que seja aceita em um tribunal, por exemplo. Por isso, é preciso se atentar ao fato de que as investigações espaciais e visuais da AF geram uma linguagem visual específica, científica, tecnológica e inovadora, que pode ser utilizada apenas como recurso midiático, perdendo seu valor técnico-científico e ativista.

As ferramentas forenses fornecidas pela arquitetura abrem novas possibilidades e narrativas de acesso à justiça. Frequentemente, tenho sido abordado por equipes jurídicas que, independentemente das necessidades específicas do caso, me pedem para produzir uma reconstrução em nuvem de pontos em 3D, um modelo 3D, uma animação de um crime, e assim por diante. Suas intenções não são tanto pela capacidade da arquitetura forense de revelar partes do caso que de outra forma permaneceriam ocultas ou inexploradas, mas sim por sua capacidade narrativa e sua *performance pública*. Em lugares onde o acesso à justiça é raro, como na América Latina (no México, por exemplo, onde resido, 90% dos crimes ficam sem solução), um especialista com um conjunto inovador de ferramentas corre o risco de ser procurado por governos que querem aparentar a buscar justiça através de meios mais inovadores. Embora, na realidade, eles estejam apenas buscando um bom espetáculo. (Mendoza, 2020, n.p.)

Portanto, é necessário prestar atenção ao fato de que essas ferramentas, se empregadas de forma inadequada, podem acabar “passando pano” para os criminosos e mesmo perdendo sua legitimidade. Para Mendoza (2023), o FA compreendeu rapidamente essa questão, e encontrou na sua “atomização” uma forma de se proteger. Agora, com a proliferação de agências, há uma diversificação nas linguagens utilizadas pela AF ao redor do mundo. Logo, é importante pensar nas necessidades locais, no tipo de linguagem e abordagem mais efetiva em cada contexto de atuação. No contexto latino-americano, portanto, é necessária a criação de uma linguagem própria, que leve em conta os desafios existentes aqui, como este colocado por Quintanilha acima.

Em ambos os casos estudados neste capítulo, há diversos fatores específicos sobre violações de direitos no Brasil que fazem com que sejam necessários outros tipos de abordagens metodológicas, em relação à teoria e prática do FA desde o contexto europeu. No caso de Paraisópolis, por exemplo, a própria espacialidade do caso, a favela e suas vielas, e a violência histórica sistematizada a que esse território é submetido, exigem uma linguagem específica tanto na aproximação à questão, na relação com as famílias das vítimas e com a comunidade, quanto em relação à questão urbana.

Além disso, o fato de ser uma metodologia inspirada, combinada com outros recursos e conhecimentos, criou outra forma de investigação e outros tipos de resultados alcançados. Neste caso, não diz respeito à criação de uma outra linguagem da Arquitetura Forense, mas como ela se relaciona a um trabalho de defesa dos direitos humanos que já é realizado por grupos como o CAAF no Brasil, e como os métodos de análise da AF, combinados com outros saberes e inseridos neste contexto foram pertinentes na condução da investigação, e ajudaram a tornar visível a sequência dos fatos e a culpabilidade da polícia e do Estado.

No caso “Memória da Terra”, o fato dos sítios arqueológicos Xavante, que hoje são formações botânicas, serem reconhecidos como patrimônio nacional arquitetônico, demonstra como existem questões específicas da arquitetura, cultura e história da violência colonial brasileira que trazem outras definições para o conceito de patrimônio, urbano ou cidade. Além disso, foi possível entender também que o apagamento da violência contra os povos indígenas na ditadura e hoje deflagra outra estética e outras formas de abordagem e pesquisa sobre esse tipo de caso. Portanto, é essencial que, para atuar em outros espaços, a Arquitetura Forense possa criar outras formas de diálogo com o território no qual atua, para que possa tecer relações locais com as comunidades, instituições e áreas de conhecimento com as quais se articula.

Em relação ao contexto institucional de atuação, é importante destacar aqui que ambos os casos analisados foram realizados a partir do contexto acadêmico e solicitados ou comissionados por órgãos públicos – respectivamente, a Unifesp e Defensoria do Estado de São Paulo, no caso

do “Massacre de Paraisópolis”, e a UnB e o Ministério Público Federal, no caso “Memória da Terra”. Portanto, é possível afirmar que a AF, no Brasil, por mais que não esteja estabelecida como campo de conhecimento dentro de faculdades de arquitetura, design, jornalismo, antropologia ou sociologia, por exemplo, é um método que parte de dentro do contexto acadêmico, muito por conta da filiação dos órgãos, profissionais e acadêmicos que os aplicam, no caso, Desirée Azevedo, antropóloga e pesquisadora, à frente do CAAF (Unifesp), e Paulo Tavares, arquiteto, professor e pesquisador, à frente da Autônoma (UnB). Porém, apesar de não existir ainda um movimento explícito dentro das universidades para acolher a AF como campo de conhecimento, a teoria e prática tem sido recebida de outras maneiras, pela realização de palestras e aulas, por exemplo, o que vem aproximando os alunos dessa metodologia.¹⁰¹

Ainda neste sentido, é importante notar que a demanda pela assessoria técnico-científica, em ambos os casos, partiu de órgãos públicos que atuam pela garantia dos direitos e defesa dos interesses da sociedade. Isso não é comum nos casos do FA em Londres, por exemplo, ou da Re/presentare, no México. Porém, no Brasil, estes órgãos não somente são estruturas bem organizadas, mas existe, dentro delas, a demanda por um tipo de suporte técnico-científico espacial, como a AF. Além disso, o principal fórum de atuação, nos dois casos, é o foro jurídico, ou seja, as metodologias da AF são aplicadas como produção de estudos e material evidenciário para suportar um caso jurídico em tramitação. Isso é importante, pois, cria-se, desta forma, uma jurisprudência sobre o uso deste tipo de método, que pode orientar casos futuros. Para além disso, as investigações também transitaram por diversos outros fóruns, para a realização de um trabalho ativista de disseminação, sensibilização e conscientização da sociedade sobre o tema.

O caso Memória da Terra, por exemplo, foi um caso muito bem sucedido fora dos tribunais, na medida em que a solicitação pela preservação dos sítios arqueológicos Xavante como patrimônio nacional foi reconhecida e aceita pelo IPHAN. Isso quer dizer que o órgão entendeu que as evidências apresentadas e as metodologias de identificação das aldeias ancestrais foram irrefutáveis, provando a efetividade da AF neste caso. Na justiça, os processos podem levar anos, ou mesmo décadas, por isso, é importante buscar a justiça de outras formas, em um processo contínuo de luta por direitos.

Em conclusão, através dos casos apresentados neste capítulo, foi possível entender que está se formando um campo de atuação e conhecimento em Arquitetura Forense no Brasil, e também na América Latina, que está articulando temas, agentes, fóruns, explorando relações sociais e territoriais e estabelecendo outros papéis atribuídos à arquitetura e ao trabalho com direitos humanos no Brasil. Este campo se relaciona entre si, e também com outros agentes na América Latina, Europa e Oriente Médio, através de redes de artu-

101 No contexto acadêmico, Paulo Tavares ministrou algumas aulas e palestras sobre casos de investigação e pesquisa em Arquitetura Forense, em universidades como Escola da Cidade (São Paulo), principalmente.

lação para compartilhamento de saberes, ideias e recursos, e está expandindo sua linguagem, lugares de atuação, rede de parcerias e relações com comunidades afetadas. A Arquitetura Forense no Brasil e na América Latina é, portanto, um campo de conhecimento e prática em formação que, apesar de apresentar desafios, como a questão do financiamento e da disputa de narrativas, já se mostrou efetivo na luta por direitos.

Esta pesquisa se dedicou ao estudo da teoria e prática da Arquitetura Forense, desde o contexto e aspectos que fundamentam sua criação, até o desenvolvimento do campo e sua expansão para outras fronteiras e linguagens. O objetivo foi aprender com o FA, e principalmente com agentes que estudam e aplicam esta metodologia em outros espaços, para compreender se a arquitetura, na articulação e intersecção com outras áreas de conhecimento, apresenta caminhos possíveis para navegar o nevoeiro contemporâneo, para produzir leituras e compreensões comuns do mundo, e ter uma ação efetiva na luta por justiça e reparação frente às formas de opressão e violências sistêmicas históricas e contemporâneas.

Os estudos de caso apresentados e o mapeamento das novas iniciativas na formação e desenvolvimento do campo de conhecimento e prática da Arquitetura Forense, somados à análise histórica e à pesquisa de campo e entrevistas, foram parte de um processo de sistematização de uma forma de atuação e de linguagens específicas à área, que constituem uma sintaxe de uma nova forma de definir, pensar, usar e aplicar arquitetura na contemporaneidade.

Além de buscar contribuir para a produção de conhecimento sobre este novo campo, esta pesquisa também buscou se dedicar à aplicação prática e ao aprendizado coletivo, para entender qual é de fato o cenário em que a Arquitetura Forense pode se estabelecer e atuar, como suas metodologias e formas de aproximação têm sido recebidas, e quais são seus benefícios e desafios, dentro de contextos e pontos de vista específicos.

Através da pesquisa, foi possível entender que a Arquitetura Forense, ou melhor, os atores que pesquisam e trabalham neste campo, não possuem a pretensão de mudar a ação do Estado e das suas instituições por completo, ou transformar a forma como o poder estatal e a violência colonial operam sobre a sociedade – isso diz respeito a processos históricos sistêmicos que se articulam intrinsecamente à própria definição do Estado – mas sim de se apropriar da produção de conhecimento e de verdade a partir de uma perspectiva civil, coletiva e poli-perspectiva, científica e rigorosa, forte o suficiente para desafiar – em paridade – as alegações e verdades estatais, para que a luta em defesa dos direitos humanos e ambientais se dê em terreno comum. Ou seja, acima de tudo, é um ato de resistência, uma espécie de contrapoder, ou contra arquitetura – uma capacidade civil de contraposição, feita de forma coletiva.

Em um mundo em que a imagem não mais representa, se faz pertinente saber quebrá-la e trabalhar com as fragmentações da percepção, convergindo não somente evidências materiais ou perspectivas espaciais, mas articulando agentes, saberes e subjetividades, pois nesta polifonia é possível criar uma noção política de verdade, ou seja, de como pensar, produzir, verificar, disseminar e compartilhar a verdade. Neste sentido, uma das maiores contribuições do FA e do campo da Arquitetura Forense é a forma com a qual trabalham e articulam conhecimentos situados, desenhando uma epistemologia colaborativa, e juntando diferentes peças e fragmentos para construir uma nova forma coletiva de enxergar.

Assim, ao longo dos anos de pesquisa, o FA se revelou como um modo de pensar a arquitetura como um campo articulador, e uma forma de atuação investigativa e multidisciplinar que se situa no limiar de diversos campos e

se desenvolve na interação de uma rede de disciplinas, saberes, atores e comunidades. Ao mesmo tempo em que desafia a academia, o tribunal, a corte e o museu, pois transita entre estes diferentes espaços sem se definir em nenhum, também busca atuar através dos espaços proporcionados por eles, ou melhor, abrir estes espaços, e encontrar brechas em que pode avançar.

Também foi possível entender os desafios que se colocam para uma prática contra-forense independente que desafia o próprio Estado e as forças ligadas a ele, como questões de desigualdade de recursos, falta de legitimidade e segurança, e financiamento para investigações e pesquisas, e compreender que sua ação nunca será uma garantia do progresso político, mas uma forma de resistência que faz parte de uma luta histórica por direitos humanos no mundo.

Através dos casos de investigação analisados, tornou-se evidente que o FA é uma prática e um campo de conhecimento em contínua expansão, que busca sempre criar novas formas de investigar e de se aproximar a uma questão, de pensar novas técnicas espaciais, e agregar diversas áreas de conhecimento. A Estética Investigativa, portanto, se constitui de diversas metodologias em constante processo de desenvolvimento.

Algumas vezes, seus casos têm resultados substanciais em foros jurídicos, em outras, exercem influência e sensibilização em fóruns públicos, na socialização de seus achados, e geram efeitos dentro da comunidade com a qual e em benefício da qual trabalham. Também há casos que repercutem no fórum da arte, em bienais, museus e exposições. A efetividade dos casos, portanto, é medida de diversas maneiras, e a produção de conhecimento comum e a elucidação dos fatos e da verdade são os principais objetivos das investigações.

Mais importante, foi possível compreender que o FA se expande hoje como um campo maior, para além dos limites da agência de Londres. Um campo de conhecimento e prática da Arquitetura Forense que cruza as fronteiras do continente europeu e, neste processo, ganha outros formatos, linguagens e espaços de atuação.

A atomização da Arquitetura Forense para outros lugares do mundo e a criação de uma rede de articulação e coletivização tece o cenário atual desta área, que se multiplica e se expande, criando outras redes, agências e relações, que utilizam e transformam sua teoria e prática. Nos próximos anos, será determinante observar como a rede do Comum Investigativo irá se estruturar, e como será articulada a relação entre o FA, as agências-irmãs e as agências independentes, e como redes nacionais, como o Autonomias Contra-forenses, na América Latina, irão se estabelecer e se relacionar com seu entorno e o campo.

Um dos grandes objetivos desta pesquisa foi não só compreender, mas ter uma ação prática dentro do campo da Arquitetura Forense no Brasil e América Latina, e entender como as metodologias, teorias e práticas investigativas são recebidas aqui, e quais são as transformações e principais características que ocorrem nesta transposição.

Nos casos de estudo apresentados, que trazem também a experiência pessoal da autora, foi possível entender que a Arquitetura Forense aterrissa em um campo de direitos humanos já estruturado como uma metodologia e ferramenta de pesquisa e investigação que possui uma linguagem específica em relação ao território, e que não somente pode trazer resultados palpáveis dentro

do sistema brasileiro de justiça, mas que já apresentaram-se como uma forma de análise efetiva, com resultados formais positivos.

Desta forma, foi possível compreender que, apesar de apresentar desafios, é uma metodologia desejada e bem recebida por esse sistema, como coloca a própria Defensoria do Estado de São Paulo, e possui de fato um espaço de atuação e trabalho, como visto no caso comissionado pelo Ministério Público Federal. Conforme o horizonte da AF na América Latina e no mundo se expande, será importante observar, ao longo dos próximos anos, como ele se molda, e como criam-se outras linguagens e formas de atuação referenciadas ao seu próprio contexto local.

Assim, como colocado por Jameson no final do século XX, se não tínhamos, àquela época, o “equipamento perceptivo necessário” (Wisnik, 2018, p. 203) para navegar no hiperespaço hiperconectado e infoacelerado, hoje, a Arquitetura Forense nos ensina que é possível diluir barreiras e criar novos métodos e tecnologias para orientar-nos perceptivamente, aprender a mapear cognitivamente e coletivamente nosso entorno e, desta forma, começar a dissipar a névoa e as formas materiais sistematizadas de violência que pairam sob a contemporaneidade, e assim apresentar uma capacidade de resistência e contraposição sólida contra crimes estatais e corporativos, em defesa e conjuntamente com as comunidades afetadas.

ACNUDH. Título em Manutenimiento. **Naciones Unidas Derechos Humanos**, [s./], mar. 26, 2018. Disponível em: <https://acnudh.org/assassinato-de-marielle-visa-intimidar-todos-os-que-lutam-pelos-direitos-humanos-no-brasil-dizem-relatores-da-onu/> Acesso em: 20 maio 2022.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ALTBURG, Ana; MENEGUETTI, Mariana; KOZLOWSKI, Gabriel. **8 reações para o depois (8 reactions for afterwards)**. Rio de Janeiro: Rio Book's. 2019.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARCHITECTURAL ASSOCIATION SCHOOL OF ARCHITECTURE. **Home**. London, 2020. Disponível em: <https://www.aaschool.ac.uk/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AUTONOMA. **Projetos**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília – UnB, 2023. Disponível em: <https://www.advocacia.autonoma.xyz/projetos> Acesso em: 25 jul. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BERGAMIN, Giba. Peritos e policiais usam scanner para captar imagens dos becos onde 9 jovens morreram em Paraisópolis. **G1.com.**, São Paulo, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/05/peritos-e-policiais-usam-scanner-para-captar-imagens-dos-becos-onde-9-jovens-morreram-em-paraisopolis.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

AZEVEDO, D.; VELLOSO, A.; ARANHA, C.; RODRIGUES, L.; GACHIDO, M.; PORTUGAL, C.; IBRAHIM, P. (2022). **O Massacre no Baile da DZ7, Paraisópolis**. Relatório 1: Chacina policial, institucionalização do caso e a dinâmica dos fatos segundos as evidências. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, UNIFESP.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOIS, Yve-Alain; FEHER, Michel; FOSTER, Hal; WEIZMAN, Eyal. 2016. On Forensic Architecture: A Conversation with Eyal Weizman. **October**, [s.l.], v. 156, p. 116-140, 2016. DOI: https://doi.org/10.1162/OCTO_a_00254

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORDER FORENSICS. **01.08.2022**: Dispatch by Human Rights Watch and Border Forensics. [s.l.], 2022. Disponível em: <https://www.borderforensics.org/news/01-08-2022-dispatch-by-human-rights-watch-and-border-forensics/> Acesso em: 2 ago. 2023.

BORDER FORENSICS. **Investigations**. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.borderforensics.org/> Acesso em: 2 ago. 2023.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMBRIDGE DIGITAL HUMANITIES. **Dr. Irving Huerta**. University of Cambridge, 2023. Disponível em: <https://www.cd.h.cam.ac.uk/about/people/dr-irving-huerta/> Acesso em: 15 ago. 2023.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA, 2021.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

COOPER, Elliot. Interview. *In: Forensic Architecture Reports #1*: The Police Shooting of Mark Duggan. Editor: Eyal Weizman. Cabinet Books, NY: 2021.

COTTER, Holland. Documenta Kassel: Using Art as Their Witness. **The New York Times**, New York, jun. 23, 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/06/23/arts/design/documenta-kassel-using-art-as-their-witness.html?_r=0 Acesso em: 20 ago. 2021.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. **Mil platôs - vol. 1**. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUFOUR, Diane; DELAGE, Christian; KEENAN, Thomas; KIZNY, Tomasz; LEBART, Luce; MNOOKIN, Jennifer L.; PETITEAU, Anthony; STOVER, Eric; WEIZMAN, Eyal. **Images of Conviction – The Construction of Visual Evidence**. Paris: Xavier Barral, Association Le Bal, 2015.

FOGO CRUZADO. **Dados abertos sobre violência armada em tempo real e transparência**. [s.l.], 2022. Disponível em: <http://webstage.fogocruzado.org.br.s3-website-us-east-2.amazonaws.com/api> Acesso em: 20 set. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Executions and mass graves in Tatura, 23 may 1948**. Tatura, Palestine, 1948. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/methodology/cartographic-regression> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Destruction and return in Al-Araqib**. Al-Araqib, Negev, 2010. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/destruction-and-return-in-al-araqib> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Drone Strikes Platform**, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-drone-strikes-platform> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE (ed.). **Forensis: The Architecture of Public Truth**. Berlim: Sternberg Press, 2014a.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The enforced disappearance of the Ayotzinapa students**. [s.l.], 2014b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-enforced-disappearance-of-the-ayotzinapa-students#resources> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Genocide in the Ixil Triangle**. [s.l.], 2014c. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/environmental-violence-and-genocide-in-the-ixil-triangle> Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Bombing of Rafah**. Rafah, Gaza, 31 jul. 2015. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-bombing-of-rafah> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Torture in Saydaya Prison**. Saydnaya, Syria, 2016. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/saydnaya> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Death of Adama Traoré**. Paris, 2016b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-death-of-adama-traore> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **77SQM_9:26min at Documenta 14**. [s.l.], 2017. Disponível em: https://forensic-architecture.org/programme/exhibitions/77sqm_926min-documenta-14/ Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. Forensic Architecture: hacia una estética investigativa. *In: Forensic Architecture*: hacia una estética investigativa. Barcelona: Ciudad de México: MACBA - Museu d'Art Contemporani de Barcelona; MUAC - Museo Universitario Arte Contemporáneo, 2017c.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Turner Prize 2018**. London, 2018. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/programme/events/turner-prize-2018> Acesso em: 15 set. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Triple-Chaser**. Tijuana, San Diego border, 2019. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-bombing-of-rafah> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Herbicide warfare in Gaza**. Klan Younes, Gaza, 2019b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/herbicide-warfare-in-gaza> Acesso em: 20 ago. 2022.

FORENSIC ARCHITECTURE. **“Tear Gas Tuesday” in downtown Portland**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/methodology/pattern-analysis> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Beirut Port Explosion**. Beirut, Lebanon, 2020b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/beirut-port-explosion> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Killing of Sammy Baker**. Amsterdam, Netherland, 2020c. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Killing of Mark Duggan**. Totternham, London, 2020d. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-killing-of-mark-duggan> Acesso em: 20 ago. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The Beirut Port Explosion**: the welders. Beirut, Lebanon, 2020e. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/beirut-port-explosion> Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Governance**. [s.l.], February, 2021. Disponível em: <https://counter-investigations.org/about/governance> Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **The use of white phosphorus in urban environments**. [s.l.], 2021b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/white-phosphorus-in-urban-environments>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Drone strike in Miranshah**. [s.l.], 2022a. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/drone-strike-in-miranshah> Acesso em: 10 ago. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Gold mining and violence in the Amazon Rainforest**. Brasil, 2022b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/gold-mining-and-violence-in-the-amazon-rainforest> Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **About Funding**, [s.l.], 2023b. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/about/funding> Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Environmental racism in Death Alley, Louisiana**. Louisiana, 2023c. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/environmental-racism-in-death-alley-louisiana> Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE REPORTS. **Forensic Architecture Reports #1: The Police Shooting of Mark Duggan**. Londres: Cabinet Books & Institute of Contemporary Arts, 2021.

FORENSIS. **The killing of Sammy Baker**. Amsterdam, 2020. Disponível em: <https://counter-investigations.org/> Acesso em: 20 maio 2022.

FORENSIS. **Racist terror attack in Hanau: the Arena Bar**. Hanau, Germany, 2020b. Disponível em: <https://counter-investigations.org/investigation/hanau-the-arena-bar> Acesso em: 20 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FRANKE, Anselm; WEIZMAN, Eyal. **Forensis: The Architecture of Public Truth**. Berlin: Sternberg Press, 2014.

FOSTER, Hal. **O que vem depois da farsa?** São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FULLER, Matthew; WEIZMAN, Eyal. **Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth**. Brooklyn, NY: Verso Books, 2021.

GALVÃO, César. Polícia de SP usa tecnologia 3D para recriar Paraisópolis e fazer reconstituição virtual da ação da PM que deixou nove mortos. **G1.com.**, São Paulo, 15 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/15/policia-de-sp-usa-tecnologia-3d-para-recriar-paraisopolis-e-fazer-reconstituicao-virtual-da-acao-da-pm-que-deixou-nove-mortos.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.

HILAL, Sandi. PETTI, Alessandro. WEIZMAN, Eyal. **Architecture after Revolution**. Berlin: Sternberg Press, 2013.

HINES, Ali. Década de resistência. **Global Witness**, [s.l.], sep. 29, 2022. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/decade-de-fianca-pt/> Acesso em: 20 maio 2022.

INTERPRT. **Grasberg**. [s.l.], 2022. Disponível em: <http://www.interprt.org/project/grasberg/> Acesso em: 20 maio 2022.

INTERPRT. **Ecocide in West Papua**. [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.interprt.org/?investigation=grasberg> Acesso em: 15 jul. 2023.

INTERPRT. **Brazil: Atrocity crimes in the Amazon**. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.interprt.org/?investigation=brazil-atrocity-crimes-in-the-amazon> Acesso em: 15 jul. 2023.

JACOBUCI, Marcelo. Entrevista. In: GALVÃO, César. Polícia de SP usa tecnologia 3D para recriar Paraisópolis e fazer reconstituição virtual da ação da PM que deixou nove mortos. **G1.com.**, São Paulo, 15 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/15/policia-de-sp-usa-tecnologia-3d-para-recriar-paraisopolis-e-fazer-reconstituicao-virtual-da-acao-da-pm-que-deixou-nove-mortos.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

KEENAN, Thomas. Counter-forensics and Photography. **Grey Room**, [s.l.], v. 55, p. 58–77, Spring 2014.

KEENAN, Thomas. WEIZMAN, Eyal. **Mengele's Skull: The Advent of a Forensic Aesthetics**. Berlin: Sternberg Press, 2012.

KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre a cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

KURGAN, Laura. **Close Up at a Distance: Mapping, Technology, and Politics**. Brooklyn, NY: Zone Books, 2013.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza do Antropoceno**. São Paulo: Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

MEDIALAB.UFRJ; AGÊNCIA AUTONOMA. **Territórios de exceção**. Rio de Janeiro: UFRJ, Autônoma, 2023. Disponível em: <https://documental.xyz/pt/intervencao> Acesso em: 24 ago. 2023.

MENDOZA, Elis. Architecture as a Justice-Accessing Technology in Postwar Guatemala. **Platypus**, [s.l.], March 9, 2020. Disponível em: <https://blog.castac.org/2020/03/architecture-as-a-justice-accessing-technology-in-postwar-guatemala/> Acesso em: 21 set. 2022.

PAGLEN, Trevor. Invisible Images (Your Pictures Are Looking at You). **The New Inquiry**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://thenewinquiry.com/invisible-images-your-pictures-are-looking-at-you/> Acesso em: 20 ago. 2022.

PAGLEN, Trevor. Clouds: Hough Lines, 2019. **Blog Trevor Paglen**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://paglen.studio/2020/05/22/clouds/> Acesso em: 20 ago. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RODRIGUES, Arthur. A partir de janeiro, polícia vai atirar para matar, afirma João Doria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/a-partir-de-janeiro-policia-vai-atirar-para-matar-afirma-joao-doria.shtml> Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/nucleos-especializados/pagina-inicial-nucleos-especializados/cidadania-e-direitos-humanos#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20Especializado%20de%20Cidadania,sociais%20vulner%C3%20%A1veis%2C%20notadamente%20em%20quest%C3%B5es> Acesso em: 20 set. 2023.

SCHUPPLI, Susan. **Material Witness**. Cambridge: MIT Press, 2020.

SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Invisibilidade histórica da multidão no Brasil: a violência racial e a desmemória das lutas negras, em Negri no trópico 23°26'14"**. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017.

STEYERL, Hito. **Duty Free Art**. Nova York: Verso, 2017.

STRATEGIC ANALITICS. **Strategy Analytics: Half the World Owns a Smartphone**. Boston, USA, jun. 24, 2021. Disponível em: <https://news.strategyanalytics.com/press-releases/press-release-details/2021/Strategy-Analytics-Half-the-World-Owns-a-Smartphone/default.aspx> Acesso em: 10 jul. 2022.

TAVARES, Paulo. A dimensão forense da arquitetura: a construção estético-política da evidência. [Entrevista concedida a] Anna Bentes, Fernanda Bruno, Paulo Faltay. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Paulo. **Memória da Terra: Arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé**. Brasília, DF: MPF, 2020.

TAVARES, Paulo. **Memória da Terra**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://memoriadaterra.org/> Acesso em: 20 set. 2023.

TAVARES, Paulo. Paulo Tavares: Memória da Terra. **Canal Arte!Brasileiros**, [s.l.], 14 nov. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T2EmFLqCSDU&t=10s&ab_channel=ARTE%21Brasileiros Acesso em: 14 jul. 2023.

UNSW Sydney. Forensic Architecture with Eyal Weizman. **Youtube**, [s.l.], 5 mayo 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UL2dx66n7d8> Acesso em: 20 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF/Unifesp: Quem somos.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/sobre-o-caaf/quem-somos> Acesso em: 15 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. CAAF: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Podcast 1049.** São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/podcast-1049> Acesso em: 16 ago. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsas de pesquisa terão reajuste de 25% a 200%. **Agência Brasil**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-02/bolsas-de-pesquisa-terao-reajuste-de-25-200> Acesso em: 13 ago. 2023.

WEIZMAN, Eyal. Walking through walls: Soldiers as architects in the Israeli–Palestinian conflict. **Radical Philosophy**, [s.l.], março-abril, 2006. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/walking-through-walls>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation.** Brooklin, NY: Verso Books, 2007.

WEIZMAN, Eyal. **Forensic Architecture: Violence at the Threshold of Detectability.** Brooklyn, NY: Zone Books, 2017.

WEIZMAN, Eyal. Open Verification. **E-flux**, Nova York. Junho de 2019. Disponível em: <https://www.e-flux.com/architecture/becoming-digital/248062/open-verification/> Acesso em: 20 ago. 2022.

WEIZMAN, Eyal. Entrevista: Eyal Weizman - A arquitetura é um dispositivo óptico. [Entrevista concedida a] Prof. Dr. Giselle Beiguelman. **Revista Select**, São Paulo, ano 9, edição 47, 26 jun. 2020a. Disponível em: https://www.academia.edu/44133323/Entrevista_Eyal_Weizman_A_arquitetura_%C3%A9_um_dispositivo_%C3%B3ptico/ Acesso em: 20 set. 2022.

WEIZMAN, Eyal. [Entrevista]. In: MONO. KULTUR. **#48. Eyal Weizman of Forensic Architecture: Everything records.** Berlim, Outono de 2020b. Disponível em: http://www.mono-konsum.com/index.php/monokultur_en/monokultur-archiv/48-forensic-architecture.html Acesso em: 20 ago. 2022.

WEIZMAN, Eyal. **Mapping is power.** Interviewed by Marc-Christoph Wagner. Louisiana: Louisiana Museum of Modern Art, 2022.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro:** arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real:** cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação, 2015. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da vigilância:** perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

ENTREVISTAS

AHMED, Nabil. Entrevista concedida a Paula Marujo, Trondheim - Noruega, maio de 2022.

AZEVEDO, Desirée Lemos de. Entrevista concedida a Paula Marujo, São Paulo, Brasil, outubro de 2022.

BELTRÁN-GARCÍA, Sergio. Entrevista concedida a Paula Marujo, online, maio de 2023.

MENDOZA, Elis. Entrevista concedida a Paula Marujo, online, junho de 2023.

MESZAROS MARTÍN, Hannah; PEDRAZA, Óscar. Entrevista concedida a Paula Marujo, online, maio de 2023.

MOAFI, Samaneh. Entrevista concedida a Paula Marujo, Londres - Inglaterra, abril de 2022.

PORTUGAL, Maria Cristina Quirino. Entrevista concedida a Paula Marujo, São Paulo, Brasil, dezembro de 2022.

QUINTANILHA, David. Entrevista concedida a Paula Marujo, online, maio de 2023.

SEBREGONDI, Francesco. Entrevista concedida a Paula Marujo, Paris - França, maio de 2022.

TAVARES, Paulo. Entrevista concedida a Paula Marujo, Brasília - DF - Brasil, novembro de 2021.

TRAFFORD, Robert. Entrevista concedida a Paula Marujo, Berlim - Alemanha, maio de 2022.

Apêndices

Arquitetura Forense: a prática liminal de uma contra-arquitetura – Entrevista com Paulo Tavares Novembro, 2021 Brasília, BR

Como a arquitetura pode ser um meio de investigação forense? Paulo Tavares é arquiteto, curador, professor da Faculdade de arquitetura da Universidade de Brasília (UnB), fundador da agência autônoma e integrante do Forensic Architecture (FA). Trabalha no entrecruzamento da arquitetura, culturas visuais e direitos humanos para o desenvolvimento de tecnologias e sua aplicação para a visibilização de formas de violência, contribuindo para um objetivo mais amplo de reparação histórica e justiça, em diferentes e múltiplos fóruns. Junto à autônoma, agência multidisciplinar de *advocacy* baseada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), utiliza ferramentas da Arquitetura Forense, do design e da mídia, para investigar casos de violência policial, ambiental, e genocídio da população indígena, e atua de forma a espacializar e visualizar formas de opressão.

A Arquitetura Forense é uma área de conhecimento da qual decorre FA, agência de pesquisa baseada na Universidade de Goldsmiths em Londres, fundada em 2010 por um grupo de doutorandos, pesquisadores e artistas, coordenados pelo arquiteto e professor israelense Eyal Weizman, diretor e principal investigador da agência. Através do uso da arquitetura como metodologia, o grupo investiga casos de crimes estatais e corporativos, violência política e violação de direitos humanos, no contexto urbano e meio ambiente.

A agência é formada por arquitetos, designers, artistas visuais, fotógrafos, cineastas, e também colabora com diversos profissionais como antropólogos, psicólogos, oceanógrafos, arqueólogos, entre outras especialidades da área forense e de tecnologia, a depender do caso de investigação. Através da criação de uma *estética investigativa*¹⁰² e de métodos de análise espacial, procura demonstrar como linguagens visuais de poder e violência são construídas – tecnológica, arquitetônica e esteticamente – e como podem ser quebradas, gerando formas de resistência e contraposição às várias formas de autoridade.

Seu objetivo é inverter a lógica forense tradicional e utilizá-la para a investigação do próprio Estado, e por isso definem sua prática como contra-forense. Para Tavares, se a arquitetura e o urbanismo são ser meios de opressão, controle e manutenção da ordem hegemônica, é possível trabalhar de forma a desenvolver uma contra-arquitetura, e produzir métodos de análise combinados para agir politicamente, criar contranarrativas e formas de reparação histórica, através de uma construção colaborativa e polifônica de agentes, áreas de conhecimento, tecnologias e fóruns.

Para a Arquitetura Forense, a arquitetura é, alternadamente, o objeto de investigação, o método de pesquisa, e a forma de apresentação dos resultados encontrados (Weizman, 2017). O foco está em tornar visível elementos difusos ou dificilmente detectáveis pelo olho humano, e investigar o ambiente construído, o meio ambiente e seus elementos como sensores, que podem capturar eventos e registrá-los em sua superfície. Analisam esses registros e apresentam os resultados em modelos digitais 3D navegáveis que funcionam como dispositivos ópticos e interpretativos, examinando as relações entre evidências através da sincronização entre elas.

Neste processo, FA borra os limites entre arquitetura, arte e ciência forense, e cria novas técnicas e práticas que permitem a leitura de imagens e dados na contemporaneidade, e o surgimento de novos espaços possíveis de atuação. Gera, assim, novos diagnósticos para novas patologias, e novos espaços para apresentar

¹⁰² Para mais informações sobre o conceito de *estética investigativa*, ver FULLER, Matthew; WEIZMAN, Eyal. **Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth**. Brooklyn, NY: Verso Books, 2021.

seus resultados. Dada a sua grande relevância e impacto, seu trabalho já foi exposto na Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2016, na Documenta 14, em Kassel, em 2017, e na Bienal de Arte do Whitney Museum, em Nova York, em 2019.

Em uma sociedade permeada pelo avanço de tecnologias de vigilância, pela proliferação midiática, pela problemática das *fake news*, e pelo surgimento de novas formas de poder e controle que atuam de forma sistêmica, a verdade é um campo de batalhas, e a visibilização espacial da violência se torna cada vez mais importante para a compreensão de sua dimensão e consequências. Por isso, os métodos do FA se mostram pertinentes para a investigação de conflitos contemporâneos, contribuindo para a construção de um novo formato analítico que transita entre diferentes áreas de conhecimento, tensionando e entrecruzando seus limites de atuação, e permitindo a expansão e transformação do uso da arquitetura como mecanismo de investigação, em defesa dos direitos humanos e ambientais.

Tavares traz ao Brasil as metodologias e práticas adquiridas na FA, e as aplica no contexto brasileiro para investigar casos de violência sistêmica e colonial. Para ele, a arquitetura é uma forma de advocacia de direitos. Seu mais recente projeto, “Territórios da Exceção”¹⁰³, investiga o impacto e tece padrões sobre o uso de helicópteros como plataforma de tiro durante operações da Polícia Militar em regiões densamente povoadas no Rio de Janeiro, principalmente no Complexo da Maré. Através da análise de imagens de satélite, uso de ciência de dados, pesquisa de campo e modelagem 3D, a investigação busca espacializar e dimensionar os eventos registrados, e demonstrar a violação de direitos humanos aferida pelo Estado.

Tavares acredita que as metodologias da Arquitetura Forense se mostram importantes para estudo de formas de violência urbana no Brasil, e a área começa a despertar interesse da mídia e academia, sobretudo na área do jornalismo investigativo. Certamente, com o aumento do campo visual contemporâneo, e com a saturação imagética e informacional, métodos de visualização, interrogação e espacialização de imagens e dados para a construção de narrativas tornam-se cada vez mais importantes, contribuindo principalmente para a criação de um campo de sensibilidade midiática e política. Porém, ainda há um caminho a ser percorrido para a inserção da prática e teoria da Arquitetura Forense dentro da arquitetura, academia, sistema jurídico e outras instituições brasileiras.

Por se relacionar com o contexto acadêmico, Tavares também comenta e problematiza o papel da universidade no reconhecimento da nova área. Dentro de seu trabalho e da FA, a prática leva à teoria, e não o contrário. Por isso, acredita em algo que chama de *proximidade crítica* – estar próximo, e, sobretudo, em colaboração com a comunidade afetada pelo crime investigado. Para ele, esta é uma forma poderosa de criação de conhecimento, mesmo que talvez não garanta a segurança epistemológica postulada pela academia.

Nesta entrevista, concedida em novembro de 2021, em Brasília, Paulo Tavares fala sobre sua trajetória e trabalho dentro da nova área de conhecimento e atuação da Arquitetura Forense, sua relação com diferentes campos de conhecimento, os desafios encontrados, e seu papel no contexto político, social, econômico e acadêmico contemporâneo.

103 Para maiores informações sobre esta investigação, acessar a plataforma Documental em: <https://documental.xyz/intervencao>.

Paula Marujo Poderia começar contando um pouco sobre sua trajetória, o que o levou ao Centre for Research Architecture e como se deu sua aproximação ao FA? Você fez parte da equipe que escreveu o projeto de pesquisa para a bolsa que deu início ao grupo, pode também contar um pouco sobre esse projeto?

Paulo Tavares Eu estava me graduando em arquitetura, já muito desgostoso com o papel sociopolítico da arquitetura no Brasil, e estava mais envolvido com outro tipo de prática ativista, mais relacionado com rádio livre, televisão livre, rádio na rua e tv na rua. Foi uma época em que houve uma espécie de reviravolta midiática no Brasil, quando a ideia de mídia independente e diversos coletivos emergiram. Eu estava mais próximo de outros campos de conhecimento, pois a arquitetura me parecia muito conservadora em relação à maneira como estava operando no mundo.

Depois, comecei um mestrado na área de sociologia, com Laymert Garcia dos Santos, que é uma figura muito importante na discussão sobre tecnologia, e comecei também simultaneamente um trabalho de mestrado na FAUUSP. Mas, eu achava que a arquitetura era tratada de forma extremamente conservadora dentro destes programas. No contexto dessa frustração com o campo da arquitetura, participei dos seminários organizados pela Bienal curada pela Lisette Lagnado¹⁰⁴ – que se relacionavam muito com o que o Okwui Enwezor havia feito na Documenta 11¹⁰⁵ –, e lá conheci o Eyal Weizman e seu trabalho. Ele tinha acabado de publicar seu livro “Hollow Land”¹⁰⁶, algo que achei muito interessante do ponto de vista da arquitetura. A partir desse encontro, fui estudar no Centro de Pesquisa em Arquitetura, onde fiz meu mestrado e doutorado, e comecei a dar aulas desde muito cedo dentro do programa de mestrado.

Dentro desse contexto, emergiu o projeto de Arquitetura Forense, muito relacionado a algumas pesquisas dentro do Centro, e também claro ao trabalho do Eyal Weizman.

Havia um grupo de doutorandos, todos com pesquisas ligadas ao ativismo político, trabalhando sempre na interface entre cultura, arte e política, e surgiu uma oportunidade de escrever um projeto para o *European Research Council*,¹⁰⁷ uma agência financiadora a nível europeu. Participaram do projeto o Eyal Weizman, Susan Schuppli, e outras pessoas também. O projeto foi contemplado, e era uma condição interessante para realizá-lo. Foi assim que eu me envolvi.

104 27ª Bienal de São Paulo. *Como viver junto*. 7 de outubro a 17 de dezembro de 2006. Mais informações sobre esta edição da Bienal em: <http://www.bienal.org.br/exposicoes/27bienal>.

105 Documenta 11. 8 de junho a 15 de setembro de 2002. Mais informações sobre esta edição da documenta em: <https://www.documenta.de/en/retrospective/documenta11#>.

106 WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. Brooklyn, NY: Verso Books, 2007.

107 Mais informações sobre o *European Research Council* em: <https://erc.europa.eu/>.

PM

Dentro do FA, as investigações que você coordenou e participou abordam o tema da violência ambiental e colonial, uma violência que ocorre não somente contra uma população, mas contra sua forma de vida, e que apaga os traços da própria violência aferida. O caso da Guatemala foi muito emblemático para o trabalho da agência, por tratar deste outro tipo de opressão e também por ser um dos primeiros casos na América Latina. Para investigar esse tipo de violência, é necessário entender a natureza, o solo, as árvores e folhas, como um ambiente sensível, que registra incidentes e eventos de curto e longo prazo. Como se deu o desenvolvimento da metodologia de investigação e produção de evidências nesses casos? Poderia falar um pouco sobre as ferramentas e tecnologias utilizadas e desenvolvidas, e sobre os conhecimentos, agentes, objetos ou instituições que foram articuladas para esse tipo de pesquisa? Quais os fóruns de atuação possíveis e desejados?

PT

Sim, esse foi um dos primeiros casos da agência como um todo, que nessa época ainda nem era uma agência. O que é importante falar do caso da Guatemala, que a gente chama de “terra arrasada”,¹⁰⁸ é que ele é um caso muito emblemático do ponto de vista do conhecimento forense, de uma maneira geral. A origem do termo *forense*, dentro das disciplinas mais acadêmicas, está relacionada ao que se chama *Antropologia Forense*, um ramo da arqueologia, que, resumidamente, faz o trabalho da exumação de cadáveres, como por exemplo a exumação de múmias antigas. É uma prática marginal, mas difundida, principalmente dentro do contexto norte-americano.

O que acontece é que depois do regime militar na América Latina – que cruzou diversos países, as tão chamadas “guerras sujas” –, exclusivamente na Argentina se forma um time de antropologistas forenses chamado Associação de Antropologia Forense da Argentina (EAAF),¹⁰⁹ que vai começar a pesquisar não os elementos históricos do passado, mas do presente, que eram os corpos das pessoas desaparecidas forçosamente, pessoas que haviam sido torturadas e enterradas, e não se tinha até então evidência da localização de seus corpos. Então, no contexto de redemocratização da Argentina, se instala uma Comissão Nacional da Verdade¹¹⁰, a primeira comissão com uma força política muito grande, que posteriormente vai levar à criação de uma cultura de direitos humanos muito singular na América Latina. A EAAF

108 Terra arrasada ou “scorched earth”, é uma estratégia militar para combater insurgências de guerrilha, que envolve destruir as bases de suporte do inimigo em uma determinada área em que ele esteja alocado, forçando-o, assim, a entregar-se.

109 Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF). Para mais informações, acessar: <https://eaaf.org/?lang=en>

110 As Comissões Nacionais da Verdade que se estabeleceram na América Latina fazem parte de um processo maior de redemocratização e de Justiça de Transição, durante as décadas de 1980 e 1990, e dependiam de uma série de circunstâncias específicas inerentes à realidade de cada país. Na Argentina, onde estabeleceu-se a Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas, (CONADEP), o foco da investigação foi o desaparecimento das vítimas.

então inicia os trabalhos de cavar as valas comuns e exumar os cadáveres das vítimas das ditaduras. Há uma figura pivô neste contexto chamada Clyde Snow,¹¹¹ um cientista americano que foi o pioneiro da ciência da Antropologia Forense e orienta essa equipe para o trabalho de exumação.

Depois dessa experiência da Argentina, essa prática começa a se difundir e ser usada em diferentes casos, um deles justamente na Guatemala. A ditadura na Guatemala é um caso particular, pois foi o primeiro golpe financiado pelos Estados Unidos na América Latina, e foi um regime militar de terror estatal bastante violento até os anos 1980 ou 1990. Quando o regime de terror acaba, se torna muito difícil analisar a situação no país, pois a violência havia sido tão grande que o processo de paz que teria de ser feito foi mediado pelas Nações Unidas. A ONU investiu recursos para a produção de um relatório de Comissão Nacional da Verdade muito ímpar¹¹² – diferente do Brasil por exemplo, onde o processo é muito mais restrito –, e envolveu pesquisadores de diferentes áreas do mundo que foram à Guatemala analisar documentos, fazer exumações, pesquisar áreas que haviam sido destruídas, tudo isso muito impulsionado pelo trabalho de Snow. Assim, se forma uma agência de antropologia forense chamada *Equipo de Antropología Forense de Guatemala* (EAFG),¹¹³ que começa a trabalhar nas valas comuns e na exumação dos corpos, e, todavia, continuam trabalhando até hoje, pois a quantidade de pessoas que foram executadas pelo regime é completamente desproporcional.

Quando iniciamos os trabalhos na Guatemala, o que notamos foi que havia uma dimensão espacial e ambiental da violência que não havia sido examinada pela equipe da Comissão Nacional da Verdade, na época já encerrada. Isso se referia principalmente às formas de terror utilizadas pelo Estado guatemalteco nas áreas de territórios indígenas. A população indígena na Guatemala é substancial, e ocupa grandes áreas remotas do país, regiões de florestas e montanhas, principalmente.

A estratégia do Estado para dismantelar as forças guerrilheiras que se embrenharam nessas áreas é o que é conhecido do ponto de vista militar como “campanha de terra arrasada”, ou “scorched earth campaign”. Essa campanha é uma espécie de inversão de um ditado maoísta que diz que “o mar está para os peixes assim como a população está para a guerrilha”, pois, na teoria de guerra de guerrilha, a tática é articular a população,

111 O Dr. Clyde C. Snow (1928-2014) foi um famoso antropologista estadunidense, e uma figura muito importante no desenvolvimento da área da Antropologia Forense e do trabalho de exumações de corpos pós-ditadura na América Latina.

112 Em 1994, o Acordo de Oslo estabelece a criação da Comissão para o Esclarecimento Histórico (CEH) na Guatemala, cuja finalidade essencial seria investigar os casos de violação de direitos humanos causados pelos conflitos armados da ditadura. O relatório foi publicado em 1999.

113 Em 1992, Clyde Snow foi à Guatemala e reuniu um grupo de profissionais forenses para investigar os casos de desaparecimento forçado da ditadura guatemalteca, estabelecendo assim o *Equipo de Antropología Forense de Guatemala* (EAFG), posteriormente transformado em *Fundación de Antropología Forense de Guatemala* (FAFG). Para mais informações, acessar: <https://fafg.org/>.

se embrenhar no meio dela, e fazer um tipo de guerra que não é regular. O tipo de estratégia que foi pensado contra essa estratégia de guerrilha – que já tinha sido aplicado no Vietnã, praticamente no mesmo período –, era destruir, de alguma maneira, a base de suporte daqueles grupos revolucionários, ou seja, acabar com o alimento, condições de habitação, condições de abastecimento, eliminando qualquer possibilidade de sobrevivência.

Dado o aspecto profundamente colonial do Estado guatemalteco, de uma maneira ainda mais severa do que outros países latino-americanos, havia uma identificação de cunho racista e étnico de que as populações indígenas seguiam sendo inimigas do que o ditador Ríos-Montt¹¹⁴ vai chamar de *guatemalidad*, uma espécie de nacionalismo guatemalteco. Ele falou isso no tribunal do júri, no qual foi julgado e condenado por genocídio. Portanto,

os povos indígenas da Guatemala e sua maneira de viver, que é de forma dispersa, com vilas articuladas por redes dentro da floresta

– e que não eram de fácil movimentação para os equipamentos do Estado, carros, tanques etc. –, eram vistos como uma ameaça ao Estado. Eles então foram convertidos em inimigos daquela guerra, uma guerra suja, irregular, travada pelo exército da Guatemala, que dava continuidade ao processo colonial. Vemos isso na própria maneira com a qual a violência foi executada. Existem vários indícios e testemunhos de que a violência aferida pelo Estado guatemalteco foi muito similar ao tipo de terrorismo implementado pelos espanhóis nestes países.

Para nós, uma questão fundamental neste projeto é que essa campanha de terra arrasada envolvia uma espécie de racionalidade da violência que era contra o meio ambiente e contra a arquitetura – casas, formas de habitação, formas de cultivo, contra a floresta em si. Então, este foi um projeto importante para compreendermos uma forma de violência cujas origens são de fato coloniais, mas que continua muito viva até hoje.

PM *E vocês foram até a Guatemala fazer uma pesquisa de campo também, certo?*

PT Nós fomos, pois era um dos primeiros casos grandes que trabalhávamos, havia um interesse em conhecer os laboratórios forenses que estavam trabalhando com reconhecimento de DNA dos corpos, e também porque precisávamos entender o que estava acontecendo do ponto de vista do território, da própria ecologia do lugar.

¹¹⁴ José Efraín Ríos Montt foi presidente da Guatemala de 1982 a 1983.

O que o exército fazia era entrar nas comunidades, nas vilas, queimando todas as plantações, matando animais, de maneira que as pessoas precisavam fugir das suas casas, aterrorizadas por isso, e nesse processo de fuga elas eram assassinadas brutalmente, inclusive idosos e crianças, pois justamente havia uma ideia de que era através do terror que se eliminaria o inimigo. Depois disso, havia um processo estrutural da queima das casas, para que essas pessoas não pudessem voltar, e ficassem refugiadas no alto da montanha. Há uma série de histórias muito bonitas que contam como a floresta e a montanha salvaram aquelas populações, claro, em condições de vida muito precárias. Era muito importante para nós poder estar nesse lugar e mapear o que aconteceu. Fizemos um mapa muito expressivo do processo de terra arrasada que ocorreu ali.

PM *A Arquitetura Forense trabalha com questões limítrofes – o limiar da detectabilidade, os territórios limítrofes, a extraterritorialidade, o limite entre uma disciplina e outra, entre uma área de conhecimento e outra, entre ciência, arquitetura e arte – para a criação de uma nova metodologia e forma de produção e disseminação de conhecimento. Como é trabalhar dentro desses tensionamentos? Para você, quais as maiores dificuldades encontradas? E, por outro lado, o que essa condição permite criar?*

PT Essa disciplina que se constituiu – não sei se podemos chamar de disciplina, mas uma prática –, que chamamos de Arquitetura Forense, na qual a arquitetura entra como um dispositivo investigativo muito importante de violações de direitos humanos e de violência de Estado, é de alguma maneira uma prática que está sempre nesse espaço liminal, em diferentes aspectos.

De um lado, essa questão está presente na própria constituição da prática, e como ela agencia diferentes formas de conhecimento. A Arquitetura Forense é basicamente uma espécie de articulação de várias formas de saber, e traz essas formas de saber de uma maneira integrada. A questão liminal se relaciona também com o fato de a Arquitetura Forense sempre procurar mapear, registrar, inferir, detectar formas de violência através de meios inusitados, ou seja, entender de que maneira a violência está sendo registrada, e qual é o tipo de tecnologia e conhecimento que temos que utilizar ou desenvolver para mapear e documentar essas formas de opressão. É aí que entra a questão do limite da detectabilidade – como podemos lançar mão de diferentes tecnologias e materiais para “inovar” nos processos evidenciários, que vão além de uma questão de testemunho, e além de uma questão somente da análise da evidência material.

Acho que é uma prática liminal também no sentido do que ela faz com a arquitetura. A arquitetura é uma disciplina muito

positivista, que tem no seu entendimento que qualquer prática espacial é fundamentalmente boa e positiva para trazer progresso, melhorar, desenvolver a vida da população. Esse discurso é na verdade um véu ideológico, quando sabemos que a arquitetura é uma maneira pela qual várias formas de violência são perpetradas. Partindo do entendimento da instrumentalidade da arquitetura pelo poder, pensamos em como podemos subverter essa prática e trazê-la para os limites de sua definição, entendendo que uma vez que ela é um instrumento de violência, pode também funcionar como uma espécie de registro dessa violência. Há uma espécie de movimento de empurrar essa prática para seu limite.

Outro aspecto dessa questão limítrofe é que estamos sempre trabalhando com espaços culturais, artistas, filmmakers, cineastas, etc. E também em diferentes fóruns, desde uma galeria, um museu, a casos jurídicos ou Comissões Nacionais da Verdade, e mesmo jornais. Ou seja, estamos sempre cruzando esses limites, e por isso faz sentido pensar na própria prática da Arquitetura Forense como uma prática que habita esses limites. Como podemos estar em diversos espaços ao mesmo tempo.

PM

O uso da arquitetura pelo FA é definido como diversas coisas simultâneas: arquitetura é o objeto da investigação, a forma de análise e a forma de apresentação das investigações do grupo. Ela atua como um dispositivo óptico, que permite construir relações espaciais entre as imagens, criando assim um novo método que permite enxergá-las, estabelecendo relações e cruzamentos entre as evidências, para poder navegá-las. Neste caso, a arquitetura, para FA, funciona em um sentido como ferramenta utilitária? Ou como linguagem? Ou das duas formas? Para você, faz sentido fazer essas distinções?

PT

A arquitetura sempre opera como instrumento e como linguagem. E esses aspectos estão, ao meu entender, sempre conectados. Se formos pensar do ponto de vista do poder, a arquitetura como linguagem sempre possui uma dimensão de simbolismo de certa ideologia dominante ou de uma ideologia que se deseja impor sobre a população. Ou seja, há um aspecto simbólico na sua própria constituição enquanto linguagem, que é uma espécie de comunicação ou de mensagem que se quer passar através da arquitetura, para comunicar ideologias dominantes ou formas de pensar dominantes. Vemos isso em diferentes momentos da história, como por exemplo no Albert Speer em relação ao III Reich,¹¹⁵ ou em como o modernismo brasileiro, o modernismo tropical, se tornou uma representação oficial do Estado, e as implicações disso. Há outros exemplos também

¹¹⁵ Berthold Konrad Hermann Albert Speer foi um arquiteto alemão que serviu como Arquiteto-chefe e Ministro de Armamentos e Guerra na Alemanha nazista durante a maior parte da Segunda Guerra Mundial. Aliado próximo de Adolf Hitler, foi condenado nos julgamentos de Nuremberg e sentenciado a 20 anos de prisão.

que mostram de uma maneira muito clara como a arquitetura é, enquanto linguagem, uma espécie de comunicação de certas estruturas de pensamento e ideias hegemônicas.

Ao mesmo tempo, a arquitetura é um instrumento de uma microfísica do poder, e o poder opera através da arquitetura para além de uma dimensão simbólica e linguística. Neste sentido, vemos como a arquitetura é um dispositivo de organização e distribuição de objetos e corpos no espaço, e de regulamentação de certos dispositivos de visibilidade, ou seja, como ela vai particionando e organizando o espaço de maneira a melhor disciplinar e controlar esses corpos. Isso também é muito claro em diferentes mecanismos, por exemplo, numa situação como a ocupação colonial de Israel na Palestina, é possível ver como uma série de dispositivos territoriais como estradas, *checkpoints*, torres militares, e até construções civis operam como instrumentos desse processo colonial, ao mesmo tempo em que carregam certa simbologia que comunica a ideologia hegemônica do sionismo.

Uma vez que você entende que a arquitetura é um instrumento do poder tanto na sua fisicalidade, como na sua simbologia, ou na sua linguagem, você pode começar a pensar como subverter esses sistemas de maneira que consiga fazer uma espécie de *Contra-arquitetura*, ou seja, utilizar a arquitetura enquanto linguagem, enquanto instrumento, e enquanto mídia, contra o poder, mapeando as próprias ações de violência do Estado ou dos poderes que sejam, através da arquitetura.

Dentro da prática forense isso é algo muito importante, pois, em primeiro lugar, nós entendemos que essa fisicalidade, essa materialidade da arquitetura ela é em si mesma uma espécie de documento, bastante inspirado na arqueologia, área na qual pedras, tijolos, cimento, paredes, materiais, registram certos processos históricos como se fossem a película de um filme. Mas, você precisa olhar para ela de outra maneira. Ou seja, na própria fisicalidade da arquitetura estão registrados processos históricos. Da mesma forma, podemos falar de territórios, ecologias etc., como superfícies de registro.

Entendemos que a arquitetura existe muito além do processo construído, que ela é uma espécie de mídia ela mesma. Utilizamos dispositivos de visualização, que são próprios da linguagem da arquitetura, como construções 3D, planos, plantas, cortes, seções, mapas, ou seja, todo o aparato através do qual a arquitetura se transforma em mídia, ou se faz mídia, ou se faz linguagem, para comunicar ou visualizar de que maneira as violações e violências aconteceram. Portanto, entendemos esses dois aspectos em conjunto, tanto do ponto de vista de como eles servem a certas formas de poder e como podem servir a formas de resistência, ativismo, operadas pela sociedade civil.

PM

No Brasil, você continua seus trabalhos com Arquitetura Forense na UnB junto à Autônoma, agência de pesquisa que trabalha na intersecção entre mídia, espaço, e direitos para estudo de casos de violação de direitos humanos e reparação, desenvolvendo projetos como o Documental, plataforma interativa de construção de geo-narrativas. Pode contar um pouco sobre a formação da agência e sobre seu processo de trabalho?

PT

O FA está baseado em Londres, no Centro de Pesquisa em Arquitetura, na Goldsmiths, uma agência que tem um pé na academia e um pé fora. Fiquei muito tempo lá, e chegou um momento em que se tornou muito importante vir ao Brasil. Eu queria voltar de alguma maneira – não falo nem em voltar, mas em ir –, e me pareceu importante e necessário criar uma estrutura aqui que trouxesse esse tipo de metodologia para analisar e documentar casos de violação de direitos humanos operados por forças do Estado brasileiro, mas não somente.

Isso aconteceu principalmente no contexto da publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade,¹¹⁶ por volta de 2013 ou 2014, e o entendimento de que o relatório e a maneira como a investigação estava sendo conduzida não traziam informações do ponto de vista espacial. O espaço não era um elemento fundamental para entender as violações que tinham ocorrido, que era o que tínhamos feito em outros casos junto ao FA.

De maneira geral, vemos no campo dos direitos humanos do Brasil que essa espécie de nova metodologia ou nova tecnologia ainda não chegou, ou melhor, não havia ainda chegado – acho que agora já está presente. Por isso, me pareceu necessário criar essa estrutura ou plataforma aqui, através da qual pudéssemos começar a fazer esse tipo de investigação, não somente no Brasil, mas na América Latina de uma forma geral. É interessante notar que muitas das pessoas que se formaram comigo e iniciaram o projeto de Arquitetura Forense na Goldsmiths também formaram suas próprias agências, como o Francesco Sebreghondi na França,¹¹⁷ Nabil Ahmed, que trabalha em Londres com uma agência forense,¹¹⁸ e Charles Heller e Lorenzo Pezzani,¹¹⁹ que também criaram uma agência, cada um com sua especialidade e todos ainda trabalhando na Europa. Não somente, temos a autônoma no Brasil e também o SITU, um escritório que trabalhou conosco nos

¹¹⁶ O relatório pode ser acessado em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

¹¹⁷ Francesco Sebreghondi coordena a INDEX, agência independente que investiga casos de violência estatal através de tecnologias de imagem e informacionais. Mais informações em: <https://www.index.ngo/>.

¹¹⁸ Nabil Ahmed é o fundador da INTERPRT, que junto a um grupo de pesquisadores, arquitetos e designers espaciais, se dedica à defesa da justiça ambiental. Mais informações em: <https://www.interprt.org/>.

¹¹⁹ Heller e Pezzani trabalham juntos no projeto *Oceanografia Forense* desde 2011, que se concentra em casos de violência estatal e corporativa na fronteira do Mediterrâneo, e recentemente iniciaram um novo projeto chamado *Border Forensics*, especializado em casos de violência nas fronteiras. Mais sobre Oceanografia Forense em: <https://forensic-architecture.org/category/forensic-oceanography>.

primeiros casos do FA, que possuem uma agência forense.¹²⁰ Nós estamos organizando um encontro entre esses novos braços de pesquisa.

O que foi interessante no Brasil é que notamos efetivamente que não havia esse tipo de prática aqui, mas uma necessidade muito grande de ser realizada. O tipo de trabalho que fazemos pareceu muito importante e muito apto de ser aplicado no contexto brasileiro. Alguns dos casos que trabalhamos até agora tiveram grande repercussão, como por exemplo o caso da remoção forçada dos Guarani pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, durante o regime militar, que é um caso que tem bastante notoriedade.¹²¹ Conseguimos mostrar, através de diversos documentos de Estado, como era de conhecimento do mesmo a presença de indígenas na região, fato sempre negado por agentes estatais.

Outro caso importante é sobre violência urbana no Rio de Janeiro, que investiga a utilização de helicópteros como plataforma de tiro, tema fundamental do projeto Territórios da Exceção.¹²² Esse caso teve bastante repercussão tanto pela temática, quanto pela maneira como nós contamos a narrativa, que foi feita através da plataforma Documental. Essa plataforma já havia sido utilizada no caso Expulsión,¹²³ sobre a remoção forçada de povos indígenas por conta da abertura de uma mina no Equador. Documental é uma plataforma interativa que produz geo-histórias, e permite que comunidades e outros grupos sociais se apropriem dela para contar suas narrativas. Esse tipo de estrutura que criamos de alguma maneira repercutiu bastante, principalmente no campo do jornalismo investigativo.

O princípio da ideia de geo-histórias e geo-narrativas, e o porquê de sua forte repercussão, se dá pois, normalmente, quando vemos casos de violação de direitos humanos, eles são completamente abstraídos de seus territórios. Por exemplo, o caso dos Guarani no Mato Grosso do Sul. Sabemos que suas tekoas¹²⁴ são destruídas sistematicamente, suas casas de reza são queimadas, crianças são mortas e violentadas, e que estão vivendo em situações completamente precárias, mas se eu perguntar a você onde isso está ocorrendo e como, você não vai saber me apontar. A questão espacial é importante não apenas para localizarmos esses territórios, mas porque nos permite visibilizar a violência e as violações de direitos humanos de uma outra maneira, e essa outra maneira tende a mostrar que essas violações não são esporádicas, não são excepcionais, mas sim a regra, a estrutura. Quando você mostra que uma violação é siste-

¹²⁰ SITU Research é uma divisão interdisciplinar de pesquisa aplicada que trabalha na interseção de arquitetura, Urbanismo, Política e Direitos Humanos, em Nova York, Estados Unidos.

¹²¹ A investigação pode ser acessada em: <https://www.advocacia.autonoma.xyz/copia-memoria-da-terra>.

¹²² A investigação pode ser acessada em: <https://documental.xyz/intervencao>.

¹²³ A investigação pode ser acessada em: <https://documental.xyz/expulsions>.

¹²⁴ Aldeia guarani, em Guarani.

mática – e esse é um conceito bastante importante do ponto de vista jurídico –, a maneira como você lida com ela é outra. O projeto Territórios da Exceção mostra isso.

PM

Uma característica importante da Arquitetura Forense é o trabalho direto com a população oprimida, com aqueles que sofrem a violência, ou que a presenciaram, para um trabalho mais amplo de reparação histórica. Na sua experiência com o FA e a autonomia, como se dá esse tipo de trabalho e a articulação com a população oprimida e os povos originários? Como é essa aproximação e o processo de pesquisa? Como a questão da alteridade é tratada no seu trabalho na autonomia e no FA?

PT

A questão da alteridade acontece em qualquer meio. Aqui, estamos presenciando alteridade, quando você faz esse tipo de trabalho você está lidando com alteridade, quando você está trabalhando com diferentes comunidades você está lidando com a alteridade. Não acho que seja uma questão específica do nosso trabalho. Acho que todos os trabalhos de alguma maneira lidam com alteridade.

Talvez o fato de que essa questão da alteridade sempre apareça é porque muitas vezes eu trabalho com populações indígenas, então a questão da alteridade emerge, e é claro que ela faz sentido e é uma questão bastante importante, mas o trabalho não está reduzido a isso. Não é porque são povos indígenas que se trata de um trabalho de alteridade, acho que isso sempre está presente, e é sempre importante.

A maneira com a qual trabalhamos com essas comunidades, ou como cada agência forense mencionada na pergunta anterior lida com essa questão, varia muito. A abordagem para o campo – que é um termo bastante ruim –, como você vai se aproximar e qual é o tipo de relação que você estabelece com essa população vai depender muito do caso específico. Dentro da autonomia há uma questão muito importante que é estar próximo dessas situações de campo, desses territórios, ou seja, conhecer as populações, ter uma ação menos espetacular, menos voltada para o campo da estética, mas mais voltada para a questão política do ativismo, e que tipo de ajuda nós podemos dar.

Geralmente, nós trabalhamos com comunidades organizadas. As demandas chegam dessas comunidades, ou estão relacionadas ao Ministério Público Federal, ou à Defensoria, ou com a própria comunidade, mas já organizada em uma instituição. Então, é muito natural o contato com as comunidades que já são organizadas política e socialmente, é uma aproximação de duas formas de ativismo. Não é uma pesquisa antropológica ou etnográfica, é uma pesquisa militante. É muito difícil achar uma comunidade que não é organizada, um território de periferia ou um território

indígena que não é organizado. Nós estamos sempre lidando com lideranças e pessoas-chave no ativismo.

A autonomia e a Arquitetura Forense tem uma condição de operar no mundo que é muito diferente de certos atores e ativismos justamente pela posição privilegiada e o ferramental privilegiado que possuímos, pela possibilidade de acessar certos cantos do mundo que talvez essas comunidades não tenham – assim como elas têm a possibilidade de acessar vários mundos que nós não temos. Então, acho que há uma troca de alteridade muito interessante. Nos vemos como aliados em certo sentido. E pensamos em que tipo de alianças podemos estabelecer e como podemos de alguma maneira utilizar nossas ferramentas e conhecimentos para que a justiça seja feita.

PM

A metodologia da Arquitetura Forense é um novo formato analítico e propõe uma nova forma de ação política direta e também uma nova lógica de produção e disseminação de conhecimento. A partir da sua experiência, pode contar um pouco sobre como vem se dando o processo de pesquisa e a utilização desses métodos no contexto brasileiro? Você acha que é uma forma de advocacy e prestação de contas efetiva no cenário midiático e político que vivemos hoje no Brasil? Quais os efeitos alcançados? E os desafios? Quais são os fóruns possíveis? O que é, para você, ser efetivo através do uso dessa metodologia?

PT

O que eu costumo dizer é que se a cidade é um direito, a arquitetura é uma forma de advocacia. Se o território é um direito, as práticas espaciais são formas de advocacia. Essa ideia está muito relacionada à palavra em inglês *advocacy*, mas eu não acho que sejam somente as práticas forenses que fazem *advocacy*, acho que é um pensamento mais global. Temos que entender o espaço como um direito, e se você parte desse princípio, o que significa operar no espaço se não uma prática de advocacia? É um pouco isso que orienta nosso horizonte na autonomia, e de uma maneira geral na Arquitetura Forense.

Os resultados disso, como isso se desdobra e se é efetivo ou não, é algo difícil de mapear ou ter em conta, pois a efetividade mais concreta que poderíamos ter é ganhar um caso, um documento que produzimos ou uma investigação que conduzimos ser efetivamente utilizada para que a justiça seja feita, para que medidas reparatórias sejam implementadas, para aquela comunidade que foi violada seja reparada. E isso está muito relacionado com a prática forense e com a origem da ciência forense que é a apresentação de evidências no fórum, numa corte jurídica. Essa dimensão é mais concreta, mas também muito difícil de atingir, não apenas por causa do sistema de justiça, mas pela lentidão desse tipo de caso. Esses casos demoram anos para

serem julgados. Os documentos do caso da Guatemala que trabalhamos que ainda estão em sigilo, por exemplo, pois esse caso ainda está em julgamento. O tempo da justiça legal é um tempo muito distinto do que gostaríamos.

Mas, de certa maneira, a efetividade de nosso trabalho não está mensurada somente no sucesso ou na vitória em casos jurídicos específicos, pois também trabalhamos com algo que chamamos de corte pública. Quando fazemos uma pesquisa, um trabalho desse tipo, e na cultura dos direitos humanos em geral, nosso objetivo não é apenas ganhar aquele caso, ou contribuir para que a justiça seja feita somente do ponto de vista legal, mas criar um campo de sensibilidade na sociedade civil, na imprensa, e mesmo nas cortes jurídicas, de maneira que o campo de forças que define a sociedade, que às vezes opera muito mais para a injustiça do que para a justiça, possa ser rebalanceado, que possamos criar certos afetos na sociedade civil que vão se sensibilizar com aquele processo de justiça. E que isso, de alguma maneira, seja catalisador da pressão social, da pressão cívica, para que a justiça seja feita.

Além disso, outra coisa muito importante é que os poderes que fazem parte desse campo de força – as forças armadas do Estado, as corporações – estejam cientes de que existem agências civis incidindo nesse campo de forças. Por exemplo, no caso Territórios da Exceção, a violência era velada pelo Estado, tanto pelo ponto de vista da negativa ao acesso aos documentos que solicitamos, como também pela própria invisibilidade que esse tipo de caso possui. Era possível ver em reportagens o uso de helicópteros nas favelas, mas era difícil compreender essa violência em toda sua extensão. Quando você sistematiza essas informações e mostra essa investigação, você opera nesse sistema. Quando esse tipo de violência ocorrer novamente, eles saberão que há um outro jogador no jogo que pode atuar na forma como esse processo é operacionalizado.

Agora, estamos estudando o caso do massacre de Paraisópolis,¹²⁵ e é interessante notar que a própria polícia fez um modelo 3D, uma reconstituição arquitetônica, para provar a sua versão do caso. E eles não são os únicos em controle dessa tecnologia, desse tipo de visualização e narrativa, mas a sociedade civil também está preparada para enfrentar esse tipo de poder no plano discursivo.

125 Em 2019, nove jovens morreram asfixiados em uma ação policial no Baile da DZ7, em Paraisópolis. Em 2021, o Ministério Público de São Paulo denunciou 12 policiais envolvidos por homicídio doloso. O caso aguarda julgamento.

PM

E referente à relação Universidade-Agência, como se dá a inserção da autonomia na UnB e o quanto essas metodologias de trabalho e mesmo esse escopo de trabalho encontra desafios ou não na inserção no campo disciplinar institucional no Brasil? No

PT

que se assemelha ou difere da sua experiência com as relações FA-Centre For Research Architecture?

A academia é conservadora e lenta, e às vezes as pesquisas não vão ter nenhum impacto efetivo na sociedade. Também é muito complicado hoje em dia ser financiado dentro da academia, pois não há financiamento e quando há, é muito mais direcionado para as áreas de exatas. Eu sou professor, sou educador, eu gosto de dar aulas, mas a academia me parece hoje um espaço obsoleto. Posso estar falando outra coisa daqui 10 anos, daqui 3 anos. Do nosso ponto de vista, não fazemos pesquisa. Fazemos ação, e essa ação se transforma em pesquisa. Não temos interesse em fazer uma análise sobre a territorialidade, por exemplo, mas em como podemos operar na realidade, mudar a realidade, inserir na realidade. Eu acho que esses espaços são os espaços mais interessantes como produção de conhecimento.

Na formação como arquiteto forense, a prática leva à teoria. Geralmente é o caso que dirige seu pensamento. Eu chamo isso de *proximidade crítica*. Na academia, cultiva-se a ideia da distância crítica para uma autonomia epistemológica, algo que se deve ter para analisar um objeto e criticá-lo, que é a suposta ideia de neutralidade, ou de objetividade – a ideia de que você se separa do seu objeto de pesquisa. Nós temos o princípio contrário. Queremos estar junto do objeto, misturado no meio, parte dele, mesmo sabendo que dessa forma não temos por dizer uma certa “segurança epistemológica”, mas no meu entender, é algo muito mais efetivo e que de fato gera conhecimento.

No campo da arquitetura, para ser específico, é algo muito novo ainda, e deve demorar para o campo assumir isso como pesquisa, principalmente por causa da formação da arquitetura brasileira, e do papel ideológico que ela desempenha. Quem está mais antenado a essas questões é a área do jornalismo, sobretudo. Mas, espero que cada vez mais haja espaço para que possamos trabalhar esses temas do ponto de vista da arquitetura. Há uma série de pessoas que têm interesse em trabalhar e pesquisar esse assunto, e esperamos que isso possa ser ampliado.

Outra coisa que é interessante para nós é que a autonomia, e o FA também, possuem uma operação prática, que tem a ver com a incidência de um caso específico, mas temos sempre também uma reflexão política, teórica e cultural sobre a investigação e o tema investigado, e sobre os limites da nossa ação. Agora, vamos realizar um seminário sobre como estratégias visuais tornaram-se fundamentais para a proteção dos direitos humanos e na exposição da violação de violações de direitos humanos, trazendo esse tipo de discussão para dentro do campo de direitos humanos no Brasil. Portanto, temos também um aspecto investi-

gativo do ponto de vista do campo cultural e político no qual interferimos, incluindo a arquitetura.

PM

Em seu recém-lançado livro “Estética Investigativa”, Weizman e Fuller argumentam que estamos vivendo um momento político anti-epistemológico, no qual o poder se afirma através de uma verdadeira campanha contra o conhecimento e a verdade, atacando as próprias condições de estabelecimento e verificação de fatos e bombardeando instituições como a ciência e a universidade, a cultura e os museus, através de exércitos de desinformação nas redes sociais, desviando, escondendo, apagando evidências e naturalizando formas de violência. Eles falam sobre como figuras como Jair Bolsonaro são incapazes de lidar com a complexidade das relações políticas, sociais e econômicas contemporâneas e respondem a isso com uma redução estética da verdade como única, quase ou totalmente religiosa. Como alternativa a esse regime, a Estética Investigativa propõe um conjunto de práticas de verdade (truth practices), rigorosas e coletivas, que se diferenciam em métodos tanto da Teoria Crítica, que opera pelo desvelamento de camadas e representações, quanto da crítica pós-modernista ou pós-estruturalista, no sentido de um relativismo. Poderia falar um pouco sobre essas práticas da verdade propostas pelo FA? Como podemos chegar na verdade hoje?

PT

Acho que tem um aspecto muito importante da nossa contemporaneidade que é algo que nos pegou meio de surpresa, ou algo que estamos ainda tentando lidar. Quando a internet surgiu, trazendo com ela a revolução digital e midiática, havia um entendimento, ou uma espécie de expectativa, de que esses instrumentos trariam mais transparência à realidade. A democracia funcionaria melhor, você teria acesso aos fatos de uma maneira mais clara, justamente pela abundância de produção de mídia. Cada pessoa se transformaria num produtor em potencial. Hoje, você pega seu celular e faz um filme. Os meios de produção dessa economia digital foram socializados. Havia a ideia de que cada um era um jornalista em potencial, daí a ideia de Youtube, você é o tubo, você é a televisão. Não havia mais aquela relação em que você tem uma grande corporação de televisão que dissemina informação de baixo para cima, mas uma difusão, uma distribuição social – para usar uma expressão marxista – dos meios de produção dessa nova economia digital das imagens.

Mas, o que aconteceu é completamente o contrário disso. Na verdade, vivemos em uma economia imagética completamente poluída, na qual a proliferação desses meios não deixa a realidade mais transparente, mas mais opaca, de maneira que nossa própria ideia do que é um fato, do que é uma notícia, e do que não é, está muito abalada, desde o ponto de vista dos grandes meios de

comunicação, até do ponto de vista das mensagens virais, que circulam nas redes sociais. Vimos isso acontecer tanto na eleição do Trump quanto do Bolsonaro, elemento fundamental para mobilizar a atenção e ação pública. Essa é uma estratégia que a direita aprendeu muito bem, mas a esquerda ainda está tateando.

Com essa poluição, essa espécie de ecologia tóxica de imagens, é possível trabalhar de maneira a influenciar certos atores do ponto de vista ideológico, e do ponto de vista de suas ações. Então, estamos tentando entender como tudo isso aconteceu, como passamos da noção de que tudo seria mais transparente e democrático, para o que estamos vivendo hoje. Por isso, o jornalismo se tornou ainda mais importante, assim como o papel dos artistas, curadores e de quem trabalha com mídia. O tipo de investigação que fazemos se tornou mais importante nesse cenário, no qual você tem que ter uma pedagogia das imagens, você tem que aprender a falar esse idioma dessa realidade borrada, turva pela própria saturação de imagens.

Tem uma frase que eu acho interessante e que faz muito sentido para nós, do Okwui Enwezor, curador da Documenta 11, que diz algo nesse sentido: **“você pode filmar aquele fato, e aquele fato ser verdade. Mas, a verdade daquele fato pode escapar ao seu filme”. Ou seja, aquilo de fato aconteceu, e pode ter alguma espécie de registro, mas às vezes aquilo que é mostrado perde o sentido, pois você precisa de uma espécie de processo construtivista, encadear informações, construir uma narrativa, ir atrás da evidência que mostra o que aconteceu, interrogar as imagens, reelabora-las.** Essa ideia do que é a verdade de um fato, e não somente um fato de verdade, depende fundamentalmente de um processo que é o que estou chamando de construtivo, o que podemos chamar de uma Estética Investigativa.

E é claro que então podemos pensar de um ponto de vista mais filosófico, justamente quando a questão da verdade entra em foco. Se a gente fosse falar de verdade – essa palavra que carrega um grande peso – há 20, 25 anos atrás, todos os acadêmicos ficariam de cabelo em pé, justamente porque a ideia dentro da Teoria Crítica e da filosofia contemporânea era sempre colocar em xeque a realidade e a verdade, desconstruindo discursos de verdade, ou problematizando as estruturas de verdade. Toda a Teoria Crítica era baseada nisso, no questionamento das ideias de verdade estabelecidas, que na realidade eram comunicadas por grandes sistemas de poder, tanto do ponto de vista linguístico, quanto teórico e conceitual.

Mas, definitivamente, nos encontramos em outro momento, no qual a verdade entra como um campo de disputa – isso está claramente colocado. E não uma verdade transcendente, mas imanente, uma verdade ligada a corpos, ligada a espaços. Esses

tipos de práticas, que o Eyal chama de “práticas de verdade” – em português é um termo um pouco estranho, mas digamos que são práticas investigativas –, possuem um caráter estético, no sentido de que fala Rancière,¹²⁶ de *fazer-visível*. A própria visibilidade dos fatos possui uma presença política, justamente porque ela muda o próprio regime de sensibilidade, do nosso contexto social e político. Essas são práticas muito importantes, se formos pensar num horizonte curto, e com as *deep fakes* vai ficar cada vez mais importante.

126 RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: Estética e Política. São Paulo: Editora 34, 2009.

PM

Em 2018, Guilherme Wisnik elaborou a tese do Nevoeiro. Ele argumenta que a passagem do moderno para o contemporâneo é marcada pelo adensamento de um grande nevoeiro, permeado pelas nuvens de informação da internet, pelas flutuações do capital financeiro, por um progressismo não mais linear, mas difuso e descontrolado, no qual estamos todos imersos e sob constante ameaça de uma forma de violência sistêmica e imanente. O Nevoeiro seria o novo hiperespaço da “comunicação ininterrupta, ambiente profundamente imersivo e sem recuos perceptivos, e todo mediado por dispositivos tecnológicos de uso cotidiano que se infiltraram em cada segundo da nossa vida, 24 horas por dia, 7 dias por semana” (Wisnik, 2018). Em entrevista à Giselle Beiguelman em 2020, Eyal Weizman vai ao encontro da ideia de hiperespaço quando coloca que hoje “não podemos mais ver nosso ambiente, o ambiente físico e a arquitetura das coisas como superfície rígida contra a qual nos chocamos. É preciso vê-los como integralmente interligados com o domínio espesso e estético das imagens, e compreender que nosso habitar o domínio das imagens é por navegação”. (Weizman, 2020). Você acha que a Arquitetura Forense, ao investigar esteticamente os incidentes e eventos contemporâneos, é uma forma possível de navegar por esse Nevoeiro contemporâneo que coloca Wisnik?

Eu particularmente não conheço muito a teoria do Nevoeiro, mas me ressoa, talvez da forma colocada, como algo da teoria de Paul Virilio, que vai falar sobre a velocidade e o virtual, quando havia muito a ideia da transformação do real ou do espaço, que seria completamente desconectado do território. Eu vejo de forma diferente, pois, você vê que a internet cada vez mais localiza você, cada vez mais sabe onde você está, ou seja, há uma espécie de fusão entre o que é o territorial ou o material, e diferentes formas de ler e de ampliar isso, que me parece que é o centro do que podemos chamar de sociedade do controle. Não no sentido de que o ambiente físico não importa mais, mas pelo contrário, essas coisas estão interligadas de uma maneira não antes imaginada.

A questão dos mapeamentos, algo que surgiu mais recentemente, é essencial para pensarmos o que é esse mundo, que é de

fato e continua muito material. As formas de violência tomam lugar no espaço digital, e através de diferentes dispositivos que operam nesse espaço de vigilância e de controle, mas ao mesmo tempo, elas acontecem no território de uma maneira muito física, muito brutal. Então, essa imanência do real para mim é importante. Além disso, quando você trabalha com alteridades, com outros territórios nos quais a terra importa, onde as coisas físicas importam, você começa a ver o mundo através de uma outra lente que não é aquela de um espaço urbano *hipermidiatizado*. Você começa a ver que há outras nuvens que importam, a nuvem da chuva importa – que são também aspectos importantes da vida contemporânea, principalmente se formos pensar na questão de resistência.

PM

No livro “Forensic Architecture: Violence at the Threshold of Detectability”, Eyal Weizman cita Carlo Ginzburg para dizer que a arquitetura, para o FA, não é uma fortaleza, mas um porto ou aeroporto, um lugar de onde se parte para outros destinos. Quais destinos você vê no horizonte da autonomia e do FA, e quais as suas perspectivas para o futuro desse campo de conhecimento e atuação prática?

PT

Eu acho que é interessante notarmos uma coisa. Nós iniciamos esse projeto há 10 anos atrás, houve todo um trabalho de maturação, e o que podemos perceber hoje é que ele chegou em espaços que não havia chegado. O próprio fato de fazermos essa conversa representa isso. E eu acho que esse tipo de metodologia e prática vão se tornar cada vez mais necessárias, justamente porque a questão da verdade vai ser cada vez mais borrada, turva. Talvez se a gente fosse pegar um marco para isso seria aquela apresentação em Powerpoint do Colin Powell, quando ele inventou uma imagem dizendo que havia armas de destruição em massa no Iraque, e aquilo levou a uma guerra. Ali foi um ponto de virada, quando uma imagem levou a uma guerra, e pudemos perceber que a mentira opera pelas imagens, que elas têm uma força política fundamental, ao ponto de legitimar uma guerra perante o Conselho de Segurança da ONU.

Hoje, vemos isso operando de uma maneira muito mais capilar e difusa no tecido social, pois os meios de produção do mundo digital e imagético foram disseminados, difundidos, socializados, e essa profusão de imagens, de mídia, na verdade tende a nos deixar cada vez mais com as lentes embaçadas para navegar nesse real, ou nesse nevoeiro, nessas nuvens. Então, acho que esse tipo de prática e investigação vai se tornar cada vez mais necessária, e acho que é interessante que tenham outros grupos, que de certa forma nasceram do núcleo do FA, e que estão surgindo por aí. Tem uma influência também muito grande no jornalismo investigativo, que usa a visualização como um método

de investigação e fazer jornalismo, ou o jornalismo de dados, e isso é muito novo também.

Então, acho que estamos na fronteira de vários desenvolvimentos que vão ocorrer. Da nossa perspectiva, temos uma estrutura muito pequena ainda, com poucos casos realizados no Brasil, e esperamos conseguir criar uma plataforma maior e articular parcerias em investigações.

Entrevista concedida à autora em novembro de 2021, em Brasília.

Bibliografia

FORENSIC ARCHITECTURE. Forensic Architecture: hacia una estética investigativa. *In: **Forensic Architecture:** hacia una estética investigativa.* 1. ed. Barcelona: MACBA - Museu d'Art Contemporani de Barcelona; MUAC Museo Universitario Arte Contemporáneo, 2017.

FORENSIC ARCHITECTURE (ed.). **Forensis:** The Architecture of Public Truth. Berlin: Sternberg Press, 2014.

FULLER, Matthew. WEIZMAN, Eyal. **Investigative Aesthetics:** Conflicts and Commons in the Politics of Truth. Brooklyn, NY: Verso Books, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora 34, 2005.

WEIZMAN, Eyal. A arquitetura é um dispositivo óptico. [Entrevista concedida a] Prof. Dr. Giselle Beiguelman, **Revista Select**, São Paulo, ano 9, edição 47.

WEIZMAN, Eyal. **Forensic Architecture:** Violence at the Threshold of Detectability. Brooklyn, NY: Zone Books, 2017.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro:** arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Interview with Samaneh Moafi Forensic Architecture Assistant Director Forensic Architecture's office in Goldsmiths, London, UK April, 2022

Paula Marujo *Could you start by telling me a little about your background, what led you to the Centre for Research Architecture and how did you approach Forensic Architecture?*

Samaneh Moafi I joined FA in 2015. It was at the beginning of a new research grant that FA had received in order to establish itself as a kind of a research team, to distance itself from the academic world – that is something that FA is at the moment –, and kind of become something that is a practice, that operates in the world, that has that structure. So I think that project began at the beginning of 2015, or in the end of 2014 actually, with the case of “The bombing of Rafah”, it was after the 2014 bombings of Rafah that we were approached by Amnesty [International] I believe, in order to investigate the bombings. That was the beginning of this new phase for FA.

When I joined it was Eyal himself, Christina Varvia, and myself. That was kind of the core at that point.

PM *You talk about this “new phase” of FA.*

SM So, before that, originally – let’s say the first 5 years of it – FA was very much a kind of Ph.D. course, that was the structure of it. Paulo Tavares was among that group, the “first phase” if you’d like. And the project of that phase was to figure out what FA was, to come up with some of the vocabulary and understand what is the approach, how do we talk about environmental violence? How do we talk about police violence? What are the different kinds of evidence that we can pull together? A very conceptual slow and deep thinking about specific cases.

I think some of those projects continued to the second phase. For example, there was a project in Guatemala where Paulo himself was quite involved with Eyal, and it was in fact the first project that I worked on when I joined the second phase of FA.

The way that it worked was that there was a series of Ph.D. researchers: Nabil Ahmed, Paulo Tavares, Godofredo Pereira, Anselm Franke – who is at the HKW right now –, Lorenzo Pezzani, and Susan Schuppli herself. So these were among that group and the cases that they had were slow cases, in which they crafted their Ph.D. around.

Afterwards, in the second phase, the idea was to understand how we do investigations as a practice, with a commission from an organization, and with a clear set of outcomes.

That was the second phase, and I think now we are definitely in the third phase, in which the project has a slightly different scope for us now.

The first phase was to think about what FA could be as a practice, the second one was to be the practice, and the third phase is to open the field, to work on the franchises of FA, to build capacity inside of other organizations, train people, share our skills, and that is what we are trying to do in this phase.

At the moment I'm the senior researcher in FA, and I oversee all of our investigations, particularly I've been overseeing the ones that engage in environmental destruction, and the work group within something that we call Centre for Contemporary Nature.

- PM** *What is Forensic Architecture, today? How would you define it?*
- SM** FA is a research unit based at the Goldsmiths University of London. We investigate cases of Human Rights violations and environmental destruction with and on behalf of communities affected by violence. These are the kinds of violence that are perpetrated by states, military police, and corporations. It is part of our mandate to never accept a commission by any of those bodies basically.
- PM** *I'd like to move on to more conceptual questions. Aesthetics has always been a fundamental concept for FA's work. Understanding aesthetics as the capacity of sensing, the agency develops methodologies to read registries of contemporary events and make sense of it all. Could you explain the mode of practice of Investigative Aesthetics? How is aesthetics, today, a fundamental way to understand these events, and how do FA's methodologies help to make sense of a world that seems to have lost its references?*
- SM** That is a beautiful question. I do encourage you to read Eyal's most recent book, *Investigative Aesthetics*. It is at the heart of art thinking and Eyal has conceptualized it quite rigorously.
- PM** *It's the first book from Eyal that talks about concepts of FA and not its practice. You talked about the phases of FA and it makes a lot of sense, it seems like FA is diffusing its conceptual thinking.*
- SM** Yes. The way that I have engaged with aesthetics is that I understood it in different ways.
- First I must say that aesthetics has never been separated from science. It is always a means for communicating. So, if you have findings, how do you put them together in order to draw a conclusion, or to offer a reading to an interpretation to others? We saw this more recently with the figures around COVID and rates of deaths. How do you draw these charts in a way that communicates whether it is ok to be in a lockdown or not? The way that

these figures are communicated would really affect the public's perception of the state that we are in.

We can see that historically. One of the projects we have our hands around is "Cloud Studies". We were looking at the historical examples of studies of clouds, and so you have meteorologists drawing clouds and categorizing them as a way of making sense and opening that into a scientific field. So science and aesthetics have never been separated from each other.

We are living in a very particular time in the sense that we have urban wars and environmental wars happening inside our cities, in our neighborhoods, and in our homes. I am talking about cases like "The burning of Grenfell Residential Tower"¹²⁷, "The shooting of Mark Duggan"¹²⁸ or cases of excessive tear gassing¹²⁹. This is happening in our neighborhoods and entering our homes. And also there are more classic forms of environmental destruction, such as waste from petrochemical facilities that cause such a high degree of destruction. It comes in "blankets", and covers entire cities, entire residential areas – something we have investigated in Louisiana for example¹³⁰. This is the context that we are in.

At the same time, because of or thanks to the proliferation of smartphones, we live in an age where these cases of violence have never been thoroughly documented as they are documented today. Everyone has access to a phone, and everyone is filming. It is kind of a practice of seeing, picturing it, photographing it, and not only that but also sharing it on social media platforms. So it is no longer the case of having evidence of some crime and looking for a lawyer to mobilize it. Now you would immediately socialize it through these forums that you have access to – Twitter, Instagram, Telegram groups, and so on –, with hope for an alternative way for bringing accountability, to sharing what you have seen with others with the hope that it would somehow engage more than one person, and there would be a possibility to bring accountability.

But with that also comes a kind of different visual and information world, in the sense that it is hard to understand what is true and what is not. You have this mass of images and videos that are circulating around an incident and it is really hard to understand what actually took place because of the way that these images and viewers are situated, the point of view that they belong to, and what is the person that is posting that is trying to achieve with it.

And so it is an aesthetic world, and it is our practice to make sense of it, to read across these images and information, and to

127 More on the investigation at <https://forensic-architecture.org/investigation/the-grenfell-tower-fire>.

128 More on the investigation at <https://forensic-architecture.org/investigation/the-killing-of-mark-duggan>.

129 One related case is 'Tear gas in Plaza de La Dignidad'. More at <https://forensic-architecture.org/investigation/tear-gas-in-plaza-de-la-dignidad>.

130 Environmental Racism in Death Alley, Louisiana. More at <https://forensic-architecture.org/investigation/environmental-racism-in-death-alley-louisiana>.

organize them in a particular way. So, in a way, we need to be trained – and it is an advantage that many of us are trained in the field of aesthetics – because we understand the way things are composed. As an architect, I would look at an image and immediately understand how big the space is, and what is the distance between objects, because I am trained to do renderings, I am trained to turn spaces into images and so I can do that process in reverse and build the space. That is my training. We also have film editors or videographers who would have this knowledge about a video, as in how many frames are in one second, what is the distance between each of these frames, what is the resolution of one image, and what is the pixel stain that we can rely on, what is the threshold of looking inside. We have people working in the field of film work sensing and satellite analysis, which again is another field of aesthetics and they understand it. The aesthetic world is a world of knowledge and it is a means of working, for investigating.

But also there is another side to us. The actual investigation is half of the practice of forensics, the other half is socializing this evidence that we have built, mobilizing it in forums in order to make a difference. So how do we do this if not with the use of aesthetics, if not as a way and a language of communication? If you don't have this language how else would you be able to mobilize the findings?

Eyal has a very good example that he uses: anesthetics is the substance that the physician would put into the body of a patient who is suffering from pain so that he or she would feel less pain. Aesthetics is the reverse of that. The work of aesthetics is to heighten sensitivity and sensibility so that we would be able to sense and understand things that we have overlooked.

PM *So this is a collective endeavor. You take pictures from social media and you work with different points of view, methodologies, technologies, fields of knowledge, agents, and institutions, to compile different pieces of evidence together into an aesthetic model, a situated and poly-perspectival assemblage, in which these pieces of evidence can be synchronized and somehow inhabited and interpreted to understand what happened in a particular event. Could you explain how this model works?*

SM Is not like every investigation would have the same steps to take. Sometimes open source research plays an important part, sometimes not so much. For example, we did a lot of investigations around police use of force against protestors during the Black Lives Matter protests in the US. The body of the material that we gathered was all open-source

¹³¹ More on the investigation at <https://forensic-architecture.org/investigation/beirut-port-explosion>

material. It consisted of images and videos that people had shared online, and the idea was to sweep and verify them and place them in time and space in order to unravel patterns of police aggression and violence. But, in other cases, it's the opposite. For example, when we were investigating the police killing of Mark Duggan we were commissioned by the family and the lawyers representing the family, and therefore we were passed this body of evidence that was already a part of the court procedure, to look more into it and understand what are the other things we can understand from it. It wasn't something that would have existed in the world of open source. So it depends.

But I do like the word poly-perspectival assemblage quite a lot. And I think, for me, it was a very instrumental concept to think through when we were working on the Beirut Port explosion¹³¹. This was a case that happened on August 4th, and suddenly all social media was blowing up with images of the explosion. A lot of our friends are Lebanese and were at the time in Beirut. They were writing and asking if FA was doing something about it. It was a case that was very close to our hearts. So we knew that we wanted to do something, but it was difficult because at that stage we had not been commissioned by someone in Lebanon. So how do we do it?¹³²

This is a case where immediately after the explosion the Lebanese state cordoned off the port so that no one else had access to it apart from a selected group of forensic teams from France, and the US. They have exclusive access to the Port and they do an investigation where no one else is allowed to come in, and to this date, almost two years after the explosion, the families of the victims do not know what actually took place, and what was the cause of the fire that provoked the explosion. So, the findings of these forensic teams were not made public.

In that context open-source is very much the core of what we could do. Because you had people from different parts of Beirut city: a journalist on a rooftop, a physician near the hospital, someone on a rooftop bar of a restaurant, someone from the port, someone from the sea, someone from the side building right near the explosion site – all of these people were using their cameras and their phones, filming the event and putting it on social media. So, in a way, the work we did was to build this poly-perspectival model, to construct the intersections between all of these images and piece them together like they are pieces of a broken glass, in order to have a more complete version of the account of what actually took place. Therefore, we put them together to have a timeline, because of course, these footages are situated in a place, the amount of what they can see is bound by the camera cone of

¹³² Eventually, Forensic Architecture was invited by Mada Masr – an Egypt-based media organization – to examine open source information including videos, photographs, and documents to provide a timeline and a precise 3D model to help investigate the events of that day.

vision, you cannot see beyond this cone. So, you have a video in which you can see the bottom of the fire, but you can't see how far the plum is going up; in another one you can see the top of the smoke cloud but not so much the warehouse. Everyone has a kind of a situated way of looking at this spatially, but also in time. We had people that had filmed the first fire, people that filmed the second one, and also others that recorded the final explosion. By putting them together we can understand where the sources of the fire originated, and that was a key piece of information to understand what was stored inside the warehouse, because things burn differently. That was a clue into what was exactly stored inside.

PM *In this context, is architecture a tool for visualization? How does FA understand the role of architecture within its practice today?*

SM Not all of us are architects, our team is multidisciplinary, you can see that in the texture of our investigations. We have members that come from the field of legal practices, sound designers, investigative journalists, and architects – like part of an assembly. But, for us, architecture is our training. **Our school training was to learn these techniques and tools to imagine something that is going to take place later. Here, what we do is the reverse of that trajectory. We have something that has taken place and we use those tools to reconstruct that scene.** Also, a lot of our investigations are spatial inquiries. They begin with the question of space, where things are in relation to one another and how is an incident registered within a spatial context.

PM *I'd like to come back to a question that you mentioned about the truth today. FA has to deconstruct images and narratives to build other ones. Bearing in mind the difference between the critical theory and the investigative process, but also the presence of both in Forensic Architecture's work, what is the concept of truth that the agency works with? In times in which everyone has their truth, how can we have a shared understanding of reality, and how could FA contribute to that?*

SM FA is a practice to interrogate things that we thought were 'truth' in a time in the past, falsely. Deconstruct and rebuild them again with new findings. There is a difference between evidence and truth. That is what makes the second part of our practice important. And that part is about mobilizing evidence and socializing our findings. It's about making sure that the evidence is not going to stay within the closed doors of a courtroom, but it's going to be shared between people. It's going to create awareness, a shared

awareness, not a private close door kind of awareness. I can say how it is important with a couple of examples.

With the investigation that we have done with the killing of Mark Duggan, we were originally commissioned to investigate the case and present the evidence in a court of law. We built a virtual reality version of the crime scene so that the judge could put on the goggles and see for a fact the accounts that were provided and whether that could have happened or not. In this case, Mark Duggan is inside a car, the police stop the car, he gets out, and he is shot multiple times and his gun is found far away. The police testimonies were saying that he was holding the gun at the time of the shootings. So, our whole investigation was about whether this was possible or not that he was holding a gun at the time that he was shot. We do this work and we are ready to show it but then at the last minute, the London MET [Metropolitan Police] settles with the family. But, what about the community [of Tottenham, of which Mark Duggan was a part of]? What about Londoners? What about all people of color in the UK? This case was more than that individual and those who were directly involved. It was something much bigger. It was because of Mark Duggan that we had the protests against police violence that followed all over the UK. So many people were imprisoned because of these protests. So, in a way, it was important to us to find an alternative forum to show this. This was at the time of the Black Lives Matter protests, when we first partnered with The Guardian to relay our findings. They did this quite in-depth article, and a lot of people – our neighbors, and friends – were reading the article and they had no idea of what had taken place. Then, after, we spoke to our collaborators at the ICA, to invite Tottenham Rights, a community group, to make a show with them. Our investigation was part of this show that they curated, and they used the space also to bring other activists from across the UK into this space. That is socializing evidence. That is the practice of building truth, by sharing it, by building these intersections, and so on.

I think it is also something that we see when we talk about climate change. Because environmental violence is the kind of violence that has a different speed, it's harder – but I am not saying it is impossible – to establish causality in cases of environmental destruction. We are all part of it but some of us are experiencing it at a much faster rate than others. So, how do we share that if not by socializing the findings and the evidence through these alternative forums that are outside of the courtroom, outside the police, and also the UN. It needs to be something that is socialized in every space. It is all of our lives, it is everyone's lives. It's a truth that has that scale and needs to be socialized to that scale.

PM

Do you consider FA an activist group?

SM I haven't thought about it that way. It's interesting for me to see how activists see our practice. Our team is large, some of us would do field work, but most of us are working on our computers. That is our practice. We have partners on the ground, collecting evidence and doing "ground truthing", and then passing it to us, and we take that to the next step. So, I think that it would be more meaningful to ask an activist how he or she sees our work because what we do is being that bridge. That is where I see ourselves. We are also not architects, we are not artists, we are nothing of these contained fields of practices, we are something in between all of them.

PM *Could you describe the form of work, the teamwork, and how you choose the methodologies and forums? What does it mean to be effective for FA?*

PM I wouldn't say we choose a forum, in a way it is about opportunities as well. In our view, a finding needs to be mobilized across multiple forums in order to be able to do something. It is not enough to be in the space of law-making, it's not enough to be in the forums of social media, or in the cultural forums where you can have this deeper awareness. I think we need to be in all three of them at the same time. The evidence needs to be mobilized across these forums in order to be able to make a change. Only one of them is not going to be able to do that. We don't necessarily choose them, it is a matter of how can we talk about it in this space? With regards to methodology, it very much also depends on what is the kind of evidence that is available, what is the starting point and from that, we then start building the methodology. Is not about deciding about this or that method. Suddenly you find yourself in this context, then it is a matter of making the most out of the available resources.

Interview with Robert Trafford
Forensic Architecture
Assistant Director
FORENSIS office
in Berlin, Germany
May, 2022

Paula Maujo *Could you start by telling me a little about your background, what led you to the Centre for Research Architecture and how did you approach Forensic Architecture?*

Robert Trafford I didn't study at the CRA, my training is in journalism – I first studied philosophy in Oxford and then journalism in London. I bumped into FA a little bit by chance, at the Centre for Investigative Journalism at Goldsmiths. Around that time I was a freelance reporter, I was writing stories about the refugee crisis in 2015-16 in Greece and France, and homelessness in London – frankly trying to find my way into journalism. It is not a totally attractive world to be a journalist in London. We have a strange media scene – and the media in general is in a strange place in a lot of countries right now. I encountered members of FA at that time, and Eyal has an interesting way of working, he is kind of a magpie. He sees something new and says 'ok, let's try that', 'you're a journalist, that is cool, I think we need one of those, come and work with us'. So, I joined FA for a research project first for two weeks, and then for a month, three months, and it went from there. I've been with them for five years now.

Initially it was a process, because I was one of the first members of staff that was what you would call a 'non-technical researcher'. It was a good example of what we do, of bringing people in to open up possibilities in terms of what techniques we use. At that time I was training myself to use social media and open source research – which I don't think the office had at the time –, and that was applied in the first full project that I worked on, an investigation in Cameroon in 2017¹³³. That was the set of skills that I was able to offer that we didn't already have and the working relationship grew from there.

PM *So you were the first journalist that entered the group at that point.*

RT I recall that Irving Huerta, which is a quite reputable journalist from Mexico – who was gaining national prominence at the time as part of a group of reporters that was fired from a newspaper for reporting on corruption on Mexican presidency –, was working with us at the time on a project about the Ayotzinapa disappearances¹³⁴. That period from 2017 to 2018 was also a time when FA was growing into a certain kind of prominence, the field of open source research and the use of visual investigative techniques was just becoming noticed by the media and being developed by media groups that had funds to build their own teams. So, very soon after I arrived, a reporter from the New York Times called

¹³³ More details on the investigation "Torture and Detention in Cameroon" on <https://forensic-architecture.org/investigation/torture-and-detention-in-cameroon>

¹³⁴ More details on the investigation "The enforced disappearance of Ayotzinapa students" on <https://forensic-architecture.org/investigation/the-enforced-disappearance-of-the-ayotzinapa-students>

Malachy Browne¹³⁵ came into our office to talk to Eyal about how FA worked and how we did investigative work. He went back and was one of the core founders of the New York Times Visual Investigation's Team, which now has about 30 people. It's a hugely resourced organization which is in a way informed by us, but also has a different framework and political and intellectual positioning.

¹³⁵ <https://www.nytimes.com/by/malachy-browne>

PM *How was the crossing of your work as an investigative journalist with the architecture methodologies and spatial approach used by FA in their investigations?*

RT I had never worked with that kind of approach before. I was interested in the possibilities of open source research and that comes hand in hand with a visual investigative sense. I guess you can say there are two kinds of major fields of revelation when you are coming from a journalistic background to that sort of work: one has to do with the technical capacity – what you can do with a set of architecture skills and sensibilities when you are trying to tell stories and investigative work through visual media –, and the other has to do with how society understands the role of a journalist, which is not something that was always a particular comfortable fit for me. The idea of the journalist as an objective and independent truth seeker that operates on behalf of 'the people' within liberal society, it's fair to say, has had its time. Investigative work does not only have to be done in that model, and I think that is something FA and its partners in the field are showing. We are by no means the first ones to do that – from 2010 we have seen a social and technological revolution which has created the possibility for this really widespread take-up of investigative practices outside the confines of newsrooms, and I think the world is better for it.

The sensibilities that other practices can bring to investigative and journalistic work, which challenge the notion of journalistic objectivity, and the idea of integrating care, community and solidarity in the investigations is something which I can honestly say, when I joined FA, made me feel something of a relief. As a journalist, when I went to refugee camps in Greece and Northern France, quite often I would feel like the least useful and sympathetic person there. I was watching people building houses, bringing food, etc, and just being the guy in the back with a pen and paper felt very unsatisfying.

So, personally, in the early few months working with FA I really felt like this was the way to do investigative work. Being open about the fact that it means something to you, and that through the process of working together and elevating and empowering

situated knowledge of people suffering under violence, you can also demonstrate something of value to you, you don't have to be afraid of that.

PM *Why do you think FA's methodologies are important to study contemporary events?*

RT You can think about it in two ways: technical capacities, and emotional or political capacities. I think it is clear what the technical capacities are and the limits that continue to be pushed by technical researchers in terms of what you can do and how you can interpret data, and tease out new pieces of data, and combine them in ways that are not expected – not only for the purpose of investigation but also for storytelling. But, it is precisely what that story is telling for that is the other way you can understand organizations like FA, and now our satellite organizations as well.

I think you can even distinguish it from organizations like Bellingcat, and others that were early contributors to the rise of open source field in the technical domain – who are showing what you can do and how you can find data, how you can combine open source in investigative work, and are also developing their own kind of storytelling –, because I think FA is in a sense more willing to position itself politically. Of course Bellingcat has political positions in some respects, they are certainly politically aligned against the Russian state for example. But being willing to explore political positioning and wear it openly is what orients the use of the technical abilities that we develop. It is also something that we have to navigate, because being that politically positioned is a strength, but it is not free of challenges.

What FA wants to do is to take these investigative capacities into every possible forum. Is no problem, as a politically active agency, to carry your work into certain art galleries, into certain media, although there are certain ways that we are unable to speak as we would like. Sometimes, it can become a challenge to speak as we would like, for example when we also want to speak in courtrooms and parliamentary inquiries.

But I don't think these things - being politically positioned, and being forensically rigorous - are mutually exclusive by any means. I think we have shown that they are not, but FA also has to think and operate strategically, so that we can continue to make the claims that we want to make, and be open about why we do the work we do, while also wearing every hat that we want to, and speaking in every forum that we want to. We are continuing to show that being partisan about political issues, positioning ourselves within a struggle and being explicit about that, positioning ourselves

with the victims of state violence and failure, doesn't compromise rigorous findings or the ability to operate in any space.

PM *Samaneh Moafi says that FA is living its "3rd phase", a moment where the methodology is being diffused, passed on to others. So it seems that the FA is expanding. There is FORENSIS, and you are now opening a new base in Beirut and Ramallah. Also, recently, a few members of FA opened their own investigative agencies. How do you see this expansion, and how is FA's relation to these agencies? Can you talk more about the opening of the FORENSIS agency specifically?*

RT In terms of the set up here, I am still working and will continue working for the London office. Dimitra, my colleague, is the research coordinator here, she has an equivalent role to mine in London, and is responsible for building a new team here, although the experience of those that have been around for a few years is helping to shape what that team looks like. Now we have three or four full time researchers beneath two operations coordinators, so we have a quite large office compared to the offices you talked about in other countries. I think this would certainly be our largest satellite office. But what does that mean and what are we trying to do? Something that we started to talk about recently is trying to dissolve the borders of FA. Maybe my role is a first example of that, because it can feel as if it is clear if I work for this organization [FORENSIS] or that organization [FA]. People would come into the FORENSIS office and see members of other organizations, working with us at a project, full time or part time, or also working with other organizations that we are partners with. They would see students working or studying with us, members of the organizations that we work on behalf of – the case that we are finishing at the moment is based here in Germany, so the initiatives we are working with can come and spend time here and follow our research, and give their input. So, this sense of beginning to lose track of who is part of which part of the network, and who works where and under what terms, is really the practical working out of a theoretical ambition which is, as Samaneh said, the methodology spreading more widely, and this is something we want to encourage. We want to think of FA as a field rather than a defined team, to accelerate a process that began around 2017, when we had representatives of major organizations such as the New York Times coming to us and trying to adopt some of our methodologies. Before that, Amnesty International and Human Rights Watch would set up teams informed by our work, but again with their own approach. That was the first phase, the mainstreaming of the idea, ensuring a fundamental literacy for what those investigations would look like, and what it meant to conduct rights-

-focused investigations with the use of digital models. Now we are in a position in which we are operating slightly on a more horizontal level, which is frankly where we are more comfortable. Trying to build capacity among the people we work side by side with and not pushing our techniques up into the big international organizations – because they have the resources to do our work if they want to. What we are really interested in is to develop our techniques in dialogue with communities, with students, with other researchers, in a more distributed horizontal fashion.

That is not a one-way process. The more we blur the edges of FA, the more it changes and evolves. Responsibility, project leadership and direction is more distributed, and this is advantageous too because in a sense – and this is why we are so interested in following the work of Francesco [Sebregondi], Paulo [Tavares] and others – there is a risk in the work being bottlenecked around Eyal's capacity. His ideas are of course so fundamental to everything we have done so far, but there is a limit to how many hours he has in a day. We try to find ways to grow away from that, because we want to ensure that his leadership and vision remains printed in all of these projects, but also try to increase our capacity.

PM *Is there a difference between the cases you investigate at FORENSIS and the ones investigated by FA?*

RT Both teams operate in a similar way day-to-day, but what we do here is quite new in some respects. The Berlin office will operate as an NGO – which is to say not attached to universities— so we operate like an NGO. That gives us a different kind of flexibility. Being part of the university is an incredible safeguard and gives FA access to a huge amount of resources, network, intellectual capacity and possibilities, and in certain situations it is strategically very valuable to be part of the academy, particularly when we are talking about parliamentary inquiries, courts, and these kinds of forums. But it also can be quite inflexible. Universities have certain processes which can practically take a long time and risk impeding research and the fluency of the investigation. So the idea with this office at its inception was that it would give us another voice to speak in, and another way to operate insofar as we are able to easily move and migrate the work between the two organizations - which isn't without its practical difficulties. That is one ambition that we are exploring in relation to the two offices in Berlin and London.

Now, as I said, the operations are very similar, but it may be that with time it grows in a different way. The more that we can develop an investigative capacity and multiple research teams here, the more potentially we can create space for the FA studio

in Goldsmiths to move some way back towards theoretical research, to academic work. This first phase that Samaneh talks about – and certainly I recall when I joined the agency the senior team was largely PhD students of Eyal, like Francesco [Sebregondi], Lawrence [Abu Hamden], people that were very closely following Eyal's intellectual footsteps and doing so in study as well – that first phase certainly evolved into something else, probably because of our rapid growth. We became a different kind of agency, we think and work slightly differently from that phase. There is a thought that in splitting the agency's core, maybe we can explore how FA in London can go back to training, research, teaching and becoming more closely involved with the CRA [Centre For Research Architecture in Goldsmiths]. FA and the CRA began as one thing, and maybe moved apart in certain ways, so it is a question of how to come back to that in a new relationship.

That would be one way to think about how the work would be differentiated, but again part of blurring the borders is a real openness to fluid change and it really could be that this is not how things develop in the next year or two, it could go a very different way – and that is part of the excitement I suppose.

PM *Is there a specific theme or discussion that orients the investigation cases at FORENSIS? How are the investigations selected?*

RT Right now I would say that there is a less clear distinction between the offices of Berlin and London in relation to how the cases emerge. As these processes I described take place, maybe that would change, but in general we want to take on cases that give us the opportunity to move methodologies forward, that allow us to take things that we have already done and try to find new components or new ways of applying them. I think that will remain true across both agencies. One orienting characteristic of the work we do here will be the extent to which we can work in collaboration with the organizations around us in this group that we are calling the Investigative Commons, which is a sort of invisible fabric of where we are right now – we call this space the Commons. FORENSIS is by numbers the largest organization in this space, and we want this office to be a place which a lot of organizations call home – whether temporarily, in the long term or short term, on a project by project basis or if they just need someplace to be –, that will be an influence on the kind of cases we take on. The next big case we will do at this office will be a very close collaboration between us and the ECCHR, which is the organization that provided us this space and that Ana works with, together with a number of other colleagues in the building. So that would be one way that this office will orient itself to the cases it takes on. But,

in general, it is not the changing of the geography that will necessarily give us another geographic focus here.

You mentioned the Beirut office, and in this case there is a connection between our skill sets and the experiences, connections and sources which were born out of Lebanon, Egypt, and a few other countries in that area. In that case, it is natural that the work in that organization will focus in that area. In Paris, Francesco is interested to work in French Police custody cases, and Paulo also has a regional specificity, and naturally the first big case we worked in here is based in Germany, which has some strategic advantages, besides it being a case very well suited to us and where we were able to do a lot of good work – the Hanau case¹³⁶. That was very helpful in terms of announcing our arrival here and demonstrating the kind of work we want to do and the connections we want to make, in that sense it has been a very well timed case.

PM *Could you explain more about the Investigative Commons?*

RT Theoretically the idea of an Investigative Commons grows out of and I suppose is the next step to the idea of Open Verification¹³⁷

that Eyal has been speaking about in the last few years – the idea that civil society is benefited by a distributed network, poly-perspectival and multidisciplinary investigative capacity. Investigative work doesn't need to be the privilege of the media and, as the media tends towards the corporate model, investigative capacity being only in their hands could be a great harm. The Investigative Commons is a way of understanding that – intellectually and non-physically. It is a way of considering that there should be this distributed capacity and a way of thinking, and understanding how that comes together in multiple constellations and different organizational groupings around certain cases. It supports and empowers situated perspectives and the combination of technical expertise with legal perspectives, or with certain kinds of media organizations, NGO's and the communities facing repression. Non-physically, it is simply that shared space that we operate in, where counter forensic work is done, where multiple organizations and civil society come together, in different ways, to respond to harms done to some or all of them. Physically speaking – and that was the thinking behind being here – we are trying to give that a physical home. We hope that in the future there will be more physical homes for it. Collaborative shared work isn't something that we only have to do by meeting bilaterally or going to someone's office and they come to ours, but we ultimately all work in our own spaces. Why don't we try to create a space which has

¹³⁶ More details on the “Racist terror attack in Hanau: the Arena Bar” investigation on <https://forensic-architecture.org/investigation/hanau-the-arena-bar>.

¹³⁷ WEIZMAN, Eyal. *Open Verification*. E-flux magazine, 2019. More on <https://www.e-flux.com/architecture/becoming-digital/248062/open-verification/>.

more space than we need, and that people can come and work? Just being next to each other has something to do with the theoretical work of the Commons, which is to say skill sharing, capacity building, etc.

PM *Could you give an example of a successful case? What are the expected effects and what does it mean to be effective for FA?*

RT In a harder sense we are interested in doing investigative work which supports and pursues accountability in certain forums, or whichever forums are available given the particular nature of the case. The pursuit of accountability is a phrase that has a very general sense, it is hard to say in any given situation what accountability will look like and where it can be delivered. One of the founding principles of FA is that you can't expect that political or legal processes are going to provide that level of accountability. We don't use the word *justice* very often for that same reason, because when the state is involved in the commission of crimes we can't expect state run processes to deliver the accountability necessary.

An effective investigation is in some respect the successful pursuit of whatever accountability looks like in that case. I can think back about the work that we did in “The killing of Mark Duggan”¹³⁸ in London a few years ago – he was killed in 2011 and we worked on his case from 2019 to 2021. We were commissioned by lawyers to order a court case – this was not a criminal case but a case where the family of Mark Duggan could have been awarded some compensation and recognition that the state had been responsible for his death. We were commissioned to that court case which was ultimately settled, so the family did receive compensation for the harm and suffering that they had experienced, and also while formally the police would say that it was not an admission of responsibility, you can understand how this shows that the police accepts that there is a measure of responsibility on their side.

Is that a successful investigation? It certainly contributed to a change in the story of the case. In a situation like that, where a family member is killed by the state, you have a limited set of options available. By the time we engaged with the Duggan family they had already exhausted the criminal opportunities. They had taken the case to the European Court of Justice¹³⁹, they had been denied reviews, and essentially there were no ways for them to pursue criminal charges against the matter or the individual officers anymore – therefore one of their limited options was taken away from them. The UK has a police watchdog which had decided that there were

¹³⁸ More on “The killing of Mark Duggan” investigation on <https://forensic-architecture.org/investigation/the-killing-of-mark-duggan>.

¹³⁹ The Court of Justice of the European Union (CJEU) interprets EU law to make sure it is applied in the same way in all EU countries, and settles legal disputes between national governments and EU institutions.

no questions to be answered by the officers, and that was another opportunity that was taken away from them. In fact, the work we did in court we then passed on to the police watchdog and asked them to consider reopening the case, which they did consider – unfortunately they came to the same conclusion as previously, that there was no case to answer. But here you're butting up against state processes, and this police watchdog is entirely populated by ex-police officers, so it was a surprise that we got as far as we did, because they genuinely considered reopening the case. It is easier for them to retreat into the gray areas that FA tries to clarify and put some hard edges on – a retreat into a story that we hear in lots of police violence cases, 'it was what the policemen thought at the time', 'we can't be sure if he is telling the truth or not so we have to believe him', etc. Something that is very familiar to the FA cases. It is in those gray areas that accountability falls away.

You can measure the success of a case by how it interacts with those possibilities of accountability and whether it advances them. In this case we almost got the police watchdog to reopen their findings, and we did have some impact in the court. But what happened after that with the Mark Duggan case was a whole other way of thinking about whether a case is effective or valuable – and again this is not a one-directional process. We were invited to exhibit at the ICA¹⁴⁰ in London, and we thought it just made sense to exhibit this investigation, which we had just finished. Eyal's first response to that invitation – and frankly one of the great things of working with someone like him – was to say let's not only show the investigation but let's give the rest of the space over to the organization that worked with the Duggan family. I will never be a part of this again, it was an amazing experience. The show was organized by anti-police violence activists in London, it was called "War Inna Babylon"¹⁴¹. It was a bold and challenging history lesson about racism and police violence in the UK, and it was incredible to see our work situated within that context. Often our work can be very narrow and technical, obviously theoretically what we want to do is to use that narrow technical access into a story as a means to leave some questions open, as a way to deal with the way the state handles truth and uncertainty. We like to find in technical questions a way to open up and expand from that into a larger and longer history of the incidents that we are dealing with. And this was a perfect example of that, where we did a piece of work that was very narrow, just focused on two seconds of the end of Mark Duggan's life, and explored the questions of seeing or not seeing from the perspectives of the police officers. But then to see that kind of work situated by the anti-police violence organi-

¹⁴⁰ War Inna Babylon: The Community's Struggle for Truths and Rights Exhibition, ICA, London, July-September 2021.

¹⁴¹ More at <https://www.ica.art/exhibitions/war-inna-babylon>.

zation and the curators in 70 years of lived history of this kind of violence, and also curating this with them, was really unparalleled. This is what I mean when I say it is not a one-directional process. This is an incredibly successful case for us, because it develops and deepens our understanding, enriches what we think we can do with our work. We will try to copy that kind of presentation again, the idea that we can give over these opportunities in the art world that we have given to organizations that can do something completely new with it. It is again to do with this blurring of boundaries – an opportunity comes into FA and it falls to the people on our network that are working with us –, it is creating something very horizontal, very fluid.

Therefore, a successful case is not only when you get to see a policeman in court or a ruling overturned or an admission of responsibility, but is also one where the field is strengthened. As the field gets wider and the agency gets broader and less well defined, opportunities like that become milestones. When a successful case means we completely reorient how we think about the strategic possibilities and advantages and what we learn from doing it.

Interview with Nabil Ahmed
 INTERPRT Founder
 and Director
 Forensic Architecture
 past collaborator
 INTERPRT office in
 Trondheim, Norway
 May, 2022

Paula Marujo *Could you start by telling me a little about your background, what led you to the Centre for Research Architecture (CRA) and how did you approach Forensic Architecture?*

Nabil Ahmed I was part of the second roundtable of the CRA, which is what we call each of the configurations of the PhD groups. Within this framework, the common denominator is an engagement with spatial politics, but we come from very different backgrounds. I come from many fields – theory, the art context, media – but I don't really have anything to do with architecture.

With regards to FA, there are a couple of different ways to frame it. One of them is that it really grew out of the European Research Council project, from which Eyal was the principal investigator. A lot of us were doing our PhD at the time and we came together to discuss this topic for years – to figure out the terms of reference, the critical terms and operational concepts, and a set of directions where it could go. Out of that came active projects, which some of us were more involved in than others. One of the most successful of the first cases was the Charles and Lorenzo's "Left to Die Boat"¹⁴² case. That was the setting at the beginning.

¹⁴² To learn more about the "Left to Die Boat" investigation, see: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-left-to-die-boat>.

At the same time, there was a bigger project, beyond the idea of starting an agency, which was more around finding ways of dealing with these complex political issues of Human Rights, environmental justice, etc. We were very much influenced by groups as Doctors Without Borders, a humanitarian agency with a political position. They reject the idea of neutrality and defend that you have to take sides and be active in the field even when your work is to help people with humanitarian medicine. That was a time when WikiLeaks was changing the landscape of journalism, and showing what hackers could really do beyond hacking computer systems – that it could have this David versus Goliath kind of effect. In that sense, looking at all these references and influences, I think the CRA became a kind of crucible where we could really come together around the term "Forensic Architecture" and build a set of theories, practices, and more. And institutionally, too, around what would eventually become this well-known agency.

PM *Within the FA, the investigations you worked on address mainly the issue of environmental violence, a slow, diffused violence, difficult to account for. Could you talk about your experience with working with this kind of violence and about working in the FA?*

NA I think to get to that point, we need to take a step back and look at how the environmental questions really enter within the conflicts

and controversies that members of CRA were already dealing with – and that eventually took on prominence in the first FA's projects. At the beginning, the Israel-Palestine conflict was one of the big focuses of the agency, because of the many years of activism of Eyal and many other people that were working in that context. We were looking into big operative terms and conflicts, such as extra territoriality, refugee camps, and border conflicts. But, now, these kinds of conflicts have changed. Architects and others in FA used to look at border conflicts before, and the environment was never a factor, it would be just a political situation. But today, when people in FA talk about borders they bring up the environmental dimension and how environments have an influence on the push and pull on those conflicts. We can trace this back to when Paulo, myself, Godofredo and others were bringing the question of the environment to the table. We were no longer considering these environmental questions as separate, but they were very much part of the conflict or shaping it, and vice versa.

At the beginning of FA, I was kind of bridging this gap to some extent. I was looking at cases in which seemingly there was no violence, no bullets, no bombs. One calls that structural violence, or, in other cases, slow moving violence, etc... But I really wanted to be able to unpack it and to make causal links – of course, standing on the literature and the work of activists, geographers and other kinds of researchers –, and look at the spatial dimensions of those diffused kinds of violence, which we can also call environmental violence. They weren't active cases, in which you do an investigation, go to court and solve the crime. There was something much more complex.

To give you an example, in the 19th century there was a case of mass poisoning of an entire population at a territorial scale from arsenic poison, common at that time. But it re-emerged in different moments in history – in different political, environmental, social and environmental situations. When I looked at this case and how it was interacting with forces like development, the objectivity of science and colonialism, and many other factors, it opened up a lot of questions, as in what constitutes environmental violence? How do you make these diffused causalities link up? How could they ever be brought to a legal trial? And how can you think about and conceive forms of evidence when what you're looking at is tasteless, colorless, odorless? It hides, and its very materiality is about evasion. But yet, it is a deadly kind of materiality that kills or makes you ill over a long period.

FA at this time wasn't only an agency, we were literally spending years developing these ideas in which complex projects like this could sit together with cases like Charles and Lorenzo's¹⁴³. In that sense, those environmental questions were very important in the critical formation of FA.

The first case I really investigated in my PhD – and this ties up with eventually starting INTERPRT – was a case about the poisoning of an Indonesian Human Rights defender, who was apparently murdered with arsenic on a flight from Jakarta to Amsterdam. That led me to look at what was going on in Indonesia, and it eventually took me to this huge mine that was in an occupied territory of West Papua. It was a mine of superlatives, the biggest gold and copper mine in the world. There was not really so much information or evidence around the pollution caused from the mining. This was a time when we were beginning to look at things like satellite imagery to be able to track long term violence, and I cooked up a project that would really produce a very detailed study of the landscape change from the pollution around this mine. Rather than a more theoretical study, I started to carry it out like an actual investigation, that would have a long term impact, create controversies and have advocacy results. We also showed this work later in an exhibition context, in our last show as a group at the HKW¹⁴⁴, and then in Barcelona and Mexico. Since then I've been also working with FA on more investigations, mainly in Indonesia, like the jurisdiction case in Indonesia on forest fires¹⁴⁵, in which I was looking at possibly bringing a case against Indonesia for letting the forest burn. There was another project that I developed – I think it was probably more of a conceptual case, rather than a “bread and butter” Human Rights case – about ape law¹⁴⁶, that of course very much connects to Paulo's work on human rights.

¹⁴³ To learn more about the “Left to Die Boat” investigation, see: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-left-to-die-boat>.

¹⁴⁴ The FORENSIS exhibition was shown at the Haus der Kulturen der Welt, IN 2014, in Berlin. See more at https://www.hkw.de/en/programm/projekte/2014/forensis/start_forensis.php.

¹⁴⁵ To learn more about the “Intentional fires in Papua” case, see <https://forensic-architecture.org/investigation/intentional-fires-in-papua>.

¹⁴⁶ To learn more about the “Ape Law” case, see <https://forensic-architecture.org/investigation/ape-law>.

PM

You talk about how FA was defining a framework of these “new pathologies” and types of violence that were maybe more visible due to these new methodologies that you were developing at the time, and new ways of looking at and reading the environment. How is aesthetics present in these methodologies and what is its relation to architecture in that context? Why do you think FA's methodologies are important to study contemporary conflicts?

NA

Let's take the conditions and the specificity of environmental situations. It is not a case of a straight arrow of a one-to-one kind of relationship. It's difficult to establish these causal links and trace back any kind of responsibility. And that second part is very important. We often see this situation in environmental cases. Pollution and climate change, for example, are happening, but we are not so specific on naming the perpetrators.

In these cases, aesthetics plays a twin responsibility. It is simultaneously about the materiality of the violence, whether it is in the air, in buildings, in the landscape, the water, etc... It may not be apparent, but it's there. Aesthetics helps us establish and communicate those traces. At the same time, it helps us to get to a decision around questions such as what happened or who is responsible. And thirdly, it is also an important element for having a political will of being able to speak about what happened and who was responsible.

That is one sphere of the role of aesthetics. But there is another one regarding our disciplines. FA is not only architecture, but art and design. Art, or artistic research, is no longer only about representation. The tools, the visual culture and the methodologies that art, architecture and design disciplines have developed over thousands of years – ways of seeing, looking, understanding, drawing, intervening, designing – are actually absolutely crucial to be able to make sense of all that is going on in that first sphere. And these issues require many heads to come together simultaneously. Especially working in environmental cases, what comes with it is a sense of being humble, because of the very materiality and the diffuse nature of how things move. Architecture itself, for instance, is very ill equipped to deal with these kinds of cases alone. You need to be able to work with others and with many different fields. What is necessary? What is the most pragmatic, practical approach to solve the problem?

I think FA has made this brilliant move, because it has found a place to operate from that not only at the level of physical things, but at the level of images. This is where the whole thing opens up to more contemporary forms of digital life, social media, all the vast amount of images and data on the Internet, and how we navigate and make sense of it. FA has really been on the pulse of this change. It is a combination of working within the context of contemporary digital worlds and combining it with architecture sensibilities. In environmental cases, the question of aesthetics as a means to assess responsibility is the most difficult of them all, for all those reasons that are explained – because it is not direct and it operates in a very long time and over large spaces.

In INTERPRT, we worked on a case of nuclear weapons testing and its impact in the Pacific. In this case, there are not thousands of people taking photos with their phone cameras. There is no building to investigate. We are talking about things that happened over 40 years ago, in places where seemingly nobody was looking at. How do you reconstruct these nuclear weapons tests? It is possible, but you have to be creative, inventive – somebody was doing something there and there are traces. I think there is this whole spectrum in which we have to be really creative and inventive to try to solve those seemingly intractable problems.

PM

How would you describe INTERPRT and how does it relate to FA? What led you to form the agency?

NA

We have a clear focus on dealing with environmental elements and the specific challenges that they bring. There are, of course, many overlaps with FA, and also with the individual work of other members of FA. But there is another kind of engine that is burning in the background and makes what we do quite specific, which is that not only are the cases or the situations that we deal with often very difficult to make sense of – especially in evidentiary terms –, there is also no clear forum to take them to. And the main reason for this challenge is that there is no crime as such which we could call environmental violence, because Ecocide is not recognized as a crime. It is a double challenge.

Not only are you dealing with things that are seemingly diffused, but there is nowhere to take them to, and there is nothing to call it in a legal sense. You and I could say “Ecocide” all that, as people do, it is in the vernacular. *Ecocidio*, in Spanish, is actually a much more common term. It is in our language, but it is not recognised as a crime or international crime. In that sense, INTERPRT is singularly focussed on using the methodologies, the cases and the concepts that we're working with towards achieving this goal, which is to create a recognition of Ecocide as an international crime.

Of course, that doesn't necessarily mean that it solves everything. But we are at a very specific time in the climate emergency in which it is an imperative to be able to continue pushing on along this. In that sense, we've also been a part of other networks, like the Stop Ecocide Movement, for example. There is a case in the Amazon we are working on which is a big example of this kind of work, because if there is not yet a crime – not only for victims being able to call the crime a crime or to actually take it to a legal forum –, therefore what we can do is advocate for the crime, doing exhibitions, pushing it in a diplomatic level for the recognition of crime, all of which we are involved in at different levels of intensity.

But, one thing we can really do is to test cases. And I don't mean necessarily to create alternative forums like a citizen's tribunal, that has been done a lot, but rather to take cases to the International Criminal Court (ICC), where you don't use the word “Ecocide”, because international lawyers won't take you seriously, but instead you use the language of the law. So, what we do is we take cases of crimes against humanity that are really Ecocide cases, except they are recognised by the law, and we create a very strong environmental dimension, just to get the court to start getting used to dealing with these situations which the ICC has yet to actually officially take on as of today.

Another part of it is actually looking at the history of Ecocide and the visual culture of environmental violence in a legal context, particularly in the context of crimes. We have done a project related to this, and we've been doing exhibitions and cultural work around it. These are the two pillars of INTERPRT, one of them is a singular focus on environmental justice projects, and a second is to push for Ecocide in very concrete ways.

PM *How has been your experience with the ICC? How have the methodologies been received by this kind of forum? What are the effects?*

NA I think there are three areas we could broadly operate. One of them has to do with actual legal cases, and those take a long time. I cannot tell you that we have “won” a case – maybe next year. An example of that is a case we are working on against the oil company Shell in the Niger Delta, in which we are collaborating with the lawyers representing two communities in the region. Formally, it is not an Ecocide case or an international criminal law case. It's a case about compensation. But, actually, it is really a case about Ecocide, which will never be mentioned in the legal documents. It is also a case where we have been supporting the social movement organization in the Niger Delta – the Movement for the Survival of the Iranian People –, for quite a few years now. It has now taken the form of supporting them in a legal context. But it started somewhere else. Maybe it will go somewhere else yet.

The second area is around more strategic cases. For this kind of approach, it is not about winning a case, but actually being able to bring a case to a court such as the ICC. We are working on a case in the Amazon, along with another network of people and institutions, which we are going to file at the end of June. This is more strategic case, because the impact will be if the court takes the case. It will be an amazing moment for the planet, if a case against the current and perhaps previous Brazilian governments and the network of the Ruralistas would be taken up by the ICC as a crime against humanity. As you probably know, there have always been a number of such cases filed at the ICC, but what makes ours different is that it is really the first one where we have a very specific agenda of fitting the crimes against people – and I don't mean only indigenous people, in fact, rural people and landless peasants and others –, to fit it to the crimes against humanity structure. It will be filed some months before your election, so I think a lot of people will be very interested in this timing as well.

We're not experts on the Amazon or anything like that. We have a specific role in this case, which is to bring the communication into an evidence platform. To give you an idea, the only

other communication that was filed at the ICC on crimes against humanity and the environment was done in 2014 by Global Diligence¹⁴⁷. Richard Rodgers, the lawyer that filed it, is one of our partners in the Amazon case. We've created this new group called the Climate Council. So, basically we're working with the people that have actually done the most work and trying to push for this level of the ICC. But since 2014, the ICC has yet to officially recognise this and to consider opening an investigation. It is about political will. It took literally a couple of days, if not one day, for the ICC to move on Ukraine, but it sits on other cases for four, five, ten years. Actually, the case against Ukraine was opened in 2014 also, after the occupation of Crimea and the war in Donbas. Our colleagues had filed a communication to the ICC to have an investigation, but it took this invasion and a push from countries like the United States and all the European countries, and also one easy target – Russia – to actually start the process. So, all of this takes time.

And what is the third area? I think this is where we can see more immediate impact, not necessarily in the legal field, but in the media. To give you an example, we published a report last year on this nuclear weapons testing and its impact in the Pacific and French Polynesia. It was all over the headlines the next day, because we teamed up with a group of investigative journalists. And it really shook things up in Polynesia.

Whether it is a human rights or environmental violence, whatever you want to call it, these are not our fights. We are not part of those communities. We're often coming in as researchers, and we dedicate time, sometimes even a lifelong time to these struggles, but people have been fighting these battles for a longer time. What I think we can bring today is a new, fresh energy. A new way of looking at this data and trying to create new kinds of accountability. As similar to what investigative journalists do, but different, because we have more of a legal focus. But as I am trying to explain to you, it is not that I am thinking about laws in a positivist way. That is why, for me, there are these three areas that we can act on: actual legal cases, or cases that are kind of law-like; cases in which our participation is just reconfiguring and bringing the facts back on the table, and cases where we can work more like journalists in just creating a new urgency or bringing cold cases back to life.

PM *It's kind of an activist work.*

NA But it is to work on this tension, on this gap. It is never a perfect scenario where you make the perfect evidence for a perfect case

¹⁴⁷ Global Diligence is a partnership of established international lawyers with practical experience of living and working in high-risk areas. They advise and represent States, businesses, organizations, or individuals on international criminal law and human rights. More on: <https://www.globaldiligence.com/>.

and then you win it and you go home happy. It is quite stressful in that sense, there are a lot of unknowns. And this is important, because this tension has to work simultaneously with the kind of precision we try to bring to the work, which I think is something that ties our work together. None of us are trained in forensics, but we take it very seriously. It is not for the sake of making an exhibition or raising awareness, or all those things noble. We take this work extremely seriously and it requires a level of precision that I think, at least in our case, is always in tension with these unknowns. But we have to operate in this way, from this place.

PM *Could you talk more about INTERPRT's methodologies and mode of practice? What are the main objectives and expected results from a case?*

NA INTERPRT started with this case in West Papua that I mentioned, in which we methodically identified and reconstructed the events around the mine for over 15 years. This case was very important, because it was long term, and it almost created a kind of diagram for us in a number of ways. That was when Olga [Lucko]¹⁴⁸ and I started to work together, and we were thinking about this kind of approach, which yes, is for activist purposes, but how does it make us better? How does it make us move forward? What can each of these projects teach us that we can take and grow from?

148 Olga Lucko is an architect, researcher and Co-Principal of INTERPRT. She is responsible for the agency's research and design projects.

In a sense, that case is very interesting because we sort of turned it into more of a territorial study, thinking back to where we are from in terms of disciplines. We looked at the mine in West Papua and saw that it was laying on a geological belt formation around which there are many other mines. That whole stretch is a rich vein of copper, gold and other metals, because it is the most volcanic zone of the planet. And from there we started drawing a line between all the conflicts around this belt – which would take us to Chile, on the other side of Indonesia. It is the same copper and it is the same struggle of indigenous people versus capitalism and state power. Then, it was a matter of actually starting to look at these kinds of relationships, from one place to the others, how they were connected. And so we took this line and stretched it out, and it became a kind of frontline between people that are struggling against these bigger powers.

That created a condition for us to look at other sites, in other cases. We got a grant to be able to do this kind of research, and that allowed us to look at things like this nuclear weapons situation in the Pacific, which is very important in the colonial narrative of Pacific people. But we are also looking at newer forms of violence, like deep sea mining, for instance, where in the Pacific is now a new frontline.

Some cases are self-initiated, others are more about being part of an activist network, and its interest to start the project. Other times, it is more about pushing forward the Ecocide agenda, and then there is the Amazon case, for instance. This case did not come as part of our activist network, because we are not from this part of the world. Our activist network is in the Pacific, that is where we have done a number of these projects. But the Amazon case came from this push for Ecocide. Of course, the Amazon is one of the most important sites of conflict for pushing for this kind of violence. Yet, people don't know who is responsible nor the details of the crimes. And that, I think, is part of the challenge.

The methodology starts as simply as you do, mapping things. Sounds basic, but it's very important to actually know where things are, what is actually happening, who's involved, where these places are. Then, comes a layer of what we call site analysis – what are the relationships between this data? And when it comes to the core of the methodology, it has been a learning process for all of us, though FA has really pioneered it. At the same time that the tools of architecture are really at the core, often they are not nearly enough. These days you need to know GIS, you need to know how to code, you need to build a platform.

Depending on the environmental case, we often have to collaborate with other scientists. One methodology that we have really been working on in a number of cases is modeling plumes and particles that move through air or water, to trace their trajectories, whether it is radiation particles moving through air or small particles of mining pollution moving deep under the water. For this we have worked with scientists from this specific field of knowledge. It is a kind of relationship where the methodology always has to work with the context, the open source data that is available, but also a very core analysis which is super specific, that often has to take into account big scales and also their most representative units, whether it is a pixel or a particle. And then, finding ways of telling the story, whatever form that might take. Increasingly, these forms are digital, and often they involve telling a story through a model or a map, through some kind of a moving image medium where these multiple methods and the results can be woven together in a narrative.

These are not things that we were taught in architecture schools, they are really not taught anywhere – the MA in Research Architecture might be an exception, or the beginning of it. This is something that I struggle with as a teacher, because there is not one person who has all these skills. We have to work together as a team, from different places and have this common drive. And of course, what FA has been really great at doing is getting all of these methodologies and making it popular. Journalists have picked up on a lot of these methods very much. It's not neces-

sarily to say that FA is a pioneer. It is a contemporary practice that is really at the pulse of new ways of storytelling. It is not about VR or new technologies, if that was the case, everybody would be on VR. But it is about new ways of telling stories that are now becoming even more of a commonplace.

PM *What are the perspectives for the future of the agency?*

NA We have never been busier. I have two full time jobs, INTERPRT with Olly and I also have a job at the university. The reality is that you could be doing the most exciting advocacy projects and all of that, but institutionally, in the context of university, the funding situation is not easy. My goal is to try to make one job out of my two jobs. We're working on it. Part of it is to come to Trondheim, because no one else does what we do in Norway or even in a Scandinavian context. Also, we have an added challenge of working with environmental violence. There are specific conditions that are connected to working on environmental justice. In the future, one of the things that I want INTERPRT to have is more of an institutional support.

These are risky projects, they take a long term commitment. But long term commitment doesn't always come with long term resources, unless you have an institutional behind you. Now, we are operating independently, but I want to establish INTERPRT as a quasi university research group – that is part of the reason I was hired. And that is already happening. Not so much in a written formal way because this would directly involve, for example, someone like me winning a large research grant or something along those lines. But we are supporting this institution and growing a research culture, getting more and more recognized in the work we do, so that it would bring new students in. Some of the courses I teach here are, of course, totally connected to this research, to this work. We would love to run a studio around this kind of work. That is the ambition, but it takes time. Hopefully, soon enough this movement will get more institutionally supported, which would then allow us to take on even more ambitious projects than we already do – and we have done some tremendously ambitious projects with very little, and as a very small group.

PM *Could you talk about the Amazon case INTERPRT is working on right now?*

NA The Amazon project came from our Ecocide network, as a case that will take the form of a communication to the ICC. We are building an evidence platform that follows the narrative of the communication, and gives a certain overall context that is specific to the communications timeline. The history of Brazil is long and complex. We are in no way attempting to cover any of this. We follow a specific timeline of the case and present the context of the case within that. But also

importantly, we are not at all about generalizing or framing anything in the abstract. Communication is not about naming individuals, even though the ICC is about individual responsibility. What we will do in this case nevertheless is to identify a group or a network who we hold responsible, and that many in the Brazilian civil society have held responsible for a long time. And of course, it has a specific focus in the Bolsonaro administration, but it is not only limited to it.

The platform also takes at its core this vast data that was shared with us by the CPT (Comissão Pastoral da Terra) on crimes, attacks, violations and killings that they have been documenting for many years. Our team also invoked an investigative photojournalist through this network of NGOs that work on the Amazon, who was able to go on a field trip, focussing on the state of Pará – and we have a section where we will be zooming in around his travels, for example, in the Pau D'arco massacre – a very important case to the project, in which 10 or 15 landless workers were killed by the police¹⁴⁹. We have testimonies from one of the survivors of the attack who is in a witness protection programme. So, we have this quite intense and powerful material that we are compiling and bringing together. It involves mappings, a bit of modeling, visualization, platform building and all sorts of other methods.

With all that is going on in the Amazon, although this case is designed for the ICC, we hope that is not only where it will end. In a sense, maybe for us this is a place to start. We think it can be a contribution to so much that has already been said and done about this place.

Once you start digging into a place, you learn things that you wouldn't otherwise. All the world speaks about the Amazon, and what do they really know? It has become a kind of a symbol of some kind, but it's a real place where really horrible things are happening against people. And that dimension is something that we feel that this project is paying attention to, that it is not just about nature or indigenous people, who speak for themselves. It is also about many thousands of people that have been killed over many years. Their story is not often told.

Environmental violence cases are never just about the environment, they are about people. And we always have to be attentive to this. So often you see people talking or working on environmental issues where there are no people, it is just about nature. Maybe this comes back to the whole FA project. It is never just about one thing, it is never just about people or the environment, or borders or politics. But we can't all do everything all at once.

149 Dez trabalhadores do Movimento Sem Terra foram assassinados por agentes da Polícia Militar e Civil em Pau D'arco, no Pará, em 2017. Mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano>.

Interview with
Francesco Segregondi
INDEX Founder and Director
Forensic Architecture
past collaborator
Paris, France
May, 2022

Paula Marujo *Why do you think FA's methodologies are important to study contemporary events? Could you explain the relation between aesthetics, architecture and politics, present in FA's practice?
Maybe you could comment about one of the cases you worked with in the agency.*

Francesco Segregondi In terms of the importance of the methodology, you well know that it all started in the context of the investigation of war crimes. In general, within the context of the type of violence of armed conflict, the built environment is registering the force fields that are applied by war onto cities and environments, and the original intuition, that comes from Eyal – in terms of the role that architecture can play in deciphering, reading and leveraging this knowledge or information that gets imprinted in architecture in built environments – is very much the starting point of FA. It started as a research project, as a hypothesis, and how we could work with it. And the hypothesis was right, it was a good intuition. We were able to do a lot of things with this uncanny linking of fields of knowledge and skills coming from architecture, spatial analysis, etc, using it to excavate, assemble, and find new ways of telling stories that are juridical and politically very sensible and very contested. That gave us – and not only us as researchers but also as a field of activism that is trying to challenge existing structures of power – a way to find a new language to intervene in the public arena. It is still relatively new in its 12 years of existence, and we are very much still exploring how it can be applied to a variety of fields, and the variety of types of violence that can be addressed within this new language.

Within FA, I was working mainly on cases of occupied Palestine and Israel military operations in Gaza. The way that these methodologies enable to provide evidence and bring a new level of veracity and truthfulness to assertions that were so contested by the existing terms of the debate have been quite powerful in terms of the reconfiguration of counterpowers. We have seen a number of little thresholds of progressing in the capacity of these counterpowers to assert themselves. A concrete example was a report that we produced with Amnesty International in 2014 about the Israel offensive in Gaza. The office of the prosecutor in the International Criminal Court (ICC) invited us to present this work within the court. At the end of the day they did not open the investigation – which is also a demonstration of an institutional dysfunction within the ICC, because all the elements and data were there – but still, it was also interesting in terms of both the data and the facts that our joint report was bringing to the table, and the methodology. In fact, I felt that during this meeting at the ICC, that what they were most interested in was the methodologies. Now, FA has been invited to sit on the Scientific Board of the ICC, to help develop

new methodologies of investigation. It is a form of validation, or institutional sanction, of what these experimental methodologies of research and investigation can do. And that is interesting in the terms of the future, long term effects and developments of this original experimental research practice.

One of the key problems that was encountered in the context of Palestine and Gaza in particular was the question of the indiscriminate use of force and fire power in general, with the framework of the war being constantly challenged and constrained by the very practice and defectual use of power of the occupier. The process has always been that with every new war a new threshold is passed slightly beyond what was perceived as acceptable, and by moving these thresholds slightly up you also move the limit between what is acceptable or not, and that becomes the new limit. It is a *de facto* legitimization of what is an acceptable use of force and practices of force in this specific context. A specific aspect of international law is that it results from the actual unfolding of the events and what becomes acceptable, which is both paradoxical and problematic in terms of what kind of framework international law offers.

These days I am realizing how much there is a parallel between what I was perceiving, witnessing and directly working against in my research in Palestine with FA, and what I am doing now, investigating cases of police violence in France, in a civilian context.

The parallel between these two contexts is far from obvious, in fact, simply invoking it could get you in trouble, especially in French public discourse. For an exemple, we were working in several cases related to the social revolt of the yellow jackets (*gilets jaunes*). From 2018 to 2020 there has been a very massive social movement taking on the streets, and the reaction and repression from police forces have been extremely brutal, with an explosion of the use of the so-called non-lethal weapons. As a result, there were very serious injuries, such as about 30 people having lost an eye from a flash-ball¹⁵⁰ shot in the face, or 5 people that have lost a hand from hand grenades launched in the crowd. By working on several of these cases, and by also looking at the ongoing judiciary procedure around it we see that it is somehow the same fundamental argument that is being put forward by the action of the defense of the state forces – which is that they are trying to

dissolve the requirement of discriminate use of force towards one particular hostile individual by developing new concepts such as “hostile groups”, or “hostile climates”, within which you can just bundle together a crowd and label it as a legitimate target, and therefore legitimate the act of throwing a grenade in the middle. Which, at a different scale but with the same principle, is roughly

¹⁵⁰ More on: <https://www.bbc.com/news/world-europe-46917989>.

the same when Israel decides that an entire neighborhood in Gaza is a terrorist infrastructure and razes it to the ground. Some of these parallels are pretty clear in the research we conduct, and also the methodology that we have been using to challenge this argument and narrative can be readjusted and reused within a variety of other contexts.

I feel like these methodologies of research, investigation, and political tactics end up being at the cutting edge of the line of fracture between what existing structures of power are attempting to do and how they are attempting to do it, and how a form of resistance can react to them by using some of their own language and tools of demonstration.

PM

Now, you are the director of INDEX, an independent agency investigating state crimes through image and information technology. How would you describe INDEX and what led you to form the agency? How does it relate to FA?

FS

Before the creation of INDEX as an autonomous structure from FA, I'll give you a little bit of context. Within FA I was working as a project coordinator for the first five years or so. In 2015 I got a PhD scholarship that enabled me to start working on my research, but also remaining involved with FA – I was working on cases related to my PhD, but definitely took a step back from the daily activities. I was still in London, but in 2018 I moved back to Paris, and that was exactly the moment of the *gilet jaunes* protests. I was witnessing this massive repression from police forces towards the civilian population and thought it was definitely something that we could investigate. The techniques and methods that we had developed for so long could be extremely useful precisely in this context of “one word against another” – and obviously the official word counts much more than the word of the victims – but unfortunately, at that time, there were no potential resources within FA to investigate such cases as they were happening, and to me that was another demonstration of something that needed to evolve soon. Having one project, one structure based in London, that is meant to investigate cases of violence all over the world, by projecting itself from London to these different places, and somehow parachuting itself within these very specific contexts, is problematic. In fact, it may even raise issues in terms of reproduction of some of the colonial logics that are very much denounced by this very organization and its values. This has been, in many contexts, attempted to be resolved by creating links as close as possible to local communities and collaborators in the investigations, but still remains structurally a problem – which is: there is a center from where we project ourselves, and there is very limited resource, so we can't be everywhere where it could

be helpful. Not where we need, but where the work can be most helpful to the community. For a long time I had a sense of this structural issue within FA, and it became even more clear within a local context, where I knew we could be doing something very helpful but did not have the means to do it. The idea of creating a structure in France was already starting to flourish in my head at that time. Finishing my PhD was still a priority and that took me another two years. When I did finish it, it was in the middle of the worldwide protests against police violence triggered by the event of George Floyd. In France, the echo of this global upheaval was extremely strong. In June 2020, the protest in solidarity of Floyd that was called by the leader of one of the movements, Assa Traoré, sister of Adama Traoré, a black man who was killed by French police – which is somehow an equivalent case of Floyd but in France, and has become a symbol of the problem with police violence in general but specifically racists forms of violence against working class people from racialized communities that are ghettoized – was an explosion. Thirty thousand people were on the streets. I was in the middle, and looking around me I could tell that something was going on. I had never seen that kind of crowd – super young, diverse and engaged. It felt like there was something going on politically that I hadn't seen in years. That was the trigger of engaging with that context, to give a small contribution to that powerful movement that was emerging at that moment.

Initially, it made total sense to use the existing structure of FA, and I initiated a collaboration with Le Monde, through FA, around the investigation of the case of Adama Traoré. That was put together soon after the protest. A month and a half later we published the investigation on Le Monde, which showed the last hours of Traoré's life¹⁵¹. It showed how we could clarify a lot of the aspects of the case and also the questions that were left open, that are so central to police violence and racism cases in France these days. After that, we did a second investigation within FA about another major symbolic case of police violence in France, "The death of Zineb Redouane"¹⁵², which we produced in collaboration with Disclose, an investigative media group in France. This case had perhaps a higher impact in the public debate here, also because it was relatively new in terms of the methodology – the use of 3D as a way to reconstruct and assert very objectively and rigorously scientific dimensions of what happened. It was also something that investigative journalism in France had not tried yet, especially in such contested cases.

¹⁵¹ In July 2020 the findings of "The death of Adama Traoré" case were published in Le Monde Diplomatique. More on https://www.lemonde.fr/videos/video/2020/07/17/enquete-video-le-deroule-des-evenements-qui-ont-conduit-a-la-mort-d-adama-traore_6046510_1669088.html. To see the full investigation, see: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-death-of-adama-traore>.

¹⁵² To learn more about the case, see: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-killing-of-zineb-redouane>.

These two cases, heated and heavily debated, triggered a lot of public attention and investment, so to me that was a demonstration that we definitely had to put together the means to do this more systematically and in a way that is much more anchored within the local context. Also, to be able to join forces with the heterogeneous but solid mobilizations of movements, communities, and activist groups that have been doing this for years and that are the front line in police abuse of power and racism cases. Initially, this was discussed with FA, the fact that I wanted to be able to be locally anchored and to find ways to fund it locally. INDEX started with a small grant for the creation of a structure here. To me it made very much sense to set up a local and autonomous agency from FA, to be able to address some of the dysfunctions that I could see, precisely on the question of how do we investigate from one center and work on cases that are located far away, and how we could imagine a different model within which we have smaller structures that are distributed, autonomous, and maybe networked or federated – which is something that we are planning to do today – that are made, run and directed by people that are directly engaged and confronted with the context that we investigate, and are able to engage much more permanent and durable links with communities which are affected by such questions, in opposed to just dropping in and out of it. That is the very principle of INDEX.

We also have this ambition to engage very directly on the juridical level. We want to act not just by media publications, actions that could steer public debate, or indignation, but really going for the legal battle and trying to weigh in on this. And again not out of our own initiative or decision but simply by following very closely the strategy that has been established by militants and activist groups who have been fighting these battles for a long time. Most collectives that are on the frontline of the battle against police violence in France are called "Truth and justice for (the name of the victim)", and there is something really powerful in the combination of these two terms, "truth" and "justice". There is so much going on in the tension between these two terms. First truth – and I am just paraphrasing a lot of the militant discourses –, which is something that we really aim for, because we know that justice is far from guaranteed within the judiciary system, in which police violence and juridical violence are in complete continuity. Justice, at least institutional justice, will most likely never happen. We go for truth, and we use as much as possible of the legal battle to both denounce the very violence that is going on within the judiciary – which is really the second level of violence, the denial – and use it as a way to reinforce the emergence of public truth, and put it on tension with the lack of justice of this processes. To define a strategy of intervention that mirrors or tries

to inspire itself from these tactics from the ground we needed to be able to operate both in the legal battle and in the media battle, to find ways for this work to cross between these two fields. In this sense we have been experiencing different techniques. Recently, we have also been working as an independently commissioned agency by a judge. It is not something that we will necessarily do in all investigations, we make these decisions on a case by case basis – because of course there is also a question of how close you want to integrate yourself to a judiciary machine that often works to clear public authorities of any responsibility –, but in the cases in which we've been associated with this system we have a good open-minded judge that really wants to explore all the possibilities to help the manifestation of truth. So, we were able to work very deeply connected to the judiciary procedure itself. But, the main tactic that we are using is to produce a report in video form and publish it in the media, with a standard of forensic detail, and rigorous scientific precision, which is matching what is needed to enter into court. Therefore, we produce a report, put it in public domain, and then once it is out there it can be added to the case file – in French law everything that is in public domain can be added to a judicial process, and I think it is the same for many countries – and that way we are managing to be in both fields at the same time. If we are only acting in the judiciary, the evidence is kept into secrecy and cannot go public.

After only a couple of investigations, we have been overwhelmed with solicitations by the victims and their families, for cases that just happened or that have taken place 10 or 15 years ago, because we realized – and that still is a surprise to us – that there was no effort of independent counter expertise from the civil society's point of view on these cases. The jurisdictional procedure of these cases depend on the designated expert, who in most of the cases are ballistic experts, actually ex-cops. In the end, these experts end up having an incredible weight on the procedure. Whatever they say becomes truth, and this is an absurd challenge and conflict of interest. We are beginning to do that in the very few cases that we were able to take – at the moment we have a massive imbalance between the number of solicitations we receive and the resources we have to carry on these cases. But in generating this kind of demand we recognized that we are intervening in a very strategic point. Also, we are trying to learn from the experiences that inspired the creation of INDEX, to apply the same logic in terms of creating a local initiative. Our goal is not to become a new counter institution to the one that is meant to investigate police violence on a national level. But rather continue to be an initiative that also fosters the development of other initiatives, because we will not be able to take on all of these cases, and we don't necessarily want to become this

mega organization with hundreds of people in a very centralized way. Maybe each city or neighborhood has to have its own system of citizen investigative practice. So we decided to invest in training. We are just launching a training program. Half of our activities will be training, disseminating our techniques, and doing everything we can for other initiatives to emerge, creating a fabric of civil society counter powers, a public capacity to react to these issues. We will also continue working directly with the most prominent collectives and networks that have the most direct contact with the communities most affected by violence – and therefore the ones that need to be trained on this practice and take on these tools and be able to have a practice of defense, instead of depending of a faraway expert to do it for them. There is a lot to say about the terms “expert” and “expertise”. INDEX is a contraction of “independent expertise”. We all have problems with the word and see how much relations of power are built within the very term. But rather than simply refusing it or denying that it exists as a structure of how truth is constructed – of how judiciary cases are conducted, for an example –, it is a figure that is essential to the unfolding of both politics and law. We won't be able to change it or completely replace it, so what we will do is to reappropriate the notion of expertise from a civil society perspective, making it collective, non-disciplinary, but producing content that is so rigorous and strong and capable of challenging the very reports of the official experts, so that it will fight it on their very ground. This is the logical principle behind what we are trying to do, to be a counter power that mirrors and matches the framework of the forces that we need to change.

PM

What kind of professionals are involved in INDEX?

SF

I've been speaking a lot about what differentiates us from FA, but without insisting on perhaps what is more important, that is how much INDEX is very much a continuation of FA in terms of its methods and approach. Everything that is motivating and inspiring and making possible the kind of investigation we do really comes from FA – there is no question about our enduring affiliation to FA. In terms of the team there is a mirroring aspect, quite spontaneous and naturally it reflected the same form of interdisciplinarity of the FA team. I am an architect and researcher, my first two collaborators were trained as architects, but are artists working with 3D animation films. It's an artist duo, Antoine Fontaine and Galdric Fleury. We met because they made an art film that was also addressing questions of police violence and reconstruction, but to a more fictional and artistic degree. They sent it to me and we discussed it, and then there was an opportunity to work on a case together, which was the first INDEX investigation. After this,

we published a call for recruitment, and we started working with Mathieu, who is a researcher in fluid dynamics and mechanics and works with a 3D open source software called Blender, for scientific visualization. He brings a very high technical competence in terms of the reconstruction and simulation of complex physical processes, which is really helpful to our work. Tara is a videographer and video editor who works in the field of culture and art. She edits the videos of the investigations. We also have quite a few people from different areas, such as motion designers. Besides architecture, the biggest field using 3D programs is gaming and animation, and we just recruited another team member coming from that area. She is incredibly talented in 3D motions – much more than architects –, and it is interesting to see these two perspectives of the same tool. So, it is very interdisciplinary. Everybody has a particular political engagement, and are also part of this association, a non-profit organization.

PM *Do you have any relation or wish to be engaged with academic discussions and institutions?*

SF Of course it would be very interesting and we hope to be able to develop this in the mid to long term period, for two reasons: the first one is that we began this project with a sense of urgency, especially with the combination of the upheaval that I mentioned. Right after came the Covid Pandemic, and we saw a lot of discriminatory police violence in lockdown neighborhoods, mainly in racialized communities. Everything felt like a moment of doing, of practicing. For a year, we used every single resource we had to produce the investigations. We have no office, almost no structural cost, just an internet connection. Now, we are in a phase in which we realized it is time to invest in the consolidation of the structure, otherwise we won't be able to continue to do what we do in terms of capacity, if we don't have an infrastructure that can hold it. For the past 6 months, what we are doing is trying to secure more financing, but also keeping in mind that our objective is to produce lots of cases. The other obstacle with academia is that we are working on French cases, and the political context is such that they are very few chances that a university in France would hold or associate itself closely enough in terms of funding to a project like ours, perceived as extremely controversial, and as a political opponent to the government and its structures. Plus, the Higher Educational Minister just launched a witch hunt after what is called here as *islamo-gauchisme*, ("islamo-leftism"), in which the government is trying to cancel and impede certain kinds of speeches and branches of theory and approaches. Within this context, hoping to gain access to academia and to hold a mirror to the French institution to what they do sounds like we just

need to wait a few years. Of course there are pockets of resistance within the university in France, but they tend to be very low funded. It is a question of using the resources we have to the best that we can, postponing a moment in which we will be able to discuss these direct practices and engage in more meta conversations and sociological analysis, crossing different cases, etc. Even more in regards to art. In the French context, it seems to me that doing exhibitions of this kind of cases would be politically irrelevant and wrong. I don't always agree with the approach that FA has been following, that pretty much any cultural institution or art museum can be converted into a forum, into a space we can hack and make into a politically relevant public forum. There is so much encoding in the institution itself that, regardless of how it is presented, some content ends up being completely neutralized when shown in particular institutions. You make it lose its political urgency, and it would be counterproductive for the kind of public debate we want to steer, to have a very comfortable conversation on image and aesthetics in this context. It really depends on the context, in France it wouldn't be relevant nor appropriate, in my perception – and I believe a lot of our activist allies also see it this way.

PM *There are also new agencies formed by collaborators of FA. Border Forensics by Charles Heller and Lorenzo Pezzani, Autonoma by Paulo Tavares, INTERPRT by Nabil Ahmed. How do you see the formation of these new visual and spatial investigation agencies and their relation to FA?*

SF It is a really exciting time and phase that is opening up. As the initiator of one of these initiatives, of course I think this is very much needed. In fact, I think the only way a project so potentially rich as FA – politically, conceptually, methodologically – can unfold its potential in the next ten years is by becoming a field of practice, and no longer a structure, or an institution, or a center. To become a field it needs to spread, to diffuse itself, and also allow adjustments and modifications or mutations to happen, in terms of the way of using these sets of tools. I think each of these initiatives are creating these little mutations that enable the field to enrich itself by being more closely confronted to local contexts and adjusting to the form of friction that they would encounter. I am speaking from the perspective of France, also about the aspect of academia and art exhibitions that don't apply here now – and maybe in Denmark or Brazil it is completely different –, but I think that the close contact with the local friction with these specific contexts will completely enrich the field as a whole. I am looking forward to the multiplication of these much smaller and more focused initiatives that are able also to engage more durably with the forms of

violence, and I'm also curious to see what can happen from the creation of a network of local archives. We don't have many cases yet, but we are beginning to build an archive of cases of police violence in France at a specific time, and it will be interesting to see what would happen in 10 years from now, when this archive is furnished enough to maybe tell a story differently. It has been great for FA to create an archive of cases that are so diverse and disparate and in which you can see things for very different contexts, but perhaps the next phase it to see how we will be how to interrogate archives that are much more coherent and what kind of history can be written from those. In this amazing step that is being collectively taken by these different initiatives, the challenge is precisely how do we manage to maintain a kind of network and cross-pollination. How do we keep each other informed – again your initiative is absolutely essential to the moment, researching this phenomenon as the structures emerge. Turning into local structures that have no link with each other would be as wrong as remaining just one big center, because the you cut yourself from the inputs and richness that other initiatives and experiences can bring you. So, we need to find a way to really be in touch, to present our work to each other, tell each other what challenges we are experiencing, and create a kind of federation. I think developing a mutualization of resources and creating a commons essentially would be absolutely essential or at least very much helpful. At the end of the day there is already a framework that could play this role, the Investigative Commons, that FA has been at the initiative of. Now that framework needs to really become a commons, where we can all add our findings, methods, tools and experiences, and where every single one of these initiatives can also pull resources from. I can speak for myself, but I am sure it is the same for Paulo, for Nabil, Charles and Lorenzo. It is very difficult to set up a structure like that, to get the funding, the team, etc.. So, if FA wants to take this step, to enter the third phase of the methodology's dissemination, it also needs to contribute to enabling the emergence of these initiatives by supporting them through, for example, filling this Commons as much as possible.

Entrevista com Desirée
Lemos de Azevedo
Pesquisadora do
CAAF/Unifesp
Coordenadora do
Grupo de apoio técnico-
científico à atuação da
Defensoria Pública no Caso
Massacre de Paraisópolis
São Paulo, BR
Outubro, 2022

Paula Marujo *Poderia começar contando um pouco sobre sua trajetória, o que a levou ao CAAF e seus interesses como pesquisadora? Como se deu a aproximação do CAAF ao caso de Paraisópolis? Por que você acha que a Comissão de DH da Defensoria de SP procurou especificamente o CAAF?*

Desirée L. de Azevedo A trajetória profissional que me leva ao CAAF é uma trajetória errante, digamos assim, transitando por diversas fronteiras. Sou formada em história pela UFF e depois fiz mestrado e doutorado em antropologia na UNICAMP. Eu fiz meu TCC sobre um tema específico da experiência do socialismo em Moçambique ... e quando eu terminei, eu quis fazer um mestrado. E por conta da ênfase na história oral, eu quis fazer Antropologia. Eu nunca tinha estudado antropologia, então foi um movimento de entrar num universo desconhecido. No mestrado, eu foquei no tema do exílio, memória, com a experiência da esquerda transnacional e violência de Estado. Depois, fiz um projeto de doutorado sobre ditadura, mas que tinha a ver com futebol. Isso foi em 2011, e estava sendo discutido na época a questão da Comissão da Verdade. Quando chegou no final de 2011, a Lei da Comissão da Verdade foi aprovada e isso ia ser uma realidade, e eu decidi trocar meu projeto de doutorado para um em que minha intenção era fazer uma etnografia da Comissão da Verdade. Eu acabei não conseguindo levar ele adiante porque não teve uma autorização da Comissão para acompanhar o trabalho fora dos espaços públicos. Eu tentei fazer um acompanhamento via espaço público, mas ao longo da pesquisa eu conheci os familiares e comecei a estar com eles nesses espaços públicos, e a pesquisa foi se tornando sobre o movimento dos familiares. Então, eu fiz um novo ajuste, depois da qualificação, e acabei fazendo a tese sobre movimentos de mortes de desaparecidos políticos.

Esse movimento deu uma virada no que eu ia discutir, pois eu tinha um foco maior em violência de Estado a partir do ponto de vista de quem estava lidando com isso a partir da perda, do luto e do sofrimento. Mas, também pensar a relação dos movimentos sociais e estado. Então, a tese foi meio a virada para eu entrar nesse tema que me dedico hoje mais diretamente.

Quando eu acabei a tese, fui trabalhar no memorial da resistência, e decidi fazer um pós-doc. Desde 2014, justamente no contexto da Comissão da Verdade, tinha sido criado o GTP, um acordo entre três partes, sendo que uma dessas partes era a Unifesp, até por relações políticas que pessoas da universidade tinham com o movimento dos familiares. O CAAF é então criado para receber o GTP, então a ideia era de que a partir dessa experiência específica de identificação dessa vala, pudesse se constituir no Brasil uma tecnologia nacional de identificação, uma experi-

ência forense brasileira ligada ao humanitarismo, relacionada à expertise que já vinha sendo desenvolvida desde os anos 80 em redes transnacionais, especialmente pelas equipes latino-americanas. A ideia era de que a universidade pudesse aproveitar essa experiência para desenvolver uma expertise própria, então o CAAF é criado em torno a isso. Dessa forma, eu estabeleço um vínculo com o departamento de ciências sociais da Unifesp, e chego no CAAF para etnografar a experiência do GTP. E aí entra uma equação nova que eu já vinha pensando, pois meu principal ponto de interesse era entender a constituição do desaparecimento político no Brasil, e aí tinha um elemento novo no GTP que era não só a participação da ciência, do fazer científico na construção da noção do desaparecimento político, nessa equação que antes o fazer científico não estava, no Brasil. Minha ideia era pensar a respeito disso. Fiz o pós-doc, fiquei 3 anos pesquisando no GTP, a possibilidade de ter acesso tinha a ver com meu vínculo na Unifesp, e quando estou no final do pos-doc tem um concurso pro CAAF que eu presto e entro, em novembro de 2019. E quando entrei eu tinha um acúmulo de trabalho com violência de estado, luto, movimento social, e agora o fazer científico, nesse espaço de pensar o humanitarismo forense e o desaparecimento forçado na América Latina, mas eu não tinha nenhum acúmulo para além de leitura com os debates sobre violência de estado na democracia, as discussões que se reúnem no campo da segurança pública. Então é isso que eu passo a fazer no CAAF a partir dessa experiência desse caso concreto do massacre de Paraisópolis, pois foi o primeiro que eu peguei. Eu entrei no caaf em novembro e o massacre ocorre dia 31 de novembro. Eu tinha acabado de chegar no CAAF, muito sem saber o que eu ia fazer ali, não tinha nada muito definido. E foi quando a gente foi procurado por duas vias diferentes, primeiro o CONDEPE, que assumiu uma posição política de dar apoio e suporte às famílias e fazer uma articulação política de organizar a solidariedade, esse conjunto de instituições que ficaram mobilizadas a partir do massacre. O CONDEPE constitui uma comissão de acompanhamento da investigação e convida o CAAF para participar dessa comissão. Poucos dias depois, a defensoria procura o CAAF para trabalhar no caso. Isso foi levado para nós, coletivamente, e falei que eu tinha interesse. Passei a frequentar as reuniões que o CONDEPE fazia, com uma série de organizações, deputados e as famílias, e fui conversar com a Defensoria, que já tinha definido ali uma atuação do núcleo prioritário em relação a esse caso. Na verdade, esse caso escandalizou, e mobilizou um conjunto grande de instituições a partir das suas cúpulas, seja os próprios comandos da PM, o secretário de segurança pública e o João Dória estavam lá no dia seguinte do evento para dar satisfação para a sociedade, como a própria Defensoria e Ministério Público mobilizaram seus

quadros para que o caso fosse acompanhado. E aí teria que ver com a Defensoria o que faz com que eles assumam a posição que eles assumiram em relação ao caso, mas a verdade é que eles tinham a ideia de trabalhar no caso a partir da ideia de investigação defensiva. Até onde eu entendo eles acompanham muitos casos dentro do Núcleo que são em parte acompanhamento das vítimas, fiscalização da investigação, o que está sendo feito pela polícia em relação aos casos, mas nesse caso eles queriam ter uma atuação diferente de protagonismo no sentido da investigação defensiva, que é se colocar no caso a partir de uma posição de produção de evidências, de provas, e diferentemente do que a polícia faz no caso - pq o inquérito policial não é um procedimento penal, é um procedimento administrativo, presidido por um delegado que tem determinados princípios que regem a condução da investigação, que é sigiloso, fechado, sob direção desse delegado que tem um monopólio sobre a investigação, sobre as conclusões, sobre o andamento.. E o inquérito policial é meio “contra tudo e contra todos”, ele não é em prol de um ou outro, teoricamente. Enquanto a investigação defensiva é marcada, é uma produção de provas no sentido de defender o direito das vítimas, então ela é mais comum em casos em que o defensor está atuando com uma pessoa que está sendo acusada. Em São Paulo, por exemplo, temos organizações de movimentos sociais bastante especializadas nessa questão da investigação defensiva que em geral tem a ver com pessoas forjadas, presas com provas não muito robustas. Então, geralmente a investigação defensiva funciona nesse espaço. Nesse caso do massacre, era você aplicar esses princípios da investigação defensiva para um caso de violação de direitos humanos em que a Defensoria não está atuando na defesa de quem está sendo acusado, mas na defesa dos familiares das vítimas, das pessoas que morreram, que foram lesadas pelo evento.

Então, fui conversar com a Defensoria, e a princípio eles nos procuraram a partir da experiência que o CAAF tinha não com o GTP, mas a partir da experiência que tinha sido desenvolvida no CAAF em relação aos crimes de maio, e que o MP tinha utilizado essa pesquisa, esse relatório, para fazer uma ação civil pública, em defesa das vítimas dos crimes de maio. Foi inspirado por isso que eles vieram nos procurar, e à princípio eles estavam muito focados na questão médico-legal, com a possibilidade de você ter uma análise externa independente sobre a perícia dos corpos, causa das mortes, etc. Então, conversei com a Daniela Tretel e Davi [Quintanilha], e disse para eles que eu precisava conhecer o inquérito e o caso, mas que eu achava que existia a possibilidade de aplicarmos metodologias múltiplas, não sabia exatamente quais, para ver que evidências tínhamos, tentar conectá-las, relacioná-las, mas que eu precisava estudar o caso. A conversa

entre nós foi muito boa, estabelecemos esses desejos comuns e começamos. Eles franquearam para nós todo o inquérito, e foi a partir do início do estudo desse inquérito, da compreensão do que tinha acontecido, de quais eram os elementos, os fatores, os envolvidos e tudo mais, que a gente pode entender melhor as perguntas que precisavam ser feitas e o que a gente tinha para trabalhar nesse caso. De um lado, foi isso. Por outro lado, eu estava me encontrando com os familiares no espaço do CONDEPE. Os familiares estavam sendo assistidos pela Defensoria, não todos, pois alguns deles têm advogados, mas a Defensoria teve contato com todo mundo, se aproximou de todo mundo, teve essa relação desde o começo, mas o CONDEP era o espaço onde as famílias iam coletivamente para conversar. Nesse outro espaço eu pude compreender com as famílias o que a gente precisava saber, quais eram as perguntas que a gente precisava fazer, o que estava mal explicado e precisava ser entendido, então tem um ponto de conexão de tudo isso que é a questão da verdade. Eu não sou advogada, não sou da área jurídica, não estou empenhada propriamente em trabalhar para a condenação de X ou Y, não é minha área. A minha dedicação e do CAAF, eu entendi desde o começo, tinha que ser a busca pela verdade. O que aconteceu. E, a partir do contato com as famílias, se estabelece uma situação em que a busca pela verdade não é puramente jurídica ou para informar o inquérito, ou científica, mas está relacionada com os desejos das famílias. Qual a verdade que essas famílias querem saber, qual é essa verdade que se constitui como direito dessas famílias. Então, é a partir dessa relação, da Defensoria de um lado, e os familiares de outro, que o nosso trabalho passa a funcionar como um elo de ligação entre essas duas dimensões da verdade: a dimensão jurídica - fazer todos os esforços para que a realidade dos fatos, que é observável e verificável a partir das evidências materiais, do que foi deixado de evidência desta verdade, tenha as melhores condições para contribuir para a verdade jurídica, ou seja, a verdade que vai sair do sistema de justiça - mas, ao mesmo tempo, conectar essa verdade jurídica com a verdade sensível, visceral, que vem das demandas das famílias. Uma verdade que não contemple o que essas famílias precisam saber não funcionaria para nós também. Nossa atuação passa a ser um elo de ligação entre essas duas dimensões da verdade.

PM *O que seria justiça para o CAAF nesse caso? A busca por essas duas dimensões da verdade? Qual é exatamente o papel e os objetivos do CAAF na investigação?*

DA Justiça tem a ver com três outras noções: verdade, memória e luta. A justiça tem que ser algo que tenha o mínimo respeito e relação à memória dos mortos, tem que ser algo em que

a verdade dos fatos prevaleça, então quanto mais próxima a verdade jurídica possa estar da verdade dos fatos mais justa ela é. E essa justiça tem que ter respeito pelo luto das famílias, tem que estar conectada ao luto das famílias. Temos um problema nesse caso que é um conjunto de policiais, homens adultos, cometeram um crime que levaram à morte de nove adolescentes, mas temos o problema desse fato não ser um episódio isolado, mas estar inserido dentro das dinâmicas das desigualdades sociais e da segurança pública da cidade. Acho que lutar por justiça é mais um papel das famílias e do judiciário, no nosso caso, o nosso papel é fazer essas dobradas, essas amarrações, conectar o episódio com o contexto, com as pessoas que o viveram, dar corpo, rosto e sentimento, e fazer com que essas coisas se aproximem, conectá-las. Então, eu acho que nosso papel é mais trabalhar no campo da verdade, mas pensando todas essas dimensões, do que envolve pensar a verdade. O trabalho vai além da frieza dos fatos.

PM *Como você definiria a abordagem metodológica de pesquisa nesta investigação? Você fala sobre investigação defensiva, sobre um projeto de intervenção e não de pesquisa. Pode comentar sobre isso? Você comenta que parte da metodologia investigativa foi inspirada no trabalho da agência FA. Você já conhecia o trabalho da agência? Qual metodologia específica chamou sua atenção para o caso de Paraisópolis e por quê?*

DA Justamente porque eu acho que o escopo do trabalho é bastante amplo e vai se desenvolver por uma série de dimensões diferentes eu não consigo muito dizer que existe uma metodologia nesse trabalho. Na realidade existe uma que eu não encaro muito como uma metodologia. Explico melhor: eu sou antropóloga, então quando eu fui trabalhar no caso estava muito claro pra mim que meu instrumento de trabalho principal seria aquele que eu sei lidar que é a etnografia. Então, se você me perguntar qual a metodologia desse trabalho, é a etnográfica. Eu estou entre os antropólogos que acreditam que a etnografia não é propriamente um método. Eu entendo que a etnografia é uma forma de produzir conhecimento a partir das relações, do estabelecimento de relações, então é uma produção de conhecimento situada na interlocução entre as pessoas, os grupos, o etnógrafo e seu interlocutor. Isso significa que não existe um único método de produzir dados e informações mobilizado dentro da etnografia. Quando eu passei a trabalhar no caso eu pensei, o que eu sei fazer é isso, etnografia, seja na relação com as famílias, com a defensoria, com o delegado. Todo o meu trânsito por entre os espaços e na relação com as pessoas era uma relação etnográfica. Disso você tem a etnografia como instrumento maior de acompanhamento

do caso e estabelecimento de relação com todos esses interlocutores, conjunto de atores que orbitam em torno desse caso.

Uma parte considerável do trabalho, pelo menos no que diz respeito ao entendimento da dinâmica dos fatos, passa por uma análise do inquérito policial. A atuação da defensoria, como eu disse, que se coloca numa posição de investigação defensiva, isso significa que eles vão encontrar testemunhas, provas, vídeos, mas eles não vão guardar isso para entrar em algum momento do processo. Eles já vão oferecer isso ao delegado. Então, toda a produção de provas da defensoria já entra no inquérito. O inquérito vira esse espaço que vai reunir o conjunto das provas com as quais a gente vai trabalhar, todos. Então, temos que fazer uma análise documental desse material, e essa análise foi feita também com base na etnografia dos documentos. Para além de olhar os documentos, o que eles dizem, exclusivamente buscar evidências ali, ou mesmo erro de produção de provas, era entender a lógica constitutiva daquele inquérito, daquele processo, por isso que temos uma parte do relatório [do CAAF] falando sobre a criminalização, como vai ser colocado no boletim de ocorrência, o que é dito, como é que as perícias vão ser feitas, etc... ou seja, você tem uma parte da análise do caso que é você analisar como ele foi institucionalizado, ou seja, percebido pelas instituições, e como esse processo mesmo de ser absorvido pela institucionalidade, vai toreando os caminhos que o caso vai poder ter. A etnografia dos documentos proporcionou eu fazer essa análise não só do levantamento de tudo o que tinha ali [no inquérito], quais são as evidências, o que foi produzido, o que temos de provas, o que aconteceu, e pensar a melhor maneira de lidar com essas evidências, mas também entender esse processamento institucional do caso. A etnografia é central nesses dois movimentos que são os movimentos mais amplos de reflexão sobre o caso.

Uma vez que a gente entende quais são as evidências que existem sobre o caso, aí sim vamos poder trabalhar com cada uma delas e com uma série de metodologias diferentes. Temos desde a análise da Ana [médica legista], com o parecer médico-legal dela, e todo um conjunto de procedimentos descritivos e analíticos que são próprios do saber médico que ela detém e pode compartilhar com a gente, e encontrar determinados elementos chave da compreensão da dinâmica dos fatos. É importante pois vamos fazer isso com as evidências médico-legais e também com outras evidências. O que temos de evidências nesse caso: as evidências médico-legais e as audiovisuais, os áudios e os vídeos.

Eu descobri o trabalho da arquitetura forense, pois seu trabalho ficou famoso no Brasil nos últimos anos, virou uma espécie de frenesi em torno do trabalho deles, que tem uma

peculiaridade, pois se insere dentro da tradição do humanitarismo forense que remonta aos anos 80 e começa com o pessoal da antropologia e arqueologia, com a identificação de desaparecidos, mas que vai constituindo dentro do campo humanitário transnacional e consolidando aos poucos a chamada “virada forense”, então você tem um campo humanitário transnacional com diversos braços e vertentes, que se estruturava inicialmente sobre o testemunho, a importância central dada aos sobreviventes, às pessoas que viram e vivenciaram a violência, e tem narrativas testemunhais sobre casos de violações humanitárias. Aos poucos, com o trabalho com os desaparecimentos, você vai tendo cada vez mais uma presença do fazer científico dentro desse universo, e aí essa virada forense é justamente a transformação desse paradigma, de como você constrói a verdade sobre a violação de direitos humanos. Aos poucos, vai se constituindo a ideia de quem se pode trabalhar com as evidências materiais, e a elas muitas vezes são dadas uma importância muitas vezes maior do que o testemunho, porque é como se elas fossem neutras, como se guardassem uma certa neutralidade na sua própria materialidade, o que é algo que podemos contestar de diversas maneiras. Você tem uma expansão dessa perspectiva forense dentro do campo humanitário, de que essa verdade seja uma verdade científica, e o trabalho do Arquitetura Forense está nesse universo. Eu não conheço a trajetória particular deles, mas acho que eles vêm desse ambiente e eles produzem algo que me parece muito diferente que é usar os instrumentos da arquitetura, a reconstrução dos espaços, a partir de ferramentas muito modernas e tecnológicas, conseguem reconstituir essas situações e comprovar.

Descobrimo esse material no CAAF, fiquei muito impressionada e a impressão que eu tenho é que existe uma possibilidade de uso dessas ferramentas da arquitetura para de fato descobrir determinadas coisas, realidades que não estavam visíveis ali quando essas evidências estão desconectadas. O que acontece, embora me parecesse algo incrível e genial, e que seria absolutamente necessário para o caso de Paraisópolis, que é justamente um caso em que você tem uma série de evidências que estão desconectadas, e que quando você compreende elas você consegue compreender a dinâmica dos fatos, mas que é algo bastante difícil de você construir imagetivamente essa conexão, tornar aquilo visual, facilitaria muito o trabalho.

Só que não sou arquiteta, não tenho esses instrumentos, então não tínhamos condições de trabalhar com métodos, por exemplo, da arquitetura, que seriam necessários para esse caso, que é um caso que demanda a espacialização, entender movimentos de multidões, uma série de coisas. Num caso como esse, os conhecimentos em arquitetura seriam fundamentais para

entender o que aconteceu. Então, ao estudar os trabalhos do FA, as coisas que eles foram capazes de fazer a partir do conhecimento da arquitetura, desse material tecnológico, eu percebi que, apesar de não conseguirmos fazer ou produzir isso de uma mesma maneira, a gente conseguiria trabalhar a partir de algo que me parece ser um princípio metodológico do trabalho deles, que é a questão da convergência em rede. Eles pegam uma série de evidências que estão desconectadas e colocam em relação, sincronizam, espacializam, colocam umas contra as outras, em face das outras. E pensei, bom, isso conseguimos fazer. Então, a inspiração que eu vou buscar no FA é o princípio metodológico da convergência em rede. A partir dessa possibilidade que eles abrem, o que vamos portanto fazer é pegar todas as evidências e colocar elas para conversar, inclusive as evidências médico-legais, pois, à princípio, quando você faz um laudo necropsicópico ou médico-legal, você está dizendo o porquê da morte da pessoa, o instrumento pelo qual a pessoa foi morta, mas não necessariamente você está falando da dinâmica dos fatos, muitas vezes você está concentrado no morto e na morte. Nesse caso específico, desde o primeiro momento, eu achava que a especificidade da causa da morte poderia nos revelar algo sobre a dinâmica dos fatos. Da mesma maneira que vamos pegar os vídeos e a rede-rádio, e sincronizar tudo, espacializar, cartografar (é uma espacialização mas cartográfica, que é o limite do que sabemos fazer), trazemos também as evidências médico-legais, para inseri-las nessa sincronia e afirmar, por exemplo, que eles morreram na viela, no local [e não no hospital, como informa o laudo]. A inspiração é nesse lugar, na possibilidade de colocar essas evidências em relação, e eu entendo isso como um princípio metodológico do trabalho. E o que a gente pode fazer dentro das nossas possibilidades foi isso, sincronizar, cartografar, e fazer a cronologia, numa perspectiva mais descritiva.

PM

Você tentou aproximação com a agência? Pode falar um pouco sobre como foi esse processo e quais foram os encaminhamentos?

DA

Eu achava e continuo achando que esse caso precisa de um material audiovisual no estilo deles, especialmente porque não temos nenhum material que tenha gravado a ação por inteira, mas o desenvolvimento da ação surge a partir da conexão entre as diferentes imagens, isso demanda um certo esforço de abstração e imaginação para conectar esse material. Embora a dinâmica tenha sido simples, um cerco de multidão que leva à sua compressão, não é nada propriamente complexo, mas demanda um esforço de abstração coletar esses fragmentos e conseguir visualizar o processo por inteiro. Eu sempre achei

que precisávamos de um material que pudesse fazer isso, para facilitar a compreensão dos fatos para todo mundo. Eu sempre falava isso com a Defensoria, com a Fernanda, e a própria Defensoria escreveu pra eles. Eles responderam e marcamos uma reunião. Eles recebem casos a partir dessa maneira e dizem que selecionam os casos justamente a partir dos desafios metodológicos. Nesse caso, é um tipo de caso que eu nunca vi semelhante no trabalho deles, movimentação de multidões. Fizemos a reunião com a equipe, estava o próprio Weizman e mais algumas pessoas (4, 5 pessoas), a Defensoria e eu. Expomos o caso, e nesse dia, além das pessoas da Inglaterra, estava também o Paulo Tavares, ex-aluno do Eyal, que trabalhou com eles lá e que é professor na UnB e tem a Agência Autônoma, em que ele deseja trabalhar com essas questões de produção de evidências relacionada à violência de Estado. Ele já tinha trabalhado com alguns casos no Rio [de Janeiro] e também em alguns casos com população indígena, e ele estava presente também. Nessa reunião ficou acordado que eles poderiam fazer o trabalho, que eles precisariam conseguir fontes de financiamento, pois esse era um dos impeditivos para nós. O projeto não tem verba, então não tínhamos como contratar profissionais como eles fazem. Eles ficaram de tentar ver algum financiamento. Passou-se um tempo e o Paulo conseguiu um financiamento da Artigo 19 aqui no Brasil, e assume o trabalho de fazer isso pelo Brasil, e parece que o FA ajudaria ele com algum trabalho específico de modelagem de multidões, ou algo do tipo.

O Paulo está trabalhando no caso, compartilhamos a sincronização e cronologia com eles, e eles chegaram a produzir alguns materiais a partir da nossa cronologia, mas não sei como o caso está caminhando, ele ia vir conhecer as famílias, mas já não tenho notícias há algum tempo. São duas investigações separadas que contribuem entre si.

PM *Poderia falar sobre o trabalho com as famílias das vítimas? Qual o papel que elas desempenham na investigação e qual é a importância disso?*

DA No início do processo a gente tinha um espaço de troca com os familiares mais constante, que eram as reuniões do CONDEP, mas veio a pandemia, e a partir daí passamos a não ter mais esse espaço mais constante de encontros presenciais. Essas reuniões presenciais, como elas eram no começo do processo, todo mundo estava tentando entender o que aconteceu. Era um espaço em que a gente compartilhava. Tanto eu levava as coisas que eu tinha descoberto, analisando o inquérito, quanto eles levavam para lá suas dúvidas e questões, coisas que chamavam atenção a respeito do caso.

Esse foi um momento muito importante justamente para fundar as bases dessa nossa relação, como uma relação que produziria esses dados. Eu tentava decifrar, a partir do meu olhar, tentando explicar e compartilhar o conhecimento que eu tinha e que me passavam, como, por exemplo, as causas das mortes, que eram uma fonte de muita angústia para essas famílias. Foi dito pela polícia que eles foram pisoteados, e a história do pisoteamento é uma parte da construção narrativa dos policiais em busca da sua própria desresponsabilização. O pisoteamento teria sido uma consequência direta da resistência, seja da moto ou da própria multidão, e uma forma de atribuir aos próprios frequentadores a morte das vítimas, ou seja, uma desresponsabilização completa. Isso foi uma fonte de angústia muito grande para as famílias. E por isso eu falo que não faz sentido verdade que não vá ao encontro do desejo pela verdade das famílias, ou seja, qual é a verdade que as famílias precisam para fazer o seu luto. Qual é a verdade que está sendo negada a eles e que eles precisam. Então, uma das primeiras questões é a causa da morte, pois eles chegam ao IML em choque, e na expectativa de ver seus filhos pisoteados, olham para os corpos dos meninos e não vêem indícios de pisoteamento naqueles corpos. Os corpos não estão machucados, ou pouco machucados. Depois, descobrimos que as marcas são da própria compressão. Então, quando eles vêem os corpos, eles não acham que aquilo é compatível com a narrativa do pisoteamento, então, se estão dizendo que meu filho foi pisoteado e ele não foi, o que diabos aconteceu com ele? Isso é uma fonte de angústia muito grande, e por isso que essa é uma das primeiras questões que vão ser levantadas e que eu busco entender. Nesse primeiro momento não tínhamos equipe, e eu vou buscar ajuda com profissionais da área do GTP, que vão decifrar os laudos médicos para mim. A primeira coisa que eu fiz depois disso foi decifrar para as famílias. Teve um dia que fui para uma reunião e ficamos 2h conversando sobre o laudo de cada um, explicando o que era cada elemento. Esse momento inicial foi importante para construir portanto essa relação de produção de conhecimento comum. Eu levando para eles as coisas que conseguia entender a partir dos instrumentos que temos na universidade, e eles colocando pra mim quais eram as questões que eles queriam saber. Tudo o que viemos a resumir [nas três contranarrativas principais da investigação - não foi resistência, não foi pisoteamento e não foi socorro] foram criadas ali, e vem dos questionamentos que eles fazem neste primeiro momento, que chamam atenção para o que a gente vai olhar. A gente entra em uma segunda fase de pandemia, em que passamos a ter uma relação mais virtual, e que vai ser marcado por um aprofundamento na relação com as famílias no sentido de entender quem eram aqueles jovens e o que aquelas mortes

tenham provocado dentro da dimensão familiar e afetiva. Então, a gente faz esse ciclo de conversas que acabou resultando em um podcast, que foi uma produção de história oral com cada uma das famílias, e que diferentemente de uma situação de produção de história oral mais clássica, um entrevistador e um entrevistado, a gente fez como uma relação coletiva. Foram uma série de reuniões coletivas em que todos estavam presentes, e a cada vez uma família tinha a oportunidade de falar. Foi uma situação coletiva, pois não só implicou em um aprofundamento da nossa relação com as famílias, mas também entre elas, para se conhecerem melhor, a história uma da outra.

Depois disso, entramos em um momento mais de ação. Tivemos o ato [primeiro ato de um ano do ocorrido], e passamos por um processo de amadurecimento da própria pesquisa, do que aconteceu. Então, vamos criar uma série de situações em sua maioria virtuais, de continuidade e troca de informações. E tentando produzir isso através de vídeos, que era uma maneira visual que facilitava a compreensão da dinâmica pelas próprias famílias.

PM *Como parte do processo investigativo, o CAAF também desenvolveu o projeto “3 Atos 9 Vidas”, que reforça as narrativas defendidas pela investigação: #Não Foi Resistência, #Não Foi Pisoteamento e #Não Foi Socorro. A série de 9 vídeos – traz a biografia de cada vítima do massacre e reconstrói a dinâmica dos fatos a partir dos documentos, provas periciais e materiais reunidas pelo inquérito policial, utilizando a sincronização e o encadeamento sequencial de evidências como metodologias. Pode contar um pouco sobre os objetivos, o processo de desenvolvimento desse trabalho e como foi a participação dos familiares no processo criativo e elaboração do roteiro? Qual é a importância da multidisciplinaridade no processo investigativo? Que tipo de profissionais e pesquisadores estão envolvidos?*

DA Consequimos uma verba dentro do CAAF e conseguimos trazer outras pessoas para trabalhar no caso. Temos a Ana Paula, que vai trazer o olhar médico-legal, a Cássia, com trabalho audiovisual, que vai permitir construir as narrativas em formato audiovisual, Lorrane que vai ajudar a trabalhar com a espacialização e mapas, e Paula que vem como voluntária trabalhar com espacialização também. Essa chegada da equipe vai dar um ganho muito grande em relação ao que a gente pode falar e mostrar, pois vamos ter outros instrumentos, além da palavra, para poder trabalhar no caso.

A produção dos vídeos e constituição das narrativas continua na lógica da relação com as famílias, respeitando o próprio caráter do trabalho e a forma de produzir conhecimento que não

vem da universidade para fora, mas sim da relação da mesma com as famílias, pensamos em fazer esse material audiovisual e apostar no que temos de diferencial nesse trabalho, que é essa relação com as famílias. Pensamos em um vídeo que trabalharia a humanização, que trouxesse as vítimas para dentro da narrativa. A ideia é manter o assunto sendo falado, e colocar publicamente determinadas contranarrativas. A partir da narrativa colocada pelos policiais, estabelecemos 3 contranarrativas: não foi resistência, não foi pisoteamento e não foi socorro, que são os 3 pontos centrais e cujas evidências contradizem a narrativa deles. Esses três eixos orientadores partiram das famílias. Eles que problematizam essas narrativas.

Tivemos um avanço do podcast em relação a esses vídeos, a luta das famílias foi ganhando corpo, reunindo familiares que antes estavam numa dinâmica mais introspectiva, e eles foram ganhando confiança para trazer o luto para a esfera pública. No podcast, conseguimos trabalhar com 5 famílias, e nos vídeos, conseguimos trabalhar com todas. A ideia era eles se sentirem totalmente confortáveis com o que estava sendo produzido. Esse processo ganhou corpo, algumas famílias eu fui conhecendo depois, no ato de 1 ano, e pudemos trabalhar juntos no ato dos dois anos. A única família que não conheci foi a do Mateus, pois eles moram na Bahia, mas conversei virtualmente com a irmã dele.

PM *O segundo ato ganha uma outra potência, com uma ação pública com a distribuição dos panfletos. Como foi essa ação, como os familiares participaram disso, comparado com o primeiro ato.*

DA Nosso trabalho está relacionado com a dinâmica das famílias. Toda a produção dos vídeos foi feita por eles. Nosso papel foi executar os vídeos. Sempre tivemos muito material, camisetas, panfletos, e coisas muito artesanais, coisas feitas à mão, cartazes, etc. sempre teve essa estética, que eu acho que vem dessa mistura, o que as famílias elaboram, as formas que elas podem produzir o que elaboram (fazer à mão, velas, tinta vermelha). E no primeiro momento, existia um conjunto de organizações apoiando o movimento, e no segundo ano houve uma mudança em relação a isso. Houve uma vontade dessas organizações de participar dessas produções. Acho que de um ano para o segundo a coisa ficou menos artesanal. Esse material se tornou parte da presença pública desses familiares.

PM *Qual a importância destas outras ações e fóruns públicos para o processo de investigação e sua socialização?*

Reformulação da pergunta: O CAAF trabalha com Investigações defensivas, posicionamento ao lado das famílias, múltiplos

com isso. Como tem esse lastro político muito grande, o universo do direito penal não é suficiente para dar conta disso. A simples punição de um ato individual não é suficiente. O espaço é inadequado para discutir o que se precisa discutir nesse caso. A gente está falando de direito à cidade, à cultura, de guerra às drogas, de coisas muito maiores. Se a discussão ficar exclusivamente ali dentro [do sistema penal], pouco se ganha com isso, ainda que os policiais fossem punidos. Não que eu acho que a punição deles é algo que morre em si mesmo. Se eles forem condenados isso não deixa de ser um recado à polícia. Mas, de todo modo, se houver punição, vai ser um caso fora da curva, pq justamente vc tem uma série de possibilidades a partir do próprio processo de institucionalização dessas mortes de desculpabilização quando se trata de mortes cometidas por policiais, então há uma série de mecanismos de legitimação dessas mortes. Esse caso é uma possibilidade de falar sobre tudo isso. De falar sobre o contexto, sobre os mecanismos possíveis dentro da institucionalidade para que os policiais não sejam culpabilizados por esse tipo de morte, sobre a própria produção de dados e evidências sobre esse tipo de caso. Podemos desdobrar em várias outras questões, mas só conseguimos fazer isso a partir da conexão com outros agentes e estando presente em outros espaços, isso de acessar a opinião pública, de oferecer outra narrativa, de abrir espaço para outra narrativa na opinião pública ela é parte desse processo de querer desdobrar esse caso para além dele. Tentar conseguir com que ele produza outras coisas, e com esses outros grupos que eu mencionei, e com os movimentos sociais. É importante que a gente consiga criar um circuito político entre os movimentos sociais, as universidades, os grupos de direitos humanos, as ONGs, que estejam dedicados a produzir esses conhecimentos. No sentido de impulsionar, estimular, tentar conectar nesse circuito político.

PM *Você acha que isso que aconteceu com Paraisópolis é parte de um modus operandi que se inspira na ditadura?*

DA Eu não acho que se inspira na ditadura. Existem diversas razões para isso, de várias ordens, mas resumidamente, existe uma conexão que fazemos entre as formas de violência de Estado e os regimes jurídicos institucionais, que não é dessa maneira mecânica. As dinâmicas da violência de Estado se dão na rua, pelos agentes que estão na rua. A estruturação e desestruturação de regimes institucionais é algo que se dá em outra ordem. Violência de Estado é algo que não foi inventado na ditadura, e esse investimento político da polícia militar de não ter o seu trabalho monitorado, controlado por forças externas, o fato de não haver controle sobre a atividade policial é uma posição

fóruns, socialização das evidências, envolvimento das famílias. Pode comentar sobre a importância dessas diferentes ações/frentes? Como essas ações se relacionam?

DA Acho que existe uma atuação institucional do CAAF no caso e ela é respaldada por um acordo de cooperação com a Defensoria que visa, de um lado, pesquisas quantitativas, de caráter contextual, para entender as dinâmicas da violência de Estado em São Paulo, e por outro lado atuar em casos concretos, servir como apoio técnico-científico para a Defensoria em casos concretos. Do ponto de vista institucional, o CAAF faz o apoio técnico-científico do processo de investigação defensiva da Defensoria no caso. Mas, essa atuação do CAAF e da Defensoria ela não está descolada de um movimento mais amplo que está em curso no país e que passa por essa conexão entre universidades e movimentos sociais. Há um movimento nacional de pessoas engajadas na produção de dados, evidências, conhecimentos, sobre a violência de Estado, e é justamente pensando nisso que direcionamos a segunda temporada do podcast para tratar desse assunto no CAAF, tentando dar visibilidade e conectar essas diferentes ações como parte de um mesmo circuito.

O CAAF tem uma atuação institucional no caso, a Defensoria também, mas tudo o que é produzido dentro dessa atuação eu não vejo como um trabalho ou metodologia própria do CAAF, eu vejo como algo que é produzido nessa troca entre esses três atores. O CAAF não está produzindo nada sozinho nesse caso. É uma atuação de três partes. A partir dessa conexão que estabelecemos entre nós conseguimos acessar espaços que não acessaríamos se não estivéssemos atuando conjuntamente. Por exemplo, não acessaríamos o delegado se a Defensoria não tivesse nos levado, não conversariamos com o MP se os familiares não tivessem nos levado. É algo que só pode ser produzido por conta dessa conexão. Só que estamos falando de um caso, de uma situação, que se ele se encerrar em si mesmo, tem pouquíssimas chances de resultar em algo positivo para quem quer que seja - e nem pensando na condenação dos policiais - pois não estamos falando de um episódio isolado. Estamos falando de uma violação de direitos humanos. Não é um crime normal, é de altíssima complexidade, que se passa no contexto de uma política de segurança pública no Estado de São Paulo, uma política concebida para lidar com os bailes funk na cidade de São Paulo. De outro lado, tem conexão com a operação saturação, que é outra política da lida do Estado de São Paulo com o PCC, então são duas situações que tem um lastro político muito grande, em que a morte dos meninos foram chamadas de “baixas civis”, não tem nada a ver com o assunto e pagaram o pato. A revolta das famílias com as mortes têm a ver

política posta pelas próprias polícias antes da institucionalização da ditadura. A lógica do para cada um policial morto vai morrer 10 bandidos, da interação na rua permeada por corrupção, onde os corpos viram mercadoria política, isso é anterior à ditadura. O que tivemos durante a ditadura é um processo de militarização disso. Há uma sobrevalorização sobre a segurança nacional, e de combate à esquerda. Seja da militarização do próprio corpo militar, com a formação da polícia militar, seja desse combate na rua contra as esquerdas. Há uma complexificação do que é o crime, de como ele funciona. Se formam diferentes caminhos por dentro do estado de legitimação da violência. Há momentos em que essa violência é mais explícita e outros menos. Eu acho que o que persiste é isso, essas diferentes formas de legitimar a violência por meio do Estado. Um dos mecanismos mais conhecidos é o chamado auto de resistência, hoje em dia chamado de morte decorrente de intervenção policial, que é um mecanismo também anterior à ditadura e que através de um decreto ela vai transformar isso em um padrão, uma ferramenta de legitimação de crimes estatais.

PM *Qual, na sua opinião, foi o maior ganho da investigação até agora, na luta pela verdade e quais são os próximos passos em relação à investigação e quais são os próximos passos?*

DA São muitos os próximos passos, há muitas formas de desdobrar esse caso. Pensamos numa pesquisa que desse conta de três dimensões, entender a dimensão do evento, como o caso foi institucionalizado e o que as evidências dizem que aconteceu, a dimensão estrutural, que é nosso próximo passo, contextualizar o caso nas dinâmicas de desigualdade e segurança pública da cidade, ou seja, entender a questão das operações policiais em paraisópolis e a questão do funk em SP. E a terceira dimensão seria conectar o território com as famílias, mas isso está difícil, pois eles têm dificuldade de ir lá, e também não são de lá, então gostaria que essa terceira dimensão desse conta das famílias, a dimensão do dano, da perda, da violência que a perda traz, que eles possam ter esse espaço para falar sobre como a luta por justiça provoca uma série de outras violências, mas eu também queria fazer uma pesquisa em paraisópolis, entender o que o massacre significou no local. Não sei se vamos ter perna pra isso, pois isso demanda uma equipe no território. Mas a pesquisa é pensada nessa amplitude.

É difícil dizer qual foi o maior ganho, acho que o ganho não é propriamente material, acho que é a possibilidade de, a partir dessa relação que estabelecemos entre esses 3 atores, trabalhar de uma forma mais orgânica, mais intrínseca essas dimensões jurídica, científica e afetiva, batalhar para que isso caminhe junto, que possa levar à construção de uma verdade que seja, do ponto de vista científico,

fidedigna aos fatos, do ponto de vista jurídico que responsabilize os culpados, e que do ponto de vista afetivo respeite a memória e o luto e esteja a serviço do direito à verdade das famílias.

Acho que o maior ganho é essa relação. O que não quer dizer que ela seja perfeita, que ela não tenha problemas ou dificuldades. Acho que é o que distingue mais o trabalho. Tem uma série de trabalhos em que você trabalha em parceria com as vítimas, mas existe uma grande diferença em tratar elas como informantes, e tratá-las como autoras, como parte dessa formação de conhecimento. Por isso eu faço questão de dizer que não existe trabalho do CAAF, é um trabalho coletivo. E é isso que a etnografia traz, você parte da perspectiva da produção do conhecimento coletivo, entre todos os interlocutores, e aplicar isso para um caso como esse, que está judicializado, em que você está produzindo provas, talvez seja o diferencial do trabalho. Eu acho que existe a possibilidade que os policiais sejam responsabilizados, mas eu acho que ela é muito difícil. Vai demorar muito e eu realmente acho difícil. Acho que se existe uma chance de isso acontecer é pela opinião pública. Existe uma ideia de que policiais não são condenados pq não tem prova, ou que as pessoas não se revoltam pq elas não sabem. O normal é justamente o contrário, que por um excesso de provas os policiais sejam absolvidos. Esse benefício da dúvida está sempre do lado do policial e não de quem é alvo da ação do policial. Não se trata das pessoas não saberem, mas sim de anuência, tanto do sistema de justiça quanto da sociedade de uma forma geral. Não deixar que esse caso caia no esquecimento, de convencer as pessoas não do que aconteceu, mas de que o que aconteceu está errado. É um lugar muito mais complexo, político. É nesse lugar que estamos brigando.

Entrevista com Maria
Cristina Quirino Portugal
Colaboradora do CAAF/
Unifesp no Grupo de apoio
técnico-científico à atuação
da Defensoria Pública
no Caso
Massacre de Paraisópolis
Mãe de Denys Henrique
Quirino da Silva, uma
das vítimas do Massacre
São Paulo, BR
dezembro, 2022

Paula Marujo *Como foi sua aproximação ao CAAF/Unifesp e como foi sua relação com o grupo de pesquisa e a Defensoria?*

Cristina Quirino A princípio, no começo, o primeiro órgão que se aproximou de nós foi o CONDEPE, o Dimitri, o presidente, veio falar com minha família falando que eles iam levar essa história adiante, disse “tamo junto”, que foi uma das primeiras coisas que escutei, e que eles iam provar que isso tudo era uma mentira. Então eu segurei na mão dele, e ele entrou em contato com todos os familiares, e marcou uma reunião onde nos encontramos. Na segunda reunião estavam todos os familiares presentes e o CAAF, pois na primeira não estavam todos. A Defensoria também estava lá, mas eu pouco havia ouvido falar sobre a defensoria, o contato com eles foi mais para frente. Eu não me lembro de muita coisa, mas lembro que na reunião muita gente falou, uma mulher levantou e falou que tínhamos jeitos de investigar e nos defender, essa mulher era a Desirée, e eu vi nela e no CONDEPE uma esperança de que existia uma possibilidade de mostrar que aquilo tudo o que eles estavam falando era uma mentira. Segurei ali firme. Foi quando conheci o CAAF, que eu não conhecia, assim como o CONDEPE, não sabia para que servia, e comecei a ir em todas as reuniões. Acabei virando uma referência, pois me debrucei sobre aquilo, me joguei de cabeça. Foi criado um grupo de imediato pelo CONDEPE, com eles, os familiares e o CAAF, que era um grupo para fazer uma prévia, preliminar do relatório. A gente sabia que ali as questões iam ser apenas levantadas, não tínhamos ainda muitos dados, a Defensoria ainda não estava envolvida, e depois quando ela se uniu em parceria com o CAAF o processo ficou mais potente. Acho que esse período já era um ou dois meses depois das mortes, não me pergunte datas, pois não lembro, só sei que não foi tão rápido. Hoje eu fico revoltada com isso, pois a Defensoria chegou depois até nós, por mais que eles falem que a Defensoria sempre esteve junto. Eu sei que eles estavam lá, mas não teve aproximação com os familiares.

PM *Mas qual foi a proposta do CONDEPE e do CAAF nesse momento?*

CP A proposta foi justamente descaracterizar o que eles [a polícia] estavam falando. Provar que o que eles estavam falando era tudo mentira, provar que foi uma ação premeditada, programada, arquitetada, articulada, do início ao fim.

PM *Eles quem?*

CP De início, a polícia, até eu entender que o Estado estava envolvido demorou um tempo.

- PM** *Pode contar um pouco sobre seu trabalho durante o processo de investigação? Qual é o seu papel? Como você se enxerga nesse processo?*
- CP** Quando eu tive a compreensão sobre o que de fato tinha acontecido com meu filho, eu me joguei nessa luta. Na verdade, eu fui jogada, mas eu entendi que era a única maneira que eu tinha de trazer a verdade sobre o que fizeram com meu filho. Eu não sei falar muito sobre a minha participação, as mães e outras pessoas falam que eu sou linha de frente, que eu tomo as iniciativas. Mas, eu nem gosto de ser chamada disso. Tudo o que eu estou fazendo, eu faço, pois eu preciso da verdade sobre o que fizeram com meu filho. Desde o começo, eu comecei a vasculhar, ví os vídeos, e confesso que comecei a ficar transtornada, eu via os vídeos com atenção, pausava, via os detalhes – isso ainda antes do trabalho com o CAAF virar uma coisa mais séria, mais importante –, para entender o que de fato tinha acontecido, para que eu conseguisse de alguma maneira provar que o que eles estavam falando era mentira. Eu trouxe muitos questionamentos, não somente eu, mas todos os familiares, pois a maioria das coisas que eles falavam não batia. Eles falaram que foi pisoteamento, mas meu filho não tinha roupas sujas, com marcas de pé, não tinha um osso quebrado. Eu comecei a fazer uma investigação sobre tudo o que eles falaram à época e fui atrás de provar que era tudo mentira. E eu não consegui, sozinha eu jamais iria conseguir. Eu cheguei a pegar o papel que me entregaram no hospital [laudo médico da morte do Denys] e bater de hospital em hospital para ouvir os médicos, para perguntar o que aquilo significava, pois tinha o parecer da médica que atendeu meu filho, e eu queria ouvir um médico que me falasse “não foi nada disso”, para entender. E eu ouvi não somente um, mas vários médicos. As informações no laudo não eram fáceis de desvendar. Somente depois, com o trabalho do CAAF, foi que descobri que o que estava escrito ali não condiz com a realidade. Aí você pensa, “o que vale é o que está escrito”, mas, nem sempre. Pois, se você fizer uma investigação, por trás de tudo isso, você vai descobrir coisas como o que descobrimos. No início, quando eu comecei a ver que estava tudo errado, eu mesma me articulei, fiz um grupo com as famílias, grupo que tenho até hoje. Falei para todos que iríamos para cima, que iríamos lutar. Eu não vou deixar que a morte do meu filho seja mais uma morte em que a polícia se safar, pois não é verdade o que eles falam.
- PM** *Como parte do processo investigativo, o CAAF também desenvolveu o projeto “3 Atos 9 Vidas”, que reforça as narrativas defendidas pela investigação: #NãoFoiResistência, #NãoFoiPisoteamento e #NãoFoiSocorro. A série de 9 vídeos traz a biografia*

- de cada vítima do massacre e reconstrói a dinâmica dos fatos a partir dos documentos, provas periciais e materiais reunidos pelo inquérito policial, utilizando a sincronização e o encadeamento sequencial de evidências como metodologias. Como foi a sua participação e dos outros familiares no processo criativo e elaboração do roteiro? E como isso foi entendido pelas pessoas?*
- CP** Eu sempre falo dessa série de vídeos. Para mim eles são um resumo da desconstrução da narrativa que eles [a polícia, o Estado] contam e já vem sustentando há 3 anos. É uma maneira de mostrar para a sociedade a verdade que eles não contam. Esse ano fui surpreendida, pois dei várias entrevistas, para vários jornalistas, e eles não conheciam os vídeos, e eu sempre falo para eles verem, mando link, hashtag, tudo. Pois, antes do 1º de dezembro eles tem vida, tem história, família.
- PM** *Como é a relação dos outros familiares com essa série? Como eles receberam o resultado final?*
- CP** Na época foi um impacto para eles, para nós, para todos, principalmente por ter que mostrar como eles mataram nossos filhos. Tem familiar que não conseguiu ver o vídeo até hoje e outros que não quiseram contribuir, que não conseguem. Eu também não sei como consigo. Sinto gratidão por quem está fazendo esse trabalho, é muito importante mostrar para a sociedade e para quem não sabe a verdade que eles não contam. E saber que tudo isso vai entrar no processo me faz respirar mais aliviada. Pois, pretendemos levar eles a júri, e sabemos o quão difícil vai ser chegar até lá. Nem todos têm essa dimensão, eu sei, pois conversei muito com eles. Sabemos que temos uma audiência marcada para o dia 25 de julho de 2023, mas tem gente achando que já seria a audiência de júri popular. Então expliquei que não, que é uma audiência de instrução, na qual eles serão ouvidos. Pois, tem muitos familiares que não acompanham, que não sabem do processo. Eu larguei tudo da minha vida, fui jogada nessa luta e agarrei com unhas e dentes, vou até o final da minha vida nessa luta. Eu perdi meu emprego de quase 6 anos, não tive condições de voltar a trabalhar. Quase fui despejada de onde morava. Eu estava quase ficando louca. Se a diretora da escola da minha filha não tivesse enxergado que eu estava precisando de ajuda, e se eu não tivesse buscado ajuda psicológica e psiquiátrica hoje talvez eu não estivesse aqui, nem nessa linha de frente. Foi muito difícil.
- PM** *Agora você é contratada como pesquisadora no CAAF.*
- CP** Eu não sou feliz com isso. Tem gente que vem me parabenizar, mas o que eu queria era ter minha vida de volta. Queria trabalhar,

fazer o que eu fazia. Ninguém queria estar no meu lugar. Quando alguém entra em uma qualificação dessa por livre e espontânea vontade é uma coisa, mas se tornar investigadora de um processo que se trata da morte do próprio filho isso não é legal. É um luto diário. Eu já aceitei a passagem do meu filho, Deus já mandou ele em sonho para falar comigo, já usou pessoas para falar comigo, sobre a passagem dele. Mas, eu não consigo aceitar a forma como meu filho foi. A minha vida é a luta agora. Não consigo assimilar o fato de ser uma pesquisadora do CAAF como um benefício. Benefício seria eu trabalhar na loja em que trabalhava, vender minhas peças, atender os clientes no telefone, e chegar na minha casa sabendo que meus filhos estavam lá.

PM *Você poderia explicar o sentido das hashtags #Não Foi Resistência, #Não Foi Pisoteamento e #Não Foi Socorro, que você inclusive tatuou no seu corpo?*

CP A resistência que eles alegam é que haviam dois indivíduos em uma moto que estavam trocando tiros com a polícia. E a outra é que a população foi para cima deles com garrafas, pau e pedras. Não houve resistência, pois não houve esses motoqueiros, e eles não entraram no baile. E tampouco houve resistência por parte dos civis. As imagens e os vídeos mostram tudo isso, e o trabalho do CAAF conseguiu descaracterizar isso. Essa é uma das primeiras desconstruções.

A segunda é quando eles acionam o rádio do COPOM dizendo que havia 9 indivíduos supostamente pisoteados, o que também não é verdade. Eles começam a construir a narrativa deles de pisoteamento a partir daí. Eles já chegam no hospital com essa hipótese do pisoteamento e assim vai ser levado o processo e é levado até hoje. Mas, essa hipótese já foi derrubada, pois somente um dos meninos tinha traumatismo no laudo, os outros todos morreram por asfixia, não tinham um osso quebrado, então não configura morte por pisoteamento.

A terceira desconstrução que eu entendo como a principal é a do socorro. Eles não fizeram primeiros socorros, eles são treinados para isso. Tinham 31 policiais envolvidos. Se um deles tivesse feito manobras de reanimação em um dos meninos, talvez um deles teriam salvado. Mas, nenhum prestou socorros. Isso sem contar com a demora para levá-los ao hospital. Eles mentiram também sobre o tempo que demorou todo o processo.

PM *Esse é um trabalho feito a muitas mãos, e você mesma fala, você tem uma liderança no processo, você toma as decisões sobre o processo, quais os caminhos a serem seguidos, a abordagem... Também tem o trabalho de pesquisa da Desirée, o trabalho de quem produziu os vídeos, que narrou os vídeos. São muitas mãos.*

E queria saber como foi para você entrar nesse processo e se sentir parte disso?

CQ Naquele momento de produção dos vídeos, foi aí que me senti importante, como a mãe do Denys, fazendo justiça, correndo atrás da verdade. Isso me fortaleceu muito, me fez entender que eu precisava fazer isso. Pois, não é só lutar contra o sistema, é poder provar. Todas essas coisas foram feitas, e eu lembro bem da parte da narração dos vídeos, eu fiquei muito empolgada, eu fui atrás das pessoas, consegui fechar com o MC Hariel, e eu me senti importante. Eu não estou nessa luta, pois estou colaborando, estou porque quero justiça. Quando a Desirée fala que eu tive uma ideia que somou à investigação, isso é muito importante para mim.

PM *A investigação a ajudou a esclarecer o que aconteceu com seu filho? Pode falar um pouco sobre isso? Você acha que essa investigação trará justiça ao seu filho? O que é justiça pra você neste caso?*

CP Sim, ajudou, ajuda e ainda vai ajudar muito a trazer visibilidade para esse caso. Pois, ainda há muita gente que apoia esse tipo de ação que a polícia faz. E são essas as pessoas que me preocupam, eu preciso que elas vejam. Esperamos que ajude muito também no processo, para chegar à júri.

Sobre justiça, justiça para mim seria ter meu filho comigo, e isso nunca vai acontecer. Nada vai devolver a vida do meu filho. Então, essa justiça, essa luta, não é para mim, é para nós, que ainda estamos aqui, que podemos ser vítimas desse genocídio, desse sistema. Para a juventude, para a população das periferias, das comunidades. Essa justiça é para eles, não para mim. Só não é vítima quem está nos bairros nobres, pois a polícia não vai entrar fazendo merda lá. Mas, precisamos barrar essa atitude escrota que eles tomam com as populações menos favorecidas.

Falar de justiça para mim é muito difícil. Eu me pergunto todos os dias por que estou nessa luta sendo que não vou ter meu filho de volta. Mas eu faço isso por ele também. A morte dele não é em vão, a morte dele deve trazer alguma realidade para a sociedade, e é essa a realidade que eu quero mostrar. E eu acho que não vou conseguir, eu não sou tão forte assim.

Eu fui colocada em um contexto – e eu acho que essa é a parte que mais me toca – em que eu escutei várias pessoas falando para mim que a morte do meu filho era uma questão política. Eu nunca fui uma pessoa política, para mim, ser política era ir votar, mas eu não era ligada a essas questões. E, de repente, eu tenho que associar que a morte do meu filho era uma questão política. Então começo a entender. Eu fui moradora de periferia por 40 anos da minha vida. Eu vivenciei descasos e

violências de Estado, que só hoje entendo o que é. Eu vi amigas perderem filhos mortos pela polícia, mas eu nunca dei atenção a isso. Eu tinha medo, não tinha coragem de tocar no assunto, de entender o assunto. Quando passava uma notícia no jornal sobre um massacre, uma chacina, eu ouvia, me ressentia e guardava para mim. Até eu viver isso.

No ato do dia 3, eu estava lá como a mãe do Denys Henrique, mas eu estava lá como uma mãe política, exigindo mudanças. Eu exijo que alguma coisa mude, em memória ao meu filho.

É muito difícil falar sobre isso, mas é uma questão de honra à memória do meu filho. Eu preciso que algo mude, para a nossa sociedade poder viver em paz. Eu penso nisso há 3 anos.

Eu não perdi um filho morto, inocente, pela polícia, em vão. Alguma coisa tem que mudar nas leis. Nós, os familiares, falamos sobre isso. A gente achava que depois da morte dos nossos filhos não iam mais acontecer casos assim, pois a morte deles repercutiu muito [na mídia], mas depois desse caso, aconteceram vários outros. Se você não vai para cima, não mostra a realidade, não traz essa verdade, eles vão continuar matando. E não podemos permitir isso. Isso é a Maria Cristina política falando isso. Eu queria poder exigir de alguém. Os 31 policiais tinham que ter sido presos na hora, mas eles continuam soltos, recebendo seus salários, reproduzindo a mesma violência.

Eu tive que entender que a questão política que envolvia meu filho era a política de morte. E por isso eu me tornei a Cristina política, para mostrar que essa política de morte não pode prevalecer, tem que acabar. Eu não to falando sobre a política que está lá nos parlamentos, na assembleia legislativa, é a Cristina mãe que exige a mudança.

352

Entrevista com
Davi Quintanilha
Defensor público
Coordenador do Núcleo
Especializado de Cidadania
e Direitos Humanos
(NECDH) à época do
Massacre de Paraisópolis
São Paulo, BR
Março, 2023

Paula Marujo *Querida começar perguntando se você poderia fazer uma breve apresentação do seu trabalho na Defensoria e do seu envolvimento no caso de Paraisópolis. Como se deu essa primeira aproximação ao caso e quais foram os primeiros objetivos da Defensoria?*

Davi Quintanilha Eu sou Quintanilha Failde de Azevedo e sou Defensor Público há nove anos. Eu atuei no núcleo de Direitos Humanos [Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos - NECDH] de 2016 até 2022, inicialmente na coordenação auxiliar do núcleo e, depois, nos últimos dois anos, entre 2020 e 2022, na coordenação principal. A Defensoria tem 8 núcleos temáticos e um núcleo instrumental, cada um deles tem a função de dar suporte e auxílio aos defensores que estão nas unidades e promover uma atuação coletiva e estratégica.

Os núcleos são um coletivo. Cada núcleo tem em torno de 15 a 25 membros e atuam em áreas temáticas específicas. O mandato é exercido por dois anos e é escolhido pelo conselho superior da Defensoria, indicado pelo Defensor Público Geral. No caso do núcleo de Direitos Humanos, são 20 defensores e defensoras, sendo que três são afastados das suas atividades ordinárias, ficando, assim, encarregados somente dos casos mais complexos, para cumprir um plano de atuação.

O plano de atuação mais amplo vem das conferências realizadas pela Defensoria de dois em dois anos, resultando em um plano de atuação da instituição, um plano de coordenação e alguns eixos temáticos. No núcleo de direitos humanos, o qual eu coordenei durante 6 anos como auxiliar e depois como o coordenador principal, um dos eixos de atuação é a questão da violência policial.

A Defensoria possui, portanto, alguns núcleos temáticos, e o núcleo de Direitos Humanos é, praticamente, o núcleo residual. Então, todas as matérias que não têm um núcleo mais especializado, são encaminhadas para o núcleo de Direitos Humanos. Acaba sendo um núcleo guarda-chuva, que tem muita demanda de muitos temas diversificados, inclusive uma atuação internacional.

No caso de Paraisópolis, especificamente, tratamos dessa parte da violência policial, da letalidade policial e da também da liberdade de expressão, já que apresenta essa faceta da discriminação em relação a cultura periférica e como a força de segurança pública age em relação àquele território que é marginalizado e criminalizado.

O caso Paraisópolis é muito emblemático. Nós já acompanhávamos há um tempo a repressão aos bailes funks. Inclusive, a Defensoria, através do Núcleo de Direitos Humanos, ingressou com uma ação civil pública, em 2014, sobre a questão do uso

de armamentos menos letais, dispersão e uso da força em geral, em contexto de manifestações. Apesar dessa ação ser muito voltada para a questão de manifestações políticas, ela tem um tópico específico sobre manifestações culturais, como no caso do carnaval do Bixiga, que teve alguns episódios considerados agressões, e em questões relacionadas à criminalização da periferia e das expressões culturais periféricas.

Portanto, a pauta de agressões a pessoas em contexto de baile funk não era recente no Núcleo. Inclusive, havia algumas ações individuais de crianças, adolescentes e pessoas que estavam próximas que perderam a visão durante incursões e dispersões policiais em bailes funk, por causa de tiros de bala de borracha no olho e outros tipos de atuação violenta. Também já havíamos acompanhado casos de repressão e ação truculenta da polícia contra blocos de carnaval considerados clandestinos, mesmo com cadastro na Prefeitura.

Por isso, o caso de Paraisópolis é muito curioso, já que o procedimento que abrimos sobre o caso surge antes do caso. Parece até que estávamos prevendo que ia acontecer uma coisa pior. Estávamos traçando uma atuação mais estratégica sobre a questão da repressão em bailes funk, já que havíamos tido alguns casos antes de Paraisópolis. Até havia sido divulgado na imprensa alguns casos em que os policiais foram flagrados agredindo pessoas em bailes. Então, já estava na nossa pauta esse tipo de atuação.

Logo no começo de dezembro acontece o massacre. Inclusive, acho que as palavras têm muito peso nesse caso, porque a narrativa que foi sendo construída pela mídia era de que havia sido uma tragédia, mas, na verdade, o que nós entendemos é que foi uma ação voltada para acontecer o que aconteceu. E não houve qualquer tipo de cuidado, na verdade, de perícia, de técnica, nem de nada. Foi um grande massacre que ocasionou a morte desses jovens.

O caso chegou ao núcleo bem no começo. Nós temos um contato muito próximo com o CONDEPE, que é o Conselho de Direitos Humanos do Estado de São Paulo. Esse Conselho faz um acompanhamento in loco e nós disponibilizamos o atendimento da Defensoria também in loco, por meio da nossa van, para que fosse dado o atendimento lá. No entanto, a primeira coisa que percebemos é que esse atendimento não surtiu muito efeito, porque as pessoas, na verdade, não eram da região. As vítimas eram todas de outras regiões da cidade e até mesmo de fora da cidade, na região metropolitana. Assim, nós trabalhamos buscando cada uma das famílias para ter esse contato e oferecer suporte.

Em paralelo a isso, nos aproximamos da investigação. Fizemos contato com pessoas do território, principalmente com

o Pastor Igor, que tinha o funcionamento da sua igreja dentro da viela, e fomos atrás de evidências. Precisávamos coletar provas e, a partir, disso, construir uma narrativa diversa daquela que estava sendo veiculada: que ocorreu pisoteamento, não houve socorro e tampouco houve resistência. Fizemos essa construção também no aspecto midiático e da opinião pública, que criminalizava esses jovens por estarem no baile funk.

Dessa maneira, fomos à Paraisópolis para coletar evidências. Nós – incluindo eu e outra colega que estava na época, Daniela Trettel – andamos de casa em casa, batendo na porta das pessoas, perguntando se elas tinham filmado alguma coisa ou se elas sabiam de algum vídeo. O Pastor Igor nos ajudou muito a coletar as evidências. Tínhamos muita preocupação com os metadados, porque esses vídeos foram filmados por testemunhas, e precisávamos ter uma certeza do dia, horário e local da filmagem.

Antes disso, havíamos feito uma capacitação com a Witness, uma ONG da Inglaterra que tem um braço no Brasil, que trata da questão do uso de vídeo como prova. A Tandara, à época Primeira Subdefensoria, que presta suporte administrativo para os núcleos, tinha feito capacitação com a ONG sobre arquivamento e extração de dados. Fomos até o local e ficamos duas ou três tardes recolhendo o material direto do aparelho celular das pessoas para ter certeza dos metadados, pois no WhatsApp essas informações acabam se perdendo. Assim, com os metadados, pudemos provar no processo a localização e horário dos vídeos coletados, para poder reconstruir o passo a passo do que aconteceu.

Recolhemos isso, juntamos ao processo e nos habilitamos como Defensoria no processo em defesa das famílias. Também havia uma rede de advogadas e advogados que ingressam como assistente de acusação, em uma linha de defesa das famílias. Paralelo a isso, também há a questão das ações indenizatórias para as famílias. Então, na verdade, há uma linha de atuação bem ampla no caso. Uma coisa nova que esse caso traz é uma assessoria jurídica para as testemunhas, porque as pessoas tinham muito receio de testemunhar e de comparecerem na delegacia. Então fizemos um trabalho de contato com o delegado Doutor Manuel, já falecido, que faz esse primeiro trabalho de criar um vínculo com a Polícia Civil, que estava investigando o caso, e com as próprias testemunhas. Nós fomos atrás das testemunhas e conseguimos que essas testemunhas sejam até ouvidas na defensoria. Inclusive, mandamos um carro da Defensoria buscar essas pessoas lá na comunidade de maneira bem discreta e levar até a Defensoria para que essas pessoas fossem ouvidas. Houve um dia que fomos bem de noite, ouvindo as pessoas e garantindo o sigilo dessas oitivas. Nós gravamos essas oitivas e disponibilizamos tudo para a Polícia, além de guardarmos essas gravações

na Defensoria também, entendemos que essa prova vai se perdendo com o tempo.

Assim surge, com essa parceria com a Polícia, essa novidade de um escaneamento do local por meio de tecnologias, e, se eu não me engano, foi a primeira vez que a Polícia Civil utilizou esses equipamentos para escanear as ruas. Nós fomos com o delegado no dia da reconstituição. Na verdade, não havia sido uma reconstituição ainda, nós fomos no dia em que houve a digitalização do espaço, junto da promotora também. Há essa importância de fazer uma ponte com o Ministério Público e de ter a confiança da promotoria em relação ao caso e a atuação da Defensoria. Então fazemos a ponte dessas famílias com a promotoria e também essa ponte com o delegado.

Então nós tivemos uma atuação muito próxima, nesse primeiro momento, da investigação. Nós acompanhamos a delegacia, os peritos que fazem esse escaneamento do local e, depois disso, os croquis e a perícia, e nós somos convidados a ver esse material. E quando nos deparamos com a forma como a polícia estava trabalhando esses dados, nós percebemos que precisamos fazer alguma coisa para contrapor essa narrativa que está sendo construída, que é a narrativa da polícia. Claro que de um jeito muito sutil. Nós não poderíamos perder a confiança que construímos com a polícia, porque eles estavam sendo muito solícitos em disponibilizar acesso a todos os documentos do processo e do inquérito, de nos deixar acompanhar os policiais, as vítimas, levar as vítimas até lá, levar as testemunhas da polícia ou fazer com que o próprio delegado ouvisse essas pessoas, que estavam com maior receio, na defensoria. Tudo isso fez com que nós tivéssemos uma confiança muito grande. Mas essa confiança era, ao mesmo tempo, muito comprometida, de alguma forma, por conta da narrativa que víamos que estava sendo construída, de que não houve dolo na ação, ou seja, não houve uma intenção de praticar aquilo, de que foi uma ação destrambelhada e que acabou ocasionando na morte desses jovens. Tudo estava caminhando para esse tipo de construção. Então nós não entrávamos nesse mérito, até porque não é o delegado que vai analisar isso, sua responsabilidade é de fazer um relatório com uma indicativa, mas não é quem decide ou quem denuncia. Nós mantemos muito contato com a Polícia Civil e quando surge essa narrativa que estava sendo construída, até os laudos estavam saindo nesse sentido, pegando a narrativa dos policiais, com uma descredibilização da palavra dessas testemunhas. As testemunhas eram confusas mesmo em termos de como aconteceram a sequência dos fatos, havia pessoas que acabaram de sofrer um trauma muito grande de ouvir pessoas gritando, que estavam morrendo, e muitas pessoas que ouviram coisas, mas não viram

diretamente. Tudo isso acabou gerando alguns relatos confusos, isso, de fato, aconteceu.

No entanto, o que ficou muito claro para nós era a necessidade de um laudo diferenciado, que, de fato, pudesse trazer outras versões. O CAAF entra para nós, há bastante tempo, na verdade, nesse suporte de reconstruir essa narrativa. A Desirée que tomou frente dessa construção. O CAAF também já estava muito parceiro do CONDEPE no início do caso. Então a Desirée chega nesse caso e reforça a nossa atuação, não só em relação as partes da perícia em si, mas para podermos reconstruir essa narrativa de uma maneira diferente do que estava sendo desenvolvido. A partir dessa parceria com o CAAF nós chegamos à Forensic, que traz uma possibilidade de elaboração de um lado diferenciado. Até houve uma questão específica de conseguirmos acessar os arquivos brutos do estranhamento do local, que foi importante para nós termos acesso. A polícia não teve dificuldade de nos fornecer, era muito pesado, mas conseguimos esses arquivos e a partir deles foi possível construir uma perícia mais específica para o caso.

PM

Eu queria saber um pouco mais sobre essa metodologia, se vocês já conheciam o trabalho do Forensic, isso já tinha passado pelo seu trabalho na Defensoria? Aa Desirée me contou sobre o trabalho de investigação defensiva, que vocês fizeram no caso de produção de provas, e eu acho que isso se relaciona muito com o trabalho do Forensic. Como que foi essa articulação com eles? Como que você conheceu o trabalho do Forensic? E como você acha que a Arquitetura Forense pode auxiliar no caso? Eu sei que o CAAF não fez um trabalho propriamente de espacialização de dados, pelo próprio conhecimento que eles têm especializados ali, mas eu sei que existe uma investigação que está correndo também em paralelo com a Agência Autônoma, do Paulo Tavares, que está se propondo a fazer um modelo 3D. Eu queria saber um pouco sobre isso também, como se deu essa articulação e quais são os interesses de trabalhar com a Arquitetura Forense nesse contexto?

DQ

Para nós foi algo bem inédito esse conceito de Arquitetura Forense no trabalho de investigação defensiva. O próprio conceito de investigação defensiva para nós nas Defensorias é algo relativamente novo. A Defensoria do Rio tem isso mais desenvolvido que nós, com um setor específico que cuida de investigação defensiva. É o núcleo de Direitos Humanos que tenta fazer isso em São Paulo. Mas nós não temos uma diretriz muito clara. Temos, cada vez mais, provocado a administração superior da Defensoria para criar um setor específico disso, porque faz toda a diferença nos casos. Lembrando que esse caso específico foge

um pouco da ação da Defensoria no grosso, que é muito voltado a defesa criminal e não a acusação. Esses casos de acusação são muito específicos. Nós temos alguns critérios de casos que são uma grave violação, que podem inclusive gerar uma denúncia internacional, e casos em que entendemos que há uma questão estrutural que não foi resolvida no país, principalmente na questão da violência policial e da letalidade policial. Esses são os casos que nós investimos para a atuação da Defensoria, especificamente, numa investigação.

Para nós, essa ideia de poder contrapor um laudo oficial, ou mesmo complementar algum laudo oficial, por meio desse aspecto visual é muito importante, principalmente considerando que o caso, conseguindo superar todas as barreiras processuais que existem, desde a questão da pronúncia dos acusados e até chegar uma plenária de júri, futuramente vai demandar essa explicação para os jurados, de como aconteceu a dinâmica dos fatos. Então para nós, ter isso visualmente é muito importante, porque vai de fato trazer para os jurados uma riqueza de detalhes, que uma simples explicação ou relato do caso não traria. Quando o CAAF nos mostrou a possibilidade de ter uma perícia mais detalhada, que pudesse transcrever a dinâmica dos fatos conforme a interpretação das provas do processo, isso nos trouxe uma nova linha de atuação, uma nova forma de ver e de incidir no caso, que antes não era possível. E, nesse caso em específico, a questão espacial é muito relevante pela própria demonstração de que a viela era um local muito apertado para a quantidade de pessoas que estavam ali, e que a atuação da polícia não poderia ter tido outro resultado que não a morte dessas pessoas. Pois, de fato, eles não deixaram rota de fuga, as pessoas se comprimiram em cima umas das outras, e ter isso visualmente demonstrado – e depois produzimos os vídeos que fizeram parte da campanha de conscientização do caso – é muito relevante e importante para podermos construir a narrativa que vai ser utilizada na defesa das vítimas durante o processo. Isso será utilizado na plenária, para os jurados, que são pessoas leigas e não entendem os aspectos jurídicos do caso. Poder visualizar isso dá outro tipo de força para a prova.

Nós não temos outras experiências com a Arquitetura Forense, mas eu acho que tem que ser uma linha cada vez mais investida pela Defensoria e pelo Ministério Público, para que casos como esse tenham uma resposta diversa do que costumamos ver, que é a impunidade, em que essas graves violações não têm uma resposta adequada. Esse tipo de trabalho só reforça a necessidade de investirmos mais em investigação defensiva e também na própria perícia. Foi até curioso, porque a própria Polícia Civil não sabia exatamente como utilizar o programa, houve várias dificuldades técnicas para rodar esses arquivos. Então eu lembro

que era uma novidade para a própria Polícia Civil poder fazer esse tipo de reprodução no processo. Tudo pra eles também foi novidade e nós, a partir dessa atuação, podemos servir de paradigma para outros casos.

Não sei se faltou algum ponto da pergunta.

PM *Eu perguntei também sobre o trabalho com a Agência Autônoma, do Paulo Tavares. Se vocês trabalharam junto com eles apenas para o primeiro relatório, e se você puder contar um pouco como foi essa articulação.*

DQ Eles também tiveram essa importância de aproximação, porque nós tínhamos essa questão de poder traduzir o precisávamos para o relatório, para nossa realidade. O Forensic é uma ONG internacional, então o Paulo Tavares teve essa aproximação conosco para podermos, a partir de seu trabalho, construir esse relatório. A Fernanda, atual coordenadora do núcleo, ficou mais à frente dessa articulação, de fazer as reuniões e de participar dessa parte específica. No entanto, pelo que eu me lembro do que conversamos, havia essa dificuldade de entender a própria linguagem. Então pudemos ter alguém aqui do Brasil que tivesse esse tipo de capacidade. Havia também um objetivo nessa parceria de desenvolvermos esse trabalho aqui, desse tipo de conhecimento poder ser compartilhado e comentado aqui no país, para não dependermos sempre de uma ONG internacional. Contudo, eu acompanhei muito mais a parte inicial do caso. Quem estava mais próxima dos detalhes específicos dessa parceria foi a Fernanda junto com a Desirée, que fez a ponte com o Paulo e com a Forensic?

PM *Você fala que foi a primeira vez que a Polícia Civil usou esse tipo de recurso visual e esse escaneamento do local para poder ter uma visualização do tamanho da viela, da dinâmica, da multidão durante a ação policial, e que essa é uma metodologia nova também para Defensoria, que você achou muito importante de ser utilizada como recurso. Eu queria entender se você acha que a metodologia da Arquitetura Forense no contexto legal seria algo bem aceito. Porque eu sei que o Forensic tem algumas questões com a aplicação da metodologia deles, com fornecer esse tipo de relatório técnico no foro legal, de falarem “isso não é evidência, isso é arte” ou “vocês são arquitetos, não são advogados”, então quais são esses desafios? Eu queria entender se você acha que essa metodologia seria bem aceita no foro legal no contexto brasileiro e quais os benefícios que você acha que a Arquitetura Forense pode trazer para o contexto de defesa dos Direitos Humanos no Brasil.*

A aceitação dessa técnica nos processos criminais, principalmente - que acho que pode ser aplicado até para outros tipos de processo, não só na área criminal - seria bem aceito por conta do Judiciário brasileiro, em que os juízes, em geral, têm muito apego às questões técnicas. Quando vem um laudo com uma descrição mais técnica de outra área, os juízes tendem a se apegar muito ao que diz o laudo técnico. O argumento técnico é muito forte no processo. Então, na questão de violação de direitos humanos, sempre temos que sopesar como uma questão de fundo a cultura que existe, principalmente, em relação as forças policiais. Pode-se ter um laudo maravilhoso, com tudo detalhado, que reforce um argumento jurídico de que houve uso abusivo da força, de que não foram respeitados os padrões técnicos mínimos, mas tudo é considerado pelo Judiciário, no qual existem questões de classe, corporativas, e que tem uma dependência muito grande com as forças policiais. O próprio Ministério Público também tem uma codependência com as forças policiais, então sabemos que existem alguns promotores que têm uma leniência, uma conivência, com algumas atitudes que, para nós da Defensoria Pública, é inadmissível. No entanto, apesar de ser um pouco estranho, nós, como Defensoria, entrar nessa área de acusação, é, na verdade, o mesmo público que defendemos na área criminal, os acusados de crimes. É o mesmo público que é morto pela polícia, que sofre da violência policial. Inclusive existe uma certa linha de pensamento que defende que a Defensoria deveria fazer o controle da atividade policial, não o Ministério Público, porque o Ministério Público tem uma dependência das agências policiais para fazer a percepção, para fazer a investigação. Eles são mais lenientes com eventuais abusos. E para nós, qualquer tipo de abuso é uma violação que deve ser apurada, investigada e processada.

É necessário fazer um parêntesis aqui. Mesmo internamente, na Defensoria, nós temos uma resistência em relação à função do Direito Penal. É um conflito interno, em que usamos o direito penal mesmo não sendo o que acreditamos ser um instrumento, de fato, eficaz. Muitos defensores são abolicionistas penais e entendem que o Direito Penal não tem uma função, que ele, na verdade, apenas agrava as mazelas. Na área de Direitos Humanos nós temos uma defesa do direito penal mínimo e de que a função do Direito Penal - se há alguma - é de processar e ter uma responsabilização em relação a torturadores e a pessoas que cometem graves violações de Direitos Humanos. Então, se é para existir o Direito Penal, que seja para coibir esse tipo de atitude. Mas voltando para pergunta, acredito que o argumento técnico ganha muita força. Ao mesmo tempo, temos uma crítica sobre o uso de perícias, de como essas perícias são, muitas vezes, deturpadas, e de como nós ainda temos uma dificuldade das

perícias seguirem os protocolos mínimos. A perícia oficial não respeita protocolos mínimos, mesmo ao Protocolo de Istambul, por exemplo, que é o que tentamos plicar nos casos de tortura. A perícia oficial não é independente, não tem um corpo técnico que consegue produzir um relatório que seja útil. Muitas experiências acabam sendo inúteis na prática, porque elas não são muito conclusivas, não têm por onde avançar. Então, no Brasil, temos uma peritagem muito deficitária - falando da peritagem em geral.

Essa peritagem no caso Paraisópolis, por exemplo, ainda estava muito contaminada pela narrativa dos policiais, sem considerar a narrativa das vítimas e sem considerar linhas possíveis de investigação. Existem ali várias possíveis dinâmicas dos fatos, mas o que víamos reproduzido nos laudos era exatamente uma linha do que os policiais falaram, como sobre a moto que passou atirando - sendo que nunca foi provado que teve essa moto que atirou. Então tudo isso nos reforça de que se faz necessária uma perícia técnica independente e que essa perícia técnica independente possa, de fato, trazer linhas investigativas diversificadas, e não apenas a linha que “passa pano” para polícia, o que, muitas vezes, é o que acontece na peritagem oficial na prática.

Eu não costumo falar muito dessa acusação, eu nem gosto desse termo de “assistente de acusação”, porque, na verdade, o que nós sempre defendemos é que estamos ali na defesa de Direitos Humanos. Então, quando entramos no processo, tecnicamente falando, a acusação só acontece após a denúncia. Tudo o que existe antes da denúncia é apenas um inquérito que está sendo investigado. Tecnicamente falando, nós poderíamos entrar como assistente de acusação antes da denúncia. Mas o que defendemos é que estamos ali na promoção e defesa dos Direitos Humanos. Inclusive, como cada Defensoria também tem essa previsão legal, ela é responsável pelo acionamento de sistemas internacionais de proteção de Direitos Humanos. Se não houver uma responsabilização interna desse caso, ela poderá ser encaminhada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ou para alguns comitês de tratados de Direitos Humanos da ONU, que fazem a apuração da conduta do Brasil em relação às obrigações que ele assumiu internacionalmente nos tratados de Direitos Humanos.

Assim, atuamos, preventivamente, nesses casos exercendo o controle da compatibilidade do ato do Brasil em relação aos tratados que o Brasil assinou. Os tratados, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Contra a Tortura, juntamente a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, traz a necessidade da perícia independente oficial traduzir os parâmetros mínimos de investigação. Temos também o Protocolo de Minnesota, sobre uso abusivo da força e sobre mortes prati-

PM

cadas por agência de Estado, os princípios da ONU sobre uso da força e uma série de normativas e padrões internacionais que não vemos replicado na peritagem oficial. Então o grande ganho da Arquitetura Forense seria esse: estar presente nos laudos técnicos; ainda que saibamos que existe uma limitação até onde pode ir a Arquitetura Forense em termos de uma prova e uma evidência muito conclusiva de certas dinâmicas.

Outro caso que eu senti muita falta de não termos esse aporte, essa possibilidade, é o caso da Deborah Fabri, uma estudante da UFABC que perdeu a visão na Consolação, durante uma manifestação em 2016. Ela estava subindo a Consolação e a polícia atirou uma bomba de efeito moral. Essa bomba explodiu, os estilhaços atingiram o olho dela e ela ficou cega de um olho. Isso foi em 2016. Nesse caso, não conseguimos uma peritagem de Arquitetura Forense, por exemplo, mas seria muito importante ter algum tipo de análise nesse sentido. Porque tínhamos um vídeo, mas o vídeo pegava a cena do policial apontando em direção a ela, a câmera mudava a direção e pegava o momento em que a bomba explodia no pé dela. Então tinha uma prova cabal de que aquele policial que atirou era a bomba que atingiu o pé dela. Mas se nós tivéssemos, por exemplo, um trabalho de Arquitetura Forense poderíamos espacialmente identificar os pontos em que cada um estava, a distância, e até um trabalho de física, na verdade, poderia demonstrar que aquele artefato só poderia ter partido daquele policial, pela distância, pela trajetória e pelo espaço. Nós não conseguimos, o caso foi arquivado internamente, porque eles entenderam que não havia elementos suficientes para responsabilizar, e tampouco identificaram os policiais. Mas ganhamos a indenização. Conseguimos fazer a ação indenizatória e o juiz cível reconheceu a responsabilidade da polícia em relação à agressão.

Em relação a parte policial do acabamento do inquérito, nós mandamos uma denúncia para a Comissão Interamericana e esse caso se tornou responsabilidade da Comissão Interamericana. Ele pode, inclusive, ser reaberto – nós tentamos reabrir o caso, mas não conseguiu. Futuramente, na reabertura desse caso, uma das coisas que eu acho que seria fundamental seria ter uma peritagem de Arquitetura Forense para demonstrar como essa questão espacial pode fazer muita diferença. Mesmo que exista um vídeo, um vídeo por si só não fornece elementos muito claros de distância, de dinâmica, de coisas que só conhecendo o território que o fato aconteceu, com a descrição detalhada de como é aquele território, poderia dar uma diferença em relação a um caso de violação de Direitos Humanos.

Davi, existem outros casos em que vocês estão usando ou planejando usar essa metodologia? Eu sei que existe um projeto da

Defensoria do Rio com o GENI¹⁵³ para usar esse método de investigação em alguns casos. Como isso está se articulando na Defensoria?

364

DQ

Eu saí do núcleo faz quase um ano, então eu não sei... A Fernanda vai saber falar melhor sobre isso, se isso tem sido pensado para outros casos. Eu lembro desse caso da Deborah Fabri, que eu acho que poderia ser um caso interessante. Inclusive, nós chegamos a fazer uma parceria com o pessoal da Omega Research,¹⁵⁴ uma ONG que cuida da parte de armamentos letais, para eles nos auxiliarem, e eles nos deram uma diretriz sobre isso. Mas eu acredito que, qualquer caso que envolva essa necessidade de peritagem no local, de produzir uma dinâmica de fatos, a Arquitetura Forense poderia ser utilizada. E principalmente nos casos de júri.

E eu penso no aspecto de levarmos isso, não só no âmbito dos núcleos, mas na atuação da Defensoria no dia a dia. Porque, os casos que chegam no núcleo são casos mais midiáticos, que tem uma repercussão muito grande e que, de fato, se não houver uma resposta interna torna-se um caso internacional em que o Brasil pode ser condenado. Mas, no dia a dia da Defensoria existem inúmeros casos em que o conhecimento da Arquitetura Forense poderia trazer elementos que, de fato, poderiam mudar a dinâmica do julgamento. Acredito que nos casos de júri, em geral, pode haver um impacto grande se houver uma peritagem espacial. Até por conta do aspecto dos jurados serem leigos, então, poder demonstrar o lugar onde aconteceu o crime, como poderia ser ou não a dinâmica dos fatos, descarta várias linhas de argumentação que a defesa ou acusação poderiam fazer. Pois, se a pessoa não tem uma noção do espaço, do território onde o fato ocorreu, algumas questões são descartadas já de pronto. E isso, no caso Paraisópolis, ficou muito evidente. Quando nós desenhamos e colocamos essa arte, por assim dizer, de maneira muito clara, isso já faz uma diferença muito grande. Nós fomos várias vezes na viela [do Louro, em Paraisópolis] e, algumas vezes, levamos a promotora até o local também, e, para nós, fica muito mais fácil de entender algumas coisas que podem não ter acontecido. Os jurados nunca vão ao local [onde ocorreu o crime julgado]. Esses casos que eu falo do júri, são sete pessoas do povo, que, muitas vezes, nunca tiveram contato com casos como esses e que não vão até o local, eles não têm uma noção de como as coisas podem ter sido desenvolvidas. Quando você traz um vídeo, uma fotografia, uma arte, a pessoa realmente tem uma outra visão do fato. Então acho que para o júri isso faz muita diferença.

E mesmo nos casos de tráfico de drogas também, muitas vezes, a polícia é quem faz uma descrição. Pois, 99% dos

¹⁵³ Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos: <https://geni.uff.br/>.

¹⁵⁴ <https://omegaresearchfoundation.org/>

casos de tráfico de drogas é a palavra do policial contra o que o acusado está falando. Temos uma dinâmica específica no caso do tráfico de drogas, no qual o território também faz muita diferença. Então temos que a droga foi encontrada em determinado lugar, junto do corpo da pessoa, ou em uma viela, às vezes existem essas divergências também em relação à própria dinâmica do espaço. Às vezes, o assistido que estamos defendendo fala “isso aí que ele tá falando é impossível, porque aquele lugar ali tem uma mureta, tem um muro,” etc. Creio que isso pode fazer uma diferença também em relação a como esses fatos são narrados pelos policiais. Seria difícil implementar isso em todos os casos, acho que teriam que haver critérios para utilizar isso, mas eu acho também que cada vez mais temos o uso do vídeo, agora que os policiais têm a câmera corporal. No entanto, o vídeo, apesar de ser um avanço fenomenal, não capta tudo, não capta a dinâmica total dos fatos, e ele pode ser utilizado até para uma isenção de responsabilidade. Porque os próprios policiais às vezes tapam a câmera ou eles viram para um lado quando a coisa está acontecendo em outro. Quanto mais elementos nós tivermos para essa dinâmica, isso auxilia, com certeza, principalmente nesses casos do júri. Então eu vejo que a Arquitetura Forense seria um avanço muito grande principalmente nesses casos.

PM

Dentro do seu trabalho na Defensoria, o uso do vídeo, das evidências audiovisuais, tem aumentado? Ou isso sempre foi uma questão presente? Ou seja, esses registros civis, de áudio, foto e vídeo, têm entrado cada vez mais como evidência nos casos da Defensoria?

DQ

Atualmente, eu sou defensor na área criminal, então eu atuo no Fórum da Barra Funda. Eu acho que a grande dificuldade que nós temos em relação à vídeos produzidos por civis é desses vídeos chegarem ao processo. Às vezes temos informação de que existe um vídeo, que foi filmado mostrando alguma coisa diferente do que está sendo narrado, mas é difícil acessar esses vídeos e mais difícil ainda acessar esses vídeos com os metadados preservados. As pessoas não sabem que existe essa questão e elas têm muito medo de que ela tenha que depor e testemunhar sobre aquilo que está no vídeo. Pois, é muito comum que, apesar do vídeo, o juiz ou promotor querer ouvir da testemunha que filmou, ou da pessoa que estava ali no local, o que está acontecendo naquele vídeo.

A maior parte dos vídeos utilizados, provavelmente, é de circuito interno, por exemplo, de câmeras do metrô. Na semana passada eu peguei um caso de um suposto roubo de dinheiro de uma pessoa, e falavam que o rapaz fez uma gravata na pessoa, tirou o dinheiro e saiu correndo, e depois os metroviários, os agentes de segurança, o pegaram. Então, falaram o

365

seguinte: “o setor de vigilância informou que foi isso mesmo que aconteceu, então a gente já apreendeu, já levou para a delegacia”. No entanto, o laudo é inconclusivo. Nós conseguimos absolvição com base nisso, porque mesmo tendo um vídeo, ele não é claro, a resolução dele não é boa.

Isso remete a uma questão que nós temos falado muito, que é o reconhecimento facial. É uma outra questão que também tem sido um desafio de como vamos lidar com essas novas tecnologias, que vai dizer que a pessoa x e y estavam em determinado local e horário. E sabemos que essa tecnologia é muito falha, e tem também uma questão racial. Temos pensado cada vez mais que a tecnologia, apesar de poder ser uma aliada na luta das violações de Direitos Humanos, também, muitas vezes, é utilizada para provocar a violação de Direitos Humanos. Então para mim, no dia a dia, eu tenho visto isso bastante nos processos, principalmente com a proliferação de câmeras de vigilância, que têm uma resolução muito baixa ainda.

Mas, o vídeo feito por civis é muito raro no processo criminal, são poucas as vezes em que eu vi vídeos de civis juntados ao processo. Acredito que, nesse um ano que eu estou na área criminal, não vi nenhum assim. Às vezes é o que o acusado traz, porque ele consegue, mas, muitas vezes, não temos o metadados preservados. E os vídeos das câmeras circuito interno e as câmeras corporais dos policiais não são automaticamente juntadas a todos os processos. Existe um procedimento interno para ter acesso a essas imagens. Essas imagens captam o tempo todo que o policial está na ocorrência, antes e depois, mas ela não capta o áudio e a resolução é baixa quando está filmando em geral. O policial tem a obrigação de, quando iniciar a ocorrência, apertar um botão para começar a captar o som e melhorar a resolução. Muitas vezes eles não fazem isso, não apertam esse botão. E existe um prazo também. Se eu não me engano, acho que são 30 dias que essa imagem geral fica armazenada, e essa imagem captada depois que eles apertam o botão fica durante um ano. Então, muitas vezes, quando o processo chega para nós, a imagem já não existe mais ou temos dificuldade em saber se aquela prova é interessante ou não para nosso acusado, porque pode ser um tiro no pé. Felizmente temos a possibilidade de pedir essa câmera fora do processo, mas ainda não temos a capacidade técnica instalada na Defensoria para análise desses vídeos. Porque, às vezes, são horas de vídeo, nós precisamos, atualmente, de um setor especializado, de gravar isso tudo e produzir laudos que possam ser utilizados em defesa dos nossos assistidos. Então, esse tem sido o nosso novo desafio: implementar um setor na defensoria de investigação defensiva e de pessoas que possam prestar esse serviço de analisar os vídeos e produzir relatórios a partir disso.

PM

Há mais alguma outra coisa que você gostaria de dizer sobre o caso de Paraisópolis?

DQ

Acredito que o caso de Paraisópolis provocou na Defensoria avanços em várias estratégias de atuação. Ele acaba sendo um caso paradigmático em relação a outros, não só na área cível, de conseguirmos a indenização, que foi uma coisa inédita nesses termos – apesar de saber que a indenização nunca vai trazer as vítimas de volta para os familiares – foi um avanço importante, mas também é um avanço importante em termos de responsabilização do Estado e do reconhecimento dessa responsabilidade, ainda que saibamos que existe uma grande estrada pela frente em relação a responsabilidade criminal, que é o que as famílias mais querem. Para nós é um caso muito importante, porque conseguimos acompanhar muito no início. Nos mostrou como é importante a Defensoria estar atenta e estruturada para esse tipo de situação. Já tivemos outros casos anteriores a esse, mas acho que esse foi um caso que nós acompanhamos muito desde o início, e tivemos uma atuação próxima e com suporte do CAAF, que eu acho que foi, até hoje, um grande pilar de auxílio no núcleo. O CAAF, a Desirée, foi essencial, com o auxílio que tem sido prestado até agora, com esse laudo que também já foi juntado ao processo. Tudo isso traz uma verdadeira escola para pensarmos nos casos futuros. Nessa parte de suporte para as vítimas também, de construirmos uma relação de mais confiança -- uma confiança sempre desconfiada, na verdade – com, ao menos, uma aproximação maior que a Polícia Civil. Não temos essa proximidade com o setor de homicídios, por exemplo. Então, às vezes, é uma relação de muita desconfiança.

Esse caso também traz uma outra visão de como nós [Defensoria] também podemos trabalhar com a Polícia Civil, e a importância da proximidade com a Polícia Civil para, de fato, esses casos terem uma outra resposta que não o arquivamento, uma violação que vai ser encaminhada para o cenário internacional e que a Defensoria terá que tocar internacionalmente.

É o que estamos fazendo no caso de Castelinho, por exemplo. Seria interessante um trabalho de Arquitetura Forense para este caso, que diz sobre um incidente, em 2002, em que um ônibus foi metralhado na Castelinho, uma via de acesso para Sorocaba. Esse caso poderia ser interessante, na reconstrução da dinâmica dos fatos, onde estavam os policiais que metralharam esse ônibus, que, supostamente, estaria levando integrantes do PCC. Se nós conseguirmos desarquivar esse caso – que está na Corte Interamericana – com certeza, o trabalho de Arquitetura Forense seria bem importante. Porque, de fato, a dinâmica de como aconteceram os fatos ainda não está tão evidente. Muitas

coisas estão claras, mas muitas coisas não estão. E temos essa reconfiguração de como era o local, e isso visualmente poderia fazer muita diferença.

368

Entrevista con
Sergio Beltrán-García
Co-director de Re/presentare
Ex-colaborador de
Forensic Architecture
Ciudad de México (online)
Mayo, 2023

Paula Marujo *¿Podrías empezar contándome un poco sobre tu experiencia previa, qué te llevó al Centro de Investigación en Arquitectura (CRA) y cómo te acercaste a la Arquitectura Forense?*

Sergio García Mi nombre es Sergio Beltrán-García. Yo me formé como arquitecto en la Universidad Nacional Autónoma de México. Yo empecé a estudiar arquitectura justo cuando comenzó un período histórico en México llamado *Guerra contra las drogas*, y los procesos de militarización de la democracia mexicana. 2006 marca un cambio de ritmo, pues el presidente en turno declara abiertamente una guerra, una estrategia militar en contra los carteles de las drogas y eso es algo que cambia las condiciones políticas del país, los arreglos entre grupos criminales y instituciones del estado que siempre han tenido algún nivel de colusión o de trabajo en conjunto y a partir de entonces cambian estas relaciones de forma más radical, y el resultado es un incremento en los índices de homicidio, desapariciones, de violencia sobre el territorio. Ese es el contexto en que yo inicio mis estudios sobre arquitectura.

Yo ya había adquirido una sensibilidad hacía las violencias, las injusticias, y decidí que quería explorarlos a través de la arquitectura. No encontré muchas respuestas dentro de la Universidad Nacional Autónoma de México, y por ello yo tuve una oportunidad de irme de intercambio a Alemania, a Berlín, de 2010 a 2011, y allá suceden dos cosas: una es que yo adquiero una obsesión por los memoriales en general, porque encontré en ellos un punto en que se juntaba la arquitectura con la defensa de los derechos humanos. Me interesa investigar más sobre los memoriales y su rol en los discursos de los derechos humanos. En mayo de 2011 sucede un evento muy importante en México que es el asesinato de un poeta, que detona un movimiento nacional que busca restablecer la paz en México, el Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad. Allí fue cuando volví activista, y a regresar a México ya en este contexto del movimiento nacional, donde se empieza a gestar una narrativa nacional sobre la violencia, es que yo me pregunto que le toca a un arquitecto como yo en este contexto? Porque yo veía que muchas disciplinas estaban orientando sus disciplinas hacia el servicio a las víctimas. Yo quise hacer lo mismo y mi primera línea de trabajo fue justo con la memoria y los memoriales. De 2013 a 2017 trabajo principalmente acompañando víctimas en sus procesos de memoria y en su búsqueda por el derecho a la memoria, pero en 2017 sucede algo importante también. ¿Conoces el caso del desaparecimiento de los 43 estudiantes de Ayotzinapa? En 2017, en septiembre, FA presenta en un museo en la Ciudad de México su investigación sobre Ayotzinapa. Yo fui a esta exposición e igual que muchas personas salí de allí cambiado. Yo, fundamentalmente cambiado, porque me dí cuenta que es otra manera de emplear la archi-

tectura como una disciplina a servicio a las víctimas, y me dí cuenta de que tiene mucho potencial de utilidad. Entonces, unas semanas después, una organización de defensa de los derechos humanos me pide que yo les acompañe en un caso de feminicidio y que yo prepare un peritaje, similar a la metodología que utilizó FA en Ayotzinapa. Hice lo que pude, muy intuitivamente, viendo las herramientas y viendo lo que podía aprender de FA. Presento esto ante un tribunal y me doy cuenta de que si lo sé hacer y que quiero hacerlo bien. Entonces, envié un email a FA porque ví que tenían los *job openings*, me escriben que es muy caro contratar a una persona de latinoamérica por las visas, entonces me ofrecen hacer una maestría allá. Me tardó un año para conseguir la beca, y así llegué en septiembre de 2019 a Goldsmiths, hago la maestría y empiezo a trabajar con FA profesionalmente, específicamente en los casos de Colombia.

PM *Para la Arquitectura Forense, la arquitectura es una forma de visualizar e investigar eventos que ocurren en el espacio. ¿Cómo ves el papel de la arquitectura en la práctica y teoría de FA?*

SG Esa es una definición en transformación, pero, para mí, lo que he entendido es que la arquitectura se vuelve – en esta práctica de arquitectura forense – un campo articulador. Como disciplina es un campo articulador, y también como metodología. En el sentido de la disciplina, fundamentalmente comprendemos que las violencias ocurren en espacios, que tienen espacialidad. Hay distintas características de cualquier violencia que pueden estudiarse desde cualquier disciplina, pero, al final, la arquitectura puede articularlos al espacializarlos. Yo quiero decir que puede haber un estudio desde la biología, o desde el derecho, sobre la misma violencia, pero la arquitectura como disciplina puede articular esas maneras de mirar a través de lo espacial. Y, metodológicamente, en FA utilizamos los modelos espaciales, que no siempre son modelos 3D arquitectónicos, a veces pueden ser plataformas de datos, pero al espacializar los conocimientos y poder ubicarlos en un modelo en 3D, nos permite juntar o comparar, cruzar, estos distintos puntos de vista, diferentes actos, de una manera que pueden ubicarse en el tiempo y en el espacio. Y eso arroja muchas veces pistas que nos ayudan a comprender estas violencias que de otra forma sería muy difícil. Entonces, la arquitectura se vuelve como este lugar que junta, por eso es un campo articulador. Por otro lado, la naturaleza de la disciplina, de cómo se enseña la disciplina es transdisciplinaria, o sea, en la enseñanza de la arquitectura, desde hace muchos años – no soy experto en cómo se enseñaba la arquitectura en el principio del siglo pasado, pero si conozco los mitos que mis profesores me contaban de cómo se enseñaba, y era muy distinto en muchas

cosas pero hay una cosa que se mantiene vigente en el largo del tiempo –, una persona que se forma arquitecta aprende a entender distintas disciplinas, oficios o profesiones, y el arquitecto se configura como alguien que dirige estas disciplinas. Una persona arquitecta aprende a tener suficientes criterios sobre cada disciplina y área de la construcción o de la producción arquitectónica para poder comprenderlas, dirigir las y articularlas entre sí. Entonces, la formación de una persona arquitecta es ventajosa cuando se trata de hacer una investigación sobre violencia, porque si comprendes el suficiente de como, por ejemplo, un científico estudia este episodio de violencia ambiental, y como, por otro lado, una persona abogada lo interpreta de acuerdo a la ley, o sea, si las entiendes el suficiente, puede ponerlas en conversación a través del trabajo espacial.

PM *FA defiende la idea de un común investigativo, un deseo de capacitar a la sociedad civil en prácticas investigativas. Entiendo que este es un movimiento liderado principalmente por FA Londres y la agencia Forensis en Berlín. ¿Podrías hablar un poco sobre el común investigativo? En la práctica, ¿cómo está funcionando esta idea?*

SG Es importante decir que los “Comunes Investigativos” es una idea que todavía está desarrollándose. Tiene aproximadamente dos años ahora. Es muy cierto que a lo largo de los doce años de FA distintas personas del mundo han llegado a este espacio con sus propias metodologías y pensamientos, y también con un entendimiento profundo de sus contextos y las violencias que acontecen allí. Y este espacio que llamamos FA se ha construido a base de esa diversidad de orígenes, pensamientos, metodologías, etc. Eso ha permitido también diversificar tanto las metodologías y los temas que FA aborda. Es muy cierto que el equipo de FA está en constante transformación, hay personas que entran y salen, y eventualmente esas personas regresan a sus lugares de origen o se van a otros espacios, y quieren continuar la práctica. Y lo que está sucediendo de manera muy orgánica es que estos colaboradores se mantienen cercanos a FA y establecen sus propias prácticas. Creo que una de las primeras personas que hizo esto fue Paulo [Tavares], y es muy cierto que él ya tenía su propia práctica antes de FA, pero fue que atravesando FA, ciertas cosas permiten comprender un proyecto propio. Y eso es lo que también me ha sucedido. Yo tenía un proyecto antes que trataba de la memoria y de la violencia con la memoria, atravesó FA y me pregunto: como puedo empezar a definir lo que es la violencia mnemónica, y como usar las metodologías de FA para hablar de eso? Y así como Paulo y como yo hay muchísimas otras personas. Entonces, estas personas que han creado o iniciado procesos de

investigación es lo que forma el *Investigative Commons*. Eso es un lado, por otro, la Pandemia nos obligó a aprender a trabajar de manera remota, y lo que nos dimos cuenta es que sí podría hacerse en distintos grados. Hay proyectos que se puede llevar completamente de forma remota, como fue el de NSU, no hubo necesidad de hacer *fieldwork*. Esa condición de proximidad y lejanía es lo que nos hace pensar que podemos configurarnos en una red de agencias y espacios investigativos para trabajar en conjunto.

En FA tenemos una sensibilidad muy fuerte a las violencias extractivas, a las formas contemporáneas de la expresión del colonialismo. Nos interesa el *communing* como una respuesta ante la privatización, la extracción, la colonización. Uno de los tantos frameworks que nos guían son las prácticas del *communing*, se trata de colectivizar muchas cosas, conocimientos, metodologías, aprendizajes de cómo incidimos. Esto es lo que hace *Investigative Commons*.

Hablando estrictamente, ahora es más una intención que una realidad, o sea, estamos todavía experimentando y tenemos foros, una vez a cada dos meses mínimo tenemos espacios virtuales donde nos reunimos. Allí aprendemos alguna investigación de una unidad de algún lugar, o prácticas de seguridad de otro, es muy misceláneo. Pero, la intención es que a través de esta red nos fortalezcamos. Es muy posible que eso cambie mucho en los próximos meses o años en lo que vamos consolidando el proyecto y entendiendo para qué si es y para que no.

PM *Ahora, lideras la agencia de FA en México, dentro de la UNAM. ¿Podrías hablar un poco sobre lo que llevó a la formación de la agencia y cómo ha sido este proceso? ¿Cuáles son los objetivos de FA México y cómo se conecta con otras agencias y discusiones de FA? ¿Y cuál es tu papel en este proceso?*

SG Es cierto que estamos abriendo una agencia miembro de *Investigative Commons* en México. Creo que es más importante decir que, más que una unidad de FA en México, estamos abriendo una unidad que es hermana a *Investigative Commons* y que tiene una relación especial con FA. Lo que estamos tratando hacer en México es seguir el modelo de cómo se inició el CRA. O sea, un espacio que forme, eduque y genere sus propios pensamientos, teorías y metodologías en respuesta a lo que sucede en México. Pensamos que el 50% del trabajo es educación, investigación en el sentido conceptual y artístico, y docencia. La otra mitad tiene que ver con el trabajo de la agencia, coger casos, ver a qué casos nos interesan, ver si las comunidades afectadas les interesa y tiene la confianza de trabajar con la agencia, se si, iniciar investi-

gaciones, producir conclusiones, presentarlas en público y incidir políticamente.

En México somos dos personas, yo y Elis Mendoza, mi asociada, que también tiene su propia historia de cómo llegó a tener esta necesidad que yo comparto con ella, de crear estos espacios de educación e investigación. Ella atraviesa por maestrías en Barcelona y en Estados Unidos y un doctorado en Princeton, donde conoces a Eyal, y tiene también sus propias investigaciones sobre todo en Guatemala, con casos de violencias hacia mujeres principalmente. Entonces, nos reunimos en este punto medio y decidimos iniciar esto, pero lo que más nos interesa es situarnos muy bien en México.

La universidad tiene acceso a investigadores e investigadoras de todas las disciplinas. En la UNAM hay una escuela nacional de ciencias forenses, los biólogos, los geógrafos, o sea, muchas personas que podrían ayudar a hacer estas investigaciones y sería mucho más fácil hacerlo.

PM *Ahora, con Re/presentare en la UNAM, cómo ves la transposición de las prácticas y pensamiento de la Arquitectura Forense a América Central y Latina?*

¿Cuáles son las principales diferencias y los desafíos en este sentido y por qué México se beneficia de este tipo de investigación?

SG Hay muchos espacios que están trabajando con la Arquitectura Forense en muchas partes de América Latina. Sería un error tener una postura soberbia en la cual solo miramos hacia Londres y decimos 'de allá viene el conocimiento y la metodología', o sea, 'de allá lo sacamos para acá'. De hecho la misma metodología de FA nos obliga a hacer eso. Tenemos que decolonizar FA. Y eso también nos obliga a construir nuestra teoría mirando a la enorme e importantísima contribución que han hecho pensadores y pensadoras latinoamericanas sobre el colonialismo y la violencia y su estética, desde aquí. Si estamos pensando en violencia feminicida por ejemplo, tenemos a Rita Segato y muchas otras pensadoras en México también.

Entonces, uno de los objetos más importantes no sería demoler el cuerpo teórico de FA, porque hay cosas muy valiosas, como de Bruno Latour y cosas que han venido desde Europa, pero también tenemos que mirar a cuáles son los inventos teóricos con los que vamos a construir el proyecto de las agencias en latinoamérica. ¿Quiénes van a ser los pensadores que van a construir el pensamiento de FA México? Entonces, esto es uno de los objetos, mirar al pensamiento que se ha construido acerca de las violencias que se expresan de manera muy particular en americalatina, y usar ese pensamiento para investigar.

Por otro lado, está el enorme banco de riqueza de pensamientos y prácticas que las propias comunidades que resisten desde hace siglos en americalatina – y eso es algo que Paulo [Tavares] nos ha enseñado muchísimo en su trabajo, como mirar y acompañar las comunidades afectadas por violencias extractivas y las ONGs que ya existen y trabajan con ellas, aprender de ellas y que su conocimiento se convierta en lo que se mira, o sea, que atraviesa las metodologías estetizadoras de FA. Que se convierta en un mapa, modelo 3D o en una plataforma virtual, desde el conocimiento de estas comunidades. Tenemos que reconocer que en la América Latina, en sus diversas escalas, desde el municipio, al estado, departamento, país, regiones, hay un trabajo enorme de cómo pensar, enunciar, mirar, resistir violencias. Al menos en México, el reto que Elis y yo asumimos es que nosotros vamos aprender de ellos y ponernos al lado y preguntar cómo podemos contribuir a esta gran comunidad que ya existe de investigación y de resistencia. Entonces, eso también tendría que arrojar cosas completamente nuevas. En este sentido, hay retos específicos de latinoamérica, en seguridad, también en financiamiento. México no es parte de una Unión Europea. FA pudo construir porque recibió durante más de ocho años un *grant* gigantesco que da la Comunidad Europea entera, son presupuestos enormes a los que difícilmente vamos a tener acceso nosotros. Tenemos que aprender a hacer las cosas, como siempre lo hemos hecho en América Latina, con lo que hay. Para la investigación de Colombia tuvimos presupuesto para dedicar cuatro profesionales durante dos años a construir un modelo en *real engine* para recrear las condiciones de las fincas que fueron violentadas. Eso probablemente no lo vamos a hacer en la unidad de México. Frente a este reto de presupuesto, y si reconocemos que hay agencias que se están construyendo en Brasil, Colombia y México, como podemos trabajar en conjunto los que somos miembros en América Latina, para ayudarnos al revés de competir. Es muy cierto como nos miran los grandes financiadores del norte global: hay un presupuesto para Canadá, para los Estados Unidos, y para la América Latina como un todo. Si así nos miran los financiadores, quizá sea interesante cómo responder a eso de una manera a la que nos colectivizamos también.

Hay también un problema muy grande de violencia de género que también nos toca a responder desde América Latina. Así como el problema de los desaparecimientos de defensores del medio ambiente, pues ninguna otra región del mundo se acerca remotamente al nivel de violencia que se perpetra aquí contra defensores. Hay todo un proyecto de nuevos extractivismos y nuevas colonialidades que están perfilándose hacia América Latina.

Entrevista con Elis Mendoza Co-director de Re/presentare Ciudad de México (online) Junio, 2023

Paula Marujo *Puedes comenzar contando un poco sobre tu experiencia previa? Cómo te acercaste a la teoría y práctica de la Arquitectura Forense?*

Elis Mendoza Estudié Arquitectura en UNAM, aquí en México, en la Universidad Autónoma Nacional de México. Mientras estaba estudiando, migración y Derechos Humanos siempre fueron temas que me importaban mucho. Conseguí un trabajo para diseñar manuales de construcción y administración en campamentos de refugiados, para una agencia internacional. Entonces yo empecé haciendo eso, porque era algo que podría hacer, y una forma que me podría adentrar al tema de los Derechos Humanos, al humanitarismo. Cuando terminé la licenciatura, me fui a Barcelona y trabajé un rato con esta ONG. De ahí seguí con cosas de construcción y de diseño, pero siempre me quedó esa idea de que yo quería trabajar en algún campo que tuviera que ver con el humanitarismo, desde el diseño. En ese momento todavía no sabía y no entendía muy bien cómo. También me interesaban cosas de ciudades en posguerra y de memoria, pero no estaba tan claro un campo de acción en este momento.

Regresé a México a trabajar en un despacho de diseño y, entonces, decidí irme a hacer un master a Columbia University, que se llama CCCP – Critical, Curatorial and Conceptual Practices in Architecture – dirigido por Mark Wasiuta y Felicity Scott. CCCP tiene una cosa curiosa, porque es un máster muy híbrido. Ahí va gente que quiere hacer teoría, solo que viene desde la arquitectura, por lo general, y quiere irse hacia a otro campo. O quiere ser curador, o quiere ser investigador, o quiere ampliar lo que está haciendo, hacer algo más experimental. Y lo que tiene muy bueno el CCCP es que, así como hay *reviews* de estudio, tiene *reviews* de tesis, y a cada *review* de tesis invitan a gente. Entonces, en la primera yo decidí atajar un poco con esta preocupación sobre territorio y Derechos Humanos. Y había leído “Hollow Land” [libro de Eyal Weizman], pero, todavía, no sabía qué pensar sobre eso. Estábamos en 2012, y justo aquí en México estábamos unidos en la guerra contra el narco, que había empezado el 2006. Entonces, empecé a escribir mi tesis sobre territorios de violencia en México. Sobre cómo las autodefensas habían redefinido el espacio de acción, como las poblaciones podían leer y reconocer su propia ciudad, y también tener un campo de acción de cómo ellos formaban y reformaban los espacios públicos de la ciudad, porque si algo pasa con la violencia y los carteles en México (y

en todo el mundo), una de las primeras señales es que toman los espacios públicos. O sea, uno no puede habitar la ciudad con libertad, porque tienes miedo, porque ocupan plazas y porque tienes que pagar derecho de piso por todo. Empecé a hacer mi tesis sobre eso.

En el primer *review*, invitaron a Thom Keenan. Thom Keenan escribió “Mengele’s Skull” con Eyal Weizman, han trabajado juntos en varias cosas. Ines Weizman, su esposa, también ha trabajado muy cercano a FA. Me acerqué a Thom al final, empecé a hablar con él, quedamos de platicar sobre la tesis y le gustó mucho, porque decía que era algo que, aunque no había una sola imagen, la forma en que describí las cosas era muy espacial. Entonces él me acercó a los escritos de Eyal que iban más allá de “Hollow Land”. También en las clases, tanto Felicity Scott como Mark Wasiuta, los directores, son muy cercanos a Eyal, y entonces me empezaron a dar lecturas y ampliar un poquito más. Así como yo, había toda una batería de gente que está pensando, a través de la cartografía, los derechos humanos, los espacios y todo esto. Cuando acabé, me apliqué al doctorado en tres lugares diferentes. Justo cuando eran los momentos de que tenías que dar una respuesta a los programas, ya sabíamos, por medio de Felicity y de Thom, que Eyal iba a llegar a Princeton, y que ibas a estar tres o cuatro años. Eso me pareció como la coyuntura perfecta. Yo todavía no lo conocía y dije “perfecto, me voy a Princeton, trabajo con él tres o cuatro años y de ahí veré si hago mi propia práctica”. Entonces, desde del día que llegó Eyal, le conté mis inquietudes y le expliqué con qué quería trabajar. Le expliqué un poco sobre el trabajo que había estado haciendo antes, que tenía mi tesis sobre campamentos de refugiados, y que quería conjugar la forma que Forensic Architecture utiliza la lectura del espacio cartográfico, cómo lo logra combinar con métodos históricos, preocupaciones actuales y jurídicas, y de cómo uno se puede plantar esas cosas dentro de una corte internacional.

Eyal justo estaba planeando un estudio de diseño en Princeton con Liam Young, que se llamaba “Brave New Now”, que pasaría en Guatemala, con un antropólogo forense entrenado por Clyde Snow, todos de la misma escuela. Eyal nos propuso que fuéramos con ellos al estudio, pues él y Liam iban a guiar la parte del diseño y yo y una colega, Megan, que estábamos haciendo doctorado, íbamos a guiar la parte teórica y ética. Teníamos alumnos que tenían desde 20 hasta 27 años, y muchos no sabían en lo que se estaban metiendo. Teníamos que hablar

con ellos sobre que es un genocidio, cuales son las formas de rememoración, las luchas que ha pasado la gente en Guatemala para sacar la gente de las fosas comunes. Queríamos hacerles entender que ese estudio iba más allá de un ejercicio de clase. Yo creo que uno de los grandes problemas de los estudios de arquitectura de las escuelas en el mundo (casi todas funcionan así) es que tu imaginas un ejercicio del vacío, dices “vamos hacer una biblioteca de barrio” y lleva a todos tus estudiantes a una zona pobre a que diseñen una biblioteca de barrio. Los estudiantes llegan, toman datos, fotos y planos del barrio, están una semana y se van. Luego, diseñan este proyecto, pero así, como en el aire. Nosotros queríamos hacerlos entender que esto era un poco distinto, porque ellos habían hablado con los familiares de la gente que estaba tratando de sacar a sus familias de las fosas comunes y que esto había sido una tragedia muy real. Era una tragedia que continuaba, porque las estructuras de violencia y discriminación en Guatemala siguen ahí, están intactas. Más allá que solo una clase eso era una responsabilidad. Entonces leemos con ellos Fanon y los preparamos.

Llegó un momento que Eyal nos dijo que lo habían contactado *Mujeres Transformando el Mundo*¹⁵⁵, porque cuando fuimos a Guatemala a hacer el ejercicio de clase, la ONG se enteró de que el Forensic Architecture estaba haciendo algo allá. El nos puso en contacto con esta ONG de mujeres que llevaran a corte el primer caso de violencia sexual como crimen de guerra. Porque, por ejemplo, durante los juicios Ríos Montt¹⁵⁶, o cuando *Memoria del Silencio*¹⁵⁷, la comisión de la verdad, lo hizo investigaciones sobre memoria y sobre lo que había pasado durante la guerra en Guatemala, había salido el tema de abuso sexual, pero no se había dado el peso como un crimen de en si mismo. Se tendía a leer como un *by-product* de la guerra, que en las guerras violan mujeres, así como hacen muchas otras cosas. No se entendía la violación, en este particular contexto en Guatemala, como una forma de guerra, como una de las tácticas de guerra. No solo era como “hay soldados, hay violaciones”. O sea, habían sido soldados que habían tenido órdenes, donde se ve también creado un clima en el que estas cosas no solo eran permitidas sino eran alentadas.

155 Equipo multidisciplinario con un enfoque feminista, integrado por abogadas, trabajadoras sociales, psicólogas, comunicadoras y sociólogas, que ponemos nuestra experiencia y capacidades técnicas al servicio de la sociedad guatemalteca para la erradicación de la violencia contra las mujeres, quienes conforman el 51.5% de la población del país, a través del acompañamiento integral a ellas y sus familias. Más en: <https://mujerestransformandoelmundo.org/>.

156 Efraín Ríos Montt fue un militar y político guatemalteco que se desempeñó como presidente de Guatemala durante un período de facto entre 1982 y 1983, tras liderar un golpe de Estado. Durante su gobierno, se implementó una política militar brutal que resultó en graves violaciones a los derechos humanos, incluyendo masacres y desplazamientos forzados, especialmente en áreas rurales donde se creía que había apoyo a grupos guerrilleros.

157 “Memoria del Silencio” es el título completo del informe oficial conocido como “Informe de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico” (CEH). Fue un informe presentado en 1999 por la Comisión de Esclarecimiento Histórico de Guatemala (CEH), una entidad creada en virtud de los Acuerdos de Paz de 1996, que pusieron fin al conflicto armado en Guatemala.

Mujeres Transformando el Mundo había logrado a través de recopilar durante años testimonios que se admitiera la violencia de género como causa, agarrándose de un tratado internacional que había firmado Guatemala. Era la primera vez que se iba a jugar en una corte nacional como un crimen de guerra por sí mismo, no como accesorio. Entonces querían que alguien trabajara con ellos en la reconstrucción del puesto militar que se había puesto ahí. No sabían muy bien que querían, pero sabían que necesitaban que los jueces y las personas vieran que había habido un campamento¹⁵⁸ y lo que había pasado ahí. Eyal nos dijo a Megan y a mí que hiciéramos esto como si fuera casi una tesina de la clase que estábamos tomando, como la parte práctica.

Entonces, en aquel veranillo fuimos a Guatemala, conocimos a las mujeres, las abogadas y toda una batería de gente. Es una ONG magnífica, dónde 95% son mujeres, hay antropólogas, sociólogas, trabajadoras sociales, doctoras, abogadas, geógrafas, hay todo tipo de profesiones que puede imaginar trabajando en conjunto para llevar estos casos que son de litigio estratégico en Guatemala. Ahora las cosas han cambiado mucho, pero, en aquel momento, había un movimiento y una esperanza, porque los jueces eran muy receptivos a estas cosas y se estaban abriendo espacios.

Nos fuimos a Sepur Zarco¹⁵⁹, conocimos a las mujeres, hablamos con ellas e hicimos una serie de ejercicios de espacialidad para poder reconstruir el campamento, que no estaba más ahí, y también el pueblo. Allá de donde llegaban los militares, tenían dos formas de atajar los pueblos que ellos creían disidentes – y, en realidad, disidentes para ellos eran casi todos los pueblos indígenas. Uno era la tierra arrasada, en que quemaban el pueblo entero, mataban a todo mundo y la gente tenía que vivir en las llamadas villas modelo, donde solo se podían mover con una tarjeta. La otra era reorganizar la villa. O sea, muchos de los hombres se iban, porque se estaban escondiendo, a los otros desaparecían, a las mujeres las sometían a esclavitud sexual y doméstica y, la villa, la reorganizaban. Quemaban la iglesia católica, porque a los católicos los veían como comunistas, ya que muchos estaban metidos en cuestiones de la teología de la liberación y ayudaban a organizar sindicatos y a las comunidades a que pidieron a la tenencia de

158 Durante la Guerra Civil de Guatemala, que se libró principalmente entre 1960 y 1996, los “campamentos” se refieren a las bases militares o áreas de operación utilizadas por las fuerzas armadas guatemaltecas. Estos campamentos eran puntos estratégicos donde las fuerzas gubernamentales, principalmente el ejército, establecían su presencia para llevar a cabo operaciones militares y ejercer control en áreas consideradas como zonas de conflicto o de interés estratégico.

159 Sepur Zarco es una comunidad ubicada en el departamento de Alta Verapaz, Guatemala. Sin embargo, Sepur Zarco también es conocido por ser el sitio de un destacado caso de violencia sexual y esclavitud sexual durante el conflicto armado interno de Guatemala. Durante la Guerra Civil de Guatemala, que se libró principalmente entre 1960 y 1996, Sepur Zarco fue uno de los lugares donde se produjeron graves violaciones a los derechos humanos. En particular, se documentaron numerosos casos de violencia sexual contra mujeres indígenas a manos de las fuerzas militares guatemaltecas. Las mujeres indígenas de Sepur Zarco fueron sometidas a violencia sexual, esclavitud sexual y torturas por parte del ejército guatemalteco en un intento de desmoralizar y controlar a la población local. Este caso de violencia sexual fue uno de los primeros en el mundo en ser llevado a juicio como un crimen de lesa humanidad basado en violencia sexual.

la propiedad. Quemaban las escuelas, porque también eran lugares donde se reunían para organizarse. Quemaban las plazas y reorganizaban todo. Donde había una escuela, ahora había una iglesia protestante, y donde había un parque, ahora había un mercado. Lo cual, en principio suena un poco absurdo, pero luego te das cuenta de que la mayoría de la gente de este pueblo estuvo fuera escondiéndose, o los tenían secuestrados, y regresa 5 años después sin reconocer a nada de su pueblo. Lo que eso hace por la cohesión social y por tu identificación con el territorio es de una profundidad impresionante.

Por eso vimos a “Hollow Land”, porque al ejército guatemalteco, en parte, lo entrenó el ejército israelita. Les dio helicópteros, Proxy, y varias cosas que se los quería dar Estados Unidos y se los dieron a través del ejército de Israel. También les dio entrenamiento que va más allá de lo que se ha encontrado en Operación Sofía¹⁶⁰. Entonces volvimos a “Hollow Land” para poder entender cómo es este uso que hacen los militares de la guerra psicológica, que va mucho más allá solo del sometimiento físico, y para entender estas lógicas de desplazamiento, de reconfiguración del espacio público.

Luego empezamos a pensar en el puesto militar y empezamos a mapear todos los puestos militares de Guatemala. Nos lo habían contado, pero queríamos tratar de probar que ese puesto militar en particular era destinado a descanso. Porque todos tenían una particularidad, habían puestos que eran para entrenar, para rehabilitarse cuando habías tenido una baja médica, para entrenar a los soldados más jóvenes, o para tener presos y torturarlos. El de Sepur Zarco era para que las tropas descansaran, era de esparcimiento. Entonces parte de nuestra tesis se volvió que el ejército o los generales veían la violación de las mujeres como una prestación de esparcimiento. Las mujeres se volvieron una especie de prestación que ofrecían a los soldados en ese contexto de descanso y de recuperarse para poder regresar a la guerra.

Regresamos con toda esta información a Princeton y efectivamente estuvimos trabajando muy proximately con Eyal – el que todo mundo me ha dicho que esto es muy raro y yo no sabía, no sabía nada de Forensic Architecture –, así que estuvo hasta las tres de la mañana varios días con nosotros, dibujando, pegando post-its, trazando mapas, redactando etc. Fue una experiencia

160 La Operación Sofía fue una operación militar llevada a cabo por el ejército guatemalteco durante el conflicto armado interno en Guatemala. Esta operación se desarrolló en 1982 en la región de El Quiché, que fue una de las áreas más afectadas por el conflicto armado. La Operación Sofía fue parte de la estrategia del ejército guatemalteco para combatir a los grupos insurgentes, principalmente la guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG). Durante la operación, se llevaron a cabo numerosas acciones militares, incluyendo ataques aéreos y terrestres contra áreas consideradas como bases de apoyo de la guerrilla. Sin embargo, la Operación Sofía también resultó en graves violaciones a los derechos humanos. Se informaron abusos contra la población civil, incluyendo desplazamientos forzados, asesinatos, violencia sexual y destrucción de propiedades. Estas acciones llevaron a la muerte y el sufrimiento de numerosos guatemaltecos. La Operación Sofía es un ejemplo de las tácticas brutales utilizadas durante el conflicto armado en Guatemala y de las graves violaciones a los derechos humanos que ocurrieron en ese contexto. Fue uno de los episodios que posteriormente se investigaron en el proceso de esclarecimiento de la verdad y búsqueda de justicia en Guatemala después de la firma de los Acuerdos de Paz en 1996.

de aprendizaje de las metodologías de Forensic Architecture muy expresiva. FA no era todavía lo que son hoy, también ellos estaban todavía trabajando muchas de sus metodologías. Por ejemplo, nos tocó hacer lo que ellos ahora llaman testimonios situados, en esa época yo creo que apenas también estaban experimentando con eso. Entonces, entrevistamos a muchos de los hombres, que en esa época eran niños y jóvenes, de 14-15 años, que se acordaban de que los habían obligado a construir ese campamento militar. Y ellos, más o menos, podían decir los tamaños, qué materiales, si se oía eco o no cuando alguien gritaba dentro de las barracas de soldados versus la cocina, si la cocina tenía piso de madera o de palma, o era solo polvo... Fuimos viendo muchas cosas con ellos y nosotros íbamos reconstruyendo en *Sketchup* muy rápido – porque tenía que ser muy rápido – y ellos se acercaban, veían y te decían “más alto, más ancho, más separado, más cerca del río...La teja no se ponía así, o la palma se amarraba de esta otra forma”. Conforme te iban contando cosas, se iban acordando de más cosas. Te decían que el techo era de palma y veían el techo y decían “no, ya me acordé que lo íbamos a poner de palma y nos dijeron que lo quitáramos por las lluvias, y nos trajeron unas láminas...” Y ellos te van contando cosas y así también se acuerdan dónde estaba un foso de castigo que después se excavó y encontraron un cuerpo que todavía estaba ahí.

Todas estas cosas las fuimos aprendiendo un poco a la par. FA ya tenía sus buenas investigaciones detrás pero también había cosas que todavía estaban intentando, innovando y tratando de afinar – esto fue hace 10 años. Tenían ellos también un caso en Guatemala, que estaba llevando Paulo [Tavares], sobre tierra arrasada¹⁶¹. Estábamos trabajando de manera paralela, porque hay una cuestión de secrecía que lleva a cualquier caso de este tipo. En un caso tan grande de violación de Derechos Humanos, en un país como Guatemala, donde los militares todavía están dentro de las estructuras de poder, había que cuidar mucho el tipo de investigación que se estaba haciendo. Entonces ni siquiera dentro del Forensic nos mandábamos información muy libremente, cuidábamos mucho lo que estábamos haciendo. Nunca me enteré del todo que estaba haciendo Paulo, a la vez que nosotros compartimos algunas cosas muy generales, muchos años después me di cuenta que también estaba haciendo cosas de tierra arrasada. Pero él estaba más en la zona Ixil y nosotros estábamos en una zona que no había sido de disidencia. Por eso digo que en realidad de disidencia eran todas, porque fueron igual de castigados. Pero ahí no había guerrilla, o por lo menos no tan organizada.

¹⁶¹ Genocide in the Ixil Triangle: <https://forensic-architecture.org/investigation/environmental-violence-and-genocide-in-the-ixil-triangle>.

Estuvimos trabajando un año. Eyal después se fue y regresaba unos meses cada año. Megan y yo empezamos a trabajar con uno de los alumnos que era muy bueno haciendo mapeo, GIS y cartografía crítica. Con él, desarrollamos patrones de cómo habían quemado la selva y también patrones de crecimiento nuevos. Tratamos de identificar varias zonas donde habían quemado este plantío y se habían echado a las poblaciones, buscando cuáles habían convertido en monocultivos y cuáles pertenecían ahora a grandes conglomerados de palma africana, plátano etc. Estábamos tratando esas historias de violencia y despojo que ya conocemos como una parte de una narrativa como mucho más expansiva, y así fue.

Básicamente así fue mi primer caso. Después que terminamos de hacer la investigación pasó un año en que pudiéramos ir a presentarlo, porque estas cosas en las cortes así son: toman años en que llegues al momento de desahogar pruebas y a dar testimonio. Fui yo a dar testimonio, porque yo era la que hablaba español y la que había liderado el proyecto. Fue muy bonito porque la mayoría éramos mujeres peritas. Nos encerraron a todas en un hotel, yo no me esperaba eso, tal vez no lo tenía muy presente, pero nos fueron a recoger con guardias armados y habían guardias en el hotel, que estaba lleno de peritas mujeres trabajando para este caso de todas partes del mundo. Había una abogada española que había trabajado en Ruanda, una socióloga, Rita Segato¹⁶² llevando todo el peritaje antropología. Los últimos dos días antes de ir a presentar, todas nos leímos los reportes y contribuimos a hacer cambios y mejoras. Fue una experiencia a lo que se debe llamar realmente un caso con perspectiva feminista, de todo a todo. Por la participación primordial de las mujeres de Sepur, que siempre dijeron hasta dónde y cómo querían llevar el caso y ellas decían que se podía y que no se podía nombrar. Por la participación de todas las mujeres, pero también por este espíritu de horizontalidad y de generosidad. La verdad es que nunca he tenido una experiencia como esa y creo que es uno de los grandes aciertos de ese juicio que ahora. Sepur se lo toma como ejemplo para muchos casos. Creo que es paradigmático la forma en qué Mujeres Transformando el Mundo lo llevó. Y esta fue mi primera incursión en Forensic Architecture, muy expresiva y muy intensa, yo creo.

¹⁶² Rita Laura Segato es una destacada antropóloga y feminista argentina, conocida por su trabajo en los campos de la antropología social y los estudios de género. Ha realizado investigaciones y escrito extensamente sobre temas relacionados con la violencia de género, los derechos de las mujeres y la intersección de género y poder en América Latina y otras partes del mundo.

PM

Después de esto trabajaste también en otros casos de investigación con Forensic Architecture?

Si, después, en Guatemala, el juicio de Sepur Zarco se convirtió en un hito en varias partes de Latinoamérica, sobre todo entre gente que está trabajando con Derechos Humanos. Mismo aquí en México cuando nos hemos reunido con gente para pedirle dinero – me refiero a instituciones fondeadoras internacionales – el caso lo conocen muy bien. Entonces me empezaron a llamar primero para dar cursos sobre las posibilidades de lo que se puede buscar. Y no que yo tenga que hacer el peritaje, pero hay gente que está haciendo esto. Enseñar que esta es la manera en que este tipo de pruebas se pueden incorporar a construir una narrativa, que podemos cuestionar cosas que los gobiernos dan como verdades, y tratar de entablar discusiones con Fiscales sobre lo que consideramos como verdades objetivas versus el peso del testimonio.

Mujeres Transformando el Mundo me llamaron para un segundo juicio, que es el caso de las niñas del Hogar Virgen de la Asunción¹⁶³, que son 47 niñas que se quemaron cuando prendieron fuego a un cuarto donde las tenían, un caso terrible. Esto pasó hace seis años, y todavía no hemos llegado a juicio. Pero bueno es una cosa que he estado desarrollando con *Mujeres Transformando el Mundo*.

Me han invitado también a trabajar en un par de casos más en Guatemala. Pero todo esto de manera ya mucho más independiente. Con Forensic Architecture y con Eyal tengo más o menos este entendido: si necesito como un *expertise* muy específico, o algo de infraestructura en un caso, ellos me lo proporcionan.

O sea, yo les hablo, les digo “necesito un experto en incendios” y me dan el contacto, o hay algo que uno de ellos sepa hacer excepcionalmente bien y tenga la capacidad, ellos me ayudan, pero son casos que llevo yo, con *Mujeres Transformando el Mundo*.

El caso del Hogar es muy específico, porque es un incendio. Forensic ya tiene experiencia trabajando en varios incendios, aunque el contexto sea distinto. También tiene mucho que ver con construir una narrativa de violencia de esta institución, que es un hogar “seguro” para niños y niñas que o son considerados problemáticos, o las familias no los pueden cuidar. Y entonces quedan bajo el resguardo del Estado, pero en la práctica hay problemas de violencia, son administrados como si fueran cárceles o centros de detención de jóvenes. También hay un grave problema en la forma en que no se respeta los derechos de los niños, ni sus

163 El 8 de marzo de 2017, un incendio devastador ocurrió en el Hogar Seguro en la ciudad de San José Pinula, en las afueras de la Ciudad de Guatemala. El incendio resultó en la muerte de 41 niñas y adolescentes y dejó a muchas otras gravemente heridas. Las niñas estaban alojadas en condiciones precarias en el hogar, que había sido objeto de denuncias previas de abuso y negligencia. El caso generó una conmoción nacional e internacional y llevó a la atención pública sobre las deficiencias en el sistema de cuidado de menores en Guatemala y la necesidad de proteger a los niños y adolescentes en situaciones vulnerables. Las investigaciones posteriores sugirieron que las niñas habían estado expuestas a abusos físicos y sexuales, así como a negligencia en sus condiciones de vida. Este trágico incidente desencadenó demandas de justicia, reformas en el sistema de cuidado de menores y un llamado a la rendición de cuentas por parte de las autoridades y el personal involucrado en el Hogar Seguro Virgen de la Asunción.

derechos de privacidad, en la forma en que los privan también de educación y de ciertas cosas. Entonces también ahí estamos tratando de construir una historia que va mucho más allá del día del incendio. O sea, el día del incendio es el “día final”, pero es la culminación de un proceso de violencia estructural. Porque muchos de los papás de ellos los quisieron sacar durante años y el Estado no les permitió sacarlos. Lo que hizo el Gobierno muy rápido fue dismantelar el hogar después de que pasó el incendio. O sea, cuando yo fui, ya habían limpiado la mayoría de las cosas, y luego lo pintaron y ahorita es otra cosa. Ahí está también donde este tipo de investigación tienen mucho valor. Porque sí puedes reconstruir el espacio entero, puedes entonces enseñarle a la jueza – en este caso jueza todavía – y a la opinión pública, porque ha habido una campaña para denostar y criminalizar a estas niñas porque ellas prendieron el fuego. Yo creo que, tristemente, esas cosas sí se combaten también desde la opinión pública. O sea, para la opinión pública, tú les puedes enseñar cómo viven, en qué condiciones, el lugar donde se quemaron, las dimensiones del cuarto donde se quemaron. Que no tenía ventanas, tenía unas plexiglás, plástico, o sea, muy grueso, por lo que cuando empezaron el incendio y trataron de salir, no lo pudieron romper, si hubieran sido vidrios lo rompen y se salen. Llevaban dos días encerradas 51 niñas, creo, con una cubeta en el piso para ir al baño, sin privacidad, sin comida, con maltrato. Aprender el fuego fue un acto de absoluta desesperación, porque pensaron que en el momento en que empezaron fuego las iba a dejar salir. Y había un guardia al lado, o sea, también enseñar dónde estaba el guardia, como no había forma en que no se hubieran enterado que había empezado un incendio y poder visibilizar la forma distinta en que trataban a los niños y las niñas en la misma institución.

Creo que ahí las herramientas de FA se vuelven súper útiles. Hablan por sí solas, casi. Entonces creo que en este caso va a estar muy bien. Tengo dos casos más de los que no puedo hablar todavía públicamente, pero que están ahí también en Guatemala. Pero la situación en Guatemala ha cambiado mucho en el último año y yo no estoy segura de que estas cosas van a poder seguir pasando porque muchos de los jueces han tenido que salir de exiliados, han criminalizado y amenazado a jueces y abogados que estaban llevando ese tipo de casos. Y también para mí creo que se cierra un ciclo, porque estando en México, con la situación en la que estamos, y encontrándome a Sergio [Beltrán-García], también llegó un momento que dijimos: “deberíamos estar trabajando en temas que tiene que ver con México”. Que la violencia es tan extrema y está en absolutamente todo que es a veces un poco agobiante saber por dónde empezar.

PM

Antes de hablar sobre Re/presentare, me gustaría hacer una pregunta sobre el beneficio del trabajo con Arquitectura Forense en casos de violaciones de Derechos Humanos, como en las visualizaciones que has hablado ahora en este caso del Hogar. Y cuando hablas del caso de Guatemala en un artículo que leí, dices que también hay un aspecto negativo de la creación de todas estas visualizaciones. Como una tecnología sofisticada, innovadora, que tiene la apariencia de la búsqueda por la verdad, por la justicia, pero que puede ser algo solamente mediático, Eso lo encontré acá, en São Paulo, con este caso de violencia policial que estudio (Massacre de Paraisópolis). Fue la primera vez que la policía se utilizó de herramientas como escaneo láser y otras cosas, para hacer una reconstrucción 3D de la comunidad periférica, de manera que pudieran hacer visibles su narrativa en los medios de comunicación, antes todavía de la investigación estar concluida. Entonces si pudieras comentar sobre estos dos aspectos: de los beneficios y si la Arquitectura Forense corre el riesgo de generar estas disputas de narrativas.

EM

Sí, hay algo que creo que Forensic Architecture siempre ha sido muy claro en decir y es que no hay una verdad de la verdad. O sea, no existe una verdad absolutamente objetiva. Porqué la forma en que el mundo occidental – esto viene desde occidente, tampoco hay que perder de vista eso – tiene de crear conocimiento, de aceptar que es lo comprobable y que no es lo comprobable, ha sido el creador de una epistemología muy férrea y que a la vez también protege mucho como los límites de eso que considera verdad. No es una verdad objetiva, es una verdad absolutamente construida por una serie de epistemologías occidentales. Y muchas veces más anglosajonas que ninguna otra cosa, y siempre colonialistas – para empezar por el dominio del mapa. Entonces yo creo que Forensic Architecture nace como esta idea de decir: *podemos utilizar las mismas herramientas que ustedes para contar otra verdad*. Una verdad que reta la tuya y entonces qué va a centrar los testimonios, las vivencias y la información que viene desde otras partes del mundo, desde otras epistemologías, y vamos a abrirnos a pensar que hay otras formas de leer las verdades. Pero cómo hace esto? Lo hace a través del mismo lenguaje de esta gente. Tú usas mapas, yo uso mapas. Tu usas lenguaje científico, yo uso lenguaje científico. Porque va a ser mucho más difícil que tú me puedas rebatir esto en una corte, porque las cortes, al final del día, todavía se debaten en términos de epistemologías occidentales.

Forensic Architecture se volvió muy rápidamente y tenía que ser así, creo que en parte fue un acierto. Necesitas mucho dinero para poder hacer investigaciones del calibre que hace Forensic

Architecture. Necesitas de gente que te fundé, y FA consiguió fondos de la Unión Europea, pero también necesitas espacios y medios que te publiquen. Lo que pasa es que necesita ser muy contundente en las narrativas que pones así *outlier*. Tienes que ser muy visual en la forma en que explicas cosas. Tienes que tener sí un lenguaje tecnocientífico, porque al final lo que estás diciendo es “esto no es una narrativa subjetiva, inventada”. Si bien utilizo un testimonio, lo estoy corroborando contra datos, contra archivos, contra mapas, contra cosas que son comprobables y palpables. Pero sí hay un *deployment* de esta narrativa tecnocientífica.

El problema es que FA se volvió tan vistoso, tan famoso y tan publicable, que lo captaron muy rápido. Entonces tú tienes al New York Times que hace cartografías de cualquier cosa ahora. Cualquier cosa que pasa te saca una cartografía y te sale en muchísimos medios. Ahora hay gobiernos que sacan cartografías con el mismo lenguaje, con los mismos colores, la misma forma de narrar. Forensic Architecture se ha convertido en ese imaginario de lo que son las investigaciones visuales. La gente cuando piensa en investigaciones visuales, aunque no las llame así, está pensando en el trabajo de Forensic Architecture. Cuando se encuentra esto movilizado por un medio, que un medio al final obedece a capitales y a intereses políticos, o por un gobierno, todavía peor, o por una comisión de la verdad comprometida, entonces empiezas a tener un problema de lenguaje y de credibilidad.

Por eso Forensic Architecture tampoco deja de reinventarse. Esto que está pasando con esta, como le llama Eyal, de atomización de Forensic Architecture en varias agencias que están ahora alrededor del mundo y son semi independientes también obedece un poco a eso. No es igual, ahora tenemos que hacerlo desde lo local y entonces nuestros lenguajes tienen que volverse locales y tenemos que trabajar de la mano de la gente. Al final del día son los expertos que vienen del Norte, que utilizan este lenguaje tecnocientífico y que vienen a decir que ese lenguaje tiene más peso que el testimonio de la gente que está sufriendo estas violaciones de Derechos Humanos, entonces por un lado es el uso que se puede dar al lenguaje como una prueba en sí, y por el otro lado, el peligro.

Creo que lo vi en el juicio de Sepur Zarco, pero no he dejado de verlo desde ese momento. Es que corres el riesgo de darle mucho más peso a las evidencias materiales que a los testimonios. O sea, eso ha sido movilizado gracias al testimonio, gracias al testimonio tienes la cartografía, gracias al testimonio tienes el testimonio situado. Pero se le da muchísimo más peso, por qué se entiende como algo comprobable y objetivo. Y eso también es problemático, porque quiere decir que la gente que

no tiene acceso a agencias que utilizan ese lenguaje no va a tener el mismo acceso a la justicia. Ahora se está convirtiendo en una condición de que tu testimonio sea validado. Tiene que ser validado por una serie de metodologías que vienen de fuera, que tienen ya poco que ver con tu testimonio. Eso es un problema, porque probablemente los lugares donde más violaciones a Derechos Humanos se cometen es donde menos recursos hay.

Aparte, ya sabemos que todo este gobierno internacional humanitario también se cansa. Es un público internacional que le pone atención durante un mes a Ucrania, por ejemplo, pero después ya no puede más con esto y se tiene que mover a otra cosa. Y entonces el spam de atención para bajar fondos, para fondear laboratorios que puedan ir al Congo, que puedan ir a Chiapas, o que puedan ir a otro lugar, es mucho dinero. El dinero en el humanismo no se mueve así. Eso nos hemos estado dando cuenta ahora más que nunca, porque resulta que ahora nosotros, que somos ya varias agencias locales, estamos compitiendo contra nosotros mismos por los mismos fondos, para atajar el mismo tipo de casos. Yo tengo un caso de violencia en México, tú tienes un caso de violencia en Brasil, tú en Colombia y hay otro en Nicaragua. Y son violencias muy parecidas, con metodologías muy parecidas, que dependemos de los mismos fondos porque son fondos para Latinoamérica y estamos compitiendo.

Entonces es muy peligroso que se tenga que validar el testimonio. Esta idea de que ahora el testimonio tiene que ser validado por metodologías tecnocientíficas. Para mí eso es un problema. Y en el artículo que creo que estás refiriendo, la otra cosa que digo es sobre el caso mexicano. O sea, en el momento en que pusimos un pie aquí, Sergio y yo a diferentes momentos – pero a los dos pasó – nos querían contratar para que hiciéramos una especie de investigación, con dinero, sin tiempo y sin una voluntad real. Básicamente lo que quería era una performance. Un performance de metodologías y que dijera “trajimos a los expertos, ahí están los mapas, ahí están las cartografías, ahí están las animaciones, ahí están las plataformas interactivas y no encontramos nada”. Ese es el riesgo.

PM *Puede hablar un poco sobre el que llevó a la formación de la agencia Re/presentare, como ha sido ese proceso y también cuales son los objetivos? Está conectado a otras agencias o en discusiones de FA? ¿Cuál es su papel en este proceso?*

EM Re/presentar empezó porque Sergio y yo estábamos aquí, ya habíamos hablado en algún momento de que deberíamos hacer algo juntos. Estamos viendo el mismo panorama, y sabemos

que hay herramientas que podemos mover. En México, FA vino a hacer la plataforma Ayotzinapa¹⁶⁴, yo participé en ese proyecto también. Plataforma Ayotzinapa es un caso bien curioso, porque en realidad lo que plataforma hizo fue visibilizar la complejidad de un caso de violaciones de Derechos Humanos gravísimo, así como visibilizar el *cover up* – y por eso que también la opinión pública es sumamente importante en esto. Esta verdad histórica, que había llamado el gobierno, cuando llegaron con sus peritos y sus pruebas dijeron “esto pasó así y se acabó, y esa es la verdad”. Y el procurador dijo “es la verdad histórica incuestionable inamovible”.

FA lo que hizo fue trabajar con gente que estaba trabajando en el caso, con gente que había ido a tomar testimonios, y también con, por ejemplo, John Gibler, que es uno de los primeros periodistas al que llegó a tomar testimonios de los alumnos y saber qué había pasado ese día. Hizo un libro que se llama “Historia Oral de la Infamia”, maravilloso, y nos dejó ver el *draft* antes de publicarlo. Nos basamos en sus testimonios, también teníamos todas las carpetas de la comisión esclarecedora, que hicieron un muy buen trabajo. Básicamente, reunimos un montón de información que ya estaba ahí, porque ya la habían trabajado otras personas y mucha cosa estaba pública, pero cualquier ciudadano mexicano no va a leer más siete tomos, o si puede leer las siete carpetas de investigación, que son gigantes, no le va a dar la cabeza para recordar 500 nombres y cómo se relacionan unos con otros. O sea, John Gibler hace un buen trabajo describiendo eso en un libro de 110 páginas y llega un momento en que es difícil seguir la historia, por muy bien narrada que esté.

Todo esto para decir, igual no descubrió nada. No fue un caso que se llevó a corte, este proyecto no era para llevarlo a la corte. Era para uno de los frentes más importantes de FA, que es de *Justice Literacy*, o sea, educar a la gente en las formas de acceso a la justicia para que sepan qué hay que exigir y qué no hay que aceptar. Eso es fundamental en un país como México y como los países latinoamericanos, donde tampoco estás en un grado donde no hay instituciones – tenemos instituciones, pero con procesos tan complejos que la gente no las utiliza. Entonces, ¿cómo educamos a una ciudadanía en el acceso a la justicia? La Plataforma Ayotzinapa fue un ejercicio en eso.

Ahí nos dimos cuenta que la plataforma Ayotzinapa ocupa un lugar en el imaginario de la gente en México importantísimo. Todo mundo lo vio, todo mundo tiene una idea de lo que eso significó. Las ONGs, los periodistas, la gente, los estudiantes. Eso solo es un indicio de que hay una necesidad de este tipo más allá

164 The enforced disappearance of the Ayotzinapa students: <https://forensic-architecture.org/investigation/the-enforced-disappearance-of-the-ayotzinapa-students>.

de presentarla en la corte. El trabajo que tenemos nosotros que hacer aquí va mucho más allá de trabajar en un juicio, el trabajo es gigante.

Pues, por un lado fue eso, el impacto de plataforma Ayotzinapa que Sergio y yo estábamos. Irving Huerta fue otra de las personas que trabajó en la plataforma Ayotzinapa. Irving es un periodista que trabajó con [Carmen] Aristegui – que es como la periodista más importante de México, con un programa nacional en radio. Él trabajó en un caso súper importante de corrupción de un presidente, de Peña Nieto, el que estaba antes de AMLO, y se fue a trabajar a Inglaterra, con FA, haciendo plataforma Ayotzinapa y ahora está en el Centro Digital de Humanidades en Cambridge. Está trabajando ahí, pero su tesis de doctorado fue sobre qué forma tendría que tomar una agencia de investigaciones visuales en México. Él llegó a la conclusión que la única forma en que una agencia puede operar en México es siendo dentro de la UNAM.

No podemos olvidar que México es un lugar excesivamente violento y yo creo que pocos países se le comparan en ese sentido, tal vez Colombia en otro momento, ahora definitivamente no. La facilidad con la que aquí se desaparece gente, el nivel de impunidad que roza el 95%, la complicidad de las instituciones, la forma en que se callan y desaparecen y se asesinan periodistas, el contexto es muy muy difícil. La UNAM es un monstruo. La UNAM es una es la Universidad Nacional, es el gran proyecto de la modernidad mexicana, es de donde han salido la mayoría de los políticos, abogados e intelectuales mexicanos. Tiene una fuerza que va más allá de una fuerza política, porque aparte es autónomo, que es muy importante. No entra la policía. Pero también tiene una fuerza política, tiene una fuerza en el imaginario de la gente, tiene un prestigio. Irving fue el que llegó a la conclusión que de haber una agencia que tuviera la idea de tener impacto como el FA, pero a nivel México, Latinoamérica, tenía que estar dentro del UNAM, porque era la forma de garantizar cierto grado de seguridad y de prestigio a la institución.

Entonces estábamos hablando con Irving, que lo íbamos a hacer entre los tres, que íbamos a tratar de tocar la puerta de la UNAM, que justo acababa de nombrar de director de la facultad de arquitectura, un profesor uno que fue profesor mío, con quien también yo doy clases. Yo dije “bueno, creo que tengo una entrada por ahí”. Podemos ver si les interesa, pero Irving justo estaba terminando la tesis, acaban de contratar para el centro este digital de humanidades, acaba de casarse, tenía muchas cosas en ese momento y nos dijo “sigan ustedes”.

Entonces seguimos juntos en un proyecto de dos en vez de tres. Fuimos a la UNAM, empezamos a tocar puertas. Trata de una universidad pública, entonces todo es muy difícil, porque tiene que

ser a través de concurso. Ellos no pueden decir “voy a abrir una unidad y te contrato”, aunque hubiera dinero. En un momento vino Eyal a ayudarnos con el financiamiento. Nosotros conseguimos el dinero, pero todavía no hay una institucionalización digamos así. Necesitaba hacer un oficio para contratar, porque no somos profesores titulares, hay que crear una estructura, pero para crear una estructura el rector tiene que hacer una junta de gobierno. O sea todo es así, y esto toma años. Los esperamos un poco, pero de verdad que no hay otra forma, lo hemos dado vueltas.

Lo que sí es que Re/presentare tiene una forma dual de actuar. Va a ser un laboratorio de investigación en universidad, pero también vamos a ser una ONG, con la cual también podemos, en casos muy específicos en donde la UNAM por cuestiones políticas, o lo que sea, esté comprometida, nosotros podemos seguir operando con la parte de la ONG. Así fue como Sergio y yo decidimos que iba a estar en UNAM. Lo primero que hicimos en la UNAM fue el workshop de prácticas de Arquitectura Forense. Y la idea era hacer un workshop solo para que los estudiantes se acercaran, porque el director insistía en que nadie sabía que era Forensic Architecture. Nosotros insistimos en que los alumnos sabían y le pedimos para dejarnos hacer un workshop y ver que va a llegar gente. Y llegó gente, creo que de 22 personas se inscribieron solo uno dejó de ir, que para la UNAM es un índice de deserción es fantástico. Y eran muy pocas semanas, era muy acotado, pero todo el mundo le echó muchas ganas. De ahí nos fuimos al MUAC. Acabábamos de terminar una clase que se llama Autonomías Contra-Forenses, y qué obedece a una de las líneas de acción de Re/presentare. Decidimos que Re/presentare tiene tres líneas de acción, que son tres grandes campos, que son: violencia de género, climática y política.

Y nos interesaba mucho la violencia de género, porque, hasta la fecha, Forensic Architecture no tiene un solo caso que tenga que ver con violencia de género, en el mundo en el que vivimos en 2023. Entonces sabíamos que: uno, es de los grandes pendientes de Forensic Architecture, y que, dos, en México no puedes no atajar la violencia de género, es una de las grandes preocupaciones. Yo creo que esa es una de las grandes pendientes. Y yo traía toda esta experiencia de estar trabajando con organismos feministas en defensa de los derechos de las mujeres y también era una cosa que me interesaba mucho. Entonces es una de nuestras líneas.

El cambio climático, más que nada, es como investigar violencias en contra de los defensores del territorio, que creemos que es una preocupación latinoamericana. Por eso hicimos esta clase en el MUAC de Autonomías Contra-Forenses, en una forma de presentarnos con los movimientos activistas y decir “mira, eso es lo que queremos hacer, este es nuestro laboratorio, eso

es lo que hacemos, esto es lo que hacen laboratorios hermanos – como el de Colombia [Plano Negativo], o como Paulo [Tavares] – y queremos conocer tu lucha y queremos ver si podemos trabajar con ustedes, y si le servimos en algo”. Tenemos muy claro dos cosas: cuando decimos situar conocimiento, situar nuestra práctica, quiere decir trabajar de la mano con las comunidades y seguir sus lineamientos, en cuanto a que ellos saben qué es lo que necesitan mejor que nadie y tratamos de construir conjuntamente una epistemología que nos permita trabajar. Básicamente, una nueva forma de entender todo.

Entonces eso era un poco de Autonomías Contra-Forenses. Desde vocabulario, estábamos a plantear nuevas palabras, nuevos conceptos, nuevas ideas, tomar cosas que están haciendo, por supuesto, la gente que está trabajando multiespecies, *discorded stories*. Aprender de lo que están haciendo en Antropología, en Sociología, Artes, en otras disciplinas, porque la Arquitectura es mucho más antigua, mucho más conservadora. Pero a la vez, este trata de entender qué están pensando los activistas en las comunidades y cómo podemos junto con ellos desarrollar metodologías que nos sirvan, para ellos y también que nos sirvan para aplicarlos a otras comunidades. Ese fue nuestro segundo eje. Eso nos llevó también a pensar que esto es un problema latinoamericano, y lo estamos tratando de desarrollar una investigación conjunta con Paulo, con Hannah y Óscar, porque Brasil, Colombia y México son los tres países donde más se atenta en contra de la vida de los defensores de los territorios. Entonces creemos que es una cosa que tenemos que atajar juntos. También porque hay muchas de estas compañías transnacionales que operan en todo el territorio latinoamericano, y muchas de estas historias son mineros, compañías de agua y que los conocemos, tienen diferentes nombres, están constituidos de formas diferentes, pero al final terminan siendo un mismo consorcio, un mismo hold. Creemos que hay una investigación que va a tomar tiempo, pero esa es la que vamos a empezar a trabajar.

El tercer eje, que es violencia política, es mucho más difícil de definir, creo, pero también es el eje en donde está la ciudadanía del conocimiento, donde está la idea de educar a la ciudadanía para exigir que los procesos de acceso a la justicia sean transparentes, es donde podemos accionar esta parte. Eso quiere decir ponerle mucho énfasis en la forma en que visibilizamos las cosas. Que a veces parece un poco superficial, ya que me he encontrado gente que dice que le ponemos más atención a la representación gráfica que a la investigación que hacemos. Yo creo que no. Es en la misma medida, y que puede ser muy cuestionable. Pero creo que eso lo puedes decir para una comunidad en Suecia, o Dinamarca, pero, en un país como México, el que sea legible y que sea, hasta cierta parte, seductor

la forma que cuenta una historia es fundamental. Porque estamos expuestos a tanta violencia, que nuestro foco de atención ya se perdió. Acaban de desaparecer siete chicos que trabajaban en un *call center*, nadie está hablando de esto. Porque mañana es otra cosa y pasado es otra cosa. No sabemos cómo la vamos a hacer, pero queremos ser parte de esa conversación y queremos trabajar, queremos reconocer que en México hay una larga tradición de organismos de participación ciudadana, de sociedad civil. Nosotros no venimos a enseñarles nada, venimos a ver si nos podemos unir en su lucha y en su búsqueda, básicamente.

PM

Me gustaría preguntar también cómo ves esta transposición de las prácticas y pensamiento de la Arquitectura Forense para el contexto de América Latina y cuáles son las diferencias y los desafíos. También has mencionado que ustedes, la Agencia Autónoma y la agencia de Bogotá están en contacto para un caso, puede comentar sobre esta red y acerca también del Común Investigativo, una red más amplia de agencias de Arquitectura Forense?

EM

Eyal vino en noviembre del año pasado a darnos un “empujón” para hablar con posibles fondeadores, Ford [Foundation], etc. Pero, también, vino para hacer una gira con medios en reuniones privadas, para decir que este es un proyecto que hay *endorsement*, gente que trabajaba con él, que tenemos un proyecto en común con Forensic Architecture. Lo que también cambia con los tiempos, también sabe leer los tiempos. Y entonces trabajar desde Londres en cierto tipo de proyectos tiene sentido, pero también hay cosas urgentes que atender, hay gente que quiere hacer sus propias cosas. Forensic Architecture es una agencia más grande, más internacional, ha recibido fondos de la Unión Europea y está dentro de una universidad, y por eso tiene que regirse a ciertos códigos y así hay cosas que son un poco más normadas, puede decirse. Que no siempre funcionan para lugares donde se está viviendo la violencia en ese momento y no puede esperar, porque las cosas son mucho más complejas. Siento que en Europa es mucho más fácil saber “quién son los buenos y los malos”, para decirle una forma muy simplista, aunque sabemos que el capital está metido en todas partes. Pero no es lo mismo trabajar en un contexto mexicano donde la corrupción – y no solo corrupción de tomar dinero, sino de una absoluta ilegalidad de la comisión de crímenes, de lesa humanidad – está permeada en todas las instituciones, en los cuerpos policiacos, los militares, el gobierno, los empresarios, los bancos. Y esto no lo digo yo. Cuando fue la crisis del 2007, salió en varias partes “los bancos sobrevivieron gracias al dinero en efectivo que tenían los carteles del mundo”, pues no había liquidez. Entonces ahí, Deutsche Bank, City Bank, decidieron tomar el dinero y no hacer preguntas porque

se necesitaba. Por eso lo sabemos ahora todos, pero en México eso nos pasa todos los días.

Creo que llegó un momento en donde Eyal leyó muy bien la situación y sabía que esto iba a tener que pasar. No es lo mismo tener un programa donde has educado a diez que un programa donde ya han salido 50 personas. No es posible controlar lo que hacen 50 personas a las que tú entrenaste. Lo que puedes hacer – y yo creo que es lo que está haciendo Eyal – es extender los puentes para de alguna manera también saber qué están haciendo. Porque es lo mismo que lo de los medios, hay una responsabilidad de enseñar una serie de metodologías a gente que después no sabes qué van a hacer con ellas, y quieres creer que hay muchas buenas intenciones y todo el mundo las va a usar de la mejor manera, pero eso puede no pasar. La mejor forma de hacer un *oversight* es no hacer un *oversight*. Es que se convierta en tus *partners*, en un colectivo donde todo mundo tenga voz, donde digan “yo no lo voy a hacer así, con todo respeto a Eyal, pero yo voy a hacer esto de esta otra manera, porque a mí me funciona más, o porque mis urgencias son otras”, y que sea válido.

Eso es lo que básicamente significa la atomización de FA: FA sigue haciendo sus proyectos, con sus metodologías, pero comparte metodologías, comparte *know-how* definitivamente, o sea, nos dan entrenamiento. Ahora, cuando ya logremos abrir el laboratorio dentro de la UNAM, se va a firmar un convenio a través del cual Re/presentare y la UNAM se comprometen a compartir recursos – o sea, profesores – y entonces vamos a poder tener entrenamiento directo del personal que contratemos. Entonces, hay un montón de recursos compartidos. No estoy diciendo que nadie le dobló la mano a Eyal, lo que estoy diciendo es que Eyal supo leer muy bien el crecimiento de FA, tanto en número de personas como en el impacto que estaba teniendo. Y también lo poco que estamos avanzando la izquierda del mundo.

Hay un vuelco de la derecha en todo el mundo y en un momento muy clave se necesita hacer todo lo que se pueda. Y con una agencia es mucho más difícil. Nos dijo desde el principio “sean inteligentes, trabajen juntos, no se quiten presupuesto unos a otros, porque si no se van a estar peleando entre ustedes, no tienen ningún sentido”. Entonces con FA esto es lo entendido, todavía no sabemos muy bien en qué estructura exactamente, cómo encajamos todos juntos [aquí Elis se refiere a la red de agencias de Latinoamérica, Autonomías ContraForenses], pero compartimos recursos y entrenamiento, todo el tiempo nos invitan a juntas, a workshops o cosas así.

Luego está *Investigative Commons* que es una red más amplia, porque está Bellingcat, está Oceanography, gente que no hace investigaciones visuales, pero hace investigaciones de fuente abierta. Eso quiere decir que podemos compartir recursos, y que,

si nosotros tenemos un caso que tenga que ver con grabaciones, podemos extender la mano a Bellingcat y pedir ayuda. También quiere decir que, si tenemos algo que publicar, nos vamos entre todos a ayudar a hacer eco de las investigaciones que estamos haciendo. Ahí no hay un compromiso formal, no hay un contrato. Todo esto es como una cosa muy fraternal, pero creemos que puede funcionar muy bien, porque así ha funcionado hasta ahora en una escala mucho más pequeña y tenemos mucha esperanza de que de que así siga. Sobre todo de Latinoamérica que, como ha dicho, los recursos son limitados y los tenemos que usar todos. Eso es lo que estamos viendo, si nosotros tenemos, por ejemplo, un animador que es buenísimo, lo entrenamos y tiene un salario mensual, pues igual de trabajar no solo para nosotros. Trabaja para nosotros, para Autônoma y para la gente de Colombia. En vez de tenerlo 12 meses y solo va a tener tres meses de trabajo y el resto lo tenemos parado, pues mejor compartir recursos. Entonces es un poco así como funciona lo de Re/presentare con FA.

En la UNAM es más difícil, es un entramado muy complejo. Básicamente somos parte de un laboratorio que acabamos de crear en la Facultad de Arquitectura y el Instituto Geografía. El Instituto de Geografía hace mucha cartografía participativa y cartografía feminista, y cuando supo que queríamos hacer un laboratorio de Arquitectura Forense, nos dijo que haría cartografía feminista y que podríamos trabajar juntos. El laboratorio es como si fuera un paraguas. Dentro de él está las cartografías feministas, pero también vamos a estar nosotros, que somos temas más jurídicos, y también hay un enrollado de mapeo participativo y trabajo colectivo con juventudes en peligro y vulnerables, que también hace Julián con Claudia Ortiz, de la facultad de Arquitectura, cosas más de resiliencia urbana. La idea es que, como Re/presentare, hacemos las cosas que son más finas en cuanto a procesos jurídicos, pero todo lo demás lo queremos hacer dentro de esta de esta sombrilla. O sea, si vamos a hacer mapeo comunitario lo podemos hacer con esta sombrilla, porque pensamos que le podemos dar muchas más salidas que simplemente el caso en cuestión.

Si tenemos un caso – me voy a inventar un caso porque no puedo hablar de los que tenemos – supongamos, donde desaparecen niñas en un pueblo de Jalisco. En vez de que solo trabajemos en el caso de la desaparición de niñas, ya sabemos que es mucho más efectivo hacer este *zoom out* y hablar de violencia infantil, de tráfico de mujeres, de violencia estructural y de corrupción política. Hablar del territorio y de cómo el territorio se vuelve un lugar de particular peligro para las mujeres. En vez de tratar de espacializar todo eso a través de un solo caso, podemos utilizar el laboratorio para trabajar con las madres de las niñas que han desaparecido, ir a las fábricas, poder mapear la situación social de manera mucho más amplia, luego hacer carto-

gráficas con índices como lo hacen los geógrafos. Podemos saber cuánto está ganando la gente, dónde hay más pobreza, dónde se reciben programas de desarrollo, para poder mapear la violencia estructural económica y poder entender por qué hay niñas que se quedan solas en sus casas, o en los parques, *in the first place*.

Una vez que tengamos toda esta información, podemos unir todo eso en un caso y esto lo firma Re/presentare. Pero todo lo demás es del laboratorio. Entonces, nos deja operar dentro de la universidad, o sea, podemos utilizar psiquiatras, abogados, geógrafos, biólogos, físicos y los expertos de toda la universidad para cosas que tienen que ver con el laboratorio. Para Re/presentare no, porque tenemos este pie adentro y este pie afuera. Estamos tratando de dividir eso porque ahora mismo es la única forma que creemos que podemos operar. No tenemos 5 años para esperar que Re/presentare pueda abrir con independencia dentro de UNAM, entonces hemos decidido que así es como vamos a empezar – con miras a que Re/presentare se vuelva totalmente autónomo dentro del UNAM, pero eso lleva mucho tiempo.

PM *Sobre la red de agencias de Latinoamérica, ¿cómo funciona, y cuáles son los objetivos?*

EM Apenas lo vamos empezando. Autónoma [Paulo Tavares - Brasil] ya lleva tiempo, pero Hannah y Óscar [de Plano Negativo - Colombia] también apenas están viendo la manera en que pueden abrir laboratorio. Ya tienen casos, solo no saben cuál va a ser su casa, igual que nosotros. Nosotros ya tenemos casa porque no podíamos esperar a todo ese proceso burocrático que decidiera dónde encajamos. Pero es muy nuevo, ahora nos vemos una vez al mes. Vamos a meter convocatorias juntos para *funding* a tres o cuatro lugares distintos que tiene que ver, muy específicamente, con la desaparición de defensores del territorio. Y tenemos planeado hacer en algún momento del próximo semestre, el semestre de otoño, una reunión entre nosotros para trabajar en una conferencia, o coloquio, o alguna cosa, para hablar con actores latinoamericanos. Parece que institucionalmente vamos a ser los primeros que vamos a empezar a operar [como una red], y estamos tratando de entender a diferencia de *Investigative Commons*.

Nosotros queremos tener los mismos recursos los tres. Por ejemplo, Paulo tiene los cartógrafos, nosotros tenemos los programadores y Hannah tiene a alguien mucho más especializado en hacer recorridos. Pero lo que ahora estamos pensando es no duplicar esfuerzos, porque no tenemos el dinero para contratar gente. Uno, porque no es solo contratarlos y pagarles, es contratarlos y entrenarlos. Entonces hay dos caminos: contratas a alguien, lo entrenas a través de Forensic Architecture, gastas un montón de pastas en entrenarlos, pero no tiene suficiente dinero para pagarles

bien y les pagas paco, a lo que tú creas que es justo. Esa persona se va a ir con todo el derecho del mundo y tú ya te gastaste una pasta enorme en entrenarlos. La otra es, tenemos los tres un programador, pero le pagamos muy bien, lo entrenamos muy bien, está todo el año trabajando en temas de derechos humanos, con lo cual también se va a volver el especialista, y lo tenemos solo en un lugar. Y si tiene que viajar a Brasil, y se tiene que viajar a Colombia, o si está en Colombia viajar a México, lo hace. No pasa nada. Es mucho más fácil y mucho más costeadado. Entonces los primeros que van a contratar son los que tengan sede primero, y creemos que vamos a ser nosotros, y el entrenamiento va a ser por parte de Forensic Architecture en su mayoría. Pero todavía no lo tenemos muy decidido, porque todos estamos en procesos de abrir cosas.

Es un momento bien particular en Latinoamérica, porque se están dando ciertos movimientos políticos. Estos reajustes: regresa Lula, pero en México vienen elecciones, lo que está pasando en Perú y en Nicaragua, en Chile tienes una izquierda que no se termina de ver del todo afianzada, que ganó, pero que no lo dejaron gobernar. Se viene como cambios políticos importantes y además de todo eso las cuestiones que tienen que ver con medio ambiente siguen avanzando a pasos agigantados.

En México la extracción de agua, el tema de todos los días, no para, y aunque tengamos un gobierno de “izquierda” – que es otro tema – no para, y la gente no deja desaparecer. Entonces tenemos que ser muy estratégicos en a quién le pedimos dinero y para qué. Porque la misma gente que nos da dinero a nosotros le da dinero a la ONG que se encarga de darle ayuda psicológica a las madres que buscan desaparecidos. Es la misma institución que le va a dar dinero a la gente que va a supervisar las elecciones en México el año que viene, o que está tratando de ayudar a los migrantes venezolanos que están en Colombia. Es que el dinero sale de tres o cuatro lugares, no hay más. Entonces tenemos que ser muy estratégicos a la hora de decir qué estamos pidiendo y para quien es.

Es mucho más convincente explicar que estamos pensando en bloque. Tratamos de ser muy objetivos. Creo yo, la verdad, que, con lo vistoso que es el trabajo de Forensic Architecture, tenemos una ventaja, porque muchas de estas instituciones buscan fondear cosas que después ellos puedan ver para donde fue el dinero. Hay muchos programas de Derechos Humanos y desarrollo donde es muy difícil que se vea dónde estás metiendo el dinero y aquí puedes hacer una cartografía interactiva y se ve. La publica en Al Jazeera, la publica en El País, y todo mundo la ve, entiende donde está el dinero y quien apoyó. Ahí es donde esa vistosidad de Forensic Architecture se vuelve también muy útil, para conseguir dinero, para que te publiquen, para que te den entrevistas, gente con la que quieras hablar, acceso a ciertas cosas. Es un arma de doble filo definitivamente, pero hay que saber usarla, yo creo.

Interview with
Hannah Meszaros Martín
and Oscar Pedraza
Directors of Plano Negativo
Los Angeles (online)
August, 2023

Paula Marujo *Could you start by telling me a little about your background, what led you to the Centre for Research Architecture (CRA) and how did you approach Forensic Architecture?*

Hannah Meszaros Martín Well, I first got to the CRA in 2011. I got there because I was living in Palestine in 2010, where I met some of Palestinian students who had done the MA program in Research Architecture in CRA. I told them about my research interests and what I wanted to do, and they really encouraged me to apply to the program, especially to work with Paulo [Tavares]. He was just starting off as a teacher in the MA program at that point and a few of these students really appreciated him. It was funny because I thought I would continue working with movies, but then pretty quickly I went back to my interest in Latin America.

It was the first year of the beginning of FA, and it was really important for me to start thinking about all the concepts that were being developed in the CRA but in the context of Latin America, and specifically in Colombia, with the issue of aerial plantation, which is what I dedicated both my masters and my PhD to. In between that, and also during that, I also was involved with FA in a lot of ways. At that point, in the beginning of FA's formation, the work was about being all together and around each other's research interests, including the PhD and the master students interacting together. Also, we were having this wave of guests, there was lots of funding to go on trips and to learn together. The first thing I started doing with FA was research assistance work. I worked on the Guatemala project. Later, I started my PhD, and in that sense I was supported by my involvement in FA. Paulo [Tavares] was my first supervisor, and then Eyal [Weizman] was the second. So, they supported me throughout my PhD.

When my PhD was over, I was asked to take over as a Researcher on the incoming Colombian Truth Commission case that was coming in.

Now I'm directing the new Colombia unit which is developing in Bogota, and I'm doing that with Oscar and with Nadia.

Oscar Pedraza I met Hannah when I was doing my PhD, and we realized that the type of work that I was doing, and what Hannah and FA were doing fit together pretty well, because my work is related to questions of expertise, the legitimacy of political claims and legal claims, and the intersection between human violence and environmental violence. And in that process there was a political interest to get closer to Columbia. Meanwhile, the invitation to work in the Colombian Truth Commission came, and it seemed as something that fit. So basically what I started to do was that I started to work as a person who was coordinating a process that was this huge collaboration between institutions, mostly because I had the

capacity for understanding the political, institutional, conceptual and methodological language of the project, and a highly interdisciplinary capacity that is very important for FA.

A lot of my work is actually around how different forms of violence acquire relevance in networks of human rights and activism and that basically entails trying to understand how experts negotiate value. That led me to learn a lot about how bureaucrats and scholars talk and negotiate.

PM *Now, you are leading the FA agency in Colombia, Plano Negativo. Is it a sister agency or an independent agency? Can you talk a little about what led to the formation of the agency? What are the objectives and how does it connect with other agencies and discussions of FA? Do you operate in a similar way?*

HM We are also actively trying to figure that out at the moment. Right now we are under the umbrella of FA, we are operating financially through them, so our grants are going to FA and they are being distributed to the people who are working in the unit. The idea is to become an independent agency. We explored many different routes, and a lot of them are not working out in the ways that we thought that they might.

We wanted to be situated in a University in Colombia. We are now discussing with Los Angeles University to be associated with them, and it seems like those discussions are kind of being a bit stalled. There's a lot of momentum behind our work right now in Colombia because of how successful the 3 projects that we did for the Truth Commission were. So, off the back of that we just had an overwhelming amount of calls and requests for work, and that really hasn't slowed down. We already knew that this was something that we wanted to do. This was also something I wanted to do for a while now throughout my PhD. The idea was to make a project that didn't have to be called Forensic Architecture or to operate in the same way. I don't want it to always be about the need to produce investigations, especially for funding. I really would like it to be a more pedagogic project and for it to also have a very heavy educational and training aspect to it.

We are succeeding in training people and involving students, but unless you have a serious seed funding behind you, I feel like we will only ever be operating under this case by case basis.

And again, the source is not drying up because there are so many requests coming in, and there is small amounts of money attached to those things. But at the moment it's not a sustainable model.

OP I do think there is a need to think violence differently and to do something different with the way in which we think violence in

Latin America, which is the place where we are from and from where you are from. And in the development of my experience with FA in Latin America, which is with the Truth Commission, one of the things that I experienced was that thinking with the flows of FA – which means basically allowing the connections between different modes of knowledge and different conceptual apparatus and methodological possibilities, to interact in the way they did – allowed for the emergence of political problems and questions that were different, important and needed for the Truth Commission, that needed that recognition, and that they didn't know how to put them together. So, that for me made the idea of this project relevant.

The first that I saw of FA in Latin America was the Ayotzinapa case, that was a rereading of how timelines work or are usually presented, and this work and this project became important because for me, because it is a reconfiguration of how you are supposed to think violence in that sense.

A lot of the way we did, went through the idea of obscurity and the possibility of access to information. And that's a problem. I'm going to say something that may not be totally true, but this doesn't happen the same way in France or Germany or in the UK. Latin American states are built around impunity and opacity and incapacity, or on the impossibility of ways to access things. And that's how sovereign has been computed. The work that we did and are doing addresses these questions from Latin America. The techniques and ideas of FA allow these questions to be posed differently.

PM *I had a conversation with Elis Mendoza and Sergio Beltrán-García (Re/presentare) about how violence in Latin America occurs in grey areas, and how to operate in new spaces involves the development of new languages or approaches. How do you see the transposition of FA practices to Latin America? Do you see differences and challenges in the application of the methodology?*

HM There's so many things. I think it's important to realize the different context that the field of FA was developed in.

In relation to your question I feel that it is something that has never really been addressed outwardly in an FA discussion, when we're all together talking about things. It hasn't really come up, but I feel like it should somehow.

FA is a field and its inception was thought around issues of the Middle East, Israel and Palestine, specifically, also because that was where Eyal was working. And then there were also all these other projects that were being developed at the same time, in conversation with each other – when FA was its own academic project. And of course, that included cases from Latin America,

and from many different places that researchers from the group were working in. US, Lebanon, Brazil, actually all over. But I think no one really articulated what was happening in between and in dialogue between those different places. And what can happen is that the particularities of violence in these different areas ends up getting flattened.

I don't know if it's because of the way resources have been distributed, or the way areas have been thought of, but I think that some of the more innovative cases that FA London have taken on have been in the Middle East. I don't know if that's just about proximity or understanding. That is kind of what my critique is.

But that's not to say that there haven't been people working for years in the context of Latin America, such as Paulo [Tavares], and that it hasn't been also thought. I think that is why Earth Memory as a concept which he and I have used and started to develop in the context of Colombia and in Brazil has basically been a response to that. Because, in other cases, FA has done about the environment – the Ecocide in Indonesia is a good example of that – I feel like there is a discussion about what environmentally entangled violence with political violence means, but visually speaking and methodologically speaking, meaning how they conduct the work, I don't really see like a push to really understand what it meant in Indonesia.

So when I started to think about developing the work for the Truth Commission about Land dispossession in Colombia I think that the concept of Earth Memory really did the work in terms of technical and methodological thought.

In a general sense, I think that the methods of FA were good, but they didn't think with the specificities of how violence was playing out in an environmental way in Latin America. So that is why we worked very hard to develop these concept and methods. You see the notion of situated testimony which was an existing technique and how it could actually be reinvented to work with this concept of Earth Memory in the long history of violence in Colombia and also other regions.

OP I was thinking about this also. Isn't it different to think about pixels and satellite images when you are thinking about the urgency of the political discussions of Colombia in Colombia? In opposition to discussing it in an exclusively European effort [Oscar talks about a research /project conducted by Hannah].

There is an urgency there that is an urgency of yours, an urgency of the persons that you work with, and also a political urgency that is continuously developing in the context you are in.

It's in. Isn't that different than operating exclusively in a European effort?

- HM** But I don't think FA was ever operating exclusively in an European effort.
- OP** I know. But I'm just actually just trying to think about this. This is an issue. I think it is problematic when we think that the location of the concept is the Amazon, for example.
Like creating this close ontology where things can kind of self contain in the Amazon sort of speak... There is a political urgency – I don't know, I wonder – that creates a different interest, a different political necessity – I don't know what to call this – that emerges because of the site where we are talking. In a different context, the work that we did for the Truth Commission is so important in Colombia. It's mind blowing in Colombia, and the concepts are very relevant there.
- HM** I think you are getting at something here that again I don't know how much it has been said or unsaid in this group of people that are operating [in FA]. But I think there is a certain amount of things that are translatable and that can be carried over and be seeded from place to place. But the thing that doesn't really get carried over is the political urgency factor.
That was one big, huge massive thing that you also had to do a lot of work on in our conversations with Eyal, really explain to him why this is important. And that's not just a trivial thing like getting your boss to care about something.
- OP** He did care, he just didn't understand why there were certain obsessions.
- HM** Yes, but those were basically tied to methods. So if you had to justify – not just to him [Eyal] but to a European audience – why are you doing something, why are we mapping 10,000 companies and their land transactions for this many years.
These kinds of things.
I think the method could perhaps be translatable, but the political reasons why you would be doing it, and why it would become so meaningful is something that's very specific. And for some reason – and it is not as if I think the concept of Earth Memory is unique to Latin America, not at all – but the way that it's politically salient in the current discussions in Colombia with transitional justice, when all things are happening is, of course, very, very specific.
And then Brazil has another thing, and Mexico...
- PM** *Most people I've talked to in Latin America feel this way. To be connected to a local struggle is different from operating as a center that works with cases all over the world. Also, there is*

an issue of building trust as working closely with the communities. That is why I was interested in the concept of the Investigative Commons which is an idea FA advocates for. A desire to capacitate civil society in investigative practices. Could you talk a little about the investigative commons? In practice, how is this idea working?

HM

I think it's working between us and in the Latin American groups [in Autonomías Contraforenses], because we are putting a special effort in working together. I had an earlier conversation with Paulo [Tavares] before we all started to talk together as a network, a year and a half ago. We were talking about the challenges that we were facing in Colombia, and I was asking him about what he had faced in Brazil, and he just said something that stuck with me. Because resources are much more scarce, obviously, and ways of working. You really need to adapt, and things are in general more precarious. He said we needed to work together in a way that is different from their groups. They could secure a grant, as Forensic Oceanography [now Border Forensics] did, for many millions of Euros from the European Research Council [ERC] but that's not really something that we have access to. And also maybe it's the speed of working, maybe it's many different things, but to have a network which is drawn over the continent and is able to help each other with different things, and also sharing a bit more, I think it is a model that I am personally much more interested in doing.

As a discussion of what is already happening in the Investigative Commons, we haven't had so many meetings altogether and I feel that the most developed relationship is happening between Colombia, Mexico, and Brazil. And because of me and Paulo keeping in touch with each other over the years. Sergio worked on the Colombia project, so we have also an existing relationship with him. We are friends as well so you want to help them, support each other. So I think that my experience with the Investigative Commons is basically what you are stepping into now in the discussions that we have with each other [in Autonomías Contraforenses] but beyond that I haven't heard much from.

PM

Besides the financial difficulties you mentioned, what other challenges do you have working as a center that investigates cases of violence in Colombia?

HM

Money is one thing. Another thing that we're having problems with right now, specifically, is gaining the same sort of legitimacy [as FA]. And also international legitimacy. Because when you seem to be international you have more legitimacy than when you are local. We have a lot of success, and I was discussing after the launch of the Colombia work because we are associated with FA's name.

They have the long history of working, etc. So there are many people who want to keep working with us, but when they say us, they assume it is the FA umbrella. So, if we are our own group and our own thing, it's also like starting from zero, and we are a little bit nervous and not being taken so seriously because we are seen to be local, and all the complications that come with that, like the legal concerns, being more vulnerable – in a lot of ways, not just not just legally, but the risk to yourself when you are investigating the kinds of things that we investigate and you're not backed up by a large international institution. That is also very intimidating and it is something that we have not entirely worked out yet how to do. That is what we are facing right now.

PM

How would you define Plano Negativo? Is it an agency or a research group? Do you already have investigative cases?

HM

We are still figuring out exactly what we are, but we are considering ourselves a research group right now. Or a lab, or a collective.

We took forever to come up with a name. We have this thing with the negative, about the lack of, the lack of data, lack of images, lack of justice. All those things. So that is why we wanted to have that word. And “plano” is about the spatial dimension.

I think right now, for all intents and purposes, after discussions Eyal we had literally before this interview with you we are going to be calling ourselves FA Bogota or something like that, because we are getting some pretty big commissions and it just has to be attached to that level of institutional backing at the moment.

But also to answer your question, we are finishing our first case as a new agency, and now we are just waiting to know how we are going to publish it. We have two more cases coming that we just got a bit more funding for. And then we have a very big commission which we hope will work out, then also another group asking us for things. So, we are trying not to bite off too much more of what we can chew.

PM

Where are the commissions coming from?

HM

From institutions in Colombia who are interested in working with us. It's a mixture of things, because it could either come directly to FA, in other cases it comes from people who Oscar and I have known from our past work and past lives in Colombia. Those are the ways that people are getting in touch. It is an interesting

in between moment. They come to FA. They also come to us. Sometimes they come both ways, just to see who answers first. But everything that comes in about Colombia, and also about Latin America in general – there is another case coming in about Peru that I wrote to you guys about – they are throwing in our direction because FA London is trying to support capacity, and if there is money involved with commissions they are trying to make sure it gets directed towards our group, or Re/presentare, Autonomia, etc.

- PM** *And also to decentralize the cases from FA London to the local agencies.*
- OP** Yes. The simple issue right now is frankly speaking, from Colombia's perspective, there is too much coming.
- PM** *What do you think are the next steps for FA Bogota and the field of knowledge and investigative practice of FA?*
- HM** I'm curious what the discussions are in Brazil, because I know Paulo is in and out of the University, and I was wondering if we want a more pedagogic model in which we all direct ourselves into universities and get embedded in a system which is also capable of having relationships to each other. UNAM could have a relationship with UnB, Los Andes, etc...
- That is one model to think about. But we also all know, how institutional universities are. So I am not saying I think that is the greatest way to go. Also, every board meeting that FA has one of the conversations that comes up is whether or not Goldsmiths is still the place to be so. It's not even just a Latin American conversation which has a different connotation for universities then Europe does, and then certainly than the UK does, because the UK also has a very particular thing happening right now in the higher educational meltdown.
- There is also the NGO route, to become a system of NGOs, so what does that do? What kind of funding pools can you be on?
- To me both options seem a bit dire as a way of thinking so I would hope that we could somehow come up with something else.
- OP** The logic of being subjected to money is dire. Because in both conditions labor is a commodity. That's the issue.
- HM** It's true that labor as capital is kind of dire. And it is kind of dire in this field that we're working in which is universities and NGOs.

- OP** There is a constant precarity. There is a longer discussion that comes to those terms. Because you can actually ask in a world in which the type of work that we are doing and the funding that we receive and the way we are talking to people gravitates within the world of human rights. What happens in that situation?
- HM** It is bad because then you fall into the logic of the market. Right now, there's a lot of demand. But you are going to hit a saturation point, right? When there are so many different units cropping up. FA London is also getting nervous, because there is a lot to support with the different satellite groups coming up, also training wise. I think FA London should actually shift to a more training based model. I mean, what are you going to do? Produce cases forever? There are hundreds of thousands of cases. It starts to wear on you, that kind of way of working, it really wears on you.
- OP** To me there is a political development, certain concerns that have been imposed on the work of FA. We are working on a court case about the killing of a protestor by the police in Colombia.
- And you have to have a specific language where you are working on a case like this.
- There is a discussion about the legitimacy of protest in confrontation, and how people defend themselves from this kind of violence in the Colombian context where you actually have guerrillas roaming over the country. This question of direct action is always a question that could put a target on you as well. So we have made a decision of actually doing that work, but also doing something else, to extend the discussion beyond. I keep thinking that it could be a little bit of an issue, because we are putting a stand on what we think.
- This protestor was shot in a manifestation, and he had a glove, that you take tear gas canisters to launch them back. In the report of the official analysis it basically says that one of the justifications for the action of the police to shoot this person was because he was wearing a glove, and it could be considered a weapon. And because the glove is a weapon the actions of the police of killing him make sense.
- What we are trying to say is that the object of the glove is a form of protection. And this is usually taken as a different kind of thing. It is a dangerous issue. But we are trying to rethink a little bit about the ways in which the work of FA can say things. Everyone that is working with this methodology and people that want to work with us also have questions, very legitimate questions about the way in which FA percents discussions of violence.



FAZER

VISÍVEI